

Interfaces

ISSN 2179-0027

VOLUME 13 NÚMERO 3

Revista Interfaces

Editora

Dra. Maria Cleci Venturini

Conselho editorial

Dr. Adail Sobral (UCPEL)

Dra. Alice Atsuko Matsuda (UTFPR)

Dra. Amanda Eloina Scherer (UFSM)

Dr. Antônio Esteves (UNESP)

Dra. Aracy Ernest (UCPEL)

Dr. Antonio Escandiel de Sousa (Unicruz)

Dra. Carme Regina Schons (UPF) *in memorian*

Dra. Eneida Chaves (Universidade Federal de São João Del Rey)

Dr. Eclair Antonio Almeida Filho (UNB)

Dr. Eduardo Pellejero (UFRN)

Dra. Elisabeth Fontoura Dorneles (UNICRUZ)

Dra. Ercilia Cazarin (UCPEL)

Dra. Gesualda dos Santos Rasia (UFPR)

Dr. Juan Manuel López Munhoz (UCA – Cádiz /
Espanha)

Dra. Luísa Lobo (UFRJ)

Dra. Marcia Dresch (Universidade Federal de Pelotas/RS)

Dra. Maria da Glória Di Fanti (PUCRS)

Dra. Maria Cristina de Almeida Mello (Universidade de Coimbra – *in memorian*)

Dra. Mary Neiva Surdi da Luz (UFFS/Chapecó)

Dra. Sonia Pascoalati (UEL)

Dra. Verli Petri da Silveira (UFSM)

Consultores *ad doc.* Dossier da Palavra, Vol. 13, no. 03

André Cavalcanti

Ângela Corrêa Ferreira Baalbaki

Bruna Cielo

Bruno Molina Turra

Célia Bassuma Fernandes

Christiano Titoneli Santa
Dantielli Assumpção Garcia
Diego Barbosa da Silva
Eliana Rosa Sturza
Fernanda Luzia Lunkes
Gesualda dos Santos Rasia
Helson Flávio da Silva
Kelly Fernando Guasso da Silva
Leandro Tafuri
Maraísa Daiane da Silva
Márcia Ione Surdi
Maria Cláudia Teixeira
Maria Cleci Venturini
Milena Saldanha Palha
Natieli Branco
Renata Adriana de Souza
Rudá da Costa Perini
Thaís de Araújo da Costa
Thaís Costa da Silva
Valéria Bergamini
Vanise Gomes Medeiros
Verli Petri da Silveira

Diagramação

Geovana Pauletti Scheidt

Revisão

Maria Claudia Teixeira

Nota: O conteúdo dos artigos desta revista são de inteira responsabilidade de seus autores

Sumário

Guardador de palavras: reflexões em torno de dicionários, vocabulários e glossários

Verli Petri; Vanise Medeiros

7 - 10

Artigos

Dicionário de Verbos e Regimes: dicionarização, autoria e memória lexicográfica

José Horta Nunes

11 - 24

A dimensão coletiva dos sentidos de cultura: uma análise da palavra em dicionários brasileiros

Carolina Rodríguez-Alcalá, Felipe Augusto Santana do Nascimento

25 - 37

O funcionamento de dicionário eletrônico de libras como instrumento linguístico

Élcio Aloisio Fragoso, Fernanda Silveira Pereira da Silva

38 - 47

Pandemia, histeria: o funcionamento discursivo da designação nos dizeres de um presidente

Rômulo Silveira Borges Balz, Luciana Iost Vinhas

48 - 65

Palavras na transversalidade espiralada da história: (re)atualizações do funcionamento dicionarístico em um desbolsonário, um vlognário e um filminário

Eduardo Alves Rodrigues, Carmen Agustini, Luiza K.A. Castello Branco

66 - 85

Da língua que sempre vai onde o dente dói: uma análise discursiva do par de palavras presidenta/presidente

Laís Virginia Alves Medeiros, Michel Marques de Faria

86 - 101

Imaginário sobre o indígena: produção de sentidos em dicionários de língua portuguesa	
Marieli Zanotto, Angela Derlise Stübe	102 - 116
(Não) é só uma palavra: a escolha de nft como palavra do ano pelo dicionário collins	
Silmara Dela Silva, Ronaldo Adriano de Freitas	117 - 126
Mulato nos dicionários de português ou sobre o que uma palavra pode contar da mestiçagem no brasil	
Rogério Modesto	127 - 141
A palavra no dicionário feminino da infâmia: sentidos de estupro	
Fernanda Surubi Fernandes	142 - 153
Aprisionando sentidos: A produção de glossários pela polícia civil do estado do Tocantins	
Wanderson Chaves de Queiroz, José Edicarlos de Aquino	154 - 173
Sentidos de acessibilidade e de barreira em uma lei e em um glossário	
Andressa Marchezan	174 - 186
Rito da palavra: os sentidos dos glossários em livro didático	
Flávio Benites	187 - 202
Uma proposta discursiva para o trabalho com dicionários no ensino fundamental	
Maristela Cury Sarian, Ezilda Rosania Conceição Netto Beloni	203 - 218
“Ser nordestino”: modos de dizer, modos de significar	
Evandra Grigoletto, Fabiele Stockmans De Nardi, Fernanda Correa Silveira Galli	219 - 228
Com a palavra, a palavrinha	
Vera Regina Martins e Silva, Regina Martins e Silva, Rosiveth Aparecida do Espírito Santos Oliveira	229 - 242

^vEllos hablan “atravesado”: un ejemplo de territorios marginales tanto en el espacio como en el discurso

Fernando Jesus Da Silva, Juan Manuel López Muñoz

243 - 254

Frases populares chinesas: tradução cultural do silêncio e a construção discursiva de realidades em sala de aula

Roberval Teixeira e Silva, Yuanzhou LI

255 - 269

GUARDADOR DE PALAVRAS: REFLEXÕES EM TORNO DE DICIONÁRIOS, VOCABULÁRIOS E GLOSSÁRIOS

Verli Petri¹
Vanise Medeiros²

Temos, já há algum tempo, nos dedicado às palavras em estado de glossário, de vocabulário, de dicionário. Por vezes, seguimos seus rastros; por vezes, detemos nosso olhar para o objeto técnico (Auroux), discursivo e simbólico (Orlandi) que as encerra. A palavra tem sido nosso ponto de encontro desde antes de nosso primeiro artigo em conjunto e segue nos motivando a refletir. A proposta deste Dossier surge da necessidade de reunir em um número da Interfaces os trabalhos de colegas que, como nós, se sentem seduzidos e desafiados pela palavra e por tudo o que dela emana.

Nascidos das listas de palavras (Auroux, 2008), acerca dos vocabulários se pode dizer que consiste em uma das práticas mais antigas da escrita. Uma prática que se constituiu com as cidades (Rodriguez, 2011); e cujas cidades contemporâneas continuam a produzir. Estendemos esta compreensão aos glossários e aos dicionários, guardadas suas especificidades, pois junto com os vocabulários conferem às línguas um estatuto de existência; atestam formas de nomear, de dizer, de viver. Trata-se de espaços institucionalizados que “guardam” palavras; ou ainda, que guardam significantes tornados palavras. Arquivam; deixam rastros de língua tecidos nas palavras, mas também apagam rastros, que por vezes retornam como um significante recalçado.

Para além dos instrumentos linguísticos, a palavra está em plena circulação, ela constitui sujeitos e é por eles significada em diferentes espaços de produção discursiva. Este Dossier traz uma pequena amostra do que se tem estudado sobre a palavra em funcionamento na língua e no discurso. Passamos a uma breve apresentação dos artigos que compõem nosso tão esperado “Dossier da Palavra”.

Este dossier tem início com o denso artigo de José Horta Nunes, intitulado Dicionário de verbos e regimes: dicionarização, autoria e memória lexicográfica. Voltando-se para a gramatização brasileira no século XX, traz como objeto de estudos o Dicionário de verbos e Regimes de Francisco Fernandes. Sua análise e reflexões colaboram para aprofundar questões relativas à prática e à autoria lexicográficas, além de noções importantes para o trabalho com dicionários.

Carolina Rodríguez-Alcalá e Felipe Augusto Santana do Nascimento, em seu artigo “A dimensão coletiva dos sentidos de cultura: uma análise da palavra em dicionários brasileiros”, investem com vigor no pré-construído que sustentaria a evidência que associa cultura e identidade. Retornam, para suas reflexões teóricas, à colonização europeia e à formação dos Estados nacionais, e caminham, ainda, para uma análise do termo em dicionários do século XVIII a XX.

1 Doutorado em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pós-doutorado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. e-mail: verli.petri72@gmail.com

2 Professora Associada da Universidade Federal Fluminense, pós-doutorado pela Sorbonne Nouvelle Paris III, bolsista Produtividade do CNPq e Cientista FAPERJ. e-mail: vanisegm@yahoo.com.br

Élcio Aloisio Fragoso e Fernanda Silveira Pereira da Silva apresentam o artigo intitulado “O funcionamento de dicionário eletrônico de libras como instrumento linguístico”, no qual analisam o funcionamento de verbetes da letra M no dicionário eletrônico da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Os resultados da pesquisa indicam que este dicionário produz conhecimentos sobre a Libras, partindo dos estudos linguísticos da Língua Portuguesa.

No artigo “Pandemia, histeria: o funcionamento discursivo da designação nos dizeres de um presidente”, de Rômulo Silveira Borges Balz e Luciana Iost Vinhas, é desenvolvida uma reflexão sobre o funcionamento discursivo da designação “histeria” em dizeres proferidos pelo presidente do Brasil durante o período inicial da pandemia no Brasil, em março de 2022. Os resultados indicam a configuração característica de uma formação discursiva de extrema direita e suas implicações.

Eduardo Alves Rodrigues, Carmen Agustini e Luiza Castello Branco no artigo “Palavras na transversalidade espiralada da história: (re) atualizações do funcionamento dicionarístico em um desbolsonário, um vlognário e um filmário”, analisam “três objetos político-simbólicos” e mostram que os modos como a palavra faz laço no material analítico estabelecem relações discursivas que sustentam as interpretações sobre a sociedade brasileira atual, o que se (im) põe à leitura.

É a palavra na emergência de um acontecimento recente – a eleição no Brasil da primeira mulher à presidência da República – o foco do artigo “Da língua que sempre vai onde o dente dói: uma análise discursiva do par de palavras presidenta/presidente”, de Laís Virginia Alves Medeiros e Michel Marques de Faria. Trata-se de uma frutífera análise das tensões no (poder) dizer a partir do discurso jurídico e do jornalístico, ou como avisam, sobre a língua como uma questão de Estado.

Ângela Derlise Stübe e Marieli Zanotto, no artigo intitulado “Imaginário sobre o indí-

gena: produção de sentidos em dicionários de língua portuguesa”, buscam compreender as memórias discursivas que sustentam as discursividades sobre o sujeito indígena nos dicionários. No artigo, as autoras explicitaram os imaginários que sustentam os discursos em circulação sobre o sujeito indígena e como estão alicerçados sob uma retórica colonialista.

Com o artigo de Silmara Dela-Silva e Ronaldo Freitas, “(Não) é só uma palavra: a escolha de NFT como palavra do ano pelo Dicionário Collins”, somos levados a uma fértil reflexão sobre a palavra no entrelaçamento na atualidade dos espaços dicionarístico e midiático. É a complexa relação entre linguagem e tecnologia que está sob a lente da análise, oportuna, a partir do gesto inaudito de eleição de uma palavra do ano em um conceituado dicionário.

O artigo “Mulato nos dicionários de português ou sobre o que uma palavra pode contar da mestiçagem no Brasil”, de Rogério Modesto, põe em cena uma profícua reflexão sobre a noção de mestiçagem no Brasil. A partir de um arquivo discursivo que mapeia o verbete mulato e centrando-se em dicionários brasileiros, o autor, em seu gesto analítico, apresenta uma periodização do pensamento sobre mestiçagem no Brasil na relação com gramatização brasileira e tece uma proposta discursiva sobre mestiçagem.

Fernanda Surubi Fernandes, em seu artigo “A palavra no Dicionário Feminino da Infâmia: sentidos de estupro”, promove uma análise sensível sobre o verbete estupro em um dicionário especializado que porta verbetes referentes às problemáticas enfrentadas por mulheres. Em sua reflexão, a autora nos convoca a refletir sobre posições-sujeitos mulher na contemporaneidade, corpo, língua, sociedade, violência, além de acenar para possibilidades que se abrem com movimentos sociais e seus instrumentos linguísticos.

O artigo “Aprisionando sentidos: a produção de glossários pela polícia civil do Estado do Tocantins”, de Wanderson Chaves de Queiroz e José Edicarlos de Aquino, caminha na esfe-

ra dos instrumentos linguísticos no espaço jurídico. Nele se encontra uma reflexão original sobre glossários feitos em instâncias da lei, ou mais especificamente, glossários que aprisionam palavras e sujeitos, como é o caso de glossários policiais; não, contudo, sem cuidar do funcionamento dos glossários ao longo da história.

Em “Sentidos de acessibilidade e de barreira em uma lei e em um glossário”, Andressa Marchesan apresenta uma reflexão sobre tais palavras a partir de um “Glossário” de termos relacionados à acessibilidade e à tecnologia assistiva, disponibilizado de forma on-line pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, em suas relações como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. A autora mostra as relações entre as palavras estudadas e as implicações práticas decorrentes dos sentidos.

Com o artigo “Rito da palavra: os sentidos dos glossários em livro didático”, Flavio Benites se volta sobre o ensino do léxico a partir dos glossários no livro didático “Português Linguagens”, tendo em vista o posicionamento do sujeito-autor e o modo como os sentidos construídos podem reverberar no sujeito-aluno. O autor demonstra que os sentidos das palavras do glossário ficam no espaço em que se encontram e não proporcionam ao aluno condições de atravessarem barreiras estruturais linguísticas para produzir sentidos em seus gestos de interpretação.

“Uma proposta discursiva para o trabalho com dicionários no ensino fundamental” é o artigo proposto por Maristela Cury Sarian e Ezilda Rosania Conceição Netto Beloni, no qual apresentam um recorte de pesquisa realizada em escola pública, visando à desestabilização de métodos de ensino conteudistas e promovendo um trabalho com o dicionário capaz de mobilizar efetivamente o funcionamento da língua, a partir do verbete sujeito.

Evandra Grigoletto, Fabiele Stockmans De Nardi e Fernanda Correa Silveira Galli propõem reflexões sobre a palavra “nordestino”, no artigo “Ser nordestino”: modos de dizer, modos de

significar”. As autoras exploram a rede sentidos que se estabelece em torno da palavra, expondo os diferentes modos de significar. Suas análises explicitam o funcionamento de diferentes redes parafrásticas que se inscrevem na memória da nordestinidade neste momento sócio-histórico.

Vera Regina Martins e Silva e Rosiveth Aparecida do Espírito Santo Oliveira analisam, no artigo “Com a palavra, a Palavrinha”, uma atividade desenvolvida em sala de aula de 6º ano do Ensino Fundamental, em uma escola da rede pública municipal em Cuiabá – MT. A partir de formativos que a gramática designa de sufixos (-inha, -inho, -ote), o foco das pesquisadoras é a produção do sentido pela língua enquanto prática social, em atividade que explora o processo de constituição do sentido das palavras.

A palavra em espaços rurais fronteiriços costura o artigo “Ellos hablan “atravesado”: un ejemplo de territorios marginales tanto en el espacio como en el discurso”, de Fernando Jesus da Silva e Juan-Manuel López-Muñoz. Nele, os autores, ao voltarem seu olhar para as línguas em contato – a partir de fronteiras entre Brasil e Bolívia – e se debruçarem sobre enunciados que dizem do modo como se fala, trazem reflexões aguçadas sobre língua, identidade e alteridade,

O artigo “Frases populares chinesas: tradução cultural do silêncio e a construção discursiva de realidades em sala de aula”, de Roberval Teixeira e Silva e Yuanzhou Li tem como espaço de observação a sala de aula de línguas e se volta sobre sentidos do silêncio. Em sua produtiva análise, que tem como objeto fraseologismos chineses que dizem respeito ao silêncio e que parte de depoimentos de estudantes chineses, o autor vai assinalar a necessidade de se rever silêncio como traço identitário.

A partir desta rápida explanação sobre os artigos constitutivos do “Dossier da Palavra”, convidamos à leitura com a empolgação de quem acredita na língua viva e em funcionamento no discurso e luta pela preservação da história e da memória de diferentes grupos so-

ciais, via o comprometimento de cada um de nós com a produção do conhecimento científico. Boa leitura!]

Referências;

AUROUX; Sylvain. “Listas de palavras, dicionários e enciclopédias. O que nos ensinam os enciclopedistas sobre a natureza dos instrumentos linguísticos”. Trad.: Sheila Elias de Oliveira. In: *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 20. Campinas: Pontes Editores / Unicamp, 2008.

RODRIGUEZ, Carolina. “Escrita e gramática como tecnologias urbanas: a cidade na história das línguas e das ideias linguísticas”. Em: *Caderno de Estudos Linguísticos*, no. 53 (2), jul-dez 2011, pp 197-217.

DICIONÁRIO DE VERBOS E REGIMES: DICIONARIZAÇÃO, AUTORIA E MEMÓRIA LEXICOGRÁFICA

José Horta Nunes¹

RESUMO

Neste trabalho analisamos o Dicionário de Verbos e Regimes, de Francisco Fernandes (1959), a fim de compreender seu lugar na gramatização brasileira em meados do século XX. Efetuamos um recorte de análise do discurso lexicográfico, tal como observado nos textos introdutórios e em um dos verbetes. Consideramos a função de autoria e a relação entre o discurso gramatical e o discurso documental. Levamos em conta estudos sobre a gramatização brasileira a partir do final do século XIX, atentando para continuidades e deslocamentos. Mostramos a construção de uma posição de lexicógrafo como colaborador, com base em uma normatividade prática e eclética, tendo em vista o ensino e o aprendizado do ler e do escrever para um público amplo,

Palavras-chaves: Análise de Discurso, dicionário, verbo, Francisco Fernandes, lexicografia

Dicionário de Verbos e Regimes: dictionaryization, authorship and lexicographical memory

ABSTRACT

In this work we analyze the Dicionário de Verbos e Regimes, by Francisco Fernandes (1959), in order to understand its place in Brazilian grammatization in the mid-twentieth century. We carried out an analysis of the lexicographical discourse, as observed in the introductory texts and in one of the entries. We consider the role of authorship and the relationship between grammatical discourse and documentary discourse. We take into account studies on Brazilian grammatization from the end of the 19th century, paying attention to continuities and displacements. We show the construction of a lexicographer's position as a collaborator, based on a practical and eclectic normativity, focused on teaching and learning to read and write.

Keywords: Discourse Analysis, dictionary, verb, Francisco Fernandes, lexicography

“Antes de aparecer o dicionário ideal, vocabulários especializados hão de ocupar-se com numerosos pontos. Como em tudo mais, monografias exaustivas precisam esperar a síntese final, nos domínios da lexicografia.”

Aires da Mata Machado Filho, no Prefácio ao *Dicionário de Verbos e Regimes* (FERNANDES, 1959, p. 11)

1 Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas e pós-doutorado na Ecole Normale Supérieure de Lyon (2004, França). Pesquisador do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP. Atua como Membro Associado Estrangeiro do CNRS (França). E-mail: johnunes@unicamp.br

Este trabalho tem a finalidade analisar o Dicionário de Verbos e Regimes, de Francisco Fernandes (1959)², a fim de compreender seu lugar na gramatização brasileira em meados do século XX. Esse dicionário teve um papel relevante nesse processo, com diversas edições e reimpressões. Enquanto um dicionário parcial, é uma das muitas iniciativas que, ao lado das descrições gerais, atentam para as especificidades da língua portuguesa no espaço nacional, diante das polêmicas quanto ao estatuto dela. O tratamento da regência verbal, mediante uma classificação dos verbos e uma exemplificação com os “mestres do idioma”, marca essa prática lexicográfica que trabalha o jogo entre continuidade e transformação dos conhecimentos linguísticos. Com base em um corpus comum e restrito, que reúne escritores portugueses e brasileiros desde o século XVI, os verbetes são marcados por uma memória lexicográfica heterogênea e indistinta, que produz um imaginário de unidade e de normatividade da língua, assentada em um discurso de autoridade..

De acordo com A. M. Paiva (2005, p. 31-32), Francisco Fernandes nasceu em Arcos, Minas Gerais, em 1900. Na cidade de Formiga, ainda em Minas Gerais, elaborou, como autodidata, o Dicionário de Verbos e Regimes (de agora em diante DVR), resultado de seis anos de trabalho. Seus amigos financiaram a primeira edição da obra (1940), que se esgotou no mesmo ano. Após uma repercussão favorável, em 1942 concorreu e recebeu por esse trabalho o 1º prêmio “Francisco Alves”, da Academia Brasileira de Letras. Nesse mesmo ano, a Editora Globo passou a editar o dicionário, com várias reimpressões. Ainda segundo Paiva, Francisco Fernandes ingressou em 1942 na Seção de Dicionários e Enciclopédias da livraria do Globo. Elaborou também o Dicionário de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa, o Dicionário

de Regimes de Substantivos e Adjetivos e, em colaboração com F. M. Guimarães, foi autor do Dicionário Brasileiro Contemporâneo (1958). Em 1946 passa a exercer a função de colaborador na disciplina de língua Portuguesa no Curso de Letras Anglo-Germânicas da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul. Faleceu em Porto Alegre, em 1965.

Nosso recorte de análise direcionou-se ao discurso lexicográfico (COLLINOT & MAZIÈRE, 1997; NUNES, 2006), tal como observado nos textos introdutórios e em um dos verbetes do DVR. Consideramos na análise a função de autoria (assunção, institucionalização e circulação), e a relação entre o discurso gramatical (na categorização e definição dos verbos) e o discurso documental³ (nas exemplificações e na relação com a memória lexicográfica). Nessa direção, levamos em conta estudos sobre a gramatização brasileira a partir do final do século XIX (ORLANDI, 2001), atentando para as continuidades e deslocamentos associados ao dicionário de Fernandes.

Autoria lexicográfica e discurso documental: “obreiros” e “mestres”

Os dicionários de verbos, enquanto obras parciais, especializam a descrição dessa categoria e adaptam o dicionário para o seu tratamento, com base em recursos como a classificação dos verbos, a definição, a sinonímia e a exemplificação. Quanto a isso, o DVR se filia a outros dicio-

3 “O arquivo em análise de discurso é o discurso documental, memória institucionalizada. Essa memória tem relações complexas com o saber discursivo, ou seja, com o interdiscurso, que é a memória irrepresentável, que se constitui ao longo de toda uma história de experiência de linguagem. Trabalhar a relação entre estas formas de memória, sem deixar-nos dizer pelas nossas preferências, pelos nossos compromissos, e também não sermos ditos por uma história sempre já-contada, é um exercício de método e de disciplina”. (E. Orlandi. Língua e conhecimento linguístico. São Paulo: Cortez, 2002, p.11). Ver também J. H. Nunes. O discurso documental na História das ideias Linguísticas e a o caso dos dicionários. Alfa, São Paulo, 52 (1): 81-100, 2008.

nários de verbos que o precederam no Brasil⁴. Em que então ele se distingue? Um dos fatores está no modo como o lexicógrafo trabalha sua autoria, na relação com os conhecimentos linguísticos em circulação, assumindo uma certa posição de autoria lexicográfica e sendo objeto de avaliações que lhe asseguraram uma notável projeção de futuridade.

Trazemos a noção de “autoria” tal como trabalhada na Análise de Discurso, salientando, como dissemos, o modo de “assunção da autoria”, de “institucionalização” e de “circulação” em certos discursos que a tomam como objeto. Primeiramente, tratemos da assunção da autoria⁵. O autor de dicionário parcial se apresenta como um colaborador, que traz uma contribuição para uma unidade maior da língua, a ser obtida em um momento posterior. Assim, após citar alguns autores de estudos de verbos que o antecederam, a saber, Laudelino Freire (Verbos Portugueses, 1925), Artur de Almeida Torres (Regência Verbal, 1931) e Padre José Stringare (Regimes de Verbos, 1936), Fernandes distingue os “legisladores em matéria de linguagem” dos “obreiros”:

“A questão dos complementos verbais – ponto de capital importância para quantos aspiram a escrever com acerto – não tem merecido até agora, dos nossos legisladores em matéria de linguagem,

a atenção que devesse.” (FERNANDES, 1959, p. 6)

“Quem quer que seja que se dedique a este gênero de estudos facilmente ajuizará do muito que representa para o erguimento do grande edifício da vernaculidade pátria a contribuição desses imperterritos obreiros da grande causa, Infelizmente, porém, continuava a se fazer sentir a falta de um trabalho sistemático, amplo, onde se estudassem todos os verbos em voga na língua portuguesa.

Foi então que me lembrou publicar os apontamentos de regência verbal, que, para meu uso próprio, vinha coordenando há vários anos. Não que me passasse pela cabeça a veleidade de pretender preencher, com o modesto e despretensioso trabalho que ora entrego a meus patrícios, o vazio existente nas letras portuguesas, mas visando tão-somente a fornecer uma base, um ponto de partida àqueles que, “menos ocupados e mais doutos do que eu sou”, se propusessem à feitura de obra menos imperfeita e mais completa.” (FERNANDES, 1959, p. 7)

Primeiramente, Fernandes assume uma posição de trabalhador autônomo, diminuindo, diante dos especialistas, sua imagem autoral por meio de adjetivações morais (sem “veleidades”, “com o modesto e despretensioso trabalho”). Mais adiante, ele traz argumentos numéricos que significam uma condição de autoria fortalecida, diante da “falta de um trabalho sistemático, amplo”. Nessa direção, se Laudelino Freire abordou “uma centena de verbos”, Torres registrou “mais 116” e Stringari arrolou “mais de 400”, Fernandes afirma que “relacionei em meu livro para mais de 10.000 verbos, muitos dos quais ainda não dicionarizados pelos nossos lexicógrafos”. Assim, combinando a modéstia autoral à objetividade numérica, o autor encontra um lugar para dizer sua autoria, ao mesmo tempo em que significa a divisão social do trabalho lexicográfico, com a distinção entre os que “fornecem uma base” e os “homens judiciosos

4 No Brasil, a primeira iniciativa nesse sentido foi de Laudelino Freire (Dicionários de Verbos. Rio de Janeiro: Edição da Revista de Língua Portuguesa, 1925). Note-se que a atenção de Freire à descrição dos verbos também está presente em seu Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa, publicado pela primeira vez em 1939-44 (Ver J. H. Nunes. A invenção do dicionário brasileiro: transferência tecnológica, discurso literário e sociedade Revista argentina de historiografia lingüística, V, 2, 2013, p. 159-172)

5 Segundo E. Orlandi, na “assunção da autoria” o sujeito constroi seu lugar de autor diante de uma exterioridade a que ele se refere: “como autor, o sujeito ao mesmo tempo em que reconhece uma exterioridade à qual ele deve se referir, ele também se remete a sua interioridade, construindo desse modo a sua identidade como autor. Trabalhando a articulação interioridade; exterioridade, ele aprende a assumir o papel de autor e aquilo que isso implica,” (E. Orlandi, 1988, p. 76).

e versados” que os julgarão em vista do “erguimento do grande edifício”.

Outra marca da autoria lexicográfica de Fernandes está na reivindicação de uma classificação própria dos verbos, diante de outras disponíveis em estudos gramaticais. Assim, e frente à inexistência de uma “perfeita nomenclatura de verbos”, o autor adota uma classificação “ecletica”, “especial”, que se apoia na “lição dos mestres do idioma”:

“Não existe ainda, em português, uma perfeita nomenclatura dos verbos quanto aos termos que lhe completem ou modifiquem o sentido. Por isso mesmo fora contraproducente o querer transladar para aqui, integralmente, qualquer classificação preconizada por este ou por aquele gramático; tive por mais acertado adotar no presente trabalho uma terminologia eclética, senão especial, baseada, ainda assim, na lição dos mestres do idioma.

De modo que, para melhor se compreenderem os exemplos contidos neste livro, dividir-se-ão os verbos em: intransitivos, relativos, birrelativos, transitivos, transitivo-relativos, predicativos, transitivo-predicativos e pronominais.” (FERNANDES, 1959, p. 25)

A proliferação das nomenclaturas, assim como as divergências entre os especialistas, são vistas como “contraproducentes” e são evitadas em nome de um “melhor compreensão” dos exemplos. A autoria lexicográfica, desse modo, homogeneiza o discurso didático sobre a classificação dos verbos e à adequação dos exemplos, diante das polêmicas dos gramáticos. Face a essa situação, e apoiando-se na posição autoral de não-especialista, o autor evita a participação em controvérsias: “Não é fácil delimitar fronteiras entre adjunto adverbial (complemento dispensável) e complemento terminativo (complemento necessário). O problema da classificação dos verbos, seus complementos e o ofício de cada um destes tem sido objeto de várias controvér-

sias nas quais não quero nem devo participar”. Assim, percebe-se o surgimento de uma autoria lexicográfica que evidencia os “mestres da língua”, distinguindo-os dos “gramáticos” com suas classificações sujeitas a discussões e instabilidades.

Quem seriam os mestres que legitimam o dicionário e que o autor distingue dos gramáticos? Na “Relação das principais obras consultadas e das abreviaturas que as representam”, acrescentada aos textos prefaciais, estende-se uma lista das obras que serviram de fonte para as montagens de exemplos. Consideramos essa lista como marca de um discurso documental que legitima a classificação dos verbos, silenciando-se desse modo as eventuais polêmicas sobre casos que suscitam dúvidas. O discurso de autoridade, reunindo diferentes posições de especialistas (escritores, lexicógrafos, gramáticos, juristas, historiadores, organizadores de antologias, etc.), institui uma legitimação que se sustenta na posição mais ampla dos “mestres da língua”, de modo a qualificar a autoria lexicográfica de escritores consagrados em suas respectivas áreas de atuação. Estando igualmente presentes, os gramáticos aparecem aí não como autores cientistas ou polemistas, mas como participantes dessa discursividade normativa e didática.

2. Memória e esquecimento: da gramatização científica à normatividade didática

Como mostra Orlandi (2001), no final do século XIX e início do XX, observa-se uma proliferação de autores de gramáticas e manuais, que tiveram impulso na então recente República. Nessa conjuntura, “ser autor de uma gramática é ter uma responsabilidade como homem de ciência e ter uma posição de autoridade em relação à singularidade do português do Brasil” (ORLANDI, 2001, p. 28). Autores como Júlio Ribeiro, João Ribeiro, Maximino Maciel, Pacheco Silva, Lameira de Andrade, construíram uma posição de autoria científica da gramática

brasileira, com um distanciamento da tradição gramatical portuguesa, sobretudo na tendência da gramática filosófica, tal como presente por exemplo em Jerônimo Soares Barbosa. Constituinte-se um espaço discursivo de autoria, esse grupo de gramáticos voltados para o ensino participam de uma plural gramatização do português brasileiro, com espaço para as diferentes conceituações, diferenças e divergências. Ao mesmo tempo, surgem condições para uma didatização do saber linguístico, com tendência a normatizações alicerçadas em certas posições autorais e reconhecimentos institucionais. Note-se que, como mostra Guimarães, o período que vai do final do século XIX até final dos anos 30 pode ser considerado como segue:

“O segundo período vai da segunda metade do século XIX, prenunciado por um conjunto de condições do período anterior como os debates entre escritores brasileiros e portugueses, e iniciado pela publicação de gramáticas como a de Júlio Ribeiro em 1881, o estabelecimento do novo Programa de Português para os Exames Preparatórios” em 1887, e marcado por fatos como a fundação da Academia Brasileira de Letras (em 1897). Este período vai até fim dos anos 30 do século XX, quando da fundação das Faculdades de Letras no Brasil: tanto a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (em 1934) quanto a Faculdade Nacional de Letras da Universidade do Brasil (em 1939).” (GUIMARÃES, 2004, p. 26)

Para a análise do DVR, que teve sua primeira edição em 1940, ou seja, no final do segundo período caracterizado por Guimarães, trazemos algumas questões e fatos que nos parecem pertinentes como memória discursiva que incide sobre a produção lexicográfica. Uma das questões que nos interessa retomar é a do movimento autoral dos gramáticos a partir do final do século XIX, que configura uma memória científica dos conhecimentos sobre a língua e afeta as produções posteriores. Na tensão entre continuidade e ruptura, Francisco Fernandes evoca os gramáticos que o precedem enquanto

um dos grupos de autoridades da língua, porém caminha para uma autoria lexicográfica na diferença com os gramáticos. Pretendemos mostrar que essa autoria do dicionarista colaborador está ligada às finalidades de normatização do ensino escolar que guiaram a produção anterior de gramáticas, bem como a uma incipiente produção de dicionários voltados a esse público. Constrói-se, no entanto, uma outra posição de autoria: a de uma didática lexicográfica dos “mestres da língua”, assentada na leitura de um corpus que reúne diferentes posições de especialistas, com ênfase para os clássicos da literatura, mas incluindo-se também gramáticos e outros especialistas no estudo ou na prática da língua (juristas, historiadores e outros).

A língua que cresce: quantidade e autoridade para a dicionarização do novo

Uma das tendências da gramatização do final do século XIX e início do XX foi o argumento do “novo” (ORLANDI, 2001, p. 30), aliado a uma concepção histórica da língua, e com isso, à possibilidade de descrever as transformações no português brasileiro. Assentado-se nessa memória de busca do novo e de acumulação de conhecimento que permita atestar as modificações alcançadas, o trabalho do lexicógrafo clama por legitimação dos fatos e pela instrumentação da língua. Nessa direção, é interessante notar que Fernandes apoia-se, em seu prefácio da primeira edição, em Ernesto Carneiro Ribeiro⁶, salientando a metáfora da vida: “a vida das línguas, como a do organismo vegetal o animal, está num renovamento incessante e perene, em que todas se dão as mãos, se auxiliam, assimilam e irmanam” (FERNANDES, 1959, p. 7). A menção à língua, enquanto “organismo vivo”, em meio à conjuntura de defesa da língua, funciona de modo a impulsionar os estudos das transfor-

6 Ernesto Carneiro Ribeiro foi o revisor do Código Civil Brasileiro, envolvido na famosa polêmica com Rui Barbosa. Aqui ele aparece justificando a normatização dicionarística dos neologismos, como forma de promover a língua nacional.

mações da língua nacional. A dicionarização de palavras novas, de neologismos e estrangeirismos, associada ao acréscimo numérico das entradas de dicionários, ampliando a nomenclatura, indicam tanto uma continuidade em relação à língua portuguesa, quanto uma especificidade nacional. Enquanto lexicógrafo “obreiro”, Fernandes acompanha o “crescimento” da língua no Brasil: crescimento de palavras, de verbetes, de escritores, de mestres. Aumentar a quantidade de autores de referência, nessas circunstâncias, significa fomentar a expansão do corpus da língua.

Uma das vias para se obter essa ampliação de autoridades linguísticas é retomar o as iniciativas que, desde o “Programa de Português para os Exames Preparatórios”, organizado por Fausto Barreto em 1887, incentivam os estudos da língua portuguesa no território brasileiro (ver ORLANDI, 2001, p. 25), como os de Júlio Ribeiro (1881), João Ribeiro (1887), Maximino Maciel (1894). Nesse período e entrando também pelo século XX, podemos mencionar, conforme E. Guimarães (2004), outros autores de gramáticas e estudos, como Pacheco Silva (1879, 1894, 1903), Mário Barreto (1905), Eduardo Carlos Pereira (1907), Amadeu Amaral (1920), Sousa da Silveira (1925), Said Ali (1914, 1924, 1931).

Retornando ao DVR, a leitura de arquivo que ele instala especifica o tratamento dado a essa categoria. Do lado das gramáticas, trata-se de evocar a então recente produção gramatical, arrolando, na “relação das principais obras”, gramáticas como as de Júlio Ribeiro, Maximino Maciel, João Ribeiro, Pacheco e Lameira, Eduardo Carlos Pereira, dentre outros. Se na proposta de classificação dos verbos no DVR não são citados autores gramáticos, em nome de uma classificação própria, eclética, nos exemplos dos verbetes eles estão presentes, de modo que os gramáticos aparecem como um dos grupos representantes dos “mestres da língua”. E do lado dos lexicógrafos, que na classificação dos verbos também não aparecem, eles também são citados como fontes de exemplos. Note-se que dentre

as “autoridades” da língua citadas, encontram-se tanto grandes dicionaristas de língua portuguesa, desde o século XVII (Bluteau, Morais, Aulete, Figueiredo, etc.), até estudiosos de verbos no Brasil, como A. Torres e J. Stringare.

Outro percurso de arquivo, na busca de autoridades normativas da língua, consiste em retomar a tradição de antologias de autores consagrados, tais como a Antologia Nacional, de Fausto Barreto e C. Laet, cuja primeira edição é de 1895, com reedições que se estendem por décadas. A edição que consultamos (BARRETO & LAET, 1933), traz no prefácio da segunda edição o seguinte comentário: “livro oficialmente adotado em várias casas de ensino”, o que marca o caráter oficial da obra e sua circulação nas escolas desde a primeira edição. E no prefácio da 19ª edição, temos: “esta antologia, em que milhares e milhares de jovens brasileiros aperfeiçoaram os seus conhecimentos da língua natal e respiraram algumas das mais belas flores que as opulentam”. Na edição de 1933, além de uma “Introdução a noções elementares de sintaxe da composição simples e da composição composta”, há seções que apresentam biografias e excertos de obras de escritores portugueses e brasileiros, separadamente, distinguindo-se uns dos outros.

Confrontando a Antologia de Barreto e Late com o DVR nota-se uma relação de intertextualidade. Autores como Camões, Vieira, Camilo Castelo Branco, Rui Barbosa, Eça de Queirós, Machado de Assis, Euclides da Cunha, presentes na Antologia, figuram também nos verbetes, ressoando a memória dos “imortais” da língua portuguesa. Desse modo, o discurso didático das antologias se reproduz na lexicografia dos anos 30 a 50, quando os lexicógrafos “colaboradores”, ancorados nessa constelação de autores, constroem sua autoria e lugar editorial no Brasil.

Ao analisar os discursos de antologias nacionais, Serrani afirma que:

Como as compilações reeditam material proveniente de diversos contextos e de acordo com princípios e critérios diferentes, os textos incluídos se tornariam deshistoricizados, despoliticizados e, portanto, “atemporais”, “imortais”, ou “eternamente contemporâneos”. (i) Entretanto, entender a antologia como discurso requer analisar sempre as condições específicas de sua produção. Não existe discurso descontextualizado. Se considerarmos a distinção de Pêcheux intra-discurso/interdiscurso, que se corresponde com a de formulação/enunciado em Foucault, ou seja, o nível da formulação produzida na horizontalidade da cadeia verbal e o nível de análise, interdependente, das memórias sócio-históricas e/ou inconscientes implícitas na dimensão vertical do discurso, j) a observação sobre descontextualização pode ser aprofundada explicando regularidades enunciativas que levam a uma dada configuração discursiva da formulação de uma antologia, como veremos a seguir. (SERRANI, 2008, s.p.)

No caso que analisamos aqui, o discurso das antologias funciona como sustentação para a prática lexicográfica. Reunindo autores portugueses e brasileiros, os verbetes do DVR produzem uma imagem de unidade da língua dicionarizada, indistinguindo escritores portugueses e brasileiros e reforçando a posição normativa e purista da língua nacional. Literatura e gramática se conectam para se obter esse efeito de sentido de unidade da língua, ao mesmo tempo em que se produz um silenciamento das polêmicas gramaticais e de escritores que não se enquadram na memória dos clássicos e românticos. Também não se contemplam os discursos que se voltam para as descrições linguísticas atentas à oralidade, a regionalismos e à chamada língua popular, que ganham força na primeira metade do século XX.

Um outro percurso pertinente para a compreensão da autoria do DVR, particularmente sua circulação⁷, decorre de uma iniciativa ins-

titucional da Academia Brasileira de Letras: a atribuição do “Prêmio Francisco Alves”, dedicado a obras sobre a língua portuguesa. Nesse concurso inscreveram-se, além de Francisco Fernandes, os estudiosos Jaques Raimundo (*A Língua Portuguesa no Brasil*, 1941), Joaquim Mattoso Câmara Júnior (*Princípios de Linguística Geral*, 1941). Almir Câmara de Matos Peixoto (*Novos Rumos em Filologia*, 1942). Geraldo de Ulhoa Cíntra (*O conceito Perene de Filologia*, 1939). No parecer da Comissão, de 1943, três anos após a primeira edição do DVR, temos a seguinte apreciação:

“Cumprir destacar entre esses livros o Dicionário de Verbos e Regimes, do sr. Francisco Fernandes, com mais de 10.000 verbos portugueses em suas diversas acepções e regências, trabalho de real importância e utilidade para os estudiosos do idioma, que nele encontram guia seguro através das dificuldades inumeráveis que a matéria apresenta.” (FERNANDES, 1959, p. 13)

Dentre os autores que concorreram para esse prêmio, como se nota acima, está Joaquim Mattoso Câmara, com a inscrição daquela que é considerada a primeira obra de linguística geral publicada no Brasil: *Princípios de Linguística Geral* (GUIMARÃES, 2004, p. 95). Isso mostra a concomitância de diferentes abordagens da língua nesse momento, bem como a consonância da ABL com a perspectiva normativa e patrimonial da lexicografia, aliada ao incremento dos instrumentos linguísticos didáticos e voltados para a escrita.

Vale notar ainda mais um funcionamento do discurso documental, operando nas trilhas da circulação da autoria. São apreciações sobre o dicionário de Fernandes que aparecem igualmente entre os textos introdutórios, estendendo-se por dez páginas! Reunem-se aí co-

discursos de divulgação, observando como funciona discursivamente a circulação autoral (Ver J. H. Nunes. *Discurso de Divulgação Arquitetônica para o grande público: cotidiano e autoria*. In: *O Discurso nas Fronteiras do Social*. F. Beayon, L. Anjos, R. Modesto e outros (Org.). Campinas: Pontes, 2019).

7 Temos considerado a circulação da autoria como um dos componentes da função autor. Nessa direção analisamos

mentários de algumas linhas, feitos por autores renomados, dentre os quais citamos aqui: Ciro dos Anjos, Sérgio Milliet, Antenor Nascentes, Afrânio Peixoto, Gustavo Capanema, Manuel Bandeira, Padre José Stringari, Alceu Amoroso Lima, além dos jornais Diário de Notícias, Minas Gerais, Jornal do Commercio, Estado de São Paulo, O Diário, Estado de Minas, O Diário, Correio da Manhã, dentre outros. Sendo um autodidata, os comentários elogiosos nessa lista de autores renomados, corroboram para legitimar a autoria de Fernandes e a pertinência da obra em meio aos demais estudos que então se faziam sobre a língua nacional.

Finalmente, trazemos um excerto do prefácio de Aires da Mata⁸, também inserido na edição de 1959 do DVR. Opondo as “normas peremptórias” à “leitura dos bons mestres”, o filólogo justifica o dicionário de autoridades na língua:

“Pensam os ingênuos que é possível estabelecer normas peremptórias e, com pouca dúvida, perdem a fé naquele a quem dispensam até o grave tratamento de mestre, quando o estudioso da língua se limita a ponderar que só a leitura dos bons mestres e a consulta dos bons dicionários conseguem resolver os casos de regência. E, na verdade, assim é.” (MACHADO FILHO, 1959, p. 11)

Frente à “variedade e imprecisão da nomenclatura” e às “dificuldades” dos especialistas, a classificação de Fernandes é vista como “ecletica e inovadora”, de modo que “os pontos obscuros da regência são mais facilmente esclarecidos”. Assim, com a chancela do filólogo, as dificuldades do estudo da regência são evitadas em vista da simplificação didática e da escrita dos autores clássicos, dos “mestres” abrigados no dicionário. Como veremos mais abaixo, isso traz condições para o funcionamento de uma memória lexicografia exemplar. Porém, antes disso,

tratemos das acepções do DVR, atentando para a textualidade do verbete e das acepções.

O verbete do DVR: definição, sinonímia e exemplo

Vimos que, no DVR, a posição discursiva dos mestres da língua funciona na legitimação de uma normatividade literária ampliada com estudiosos portugueses e brasileiros reconhecidos como autoridades em matéria de língua portuguesa (gramáticos, lexicógrafos, juristas, historiadores, etc.). Essa prevalência dos grandes autores e do discurso didático no processo de dicionarização se apresenta no modo como os verbetes são organizados em sua textualidade. Analisemos o verbete abaixo⁹:

“Pensar Intransitivo – Formar, combinar idéias: “Eu PENSO, logo existo.” (Moraes.) || Raciocinar; fazer reflexões: “Falar sem PENSAR é atirar sem apontar.” (Aulete.) “Não li, não escrevi, nem PENSEI.” (Camilo. Mem. Do cárcere, 1, 19.) || Relativo – fazer tensão de; tencionar, cogitar: “Ele nem PENSA em se emendar.” (Idem.) || Estar ocupado, ter cuidado: “Não PENSAR senão em sua doença.” (Séguier.) || Ser de tal ou tal parecer, opinião: “Não PENSO assim” (Idem.) “Que PENSA o senhor da cabocla do Castelo?” (M. Assis, Esaú e Jacó, 43.) Lembrar-se; imaginar: “PENSOU nisto, PENSOU naquilo.... uma idéia lhe vinha, outra se lhe ia.” (Garrett, Viagens, I, 180.) || Meditar. Reflexionar: “Mas também PENSEI no que reza o livro do profeta.” (Herculano, Monge, I., 97.) “O ancião nos faz PENSAR sobre a vaidade de nossas paixões.” (Idem, apud Stringari) || “PENSAR NA MORTE DA BEZERRA, - meditar tristemente.” (C. Figueiredo.) || Transitivo – Avaliar pelo raciocínio; julgar, imaginar “PENSEI que corria grande risco em a conservar em casa.” (Herculano, Monge, I. 97.) || Meditar, planejar: “Mediu-o pela estatura dos criminosos vulgares, e PENSOU matá-lo.” (Camilo, F. do regicida, 45.) || Prover;

9 A escolha do verbete “pensar”, tomado aqui para observar as partes constituintes dos verbetes do DRG, deve-se também a um trabalho em andamento que visa a compreender as regularidades discursivas em um corpus de palavras metalinguísticas. No caso de verbos, são palavras como falar, dizer, interpretar, discursar, ler, comentar, etc

8 Aires da Mata Machado Filho (1888-1965) foi um filólogo, professor da PUC de Minas Gerais, membro da Academia Brasileira de Filologia e autor do Dicionário Didático e Popular da Língua Portuguesa, de 1965.

imaginar, supor: “Nunca PENSEI que tal me sucedesse.” (Aulete.) || Tratar convenientemente; aplicar curativo a: “Joaninha PENSAVA os feridos.” (Garret, apud Sá Nunes, *Língua vernácula*, I, 267.) “PENSAR uma ferida, fazer-lhe o curativo.” (Aulete.) “PENSAR uma criança, - lavá-la; vesti-la, dar-lhe o penso.” (Moraes.) || PENSAR um animal, - dar-lhe o sustento e aplicar-lhe o tratamento próprio.” (Aulete.) || “PENSAR BEM ou MAL DE alguém, - fazer bom, ou mau conceito dessa pessoa.” (Séguier.) (FERNANDES, 1959, p. 456)

No verbete pensar, são três as categorias de regência arroladas no decorrer da sequência textual: intransitivo, relativo e transitivo, lembrando que no caso do regime relativo é necessária, segundo Fernandes, a presença de um complemento preposicionado (ou objeto indireto). Para cada categoria de regência verbal há um grupo de acepções, incluindo-se em cada

uma delas definições e exemplos. As definições desdobram-se em processos parafrásticos, por meio de dois mecanismos: a sintagmatização verbal e a sinonímia. Finalmente, chega-se aos exemplos, que consistem, no mais das vezes, em enunciados curtos, acompanhados da indicação dos nomes dos autores e/ou das obras.

Começamos pelas definições sintagmáticas e sinonímicas. Para isso, observemos a primeira acepção do verbete pensar, ligada à regência Intransitivo:

“Pensar Intransitivo – Formar, combinar idéias: “Eu PENSO, logo existo.” (Moraes.)” (FERNANDES, Idem)

Temos nessa acepção dois sintagmas verbais, um constituído de verbo e complemento (“combinar idéias”) e o outro somente de um

VERBETE <i>PENSAR</i> - DEFINIÇÕES SINTAGMÁTICAS E SINONÍMICAS		
Intransitivo	Relativo	Transitivo
● <u>Formar, combinar idéias</u>	● <u>fazer tenção de; ten- cionar, cogitar</u>	● <u>Avaliar pelo raciocínio; julgar, imaginar</u>
	● <u>Ser de tal ou tal parecer, opinião</u>	● <u>Meditar, planejar</u>
● <u>Raciocinar; fazer reflexões</u>	● <u>Lembrar-se; imaginar</u>	● <u>Prover; imaginar, supor</u>
	● <u>Meditar Reflexionar</u>	● <u>Tratar convenientemente; aplicar curativo a</u>
	● <u>Meditar tristemente</u>	
		<u>Sintagmas como exemplos seguidos de paráfrases definidoras</u>
		● <u>PENSAR uma ferida, fazer-lhe o curativo.</u>
		● <u>PENSAR uma criança, - lavá-la; vesti-la, dar-lhe o penso.</u>
		● <u>PENSAR um animal, - dar-lhe o sustento e aplicar-lhe o tratamento próprio.</u>
		● <u>PENSAR BEM ou MAL DE alguém, - fazer bom, ou mau conceito dessa pessoa.</u>

verbo (formar), podendo-se também interpretar que o verbo formar pode igualmente ser complementado pelo nome “ideias”. De qualquer modo, nota-se que os sintagmas verbais formar(ideias) e combinar ideias funcionam como substituíveis entre si e também com relação a pensar, ou seja, em relação à entrada do verbete. E no exemplo (“Eu PENSO, logo existo.” [Moraes.]), a ocorrência de penso está ligada de algum modo às significações anteriormente descritas, além de funcionar como operador de uma memória do racionalismo. É esse jogo de definições, substituições, paráfrases, reescrituras na textualidade da acepção que produz sentidos para a palavra de entrada, conformando também o imaginário lexicográfico de unidade textual da acepção, ao reunir gramática, definição e exemplo.

A fim de visualizar melhor as séries de definições sintagmáticas e sinonímicas, tal como distribuídas nos três regimes verbais compreendidos no verbete, observemos a seguinte tabela, que traz um recorte de tais sequências:

No domínio de regência intransitiva, os sintagmas significam operações mentais, inicialmente com uma tendência à formalização (“Formar, combinar idéias”) e em seguida ao raciocínio (Raciocinar; fazer reflexões). Depois, nas definições de regência relativa, além de sentidos próximos ao raciocínio, como em “Meditar. Reflexionar”, há sintagmas que apontam para outras ações internas ao sujeito, voltadas para a intenção (“fazer tenção de; tencionar, cogitar”), a opinião (“Ser de tal ou tal parecer, opinião”), a lembrança ou a imaginação (“Lembrar-se; imaginar”), e também uma meditação acompanhada de um sentimento (“Meditar tristemente”). Já no campo da regência transitiva temos inicialmente significações já apontadas parcialmente, como as do raciocínio, da meditação, da imaginação, porém acrescidas de certas complexidades, como a avaliação (“Avaliar pelo raciocínio; julgar, imaginar”), o planejamento (“Meditar, planejar”), a suposição (“Prover; imaginar, supor”). Ainda na transitividade verbal, segue uma definição que difere

das anteriores por significar ações externas ao sujeito: “Tratar convenientemente; aplicar curativo a”. Além disso, na continuidade do verbete estendem-se as definições de ações externas, acopladas a exemplos sintagmáticos em que o verbo pensar aparece com letra maiúscula. Nos três primeiros exemplos, variando-se o complemento do verbo, as definições diferem quanto ao modo de significar as ações externas aí compreendidas, seja em visa de um sujeito suposto indeterminado: “PENSAR uma ferida, fazer-lhe o curativo”, uma posição de sujeito determinada inscrita no complemento verbal (PENSAR uma criança, - lavá-la; vesti-la, dar-lhe o penso) e uma posição de animal (PENSAR um animal, - dar-lhe o sustento e aplicar-lhe o tratamento próprio). Em todos esses casos prevalece a significação de cuidados médicos ou de higiene. Finalmente, no último exemplo retornam as significações internas ao sujeito, porém voltadas transitivamente para um sujeito indeterminado (alguém) externo (“PENSAR BEM ou MAL DE alguém, - fazer bom, ou mau conceito dessa pessoa.”).

Passemos agora à análise dos exemplos, atentando para o tratamento do verbo na tensão entre os exemplos trazidos de autores reconhecidos e a descrição gramatical. Essas duas tendências evocam memórias discursivas que se entrecruzam: a das vozes dos grandes autores e a dos estudiosos da língua portuguesa, incluindo-se em ambos os casos portugueses e brasileiros.

Na passagem dos textos dos grandes autores à exemplificação lexicográfica, nota-se o processo de discursivização e didatização que consiste em seleccionar enunciados concisos e modelares e que permitam observar os diferentes tipos de regência verbal. Está em jogo também a seleção de semantismos ideológicos que compõem, em sua diversidade e diferenciação, os discursos sócio-históricos tal como agenciados pelo dicionário.

Os autores citados no verbete “pensar” podem ser distintos em dois grupos: os lexicógrafos e os escritores. No primeiro grupo es-

tão: Moraes (2 exemplos), Aulete (4 exemplos) Figueiredo (1 exemplo) Stringari (1 exemplo), Séguier (2 exemplos). Nesse grupo de dicionaristas vale a observação que Fernandes faz no prefácio da primeira edição, de 1939: “Quando me refiro a florilégios e dicionários, somente o nome dos respectivos autores aparece, calando-se o do escritor cujo trecho se transcreve – não só pelos motivos acima expostos, mas também por me parecer suficiente a autoridade do antologista ou lexicógrafo citado.” (FERNANDES, 1959, p. 8). Nota-se aí a construção da posição do lexicógrafo citado como autor do exemplo, de modo que o trecho citado aparece como se tivesse origem no autor lexicógrafo. Como consequência há um silenciamento do autor escritor, proporcionado pela transferência autoral do escritor ao dicionarista. Valeria aí refletir sobre esse efeito de autoria lexicográfica em que uma série de vozes literárias são transportadas para o dicionário, enquanto a posição de lexicógrafo se sobrepõe à do escritor e ganha espaço entre as autoridades da língua.

Obsevemos agora a tabela abaixo, que delimita os enunciados exemplares. Note-se que, na transcrição dos exemplos para o dicionários, observam-se as marcas da didatização lexicográfica, no modo como se assinalam palavras com letras maiúsculas (para a ocorrência do verbo ou locução), ou em itálicos (para a identificação de preposições), no caso da classificação do tipo relativo de regência:

Os exemplos de regência intransitiva trazem discursividades de senso comum, expressões populares ou frases literárias modelares. No exemplo “Eu penso, logo existo”, que está presente em Moraes desde sua primeira edição (1789), nota-se a significação do raciocínio, ligada a uma memória do racionalismo cartesiano, porém com a presença do “eu”, diferentemente da versão cristalizada: “Penso, logo existo”, Pode estar funcionando aí um didatismo do verbo, com o preenchimento da posição de sujeito. No exemplo de Aulete (“Falar sem PENSAR é atirar sem apontar.”), há uma expressão que associa a ação de raciocínio a uma ação externa: a da pre-

VERBETE <i>PENSAR</i> – EXEMPLOS
Intransitivo Eu PENSO, logo existo. (Moraes.) Falar sem PENSAR é atirar sem apontar. (Aulete.) Não li, não escrevi, nem PENSEI. (Camilo. <i>Mem. Do cárcere</i>, 1, 19.)
Relativo Ele nem PENSA <i>em</i> se emendar. (Idem.) Não PENSAR senão <i>em</i> sua doença. (Séguier.) Não PENSO assim (Idem.) Que PENSA o senhor <i>da</i> cabocla do Castelo? (M. Assis, <i>Esaú e Jacó</i>, 43.) PENSOU <i>nisto</i>, PENSOU <i>naquilo</i>....uma idéia lhe vinha, outra se lhe ia. (Garrett, <i>Via-gens</i>, I, 180.) Mas também PENSEI <i>no</i> que reza o livro do profeta. (Herculano, <i>Monge</i>, I., 97.) O ancião nos faz PENSAR <i>sobre</i> a vaidade de nossas paixões. (Idem, <i>apud</i> Stringari) PENSAR NA MORTE DA BEZERRA, - meditar tristemente. (C. Figueiredo.)
Transitivo PENSEI que corria grande risco em a conservar em casa. (Herculano, <i>Monge</i>, I. 97.) Mediu-o pela estatura dos criminosos vulgares, e PENSOU matá-lo. (Camilo, F. do regida, 45.) Nunca PENSEI que tal me sucedesse. (Aulete.)

paração para o disparo de uma arma, deixando-se indeterminado o sujeito da ação, assim como as circunstâncias em jogo (situação de caça? De violência?). E, no exemplo de Camilo, o verbo pensar se apresenta em relação paradigmática com ler e escrever, enquanto ações de um sujeito em primeira pessoa. Forma-se nesse caso uma série de verbos com significação metalingüística, quando o “pensar” mostra-se em uma relação de proximidade com “ler” e “escrever”, constituindo-se um vocabulário das Letras.

Os exemplos no domínio da regência relativo trazem marcas de certos discursos, a saber: o discurso moral (“Ele nem PENSA em se emendar.” [Idem./Camilo]), que se liga em alguns casos ao discurso religioso (“Mas também PENSEI no que reza o livro do profeta.” [Herculano, Monge, I., 97]; “O ancião nos faz PENSAR sobre a vaidade de nossas paixões.” [Idem, apud Stringari]). Há na sequência um exemplo de discurso médico (“Não PENSAR senão em sua doença.” [Séguier.]) e um outro de discurso cotidiano sobre o conhecimento de uma pessoa em um espaço citadino (“Que PENSA o senhor da cabocla do Castelo?” [M. Assis, Esaú e Jacó, 43.]), E em seguida retorna a significação de reflexão interna ao sujeito (“PENSOU nisto, PENSOU naquilo....uma idéia lhe vinha, outra se lhe ia.” [Garrett, Viagens, I, 180.]). Por fim, o exemplo em forma de dito popular (“PENSAR NA MORTE DA BEZERRA”) evoca uma memória da vida no campo, no cotidiano da criação de gado.

Quanto aos exemplos de regência transitiva, considerando-se que já tratamos mais acima daqueles ligados à significação de “pensar” enquanto “prover cuidados”, vamos nos deter aos que trazem a ação de “pensar” como interna ao sujeito, porém com um complemento frasal do verbo, no qual se apresentam situações e sujeitos significados como “pensados” por outro sujeito. São situações cotidianas de “risco” no interior de um certo espaço urbano como a casa (“PENSEI que corria grande risco em a conservar em casa.” [Herculano, Monge, I. 97.]), de violência

(“Mediu-o pela estatura dos criminosos vulgares, e PENSOU matá-lo.” [Camilo, F. do regicida, 45.]), e ainda um exemplo de uma reflexão de um sujeito sobre suas próprias ações (“Nunca PENSEI que tal me sucedesse.” [Aulete.]).

Tais observações sobre os exemplos se limitaram à descrição dos enunciados recortados dos textos de onde provêm, funcionando no dicionário como frases exemplares. Um outro percurso possível, que não desenvolveremos aqui, seria observar os enunciados na passagem do discurso literário ao discurso lexicográfico, para se compreender os sentidos dessa transição de uma textualidade a outra.

Conclusão: o DVR e o proceso de dicionarização

Com a análise do DVR percorremos algumas das instâncias em que a palavra, mais especificamente em sua categorização como verbo, se apresenta como objeto de discurso. Da categorização e da classificação da regência, passamos à definição sintagmática, à sinonímia, à locução, ao exemplo. Observamos as significações enquanto ações internas ao sujeito, com destaque para o raciocínio formal e reflexivo, seguido por outras significações (intenção, cogitação, opinião, imaginação, meditação, etc.). As redes sinonímicas ampliam essa configuração ramificada, enquanto os exemplos evocam diferentes discursividades (racionalismo, moral, religioso, linguística, urbano ou rural, cotidiano, da violência, do cuidado médico, dentre outras). Atravessando essa textualidade do verbete, o discurso didático e normativo, alicerçado na imagem dos “mestres da língua”, marca o modo de dicionarização que aí se constitui. Como vimos, essa tendência à normatização didática se ancora em um horizonte de retrospecto que retoma a memória da escolarização brasileira a partir do final do século XIX, com as iniciativas de produção de gramáticas e outros materiais de ensino, como as antologias de autores portugueses e brasileiros e outros dicionários de verbos

elaborados por estudiosos.

Diante disso, no entanto, notamos que há um deslocamento significativo no período de vai da primeira edição do DVR (1941) até a edição que analisamos (1959), a saber, a consolidação de uma posição de lexicógrafo enquanto um estudioso colaborador. A construção dessa posição leva a uma primazia da normatividade prática, tendo em vista o ensino e o aprendizado do ler e escrever para um público amplo. Ao mesmo tempo, evita-se a reflexão teórica dos “gramáticos”, com suas divergências quanto à regência verbal. Tal posição de lexicógrafo didático se projeta também com o reconhecimento autoral de especialistas diversos, bem como de instituições como a Academia Brasileira de Letras. Com base na exemplificação literária, particularmente um corpus restrito de autores, a normatização se sustenta no discurso de autoridade, incluindo-se gramáticos e dicionaristas, reunidos na posição mais ampla dos “mestres da língua..

No dicionário de verbos, gramática e léxico estão conjugados no interior do verbete, o que permite observar o modo como sintaxe e semantismo lingüístico e discursivo se apresentam. Enquanto dicionários parciais, obras como essa levam a refletir sobre o papel desses instrumentos no processo mais amplo de gramatização, especialmente a produção dos dicionários gerais, que trazem para dentro parte dos resultados dessas iniciativas paralelas, ou, por outro lado, evitam esse olhar que se restringe aos “grandes autores”, a uma produção escrita modelar. Desse modo, a dicionarização se apresenta como uma rede abrangendo diferentes tipologias, que circulam em determinados trajetos, envolvendo modos de autoria e relações com instituições, políticas de Estado e arquivos lingüísticos.

Referências bibliográficas

- AUROUX, S. A Revolução Tecnológica da Gramatização. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BARRETO, F.; LAET, C. de. Antologia Nacional. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933.
- COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. Un Prêt-à-Parler : le dictionnaire. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- FERNANDES, F. Dicionário de Verbos e Regimes. 4ª ed. 7ª imp. Rio e Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Editora Globo, 1959.
- FERNANDES, F. Dicionário de Sinônimos e Antônimos da Língua Portuguesa. 10ª ed. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Editora Globo, 1955.
- FERNANDES, F.; GUIMARÃES, F. M. Dicionário da Língua Portuguesa. Nova edição revista, ampliada e ajustada à Nomenclatura Gramatical Brasileira por Celso Pedro Luft. 2 vol. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Editora Globo, 1966. (1ª ed.: 1958).
- FREIRE, L. Dicionários de Verbos. Rio de Janeiro: Edição da Revista de Língua Portuguesa, 1925.
- FREIRE, L. Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa. 5 vols. Rio de Janeiro: A Noite, 1939-1944.
- GUIMARÃES, E. História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil. Campinas: Pontes, 2004.
- NUNES, J. H. Dicionários no Brasil: Análise e História do Século XVI ao XIX. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- NUNES, J. H. O discurso documental na história das idéias lingüísticas e o caso dos dicionários. ALFA: Revista de Linguística, São Paulo, v. 52, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/1468>. Aces-

so em: 18 maio. 2022.

NUNES, J. H. A Invenção do Dicionário Brasileiro: transferência tecnológica, discurso literário e sociedade. *Revista argentina de historiografia lingüística*, V, 2, 2013, p. 159-172. Endereço: www.rahl.com.ar.

NUNES, J. H. Discurso de Divulgação Arquitetônica para o grande público: cotidiano e autoria. In: *O Discurso nas Fronteiras do Social*. F. Benayon, L. Anjos, R. Modesto, G. Adorno, M. Ferraça, R. Osthures (Org.). Campinas: Pontes, 2019.

ORLANDI, E. P. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez, 1988.

ORLANDI, E. P. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: E. Orlandi (Org.): *História das Ideias Linguísticas. Construção do saber metalinguístico e constituição da Língua Nacional*. Campinas: Pontes: Cáceres: UNEMAT Editora, 2001.

PAIVA, A. M. A. de O. e. Fernandes e Aurélio: um estudo comparativo de duas obras lexicográficas. Dissertação de Mestrado. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

SERRANI, S. Antologia: escrita compilada, discurso e capital simbólico. *Alea: estudos neolatinos*, vol. 10, nº 2, julho de 2008, pp. 270+. Gale Academic OneFile. Endereço: gale.com/apps/doc/A210035207u+capes&sid=ebsco&xid=a-06139da. Rio de Janeiro: Faculdade de letras (UFRJ). Acesso em 12 de janeiro de 2022.

SILVA, A. de M. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

STRINGARE, P. J. *Regimes de Verbos*. Niterói: Escolas Profissionais Salesianas, 1936. (Volume II, 1937).

TÔRRES, A. de ALMEIDA, Regência verbal, 2ª ed. Niterói: Gráfica Dias Vasconcelos, 1934. (1ª ed, 1931).

Submissão: maio de 2022.

Aceite: junho de 2022.

A DIMENSÃO COLETIVA DOS SENTIDOS DE CULTURA: UMA ANÁLISE DA PALAVRA EM DICIONÁRIOS BRASILEIROS

Carolina Rodríguez-Alcalá (Unicamp)¹
Felipe Augusto Santana do Nascimento (IFAL)²

Resumo: O objetivo deste trabalho, filiado a uma perspectiva discursiva do estudo da palavra, é desnaturalizar a evidência que associa *cultura* e *identidade coletiva*, evidência que será pensada em termos de *preconstruído*. A proposta é analisar a constituição histórica desse preconstruído no contexto da colonização europeia e da emergência dos Estados nacionais a partir do Renascimento. Traremos alguns elementos da história da palavra cultura para analisar sua definição em dicionários brasileiros de língua portuguesa, visando compreender como essa evidência é produzida e quais são seus políticos.

Palavras-chave: Cultura. Identidade coletiva. Preconstruído. Dicionários. Língua Portuguesa.

THE COLLECTIVE DIMENSION OF THE MEANINGS OF CULTURE: AN ANALYSIS OF THE WORD IN BRAZILIAN DICTIONARIES

Abstract: The objective of this work, affiliated with a discursive perspective of the study of the word, is to denaturalize the proof that associates culture and collective identity, proof that will be thought in terms of pre-construction. The European proposal is analyzed in the historical context of the emergence of pre-construction of national states. We will bring elements from the history of culture, analyze its definition in Brazilian Portuguese-speaking dictionaries, some of them covering how its elements are production and politics.

Keywords: Culture. Collective identity. prebuilt. Dictionaries. Portuguese language.

1 Doutorado em Linguística (2000), na área de Análise do Discurso, pela Universidade Estadual de Campinas. É pesquisadora Pq B do Laboratório de Estudos Urbanos (Labeurb/Nudecri), da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: carolina@unicamp.br

2 Doutor em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). E-mail: felipe.augustus@hotmail.com

1. Introdução

Um sentido dominante de cultura, tomada como palavra do senso-comum ou como conceito científico, é aquele que a vincula à dimensão coletiva da existência dos indivíduos nas sociedades, à sua inscrição em “formas de vida” que caracterizam e distinguem uma determinada unidade social. De um lado, a cultura seria aquilo que define uma nação, e as questões da “identidade nacional” e da “identidade cultural” aparecem como pontos sensíveis nas discussões sobre a subjetividade, sobre a própria “identidade” dos indivíduos nas sociedades (cf. Rodríguez-Alcalá, 2004). De outro lado, cultura refere também coletividades supranacionais, quando se fala, por exemplo, de “cultura latino-americana”, “cultura europeia” ou, ainda, “cultura ocidental”. Cultura remete, ainda, à unidade da “coletividade humana”, sentido geral em que se opõe à natureza.

Mas se essa dimensão coletiva da identidade dos sujeitos associada à cultura funciona hoje como uma evidência amplamente aceita, já sua definição é considerada uma tarefa “complexa” e “difícil” e em relação à qual existem profundas divergências. A afirmação dessa “dificuldade” e dessa “complexidade”, como apontado em Nascimento (2019), é uma regularidade nos dizeres sobre a cultura (cf. Kroeber e Kluckhohn, 1952; Williams; 1985; Eagleton, 2005). A cultura é vista nas ciências sociais, em particular na Antropologia, como um conceito “equivoco”, que tem uma “complicada história moderna” (Williams, 1985), um “emprego delicado e problemático” e uma “pertinência questionável” (Augé, 2001).

Nas últimas décadas, diversos trabalhos realizados na área da Análise do Discurso (doravante AD), perspectiva na qual se inscreve o presente trabalho, têm se debruçado sobre esse conceito (cf. Rodríguez, 2000; Rodríguez-Alcalá, 2004, 2018; Ferreira, 2011, 2015, 2019; Mariani, 2009; De Nardi, 2007, 2011; Esteves, 2011, 2017; Dorneles, 2015; Ramos e Ferreira,

2016; Nascimento, 2019, entre outros). Esses trabalhos procuram, de um lado, compreender os equívocos dos discursos que ao mobilizar o conceito de cultura naturalizam os processos históricos, políticos e econômicos que estão na base da produção das chamadas formas de vida social. A cultura se apresenta frequentemente como algo que “é”, como conjunto de características ontológicas de um grupo que, portanto, não podem ser alteradas (cf. Rodríguez, 2000; De Nardi, 2011). Ao lado dessas críticas àquilo que de uma perspectiva discursiva cultura não é, do que Esteves (2017) chamou de efeito da cultura, alguns desses trabalhos têm se esforçado em propor definições a partir da exploração do dispositivo teórico-conceitual da AD, pondo em relevo a natureza política (ideológica) daquilo que se chama de cultura, concebendo-a como conjunto de práticas que se inscrevem em condições históricas de produção. Para abordar essa questão comum, discute-se, por exemplo, o que seria a ordem da cultura e propõe-se pensá-la em termos de rituais ou de formações culturais (cf. Ferreira, 2011, 2019; Esteves, 2011; Dorneles, 2015; Ramos e Ferreira, 2016), dentre outras contribuições que não serão aqui detalhadas.

O objetivo do presente trabalho, frente a esse breve panorama, não é definir o que (não) é cultura, mas desnaturalizar essa evidência atual que a vincula à identidade coletiva. Propomos pensar nesse vínculo como um pre-construído, no sentido de Paul Henry ([1977] 1992; [1975] 1990), para refletir sobre as condições históricas em que se constitui e sobre seus efeitos políticos. Situaremos a emergência da palavra no processo de formação dos Estados nacionais modernos, contemporâneo da colonização europeia a partir do Renascimento, para sustentar que os sentidos que se constituíram hierarquizam os grupos humanos tendo como modelo as formas de vida ocidentais. Traremos, para tanto, alguns elementos da história da palavra cultura para em seguida realizar uma leitura de dicionários de língua portuguesa, a fim de compreender como

as evidências produzidas por essa palavra são neles construídas.

2. O preconstruído e o efeito de realidade

A noção de preconstruído proposta por P. Henry se define como o efeito subjetivo de anterioridade, de implicitamente admitido, produzido por alguns elementos do dizer que se apresentam como construções exteriores ao discurso (cf. Henry, [1975] 1990, p. 46). Dito de outro modo, o preconstruído é o efeito de referência extralinguística em um discurso dado, produzido pela ocultação e o esquecimento de sua natureza enquanto elemento discursivo (cf. Fradin e Marandin, 1979, p. 82).

Ao ser definida como efeito – de referência, de existência, de realidade – a noção de preconstruído se opõe à de pressuposição, como indica o próprio P. Henry (*ibidem*), e também a outras noções pragmáticas, como “background” comum ou conhecimento prévio entre os interlocutores, formuladas para dar conta de elementos externos que interviriam no funcionamento da linguagem mas que não seriam passíveis de análise linguística propriamente dita. O preconstruído funciona, precisamente, pelo desconhecimento de que aquilo que se apresenta como prévio, como anterior ao discurso, como sempre-já-aí da realidade exterior, foi construído discursivamente, sendo, portanto, analisável em e pela língua. Henry analisa, especificamente, alguns mecanismos sintáticos sobre os quais esse efeito se produz, relacionados a fenômenos como a nominalização ou as construções relativas.

Pêcheux ressalta a importância dessa noção para a análise do discurso, quando afirma que é fundamental distinguir, em aquilo que é dito, entre o preconstruído e o que é construído em um determinado discurso, uma vez que têm funcionamentos materiais diferentes (cf. Pêcheux, [1973] 2011, p. 218). O autor ilustra essas diferenças através de um exemplo retomado de P. Henry, quando este autor analisa a seguin-

te frase, proferida pelo presidente estadunidense Lyndon B. Johnson, nos anos 1960, em um discurso ao Congresso sobre uma proposta de aumento de impostos: Não é a guerra do Vietnã, mas o aumento regular dos encargos da administração que leva à necessidade de aumentar os impostos. Nessa estrutura “Não é X, mas Y que leva a Z”, comenta o autor, é o elemento Z que funciona sob o efeito de preconstruído, ao apresentar-se como uma realidade existente, anterior e exterior ao discurso, que não é posta em discussão no enunciado – só se discute quais seriam as causas desse fato, desse estado de coisas (X ou Y). Questionar o preconstruído seria, diz Pêcheux, trazer para a discussão o elemento Z, isto é, perguntar-se sobre a necessidade – ou não – de aumentar os impostos, para somente então, eventualmente, discutir quais seriam as causas.

Sem aprofundarmos nas elaborações teóricas ou analíticas em torno dessa noção, gostaríamos de reter para a presente reflexão esse efeito de referência que o funcionamento do preconstruído produz. Nas definições de cultura, é seu encadeamento com a identidade, em particular com a identidade coletiva, aquilo que se apresenta como preconstruído, como realidade independente, anterior e exterior aos discursos. É essa evidência que está na base de expressões como “identidade cultural” ou permite a substituição de “cultura brasileira” por “identidade brasileira”, por exemplo. Isto é, nos discursos atuais procura-se frequentemente definir o que sejam cultura ou identidade, mas o vínculo entre esses termos funciona como um preconstruído que não é posto em discussão.

A proposta deste texto é justamente interrogar esse preconstruído, trazendo elementos para mostrar que o par cultura-identidade é uma construção discursiva relativamente recente, que não preexiste à própria invenção da palavra cultura em seus sentidos modernos, e cujo funcionamento deve ser compreendido em relação a dois fatos históricos fundamentais, a saber, a emergência dos Estados e a colo-

nização europeia.

3. Cultura e Estado nacional: a identificação do sujeito jurídico

O que entendemos hoje por cultura deve muito aos sentidos cristalizados entre os séculos XVIII e XIX, momento chave do processo pelo qual essa noção foi adquirindo destaque crescente na visão dos fenômenos sociais, que passaram a ser concebidos como fenômenos culturais (cf. Rodríguez-Alcalá, 2004).

Esse fato se inscreve, conforme sustentado em Rodríguez (2000) e Rodríguez-Alcalá (2004), no contexto das transformações operadas na passagem do sujeito religioso medieval para o sujeito jurídico, ou sujeito de direito, modo histórico de existência dos indivíduos nas sociedades capitalistas contemporâneas ocidentais (Pêcheux, [1975] 2014; Haroche, [1984] 1992). A cultura tornou-se nesse processo uma peça chave para a legitimação do poder do Estado sobre os sujeitos e sobre seu território, que veio em certo sentido a substituir o papel que a religião desempenhara num período anterior.

Na Idade Média o Estado construía sua legitimidade pelo apelo a Deus, que o Soberano representava na terra. Os sujeitos deviam submeter-se a seus desígnios porque estes exprimiam a vontade divina. Com o progressivo declínio do pensamento religioso medieval e a separação operada entre religião e política coloca-se um problema fundamental para a legitimação do poder e a governabilidade dos sujeitos, uma vez que Deus não mais a garante. O “amor a Deus” e o “temor a ele”, que deviam traduzir-se na subordinação ao Soberano, passam então a ser substituídos pelo “amor à pátria”, pela “lealdade à nação”, que deve traduzir-se na subordinação ao Estado, através das leis.

Mas se essa é uma injunção característica dos Estados nacionais modernos, o que permite particularizar esse processo e promover a identificação dos sujeitos a um Estado, e não a outro? É aí que a cultura intervém: é através da

cultura da nação, enquanto fenômeno de caráter particular e diferenciado, que os sujeitos são interpelados a identificar-se a um Estado, através de suas leis, que devem apresentar-se como adequadas a essa cultura. É nessa confluência da identificação dos sujeitos e das leis instituídas em torno da ideia de nação, através da cultura, que o Estado constrói sua legitimidade (cf. Rodríguez, 2000; Rodríguez-Alcalá, 2004).

É nesse contexto político que o sentido coletivo de cultura emerge e se consolida, tornando-se signo de pertencimento a (uma) nação, ao mesmo tempo em que aparece a primeira definição científica do conceito. Esta foi formulada pelo antropólogo britânico Edward Tylor, criador da antropologia como disciplina universitária e seu primeiro titular, em 1883, na Universidade de Oxford (cf. CUCHE, 2002, p. 34-37). Em seu livro *Cultura Primitiva* (*Primitive Culture*), publicado em 1871, Tylor apresenta a seguinte definição:

Cultura ou civilização, tomadas em seu sentido etnológico amplo, é esse todo complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e as outras capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro da sociedade. (TYLOR, [1871] 1920, p. 1, tradução nossa, grifos do autor)³

É importante observar que nem a palavra, nem o conceito de cultura haviam existido nesse sentido definido por Tylor e que o conjunto de crenças, hábitos e costumes que passaria a ser designado por cultura tinha num período anterior um sentido religioso, enquanto signo de pertencimento a (uma) fé (cf. Rodríguez-Alcalá, 2004). É o que se observa nos discursos no início da colonização europeia na América, nos quais a língua, as crenças e os costumes indígenas deviam ser substituídos por seu vínculo

3 No original em inglês: “Culture or Civilization, taken in its wide ethnographic sense, is that complex whole which includes knowledge, belief, art, morals, law, custom, and other capabilities and habits acquired by man as a member of society.”

com as “crenças pagãs” (ibidem). Essa visão não recaía somente sobre certos hábitos indígenas conflitantes com a moral cristã, como a nudez por exemplo, mas também sobre outros que foram condenados no início por serem “diabólicos”, como o consumo do tabaco ou da erva-mate. Observamos essa mesma visão em relação aos árabes na península ibérica na mesma época, no processo de integração ao nascente Estado espanhol após a reunificação castelhana: seus vestidos e turbantes, o modo de construção de suas moradias, suas cerimônias de casamento, seus hábitos alimentares, caracterizados pela interdição da carne de porco, eram considerados signos de pertencimento ao islamismo (ibidem). É o que lemos no relato do padre jesuíta Ignacio de las Casas, em 1605, sobre as dificuldades para a conversão dos árabes, em que a cultura aparece vinculada à fé:

[...] a los tan nuevos en la fe y costumbres nuestras, quisieron apremiar luego a comer tocino y, haziéndoseles de mal y asqueroso como carne no usada, se lo refregaban por los hocicos y les hazían otras befas pesadas diziéndoles palabras injuriosas y llamándolos de perros moros. (Borja de Medina, 1988 apud Rodríguez-Alcalá, 2004, grifo nosso).

Entender as condições históricas nas quais a palavra cultura emerge e adquire um sentido coletivo, em particular nacional, ao longo do processo da colonização europeia é fundamental para determinar o funcionamento moderno da palavra e os sentidos que projeta sobre as nações e os grupos sociais, de modo geral⁴.

4. Cultura e colonização: o impacto da alteridade

Os sentidos modernos de cultura, como proposto em Rodríguez-Alcalá (2018), resultam do impacto da alteridade experimentado pelos

europeus na exploração do planeta a partir do Renascimento, que os levou a confrontarem-se com sujeitos, objetos, espaços e práticas sociais radicalmente alheias a tudo aquilo que conheciam, algumas das quais afetariam de maneira particular a sensibilidade ocidental, assombrando longamente o imaginário europeu (a antropofagia, por exemplo). Como afirma Auroux (1992, p. 54), se os engenheiros do Renascimento fizeram os europeus passar de humanistas a cientistas, os relatos do Novo Mundo feitos por missionários e exploradores fizeram-nos passar de humanistas a antropólogos.

A emergência da palavra moderna pode assim ser vista como sintoma desse questionamento sobre a natureza humana – objeto da Antropologia –, que captura o flagrante do olhar europeu que se desdobrou sobre os fundamentos de suas formas ocidentais de vida para observar – e dominar – o Outro (cf. Rodríguez-Alcalá, 2018). Esse olhar ocidental ficará encarnado nos sentidos de cultura, como buscaremos mostrar a seguir através da apresentação de alguns elementos da história da palavra.

4.1. Cultura como metáfora: dos “frutos da terra” aos “frutos do espírito humano”

Os gregos não tinham uma palavra para aquilo que passaria a se chamar de cultura. A palavra surgiu a partir do latim, mas para os romanos tinha sentidos que não coincidem com os sentidos modernos. Formada a partir verbo colere, a palavra latina, além de um sentido religioso ligado ao culto aos deuses, remetia ao cultivo da terra, dando lugar a incola (“habitante”) e também a colonus (“aquele que habita ou cultiva”) (Ernaut e Meillet, [1932] 2001; Rey, 2000). O sentido moral que tomaria na Idade Moderna era muito pouco frequente (Ernaut e Meillet, [1932] 2001) e estava ligado especificamente à filosofia. Esse sentido pode ser encontrado em um texto de Marco Túlio Cícero (106 - 43 a. C.), *Disputationes Tuscolanae*, onde cultura aparece pela primeira vez como termo

⁴ Reproduzimos no item a seguir algumas passagens da exposição sobre a história da palavra cultura feita em Rodríguez-Alcalá, 2018.

teórico: para o autor, “o espírito”, assim como “a terra”, precisa de “cultivo” para “frutificar”, sendo a filosofia precisamente isso, o “cultivo do espírito” (*cultura autem animi philosophia est*); a referência era a filosofia grega, através da qual os romanos deviam “cultivar seu espírito” (cf. Zaid, 2006).

Os sentidos modernos de cultura surgiram em francês na passagem entre os séculos XVII e XVIII, para depois migrar para o inglês e para as demais línguas (cf. Williams, 1985, p. 87; Nascimento, 2019). É nesse período que a palavra, até então referida principalmente aos cuidados com a colheita, passou a ser associada ao “desenvolvimento humano” e à “formação do espírito” (cf. Williams, 1985, p. 118; Tonnelat, 1930, p. 64; Nascimento, 2019).

Esses sentidos atualizam o sentido de cultura *animi* de Cícero, o primeiro a valer-se da metáfora da terra para significar os “frutos do espírito” humano, mas ao fazê-lo o estendem, pois cultura não se limitará mais à filosofia, nem ao âmbito do indivíduo e de sua personalidade, adquirindo a dimensão coletiva do sentido dominante que virá a estabilizar-se.

Observemos que essa metáfora está na base das duas principais vertentes modernas de definição de cultura, tanto da definição “estética”, mais restritiva, que identifica a cultura somente a determinados “frutos” do “cultivo do espírito”, àqueles ligados ao cânone artístico e literário (a chamada “alta cultura”), como da definição antropológica mais ampla, que estende a cultura à “totalidade” das formas particulares de vida e de pensamento que os grupos humanos “cultivam” coletivamente, cuja “singularidade” passará a definir as fronteiras entre eles, sua “coesão interna” e seu “contraste” com os demais, isto é, sua “identidade”. É esse o sentido dominante de cultura que acompanhou a formação dos Estados nacionais modernos e que tem em Johann Gottfried von Herder (1744-1803) uma de suas fontes principais: já não se trata mais nesse novo contexto político de definir a “alma” do indivíduo (sua “essência divina”), mas a “alma”

coletiva (a “essência nacional”), o *Volksgeist*, ou “espírito natural” de um povo (cf. Rodríguez, 2000; Rodríguez-Alcalá, 2004).

É precisamente essa metáfora agrícola aquilo que nos indica o lugar de onde os europeus observaram a natureza humana, pensada tanto em sua dimensão individual como coletiva: ela remete diretamente a formas de vida caracterizadas pelo cultivo da terra, prática que conduziu à sedentarização das sociedades e à constituição das cidades ao longo da história ocidental, num processo que foi indissociável da elaboração da escrita e das demais tecnologias e instituições urbanas. Ao generalizar-se como termo teórico para designar toda e qualquer forma de vida, cultura tingirá o olhar de categorias da escrita e urbanas ocidentais, isto é, categorias ligadas a formas particulares de relação com a língua o com espaço que não são, ou não foram, comuns a todas as sociedades (cf. Rodríguez-Alcalá, 2011).

O termo “colonização” também aponta nessa direção. Formado a partir da mesma palavra latina *colere*, em que confluem os sentidos de “cultivar” e de “habitar”, esse nome dado ao processo político de expansão europeia sobre as sociedades e os espaços do planeta atualizará, universalizando, uma memória que estabelece um vínculo indissociável entre “habitar o mundo” e “cultivar a terra”, impresso na própria materialidade da palavra e de suas “derivações” (*colere*, *incola*, *colonus*). A imposição “colonial” equivale, nesse sentido, à imposição de modos de existência, de formas de estar no mundo, de se relacionar com o espaço caracterizadas pelo cultivo e pela permanência, dos sujeitos e de suas línguas, e elaboradas segundo o modelo ocidental (*ibidem*).

Esses sentidos modernos de cultura convergirão com os sentidos de “civilização”, por oposição a “selvagem”, constituídos nessa mesma época. “Selvagem” em francês, assim como “cultura”, tem inicialmente como referência o espaço natural. O termo designava aquilo “que está em estado de natureza”, “terreno inculto”,

“não cultivado”, “não preparado para o cultivo”, “onde a presença humana não se manifesta” (cf. REY, 2000, p. 2027-8). Esses sentidos também acabarão migrando do espaço para os sujeitos e as sociedades: “selvagem” será o adjetivo que qualificará “aqueles que julgamos rudes, grosseiros”, que “não participam do refinamento dos costumes ligados às boas maneiras”, que são “estrangeiros a toda civilização” (ibidem). Esse valor moral, que está presente no sentido “antropológico” da palavra civilização, vai se precisar e desenvolver, de acordo com A. Rey (ibidem), no Renascimento, a partir dos contatos da Europa com as populações africanas e americanas, momento em que passará a funcionar como substantivo e a ser o nome por excelência dado aos ameríndios (dos cruéis antropófagos ao bom selvagem de Rousseau).

É nessa rede de sentidos que a palavra cultura irá se inserir nos dicionários brasileiros de língua portuguesa quando aparece associada a uma dimensão coletiva, como veremos a seguir na leitura de alguns desses dicionários.

A palavra cultura em dicionários de língua portuguesa

Uma rápida olhada nos dicionários brasileiros de língua portuguesa atuais nos leva a duas constatações: a primeira é a grande extensão do verbete cultura, que apresenta muitas definições (no Novo Aurélio do Século XXI, de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, popularmente conhecido como “Aurélio”, constam 15); a segunda é a relação que se estabelece entre cultura e coletividade, entendida seja em um sentido universal, como “identidade do gênero humano”, por oposição à natureza, seja no sentido particular de “identidade de um grupo”. Observemos o recorte abaixo:

Cultura [...] 5. Conjunto de características humanas que não são inatas, e que se criam e se preservam, aprimoram através da comunicação e cooperação entre os indivíduos em sociedade.

[Nas ciências humanas, opõe-se por vezes à ideia de natureza, ou de constituição biológica, e está associada a uma capacidade de simbolização considerada própria da vida coletiva e que é a base das interações sociais.] 6. A parte ou o aspecto da vida coletiva, relacionados à produção e transmissão de conhecimentos, à criação intelectual e artística, etc. 7. O processo ou estado de desenvolvimento social de um grupo, um povo, uma nação, que resulta do aprimoramento de seus valores, instituições, criações, etc.; civilização, progresso. 8. Atividade e desenvolvimento intelectuais de um indivíduo; saber, ilustração, instrução. 9. Refinamento de hábitos, modos ou gostos. [...] 10. Apuro, esmero, elegância. 11. Antrop. O conjunto complexo dos códigos e padrões que regulam a ação humana individual e coletiva, tal como se desenvolvem em uma sociedade ou grupo específico, e que se manifestam em praticamente todos os aspectos da vida: modos de sobrevivência, normas de comportamento, crenças, instituições, valores espirituais, criações materiais, etc. [Como conceito das ciências humanas, esp. da antropologia, cultura pode ser tomada abstratamente, como manifestação de um atributo geral da humanidade (cf. acepç. 5), ou, mais concretamente, como patrimônio próprio e distintivo de um grupo ou sociedade específica (cf. acepç. 6).] [...]. (FERREIRA, 1999, grifos nossos)

Essa dimensão coletiva à qual apontam os sentidos modernos de cultura é apresentada, como vemos, lado a lado de outros sentidos anteriores do termo, tais como “cultura da terra”, “cultura individual do espírito”, “cultura do corpo,” entre outros. Isto é, a associação de cultura às “formas de vida coletiva”, de “um grupo”, de “um povo” e de “uma nação” é apresentada como sempre-já-aí, determinando os sujeitos que fazem parte (ou não) de uma “mesma” cultura.

Mas essa associação entre cultura e coletividade não aparece em dicionários mais antigos, como o Vocabulário Portuguez e Latino, de Raphael Bluteau, publicado entre 1712-1728, considerado fundador da lexicografia lusitana e brasileira, e o Diccionario da Lingua Portugueza, de Antonio Moraes Silva, de 1789, o pri-

meiro dicionário monolíngue de português (cf. NUNES, 2006).

Vejam os como esses dicionários definem cultura:

CULTURA. O modo, a arte, a acção de cultivar a terra. Cultura &. Ou Cultio, onis. Fem. Cultus, ùs. Majc. Cic. Nada chega a fruto, se não o que do principio até o fim, até cultura igual Nihil infructum trovenit, quod non a primo usque ad extremum & qualis cultura profequitur; Senec. De Beneficijs, lib. 2. cap. II., Que diligencias da Cultura serão baflantes a tirar frutos de hum campo esteril. Vida da Princ. Theod. Pag. 165., Impedir a Cultura aos Lavradores. Jacinto Freyre, mihi pag. 50. Estimando a Cultura mais das flores, que a gloria de mandar a mil senhores. Inful. de Man. Thom. livro 6. Oit. 150. Cultura. Metaphoricamente. Cultura do engenho. Cultus animi. Animo exercitatio onis. Fem Cic. A cultura das artes. Artes, qu& exertatione coluntur. Aproveytado cô a Cultura das sciencia. Tom. 5 da Mon. Lufit. pag. 133. verf. Cultura. Estilo culto. V. Culto. Estrepito de vozes novas, a que chamão Cultura. Jacinto Freyre, mihi pag 3. (BLUTEAU, 1712-1728, grifos nossos)⁵

CULTURA, s.f. o modo, e a arte, o trabalho de cultivar a terra,, impedir a cultura aos lavradores,, Freire § e no f., a cultura do ingenho, do entendimento, inftruindo-nos. § A cultura das boas artes, i. e. o trabalho por faze-las. § Cultura do estilo, ornato v. culto. FREIRE, estrepito de vozes novas a que chamão cultura. (MORAES SILVA, 1789).

É possível observar a relação parafrástica entre ambos os dicionários. Moraes retoma a definição de Bluteau, de modo mais compacto, mas mantendo as três acepções latinas clássicas que este apresenta em seu Vocabulario, a saber: 1) a cultura enquanto “cultivo da terra”; 2) a cultura enquanto “metáfora do espírito”, referida ao intelecto: “cultura do engenho”, “das artes”, “das ciências”; 3) a cultura como culto religioso, isto é, como “cultivo da alma”, o que não deixa de remeter à “metáfora do espírito”, formulada em termos religiosos.

5 Optamos por manter a grafia original.

Esses sentidos aparecem estabilizados nas edições seguintes do dicionário de Moraes, ao longo do século XIX. Entre a segunda e a oitava edições, no período de 1813 a 1890, encontramos algumas modificações na formulação das definições e o acréscimo de exemplos, mas as referidas acepções clássicas de cultura se mantêm – cultura remete sempre ao cultivo da terra, ao cultivo do intelecto e ao cultivo da alma:

CULTURA, s. f. O modo, e arte, o trabalho de cultivar a terra. impedir a cultura aos lavradores. Freire. §. e no fig. a cultura do engenho, do entendimento; instruindo-nos. § A cultura das boas artes i. é, o trabalho por sabe-las. § Cultura do estilo; ornato. V. Culto. Freire. “estrepito de vozes novas, a que chamão cultura.” § Cultura dos ídolos; culto. Flos Sanct. Z. f. (MORAES SILVA, 2ª ed, 1813)

CULTURA, s. f. O modo, e a arte, o trabalho de cultivar a terra: <<impedir a cultura aos lavradores>> Freire. & e no fig. a cultura do ingenho, do entendimento; instruindo-nos. & A cultura das boas artes; i. é, o trabalho por sabê-las. & Cultura do estilo; ornato. V. Culto. Freir. <<estrepito de vozes novas, a que chamão cultura>> & Cultura dos idolos; culto. Flos Sanct. 2 vol. 33. & a das almas, com missões, sacramentos. Vieira. (MORAES SILVA, 4ª ed, 1831)

CULTURA, s. f. (do lat.) O modo, a arte, o trabalho de cultivar a terra, de tractar as árvores, etc. Lus. 9. 58. <<os dões, que dá Pomona, alli natura produz diferentes nos sabores sem ter necessidade de cultura>><<impedir a cultura aos lavradores>> Freire, L. 1. n. *59. & O terreno cultivado. & Os vegetaes que se cultivam: tem várias culturas nas suas terras. & no fig. A cultura do engenho, do entendimento: a instrucção, o saber adquirido pelo estudo. & A cultura das boas artes: o trabalho pra sabel-as, pratical-as. & Cultura do estylo: o esmero, a elegância, o apuro da linguagem, o seu ornato. V. Culto. Freir. p. 3 <<estrepito de vozes novas a que chamão cultura>> & Cultura dos ídolos; culto. Flos Sanct. 2. s. 33v. & A – das almas; com missões, sacramentos.

O mesmo pode ser observado em outros dois dicionários contemporâneos dessas edições de Moraes, a saber, o Dicionário da Língua Brasileira, de Luis Maria da Silva Pinto, de 1832, e o Grande dicionário do portuguez, de 1871-1874, do Frei Domingos Vieira:

Cultura, s. f, Arte, maneira de cultivar as terras, Fig. se diz do engenho das sciencias, etc, Fallando do estilo, O nato. (SILVA PINTO, 1832)

Cultura s. f. (Do latim cultura, de cultum, supino de colere). Trabalho da terra, conjunto das operações próprias para obter do sólo os vegetaes de que o homem e os animaes domesticos têm precisão.

Os dons dá Pomona, ali natura

Produce differentes nos sabores,

Sem ter necessidade de cultura;

Que sem ella se dão muito melhores:

As cerejas purpúreas na pintura;

As amoras, que o nome tem de amores;

O pomo, que da pátria Persia veiu,

Melhor tornado no terreno alheio.

CAM., LUS. C. IX, est. 58

- Terreno cultivado. A extensão das culturas.

- Acção de cultivar um vegetal, um producto da terra. Cultura do trigo,

- A cultura das almas, com missões, sacramentos, etc. (VIEIRA, 1871-1874)

Será somente na décima edição de Moraes, já em meados do século XX (1945-1954), que as acepções de cultura se expandem e que a dimensão coletiva aparece pela primeira vez. No que diz respeito às acepções relativas “à terra”, ao espaço natural, acrescenta-se a referência à cultura de “certos animais, em particular os microscópicos”; quanto aos indivíduos, junto à “metáfora do espírito”, aparece pela primeira vez o sentido de “cultura física”, de “desenvolvimento do corpo”, da “musculatura”, aquilo que virá a ser chamado de “fisculturismo”. Mas a modificação mais representativa diz respeito à extensão da “metáfora do espírito” para a co-

letividade, pela identificação de “cultura” com “civilização”:

Cultura, s. f. (do lat. cultura). Acção, acto, efeito ou maneira de cultivar a terra ou certas plantas; trabalho que se faz na terra para que produza vegetais; amanho; granjeiro: « Os dons que dá Pomona, ali natura | Produze diferentes nos saberes, | Sem ter necessidade cultura; | Que sem ela se dão muito melhores: | As cerejas purpúreas na pintura; | As amoras, que da pátria Pérsia veio, | Melhor tornado no terreno alheio », Camões, Lusíadas, IX, 58; «... corriam fontes de puro mel, no tempo antigo, | E as plantas sem cultura produziam », Diogo Bernardes, Lima, carta XXIV; «... bastavam a nós ter em contínua vigia e impedir a cultura aos lavradores». Jacinto Freire de Andrade, Vida de D. João de Castro, 41. || Cuidado que se dão a certos vegetais: «a cultura das flores». || Terreno cultivado: «Corri a ver as culturas do chá e do ananás que desconhecia», Raul Brandão, As ilhas Desconhecidas, 206. || Utilização industrial de certas produções naturais. || Produção de certos géneros que não são dados diretamente pela terra. || Criação de certos animais, em particular os microscópicos. || Estudo, aplicação do espírito a uma coisa. || Desenvolvimento que se dá por cuidados assíduos às faculdades naturais; desenvolvimento, exercício dos órgãos, da musculatura, da agilidade: «praticar a cultura física». || Exercício, aperfeiçoamento das faculdades intelectuais: «a cultura da memória». || Estado de quem tem desenvolvimento intelectual. || Conjunto dos conhecimentos de alguém; instrução: «o pai é homem de bastante cultura»; «... para livro de devoção compreendia sobre cultura», D. Francisco Manuel de Melo, Apólogos Dialogais, IV, 403; «... falava-lhe uma classe média numerosa, rica, inteligente, émula do clero pela sua cultura», Herculano, O Bobo, cap. I, 7. || Civilização; adiantamento: «povo de bastante cultura que cedo se impôs aos outros». || Apuro, estilo, esmero, elegância. || Desus. Preciosidade de estilo; o mesmo que cultismo, culteranismo: «... queriam que me valesse do estrépito de vozes novas, a que chama cultura», Jacinto Freire de Andrade, Vida de D. João de Castro, Prólogo. (MORAES SILVA, 10ª ed., 1945-1954, grifos nossos).

Nessa identificação de “cultura” com “civilização”, em que “civilização” aparece como

“atributo” de “certos povos” e equivale a “muita cultura”, justifica-se a imposição colonial sobre os povos “sem”, com “pouca” ou “menos” cultura, cujos hábitos não têm “apuro, estilo, esmero, elegância”. Apagam-se, nessa rede de sentidos mobilizada pela palavra cultura, os fatores políticos e econômicos que produziram a imposição colonial dos “povos adiantados” sobre “os outros”, a exploração que esse fato representou para os “povos atrasados” do planeta.

Observamos, assim, nesses dicionários brasileiros, um percurso similar ao observado na história mais geral da palavra cultura. Um ponto que merece destaque é que os sentidos modernos da palavra se constituem a partir de uma deriva metafórica de sentidos referidos originalmente ao espaço, a uma forma particular de produção do espaço (o cultivo da terra), para os indivíduos (o cultivo do espírito e do corpo) e, em seguida, para as coletividades (o cultivo – ou falta de cultivo – de suas formas de vida). Esta última deriva, como indicamos, é muito posterior e produz uma confluência dos sentidos de cultura com os de civilização. Visualizemos esses movimentos de sentidos no quadro a seguir:

5. Considerações finais

O percurso feito neste texto, como havíamos proposto no início, foi trazer alguns elementos para desestabilizar a evidência pela qual o par cultura e identidade funcionam como um preconstruído na definição do que sejam um grupo social e o pertencimento a ele. Situar as condições históricas e políticas em que essa ligação foi construída discursivamente, a través de um percurso pela história da palavra cultura, pode em nossa opinião contribuir para entender esse caráter “problemático” que se lhe atribui e trazer elementos a serem considerados para uma definição discursiva do conceito.

A relação metafórica entre cultura como termo teórico, relativo à identidade subjetiva (coletiva), e cultura da terra pode ao mesmo tempo contribuir para compreender a relação constitutiva entre sujeitos e espaços, através dos sentidos, na produção histórica e política da vida humana, conforme trabalhamos na área saber urbano e linguagem (Rodríguez-Alcalá, 2011b).

ESPAÇO →	SUJEITOS ?	SOCIEDADE
CULTURA da terra	CULTURA do indivíduo	CULTURA da coletividade
- plantas	- intelecto (engenho, artes, ciências)	- geral: humanidade
- animais	- alma (culto religioso)	- particular: grupo social
- micros-cópicos	- corpo (fisculturismo)	
		CIVILIZAÇÃO

6. Referências bibliográficas

- AUROUX, S. A revolução tecnológica da gramatização. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- BÉNÉTON, P. Histoire des mots: culture et civilisation. Paris: Presse de Sciences Politique, 1975.
- COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. Un prêt-à-parler: le dictionnaire. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.
- DE NARDI, F. S. Um olhar discursivo sobre língua, cultura e identidade: reflexões sobre o livro didático para o ensino de espanhol como língua estrangeira. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
- _____. Reflexões sobre a cultura no campo da AD: um lugar para o conceito de cultura no campo da ideologia, do inconsciente e da(s) políticas. In: Anais do V Seminário de Estudos em Análise de Discurso. Porto Alegre, 2011, p. 1-8.
- DORNELES, E. A ordem da cultura. In: FERREIRA, M. C. L. (org.). Oficina de Análise do Discurso: conceitos em movimento. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 179-194.
- EAGLETON, T. A ideia de cultura. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.
- ESTEVES, Ph. M. S. Discurso Sobre *Alimentação* nas Enciclopédias do Brasil: Império e Primeira República. Rio de Janeiro: Eduff, 2017.
- _____. Rumo a uma noção de formação cultural na AD. Em Anais do V SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso. O acontecimento do discurso: filiações e rupturas. Disponível em https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/sead5_simposios.html. Acesso em 10/03/2022.
- FERREIRA, M. C. L. O mal-estar do sujeito contemporâneo: político, cultura e arte. In: GRIGOLETTO, E.; DE NARDI, F. S.; SILVA SOBRINHO, H. F. (org.). Sujeito, sentido, resistência: entre a arte e o digital. Campinas: Pontes, 2019, p. 19-36.
- _____. Oficinas de Análise do Discurso: conceitos em movimento. Campinas: Pontes, 2015.
- _____. O lugar do social e da cultura numa dimensão discursiva. In: INDURSKY, F.; MITTMANN, S.; FERREIRA, M. C. L. (org.). Memória e História na/da análise do discurso. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 55-64.
- FRADIN, B.; MARANDIN, J.-M. Autour de la définition: de la lexicographie à la sémantique. Langue française, 43, 1979, p. 82.
- HAROCHE, C. Querer Dizer, Fazer Dizer. São Paulo: Hucitec, 1992 (1ª edição em francês: 1984).
- HENRY, P. A ferramenta imperfeita: língua, sujeito, discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. (1ª edição em francês: 1977).
- _____. Construções relativas e articulações discursivas. Cadernos de Estudos Linguísticos, v. 19, p. 43-64, jul./dez. 1990 (Publicação original: 1975).
- KROEBER, Alfred Louis; KLUCKHOHN, Clyde. Culture: A Critical Review of Concepts and Definitions. Cambridge: Mass, 1952.
- LARAIA, R. B. Cultura: um conceito antropológico. 14 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- MARANDIN, J.-M. Syntaxe, discours du point de vue de l'analyse du discours. Histoire Épistémologie Langage, vol. XV, n. 2, 1993.
- MARIANI, B. Sujeito e discurso contemporâneos. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (Orgs.). O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras. São Carlos: Claraluz, 2009.
- NASCIMENTO, F. A. S. Definir/conceituar: história e sentidos da palavra cultura em dicionários de línguas e de terminologias. Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da linguagem. Campi-

nas, SP: [s. n.], 2019.

NUNES, J. H. Dicionário no Brasil: Análise e História do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes/Fapesp/Faperp, 2006.

ORLANDI, E. Interpretação. Autoria, leitura e efeitos do trabalho do simbólico. 6 ed. Campinas, SP: Pontes editores, 2012.

—. Discurso Fundador. A Formação do País e a Construção da Identidade Nacional. Campinas, Pontes, 1993.

—. Terra à Vista. Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo. São Paulo/Campinas, Cortez/ Editora da Unicamp, 2008 (1ª edição: 1990).

PAVEAU, M.-A. Le préconstruit. Généalogie et déploiements d'une notion plastique. In: BRECHET, F., GIAI-DUGANERA, S., Luis, R., MEZZADRI, A., TOMAS, S. (orgs.). Le Préconstruit. Approche pluridisciplinaire. Paris: Classiques Garnier, 2017, p. 19-36.

PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de E. P. Orlandi et. al. Campinas: Editora Unicamp, 2014.

—. A aplicação dos conceitos da linguística para a melhoria das técnicas da análise de conteúdo. In: Análise de Discurso. Michel Pêcheux. Textos Seleccionados por Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2011. (Publicação original em *Ethnics*, 3, 1973, Paris, p. 101-118)

RAMOS, T. V.; FERREIRA, M. C. L. Para além de rituais e costumes: o que podemos dizer sobre a noção de cultura em análise do discurso? *Estudos da Língua(gem)*, v. 14, p. 139-154, 2016.

RODRÍGUEZ, C. Língua, nação e nacionalismo: um estudo sobre o guarani no Paraguai. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2000.

RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. Nota sobre a noção de cultura e sua relação com a de civilização: o Ocidente como observatório das formas de vida social. In: *Fragmentum*. Número especial,

jul/dez, 2018, p. 61-90.

—. Da religião à cultura na constituição dos Estados Nacionais. Apresentação no Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística – ANPOLL, 2004 (texto inédito). Disponível em <https://www.academia.edu/CarolinaRodríguez>.

—. Escrita e gramática como tecnologias urbanas: a cidade na história das línguas e das ideias linguísticas. In: *Cadernos de Estudos linguísticos*. Campinas, 53/2, jul/dez, 2011, 197-217.

—. Discurso e Cidade: A Linguagem e a Construção da “Evidência do Mundo”. In: RODRIGUES, E. A., SANTOS, G. L. e CASTELLO BRANCO, L. K. A. (orgs.). *Análise de Discurso: Pensando o Impensado Sempre. Uma Homenagem a Eni Orlandi*. Campinas: RG, 2011b.

TONNELAT, É. Kultur: histoire du mot, évolution du sens. In: FEBVRE, L. et al. *Civilisation: le mot et les idées*. Paris: la Renaissance du livre, 1930, p. 64-75.

TYLOR, E. *Primitive Culture*. London: John Murray. 1871.

WILLIAMS, Raymonds. *Keywords: A Vocabulary of Culture and Society*. New York: Oxford University Press, 1985.

Dicionários

BLUTEAU, R. *Vocabulario portuguez e latino*. Lisboa: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

ERNAUT, Alfred e MEILLET, Antoine. *Dictionnaire etymologique de la langue latine. Histoire des mots*. Paris, Klincksieck, 2001 (1ª edição: 1932).

FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio do século XXI*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MORAES SILVA, A. *Diccionario da língua portuguesa*, composto pelo Padre D. Rafael Blute-

au, reformado, e acrescentado por Antonio Silva natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

—. Dicionario da língua portuguesa. 4.ed. Lisboa: Imprensa Régia, 1831.

—. Dicionario da língua portuguesa. Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado. [Repr. fac-similada da edição de 1813: Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira]. Rio de Janeiro: Fluminense, 1922.

—. Dicionario da língua portuguesa. Nova edição rev. e melhorada. 8.ed. Rio de Janeiro, Lisboa: Emp. Litteraria Fluminense, 1890.

—. Dicionário da língua portuguesa. 10 ed. Lisboa: Editorial Confluência, 1945-1954.

PINTO, L. M. S. Dicionário da língua brasileira. Ouro Preto: Typografia de Silva, 1832.

REY, Alain. Le Robert. Dictionnaire historique de la langue française. Paris: Dictionnaires le Robert, 2000, 3ª edição (1ª edição, 1993).

VIEIRA, D. F. Grande dicionário do portuguez ou Thesouro da língua portuguesa. Porto: Ed. Chardron e Bartholomeu H. de . Rio de Janeiro, 1871-1874.

ZAID, Gabriel. El primer concepto de cultura. Disponível em: <https://www.letraslibres.com/mexico-espana/el-primer-concepto-cultura>. Acesso em 20/08/2018.

Submissão: agosto de 2022.

Aceite: setembro de 2022.

O FUNCIONAMENTO DE DICIONÁRIO ELETRÔNICO DE LIBRAS COMO INSTRUMENTO LINGUÍSTICO

Élcio Aloisio Fragoso¹
Fernanda Silveira Pereira da Silva²

RESUMO: Partindo dos estudos desenvolvidos por Sylvain Aurox, o processo de gramatização de uma língua tem como pilar os instrumentos linguísticos, dentre os quais, a gramática e o dicionário se destacam. Nessa perspectiva, este artigo tem como objetivo analisar o funcionamento de um verbete no dicionário eletrônico da Língua Brasileira de Sinais – Libras. Para tal, analisamos o Dicionário da Língua Brasileira de Sinais (2011), de Guilherme de Azambuja Lira e Tanya Amara Felipe de Souza, nos apoiando no dispositivo teórico da Análise de Discurso Materialista articulada com a História das Ideias Linguísticas. Realizamos um recorte nos verbetes da letra M deste dicionário para compreender o seu funcionamento. Após as análises, observamos que este dicionário produz conhecimentos sobre a Libras, partindo dos estudos linguísticos da Língua Portuguesa.

Palavras-chave: Análise de Discurso. História das Ideias Linguísticas. Gramatização. Dicionário. Língua Brasileira de Sinais – Libras.

THE FUNCTIONING OF THE LIBRAS ELECTRONIC DICTIONARY AS A LINGUISTIC INSTRUMENT

ABSTRACT: Based on studies developed by Sylvain Aurox, the grammatization process of a language is based on linguistic instruments, among which grammar and the dictionary stand out. In this perspective, this article aims to analyze the functioning of an electronic dictionary of the Brazilian Sign Language – Libras. To that end, we analyzed the Dicionário da Língua Brasileira de Sinais (2011), by Guilherme de Azambuja Lira and Tanya Amara Felipe de Souza, relying on the theoretical device of Materialist Discourse Analysis articulated with the History of Linguistic Ideas. We cut out the entries for the letter M of this dictionary to understand how it works. After the analysis, we observed that this dictionary produces knowledge about Libras, based on linguistic studies of the Portuguese language.

Key words: Discourse Analysis. History of Linguistics Ideas. Grammatization. Dictionary. Brazilian Sign Language – Libras.

1 Doutorado em Linguística, pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Professor Adjunto pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: elciofragoso@unir.br.

2 Mestranda do Programa de Pós-graduação Mestrado Acadêmico em Letras da Fundação Universidade Federal de Rondônia – PPGML/UNIR. E-mail: fernandasilveira.tils@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Os movimentos e lutas que as comunidades surdas enfrentam para que sejam valorizadas e respeitadas a sua língua, cultura e identidade vêm gerando uma gama de estudos e pesquisas principalmente no campo da Linguística. Tais pesquisas visam comprovar que as diferentes línguas de sinais não são apenas gestos aleatórios, mas apresentam aspectos linguísticos equivalentes às línguas orais, ou seja, estes aspectos apresentam análises em todos os níveis da linguística (QUADROS; CRUZ, 2011, p. 17). O Dr. William C. Stokoe, Jr. (1919-

2000) foi um pesquisador que estudou extensivamente a American Sign Language – ASL; em 1960, ele foi o primeiro a afirmar que a ASL “atendia todos os critérios linguísticos de uma língua genuína – no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças” (PEREIRA et al, 2011, p. 59).

No Brasil, muitas pesquisas a respeito da Língua Brasileira de Sinais – Libras têm sido desenvolvidas nos últimos anos. Isso se deve principalmente ao seu reconhecimento pela Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, a partir disto, políticas estão sendo implementadas, como a inserção da Libras como disciplina na Educação Superior, a criação de Escolas Bilíngues, a criação de curso superior de Libras e a legalização da profissão de tradutor e intérprete de Libras. Em função desse cenário, as pesquisas desenvolvidas sobre a Libras tratam dos seus aspectos linguísticos, da escrita de sinais, de questões relativas à tradução e interpretação entre a Libras e o Português, da Cultura e Identidade Surda, da educação bilíngue para surdos, entre outros.

Contudo, ainda faltam pesquisas com o olhar da História das Ideias Linguísticas, ou seja, estudar a história de constituição da Libras em sua articulação com a história do conhecimento produzido sobre ela e a política de Estado que se conjuga a esta articulação. Os estudos norteados pela História das Ideias Linguísticas se propõem a refletir sobre o conhecimento linguístico de

uma forma peculiar, na qual:

[...] se inscreve nas chamadas novas práticas de leitura, propostas pela análise de discurso francesa e que trabalham de maneira característica a construção de arquivos, ou seja, a leitura da história, sua interpretação. [...] O que praticamos, então, são novos gestos de leitura, percorrendo os caminhos dos sentidos. Em nosso caso, os sentidos que sustentam a produção de um conhecimento linguístico que se foi produzido junto à nossa língua. (ORLANDI, 2001, p. 07).

Orlandi (2013, p.138) nos explicita que a Análise de Discurso proporciona apoio metodológico que amplia a nossa capacidade de compreender essas reflexões, por permitir relacionar “diferentes ordens de discurso: a do saber ‘sobre’ a língua e a do saber ‘à’ língua”. Sob essa perspectiva, a autora aponta que tratar das ideias linguísticas “é tratar a questão da língua, da produção de um conhecimento sobre ela, assim como da produção de instrumentos tecnológicos a ela ligados e sua relação com o povo que a fala” (ORLANDI, 2013, p.138).

Os instrumentos linguísticos são as bases materiais do processo de gramatização de uma língua, os principais são a gramática e o dicionário. Quando se pensa na construção de uma gramática e/ou um dicionário, imediatamente atribui-se a questão do ensino, porém não é desta perspectiva que trataremos esses instrumentos aqui, não na função desses instrumentos na escola, “mas do funcionamento deles na relação do sujeito com a sociedade na história” (ORLANDI, 2001, p.08), os instrumentos linguísticos são vistos aqui como objetos históricos, objetos de conhecimento.

A proposta deste artigo é refletir sobre as relações entre as noções de gramatização e de instrumentos linguísticos pertinentes à Língua Brasileira de Sinais – Libras, mais especificamente, sobre o funcionamento de um dicionário eletrônico como instrumento linguístico. Para este fim, abordaremos, à luz da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas, a

constituição de um dicionário eletrônico de Libras, intitulado: Dicionário da Língua Brasileira de Sinais (2011), de Guilherme de Azambuja Lira e Tanya Amara Felipe de Souza como objeto discursivo.

O DICIONÁRIO COMO INSTRUMENTO LINGUÍSTICO

Como resultado de seus trabalhos, Sylvain Auroux formula a noção de gramáticas e dicionários como instrumentos linguísticos, pertencentes ao processo de gramatização de uma língua. Para este autor, a gramatização seria então, “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário” (AUROUX, [1992] 2014, p. 65). O marco histórico do processo de gramatização das línguas europeias deu-se no Renascimento, em que houve “uma imensa transformação na relação das línguas, ou melhor, uma revolução tecnológica que operou tanto uma produção maciça de línguas neolatinas quanto à descrição das línguas no novo mundo” (BAALBAKI, 2014, p. 86).

De acordo com Auroux ([1992] 2014, p. 75), a gramatização deve começar com a manifestação do primeiro saber metalinguístico de uma língua dada, essa manifestação precisa ser “a primeira margem significativa de uma série que se prolonga sem muita solução de continuidade até a redação de gramáticas e dicionários”. O autor segue explicando que a gramatização não tem fim, por ser um processo difícil de definir até que ponto este pode chegar. Contudo, podemos dizer que uma língua é gramatizada “quando podemos falá-la (ou lê-la), em outras palavras, aprendê-la (em um sentido suficientemente restrito), com a ajuda apenas dos instrumentos linguísticos disponíveis” (AUROUX, [1992] 2014, p. 76).

Ao concordar com Auroux, Petri (2012, p. 27) pontua que descrever e instrumentar uma língua é um processo que dificilmente findará,

e isto se deve ao nos depararmos com “novos fatos de língua a descrever e novas tecnologias que podem instrumentar esta língua”. Porém ao falar de normatização, a autora explicita que a gramática e o dicionário produzem um efeito de completude, “um efeito necessário para a constituição identitária de uma nação”, mesmo que essa constituição identitária se perca nos diferentes modos de funcionamento da língua diante de diversos grupos sociais.

A escola é o lugar instituído para o funcionamento da gramática e do dicionário, pois ela é considerada como o lugar em que se aprende a “usar adequadamente a língua” (PETRI, 2012, p. 27). É na escola que aprendemos a importância da gramática e o papel do dicionário, a importância desses instrumentos na sociedade. A exemplo disso, até pouco tempo atrás, os dicionários eram consultados nas escolas “em caso de dúvidas ou para se saber os sentidos supostamente ‘corretos’ das palavras. Assim, não se ensinava o dicionário, pelo contrário, era o dicionário que ‘ensinava’ como uma autoridade pouco questionada” (NUNES, 2010, p. 08). Sobre essa questão, Orlandi (2000, p. 98) afirma que “consideramos que o dicionário assegura, em nosso imaginário, a unidade da língua e sua representabilidade: supõe-se que o dicionário contenha (todas) as palavras da língua”, eis o efeito da completude. Em outras palavras:

Aprendemos a respeitar o funcionamento regulador da gramática e o funcionamento compilador do dicionário, mas desde muito cedo nos deparamos com a impossibilidade de conhecer a gramática em sua totalidade e de conter os sentidos sobre as palavras que utilizamos. Trata-se de um efeito de sentido já estabilizado e dele decorre a ilusão de unidade de língua e de nação. (PETRI 2012, p. 27).

Nunes (2010) explicita que o modo como se olha um objeto, consequentemente, se determina a sua concepção, assim, um dicionário pode ser visto como uma simples lista de palavras com definições e exemplos. Porém, o

autor se apropria do olhar sob a perspectiva da História das Ideias Linguísticas em articulação à Análise de Discurso ao tratar este objeto, então, para ele:

[...] o dicionário não é algo que estaria na mente das pessoas desde que elas nascem, mas, sim, algo que é produzido por práticas reais em determinadas conjunturas sociais, ou seja, o dicionário é produzido sob certas “condições de produção dos discursos”. E as palavras não são tomadas como algo abstrato, sem relação com os sujeitos e as circunstâncias em que eles se encontram, mas sim como resultantes das relações sociais e históricas, relações essas que são complexas e, por vezes, polêmicas ou contraditórias. Assim, o dicionário é visto como um discurso sobre a língua, mais especificamente sobre as palavras ou sobre um setor da realidade, para um público leitor, em certas condições sociais e históricas. (NUNES, 2010, p. 06).

Tal interpretação de Nunes se inscreve no que Orlandi (2000, p. 98) explicita sobre o interesse dado ao dicionário, considerando que este “é lugar de construção de memória social, em que se marca a relação da ciência com o Estado”, este, segundo a autora, precisa ser visto como instrumento linguístico, sendo “produzido na história, em um certo momento”, portanto, um “objeto tangível de nossa relação com a língua na história”. É na relação da história e da sociedade com os instrumentos linguísticos que se sustentam o valor dos estudos linguísticos que têm o dicionário como um objeto discursivo. Freitas (2020, p. 48) relata que, ao realizar esses estudos, é possível entrar num processo que permite observar e compreender o funcionamento da ideologia pelas marcas presentes nas formulações contidas nos dicionários, assim como este faz parte da reprodução/transformação das relações históricas de produção de sentido.

A GRAMATIZAÇÃO E A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

É importante lembrar que o processo de gramatização das línguas “também cumpre um papel de manutenção e preservação, tendo em vista que as línguas orais acabam se perdendo na ausência de instrumentos linguísticos que assegurariam sua patrimonialização” (PETRI, 2012, p. 28). Esse cenário pode ocorrer com as línguas minoritárias, como, por exemplo, as Línguas de Sinais, que são próprias das comunidades surdas. No Brasil, muitas pesquisas a respeito da Libras têm sido desenvolvidas nos últimos anos, porém, estas tratam normalmente da estrutura linguística, de sua escrita, de questões relativas à tradução e interpretação, da Cultura e Identidade Surda, da educação bilíngue, entre outros. Porém, ainda são poucas as pesquisas acerca dos instrumentos linguísticos da Libras, como afirma Silva (2012, p. 24):

Atualmente, há uma produção consubstanciada sobre a constituição do léxico, sobre a estrutura linguística da Libras, sobre a estrutura dos sinais, sobre a história da educação de surdos no Brasil. No entanto, não encontramos estudos que busquem compreender a constituição dos instrumentos linguísticos da Libras, estudos que tratem sobre a produção de conhecimento sobre essa língua, sobre o seu processo de gramatização. Provavelmente, pela história recente da oficialização e institucionalização da Libras, não dispomos de estudos sobre a constituição, formulação e circulação dos instrumentos linguísticos dessa língua.

A Língua Brasileira de Sinais – Libras, de acordo com Ferreira (2010, p. 11), “é uma língua natural surgida entre os surdos brasileiros da mesma forma que o Português, o Inglês, o Francês, etc. surgiram ou se derivaram de outras línguas para servir aos propósitos linguísticos daqueles que as usam”. Porém, neste texto, não trataremos da língua como um fenômeno natural. Este é um gesto teórico de leitura que está posto nos estudos linguísticos. Estamos toman-

do a língua aqui “como a base comum de processos discursivos diferenciados” (PÊCHEUX, 1995, p. 91). Dizendo de outra forma, partindo da teoria do discurso de Michael Pêcheux, a língua constitui o lugar material onde se realizam os efeitos de sentido (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 1997, p. 172). É dentro dessa perspectiva que tratamos a Libras:

A Libras não pode ser vista somente como uma língua em que se interpreta de forma evidente, ela é uma língua em que se pode tanto constituir, formular como fazer circular o conhecimento. Há um investimento a ser feito em tornar esta língua como uma língua de produção de conhecimento e não somente uma língua em que se interpreta, sob a evidência de uma interpretação fiel, quando se pensa a produção do conhecimento sobre a própria Libras. Esta língua deve ser pensada como base material para a realização de processos discursivos diferenciados, dentre os quais o discurso científico e a circulação desse conhecimento, quer dizer, a língua de sinais servindo como base para a produção de textos teóricos. Estamos querendo dizer que a Libras deve ter visibilidade também como língua de produção e circulação de conhecimento, desse modo tem-se também visibilidade tanto da língua de sinais como sobre o próprio conhecimento produzido sobre ela. (MARIANI et al., 2021, p. 534).

O processo de gramatização da Libras vem sendo construído aos poucos, pois os instrumentos linguísticos e os registros históricos produzidos sobre essa língua, estão começando a ser analisados sob perspectiva da História das Ideias Linguísticas articulada com a Análise de Discurso Materialista. Esse processo parte de diferentes materialidades além dos instrumentos linguísticos mais conhecidos, gramáticas e dicionários. Também podem ser analisados “acontecimentos políticos, como a promulgação da Lei de Libras, institucionais e implementação de saber metalinguístico, por meio reuniões científicas, publicações acadêmicas e produção de materiais didáticos” (BAALBAKI, 2014, p. 86).

O estudo pioneiro sobre a gramatização da Libras foi desenvolvido por Silva (2012) em

sua tese de doutorado. Neste trabalho, a autora relata que o seu interesse por essa temática surgiu durante o seu doutorado ao cursar a disciplina História das Ideias Linguísticas, antes ela tinha o interesse nas questões sobre leitura e escrita de surdos. A autora desenvolveu um estudo com dicionários da Libras publicados de 1875 até 2010, separando em três períodos principais: o primeiro período com a publicação da Iconografia dos Signaes dos Surdos-Mudos, de Flausino José da Gama, em 1875 até meados da década de 1960; o segundo período seria então dos anos 1960 até a década de 1990; e o terceiro período nos anos 2000 em função do reconhecimento legal da Libras como língua da comunidade surda do Brasil, em 2002.

Ao concluir sua pesquisa, a autora afirma que existe sim um percurso de produção científica sobre a Libras que permite aos demais autores elaborarem gramáticas e dicionários, instrumentos fundamentais para o processo de gramatização da Libras. Esse movimento traz legitimação a Libras, pois são esses estudos científicos sobre a língua, por meio dos saberes produzidos nos instrumentos linguísticos como os dicionários e gramáticas, que institucionaliza a Libras.

Estas reflexões sobre a produção dicionarística da Libras no Brasil possibilitaram-nos compreender que os instrumentos linguísticos marcam mesmo uma fundação dos estudos linguísticos sobre a língua de sinais no Brasil e a compreender o processo de gramatização pelo qual ela está atravessando. (SILVA, 2012, p. 268)

Partindo dessas reflexões, acreditamos também que novos estudos sobre o processo de gramatização da Libras se fazem necessários, pois com as novas tecnologias, novos instrumentos surgem afetando o modo como são produzidos os conhecimentos sobre essa língua, os dicionários eletrônicos são exemplos desses novos instrumentos linguísticos que circulam entre os usuários da Libras.

NOSSAS ANÁLISES

Analisaremos aqui o funcionamento do Dicionário da Língua Brasileira de Sinais por Guilherme de Azambuja Lira e Tanya Amara Felipe de Souza, versão eletrônica 3 de 2011, disponível gratuitamente nos sites da Acessibilidade Brasil e do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Observaremos em nosso recorte o modo de organização e de definição de alguns verbetes da letra M. A escolha de uma letra intermediária no dicionário segue os passos de Nunes (1996, p. 38), pois também julgamos que nestas letras “os critérios do lexicógrafo apresentam uma certa estabilidade, o que muitas vezes não acontece com as primeiras letras, onde o trabalho ainda é um pouco experimental”.

Ao analisar um verbete, se faz necessário considerar a particularidade do dicionário em questão. No caso dos dicionários de Libras, a sua textualidade é composta por diferentes elementos, constituindo a sua materialidade, como nos aponta Silva (2012, p. 99): “Os verbetes são constituídos por um conjunto de ilustrações do sinal e da descrição do sinal, sejam desenhos, fotografias ou vídeos, além de texto escrito em língua portuguesa”. Temos então, os verbetes do Dicionário da Língua Brasileira de Sinais apresentados na seguinte estrutura conforme a figura 01: quadro de busca por palavra, exemplo, acepção ou assunto; quadro de ordem alfabética, por assunto ou mão; assuntos; palavras; mão; vídeo; acepção; exemplo; exemplo em Libras; classe gramatical; origem; imagem.

Figura 01 – Tela do Dicionário da Língua Brasileira de Sinais por Guilherme de Azambuja Lira e Tanya Amara Felipe de Souza (2011) ao selecionar a letra M na ordem alfabética.

Fonte: Disponível em http://www.acessibilidadebrasil.org.br/libras_3/ Acesso em: 18 de mar. de 2022.

Vamos começar observando o modo de busca de um sinal (entrada). Existem duas formas principais para procurar um sinal. O primeiro é o sistema de busca, na qual tem as opções palavra, exemplo, acepção e assunto. Após ser selecionada uma dessas opções, se digita uma palavra que será a referência principal da busca. A segunda forma é pelo sistema de ordem, que tem como opções a ordem alfabética, por assunto e mão (configuração de mão). Após uma das duas primeiras opções (ordem alfabética ou por assunto) serem selecionadas, basta clicar em uma das letras abaixo. Caso seja selecionada a opção mão, abre-se uma nova tela com 73 configurações de mão como mostra a figura 02.

Figura 02 – Tela com 73 configurações de mão do Dicionário da Língua Brasileira de Sinais por Guilherme de Azambuja Lira e Tanya Amara Felipe de Souza (2011) ao selecionar a opção de busca por mão no sistema de ordem.



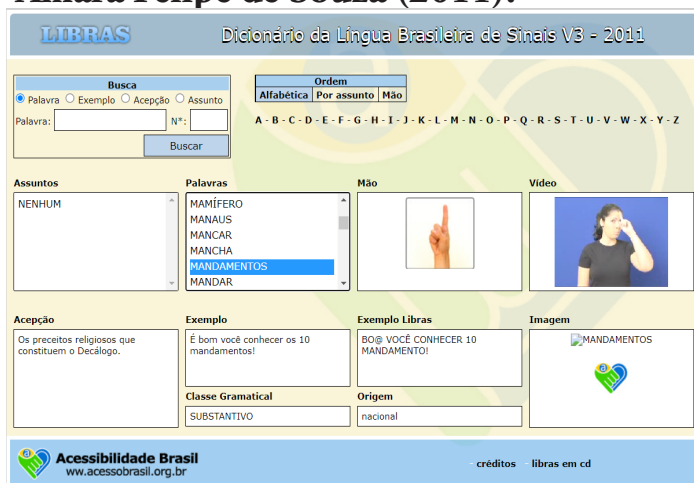
Fonte: Disponível em http://www.acessibilidadebrasil.org.br/libras_3/ Acesso em: 18 de mar. de 2022.

A configuração de mão (CM) é um dos parâmetros gramaticais da Libras, “são as diversas formas que a(s) mão(s) toma(m) na realização do sinal” (FERREIRA, 2010, p. 36). Ao selecionar uma dessas configurações, será mostrada uma lista de sinais que são realizados com essa configuração. Essa forma de busca de um sinal em um dicionário de língua de sinais seria a mais próxima de um dicionário monolíngue dessa língua, em que a entrada seria pela CM, a realização do sinal em vídeo, assim como a sua definição também sinalizada (SILVA, 2012, p. 249).

Como dito anteriormente, este dicionário também possibilita a busca do sinal por assunto, aqui os verbetes foram divididos em 21 grupos de assuntos, como: alimento/bebida; família; higiene/saúde; profissão/trabalho; sentimentos e outros. Basta selecionar essa opção, escolher um dos assuntos que logo na janela ao lado, aparece uma lista dos sinais correspondentes àquele assunto. Vejamos como se mostra o verbete para o

sinal MANDAMENTOS na figura 03.

Figura 03 – Tela do verbete MANDAMENTOS presente no Dicionário da Língua Brasileira de Sinais por Guilherme de Azambuja Lira e Tanya Amara Felipe de Souza (2011).



Fonte: Disponível em http://www.acessibilidadebrasil.org.br/libras_3/ Acesso em: 18 de mar. de 2022.

Ao analisar o verbete, temos a palavra MANDAMENTOS selecionada, ele pertence aos verbetes que estão agrupados no grupo de assuntos denominado NENHUM, a CM correspondente ao sinal, ao lado está o vídeo demonstrando como se realiza o sinal (este se repete constantemente), a aceção em Língua Portuguesa, um exemplo também na Língua Portuguesa, o mesmo exemplo em Libras, a classe gramatical segue baseada na Língua Portuguesa, a origem é nacional e não apresenta uma imagem fixa. Vejamos o modo de definição do verbete:

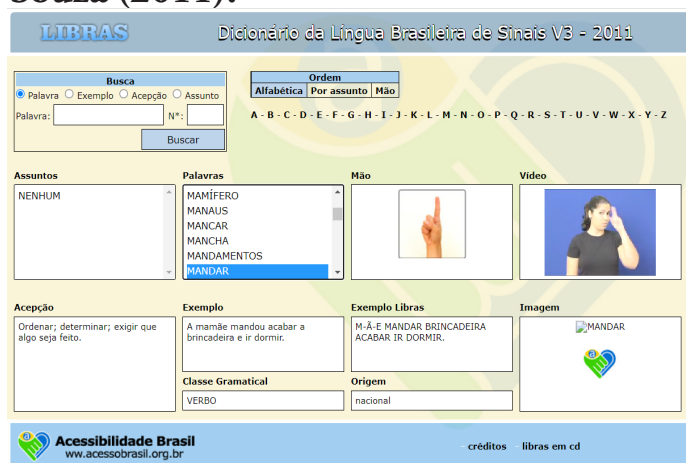
Dicionário da Língua Brasileira de Sinais (2011)

MANDAMENTOS: Os preceitos religiosos que constituem o Decálogo. Ex.: É bom você conhecer os 10 mandamentos! Ex. Libras: BO@ VOCÊ CONHECER 10 MANDAMENTOS! Classe gramatical: substantivo. Origem: nacional.

O que nos chama a atenção neste verbete é que ele apresenta em sua aceção e exemplo apenas um sentido para a palavra, o religioso.

Isso porque o sinal apresentado no vídeo, não é utilizado restritamente no sentido religioso pela comunidade surda. Tanto que no verbete seguinte, do sinal MANDAR, o vídeo se repete apresentando o mesmo sinal e a sua aceção e exemplo são diferentes, conforme a figura 04.

Figura 04 – Tela do verbete MANDAR presente no Dicionário da Língua Brasileira de Sinais por Guilherme de Azambuja Lira e Tanya Amara Felipe de Souza (2011).



Fonte: Disponível em http://www.acessibilidadebrasil.org.br/libras_3/ Acesso em: 18 de mar. de 2022.

Observando mais de perto o verbete temos:

Dicionário da Língua Brasileira de Sinais (2011)

MANDAR: Ordenar; determinar; exigir que algo seja feito. Ex.: A mamãe mandou acabar a brincadeira e ir dormir. Ex. Libras: M-Ã-E MANDAR BRINCADEIRA ACABAR IR DORMIR. Classe gramatical: verbo. Origem: nacional.

Nesse verbete observamos que diferentes sinônimos são apresentados para o sinal MANDAR, julgamos então que outros sentidos no verbete de MANDAMENTOS poderiam ter

sido atribuídos, mas não foram. Dizendo de outra maneira, foi uma escolha dos lexicógrafos apresentar o sinal de MANDAMENTOS apenas no sentido religioso, dito com outras palavras, esse verbete se materializa por um funcionamento discursivo ancorado em sentidos hegemônicos. O sentido se apresenta como sendo o único possível, como podendo ser somente aquele, mas ele pode ser outros. Isso é o funcionamento da ideologia, que produz essa ilusão de que o sentido é único.

A escolha por uma definição religiosa por parte dos lexicógrafos não se dá de forma consciente, a ideologia incide nesse processo. É interessante pensar aqui, no efeito de univocidade do sentido e na hegemonia do sentido religioso em “mandamentos” – escolher uma palavra por outra implica uma relação de forças e de poder, bem como denuncia o funcionamento das formações ideológicas e discursivas que constituem dadas posições dos sujeitos-lexicógrafos neste caso. Pêcheux ([1938-1983] 2008, p. 34), formula sobre essa necessidade de “mundo semanticamente normal”, normatizado, partindo das relações de cada sujeito com a sua realidade imediata.

O sujeito pragmático – isto é, cada um de nós, os “simples particulares” face às diversas urgências de sua vida – tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica: isto se marca pela multiplicidade de pequenos sistemas lógicos portáteis que vão da gestão cotidiana da existência (por exemplo, em nossa civilização, o porta-notas, as chaves, a agenda, os papéis, etc) até as “grandes decisões” da vida social e afetiva (eu decido fazer isto e não aquilo, de responder a X e não a Y, etc...) passando por todo o contexto sócio-técnico dos “aparelhos domésticos” (isto é, a série dos objetos que adquirimos e que aprendemos a fazer funcionar, que jogamos e que

Sinal/Entrada	Língua Portuguesa	Libras
MANDAMEN-TOS	É bom você conhecer os 10 mandamentos!	BO@ VOCÊ CONHECER 10 MANDAMENTO!
MANDAR	A mamãe mandou acabar a brincadeira e ir dormir.	M-Ã-E MANDAR BRINCADEIRA ACABAR IR DORMIR.

perdemos, que quebramos, que consertamos e que substituímos) ... (PÊCHEUX, [1938-1983] 2008, p. 33).

Como dito anteriormente, neste dicionário as informações são dadas em Língua Portuguesa, explicitando, assim, uma prioridade desta em relação à Libras, o que nos remete ao discurso que se encontra na Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002. No parágrafo único do seu Art. 4º consta o seguinte: “A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa”. Observamos que os lexicógrafos apresentam somente o vídeo demonstrando o sinal e a transcrição do exemplo para a estrutura sintática da Libras, na forma escrita. Vejamos os exemplos referentes aos sinais MANDAMENTOS e MANDAR.

Com essa transcrição dos exemplos para Libras os lexicógrafos “mostram o modo de formular a frase nessa língua em situação de uso da Libras” (SILVA, 2012, p. 250), sendo possível observar algumas diferenças entre a estrutura frasal entre as duas línguas. Seria interessante se também houvesse um vídeo demonstrando como seria esse exemplo sinalizado, os vídeos presentes no dicionário apresentam apenas o sinal sendo realizado, demonstrando o seu movimento, a expressão facial/corporal, mas não apresenta a descrição da forma do sinal.

Nossas análises nos possibilitam dizer que mesmo que o dicionário seja intitulado como Dicionário da Língua Brasileira de Sinais, há uma dominância da Língua Portuguesa escrita sobre a Libras, isso porque grande parte das informações contidas nele, foram organizadas partindo do conhecimento linguístico sobre a Língua Portuguesa, temos, portanto, poucas informações sobre a Libras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso objetivo ao desenvolver este estudo foi de compreender o funcionamento dos instrumentos linguísticos da Língua Brasileira de

Sinais – Libras. A produção desses instrumentos foi intensificada após a Libras ser reconhecida como meio legal de comunicação das comunidades surdas do país pela Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.

Os dicionários de Libras formulam conhecimentos sobre essa língua, constituindo assim o seu processo de gramatização. Compreender a singularidade do dicionário é levar em conta que este instrumento “nunca é completo e nem reflete diretamente a realidade, pois ele corresponde a uma projeção imaginária do real: de um público leitor, de uma concepção de língua e de sociedade.” (NUNES, 2006, p.20).

Para este artigo, analisamos um verbete do Dicionário da Língua Brasileira de Sinais por Guilherme de Azambuja Lira e Tanya Amara Felipe de Souza (2011), este encontra-se disponibilizado de forma gratuita nos sites da Acessibilidade Brasil e do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Através do nosso recorte, observamos que este dicionário se apresenta bilíngue, pois encontramos grande parte das informações partindo dos conhecimentos linguísticos sobre a Língua Portuguesa.

Acreditamos que acompanhar o movimento de produção dos instrumentos linguísticos da Libras nos leva a compreender o processo de legitimação desta língua no país. Concordando com o que explicita Silva (2012, p. 260), no mesmo momento em que a Libras é legitimada, através dos estudos científicos sobre a língua, também se institucionalizam os saberes produzidos, por meio dos dicionários, gramáticas, manuais, leis e decretos, dito de outra forma, o processo de produção dos conhecimentos linguísticos sobre a Libras está relacionado com o seu processo de legitimação e institucionalização.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, Sylvain. A revolução tecnológica da gramatização. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.
- LIRA, Guilherme de Azambuja; SOUZA, Tanya Amara Felipe de. Dicionário da Língua Brasileira de Sinais. Acessibilidade Brasil, Versão 3, 2011. Disponível em: http://www.acessibilidadebrasil.org.br/libras_3/. Acesso em: 18 de mar. de 2022.
- BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira. Aspectos da gramatização da Libras: acontecimentos linguísticos e políticos. In: CAVALHEIRO, Juciane; JESUS, Carlos Renato R.; JUSTINIANO, Jeiviane (orgs.). Abralín em Cena Amazonas: Anais. Manaus: UEA Edições, 2014. ISBN: 978- 85-7883-280-3.
- BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 18 de mar. de 2022.
- FERREIRA, Lucinda. Por uma gramática de língua de sinais. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010.
- FREITAS, Ronaldo Adriano de. Instrumentação linguística em rede: Análise discursiva de dicionários online. 2020. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- MARIANI, Bethania et al. Entre-línguas brasileiras: Libras na política de divulgação do conhecimento. Linguagem & Ensino, Pelotas, v. 24, n. 3, p. 530-553, jul.-set. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/download/19904/13603>. Acesso em: 20 de jun. de 2022.
- NUNES, José Horta. Discurso e instrumentos linguísticos no Brasil: dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários. 1996. 266 p. Tese (Doutorado em Linguística) –Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270697>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- _____. Dicionários no Brasil: análise e história. Campinas: Pontes, 2006.
- _____. Dicionários: história, leitura e produção. Revista de Letras, Taguatinga, DF, v. 3, n. 1/2, p. 06-21, Ano III, dez. 2010.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. Lexicografia discursiva. Alfa, São Paulo, n. 44, p. 97-114, 2000.
- _____. Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas/Cáceres: Pontes/Unemat, 2001.
- PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi. 5. ed. Campinas, São Paulo: Pontes Editores, 2008.
- _____. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução: Eni Puccinelli Orlandi [et al.]. 2. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1995.
- PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução a obra de Michael Pêcheux. Tradução: Bethania S. Mariani [et al.]. 3. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1997.
- PEREIRA, Maria Cristina da Cunha et al. Libras: conhecimentos além dos sinais. São Paulo: Person Prentice Hall, 2011.
- PETRI, Verli. Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos: a especificidade do di-

cionário regionalista. Língua e instrumentos linguísticos, Campinas: RG Editora, n. 29, p. 23-37, jan./jun. 2012.

QUADROS, Ronice Müller de; CRUZ, Carina Rebello. Língua de sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Armed, 2011.

SILVA, Nilce Maria. Instrumentos linguísticos de Língua Brasileira de Sinais: constituição e formulação. 2012. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

Submissão: maio de 2022.

Aceite: julho de 2022.

PANDEMIA, HISTERIA: O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA DESIGNAÇÃO NOS DIZERES DE UM PRESIDENTE

Rômulo Silveira Borges Balz¹

Luciana Iost Vinhas²

Resumo: O presente trabalho, baseado na Análise Materialista de Discurso, desenvolve uma reflexão sobre o funcionamento discursivo da designação histeria em dizeres do presidente Jair Bolsonaro proferidos durante o período inicial da pandemia no Brasil, em março de 2020. São selecionados três episódios nos quais o sujeito-enunciador, ao falar sobre a situação da pandemia no país, emprega a referida designação. Com isso, apresentamos uma reflexão teórica sobre o funcionamento da designação pela perspectiva discursiva e, também, analisamos sequências discursivas extraídas dos pronunciamentos do presidente. Com a análise, chegamos à configuração de uma formação discursiva de extrema direita, pela qual ocorre a formulação dos enunciados proferidos pelo presidente, os quais colocam em circulação saberes de exclusão de uma parcela da população aliados à violência de gênero.

Palavras-chave: Designação. Histeria. Análise Materialista de Discurso. Formação discursiva de extrema direita.

Pandemic, hysteria: the discursive functioning of the designation in the words of a president

Abstract: The present study, based on the Materialist Discourse Analysis, develops a reflection on the discursive functioning of the designation hysteria in President Jair Bolsonaro's sayings during the initial period of the pandemic in Brazil, in March 2020. Three episodes are selected in which the enunciator, when talking about the situation of the pandemic in the country, uses the aforementioned designation. With that, we present a theoretical reflection on the functioning of the designation by the discursive perspective and, also, we analyze discursive sequences extracted from the President's pronouncements. With the analysis, we arrive at the configuration of a discursive formation of the extreme right, through which the formulation of statements made by the President occurs, which put into circulation knowledge of exclusion of a portion of the population allied to gender violence.

1 Mestre em Letras (UFPEL). E-mail: romulobalz20@gmail.com

2 Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014). Docente no Departamento de Línguas Clássicas e Vernáculas (DECLAVE) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: ucianavinhas@gmail.com

Keywords: Designation. Hysteria. Materialist Discourse Analysis. Discursive formation of the extreme right.

Introdução

No final do ano de 2019, casos de pneumonia surgidos na cidade chinesa de Wuhan geraram a preocupação da Organização Mundial da Saúde (OMS). Pouco tempo depois, com a ampla propagação desses casos e com novas informações obtidas sobre a infecção, em 11 março de 2020, a OMS declara os acontecimentos sanitários mundiais como característicos de uma situação de pandemia de um novo vírus denominado SARS-CoV-2, causador da doença COVID-19. Tal constatação, amparada em embasamento técnico-científico, trouxe consequências não somente para a organização das instituições de saúde e cuidado, como, também, para o funcionamento da totalidade dos Estados nacionais – na economia, na política, no jurídico... e no ideológico.

O Brasil de então estava sendo governado por Jair Messias Bolsonaro no segundo ano de seu mandato presidencial. Desde o início da declaração de situação pandêmica pela OMS, o chefe do Executivo manifestou posicionamentos resistentes à tomada de medidas que pudessem controlar a propagação do vírus. Com foco nessa situação, este trabalho toma como objeto manifestações do presidente ocorridas no momento inicial da pandemia, no Brasil, justamente quando começam a acontecer os primeiros casos da doença, ocorridos pelo contágio da infecção por brasileiros em países europeus. Vamos atentar, de forma mais específica, para três falas de Bolsonaro em três momentos distintos, todos ocorridos no mês de março de 2020, quando o sujeito-enunciador emprega a designação histeria para tratar da situação da pandemia de COVID-19, no país.

Desse modo, nosso objetivo é o de analisar o funcionamento discursivo da designação histeria nos dizeres de Jair Messias Bolsonaro

durante o mês de março de 2020, em três ocasiões diferentes. Para isso, foi realizada a transcrição de suas manifestações orais, as quais foram organizadas em sequências discursivas. Foram selecionadas sequências em que há a ocorrência da palavra histeria/histerismo/neurose; tais ocorrências estão sendo interpretadas, no presente estudo, como referentes ao funcionamento da designação, que, pela perspectiva teórica da Análise Materialista de Discurso (AD), é relacionada à forma como a ideologia determina os processos de significação.

Para atingir nosso objetivo, apresentamos o texto dividido em duas seções, acrescentadas da presente introdução e das considerações finais. A seção seguinte realiza um debate teórico sobre a designação conforme o aparelho descritivo-interpretativo da AD, sendo trazidas considerações de autoras e autores que trabalham com a temática. Depois disso, nosso trabalho foca na análise da designação histeria nos dizeres de Jair Bolsonaro em episódios ocorridos em março de 2020, a saber: (i) Entrevista à CNN, no dia 15/03/2020³ (Episódio 1 – E1); (ii) Entrevista à Rádio Bandeirantes, no dia 16/03/2020⁴ (Episódio 2 – E2); e (iii) Pronunciamento oficial à cadeia de rádio e televisão, no dia 24/03/2020⁵ (Episódio 3 – E3). Começemos, então, pela teorização sobre o funcionamento da designação pela perspectiva discursiva.

3 Em entrevista para a CNN, Bolsonaro fala em histeria. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/15/interna_politica,834482/em-entrevista-bolsonaro-critica-histeria-pelo-coronavirus.shtml>. Acesso em: 29/03/2021.

4 Bolsonaro, em entrevista à rádio Bandeirantes, fala em economia e histeria. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M0za8MSO64>>. Acesso em: 29/03/2021.

5 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=VL_DYb-XaAE>. Acesso em 27/04/2022.

1. A designação pela perspectiva discursiva

Para começarmos a discussão sobre a designação pela perspectiva discursiva, é importante fazer referência ao conceito de sujeito no qual a teoria se embasa. Na AD, o sujeito é dividido, interpelado pela ideologia e determinado pelo inconsciente, sendo considerado um efeito das coordenadas jurídico-político-ideológicas que sobredeterminam uma formação social. A fim de estabelecermos a relação entre subjetividade e língua, vamos lançar mão dos dois esquecimentos elaborados na teoria materialista dos sentidos. Dessa forma, para que comecemos a estabelecer relações com a designação, interessa discutirmos sobre a noção de esquecimento nº 2 de que fala Pêcheux ([1975] 2014, p. 161, grifos do autor):

[...] concordamos em chamar de esquecimento nº 2 ao “esquecimento” pelo qual todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase – um enunciado forma ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada.

Com relação ao esquecimento nº 2, a partir desta primeira relação, podemos compreender que as palavras que o sujeito-falante “seleciona” quando formula seus enunciados não são selecionadas de forma aleatória, desvinculadas das formações discursivas que regulam as identificações dos sujeitos; empregar uma determinada palavra com funcionamento designatório, como estamos trabalhando aqui, coloca em jogo a disputa política pelos sentidos que são colocados em circulação, pois a palavra pode fazer referência a uma ou outra região do interdiscurso, conforme a determinação ideológica daquele que a formula em relação com as condições de produção sócio-histórico-ideológicas do discurso.

Em seguida dessa afirmação, o teórico expõe o que pode ser entendido como esquecimento nº 1:

Por outro lado, apelamos para a noção de “sistema inconsciente” para um outro “esquecimento”, o “esquecimento nº 1 remetia, por uma analogia com o recalque inconsciente, a esse exterior, na medida em que- como vimos- esse exterior determina a formação discursiva em questão (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 162, grifos do autor).

Mesmo que possa existir o efeito de que o sujeito controla aquilo que diz, via funcionamento enunciativo-discursivo do esquecimento nº 2, o esquecimento nº 1 nos lembra da impossibilidade desse controle, já que o sujeito é alheio aos mecanismos que o tornam vinculados a uma determinada posição política, ideológica e de classe. O sujeito, determinado duplamente pelo inconsciente e pela ideologia, é afetado pelo funcionamento da língua, cuja especificidade no âmbito da AD nos coloca a exterioridade como base do seu funcionamento. Na perspectiva discursiva, a língua é relacionada com o que lhe é exterior, diga-se: o sujeito, a história e as condições de produção (ORLANDI, 2001).

Com base nesses elementos fundamentais da teoria, vamos realizar uma breve incursão pelo conceito da designação a partir de diferentes autores. Começaremos com as pesquisas de Guimarães (2003), tidas como referência sobre o assunto. Apesar de seus estudos não estarem baseados na AD, o autor faz uma distinção entre referência, nomeação e designação, o que nos ajudará a refletir sobre o tema a partir de uma perspectiva materialista do discurso. O pesquisador expõe que a referência é entendida como um procedimento linguístico, o qual visa a particularizar algo na e pela enunciação. Para melhor explicar o que propõe, utiliza o seguinte exemplo: “o jogador está sentado na segunda mesa à esquerda”. Nesse enunciado, de acordo com Guimarães (2003), o sintagma nominal “o jogador” está particularizando uma pessoa, isto

é, indicando-a. Diferente é a nomeação, definida como o funcionamento semântico que cumpre a função de atribuir um nome a algo.

A designação, para esse teórico, não se confunde com as outras duas noções, pois está relacionada com a história e com o real, conforme a passagem a seguir:

A designação é o que considero a significação de um nome enquanto sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação não é algo abstrato, mas linguístico e histórico. Ou seja, é uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real (GUIMARÃES, 2003, p. 54).

O excerto acima se aproxima mais da teoria discursiva, uma vez que coloca em relação a linguagem com o que lhe é exterior, conforme a visão materialista. Entretanto, analisar o funcionamento de uma designação em um discurso exige um olhar mais atento, pautado em um dispositivo analítico. O que nos interessa na citação supracitada é o fato de que um nome parece, para esse autor, manter relação com a história, no sentido de que esse nome significa em relação a outros discursos proferidos, bem como nos remete a outros possíveis.

Guadanini (2010) concebe o “fenômeno da designação” enquanto uma estratégia discursiva, que, conforme a autora, é resultante de um processo dependente dos sujeitos e das circunstâncias de produção, os quais envolvem a “encenação do ato de linguagem”. Em um primeiro momento, podemos notar alguns pontos semelhantes com a AD materialista, representados pelos termos processos, sujeito e circunstâncias de produção. Todavia, é imprescindível expor que o conceito de designação no qual a pesquisadora está baseada diz respeito aos estudos de George Kleiber e Patrick Charaudeau. O primeiro autor parte de uma perspectiva calçada na Semântica Referencial; o último encontra apoio na Análise de Discurso Semi linguística, que difere da AD materialista pelo modo como

trata o discurso, o sujeito e a ideologia. Embora essas duas teorias (Semântica Referencial e Análise de Discurso Semi linguística) se preocupem com a questão do sentido, o abordam de formas bem distintas, e, em função disso, não daremos continuidade a essa configuração.

Passemos, então, aos estudos de Mariani (1996) sobre o tema, os quais trazem importantes contribuições para a compreensão do funcionamento da designação na AD. Com o objetivo de desenvolver essa questão, a teórica retoma a análise do seu corpus discursivo, onde observa que as denominações utilizadas para designar os adeptos ao comunismo parecem retomar e sustentar efeitos de negatividade, sendo esses construídos historicamente. Para sustentar essa posição, Mariani (1996) defende, com base em exemplos, que o fato de que algumas expressões possuem uma mesma referência não garante que elas possam ser intercambiáveis em todos os contextos. Assim, ela cita alguns exemplos que compuseram o seu corpus de análise: (i) “os vermelhos buscam solapar a disciplina”; e (ii) “Eles admitem até um intelectual rebelde, comunista, mas não admitem um operário no poder”. Tomando como base essas sentenças, a pesquisadora explica que não seria possível substituir “comunista” por “inimigo da Pátria”; por outro lado, tal substituição seria possível na primeira formulação (i).

Entendemos que as considerações realizadas deslocam o nosso olhar para uma nova maneira de compreendermos as designações, relacionando-as com as condições de produção do discurso. Assim, nos alinhamos a Mariani (1996, p. 138) quando refere que:

Entendemos, nesta perspectiva, que o denominar não é apenas um aspecto do caráter de designação das línguas. Denominar é significar, ou melhor, representa uma vertente do processo social geral de produção de sentidos. O processo de denominação não está na ordem da língua ou das coisas, mas organiza-se na ordem do discursivo, o qual, lembrando mais uma vez, consiste na relação entre o linguístico e o histórico-social, ou

entre linguagem e exterioridade.

Na mesma linha teórica, Indursky (2002), em um de seus textos sobre o discurso do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), analisa as designações ocupação e invasão. A primeira designação seria utilizada pelos sujeitos que se identificam com o discurso dos sem-terra, enquanto a segunda pelos que se identificam com a posição-sujeito dos proprietários rurais. Tal confronto aponta para formações discursivas divergentes que remetem o analista para uma determinada cena discursiva. No estudo realizado, Indursky (2002) não constatou uma presença de uma cena discursiva de interlocução⁶, tendo em vista que aqueles que se identificam com a posição dos proprietários rurais não reconhecem os sem-terra como seus interlocutores. A análise tomou como corpus o discurso que circulou na imprensa entre os anos de 1995 e 1996. Outro ponto importante nesse trabalho é que as designações parecem funcionar tanto para representar processos discursivos antagônicos como para designar os sujeitos imbricados nesse processo. A esse respeito, temos a seguinte passagem que corresponde à explicação sobre a formação discursiva dos proprietários rurais:

Nessa formação discursiva, ignorar que a terra possui um proprietário e nela acampar mobiliza o discurso jurídico que garante o direito de propriedade (art. 5º da Constituição, item XXII) e, com base nele, os latifundiários chamam os sem-terra de “invasores” e aos seus líderes de “formadores de quadrilha”. Assim procedendo, ao mesmo tempo que desqualificam os sem-terra, enquanto seus interlocutores, os transformam em sujeitos fora da lei (INDURSKY, 2002, p. 124).

As designações formadores de quadrilha, invasores e sujeitos fora da lei não apenas se referem àqueles que se identificam com a posição sujeito sem-terra, mas também os significam.

6 Para a autora, a cena discursiva de interlocução é um lugar de conflito/confronto entre formações discursivas.

Tendo isso em mente, passaremos para a discussão de um outro estudo realizado por essa autora.

Indursky (2013), ao empreender outra análise acerca do discurso do MST, toma como corpus uma entrevista com Diolinda Alves de Souza, líder desse movimento. O objetivo dessa pesquisadora consistia em analisar o processo de subjetivação/identificação de Diolinda. Nesse sentido, a autora constata que, em um determinado momento da entrevista, em vez de fazer uso da designação ocupação, própria da formação discursiva na qual se inscreve, utiliza invasão para falar das práticas do MST. Indursky (2003) explica essa substituição com base em processo metafórico específico. A teórica chega à conclusão de que a designação invasão, ao passar de uma formação discursiva para outra, é ressignificada, sendo equivalente a ocupação.

Diante do exposto, é possível dizer que os trabalhos de Indursky (2002; 2013) estão em consonância com aquele produzido por Mariani (1996), ou seja, ambas as autoras colocam as condições de produção como fundamental para o entendimento do funcionamento da designação. Dessa forma, uma determinada formação discursiva, frente a um acontecimento histórico, designará tal processo de uma determinada maneira, reproduzindo certos efeitos de sentidos. Assim, o sujeito, na ilusão de que seu enunciado produza um determinado sentido, enunciará de um modo e não de outro, assim como esquecerá que a língua é equívoca, resultando, conforme Orlandi (2001), em diferentes possibilidades de sentido.

Ainda no âmbito da AD, destacamos o trabalho de Zoppi-Fontana (2003), a qual considerou as relações parafrásticas que as designações mantêm entre si, bem como a contradição de tais designações no arquivo. Importa dizer que o estudo teve como foco o espaço urbano, mais especificamente o processo de designação dos camelôs. Constatou-se três tipos de processos de designação, organizados a partir das seguintes operações semânticas: a indefinição da

referência, efeito da ausência e presença de determinantes indefinidos. Ainda nesse primeiro processo, a pesquisadora observou a utilização de analogias, que colocavam os camelôs em uma relação de desvantagem face às outras categorias. O segundo processo analisado evidenciou um outro mecanismo: a utilização de metonímias, o qual visou a designar os sujeitos a partir dos lugares/espacos ocupados, sendo que estes últimos eram definidos a partir de metáforas bélicas, como: praça de guerra, ponto de banditismo, entre outras. No terceiro e último processo, observou-se a definição dos camelôs enquanto objetos, o que se demonstrou comum nos discursos presentes nas leis, decretos e resoluções de Campinas.

Com base na discussão do trabalho de Zoppi-Fontana (2003), é possível observar que, de fato, o processo de designação mostra-se complexo. No entanto, conforme assinalado, no estudo da autora, esse processo ficou centrado na questão da referência. Assim, para avançarmos, é necessário considerarmos as condições sócio-históricas desse processo. Nesse sentido, acrescentaremos as contribuições de Souza (2020), que analisa o par de designações golpe/impeachment, representativas de um processo político, jurídico e social, que tinha como objetivo a destituição da então Presidenta, eleita democraticamente, Dilma Rousseff.

A pesquisadora constatou a presença de duas formações discursivas antagônicas: a formação discursiva anti-Dilma e a formação discursiva pró-Dilma. As duas formações discursivas designavam o mesmo acontecimento de formas distintas. A primeira utilizava a designação impeachment; enquanto a segunda designava a destituição da presidenta como golpe. Assim, segundo a autora, esses termos, embora evidenciem uma relação específica entre a ideologia e aqueles que o empregam, atendem ao mesmo propósito: a legitimação dos saberes das formações discursivas em que se inscrevem, bem como de suas posições em relação a esse processo. Além disso, cada formação discursiva mobi-

lizou uma memória discursiva. A FD anti-Dilma trouxe, do nível interdiscursivo, a memória referente ao processo que ficou conhecido como “impeachment de Fernando Collor”, a fim de atribuir um efeito de legitimação de sua prática discursiva. Por outro lado, a formação discursiva pró-Dilma fez surgir a memória da ditadura militar, mais especificamente do golpe militar, para demonstrar que tirar uma Presidenta democraticamente eleita do poder é um processo ilegal. A noção de memória discursiva mostra-se, assim, de extrema importância, uma vez que mantém uma relação com a história. Essas palavras representam, segundo a autora, “como em um processo metonímico, todo o movimento de saberes engajados em sustentar e legitimar o discurso das FDs em que se inserem” (SOUZA, 2020, p. 261).

Por fim, para encerrarmos a discussão da presente seção, gostaríamos de expor como trabalharemos com a designação neste trabalho, considerando que analisaremos o funcionamento discursivo da designação histeria nos dizeres de Bolsonaro durante o mês de março de 2020. Assim, a designação deve ser vista como um processo, que leva em conta as condições sócio-históricas de produção de um termo, o sujeito e a ideologia. Além disso, ao se inscrever em uma formação discursiva e não em outra, mobilizará uma determinada memória discursiva, reproduzindo certos efeitos de sentido. Nesse processo, os sentidos relacionados a um termo, ao serem retomados, podem ser tanto estabilizados quanto deslocados. Através do estudo da designação conseguimos compreender o funcionamento do político na língua, e, no objeto aqui analisado, esse funcionamento é determinante na forma como o combate à pandemia se organiza na sociabilidade brasileira.

2. O funcionamento discursivo da designação *histeria* nos dizeres de Bolsonaro

Antes de passarmos à análise das sequências discursivas selecionadas, vale referir que a forma como chegamos ao objeto de estudo, a saber, a designação *histeria*, nos dizeres de Bolsonaro, tem relação com a noção de excesso proposta por Ernst (2009), tanto pelo seu caráter operacional quanto pelos efeitos de sentido produzidos quando da sua formulação. Desse modo, no corpus, pudemos observar um excesso da designação *histeria*, a qual reproduz certos sentidos, representados como forma de evidência. A opacidade do sentido está relacionada a essa evidência, a qual provém do funcionamento da interpelação ideológica. Na verdade, o que estamos dizendo, é que os sentidos se apresentam como únicos e que, para desfazer essa “ilusão”, a AD dispõe de um dispositivo teórico-analítico, que será mais bem compreendido na medida em que avançarmos na análise. O excesso funciona no discurso para sustentar essas evidências, o que, conseqüentemente, produz o efeito de afastamento de outros sentidos possíveis.

A primeira sequência discursiva selecionada não apresenta o emprego da designação *histeria*, mas configura-se como uma sequência importante para compreender os efeitos de sentido que são estabelecidos quando da formulação dessa designação. O sujeito-enunciador produz um enunciado no qual se observa a presença de uma palavra possível de ser relacionada, via efeito metafórico, à *histeria*, conforme será visto a seguir.

SD1-E17: Devemos respeitar tomar as

7 Para fins de identificação das sequências discursivas do presente estudo, empregamos o seguinte formato de classificação: SD1-E1 indica que se trata da primeira sequência discursiva selecionada para esta análise (SD1), ao passo que E1 faz referência ao primeiro episódio no qual Bolsonaro empregou a designação *histeria*. O segundo episódio será referido como E2 e, por fim, o terceiro episódio será classificado como E3.

medidas sanitárias cabíveis, mas não podemos entrar em uma neurose como se fosse o fim do mundo.

O enunciado acima foi proferido em seguida de o sujeito alegar que: “independente dos cuidados que tomem, muitos pegarão o vírus” (SD1-E1).

De acordo com o gesto analítico que estamos empreendendo, a sequência discursiva SD1-E1 demonstra o assujeitamento do sujeito a uma certa posição no discurso, de modo que devemos respeitar materializa esse processo de assujeitamento. Essa afirmação pode ser confirmada pela oração coordenada sindética adversativa mas não podemos entrar em uma neurose como se fosse o fim do mundo, que pode ser entendida como uma negação do discurso médico-científico que, preocupado com a saúde dos brasileiros, defendeu comportamentos de cunho mais restritivos como o distanciamento, o isolamento físico e o uso de máscaras, por exemplo. Nesse sentido, neurose está em relação de paráfrase com *histeria* e se refere a esses comportamentos. No mesmo enunciado, observamos uma contradição: devemos respeitar as medidas, mas, ao mesmo tempo, não devemos respeitá-las, posto que o objetivo é satisfazer ao discurso médico-científico, por um lado, mas, também, o discurso econômico, por outro. Parece que a neurose/*histeria* estaria relacionada ao não atendimento das determinações econômicas em função da urgência sanitária, e aqui já podemos detectar uma primeira marca da formação discursiva com a qual o sujeito se identifica: economia parece ser mais importante do que saúde.

Ao mencionar que devemos tomar as medidas sanitárias cabíveis é possível observar a falta de determinados elementos: quem deve respeitar as medidas? Quais são as medidas sanitárias cabíveis? Esse ponto é importante, pois a afirmação entra, aparentemente, em contradição com o que vinha sendo defendido pelo sujeito. Em seguida, como já foi observado, temos a oração mas não podemos entrar em uma neu-

rose como se fosse o fim do mundo, a qual, aliada com o que é dito anteriormente, nos permite realizar, pelo menos, três formulações sobre as medidas preventivas: (i) as medidas preventivas/sanitárias são essenciais para a prevenção ao vírus; (ii) existe o risco de se entrar em uma neurose devido às medidas preventivas; (iii) nem todas as medidas preventivas são cabíveis. Nesse sentido, algumas medidas para o sujeito são cabíveis; outras não. Contudo, nosso objetivo não é explicitar quais medidas são ou não aceitas com base em uma posição-sujeito, mas refletir acerca dos efeitos de sentido reproduzidos ao fazer uso de uma designação, assim como qual é o pressuposto que fundamenta a “aceitabilidade” de uma determinada medida preventiva enquanto outras devem ser esquecidas, silenciadas. Dito isso, passaremos às considerações acerca da SD2-E1:

SD2-E1: Com toda a certeza há um interesse econômico envolvido nisso tudo para que se chegue a essa histeria. No passado, 2009/2010, tivemos uma crise semelhante, foi outra, outro problema aqui no mundo, mas aqui é o Brasil e era o PT que tava no governo e os Estados Unidos eram os democratas e a reação não foi essa que está havendo, não foi nem sequer perto dessa que está acontecendo hoje em dia, aqui no mundo todo.

Na sequência discursiva supracitada, observamos uma menção ao domínio econômico, o que, para o sujeito, seria um dos motivos para a inserção das medidas preventivas que, dessa vez, são designadas enquanto histeria. Assim, histeria está em relação parafrástica com neurose, evidenciada na SD1-E1. A partir disso, já começamos a compreender que essas designações, utilizadas para fazer referência às medidas preventivas, funcionam amparadas pela formação ideológica política, tendo em vista que evidencia a relação do campo político com a saúde. De acordo com o discurso reproduzido pelo Presidente da República, as medidas preventivas, consideradas um dos meios mais eficazes e econômicos para o combate à pandemia,

assim como de fácil acesso a todas as classes econômicas, uma vez que não envolve custos com medicamentos, são tratadas como histeria – uma loucura e, como loucura, conforme posição a partir da qual enuncia, deve ser internada, isolada, colocada à margem (do mercado, que ocuparia a posição central nas preocupações do presidente).

Consoante a Pêcheux ([1975] 2014), entendemos que as formações ideológicas são um complexo que permite o funcionamento da Ideologia em geral, interpelando os indivíduos em sujeitos, sendo a forma-sujeito atual capitalista. Com isso, o uso dessas designações atende aos propósitos dessa formação ideológica, inscrita no interior do Aparelho Ideológico Político e que se materializa através das formações discursivas colocadas em jogo. No entanto, tais formações discursivas não se dão a priori, mas conseguimos realizar sua configuração no decorrer das análises, conforme previsto pelos pressupostos materialistas que embasam a AD.

Nas sequências discursivas a seguir, será possível observarmos um excesso de termos como economia, bem como a reiteração da designação histeria. No entanto, devemos ressaltar que é interessante observar as diferentes formas como essa designação emerge no corpus. Na sequência abaixo temos o emprego de histerismo:

SD3-E1-Quando você proíbe jogo de futebol entre outras coisas, você tá partindo para o histerismo no meu entender e eu não quero.

Importa analisar a utilização do gerúndio, bem como do sufixo -ismo na designação histerismo. Desse modo, será necessário evocarmos algumas considerações a respeito desse sufixo, de forma que possamos compreender os efeitos de sentido produzidos. No entanto, além do nível morfológico, consideraremos o nível sintático, a fim de chegarmos a esses efeitos. Para isso, entendemos como relevante a discussão sobre o trabalho de Araújo (2012), que parte do ponto de vista da semântica e da gramática tradicional para compreender a formação de sentidos das palavras, quando acrescidas desse sufixo.

A autora, ao pesquisar a respeito do processo de constituição histórica e semântica do sufixo -ismo e -(i)dade em termos como homossexualismo e homossexualidade, nos oferece uma ótima reflexão para pensarmos sobre o funcionamento discursivo da designação histerismo, no nosso corpus, com base na perspectiva materialista do discurso. Ao discorrer sobre o processo de formação das palavras, a pesquisadora defende que:

No processo de constituição ou reformulação das palavras, há que se avaliar a proeminência do sujeito diante dos aspectos sociais e ideológicos que podem implicar na reconfiguração dos termos, já que os valores semânticos conferidos às palavras e aos seus elementos constituintes estão diretamente ligados às ideologias dos grupos sociais que se apropriam e conferem a elas significação (ARAÚJO, 2012, p. 9).

Neste ponto, a autora se aproxima do que é pressuposto pela AD, pois confere ao sujeito e à ideologia um papel fundamental na significação dos “termos”. Assim, torna-se importante mencionar uma citação de Orlandi (2001, p. 47), a qual é basilar na AD materialista: “não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia”. Nesse sentido, defendemos que esses termos (homossexualismo e homossexualidade) significam diferentemente, tendo em vista a relação deles com as condições de produção do discurso.

Ainda de acordo com Araújo (2012), o sufixo -ismo tem a sua origem no grego, tendo sido, mais tarde, incorporado ao latim vulgar. No português brasileiro, é utilizado como um caracterizador de doutrinas, podendo tais doutrinas ser religiosas (Cristianismo, Hinduísmo), filosóficas (Darwinismo, Marxismo), mas também pode ser encontrado em palavras que se referem ao modo de falar de certas pessoas (neologismo, latinismo). Entretanto, há termos como racismo e homossexualismo que designam um discurso baseado na suposta “inferioridade de raças” e na crença da prática homossexual como

um “estado patológico”, respectivamente.

Por essa perspectiva, as designações homossexualismo e homossexualidade colocam em jogo saberes oriundos de diferentes regiões do interdiscurso: a primeira diz respeito a uma patologização da orientação sexual homossexual, ao passo que a segunda não faz relação com uma patologização. Essas designações podem corresponder, pela perspectiva da AD, ao funcionamento de distintas formações discursivas e, dessa forma, ambas as palavras possuem um funcionamento designativo, referido a diferentes posições. É importante ressaltar a importância da ciência como uma das principais responsáveis pela propagação da designação homossexualidade.

De modo análogo, citamos Pinto (1832 apud ARAÚJO, 2012), para refletirmos acerca da designação histerismo. De acordo com esse autor, “Hysterismo” pode ser definido como doença particular das mulheres, que tem a sua causa na disposição da matriz. Entretanto, ao pesquisarmos em dicionários atuais, como, por exemplo, o dicionário online “priberam”, encontramos a seguinte definição para o termo: “estado de quem padece da histeria” e; estado de grande agitação, perturbação ou excitação”⁸. Percebe-se que, quando comparada com o século XIX, a definição de histerismo parece não relacionar esse estado patológico, especificamente, à mulher, mas ao ser humano. Retomando Araújo (2012), tal modificação, que acompanha os saberes considerados hegemônicos sobre o termo dicionarizado, parece acompanhar o avanço da ciência em relação a essa patologia, bem como o discurso científico atual. No entanto, essa mesma autora levanta o seguinte questionamento: se essa mudança é constatada, no meio científico, por que não houve a criação do termo histeridade para se referir a tal patologia? Nota-se que a língua, conforme apontam diversos autores da AD, embora sirva com base comum para os processos discursivos, de acordo

⁸ Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/histerismo>>. Acesso em: 01/05/2022.

com Pêcheux ([1975] 2014), carrega traços ideológicos, os quais podem ser atribuídos a outros processos discursivos.

Uma vez realizada a discussão sobre o sufixo -ismo, sobretudo acerca da historicidade da designação *histerismo*, passaremos para a discussão da estrutura sintática da SD3-E1: “quando você proíbe jogo de futebol entre outras coisas, você tá partindo para o *histerismo* no meu entender e eu não quero”. Antes disso, vale reconhecer que o aspecto histórico da designação, referida, no passado, a uma patologia que acometia as mulheres, é importante para a forma como é empregada no discurso de Bolsonaro.

O emprego do verbo partir no gerúndio indica a continuidade de uma ação, algo que está acontecendo. Ao ser associado à designação *histerismo*, o sujeito produz o efeito de sentido de que algo está exercendo uma “força contrária” para desestabilizar o equilíbrio existente. Nesse sentido, existiria um estado não patológico que estaria sendo transformado em um estado patológico por algo ou alguém. Compreendemos que, o sujeito reconhece a existência de uma outra posição, sendo que isso é materializado pela expressão linguística no meu entender. Além disso, ao fazer uso da designação *histerismo* para criticar quem se identifica com a posição médico-científica, o sujeito incorpora no discurso saberes que reproduzem a opressão contra as mulheres, os quais se relacionam intimamente com a formação discursiva de extrema direita⁹, pois, caso contrário, não haveria a utilização da forma *histerismo* no lugar de *histeria*. Com isso, nota-se um deslizamento de sentido quando comparamos a SD3-E1 com a SD2-E1, pois a designação *histeria*, antes, fazia referência às reações da ciência e da população frente ao avanço do vírus, que podem ser representadas pela adesão das medidas de prevenção. Na SD-

9 Embora a configuração da formação discursiva com a qual o sujeito-enunciador se identifica esteja sendo feita ao longo da realização do gesto de descrição e interpretação do corpus, adiantamos, aqui, a forma como faremos referência a essa formação discursiva de identificação, a qual será apresentada posteriormente.

3-E1, *histerismo*, através do emprego do sufixo, parece indicar um estado patológico ao qual pode se chegar, caso nada seja feito. Em razão de as designações estarem funcionando parafrasticamente, a presença do termo *histeria* ou *histerismo* no nível intradiscursivo está ligada a uma atualização da memória do discurso de opressão das mulheres como algo natural em nossa formação social, que relaciona a *histeria* a uma patologia estritamente feminina; caso contrário, poderiam ter sido empregados outros termos para fazer referência à situação ocasionada pela pandemia, como, por exemplo, caos, pânico, medo, crise, loucura. Se o sujeito-enunciador diz que não pode haver *histeria*, há, aí, efeitos de sentido relacionados à loucura em virtude do gênero em atualização.

Na próxima sequência discursiva, ainda referente ao primeiro episódio (entrevista à CNN), é possível observar uma preocupação do sujeito com o aspecto econômico em detrimento da saúde, bem como a retomada da designação *histeria*:

SD4-E1: Devemos tomar providência porque pode sim, transformar em uma questão bastante grave a questão do vírus no Brasil, mas sem *histeria*, a economia tem que funcionar, porque não podemos, não podemos ter uma onda de desemprego no Brasil.

Com base na sequência acima, o sujeito-enunciador chega a mencionar a necessidade de se tomar providência, mas não diz quem deve tomá-la nem como. Assim, podemos observar uma falta na estrutura sintática, representada por uma elipse. Entendemos que essa falta funciona no afastamento da responsabilidade do governo no que diz respeito às ações que deveriam ser tomadas em relação à pandemia. Dessa maneira, seria diferente se o sujeito tivesse formulado o seguinte enunciado: o governo deve tomar providência ou os estados e municípios devem tomar providência. Entendemos, assim, que ele recruta o seu interlocutor para tomar providência, mas não qualquer providência, o que faz com que os efeitos de sentidos eviden-

ciados na SD1-E1 e na SD2-E1 sejam retomados. Se nem todos no governo se identificam com a mesma formação discursiva de interpelação do presidente, sobretudo os representantes do Ministério da Saúde, é possível dizer que há uma contradição ideológica entre setores de um mesmo governo. O Ministério da Saúde, através do ministro daquele momento, Luiz Henrique Mandetta, manifestou a defesa do isolamento físico para combater a propagação do vírus¹⁰. No entanto, essas inconsistências na base do governo culminaram na exoneração do ministro, o que configuraria uma tentativa de silenciar o discurso-outro e, também, a vitória do discurso anticientífico.

É importante atentarmos para a expressão mas sem histeria, pois ela impõe uma condição, isto é, algo que não poderia acontecer. Se recordarmos a SD1-E1 (“Devemos respeitar, tomar as medidas sanitárias cabíveis, mas não podemos entrar em uma neurose como se fosse o fim do mundo”), o funcionamento discursivo dessas duas sequências pode ser considerado semelhante, mas, se lembrarmos de que tanto neurose como histeria designam algumas das medidas preventivas, veremos que os efeitos da SD1-E1 são reproduzidos na SD4-E1.

Além disso, a aparente preocupação com o lado econômico, além de evidenciar a determinação da superestrutura pela infraestrutura, dá base a toda formação social, funciona para responsabilizar aqueles contrários ao governo por essa crise econômica, bem como pode ser uma das possíveis respostas para a questão colocada previamente no início da nossa reflexão acerca da designação histeria: qual é o pressuposto que legitimaria a aceitabilidade de uma medida preventiva contra o novo coronavírus, enquanto outras deveriam ser esquecidas? Entendemos, assim, que a economia seria um impedimento para medidas mais restritivas, como propunha o

Ministério da Saúde, o que pode ser confirmado pelo enunciado abaixo:

SD5-E2: Tudo continua funcionando no Brasil. Tudo. Tá havendo uma histeria. Se você acaba com (), quando você proíbe em jogos de futebol, não vou entrar em detalhes, não sei com profundidade porque a CBF está discutindo a respeito da posição deles aí... Agora quando você vai falar de futebol, o cara que vende aí, o chá mate aí... nas arquibancadas, não vai vender mais, o cara que toma conta lá fora de carro, não vai tomar conta mais disso.

Atentamos, na referida SD, para o sintagma nominal uma histeria, pois seria diferente se o sujeito tivesse dito apenas histeria ou muita histeria, por exemplo. O artigo indefinido, nesse caso, produz uma particularização da histeria, isto é, não é qualquer uma ou é uma em específico. Logo, o que esse sintagma designa também sofre os efeitos dessa particularização. Se considerarmos as condições de produção do enunciado – ou seja, o surgimento da pandemia, a qual começava rapidamente a se espalhar por todo o país, o que pode ser constatado pelo alto número de rumores e suspeitas no início de março de 2020 e, posteriormente, confirmações entre o fim de março e começo de abril, bem como os protocolos referentes às medidas preventivas, que já recomendavam o isolamento e não aglomeração –, entendemos que o sintagma uma histeria reproduz saberes de uma formação discursiva com a qual aqueles que valorizam a vida em detrimento da economia não se identificam.

Se considerássemos uma substituição no nível linguístico, que levasse em conta as mesmas condições de produção citadas acima, como, por exemplo, tá havendo uma mentira ou uma traição, teríamos como mentirosos a mídia, que, baseada nos protocolos do Ministério da Saúde e nas experiências de outros países, foi responsável por fazer circular saberes científicos acerca do vírus, mesmo que, naquela época, ainda se soubesse pouco sobre ele. Desse modo, também teríamos a ciência como mentirosa, enganadora

10 No dia 30 de março, Luiz Henrique Mandetta, então Ministro da Saúde, defendeu o isolamento social. Disponível em: <<https://globoplay.globo.com/v/8444215/>>. Acesso em: 03/01/2022.

ou manipuladora, o que evidenciaria a posição anticientífica sustentada pelo sujeito.

A relação da infraestrutura com a superestrutura ideológica é evidenciada pela referência ao cara do chá-mate, ao cara que toma conta dos carros fora dos estádios, tendo em vista que as diferentes classes econômicas representariam a infraestrutura, e esses caras, que ocupam um lugar economicamente desfavorável e de pouco prestígio no meio social, funcionariam como um forte argumento para a não adoção às medidas preventivas, tomadas no âmbito superestrutural. Entendemos, com base na análise dessa sequência, que há uma aparente preocupação com a possibilidade de desemprego das pessoas que exercem tais funções, entre outras, como se o trabalho exercido por essas pessoas dependesse unicamente delas, sem o envolvimento do governo em garantir emprego e renda para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, não há uma preocupação com a possibilidade de essas pessoas contraírem o vírus e morrerem. Desse modo, o sujeito resgata do interdiscurso a memória de outras crises vivenciadas no país ou no mundo, o que evidencia o funcionamento da memória discursiva ligada à formação discursiva com a qual se identifica.

O próximo enunciado está relacionado com a SD1-E1, a qual defende a instituição de algumas medidas, as quais devem ter como pressuposto a estabilidade financeira (SD4-E1), o que implicaria no não fechamento do comércio:

SD6-E3: Mas, o que tínhamos que conter naquele momento era o pânico, a histeria e ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o desemprego em massa. Assim fizemos quase contra tudo e contra todos.

Nessa sequência discursiva, pânico está em relação parafrástica com histeria, bem como neurose (SD1-E1). Naquele momento faz referência aos primeiros dias do mês de março, mais especificamente ao dia 11 de março, quando da declaração oficial do surgimento de uma pandemia. Com isso, muitas pessoas começaram a temer por suas vidas, diante de uma ameaça até

então desconhecida. Assim, a designação histeria, para Bolsonaro, funciona designando o comportamento preventivo dos brasileiros frente à ameaça da doença. Nesse sentido, podemos citar, como exemplo, o discurso do Ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, pois, baseado em evidências científicas oriundas do Brasil e de outros países, na mesma época, fazia referência a dados sobre o cenário pandêmico e algumas projeções sobre a disseminação do vírus no Brasil, reconhecendo os meses de maio e junho como meses possíveis para a ocorrência de uma elevação alta no número de casos no país.

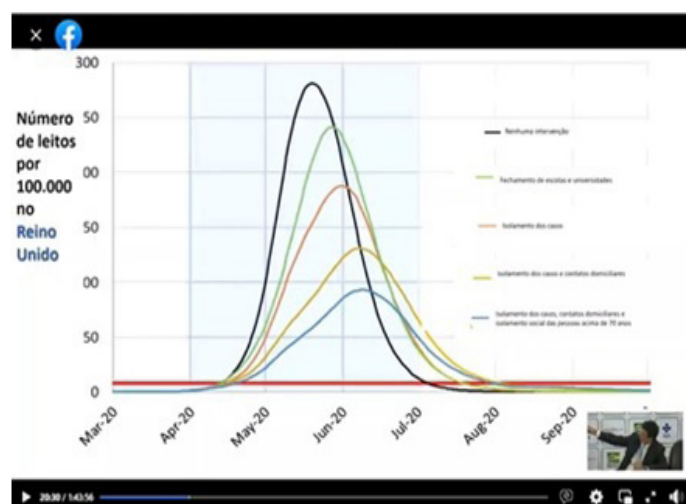


Imagem 01- Projeção sobre a disseminação do vírus11

Como é possível observar na imagem acima, as projeções sobre os dados a respeito dos números de leitos, no Reino Unido, em 19 de março de 2020, eram alarmantes, mas, ao mesmo tempo, apontavam medidas que poderiam ser adotadas a fim de minimizar o contágio, no Brasil, onde os casos ainda estavam no início da transmissão. Soma-se a isso a falta de maiores informações sobre o novo vírus, o que contribuiu para que muitas pessoas ficassem apreensivas e para a adoção de medidas mais rígidas por parte de algumas esferas do governo.

Outro aspecto que deve ser mencionado

11 O print foi feito de uma live transmitida ao vivo pelo Ministério da Saúde no dia 19 de março de 2020. Disponível em: <https://fb.watch/auT7_CJ2Ki/>. Acesso em: 10/01/2021.

diz respeito ao pronunciamento oficial (Episódio 3), que foi realizado no final do mês de março de 2020, pelo presidente. Sendo assim, entendemos que a designação histeria está relacionada com os eventos anteriores, os quais já tinham sido objeto de discurso do Presidente da República (“Mas o que tínhamos que conter naquele momento, era o pânico, a histeria...”). Logo, podemos fazer um paralelo com o enunciado do dia 15 de março (SD1-E1) e o do dia 16 de março (SD5-E2), em entrevista para a CNN e ao Datena, a fim de compreendermos outros sentidos possíveis de emergir dos dizeres do presidente. Retomamos, abaixo, as duas sequências referidas:

SD1-E1: Devemos respeitar, tomar as medidas sanitárias cabíveis, mas não podemos entrar em uma neurose como se fosse o fim do mundo.

SD5-E2: Tudo continua funcionando no Brasil. Tudo. Tá havendo uma histeria. Se você acaba com (), quando você proíbe em jogos de futebol, não vou entrar em detalhes, não sei com profundidade porque a CBF está discutindo a respeito da posição deles aí... Agora quando você vai falar de futebol, o cara que vende aí, o chá mate aí... nas arquibancadas, não vai vender mais, o cara que toma conta lá fora de carro, não vai tomar conta mais disso.

Interessa observar que, tanto na SD1-E1 quanto na SD5-E2, há a presença do artigo indefinido uma, sendo que já vimos que uma neurose e uma histeria estão em uma relação parafrástica. Além disso, vale lembrar que as condições de produção do discurso são as mesmas, o que faz com que os efeitos de sentidos sejam semelhantes. Entretanto, enquanto na SD1-E1 o sujeito se refere à entrada em uma neurose, dando a ideia de que algo poderia acontecer, na SD5-E2 algo já está acontecendo, pois “tá havendo uma histeria”. Isso pode ser explicado pelas inúmeras reações presentes na mídia no que se refere à postura do presidente, entre os dias 15 e 16 de março, tendo em vista que designação a histeria já havia sido empregada anteriormen-

te por ele¹². Com isso, podemos passar para a SD6-E3, na qual a histeria é tratada como algo que já teria ficado no passado, pois os verbos tínhamos e ser, no pretérito imperfeito, permitem essa interpretação.

Para entendermos o funcionamento dos verbos no pretérito, nesse enunciado, é imprescindível considerarmos que, no dia 15 de março, o presidente havia se encontrado com os seus apoiadores, prática que, com o advento da pandemia, passou a ser designada como aglomeração pelo Ministério da Saúde. É dizer que essa medida de evitar aglomerações passou a ser designada, com base na forma como o sujeito se relaciona com a ideologia, como histeria. Contudo, não é apenas essa medida que é tratada assim, mas as outras, como, também, o fechamento do comércio (SD3-E1 e SD4-E1). Nesse sentido, importa observar que são os saberes científicos que estão sendo negados e designados dessa forma, sendo que o emprego, em excesso, da designação histeria, é uma das formas materiais de fazer referência aos saberes científicos encontrada no corpus, pois quando tais saberes não são silenciados, emergem como aquilo que deriva de uma patologia, do absurdo ou anormal. Diante disso, passaremos para a análise da nossa próxima sequência:

SD7-E3: O cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso país.

Na sequência acima, a designação histeria surge de uma forma diferente do que vínhamos observando, pois não é apenas uma histeria, mas uma verdadeira histeria. O termo verdadeira funciona qualificando a designação histeria, da mesma forma que dá mais ênfase a esse processo de designação. Devemos atentar para a possibili-

12 Como exemplo, citamos uma matéria do Correio Braziliense, datada do dia 15 do mês de março. A matéria referente à entrevista concedida pelo presidente estava disponível nos diferentes meios de comunicação no dia 15 de março. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/15/interna_politica,834482/em-entrevista-bolsonaro-critica-histeria-pelo-coronavirus.shtml> Acesso em: 10/01/2022.

lidade de substituímos essa estrutura linguística por uma paráfrase, a fim de compreendermos os sentidos que aí estão sendo ditos. Dessa forma, uma verdadeira histeria poderia ser substituída por uma real histeria ou uma grande histeria, de modo que os terroristas seriam os mesmos agressores da sequência discursiva.

Isso confirma que um discurso está em relação com outro, pois todos aqueles que não estão em acordo com o sujeito-enunciador são concebidos como agressores, terroristas e histéricos, sendo que esses termos formam uma família parafrástica significada a partir da formação discursiva de identificação do sujeito-enunciador. Na formação discursiva médico-científica, que está em contradição ideológica com a FD aqui designada como FD de extrema direita – em acordo com Ernst, Silva e Vieira (2019) –, podemos encontrar esses agressores, terroristas e histéricos sendo designados como responsáveis, sensatos, conscientes ou preservadores da vida.

Passaremos, agora, para a análise da nossa última sequência discursiva:

SD8-E3: Sem pânico ou histeria, como venho falando desde o princípio, venceremos o vírus e nos orgulharemos de estar vivendo nesse novo Brasil, que tem tudo, sim, tudo pra ser uma grande nação. Estamos juntos, cada vez mais unidos.

Nesse enunciado, temos a inserção de uma conjunção alternativa ou em sem pânico ou histeria, o que poderia nos levar à compreensão de que pânico e histeria assumiriam sentidos distintos, tendo em vista a utilização dessa conjunção que, segundo a tradição gramatical, tem o sentido de alternância entre dois termos, como, por exemplo, no enunciado Ou você faz isso ou não será recompensado. No entanto, devemos recordar Pêcheux ([1975] 2014) que, ao discorrer sobre a evidência do sujeito, o faz em relação ao sentido também. Tanto o sujeito quanto o sentido são construídos conjuntamente, não existindo sentido preso às palavras, mas dependente das condições de produção. Isso vale para palavras, expressões e proposições,

independentemente da categoria gramatical na qual as palavras possam ser referidas conforme a tradição gramatical.

O verbo vencer em venceremos o vírus, segundo o dicionário Dicio¹³, pode ser utilizado como sinônimo de dominar, obter vitória, triunfar, bem como é comumente utilizado em enunciados que se referem a um confronto, como, por exemplo, em: vencer o adversário. Em um primeiro momento, poderíamos imaginar que o sujeito estaria designando o vírus como adversário, o que é logo refutado pela inserção de uma oração coordenada sindética aditiva (e nos orgulharemos de estar vivendo nesse novo Brasil, que tem tudo, sim, tudo para ser uma grande nação). Sendo assim, há um antigo Brasil e um novo Brasil, sendo que, nesse novo Brasil, não haveria lugar para histeria (SD1-E1, SD4-E1 e SD6-E2). Entendemos que existe um imaginário do “Brasil ideal” por parte do presidente e daqueles que o apoiam, onde a valorização da ciência, da vida em detrimento da economia e de saberes dos opositores do presidente não devem ter lugar.

Assim, quem se orgulhará desse novo Brasil são aqueles que, dispondo de um grande capital ou dos meios de produção econômica, fazem circular saberes como: um comprimido resolve, a indústria farmacêutica possui todos os medicamentos necessários para combater essa nova gripe. Dessa forma, a indústria farmacêutica começou a gerar lucros¹⁴, sendo que podemos citar, como exemplo, “o KitCovid” que, mesmo sem comprovação científica, passou a ser defendido pelos representantes do alto escalão do governo. Posto isso, nos dirigimos para as nossas considerações finais acerca da designa-

13 Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/vencer/>>. Acesso em 01/05/2022.

14 Em abril de 2021, foi publicada uma matéria pelo jornal El País, na qual é exposto que farmácias venderam mais de 52 milhões de comprimidos do “kitCovid” de março de 2020 a março de 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-21/farmacias-venderam-mais-de-52-milhoes-de-comprimidos-do-kit-covid-na-pandemia.html>>. Acesso em: 15/01/2022.

ção histeria, com base em um texto de Pêcheux (2008).

No texto, “O Discurso: estrutura ou acontecimento”, o autor empreende uma análise sobre a expressão francesa “On a gagné” (ganhamos) quando utilizada no dia 10 de maio de 1981, em decorrência da eleição de François Mitterrand para Presidente da República Francesa. O enunciado analisado, segundo o autor, provém do campo esportivo e é deslocado para o campo político, de forma que mantém a melodia específica e constitutiva do grito coletivo dos torcedores de uma partida de futebol. Nesse sentido, “On a gagné” passou a designar um acontecimento histórico: a ascensão da esquerda ao poder na França e a derrocada da direita.

A referência aos estudos de Pêcheux nos mostra que a designação histeria não parece sofrer um deslizamento de sentidos, quando deslocada do campo médico-científico para o político, exceto se considerarmos a SD5-E2 (“Tudo continua funcionando no Brasil. Tudo. Tá havendo uma histeria. Se você acaba com (), quando você proíbe em jogos de futebol, não vou entrar em detalhes, não sei com profundidade porque a CBF está discutindo a respeito da posição deles aí... Agora quando você vai falar de futebol, o cara que vende aí, o chá mate aí... nas arquibancadas, não vai vender mais, o cara que toma conta lá fora de carro, não vai tomar conta mais disso”). Nesse caso, ao substituímos tá havendo uma histeria por tá havendo uma mentira/traição, teríamos o que Pêcheux ([1997] 1969) designou como um efeito metafórico:

Chamaremos efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse ‘deslizamento de sentido’ entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y; esse efeito é característico dos sistemas linguísticos ‘naturais’, por oposição aos códigos e às línguas ‘línguas artificiais’, em que o sentido é fixado em relação a uma metalíngua ‘natural’: em outros termos, um sistema ‘natural’ não comporta uma metalíngua a partir da qual

seus termos poderiam se definir: ele é por si mesmo sua própria metalíngua (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 96, grifos do autor).

O efeito metafórico ao qual o autor se refere produz um deslizamento de sentido como no caso da substituição de histeria por traição ou mentira na análise da SD5-E2. Esse deslizamento, como vimos, em certas condições de produção, significa de uma determinada forma.

Podemos concluir, a partir da análise da designação histeria, que fica evidenciado o “efeito de simulação” presente na construção da imagem do presidente, pois um presidente democrático e que se importa com o seu povo não poderia designar as medidas que protegem esse mesmo povo como uma histeria, em prol da economia. Com isso, é possível observar que, ao se opor a certas instâncias do governo como o Ministério da Saúde, atacando as medidas implementadas por essa instância, o sujeito se inscreve em uma formação discursiva de extrema direita, que também poderíamos entender como protofascista.

O prefixo proto exprime a noção de “primeiro, algo que é anterior”¹⁵. Assim, a palavra “protofascismo” designaria o período que precede o fascismo, ou, ainda, um processo de fascistização, conforme expõe Fontes (2019). Com o objetivo de explicitar mais sobre esse processo, teceremos algumas considerações dessa última pesquisadora sobre o protofascismo:

Sabemos que há enorme diferença entre um presidente eleito com discurso fascista, a disseminação de práticas de cunho fascista e a institucionalização de um regime fascista. Não necessariamente o primeiro caso leva ao último, e espero que não. Tampouco é sensato não debruçar-se sobre os sinais que indicam traços de fascistização que já vem ocorrendo, pois parece haver gravidade suficiente no que se pode observar, desde o ponto de vista do reordenamento do Estado brasileiro pelo governo Bolsonaro. Está em curso um redesenho

15 Alguns exemplos de palavras com o prefixo “proto” estão disponíveis em: <<https://dicionario.priberam.org/proto>>. Acesso em: 10/01/2022.

constitucional e institucional, realizado tanto por meio de Emendas Constitucionais, Medidas Provisórias, Decretos, leis, além de subterfúgios administrativos. Este ensaio propõe uma primeira interpretação – sujeita a debates – sobre a reconfiguração em curso do formato institucional do Executivo brasileiro e algumas de suas consequências (FONTES, 2019, n.p).

A citação acima evidencia que a Constituição brasileira parece estar sofrendo ataques por parte de algumas esferas do governo, o que pode culminar em consequências nos mais diversos setores, como, por exemplo, na saúde. Contudo, é necessário trazermos mais uma reflexão, a fim de entendermos o período que nós, brasileiros, estamos vivendo. Para isso, apresentamos um texto de Lyra (2020). Nele, o autor expõe as diferenças sobre o protofascismo e o nazi-fascismo, conforme é possível observar na citação abaixo:

Denomina-se protofascismo determinados aspectos sociais, políticos e ideológicos do nazi-fascismo, que podem estar presentes, parcialmente ou na sua plenitude, conforme a situação política, inclusive na atualidade, e no Brasil. Advirta-se que o nazismo, na Alemanha, o fascismo, na Itália e o protofascismo alimentado pelo governo de extrema direita no Brasil somente se tornaram realidade em virtude do apoio decisivo – inicialmente reticente, depois entusiástico – que receberam do capital financeiro e dos políticos que representam os seus interesses, com o respaldo dos militares (LYRA, 2020, np).

O valor exagerado, atribuído ao capital, é uma das fortes características de regimes que possuem características fascistas e, como vimos, esse exagero ficou evidente nas análises realizadas, pois a condição para a implementação de alguma medida contra o novo vírus era a manutenção da economia. Contudo, diante da eminente ameaça contra a vida dos brasileiros, o recomendado era a adoção de medidas mais restritivas. Além disso, o autor acrescenta outras características do protofascismo, ao expor que o

atual Presidente da República, capitão reformado, “[...] compartilha com os nazi-fascistas um anticomunismo visceral. Mas sua retórica confere máxima ênfase a uma visão conservadora da família e da pátria, que pretende restaurar, associando-a à exaltação de valores religiosos, o que lhe garante sólida base de sustentação, sobretudo entre os evangélicos” (LYRA, 2020, n.p.). Essa citação coloca em evidência outras características de regimes com características fascistas, como o protofascismo. Os “valores religiosos” e o patriotismo são pontos importantes de serem observados no protofascismo. Tudo o que parece estar associado aos governos que precederam o atual (com exceção da ditadura militar) é significado como histeria.

Acreditamos ter evidenciado que o termo histeria, ao funcionar como designação, pode fazer parte de diferentes processos discursivos, sendo que, historicamente, foi utilizado pelo discurso médico-científico para fazer referência a uma patologia feminina. Contudo, ao ser deslocado para o discurso político protofascista sobre a saúde, conforme ficou exposto, esse termo sofre um deslizamento de sentidos, sendo que a sua associação a uma doença é mantida como forma de garantir a defesa da economia.

Considerações finais

Com o desenvolvimento teórico-analítico aqui empreendido, ao analisarmos o funcionamento da designação histeria, nos dizeres de Jair Bolsonaro, durante manifestações ocorridas no mês de março de 2020, chegamos à configuração de uma formação discursiva de extrema direita, também chamada de formação discursiva protofascista, pela qual ocorre a formulação dos enunciados proferidos pelo presidente. Tais enunciados colocam em circulação saberes que defendem a base econômica da nossa formação social aliados à violência de gênero.

Considerando o aspecto histórico da designação, reconhecida como referente a uma patologia que acometia, prioritariamente, mu-

lheres, parece que esse funcionamento é determinante para a recorrência do termo, visto que o discurso de extrema direita também se embasa na opressão das mulheres para manter-se como discurso dominante. Os saberes de opressão das mulheres encontram a designação histeria como um lugar possível para ridicularizar a prática de medidas preventivas de propagação do vírus, como se fosse algo relacionado ao feminino, à loucura, à perda de controle, que esse discurso reconhece como associadas às mulheres. Assim, compreender como a representação do gênero feminino acontece a partir dessa configuração discursiva nos ajuda a compreender o funcionamento da designação na forma como o sujeito-enunciador a mobiliza para fazer referência à situação da pandemia no país.

Assim, compreendemos que o sujeito-enunciador se identifica com essa formação discursiva, e isso se manifesta a partir da língua, tanto em seu funcionamento sintático, conforme foi rapidamente abordado nas análises, quanto em seu funcionamento designativo, o qual ganhou destaque na presente análise. A identificação com a formação discursiva de extrema direita permite que empregue tal designação, em referência a uma patologia anteriormente tida como unicamente feminina, para defender a economia em detrimento da saúde dos cidadãos. Além disso, quando se calca a economia para se posicionar, também faz circular saberes anticientíficos, os quais negam os dados que configuram as medidas de prevenção da propagação do vírus como necessárias para a segurança sanitária da população brasileira.

Referências

- ARAÚJO, Stefanne Emily Sousa. Sufixos-ismo e (i)dade: semântica e produtividade. 2012. 38 f. Monografia (Graduação em Letras) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2012.
- ERNST, Aracy Graça. A falta, o excesso e o estranhamento na constituição do corpus discursivo. In: Anais do IV Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 4. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.
- ERNST, Aracy Graça; SILVA, Gabriela de Mello; VIEIRA, Vivian. “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (João 08:32): simulacro no discurso político online. Cadernos de Letras da Universidade Federal de Fluminense, v. 30, n° 59, p. 115-132, 2019.
- FONTES, Virgínia. O protofascismo - arranjo institucional e policialização da existência. Revista Marxismo 21, 2019. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2017/05/Virg%C3%ADnia-Fontes-O-protofascismo-%E2%80%93-arranjo-institucional-e-policializa%C3%A7%C3%A3o-da-exist%C3%Aancia.pdf>>. Acesso em: 10/01/2022.
- GUADANINI, Sandra Magna. Designação: das categorias da língua às categorias do discurso. 2010. 216 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- GUIMARÃES, Eduardo. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras de Santa Maria, n° 26, p. 53-62, 2003.
- INDURSKY, Freda. O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso do/sobre o MST: uma questão de lugar-fronteira. Revista da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, v. 1, n° 12, p. 111-131, 2002.
- INDURSKY, Freda. A emergência do sujeito desejante no discurso do MST. Revista Gragoatá, v. 18, n° 34, p. 27-38, 2013.
- LYRA, Rubens Pinto. O protofascismo brasileiro. Mar, 2020. Disponível em: <https://aterra-eredonda.com.br/o-protofascismo-brasileiro/?doing_wp_cron=1642687718.9696240425109863281250>. Acesso em: 20/01/2022.
- MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. O co-

munismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 1996. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 5.ed. Campinas: Pontes, 2008.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi [et al]. 5.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, [1975] 2014.

PÊCHEUX, Michel. *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethânia Mariani [et al]. 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997. p. 61-162.

SOUZA, Mariana Jantsch de. *Golpe/Impeachment - Uma Análise Discursiva sobre a Significação do Mesmo*. *Cadernos do Instituto de Letras*, n° 56, p. 257-272, 2018.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. *Identidades (In) formais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença*. *Organon, Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, v. 17, n° 35, 2003.

Submissão: maio de 2022.

Aceite: agosto de 2022.

PALAVRAS NA TRANSVERSALIDADE ESPIRALADA DA HISTÓRIA: (RE) ATUALIZAÇÕES DO FUNCIONAMENTO DICIONARÍSTICO EM UM DESBOLSONÁRIO, UM VLOGNÁRIO E UM FILMINÁRIO

Eduardo Alves Rodrigues¹

Carmen Agustini²

Luiza Castello Branco³

Resumo: Neste artigo, a partir da leitura de três objetos político-simbólicos – *Desbolsonário de bolso* de Holanda e Schuback (2019), *Vagabundo*, episódio do Greg News (2021), e *A bolsa ou a vida: qual futuro queremos construir?*, filme de Silvio Tendler (2021) – experimentamos a seguinte hipótese: como esses objetos (re)atualizam certo funcionamento característico do instrumento linguístico dicionário/glossário, a partir da montagem discursiva que, em cada um, instrumenta(liza) certo manejo de/com formas languageiras, produzindo, como efeito, a descrição e a instrumenta(liza)ção de relações entre palavras e sentidos, direcionando, dissimulando algo do processo de significação. Nesse funcionamento, o modo como a palavra faz laço no material analítico indicia a construção de relações discursivas que sustentam interpretações sobre a sociedade brasileira atual que se (im)põe à leitura.

Palavras-chave: Palavra. Instrumento tecnológico. Instrumento linguístico. Discurso. História das Ideias Linguísticas.

WORDS IN THE SPIRALED TRANSVERSALITY OF HISTORY: (RE)UPDATES OF THE DICTIONARISTIC FUNCTIONING IN A *DESBOLSONÁRIO*, A *VLOGNÁRIO* AND A *FILMINÁRIO*

Abstract: In this article, by reading three political-symbolic objects – *Desbolsonário de bolso* by Holanda and Schuback (2019), *Vagabundo*, an episode of Greg News (2021), and *A bolsa ou a vida: qual futuro queremos construir?*, a film by Silvio Tendler (2021) – we experimented with the following hypothesis: how these objects (re)update a certain functioning that is characteristic of the linguistic instrument dictionary/glossary on the basis of a discursive montage that, in each object, instruments/instrumentalizes a certain handling of/with language forms, producing, as an effect, the description and instrumentation/instrumentalization of relationships between words

1 Doutor em Linguística pela Unicamp. Docente e pesquisador, vice-líder do Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade (GELS/UFU/CNPq). eduardoar76@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6818-6647>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4265096924086049>.

2 Doutora em Linguística pela Unicamp. Docente e pesquisadora no Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, UFU. Líder do Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade (GELS/UFU/CNPq). carmen.agustini@ufu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5504-3911>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2810007575519305>.

3 Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Docente e pesquisadora no Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem e Subjetividade (GELS/UFU/CNPq). luizakcb@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6749-5840>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8157900489167849>.

and meanings, directing, disguising something in the meaning process. In this functioning, the way the word makes a bond in the analytical material indicates the construction of discursive relations that support interpretations about the current Brazilian society that (im)poses itself as an object to reading.

Keywords: Technological instrument. Linguistic instrument. Discourse. History of Linguistic Ideas.

Não chores, meu filho;
Não chores, que a vida
É luta renhida:
Viver é lutar.
A vida é combate...
(GONÇALVES DIAS, 1851)

Auroux (2009) formula teoricamente uma concepção marcadamente instrumental dos instrumentos linguísticos. Eles são tomados como “objetos técnicos” em sua função de ampliar a “competência linguística” do falante. Na articulação da História das Ideias Linguísticas com a Análise de Discurso, os instrumentos linguísticos, como objetos simbólicos, são considerados em seu funcionamento, que é também histórico e ideológico. (SILVA SOBRINHO, 2013, p. 312)

Vida e bolsa, uma questão social (im)posta à leitura

De nosso lugar de constituição teórica, como estudiosos da linguagem, praticamos a História das Ideias Linguísticas (AUROUX, 1989) a partir dos fundamentos teórico-metodológicos da Análise de Discurso, fundada por Michel Pêcheux (1938-1983), na França, no fim da década de 1960, e singularizada, no Brasil, a partir do trabalho fundador de Eni Orlando, desde a década de 1970. Nessa prática, nos interessa compreender o jogo da linguagem relativamente aos processos de textualização política do sentido, por meio dos quais o como uma sociedade/realidade pode ou deve se dizer, pode ou deve ser dita, se nos apresenta, de maneiras variadas, como objeto a ser lido. Ao nos propormos a analisar esses processos, perscrutamos como língua e linguagem, ao funcionarem histórica e ideologicamente, constituem dada

sociedade/realidade, dizendo-a, significando-a; e, da mesma maneira, como língua e linguagem são nela significadas.

É desse ponto de vista que produzimos uma experimentação em História das Ideias Linguísticas, fundamentada na análise das montagens discursivas que estruturam o funcionamento discursivo de três objetos político-simbólicos, a saber: o Desbolsão de bolso, de Luisa Buarque de Holanda e Marcia Sá Cavalcante Schuback (2019), que, segundo as autoras, é um dicionário/glossário que busca “desfazer a confusão dos sentidos” diante de “termos e significados forjados tão repentinamente em bocas, cabeças, mídias, redes e meios de comunicação contemporâneos” durante a campanha presidencial de 2018; o episódio Vagabundo, do talk show Greg News, da HBO Brasil, apresentado por Gregório Duvivier, em 21 de agosto de 2021, no qual a significação da palavra “vagabundo” é o mote, a palavra-entrada que instaura um mo(vi)mento de denúncia e de resistência à conjuntura política e social atual, marcada pelo governo de Bolsonaro; e o filme A bolsa ou a vida: qual futuro queremos construir?, de Silvio Tandler (2021), filme-manifesto-documentário que, ao explorar a disputa discursiva entre “bolsa” e “vida”, (d)enuncia como a política do atual governo se inscreve, de modo contundente, na prática política como prática comercial, o que asfixia as condições de vida da maioria que não detém capital.

Compreendemos, no processo de análise, que os três objetos (re)atualizam certo funcionamento característico de instrumentos linguísticos, conforme definidos por Auroux (1992), em especial, do dicionário/glossário. Esse funcionamento determina, nesses objetos, a construção

discursiva de um trabalho político-simbólico-ideológico que (re)dimensiona certos manejos de/com formas linguageiras em função da necessidade de (re)interpretação de dada conjuntura sócio-jurídico-administrativa, no caso, a da sociedade/realidade brasileira atual.

Ao funcionarem ao modo de instrumentos linguísticos, esses objetos trabalham a descrição e a instrumenta(liza)ção¹ da língua, evocando-lhe certa estabilização (imaginária) e, por conseguinte, certa estabilização (imaginária) dos sentidos. Em decorrência desse mesmo funcionamento produz-se uma redução/abstração da língua como recorte inteligível ao leitor-interlocutor (AUROUX; MAZIÈRE, 2006; MAZIÈRE, 2011), o que é próprio a um instrumento linguístico. São essas condições que determinam como esses objetos, ao descreverem e instrumenta(liza)rem a língua, produzem, como efeito, um mo(vi)mento de denúncia e de resistência à supracitada conjuntura.

Em consequência dessa compreensão, não trabalhamos a palavra em si, mas a palavra em discurso. Assim, nós a concebemos como materialidade discursiva que significa nas e pelas relações que estabelece na constituição, formulação e circulação (ORLANDI, 2001) dos dizeres e dos sentidos. No caso dos objetos analisados, o funcionamento da palavra faz laço no material e permite construir certo jogo de relações entre os três objetos: é dessa maneira que o funcio-

namento da palavra trabalha (n)as textualidades do material, dando a ver a transversalidade espiralada da significação em sua materialidade significativa.

De modo mais explícito, ao analisarmos as montagens discursivas que constituem o material, espreitamos a palavra em discurso materializando-se como palavra-entrada, tornando-se, por isso, marca de legibilidade/visibilidade nos referidos objetos. É essa regularidade que indicia, nesses objetos, a (re)atualização de um funcionamento característico do instrumento linguístico dicionário/glossário. No caso do Desbolsonário, esse funcionamento permite lê-lo ao modo de um dicionário/glossário, constituído por um conjunto de palavras-entradas que mantêm entre si uma relação discursiva costurada a partir de uma palavra-entrada central: “Bolsonaro”; no caso do episódio do Greg News, o funcionamento permite lê-lo ao modo de um vlognário, que trabalha a palavra-entrada “vagabundo”; e, no caso do filme A bolsa ou a vida, é possível lê-lo, em muitos de seus mo(vi)mentos cênicos, ao modo de um filminário², no

4 Com base em Auroux (1992), podemos compreender instrumento linguístico como um objeto técnico que se caracteriza por descrever e instrumentar uma língua. A partir da análise de Silva Sobrinho (2013), em que o Museu da Língua Portuguesa é compreendido como instrumento linguístico, concordamos que instrumentar a língua pode significar transformá-la em objeto técnico. Na perspectiva discursiva, ainda com Silva Sobrinho, compreendemos que um instrumento linguístico também instrumentaliza a língua, ou seja, opera-se, nesse processo, um funcionamento político-ideológico sobre a língua e sobre o saber sobre ela. Em outras palavras, a perspectiva discursiva permite conceber o instrumento linguístico “pela ordem do ideológico que o produz e que o faz se (re)produzir, legitimar, institucionalizar” (BRANCO, 2014, p. 41) em determinadas condições sócio-históricas.

5 Devido à (re)atualização de um funcionamento característico de um dicionário, lemos o episódio Vagabundo, do Greg News, como vlognário, e o filme A bolsa ou a vida como filminário, procedimento que visa indiciar, nos objetos que constituem o material analítico, a recorrência desse funcionamento, dando certa visibilidade, por conseguinte, a relações discursivas que os conectam na e pela leitura. Esse modo de ler forja um modo de nomear o episódio e o filme a partir de um paralelismo com o nome Desbolsonário, forjado por suas autoras. Lemos esta invenção, Desbolsonário, como resultante do atravessamento entre as palavras “Bolsonaro” e “dicionário” ao qual se acrescenta o prefixo {des-}. Vale destacarmos que esse atravessamento preserva o sufixo {-ário} na superficialidade linguística, o que indicia a restituição do pré-construído “lugar para guardar algo” à palavra Desbolsonário. Em relação a esse sentido possível, faz efeito o prefixo {des-}, que significa como pré-construído tanto o sentido de negação quanto o de reversão. Com este pré-construído, podemos (re)ler aí uma negação/reversão relativa ao sentido de “lugar para guardar algo”, suspendendo a interpretação trata-se de um dicionário como chave de leitura para Desbolsonário. Cabe ainda dizer que a base lexical {vlog-}, utilizada na formação de vlognário, deve-se ao fato de que lemos a série da HBO Brasil funcionando como um vlog, na medida em que a forma

qual um outro conjunto de palavras-entradas são evocadas a partir do jogo entre as palavras-entradas centrais “bolsa” e “vida”.

Entre as palavras-entradas dos referidos objetos, relações discursivas se mantêm, (re)inscrevendo o funcionamento do processo discursivo que os significa em uma prática histórica de organização (AUROUX, 2009), e, diríamos, também, de controle do modo como certos dizeres significam, de uma maneira ou de outra, a sociedade na qual esses objetos ganham formulação e circulação. Uma prática que se materializa e se conduz, sobretudo, pelos métodos da descrição e da instrumenta(liza)ção das relações de sentido; em especial, no caso dos objetos analisados, por meio da (re)produção-transformação do efeito da definição como uma regularidade que se (re)atualiza, de maneira dominante, sobre a base do enunciado definidor (MAZIÈRE, 2008; MAZIÈRE; COLLINOT, 1997). A fórmula dissimuladora $x = y$ que esse enunciado materializa é, portanto, recorrentemente (re)atualizada nos objetos analisados. É dessa maneira que compreendemos, funcionando nesses objetos, por meio de tais métodos, processos de (re)produção-transformação das relações de produção de sentido em uma dada formação social (PÊCHEUX, 1995).

É por meio desse jogo entre palavras-entradas que atravessa o material analisado que algo da sociedade/realidade brasileira se apresenta como questão comum ao debate, à denúncia, lugar de instalação de resistência a determinados efeitos de evidência por meio dele evocados. Essa questão comum é descrita, definida, explorada nos três objetos, em uma certa direção significativa. Essa questão é metaforizada ao modo de uma disputa entre os sentidos de “bolsa” e “vida”, uma disputa que dicotomiza as condições de existência, produzindo, no seio da vida social brasileira, um resto que refere x , significando-o como indigno de/da vida. Nos ob-

jetos analisados, esse x pode ser lido como certos eleitores ou certos trabalhadores assalariados brasileiros.

A legibilidade desse jogo interdiscursivo decorre desse atravessamento pelo olhar leitor em direção aos três objetos; um olhar que flagra essa questão comum sendo formulada no movimento transversal espiralado da história, que os relaciona numa dada atualidade, ligando-os pelo gesto de interpretação que a conjuntura política e social atual, marcada pelo governo Bolsonaro, provoca. Esse movimento transversal espiralado descreve o modo como os sentidos evocados para significar essa questão comum se inscrevem nos três objetos, permitindo-nos a construção de uma leitura de arquivo que os toma em relações inter- e intradiscursivas.

Esse modo de ler o arquivo coloca os três objetos em relação, permitindo que, no processo de dessuperficialização do funcionamento discursivo que se (re)atualiza neles, certos sentidos evocáveis nos diferentes objetos deslizem, estabelecendo relações sinonímicas e metafórico-metonímicas. No vlognário, por exemplo, sentidos lidos em “vagabundo” descrevem aquele que enche o bolso, sem trabalhar, mas usurpando dinheiro público. Assim, “bolso”, lido como “lugar para se guardar dinheiro”, indicia uma relação possível ao sentido “bolsa”. Essa é uma relação metafórica porque tanto “bolso” quanto “bolsa” metaforizam “dinheiro público usurpado”; e metonímica porque tanto “bolso” quanto “bolsa” referem diversas formas de corrupção cujo resultado é o desvio de dinheiro público. “Bolso” e “bolsa” referem metonimicamente, por exemplo, a prática da rachadinha, negociações que visam ao superfaturamento etc.

Dessa maneira, essa relação metafórico-metonímica estabelece entre “bolso” e “bolsa” um efeito sinonímico. Esse efeito indicia o movimento transversal espiralado no arquivo de modo a evocar, em especial a partir da materialidade discursiva das palavras “bolso” e “bolsa”,

de produção e disseminação de conteúdo ali prevalente se dá por meio da publicação periódica de vídeos sobre assuntos diversos, tratados criticamente.

o sentido de “embolsar dinheiro”¹, como pré-construído que significa, no vlognário, a atividade da “família bolso” cujo chefe, Bolsonaro, é ali definido como o maior vagabundo dessa república, que trabalha muito pouco porque, ao invés de trabalhar, opera, desde 1989, um esquema milionário de desvio de dinheiro público, para o próprio bolso ou da própria família².

Por meio ainda desse modo de ler o arquivo, a transversalidade espiralada é restituída na materialidade discursiva do verbete “Bolsonaro”, no Desbolsonário, no qual podemos ler “Bolsonaro” como derivação “de ‘bolso’ e de ‘bolsa’”, além da reafirmação de que “embolsar” significaria “pôr dinheiro no bolso”, na perspectiva filosófico-ideológica forjada na paráfrase do lema bolsonarista (Brasil acima de tudo, Deus acima de todos)³: “o bolso e a bolsa acima de tudo, mas não qualquer bolsa”; “‘bolsa família’ com bolsos esvaziados pela corrupção”. No fiminário, por sua vez, a transversalidade espiralada permite a interpretação de “embolsar dinheiro” como paráfrase metafórica de “asfixia[r] Educação, Ciência, Cultura e Arte” (conforme fica significado no instante 00min41seg do filme) e, por deslizamento, como paráfrase metonímica de “asfixiar a vida”, uma vez que embolsar dinheiro público em bolso próprio implica asfixiar a maioria da população que é roubada. Essas paráfrases dão condições de leitura à seguinte tese, que o fiminário A bolsa ou a vida restitui como opacidade a ser lida: “a política é o comércio”.

Procuramos expor, assim, o mo(vi)mento

6 Vale a observação, aqui, de que “embolsar” pode ser definido como derivado de “bolso”, o que demonstra, por outra perspectiva, que a historicidade de tal relação pode se (re)inscrever como memória do/no dizer, funcionamento legível na textualidade do vlognário.

7 Conferir em Greg News, episódio Vagabundo (30min-29seg; ver, em especial entre 22min21seg e 26min26seg. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=O07KW0I9xIQ>, acessado em março de 2022).

8 Para uma leitura discursiva desse lema, sugerimos o estudo do texto Isso é uma gripezinha - o Brasil em diminutivo (RODRIGUES; AGUSTINI; BRANCO; BARROS, 2020).

transversal espiralado da história em funcionamento no arquivo analisado. A transversalidade desse mo(vi)mento denuncia a não linearidade das relações de sentido em consonância com o esburacamento constitutivo da memória (PÊCHEUX, 1999); é um mo(vi)mento na história, portanto, em que as relações atravessam obliquamente o dizer, a significação. Essa transversalidade se desenrola no tecido da história como uma espiral que coloca em perspectiva, em seu movimento centrífugo e centrípeto, a (re)produção da possibilidade de relação entre os dizeres que textualizam o político em diferentes objetos.

É nesse mo(vi)mento transversal espiralado que forma(s) e sentido(s) se relacionam e deslizam como regularidade no funcionamento do arquivo analisado. A seguir, trabalhamos a hipótese colocada em investigação sobre como esse funcionamento restitui certa condição de leitura aos objetos do arquivo, permitindo ler neles a (re)atualização de um funcionamento característico ao funcionamento do instrumento linguístico dicionário/glossário, em especial, pelo modo como a palavra se discursiviza como entrada de dicionário/glossário.

Mo(vi)mentos e experimentações analíticas

Toda descrição está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua.

Michel Pêcheux (1997, p. 53)

Partimos da compreensão de que os três objetos em análise compõem um arquivo de instrumentos tecnológicos. Com base em Guimarães e Orlandi (1996), compreendemos que os instrumentos tecnológicos constituem historicamente nossa sociedade, pois, por meio deles, a sociedade é, de muitas e diversas maneiras, discursivizada. É assim que reconhecemos esse arquivo (re)produzindo-transformando interpretações possíveis sobre a conjuntura política e social atual, marcada pelo governo Bolsonaro.

Vale ressaltarmos que cada objeto do arquivo movimenta a seu modo um gesto de interpretação nessa direção, e, ao fazê-lo, coloca língua e linguagem em um funcionamento que remete o leitor ao funcionamento característico de um dicionário, qual seja: pontuar sentidos para palavras-entradas, de modo a regular seu uso sócio-histórico e certo conhecimento (linguístico) sobre o vocabulário por meio dele instituído.

Nosso modo de entrada na leitura do arquivo estabelecido pinça palavras em seu movimento transversal espiralado, por meio do qual (re)produz efeito(s) de (in)definição. Nesse movimento, tornam-se identificáveis marcas que indiciam equivocidade, a partir das quais podemos (re)ler a produção do sentido como aquilo que (não) é. Ou seja, palavras funcionando na e pela descrição e instrumenta(liza)ção estão sempre expostas ao equívoco, em mo(vi)mentos de deriva: uma palavra sempre pode deslizar para outra(s), um sentido sempre pode ser outro(s) (PÊCHEUX, 1997). Decorre do que acabamos de dizer a seguinte tese: os efeitos da descrição e instrumenta(liz)ação da língua estão sujeitos ao equívoco e à deriva. E essa tese instrumentaliza, por sua vez, o dispositivo de leitura construído para trabalhar nossa hipótese na análise do material. Começamos com o Desbolsonário de bolso.

Desbolsonário... de bolso, de bolsa...

O Desbolsonário de bolso⁴ é constituído por três partes ou seções: a primeira parte corresponde a um “dicionário etimológico”, na qual Holanda e Schuback (2019) propõem uma etimologia para os nomes do atual presidente: Bolsonaro, Jair e Messias; a segunda parte apresenta um “glossário ideológico”, descritivo, segundo as autoras, da ideologia do presidente; na última parte, denominada “apêndice”, elas recorrem a “ilustrações” do fim do século XIX para (d)enunciar como algo apresentado como

novo pode ser lido como reprodução de algo “velho”, contestando a posição do presidente como uma posição representativa daquilo que circula sendo designado como “nova política”. Essa posição fica marcada em afirmações feitas pelo presidente, como esta: “alguns, não são todos, não querem largar a velha política, que infelizmente nos colocou nesta situação bastante crítica em que nos encontramos” (negrito nosso)⁵.

No nosso modo de ler, o Desbolsonário (d)enuncia, já no título, uma ironia, ao fazer derivar de um nome próprio (Bolsonaro) um nome comum (desbolsonário), fazendo parecer que o leitor estaria diante de um dicionário como outros e que, talvez, pudesse ajudar a “esclarecer” certo universo semântico associável ao nome “Bolsonaro”. Entretanto, essa ironia indicia um jogo que o Desbolsonário captura – materializa – para formular uma crítica à política e ao governo do presidente eleito em 2018, mobilizando, para tanto, de forma predominante, um conjunto de palavras-entradas e suas acepções que produzem um efeito de explicação para aquilo que circula como “bolsonarismo”⁶. É um jogo de efeitos indiciado na construção morfofonológica dessa nomeação e suas realizações fonéticas. O prefixo {des-} (re)atualiza o sentido de negação/reversão que o sufixo {-ário} (re)atualiza, significando, neste caso, o Desbolsonário como um lugar para guardar o vocabulário bolsonarista. Noutras palavras, o prefixo {des-}

10 Conferir matéria de 23 de março de 2019, publicada no portal Poder360, em <https://www.poder360.com.br/brasil/alguns-nao-querem-largar-a-velha-politica-diz-bolsonaro/>. Acessado em 30 de março de 2022.

11 As aspas indiciam certa intranquilidade decorrente de uma disputa semântica que o termo provoca. Compreendemos bolsonarismo como um movimento político-ideológico, assim nomeado, que dissimula, como efeito, a inexistência de um movimento político que reproduz o fascismo-nazismo no Brasil. Essa nomeação funciona como uma paráfrase que aparece no dizer para não se dizer “fascismo”, “nazismo” ou “extrema direita”; noutras palavras, uma paráfrase que remete ao já-dito que tais pré-construídos evocam. Para conhecer mais e aprofundar na complexidade filosófico-semântica desse termo, recomendamos o estudo dos textos de Baldaia, Araújo e Araújo (2021) e Boito Jr. (2020).

9 Leia o Desbolsonário em <https://zazie.com.br/wp-content/uploads/2021/05/DESBOLSONARIO-3.pdf>.

faz significar a negação/reversão da ideia de dicionário como um lugar para guardar tal vocabulário, colocando em xeque, de nosso ponto de vista, o efeito de transparência na leitura do Desbolsonário como dicionário. É assim que, já no modo de nomear esse objeto, (d)enuncia-se certo gesto de interpretação que intenta negar/reverter/combater/contradizer certo já-dito sobre o que aparece descrito no Desbolsonário como “ideologia bolsonarista”.

Podemos acrescentar que esse modo de nomear contesta que a discursividade bolsonarista não seja ideologicamente constituída, consoante ao que é propalado por aqueles que se reconhecem bolsonaristas. Conforme esse raciocínio, compreendemos que a afirmação de que o Desbolsonário traduziria “termos e significados forjados tão repentinamente [com a campanha presidencial de 2018], em bocas, cabeças, mídias, redes e meios de comunicação contemporâneos” (cf. nota de esclarecimento), funciona, ao contrário, como crítica a esses termos e significados, os quais, segundo as autoras, seriam representativos de certa confusão dos sentidos – o que elas descrevem como pane na linguagem. Por isso, podemos ler, funcionando no Desbolsonário, um processo discursivo que (re)produz o sentido como aquilo que (não) é.

Se considerarmos, ainda, a leitura da materialidade fonética, identificamos certa homofonia entre a nomeação [disbowson'ariw] (desbolsonário) e o nome [dision'ariw] (dicionário), a partir da realização do fonema /e/ e do mesmo padrão acentual. Esse efeito de homofonia fica indiciado pelo processo de formação da palavra ‘desbolsonário’ por meio do acréscimo simultâneo do prefixo {des-} e do sufixo {-ário}. A pronúncia do prefixo permite variação fonética, que se marca, na realização, como [dis-] ou como [des-]. Se considerarmos a sua variação fonética como [dis-], percebemos que a nomeação [disbowson'ariw] se aproxima foneticamente do nome [dision'ariw]¹², evocando, assim, relações

semânticas que fazem comparecer a evidência de que estaríamos diante de um dicionário, para, contraditoriamente, revertê-la pela crítica e pela ironia: trata-se de um dicionário, #sqn. É assim que, como uma espécie de sintoma, as próprias autoras deslizam entre a nomeação “dicionário” e “glossário”, o que indicia a (não) institucionalização de tal instrumento e, por conseguinte, de seu funcionamento (não) familiar a um dicionário. Esse deslizamento entre “dicionário” e “glossário” fica marcado, por exemplo, tanto na “nota de esclarecimento” quanto no “índice” do Desbolsonário, conforme fica legível no recorte 1.

Recorte 1

Era preciso, com urgência, encontrar um instrumento que nos auxiliasse no trabalho de comunicação com nossos conterrâneos. E também no trabalho de tradução de um **glossário** bem específico para aqueles que, como nós, sentiam-se perdidos diante de termos e significados forjados tão repentinamente em bocas, cabeças, mídias, redes e meios de comunicação contemporâneos.

Por tal motivo, decidimos fazer um **dicionário** de bolso. Ou melhor um “Desbolsonário de Bolso”. Leve-o no bolso ou na bolsa, consulte-o sempre que precisar.

(Nota de esclarecimento, *Desbolsonário de bolso*, 2019, p. 5; negrito nosso)

Introdução

1. DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO

Bolsonaro
Jair
Messias

2. GLOSSÁRIO IDEOLÓGICO

(Nota de esclarecimento, *Desbolsonário de bolso*, 2019, p. 5; negrito nosso)

(Print selecionado do Índice do *Desbolsonário de bolso*)

É, portanto, entre uma descrição dita «etimológica» e outra dita «ideológica», que o Desbolsonário é estruturalmente construído ao modo de um dicionário/glossário. Essa estrutura se apresenta a partir da regularidade constituída

variantes. Assim, entre chaves, consideramos morfemas: {des-} e {-ário}; entre barras, transcrevemos fonemas: /e/; entre colchetes, trazemos as possíveis variantes dos fonemas: para o fonema /e/, as variantes [i] em [disbowson'ariw], e [e] em [desbowson'ariw].

12 Para os não especialistas em Linguística, apresentamos o modo formal de escrevermos morfemas, fonemas e suas

por palavra-entrada seguida de procedimentos que textualizam para ela sentidos e usos possíveis, procedimentos que reproduzem uma prática lexicográfica reconhecidamente “própria” à confecção de dicionários/glossários. Medeiros e Petri (2013), a esse respeito, descrevem esses procedimentos como “procedimentos tornados prática no fazer dicionarístico: seleção, indicação sobre a palavra – se substantivo, se brasileiro, por exemplo –, definição e/ou explicação, exemplificação, remissão a outros verbetes e fontes indicadas” (MEDEIROS; PETRI, 2013, p. 50). Trabalhamos, a seguir, a compreensão de como esses procedimentos direcionam a interpretação sobre “Bolsonaro” e “bolsonarismo”, a partir da palavra-entrada selecionada para nossa experimentação analítica.

Na primeira seção do Desbolsonário, a palavra-entrada “Bolsonaro” desliza no e pelo movimento da transversalidade espiralada já descrito, construindo relações de sentido a partir do jogo em que uma palavra puxa – evoca – outra, materializando a relação discursiva segundo a qual um sentido se liga a outro. Esse movimento inscreve a palavra-entrada “Bolsonaro” no processo de significação, e seu(s) sentido(s) passa(m) a ser construído(s) em relação de deriva com “bolso”, “bolsa”, “boçal”, até mesmo com “Donald Trump”, conforme é possível ler-mos no verbete trazido como recorte 2.

Recorte 2

BOLSONARO: 1. De “**bolso**” e de “**bolsa**”. Dinheiro no bolso, alta da bolsa. 2. O bolso e a bolsa acima de tudo, mas não qualquer bolsa. Não à bolsa de estudos. Sim ao ‘bolsa família’ – uma vez que ele rouba votos do opositor –, mas não sem misturar no ouvido ‘bolsa família’ com bolsos esvaziados pela corrupção. 3. Inventar nomes de outras bolsas, como a “bolsa ditadura” (um modo grosseiro de desqualificar a indenização recebida por pessoas atingidas pelo governo militar que ele defende). 4. Nome derivado de um verbo do português arcaico, *bolsonar*, derivado do latim *bolsonegare*, com sentido ainda a ser definido no futuro próximo de: a) ou bem sonegar impostos e guardar no bolso – pois, afinal de contas, impostos são um assalto ao bolso do assim chamado ‘cidadão de bem’ (cf. verbete ‘*Cidadão de bem*’); b) ou bem negar ao bolso do cidadão qualquer retorno do estado aos impostos pagos. 5. Segundo teoria mais aceita, substantivo derivado do verbo “boçalizar”, sinônimo, portanto, de “**boçal**”. 6. Segundo uma certa corrente da

linguística desconstrutivista, tradução da seguinte gíria corrente do inglês americano: ‘**Donald Trump**’.

Se (re)lormos esse verbete, na relação transversal espiralada com outros verbetes do Desbolsonário, a palavra-entrada “Bolsonaro” desliza significativamente, o que constitui certa consistência significativa para a crítica e a ironia materializadas no e pelo Desbolsonário, de modo a caucionar interpretações para a palavra-entrada “Bolsonaro”: “bolsonarista” (verbo “democracia bolsonarista”, entre outros), “necessidade de facção” e “fakização da existência” (verbo “fato”), “ideologia bolsonarista” (verbo “anticomunismo”, entre outros), “novo nome para ‘velho’” e “conservadorismo” (verbo “novo”), “olavismo” (verbo “olavismo”), “neopositivismo” e “neofacismo” (verbo “ordem e regresso”), “esquecimento da história” (verbo “passar a limpo o país”), “confusão” e “empreendedorismo privado” (verbo “política”), “piada” (verbo “piada”), “negacionismo” (verbo “religião”), “terraplanista” (verbo “terraplanismo”), “terrorismo” (verbo “terrorismo”), “posição politicamente antidemocrática” (verbo “verdade”) etc.

Por meio dessas relações entre palavras e sentidos, o deslizamento vai significando a crítica/ironia, descrevendo e instrumenta(liza)ndo um direcionamento interpretativo para tais palavras-entradas e suas acepções, de modo a propor definições para “Bolsonaro” e “bolsonarismo”. Esse direcionamento é marcado pela negação/reversão de certos dizeres/sentidos outros que circula(va)m socialmente produzindo tal efeito (o de definição para “Bolsonaro” e “bolsonarismo”). Nessa medida, o Desbolsonário funciona redefinindo, pela crítica/ironia, “Bolsonaro” e “bolsonarismo”, construindo, na e pela linguagem, um modo de resistência a esses outros dizeres/sentidos. Nesse deslizamento, a palavra “Bolsonaro”, por um lado, puxa “bolsonarista” que puxa “terraplanista” que puxa “velho” que puxa “negacionista” que puxa “posição politicamente antidemocrática”, por exemplo.

Por outro lado, a palavra “Bolsonaro”

também puxa “boçalizar” que puxa “sonegar” que puxa “guardar no [próprio] bolso”, por exemplo. Assim, podemos dizer que a “confusão” descrita pelas autoras como própria ao vocabulário de “Bolsonaro” e do “bolsonarismo” se dispersaria em outra rede de interpretações que elas julgam esclarecer “devidamente” o que (não) é “Bolsonaro”, o que (não) é “bolsonarismo”. É nesse jogo que podemos perceber como o Desbolsonário materializa uma arena em que sentidos concorrem/disputam por significar no processo discursivo que o constitui.

Dessa maneira, o movimento transversal espiralado (re)liga as palavras-entradas e os verbetes restituindo à leitura uma rede de sentidos que (re)orienta a significação da palavra “Bolsonaro” no Desbolsonário. É este movimento que, do nosso ponto de vista, parece sustentar um processo de fabricação imaginária que inscreve o instrumento tecnológico no jogo ilusório do é/não é, o jogo do “como se fosse”, fazendo o Desbolsonário funcionar como se fosse um dicionário/glossário, como se fosse, portanto, um instrumento linguístico, atribuindo a essa fabricação o estatuto de certa (des)institucionalidade. É esse efeito que parece envelopar a crítica e a ironia que procuram (d)enunciar o jogo entre absurdo e evidência (RODRIGUES; AGUSTINI; BRANCO; BARROS, 2020) que sustenta “a confusão/a pane” que o bolsonarismo teria supostamente instaurado no processo sócio-histórico-ideológico que determina como a sociedade/realidade brasileira pode ou deve se dizer, pode ou deve ser dita, desde a campanha presidencial de 2018.

Ao retomarmos a regularidade da formulação dos verbetes do Desbolsonário visível no recorte 2, reconhecemos os procedimentos supracitados como próprios à prática de produção de dicionários/glossários. No verbete do recorte 2, os procedimentos se apresentam da seguinte maneira: seleção: indiciada por meio da própria palavra-entrada “Bolsonaro” e por meio das acepções que a descrevem, selecionadas entre outras possíveis; indicação sobre a palavra: “4.

Nome derivado de um verbo do português arcaico, *bolsonar*, derivado do latim *bolsonegare*, com sentido ainda a ser definido no futuro próximo [...] 5. Segundo teoria mais aceita, substantivo derivado do verbo “boçalizar”, sinônimo, portanto, de ‘boçal’”; definição: “[Bolsonaro é a] tradução da seguinte gíria corrente do inglês americano: ‘Donald Trump’”; explicação: “uma vez que ele rouba votos do opositor”; exemplificação: “3. Inventar nomes de outras bolsas, como a ‘bolsa ditadura’ (um modo grosseiro de desqualificar a indenização recebida por pessoas atingidas pelo governo militar que ele defende)”; remissão a outros verbetes: “cf. verbete ‘Cidadão de bem’”; e indicação de fontes: “Segundo uma certa corrente da linguística desconstrutivista”.

É por meio desses procedimentos, entre outros, que o Desbolsonário funciona dissimulando o processo de descrição e instrumenta(liza)ção que o dicionário/glossário materializa como instrumento linguístico, formulando o jogo próprio ao dicionário/glossário que diz quais palavras devem ter/têm sentido e quais devem ser/são os sentidos delas, ou seja, delimitando quais devem ser/são as relações entre palavras e sentidos. É na materialização desses procedimentos que as paráfrases e os enunciados definidores (MAZIÈRE, 2008; MAZIÈRE; COLLINOT, 1997) se inscrevem forjando formulações que (re)atualizam interpretações possíveis para “Bolsonaro” e “bolsonarismo”.

Por exemplo, no verbete do recorte 2, o enunciado definidor “[Bolsonaro é] substantivo derivado do verbo ‘boçalizar’, sinônimo, portanto, de ‘boçal’” mantém relação parafrástica com outro enunciado definidor do mesmo verbete: “[Bolsonaro é] nome derivado de um verbo do português arcaico, *bolsonar*, derivado do latim *bolsonegare*”. Esses enunciados mantêm relação parafrástica também com o enunciado definidor “[Bolsonaro é], segundo uma certa corrente da linguística desconstrutivista, tradução da seguinte gíria corrente do inglês americano: ‘Donald Trump’”. A relação significativa entre “Bolsonaro”, “boçalizar”, “boçal”, “bolso-

nar”, “bolsonegare”, “gíria” e “Donald Trump” produz referências cruzadas que, numa leitura possível, permitem certa compreensão na qual “Bolsonaro” pode significar “gíria”, uma vez que “Donald Trump” é descrito como “gíria corrente do inglês americano”; assim, podemos compreender “Bolsonaro” como uma gíria corrente da língua brasileira. “Bolsonaro” pode significar também sonegação, conforme acepção “bolsonegare”.

Essas referências cruzadas evocam sentidos que negam/revertem sentidos outros de modo a qualificar pejorativamente “Bolsonaro” e “bolsonarismo”. Além disso, essas referências cruzadas, produzidas reiteradamente ao longo do Desbolsonário, vão caucionando a insistência na crítica/ironia por meio de seu funcionamento ao modo de um dicionário/glossário. E, em decorrência desse funcionamento, podemos compreender o Desbolsonário como um objeto que se apresenta à leitura significando uma posição de resistência antibolsonarista. Daí a possibilidade de lê-lo como um glossário antibolsonarista, que instrumentaliza a desconstrução, o combate aos sentidos do bolsonarismo que circulam em nossa sociedade.

Ao explicitarmos como o Desbolsonário de bolso (re)atualiza o funcionamento característico de um dicionário/glossário, compreendemos que um efeito importante ali produzido é o da dissimulação de uma origem prismática para a palavra-entrada “Bolsonaro” e, por conseguinte, para um saber prismático sobre ela e sobre o “bolsonarismo”. Essa origem e saber forjados (re)atualizam um jogo somente possível na e pela memória, a partir do qual se (re)produz uma mexida na memória lexicográfica (NUNES, 2013), ou seja, uma mexida nesse “campo de memória mobilizado pelos dicionários, assim como pelas teorias e procedimentos lexicográficos que se encontram neles” (NUNES, 2013, p. 163). Essa mexida joga com a memória lexicográfica ao (re)produzi-la e, ao mesmo tempo, negá-la/revertê-la, possibilitando certa invenção dicionarística que ganha forma como o Des-

bolsonário de bolso. Essa invenção se marca na apropriação da memória lexicográfica para construir uma posição de combate, de luta, de resistência. É uma mexida que nega/reverte nichos de sentido aparentemente cristalizados ou que disputam este estatuto, na medida das relações de força sócio-histórico-ideológicas que procuram dominar tal arena. Afinal de contas, como efeito do funcionamento da memória lexicográfica, um dicionário/glossário não seria feito para combater, lutar, resistir de uma posição discursiva contra outra(s), mas, aparentemente, para recortar, elencar e relacionar sentidos, hegemonicos, sob a ilusão da neutralidade.

Com base no exposto, como objeto que se apresenta à leitura, a invenção do Desbolsonário de bolso pode ressoar efeitos de um processo de (des)institucionalização que poderiam (des)legitimá-lo como um dicionário/glossário capaz de determinar como uma sociedade/realidade pode ou deve se dizer, pode ou deve ser dita. Como a análise permite explicitar e compreender, essa fronteira, na qual o Desbolsonário se instala, (re)inscreve, de modo permanente, o jogo dicionário/glossário, #sqn.

Vlognário... de vagabundo...

Em relação ao vlognário, que apresenta o episódio Vagabundo⁸, do talk show Greg News (HBO Brasil), podemos lê-lo como um verbete que comporia um dicionário/glossário audiovisual. Essa leitura se torna possível pelo modo como o vlognário (re)atualiza, também, um funcionamento característico do instrumento linguístico dicionário/glossário. Nesse processo, em que o vlognário se apresenta como se fosse um verbete dicionarístico, os procedimentos próprios à prática de produção de dicionários/glossários são (re)produzidos, mas também transformados, na medida em que procedimentos próprios à prática de produção de objetos audiovisuais destinados a circularem nas plata-

13 O episódio pode ser assistido em <https://www.youtube.com/watch?v=O07KWOI9xIQ>.

formas de streaming e nas redes sociais passam a determinar como os procedimentos de produção de dicionários/glossários são ali trabalhados e materializados.

Dentre os procedimentos próprios à prática de produção de objetos audiovisuais, ganham destaque os procedimentos de edição, a partir dos quais são produzidos, por exemplo, efeitos de sobreposição entre fotogramas ou entre fotogramas e outros objetos fotográficos e/ou digitais, intercalação de recortes de vídeos e de vídeos com recortes de outras fontes materiais, incluindo efeitos sonoros, utilizadas para exemplificar, produzir remissões a outras palavras/enunciados que compõem as acepções de “vagabundo”. Dessa maneira, em relação a um dicionário/glossário tradicional, impresso, o vlognário traz outra forma de interação com o leitor, quando comparado com o Desbolsonário de bolso, para formular uma crítica/denúncia contra o presidente eleito em 2018, e, em decorrência disso, ao “bolsonarismo”.

No vlognário a palavra-entrada “vagabundo” é reformulada parafrasticamente, a fim de caucionar-lhe a construção de acepções. Entre as acepções apresentadas, identificamos a trajetória transversal espiralada que orienta sua definição e cujo rastro se marca por um deslizamento, por meio do qual uma palavra puxa outra, um sentido puxa outro, determinando certa (re)orientação interpretativa para “vagabundo”, de modo que a interpretação “Bolsonaro é um vagabundo” torna-se possível/legível. Podemos ler esse deslizamento e esse efeito, analisando o recorte 3, que restitui, do vlognário, uma versão transcrita do verbete “vagabundo”.

Recorte 3.

Vagabundo: [...] 1. No sentido original, **vagabundo é aquele que vaga.** [...] 2. Sentido de andarilho [...] 3. Aquilo que não tem qualidade. [Por exemplo:] um aspirador de pó robô pode ser vagabundo. [...] 4. Outro sentido clássico da palavra é o de preguiçoso, que também trai o sentido original, porque preguiçoso é aquele que justamente não vaga por aí. Você, adolescente, se seus pais te mandarem sair de casa pra deixar de ser vagabundo, não deixe de notar o paradoxo. 5. Existe ainda uma quinta acepção da palavra, usada apenas por Caetano Veloso cujo coração vagabundo quer guardar o mundo em si. E,

nesse caso, **vagabundo significa acumulador compulsivo.** 6. [...] acepção [...] que se tornou a mais usada nos dias de hoje: **vagabundo, hoje, se tornou sinônimo de bandido, de criminoso, de delinquente**, como na canção “Seu guarda, eu não sou vagabundo, eu não sou delinquente, eu sou um cara carente [...]” [...]. Foi com essa acepção, de vagabundo como bandido, que a palavra [...] se tornou onipresente na boca dos conservadores do Brasil. [...] Bolsonaro se elegeu deputado, e depois presidente, usando vagabundo em todas as ocasiões. Ainda hoje, quando ele se irrita com alguém, ou ele não sabe o que dizer, quando pressionam ele, ele recorre ao ‘vagabundo’[, por exemplo:] “Dia Internacional dos Direitos Humanos – no Brasil, é o dia internacional da vagabundagem.”; [...] “Mas todo vagabundo está armado.”; “Vagabundo! [direcionado a uma repórter]”. “Vagabundo e ladrão! [fala em plenário]”; “Então, o cara que está roubando uma margarina é um vagabundo.”; “E um vagabundo como vice.”; “Temos um vagabundo inquirindo pessoas de bem em nosso país.”¹⁴ O cara usa vagabundo de qualquer jeito, em qualquer ocasião. [...] 7. [...] existem ocasiões em que vagabundo serve perfeitamente. Existe, sim, um tipo de profissional que ganha para não trabalhar. Ele é um funcionário fantasma, que nada mais é do que um vagabundo remunerado. Embora, ele não tenha morrido, diz-se de um funcionário, que ele é fantasma, quando, apesar de receber um salário, ele não aparece no emprego. [...]. Funcionário fantasma é diferente do funcionário cadáver, que não aparece, mas não aparece mais por estar morto, mesmo. [...] O funcionário fantasma é uma espécie de encosto. [...] A Márcia [Sensitiva] também faz uma distinção muito importante entre o encosto e o espírito obsessivo. São bem diferentes porque, ao contrário do encosto, que só quer sugar o seu ectoplasma, o obsessivo trabalha exaustivamente para acabar com a sua vida, ou seja, o encosto ele é o fantasma quando vagabundo [...] **o funcionário fantasma, ele é o encosto do funcionalismo público. Sem nunca dar as caras no serviço, ele vive de sugar o ectoplasma da verba pública.** E tem outra personagem que, além de ser sempre acusado de encostado e de vagabundo, também é frequentemente contratado como funcionário fantasma, que é quem? É o cunhado. E aparentemente Bolsonaro, assim como detesta os vagabundos, também é um grande detratador de cunhado. [intercala-se vídeo com fala de Jair]. [...] Mourão[, vice-presidente de Bolsonaro] entrou na lista das coisas que atrapalham o governo Bolsonaro. Junto com o STF, o Congresso, os governadores, a imprensa, a pandemia, o lockdown, a constituição, as urnas eletrônicas, a torcida contra, as ONGs, o pessoal dos direitos humanos e o PT. Mas a metáfora do cunhado para descrever o Mourão é boa. Afinal, ele está sempre lá, dividindo o mesmo teto, falando mais do que deveria e geralmente de sunga. [...] A cunhada de Bolsonaro era, o que tudo indica, o que a gente chama de funcionária fantasma. Muito antes da gente pensar em *home office*, a Andrea, ela já fazia um *home ghosting*. Ela era contratada só para receber o salário e desviá-lo para conta dos chefes. [...] Mas o que a gente sabe hoje, graças a uma investigação do Mi-

14 Exemplos mostrados, no vlognário, como recortes de outras fontes audiovisuais, como recortes de materiais de telejornais.

nistério Público, é que alguns assessores repassavam até 90% do que ganhavam pra família Bolsonaro. [...] Ainda segundo as investigações, vários desses funcionários fantasmas, assim como a cunhada Andrea, eram da família da Anna Cristina Valle, essa segunda mulher do Bolsonaro. [...] Só de parentes da Anna Cristina foram dezoito contratados. O André, que é irmão caçula dela e da Andrea, portanto, também ex-cunhado do Jair, foi outro que constou como assessor da família Bolsonaro. [...] Falando no Jair, apesar dele ter reclamado que não dava pra demitir cunhado, ele acabou demitindo o André. Por quê? Por que o André não trabalhava, por que ele não aparecia? Não. Parece que o André perdeu o emprego fantasma só porque ele não repassava os tais 90% do salário para o Jair. [...] E não foi só com a família do coronel [tio Hudson] que rolou esse esquema, não. Tem [...] a família do ex-sumido Fabrício Queiroz, que é amigo do Bolsonaro desde os tempos do exército, e que foi apontado como operador da corrupção dentro do gabinete do Flávio. [...] Além de ser amigo de longa data dos Bolsonaro, Queiroz parece ter outra conexão muito importante: a ligação com a milícia. E tudo indica que foi através dele que os gabinetes dos Bolsonaro começaram a empregar funcionários fantasmas mais ilustres como a ex-mulher e a mãe do miliciano Adriano da Nóbrega, acusado de ser chefe de um grupo de extermínio conhecido como Escritório do Crime. O mais curioso é que, segundo as investigações, a ex-mulher do miliciano tinha um esquema bem mais vantajoso que o do ex-cunhado do Bolsonaro – ela só precisava repassar 20% do salário dela para a família Bolsonaro; podia ficar com 80%. Talvez porque seu marido famoso compensasse prestando outro tipo de serviço. [...] **O que todas as denúncias, áudios, investigações parecem indicar é que a família Bolsonaro passou anos cometendo pelo menos dois crimes: primeiro, eles estavam contratando funcionário fantasma; segundo, estavam desviando os salários desses funcionários em um crime popularmente conhecido como “rachadinha”, que é um clássico brasileiro [...] às vezes, para financiar os gastos do partido, às vezes para enfiar no próprio bolso, como parece ser o caso da família “Bolso”.** Acho que “naro” em italiano deve significar “nosso” – “Bolsonaro”. [...] **Era um esquema milionário de desvio de dinheiro público.** Desde que o Jair foi eleito pela primeira vez, os cofres públicos pagaram pelo menos R\$ 29,5 milhões em salário, para funcionários da família dele que aparentemente não faziam seu trabalho. [...] O clã Bolsonaro nomeou 102 pessoas com laços familiares umas com as outras. [...] Todos esses funcionários com laços familiares entre si receberam R\$ 65 milhões em salários. [...] o fato é que o cara trabalha muito pouco. A não ser que se considere que é trabalho passar o dia no Zap ou no Twitter jogando conversa fora com quem não tem mais o que fazer naquele cercadinho. **Tudo indica que o esquema do Bolsonaro era um esquema de vagabundagem.** Ele contrata uns vagabundos só para pegar os salários deles e não trabalhar também. E melhor ainda, ao longo dos anos, ele colocou os filhos para serem eleitos, [o] que pode ter quadruplicado a vagabundagem. E pra completar, não é só que Bolsonaro e seus encostos parecem ter roubado milhões e milhões do nosso dinheiro. É também que, enquanto isso, **Bolsonaro não fez o trabalho dele.** [...] **O que as instituições e denúncias têm**

mostrado é que ele é um vagabundo, em todos os sentidos do termo. Aquele que não trabalha, mas também aquele que rouba, e também é o acumulador compulsivo lá do Caetano, no caso dos apartamentos. Ah... mas ele não fica vagando por aí. Só que fica também! E com o nosso dinheiro! [...] Ele não se incomoda muito quando chamam ele de fascista, de genocida, de homofóbico, de racista. Talvez ele até goste, porque quando falam isso, não estão falando do grande escândalo de vagabundagem no qual parece que ele está metido. **Que a verdade, gente, é que parece que ele mesmo era um deputado fantasma. E hoje é um presidente fantasma.** Um encosto que está sugando o nosso ectoplasma há vinte anos, deixando a bunda do Brasil toda gelada. Agora falando seríssimo mesmo. [...] o Brasil tem, hoje, 15 milhões de desempregados, o que significa que o Brasil tem, hoje, 15 milhões de pessoas querendo muito trabalhar. E o cara parece que não faz ideia do que é isso. [...] e o pior: Bolsonaro está sendo protegido pelos maiores espíritos obsessores que esse país já teve – que são os generais de pijama que vivem do nosso dinheiro. Os caras dizem que estão defendendo o Brasil, mas, na verdade, estão se comportando, hoje, como defensores de vagabundo. Os caras estão blindando vagabundo com tanque velho. [...] E o Brasil vai ter jogado a sua democracia fora só para abafar um escândalo gigante de desvio de dinheiro público operado por ninguém menos do que **o maior vagabundo dessa república.** Esse foi o Greg-News. [...] (versão transcrita do episódio “Vagabundo”, exibido em 21 de agosto de 2021, no talk show Greg News, da HBO Brasil, apresentado por Gregório Duvivier)

Assim como mostramos funcionando no Desbolsonário, os procedimentos próprios à prática de produção dicionarística são mobilizados também na construção do verbete trazido no recorte 3. No vlognário, os procedimentos podem ser localizados, por exemplo, da seguinte maneira: seleção: indiciada por meio da própria palavra-entrada “vagabundo” e por meio das acepções que a descrevem, selecionadas entre outras possíveis; indicação sobre a palavra: “6. [...] vagabundo, hoje, se tornou sinônimo de bandido, criminoso, delinquente [...]”; definição: “1. [...] no sentido original, vagabundo é aquele que vaga.”; exemplificação: “7. [...] o funcionário fantasma, ele é o encosto do funcionalismo público. Sem nunca dar as caras no serviço, ele vive de sugar o ectoplasma da verba pública. E tem outro personagem que, além de ser sempre acusado de encostado e de vagabundo, também é frequentemente contratado como funcionário fantasma, que é quem? É o cunhado.”; remissão a outros verbetes: “acumulador compulsivo [...]”

bandido, criminoso, delinquente [...] funcionário fantasma [...] funcionário cadáver [...]”; e indicação de fontes: “A Márcia [Sensitiva] também faz uma distinção muito importante entre o encosto e o espírito obsessivo. [...] O que todas as denúncias, áudios, investigações parecem indicar é que a família Bolsonaro passou anos cometendo pelo menos dois crimes [...]”.

Esses procedimentos, por um lado, textualizam, no vlognário, uma crítica/denúncia contra o atual presidente, e, por outro lado, (re) atualizam um funcionamento discursivo que se configura no e pelo deslizamento de enunciados definidores para enunciados exemplificativos. Esse funcionamento mostra-se decisivo para a produção do efeito de crítica/denúncia no e pelo vlognário. Na acepção 1, o enunciado definidor “vagabundo é aquele que vaga”, que, aparentemente, não marcaria o indiciamento de crítica ou denúncia, desliza parafrasticamente na acepção 7, na qual lemos: “Ah... mas ele [Bolsonaro/Jair] não fica vagando por aí. Só que fica também! E com o nosso dinheiro!” Este enunciado funciona como um enunciado exemplificativo da acepção 1, uma vez que o pronome “ele” constitui uma anáfora de “Bolsonaro/Jair”, de tal modo que “Bolsonaro vagar com o nosso dinheiro” exemplifica “vagabundo” e, dessa maneira, critica/denuncia algo da conduta do atual presidente.

Na acepção 5, que corresponde ao enunciado definidor “vagabundo significa acumulador compulsivo”, e na acepção 6, que corresponde ao enunciado definidor “vagabundo, hoje, se tornou sinônimo de bandido, criminoso, delinquente”, lemos tais enunciados deslizando parafrasticamente na acepção 7, como os seguintes enunciados exemplificativos: “Bolsonaro não fez o trabalho dele.”; “Aquele que não trabalha, mas também aquele que rouba, e também [Ø] é o acumulador compulsivo [...], no caso dos apartamentos.” Nos enunciados exemplificativos dos enunciados definidores das acepções 5 e 6, “Bolsonaro”, “aquele que” e “[Ø]” mantêm entre si uma relação anafórica, e, por isso, per-

mitem a interpretação segundo a qual “aquele que é vagabundo porque, ao invés de trabalhar, rouba e acumula compulsivamente” refere-se a “Bolsonaro”, que é, conforme exemplificação constante também da acepção 7, referido como funcionário fantasma do funcionalismo público porque nunca dá as caras no serviço e, ainda assim, consegue acumular, no próprio bolso, a verba pública.

Os enunciados definidores destacados nas acepções 5 e 6 deslizam para paráfrases exemplificativas, sustentando a atribuição dos sentidos de “bandido, criminoso, delinquente” a “vagabundo[,] Bolsonaro”: “o que todas as denúncias, áudios, investigações parecem indicar é que a família Bolsonaro passou anos cometendo pelo menos dois crimes: primeiro, eles estavam contratando funcionário fantasma; segundo, estavam desviando os salários desses funcionários em um crime popularmente conhecido como ‘rachadinha’, que é um clássico brasileiro [...]. [...] às vezes, para financiar os gastos do partido, às vezes para enfiar no próprio bolso, como parece ser o caso da família ‘Bolso.’” Esse deslizamento permite ler que aquilo que é dito sobre a família Bolsonaro aplicar-se-ia ao próprio Bolsonaro, dada a relação metonímica entre família Bolsonaro/Bolso e Bolsonaro. Daí a possibilidade de se inferir que Bolsonaro teria cometido os crimes citados na acepção 7, em especial, o crime de guardar dinheiro público no próprio bolso.

Ao longo do vlognário, essa última tese se torna legível também por meio da leitura da composição cênica, reproduzida no recorte 4, que se mostra como regularidade na montagem discursiva do vlognário. A composição é constituída por uma imagem em tela posicionada do lado esquerdo em relação à posição do apresentador-locutor Gregório Duvivier.

Essa imagem à esquerda materializa uma montagem discursiva que coloca a imagem de Bolsonaro sobre um jet ski, que navega sobre um mar de dinheiro. Essa montagem evoca, na relação com o verbete, dizeres como: “seu

esquema de vagabundagem” e “dinheiro público”. É por meio dessas relações que a imagem funciona como síntese da crítica/denúncia textualizada no e pelo verbete, síntese indiciada de forma reiterada nos fotogramas que constituem o vlognário, mesmo quando significada como aparentemente ausente em cena.

Recorte 4



À esquerda, detalhe do fotograma, à direita, este compreendido como regularidade significativa na montagem discursiva do vlognário, no trabalho de definição da palavra-entrada “vagasabundo”.

É desse modo que, no e pelo movimento transversal espiralado da significação da sociedade brasileira marcada pelo acontecimento do governo Bolsonaro, podemos ler como entre o Desbolsonário e o vlognário estabelece-se um laço significativo a partir da evidência construída sobre o enunciado definidor Bolsonaro = de bolso (Desbolsonário), parafraseado, no vlognário, como Bolsonaro = aquele que deixa de exercer seu trabalho, para operar um esquema de vagabundagem que consiste em guardar dinheiro público no próprio bolso. Além disso, o vlognário restitui à leitura a definição segundo a qual Bolsonaro = vagabundo em todos os sentidos do termo. Daí a possibilidade de o vlognário (d)enunciar de modo superlativo a seguinte síntese definitiva para o atual presidente: “o

maior vagabundo dessa república”.

Filminário... de vida, de bolsa...

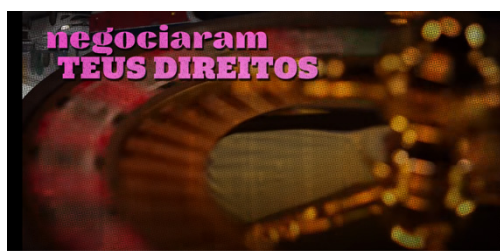
Compreendemos o filme A bolsa ou a vida: qual futuro queremos construir?¹⁵, do diretor Silvio Tendler (2021), como um filminário, como apontamos anteriormente, já que (re)atualiza um funcionamento característico do instrumento linguístico dicionário/glossário. Para explicitarmos essa compreensão, restituímos ao leitor a especificidade dessa materialidade filmica. Nesta análise, para tanto, recorremos ao recorte 5, disposto logo adiante, constituído por 14 fotogramas, reproduzidos de forma adaptada do filminário e extraídos nos seguintes instantes do filme: 1: 00h01min27seg; 2: 00h01min31seg; 3: 00h01min52seg; 4: 00h01min52seg; 5: 00h01min59seg; 6: 00h02min01seg; 7: 00h02min12seg; 8: 00h02min30seg; 9: 00h02min42seg; 10: 00h02min45seg; 11: 00h02min54seg; 12: 00h03min16seg; 13: 00h03min27seg; e 14: 01h36min32seg.

Ao considerarmos nossa hipótese de trabalho, restituímos outra condição de leitura para a sequência de fotogramas do recorte 5. Dessa maneira, reportamo-nos ao filme lendo em seu movimento de exibição (outros) modos de materialização dos procedimentos próprios ao fazer dicionarístico. Em outras palavras, lemos o filme funcionando, também, ao modo de um dicionário/glossário. Isso é possível porque, ao exibir-se como filme-manifesto-documentário, essa materialidade discursiva produz como um de seus efeitos possíveis uma definição/descrição para a atual condição político-social-administrativo-militar do/no Brasil. Essa definição/descrição, por sua vez, é apresentada a partir de um questionamento-entrada, que (im)põe ao leitor o enfrentamento de uma disjunção lógica, como se tivesse sendo interrogado por uma espécie de formulação oracular: a bolsa ou a vida (?).

¹⁵ O filme pode ser assistido em <https://www.youtube.com/watch?v=N2ERnOk57Z4>.

Recorte 5

1



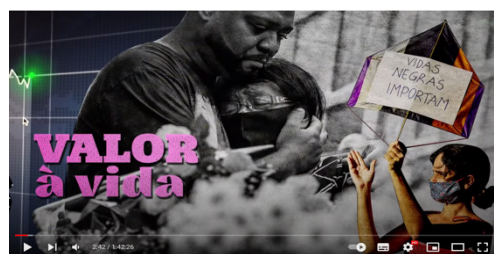
8



2



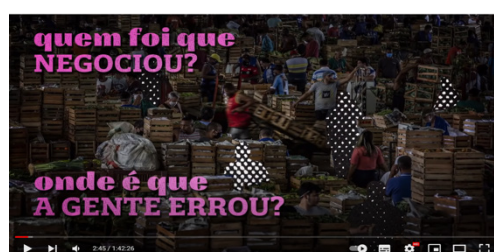
9



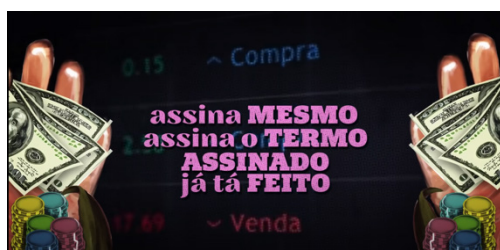
3



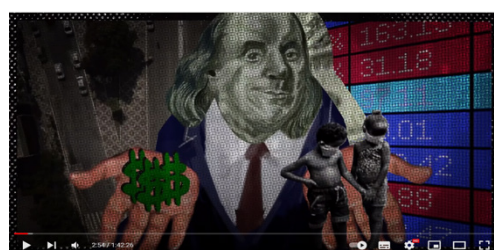
10



4



11



5



12

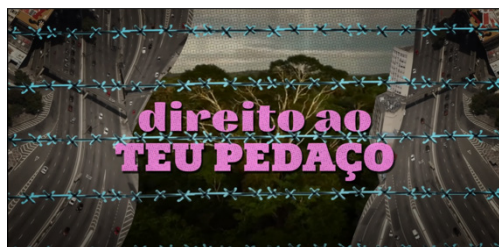


6



13





Essa disjunção lógica desliza para uma paráfrase que rememora o lema bolsonarista já em outra paráfrase: “a bolsa acima da vida”. Se, xrio, consideramos a relação discursiva possível entre “bolsa” e “bolso”, podemos ler a referida disjunção lógica deslizando também para “o bolso acima da vida”. A análise do vlognário restitui a essa paráfrase, ainda, outra condição de deslizamento, na qual é possível ler a deriva “a família bolso acima de tudo”.

Nessa direção, a disjunção lógica a bolsa ou a vida (?), ao (re)atualizar uma disputa de forças/sentidos, (re)inscreve um jogo discursivo entre duas palavras-entradas em concorrência por definição/descrição no filminário: “bolsa” e “vida”. Nessa perspectiva, essa disjunção lógica, ao mesmo tempo em que permite ao leitor fazer sua entrada no filme, como objeto político-simbólico a ser lido, produz, também, o seu deslocamento em relação à forma tradicional de apresentação de um verbete dicionarístico.

Assim como no vlognário, no filminário, a estrutura e o funcionamento de um verbete de dicionário/glossário tradicional que se apresenta escrito e impresso, por exemplo, são (re) produzidos-transformados em função da especificidade da constituição discursiva do filminário no e pelo digital, este aqui compreendido como um modo de produção material das existências, hoje, determinado por um conjunto de condições sócio-históricas e político-ideológicas.

Em nossa leitura, os verbetes são formulados no e pelo filminário, que, dessa maneira, constrói modos de dizer que produzem como efeito certa denúncia, certa crítica, certa ironia sobre a sociedade brasileira atual, em especial, nesse período marcado pelo governo Bolsonaro, o que significa certo acirramento do neoliberalismo e, por conseguinte, do favorecimento do



capital em detrimento da vida, em todos os sentidos do termo, poderíamos dizer.

Ao (re)atualizar esse funcionamento, o filminário também (re)atualiza os procedimentos próprios à prática de produção dicionarística para formular a tensão/disputa entre interpretações que colocam em relação os sentidos de “bolsa” e de “vida”. No recorte 5, podemos ler esses procedimentos materializados nos fotogramas da seguinte maneira. O procedimento de seleção é indiciado por meio da seleção das palavras-entradas “bolsa” e “vida” e de suas várias relações parafrásticas que delimitam definições/descrições ao colocarem em jogo diferentes materialidades. No fotograma 1, por exemplo, “bolsa” seleciona o dizer “negociaram teus direitos” e a fotografia de uma roleta de cassino. No fotograma 9, “vida” seleciona o dizer “valor à vida” e imagens de pessoas flagradas em luta pela vida.

O procedimento de indicação sobre as palavras-entradas e suas paráfrases recobre a diversidade da materialidade significativa dos fotogramas, jogando com pré-construídos e articulações que relacionam “bolsa” e “vida”. Esses pré-construídos e articulações se tornam legíveis, por exemplo, no fotograma 13, no qual a indicação indicia uma relação interpretativa, ou seja, textualiza relações de sentidos de modo a direcionar a interpretação. Nesse fotograma, “vida” pode ser interpretada como relação entre vidas; essa interpretação está indiciada na montagem discursiva que coloca, de um lado do fotograma, a imagem de uma indígena com uma criança no colo e outras três crianças experienciando uma relação lúdica, e, do outro lado do fotograma, o efeito decorrente do processo que apaga a vida em detrimento da bolsa, e, pela lei-

tura dos demais fotogramas do recorte, em detrimento do capital, do mercado, dos negócios.

O procedimento de definição: “a política é o comércio”, legível no fotograma 8. O procedimento de exemplificação: os fotogramas 5 e 6 formulam exemplos de como a vida é apagada em detrimento da bolsa; neles a Amazônia aparece loteada como objeto de negociações, o que, por sua vez, fica exemplificado no fotograma 3, que pode significar a vida sendo assassinada pela mentalidade assassina de grandes companhias frias.

O procedimento de remissão a outros verbetes se materializa em diferentes fotogramas: o fotograma 2 remete o leitor ao verbe “negocia/negócio” e ao verbe “companhia/cia”. E o procedimento de indicação de fontes: o fotograma 12 remete o leitor a uma fonte jornalística, no caso a Folha de S. Paulo, “gigantes pagam 76% menos impostos sobre lucro no Brasil”; e o fotograma 2 remete o leitor à bolsa de valores como outra fonte a partir da qual a acepção de “negócio” torna-se legível pela relação com transações financeiras.

Ainda sobre a especificidade da montagem discursiva do recorte 5, observamos que o recorte é constituído por uma ausência-presença significativa: a canção “Negocia” (FERNAUN; BOLZAN, 2020)¹⁶. Os fotogramas de 1 a 13 do recorte são extraídos da parte inicial do filme até o instante 03min34seg. A canção funciona como trilha sonora, ao longo desse percurso fílmico. E mais: comparece nos fotogramas por meio de uma relação interdiscursiva forjando uma interação entre diferentes formas materiais significativas: o leitor-expectador ouve a canção, e também a vê, compondo a montagem discursiva em cada fotograma no referido percurso. Essa relação é indiciada por meio de palavras e expressões, pinçadas da letra da canção, que ganham forma gráfica – em letras cor de rosa, nos fotogramas 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9 e 10 – na forma imagética dominante nesses fotogramas. Nessa

forma, a canção funciona como (outra) fonte de palavras, expressões e relações de sentido que poderiam ser lidas como entradas/verbetes de um dicionário/glossário.

Esse jogo interdiscursivo, legível/visível nos fotogramas do recorte 5, constitui, dessa maneira, o processo de definição/descrição da realidade brasileira atual, no filminário, que oscila na e pela tensão da disjunção lógica – a bolsa ou a vida (?). Trata-se, assim, de uma regularidade que funciona não somente significando (n)esse recorte, mas também indiciando certo funcionamento de um prelúdio, que, por meio de articulações e latitudes discursivas (RODRIGUES; AGUSTINI; BRANCO, 2021), ressoa ao longo de toda a materialidade discursiva do filminário. É por essas articulações e latitudes que os procedimentos próprios à prática de produção dicionarística e, por conseguinte, o funcionamento característico do funcionamento do instrumento linguístico dicionário/glossário são (re)atualizados ao longo de todo o percurso fílmico.

Nossa análise se encerra reiterando ênfase ao movimento da transversalidade espiralada na leitura do fotograma 14, por meio do qual ressoa no filminário o efeito de denúncia/crítica/ironia produzidos no Desbolsonário e no vlognário. A análise desses dois objetos restitui a este fotograma certas condições de leitura que fazem ressoar a relação discursiva segundo a qual a palavra “bolsa” puxa a palavra “bolso” que puxa a palavra “Bolsonaro”, que, nesses três objetos, figura como alvo de denúncia/crítica/ironia – tanto a “Bolsonaro” quanto a “bolsonarismo”.

O filme de Silvio Tendler não se refere exclusivamente a Bolsonaro/bolsonarismo, porém, o interpreta, também, como locus príncipe a partir do qual a confusão/pane se instaura no seio da vida social brasileira, especialmente, porque, no filminário, pode-se ler, com base na análise do Desbolsonário, o bolsonarismo definido como “a ideologia comprometida com o acirramento do valor do capital, dos privilégios do mercado” e, por conseguinte, “a ideolo-

16 A canção pode ser apreciada em <https://www.youtube.com/watch?v=VeAgb8SPtLk>.

gia que promove o assassinato/a negociação da vida”. Assim, o fotograma 14, quando lido em relação a “essa ideologia bolsonarista”, indicia a significação da luta que se trava na sociedade brasileira contra o lugar de indignidade/vileza/desumanização no qual a vida é colocada/significada. Por isso, o fotograma (re)produz dizeres que exemplificam um modo de resistir a essa indignidade/vileza/desumanização, materializando uma posição contrária a “tal ideologia”: reivindicam vacina no braço, comida no prato, vacina para todos; reivindicam o fim do genocídio; reivindicam pão, auxílio, vacina, educação; reivindicam #forabolsonaro.

Considerações Finais

O gesto autoral que ressignificou o dicionário/glossário de Luisa S. Buarque de Holanda e Márcia Sá C. Schuback como Desbolsonário mostrou-se uma condição de leitura decisiva para que, em nossas experimentações analíticas, pudéssemos ressignificar o episódio Vagabundo como vlognário e o filme A bolsa ou a vida como filminário. Essa ressignificação passou a descrever como se dá, nesses objetos, a (re)atualização de certo funcionamento característico do instrumento linguístico dicionário/glossário, como havíamos hipotetizado. Essas experimentações analíticas nos mostraram que esse funcionamento restitui a esses objetos, como condição de leitura, algo da opacidade que lhes constitui e que os significa.

Explicitarmos esse funcionamento e seus efeitos não desopacifica a leitura, porque aquilo que se apresenta à leitura continua sendo linguagem; mas expõe o leitor ao efeito daí decorrente, que explicita como esses objetos encarnam a equivocidade própria à relação entre linguagem, história e sujeito. Esta equivocidade exposta ao leitor por meio dessas experimentações o situam relativamente à abertura do simbólico, logo, à deriva como mo(vi)mento irrevogável à significação: nos três objetos analisados, tal funcionamento sustenta o jogo que apresenta o sentido

como aquilo que (não) é – dicionário, #sqn.

É sobre essa equivocidade que os três objetos formulam denúncias, críticas e ironias, colocando em xeque certo movimento que procura historicizar como a sociedade brasileira atual deve/pode ser dita. Ou seja, ao questionarem esse modo de dizer a sociedade, (re)definindo-a, (re)descrevendo-a, ao modo de um dicionário/glossário, os enunciados definidores, ao colocarem em relação de equivalência $x = y$, dissimulam, como efeito, um processo de identificação que jamais será pleno (MARQUES NETO, 2011), ou seja, $x = y, y', y'' \dots$ (leia-se: uma dada palavra x equivale a uma palavra y , que equivale a outra palavra y' , que equivale, por sua vez, a outra palavra y'' , e assim por diante). Em outras palavras, essa relação de equivalência dissimula o que é próprio à significação, inclusive no âmbito de um instrumento linguístico, como o dicionário/glossário: uma palavra puxa outra, um sentido puxa outro, isto é, a significação é relação. (Ao retomarmos esse fundamento, lembramos uma imagem posta em sala de aula por Eni Orlandi – podemos pensar os sentidos como bolas de mato seco levadas/trazidas pelo vento nas várias direções possíveis, de modo surpreendente, imprevisível, errante. É nessa direção que podemos pensar o Desbolsonário, o vlognário e o filminário como gestos político-simbólicos que produzem, como efeito, uma escrita que formula outra articulação discursiva que (re)introduz no horizonte o sentido de esperança.)

As denúncias, críticas e ironias formuladas também por meio do funcionamento ao modo do dicionário/glossário indiciam como esses objetos materializam resistência ao status quo, rememorando que não há vida sem luta, como já dizia Gonçalves Dias (1851), “[...] a vida / É luta renhida: / Viver é lutar. / A vida é combate [...]”

Referências bibliográficas

- AUROUX, Sylvain. A revolução tecnológica da gramatização. 2ª. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009 [1992].
- AUROUX, Sylvain (Dir.). Histoire des idées linguistiques: L'hégémonie du comparatisme [Tome I]. Liege; Bruxelles: Mardaga, 1989.
- AUROUX, Sylvain; MAZIÈRE Francine. Introduction: hyperlangues, modèles de grammatisation, réduction et autonomisation des langues. Histoire Épistémologie Langage [numéro thématique: Hyperlangues et fabriques de langues], tome 28, fascicule 2, 7-17, 2006. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/hel_0750-8069_2006_num_28_2_2878. Acesso em 30 de março de 2022.
- BALDAIA, Fabio Peixoto Bastos; ARAÚJO, Tiago Medeiros; ARAÚJO, Sinval Silva de. Bolsonarism and deep Brazil: notes of an ongoing research. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 7, n. 12, p. 116154-116169, dec. 2021. Disponível em: <https://brazilian-journals.com/index.php/BRJD/article/download/41179/pdf>. Acesso em 30 de março de 2022.
- BOITO JR., Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. Crítica Marxista, n. 50, p. 111-119, 2020. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie2020_05_26_14_12_19.pdf. Acesso em 30 de março de 2022.
- BRANCO, Luiza K.C. A língua em além-mar: sentidos à deriva – o discurso da CPLP sobre língua portuguesa. Tese. Doutorado em Linguística. IEL/Unicamp, Campinas (SP), 2013.
- DIAS, Gonçalves. Canção do Tamoio. In: Últimos cantos. Poesias. Rio de Janeiro: Tipografia de F. de Paula Brito, 1851.
- FERNAUN; BOLZAN, E. Negocia [canção, versão remix de Jhonny Bolzan], 03min45seg, Paris: Believe Music; São Paulo: Mandril Audio, 2020. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=VeAgb8SPrLk>. Acesso em 30 de março de 2022.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.
- GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni P. Apresentação: identidade linguística. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni (Orgs.). Língua e cidadania: o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996. p. 9-15.
- HBO BRASIL. Vagabundo [episódio do talk show Greg News; apresentação de Gregório Duvivier, direção de Alessandra Orofino], 30min-29seg, São Paulo, 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=O07KW0l9xIQ>. Acesso em 30 de março de 2022.
- HOLANDA, Luisa S. Buarque de; SCHUBACK, Márcia Sá C. Desbolsonário de bolso. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2019. Disponível em: <https://zazie.com.br/wp-content/uploads/2021/05/DESBOLSONARIO-3.pdf>. Acesso em 30 de março de 2022.
- MARQUES NETO, Agostinho R. Os sonhos falam no presente do indicativo. In: MARIANI, B.; MEDEIROS, V.; DELA-SILVA, S. Discurso, arquivo e.... Rio de Janeiro: 7Letras, 2011. p. 22-37.
- MAZIÈRE, Francine. A análise do discurso, o político e a língua. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina L. (Orgs.). Memória e história da/na análise do discurso. Campinas: Mercado de Letras, 2011. p. 15-35.
- MAZIÈRE, Francine. O enunciado definidor: discurso e sintaxe. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). História e sentido na linguagem. Campinas: Pontes, 2008. p. 47-59.
- MAZIÈRE, Francine; COLLINOT, André. Un prêt à parler: le dictionnaire. Paris: PUF, 1997.
- NUNES, José Horta. A invenção do dicionário brasileiro: transferência tecnológica, discurso literário e sociedade. RAHL, v. 2, 159-172, 2013. Disponível em: <https://rahl.ar/index.php/rahl/article/view/71/107>. Acesso em 30 de março de 2022.

- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. Papel da memória. Trad. Bras. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.
- PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. Trad. brasileira. 2ª. ed. Campinas: Pontes, 1997.
- PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Bras. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- PETRI, Verli; MEDEIROS, Vanise. Da língua partida: nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros. Letras, Santa Maria, v. 23, n. 46, 43-66, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11725/7156>. Acesso em 30 de março de 2022.
- PODER360. Alguns não querem largar a velha política, diz Bolsonaro..., 23 de março de 2019, Portal Poder360 [Brasil], Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/alguns-nao-querem-largar-a-velha-politica-diz-bolsonaro/>. Acessado em 30 de março de 2022.
- RODRIGUES, Eduardo A.; AGUSTINI, Cármen; BRANCO, Luiza C. O luto como funcionamento de linguagem. Cad. Est. Ling., Campinas, v.63, p. 1-20, e021035, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/download/8665210/27601/113009>. Acesso em março de 2022.
- RODRIGUES, Eduardo A.; AGUSTINI, Cármen; BRANCO, Luiza C.; BARROS, Renata B. Isso é uma gripezinha - O Brasil em diminutivo. Revista da Abralín, v. 19, n. 3, p. 310-330, 2020. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1729/1899>. Acesso em 30 de março de 2022.
- SILVA SOBRINHO, José Simão da. Museu da Língua Portuguesa - instrumento linguístico em tempos da ideologia do lazer. Letras, Santa Maria, v. 23, n. 46, 307-315, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11736/7166>. Acesso em 30 de março de 2022.
- TENDLER, Silvio. A bolsa ou a vida: qual futuro queremos construir?, 01h42min26seg, Rio de Janeiro, Caliban, 2021. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=N2ERnOk57Z4>. Acesso em 30 de março de 2022.

Submissão: abril de 2022.

Aceite: junho de 2022.

DA LÍNGUA QUE SEMPRE VAI ONDE O DENTE DÓI: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DO PAR DE PALAVRAS PRESIDENTA/PRESIDENTE

Laís Virginia Alves Medeiros¹
Michel Marques de Faria²

Resumo: Este artigo, fundamentado na análise do discurso de linha materialista, analisa materiais que discutem o uso das palavras “presidenta” e/ou “presidente”. Partindo de um acontecimento que trouxe o debate à tona (a eleição de Dilma Rousseff à presidência do país), cotejamos diferentes materialidades que abordam a flexão de gênero em “presidenta”: uma coluna jornalística escrita de 2010, leis e pareceres da década de 1950 e um artigo de opinião com comentário publicado em 2015. A partir de análises ancoradas nas noções de formação discursiva, ideologia, juridismo, língua fluida e língua imaginária, concluímos que o debate a respeito desse par de palavras ultrapassa as esferas linguística e gramatical e permite circunscrever uma tomada de posição de cunho político. Nosso gesto de leitura aponta para a compreensão da inseparabilidade entre língua e político.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Presidenta. Língua fluida. Língua imaginária. Mulher na língua.

THE TONGUE FINDS THE ACHING TOOTH: A DISCURSIVE ANALYSIS OF THE “PRESIDENTA/PRESIDENTE” PAIR OF WORDS

Abstract: This article, based on the analysis of materialist discourse, analyzes materials that discuss the use of the words “presidenta” and/or “presidente”. Starting from an event that brought the debate to the fore (the election of Dilma Rousseff to the presidency of the country), we collate different materialities that approach the gender bending in “presidenta”: a journalistic column written in 2010, laws and opinions from the 1950s and an opinion article with commentary published in 2015. From analyzes anchored in the notions of discursive formation, ideology, legalism, fluid language and imaginary language, we conclude that the debate about this pair of words goes beyond the linguistic and grammatical spheres and allows circumscribe a political stance. Our reading gesture points to the understanding of the inseparability between language and politics.

Keywords: Discourse Analysis. “Presidenta”. Fluid language. Imaginary language. Woman in the language.

1 Doutoranda em Linguística (Unicamp). E-mail: lais.v.medeiros@gmail.com

2 Doutorando em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Bolsista CNPq. E-mail: michelmarques@id.uff.br

1. PALAVRAS INICIAIS

31/10/2010, aproximadamente 20h04min, 92,53% das urnas apuradas e algo dado como certo: o Brasil teria a primeira mulher, Dilma Vana Rousseff, a ocupar o mais alto cargo político: a Presidência da República. A confirmação ocorreria cerca de 9 minutos depois: às 20h13min, o então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Ricardo Lewandowski, anunciou oficialmente a vitória da candidata. Se política e socialmente a vitória de Dilma poderia representar uma conquista importante para as mulheres, linguisticamente era o prelúdio de debates que entrariam para a ordem do dia no que concerne à língua: deveríamos chamá-la de “a presidenta” ou “a presidente”?

Estamos diante de uma questão que, ainda hoje, passados mais de 10 anos após a eleição da primeira mulher para a Presidência do Brasil, não cessa de voltar. Se por um lado “a língua sempre vai onde o dente dói”, nos diz Pêcheux (2014 [1975]) – retomando Lênin – “para expressar que o retorno incessante a uma questão que incomoda indica que há “alguma coisa por trás”, confirmando a não-resolução da questão” (PÊCHEUX, 2014 [1975], p. 77), por outro lado a língua se coloca como uma questão de Estado (cf. GADET & PÊCHEUX, 2010 [1981]). Nesse sentido, o objetivo do presente artigo³ é analisar como, no decorrer de diferentes momentos históricos, o aparelho jurídico toma parte no debate a respeito da língua e, dessa forma, legitima efeitos de sentidos que, ao abordar questões gramaticais, trazem à tona disputas de sentidos sobre gênero e organização social. A discussão em torno do uso de “presidenta” ou “presidente”⁴, mais do que um sim-

ples emprego de uma palavra flexionada, serve de palco para uma disputa linguística, disputa de uma língua que constitui e atravessa sujeitos, língua que carrega marcas (e nos marca – enquanto sujeitos) da ideologia.

O percurso do presente texto é o de, inicialmente, trazer à baila o texto de José Sarney, publicado no jornal *Diário da Manhã* (GO). Com isso, lançaremos um gesto de leitura a um dos modos pelos quais o debate sobre as formas “presidenta” e “presidente” compareceu na sociedade. Em seguida, realizaremos um percurso de leitura na lei 2.749 de 1956. Por que voltar à década de 50? É compreensível que o debate acerca de formas femininas na língua tenha se ampliado a partir da eleição de Dilma Rousseff. Entretanto, em nossa história política-social a questão da língua comparece como uma questão de Estado e, assim, questões sobre a forma correta de nomear diferentes cargos públicos quando ocupados por mulheres já é objeto de debate desde o século anterior à referida eleição. Para isso, em nosso gesto de análise, articularemos alguns trechos dos pareceres emitidos durante a tramitação da referida lei no Congresso Nacional. Nessa toada, e para dar a saber das tensões e contradições que afetam e atravessam a língua, realizamos uma breve análise de um texto publicado em 2015 no site Jusbrasil. Todo esse percurso será realizado por um batimento entre teoria e análise para que possamos tecer conclusões provisoriamente finais, visto que se trata de uma problemática que não se esgota em nosso texto e que, certamente, não cessa de voltar.

2. A PRESIDENTA OU A PRESIDENTE?

A problemática de formas certas e erradas na língua é motivo de colunas jornalísticas e curiosidades linguísticas e se constitui como um

res, como em Dantas (2017) e Stauffer (2019). Aqui, no entanto, nosso objetivo é refletir o par de palavras à luz da análise de discurso materialista e colocando em cena questões sobre gênero e formulação de políticas linguísticas.

3 Uma primeira versão deste artigo foi elaborada no decorrer do curso de extensão “Gênero e políticas públicas: uma abordagem pela Análise do Discurso”, oferecido em 2020 pela Escola de Extensão da Unicamp, ocasião na qual contamos com a leitura da Profa. Dra. Raquel Noronha, a quem agradecemos pelas contribuições.

4 Importante dizer que não estamos diante de uma discussão inédita. Tal tema foi discutido em trabalhos anterior-

arenoso lugar de disputa. São formas, muitas vezes, vendidas como meras questões gramaticais, mas que se colocam como lugares incontornáveis para nos mostrar a potência da língua sendo atravessada pelo social. Nesse sentido, podemos dizer que a eleição de Dilma Rousseff trouxe (novamente, como veremos ao longo das análises) para a ordem do dia a disputa entre as formas “presidenta” e “presidente”. De um lado, temos aqueles que dizem a forma ser perfeitamente adequada para se referir a uma mulher que ocupasse o mais alto cargo do Poder Executivo. De outro lado, estão os que falam que se trata de uma “subversão” da língua, uma invenção (neologismo?), e que a forma correta seria presidente, bastando, assim, a inserção do artigo feminino “a” para dar conta de tal especificidade. Nesse caminho, o texto escrito pelo ex-presidente José Sarney, publicado no Diário da Manhã (GO) em 19/11/2010, disponível no site da Academia Brasileira de Letras⁵, parece nos indicar o tensionamento entre o par de palavras. Vejamos:

As palavras vivem e morrem. A língua está em constante transformação. Não é estática. A todo momento recebe as influências do cotidiano, surgindo novos vocábulos, neologismos que em geral vão buscar suas formas no modo de viver, nos costumes, no comunicar do povo. Said Ali, com sua grande autoridade, em seu “Dificuldades da Língua Portuguesa”, diz que “nem tudo quanto está nos clássicos é para se imitar”.

Agora estamos num dilema que envolve semântica e política. Como tratar a titular eleita da Presidência da República: presidente ou presidenta? Ambas as formas são corretas. Há uma regra antiga de que as palavras com os sufixos ente, ante e inte são comuns de dois gêneros e, assim, comportam o masculino e o feminino.

Exemplos: dirigente, despachante, ajudante, pe-

5 Disponível em: <<https://www.academia.org.br/artigos/presidenta-ou-presidente>>. Acesso em: 05 abr. 2022

dinte, atendente, viajante, estudante, comandante, governante...

Já governanta não é o feminino de governante, mas vem do francês “gouvernante”, e tem um significado próximo, mas limitado, discriminatório de gênero, de quem administra uma casa. Um trabalho que tende a desaparecer. Isso, contudo, não resolve as dúvidas. Nossos mais usados dicionários, o “Houaiss” e o “Aurélio”, aceitam a forma presidenta.

Presidenta, segundo o “Aurélio”, é “mulher que preside ou mulher de um presidente”, distinta de presidente, que é “pessoa que preside” ou “o presidente da República”. O “Houaiss” fala em “mulher que preside (algo)” ou “mulher que se elege para a presidência de um país” para definir presidenta e, para presidente, em «título oficial do chefe do governo no regime presidencialista» -substantivo de dois gêneros. A forma tradicional, comum de dois gêneros, não tem nenhum sentido discriminatório. Mas presidenta tem mais um peso político que linguístico.

A Folha de São Paulo já optou por chamar de presidente, deixando de lado a forma presidenta. Seguiu a regra da Academia Francesa: “Madame le Président”. Mas a questão é de uma escolha pessoal da senhora Dilma Rousseff. Ela é que vai dizer como quer ser tratada e naturalmente vai considerar o aspecto político.

Sempre achei que o fato de ser mulher não conseguiria estabelecer uma ligação entre a candidata (Vieira usava pretensor) e as eleitoras. Já no governo vamos ter uma valorização da mulher, e esse vínculo de solidariedade vai surgir com força, a começar pelo modo de tratamento presidenta. O que houve de revolucionário é que o Brasil elegeu uma mulher, após um torneio mecânico. Português e semântica à parte, essa dúvida é prova de uma democracia de oportunidades que envaidece o país: as mulheres com tudo. (SARNEY, 2010).

Logo de início, o texto de Sarney nos diz que “as palavras vivem e morrem. A língua está em constante transformação. Não é estática”. Ao que nos consta, trata-se do delineamento de uma tomada de posição que reconhece a fluidez da língua. No entanto, o autor não se posicionará (ao menos não de forma explícita) nesse sentido. O que veremos é que ele apresentará a escolha entre as formas “presidenta” e “presidente” como um dilema e, nesse sentido, se trata de uma questão que envolve semântica e política. Assim, Sarney nos trará, ainda que de forma simples, os dois movimentos de tomada de posição diante da possibilidade de flexão de gênero no par de palavras apresentado. Esses dois movimentos podem ser compreendidos a partir dos seguintes recortes:

Recorte 1	Recorte 2
Há uma regra antiga de que as palavras com os sufixos ente, ante e inte são comuns de dois gêneros e, assim, comportam o masculino e o feminino. Exemplos: dirigente, despachante, ajudante, pedinte, atendente, viajante, estudante, comandante, governante...	Já governanta não é o feminino de governante, mas vem do francês “gouvernante”, e tem um significado próximo, mas limitado, discriminatório de gênero, de quem administra uma casa. Um trabalho que tende a desaparecer. Isso, contudo, não resolve as dúvidas. Nossos mais usados dicionários, o “Houaiss” e o “Aurélio”, aceitam a forma presidenta.

No recorte 1, vemos a existência da defesa de um saber estritamente gramatical, que, ao sustentar a existência de uma regra que indica o substantivo “presidente” como comum de dois gêneros, permite que ele seja utilizado para se referir a mulheres que exerçam a presidência. Esse saber de ordem gramatical é corroborado com a presença dos exemplos que seguem: dirigente, despachante, ajudante, pedinte, atendente, viajante, estudante, comandante, governante. Todos os vocábulos, em uma ordem gramatical, funcionam como substantivos comum de dois gêneros e, assim, marca-se a flexão pela inserção do artigo a/o diante deles. Tais palavras funcio-

nam na esteira da exemplificação de tal “regra antiga”. Com isso, para que não fique dúvidas ao leitor, o autor recorre a um contra-exemplo. É o que vemos no primeiro período do recorte 2. Buscando corroborar tal regra, o autor traz o (contra)-exemplo do vocábulo governanta, no qual, se a flexão ocorrer de forma morfológica (ou seja, na estrutura da palavra), somos levados a um outro funcionamento. Interessante, no entanto, que o autor reconhece (no recorte 2) que tal regra (somada a tais exemplos) não resolve as dúvidas que porventura surjam. Daí, ele reconhecer que “Nossos mais usados dicionários, o “Houaiss” e o “Aurélio”, aceitam a forma presidenta”.

Ora, tal reconhecimento nos conduz a um outro movimento que é visto a partir de novos recortes. Observamos, por ora, o recorte 3.

Recorte 3
Presidenta, segundo o “Aurélio”, é “mulher que preside ou mulher de um presidente”, distinta de presidente, que é “pessoa que preside” ou “o presidente da República”. O “Houaiss” fala em “mulher que preside (algo)” ou “mulher que se elege para a presidência de um país” para definir presidenta e, para presidente, em “título oficial do chefe do governo no regime presidencialista” -substantivo de dois gêneros. A forma tradicional, comum de dois gêneros, não tem nenhum sentido discriminatório. Mas presidenta tem mais um peso político que linguístico.

Nele, temos o saber de ordem gramatical que não se limita às regras postuladas na gramática. A partir de uma referenciação a dois dicionários, instaura-se um ponto de tensão entre as recomendações e proibições de diferentes instrumentos linguísticos⁶. É interessante observar

6 A partir de Auroux (2014), compreendemos instrumentos linguísticos como gramáticas e dicionário na medida em que são responsáveis por “engendrar/decompor enunciados” (AUROUX, 2014, p. 72) na língua imaginária, tornando-a, então, representável. No entanto, é importante salientar que “não apenas gramáticas e dicionários são considerados como instrumentos linguísticos. Pensando a HIL no Brasil, fazem parte dessa instrumentação as gramáticas, os dicionários, as obras literárias, os manuais, os programas de ensinos e as leis que tratam sobre a língua. Os instrumentos linguísticos estão em re-

as entradas dos dicionários aportada por Sarney:

Aurélio	Houaiss
Presidenta	
“mulher que preside ou mulher de um presidente”	“mulher que preside (algo)” ou “mulher que se elege para a presidência de um país”
Presidente	
“pessoa que preside” ou “o presidente da República”	“título oficial do chefe do governo no regime presidencialista” -substantivo de dois gêneros

Observamos que nos recortes dos dicionários apresentados por Sarney, os vocábulos “presidenta” e “presidente” parecem estar em uma possível intercambialidade. Por que possível intercambialidade? Em um gesto de leitura, compreendemos que tomar presidenta como “mulher que preside”/“mulher que preside (algo)” pode parecer deslizar para indicar a presidência de um país. Esse deslizamento, no entanto, parece ser interditado por um vazio na sintaxe, no caso do Aurélio, ou por uma exclusão indicada pela conjunção *ou*, no caso do Houaiss. No caso do Aurélio, o vazio na sintaxe possibilita um equívoco e suspende o que se preside. Dizer “mulher que preside” pode significar diferentemente de “mulher que preside um país”, por exemplo. Esse vazio na sintaxe parece funcionar nos termos do que Haroche (2016) formulou como *elipse*, de um ponto de vista discursivo. Para a autora,

a elipse coloca, de modo crucial, o problema de uma teoria da articulação da gramática com seu exterior. Enunciado formalmente incompleto, mas em que a linguística pressupõe o caráter completo do ponto de vista do sentido, a elipse é o lugar onde se encontram, inevitavelmente, o linguístico e o extralinguístico, formalismo e ideologia, língua e história. (pp. 239-240)

Em outro texto, Haroche (1992 [1984]) nos lembra que “a gramática se esforça em reafirmar o caráter ‘linear’ do discurso e da frase, delimitando tacitamente seu funcionamento global

lação indissociável entre a história, a ideologia e o político” (FARIA, 2021, p. 33).

pela *elipse*, concebida como uma falta necessária e a *incisa* como um acréscimo contingente” (p. 116, *itálicos* da autora). Essa constatação leva a autora a formular que a *elipse* e a *incisa* constituem-se como “lugar onde se exprime a ‘liberdade’ do sujeito, e as zonas de obscuridade e de ambiguidade necessárias à liberdade” (*ibidem*)⁷. Ora, o que veremos adiante com nossa análise, é que, discursivamente, essa liberdade do sujeito é uma ilusão.

Já no Houaiss, a interdição se dá pela conjunção *ou*. Para a compreensão dessa exclusão, observemos que, em “presidente”, o mesmo dicionário indica que seja o “título oficial do chefe do governo no regime presidencialista”. Ora, vemos que essa conjunção possibilita uma leitura de que *presidenta* é, tão somente, a “mulher que se elege para a presidência de um país”, mas que o título oficial se dá pelo uso de “presidente”.

Para além disso, não se pode deixar de destacar que o Houaiss indica, para a forma *presidente*, que este é um “substantivo de dois gêneros”. É pelo fato de o dicionário, enquanto instrumento linguístico, abonar uma forma que pode ser utilizada para o gênero masculino e o gênero feminino que, em seguida, Sarney escreve ao leitor que “a forma tradicional, comum de dois gêneros, não tem nenhum sentido discriminatório”. Assim, na medida em que há instrumentos linguísticos (os dicionários referidos por Sarney) que reconhecem a forma *presidenta*, enquanto outros instrumentos linguísticos postulam a regra do substantivo comum de dois gêneros, a utilização de “*presidenta*” ou de “*presidente*” parece ficar à “escolha” do falante. Não apenas dos falantes, mas também dos veículos midiáticos. Nesse sentido, vejamos o recorte 4:

⁷ Por questões de espaço, e levando em consideração o escopo do trabalho, não será possível aprofundar-nos nas teorizações de Haroche (1992; 2016) acerca do funcionamento discursivo da *elipse* e da *incisa*. No entanto, parece-nos importante pontuar que a autora indicará que, discursivamente, a *elipse* e a *incisa* possuem um duplo funcionamento, podendo indicar uma falta ou um excesso. Tal funcionamento, no entanto, não se dá a priori.

A Folha de São Paulo já optou por chamar de presidente, deixando de lado a forma presidenta. Seguiu a regra da Academia Francesa: “Madame le Président”. Mas a questão é de uma escolha pessoal da senhora Dilma Rousseff. Ela é que vai dizer como quer ser tratada e naturalmente vai considerar o aspecto político.

Estamos diante de uma escolha que, de um ponto de vista materialista, entendemos como não voluntarista. Pêcheux (1995 [1975]) explica essa “escolha” a partir do funcionamento dos esquecimentos. O filósofo francês formula dois esquecimentos: o número 2 e o número 1. Sobre o esquecimento nº2, temos que é um esquecimento

pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e sequências que nela se encontram em relação de paráfrase - um enunciado, formas ou sequência, e não um outro, que, no entanto, está no campo daquilo que poderia reformulá-lo na formação discursiva considerada. (p. 173, itálicos do autor)

Esse esquecimento é, pois, a ilusão de um sujeito que tudo pode e que tudo diz. Em outras palavras, e ainda com Pêcheux (1995, p. 175, itálicos do autor), temos que o esquecimento número 2 é o que “cobre exatamente o funcionamento do sujeito do discurso na formação discursiva que o domina, e que é aí, precisamente, que se apoia sua ‘liberdade’ de sujeito-falante”. O ponto fulcral na compreensão dessa forma de esquecimento é que essa “escolha” e/ou “liberdade” do que Pêcheux chama de sujeito-falante não se dá de forma livre. É apenas um efeito. Isso nos leva, então, a pensar no esquecimento número 1. Trata-se do esquecimento que “dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina” (PÊCHEUX, 1995 [1975], p. 173). É o que Orlandi (2013 [1999]) chama de sonho adâmico. A ilusão de o

sujeito ser a origem de seu dizer.

Ao pensar nessa “possibilidade” de escolha por parte do falante, não podemos deixar de pensar também no efeito da forma-sujeito do discurso que Pêcheux (1995 [1975]) diz ser

o de mascarar o objeto daquilo que chamamos de esquecimento nº 1, pelo viés do funcionamento do esquecimento nº 2. Assim, o espaço de reformulação-paráfrase que caracteriza uma formação discursiva dada aparece como lugar de constituição do que chamamos o imaginário linguístico (corpo verbal). (p. 177, itálicos do autor)

Para a análise que temos empreendido até aqui, gostaríamos de reter três pontos da formulação de Pêcheux (1995 [1975]). Trata-se, pois, de pontos que estão articulados na constituição de uma teoria discursiva de base materialista. Interessa pensar, inicialmente, que quando pensamos no falante (e na instituição midiática) que faz uma “escolha”, estamos trabalhando no funcionamento do esquecimento nº 2. Tanto esse quanto o esquecimento nº 1 não se fazem fora de uma dada *formação discursiva*. Entende-se por *formação discursiva* como aquilo

que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam [...] as palavras “mudam de sentido” ao passar de uma formação discursiva a outra. (HAROCHE, PÊCHEUX & HENRY, 2020 [1971], p. 34)

É mister lembrar que aquilo que é dito se insere em uma determinada formação discursiva, fazendo com que signifique de forma diferente. Coloca-se como importante lembrar que pensar nas formações discursivas não é pensar em blocos discursivos fechados – que dão uma aparência de homogeneização. As formações discursivas não são homogêneas. Pelo contrário,

elas são dotadas “de fronteiras bastante porosas que permitem, em determinadas condições, a entrada de certos saberes que lhe eram alheios em um outro momento” (INDURSKY, 2020, p. 313). Mais à frente retornaremos ao funcionamento das formações discursivas. O que parece importante dizer nesse momento, em especial pelos recortes 1, 2 e 3, apresentados anteriormente, é que o texto de Sarney, para significar, inscreve-se em uma formação discursiva que diz respeito a um discurso de ordem gramatical. No entanto, ao jogar para o falante a “possibilidade” de escolher uma forma em detrimento da outra, ou, ainda, ao indicar a “escolha” feita pela Folha de São Paulo, vemos trabalhar as fissuras, a porosidade que constitui as formações discursivas e, assim, temos outros dizeres/saberes trabalhando no processo de significação.

Nesse ponto, gostaríamos de reter uma terceira questão aportada por Pêcheux (1995 [1975]). Ela diz respeito ao imaginário linguístico que, para o autor francês,

deveriam, sem dúvida, ser relacionadas também as ‘evidências’ lexicais inscritas na estrutura da língua, levando-se em conta que as equivalências lexicalizadas entre substituíveis resultam, de fato, do esquecimento (de tipo 1) do discurso-transverso que as une, de modo que essas equivalências aparecem, no que chamamos o imaginário linguístico, como o simples efeito das propriedades lexicais, evidentes em sua eternidade. Isso marca - parece-nos - a ascendência dos processos ideológicos-discursivos sobre o sistema da língua e o limite de autonomia, historicamente variável, desse sistema. (PÊCHEUX, 1995 [1975])

Se há, pois, um imaginário linguístico que circula no texto aportado e traz “evidências” lexicais inscritas na estrutura da língua, e falamos de “evidências” que dizem respeito à “possibilidade” de uma escolha em detrimento de outra, não podemos deixar de desconsiderar, com Pêcheux (1995 [1975]) que tal evidência, tal “escolha”, marca, pois, os processos ideológicos-discursivos sobre o sistema da língua. Se

há “escolha”, ela não se dá fora dos processos ideológicos-discursivos.

Nesse ponto, não podemos deixar de citar Althusser. Os escritos de Althusser são (uma das) leituras capitais de Michel Pêcheux. E em Althusser podemos compreender o funcionamento da ideologia. Nesse sentido, o autor defende que “a ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência” (ALTHUSSER, 2013, p.126). Para isso, dirá que “o que é representado na ideologia, portanto, não é o sistema das relações reais que regem a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais em que vivem” (ALTHUSSER, 2013, p.128). É, então, a ideologia quem produz e impõe evidências ao sujeito. No caso do texto apresentado, o efeito ideológico faz funcionar uma ideia de escolha isenta. Ou, nas palavras de Sarney, uma escolha que faz funcionar que “a forma tradicional, comum de dois gêneros, não tem nenhum sentido discriminatório”.

Ainda em Althusser (2013), temos que a ideologia tem uma existência material e ela tem existência, pois “existe sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas. Essa existência é material” (ALTHUSSER, 2013, p.129). Para o autor, a existência material se dá no que ele chamará de Aparelho do Estado. Tais aparelhos podem ser de duas ordens: os Aparelhos Repressores do Estado (ARE) e os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). No presente texto, importa considerarmos os AIE que são os que funcionam

[...] maciça e predominantemente pela ideologia, mas também funcionam secundariamente pela repressão, ainda que, no limite, mas somente no limite, esta seja muito atenuada e escondida, até mesmo simbólica. (Não há algo que se possa chamar de aparelho puramente ideológico). Assim, as escolas e igrejas dispõem de métodos adequados de punição, expulsão, seleção, etc., para “disciplinar” não apenas seus pastores, mas também seus rebanhos. O mesmo se aplica à família... E o mesmo se aplica ao

No caso dos AIE, temos que os veículos midiáticos também atuam como aparelhos ideológicos. Se, conforme vemos em Sarney, “a Folha de São Paulo já optou por chamar de presidente, deixando de lado a forma presidenta”, não podemos desconsiderar que se trata de uma opção que, por si só, é ideológica. Escolha que (também) é fruto do esquecimento número 2. Não gratuitamente, linhas acima, o autor formula “a forma tradicional, comum de dois gêneros, não tem nenhum sentido discriminatório”. Nesse sentido, podemos compreender que a utilização de “presidenta” ou de “presidente” diz respeito a uma tomada de posição que se dá pela palavra. Essa compreensão deriva da articulação que fizemos entre teoria e análise em leitura de diferentes materiais que buscam determinar a forma correta de se referir a mulheres quando ocupando espaços de poder. Esses materiais demonstram que a discussão atravessa décadas sem possibilidade de consenso. São os movimentos de análise desses materiais que apresentaremos na próxima seção.

Contudo, antes de finalizar a presente seção, gostaríamos de tecer uma última (e breve) consideração sobre o texto de Sarney. Vemos, ao final dos recortes 3 e 4, respectivamente, as seguintes questões:

“mas presidenta tem mais um peso político que linguístico”.

“Ela [Dilma] é que vai dizer como quer ser tratada e naturalmente vai considerar o aspecto político”

Vemos que há, pois, uma tentativa de separar o político do linguístico. Ao indicar que a forma presidenta possui mais peso político que linguístico e que Dilma, ao optar por uma

forma em detrimento de outra, vai considerar o aspecto político, há aí um imaginário que diz sobre escolhas em relação à língua: é como se escolhas políticas (e, por isso, também ideológicas) não perpassassem pela língua. Desconsidera-se que, e aqui retomamos Orlandi (2007, p. 8), a língua é um “corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica”. Nessas searas, a compreensão de tal questão está para além do saber gramatical. Para além de uma questão linguística (de língua?), temos posta uma questão que permite a compreensão de um dos modos como a língua se coloca como uma questão de Estado (nos termos de Gadet e Pêcheux, 2010 [1981]). O que podemos compreender é que tal problemática é uma disputa linguística, política e social.

3. UM GESTO DE LEITURA DA LEI 2.749/56

O texto de Sarney analisado na seção anterior data de 2010 e, embora mencione gramáticas e dicionários, não apresenta referências temporais que nos permitam contextualizar a discussão gramatical acerca de “presidenta” nos instrumentos linguísticos. Considerando que Dilma Rousseff, no Brasil, foi a primeira mulher eleita para o cargo da presidência da nação, é compreensível que o debate tenha se ampliado a partir desse acontecimento. No entanto, a forma correta de nomear diferentes cargos públicos quando ocupados por mulheres já é objeto de debate desde o século anterior à referida eleição. É para um outro momento desse debate que voltamos nosso olhar agora, procurando compreender, de um ponto de vista analítico, como os sentidos sobre “presidenta” (e demais referentes) se atualizam entre a repetição do mesmo e a irrupção do novo⁸.

8 Fazemos referência, aqui, à distinção teórica entre paráfrase e polissemia. Conforme Orlandi (2013 [1999]), enquanto a paráfrase diz respeito àquilo que se mantém entre os dizeres, permitindo a estabilização, a polissemia diz respeito ao deslocamento, à possibilidade de irrupção de novos sentidos diante dos já estabilizados.

Começamos nosso percurso analítico pela Lei 2.749. Publicada em 1956, ela objetiva dar “norma ao gênero dos nomes designativos das funções públicas” (BRASIL, 1956). No gesto de leitura da referida lei, também articulamos trechos dos pareceres emitidos durante a respectiva tramitação no Congresso Nacional.

Quando falamos em leis que regulam a língua, adentramos um tópico abordado pela teoria das políticas linguísticas. Tal campo de estudos, segundo Sousa e Soares (2014), volta seu olhar para os diferentes modos como a língua é praticada, quais crenças circulam a seu respeito e como as diferentes formas de gestão estabelecem sua normatização.

essas dimensões foram categorizadas por Bonacina-Pugh (2012) como políticas linguísticas praticadas (para se referir a dimensão das práticas), políticas linguísticas percebidas (para se referir a dimensão das crenças) e políticas linguísticas declaradas (para se referir a dimensão da gestão). (SOUSA, SOARES, 2014, p.103)

Desde a perspectiva teórica adotada neste artigo, entendemos que as divisões não funcionam de modo tão estanque e que o funcionamento da língua, quando atravessado por normas e decretos, remete à distinção estabelecida por Orlandi (2009) entre língua imaginária e língua fluida. Nas palavras da autora, “a língua imaginária é a língua sistema, a que os analistas fixam em suas regras e fórmulas, em suas sistematizações, são artefatos (simulacros) que os analistas de linguagem têm produzido ao longo de sua história e que impregnam o imaginário dos sujeitos na sua relação com a língua” (ORLANDI, 2009, p. 18). Nesse sentido, compreendemos que muitas das normas que buscam estabelecer o que é certo e errado na língua estão fundamentadas nessa língua imaginária, que não corresponde de forma simétrica à língua em uso. Esta última pode ser mais bem compreendida a partir da definição de Orlandi (2009, p. 18) para a língua fluida: “a língua movimento,

mudança contínua, a que não pode ser contida em arcabouços e fórmulas, não se deixa imobilizar, a que vai além das normas”.

É na relação entre essas duas línguas, portanto, que se localiza o debate que trazemos para análise. Como primeiro material, trazemos a Lei 2.749 de 1956, que visa normatizar o gênero nos nomes designativos daqueles que ocupam funções públicas. Ela apresenta três artigos, a saber:

Art. 1º Será invariavelmente observada a seguinte norma no emprêgo oficial de nome designativo de cargo público:

“O gênero gramatical dêsse nome, em seu natural acolhimento ao sexo do funcionário a quem se refira, tem que obedecer aos tradicionais preceitos pertinentes ao assunto e consagrados na lexeologia do idioma. Devem portanto, acompanhá-lo neste particular, se forem genêricamente variáveis, assumindo, conforme o caso, eleição masculina ou feminina, quaisquer adjetivos ou expressões pronominais sintaticamente relacionadas com o dito nome”.

Art. 2º A regra acima exposta destina-se por natureza as repartições da União Federal, sendo extensiva às autarquias e a todo serviço cuja manutenção dependa, totalmente ou em parte, do Tesouro Nacional.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. (BRASIL, 1956)

Nossa atenção se volta para o artigo 1º. Nele, dita-se que o emprego oficial do nome designativo de cargo público se dará por meio do gênero gramatical e deve seguir os preceitos gramaticais que se consagraram na lexeologia do idioma. Nesse sentido, se forem variáveis, devem assumir, conforme o caso, a forma masculina ou a forma feminina. Para ampliar a compreensão

da redação do presente artigo, apresentamos o parecer 54 de 1955 da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal. Nas primeiras linhas do referido parecer, consta que:

Merece aprovado o projeto de n.º 11, de 1954. Justificou-o magistralmente o seu autor, o eminente Senador Mozart Lago, a cujo espírito lúcido não escapam já não dizemos subtilezas de linguagem senão que as lidimas formas de nosso dizer escoreito. Sempre nos surpreendeu aqui, na Capital Federal, o masculinizar de designação conferida à mulher no exercício de cargos público. Lê-se o deputado Ivete Vargas, o escrivão Beltrana de tal, o jurado, Fulana, o taquigrafo Sicrana. No interior, ao que nos parece, de há muito se eliminou tal solecismo, tal erro de gramática. Em Goiás, v. g., se elegeu e reelegeu distinta senhora à assembléia Legislativa; e natural, rigorosa, portuguêsmente se chama à legisladora goiana deputada Berenice Teixeira.

Observa-se, a partir da exemplificação aportada acima, que ele parece caminhar para a sustentação do que nos diz o artigo 1º da lei de 1956: quando possível, respeitando os preceitos tradicionais, deve-se flexionar em masculino ou feminino a designação daquele que ocupa cargo público. Assim, se causava surpresa, na Capital Federal, o fato de ocorrer o emprego da forma deputado Ivete Vargas, ao invés de deputada Ivete Vargas, a referida lei busca “corrigir” tal questão. Vê-se, ainda, que o emprego da forma masculina ao designar mulheres ocupantes dos cargos é apontado, no parecer, como um solecismo, como um erro gramatical. De um ponto de vista discursivo, podemos identificar um atrito entre as línguas imaginária e fluida: diante do movimento da língua fluida, a permanência da designação masculina para se referir a profissionais mulheres é algo que causa surpresa, e deve ser modificado a partir do poder e da legitimidade da língua imaginária - regulando por lei uma modificação motivada pela impressão de estranheza dos falantes.

A (tentativa de) regulação da língua por leis e decretos nos remete às reflexões de Lagazzi

(1988) sobre o juridismo: trata-se da inscrição do funcionamento do jurídico, com a desigualdade de poderes que lhe é própria, também nas relações pessoais, que, a princípio, não seriam necessariamente regidas por leis. Nas palavras da autora:

Essas relações hierarquizadas e autoritárias de comando-obediência, presentes nas mais diversas situações e diferentes contextos sociais, levam as pessoas a se relacionarem dentro de uma esfera de tensão, permeada por direitos e deveres, responsabilidades, cobranças e justificativas. Temos, assim, um juridismo inscrito nas relações pessoais. (LAGAZZI, 1988, p. 21)

Ainda que nosso objeto de análise não seja um recorte dos discursos que circulam nas relações pessoais, destacamos da reflexão da autora o atravessamento constante das relações desiguais de poder. Relacionamos essa desigualdade à tensão entre língua imaginária e língua fluida: no texto das leis, o que vemos funcionar é uma predominância da língua imaginária, que legitima como se deve falar uma língua que, em tese, seria comum a todos - mesmo àqueles que não têm acesso às regras postuladas por gramáticas, leis e decretos. Se Lagazzi (1988) reflete sobre a desigualdade de poder inscrita nas relações pessoais, propomos pensar essa desigualdade marcada na divisão entre a língua fluida e a língua imaginária⁹.

A tensão entre essas línguas nos remete novamente à noção de formação discursiva anteriormente referida. Quando pensamos na normatização da língua por leis e decretos, na mobilização de diferentes palavras para os mesmos referentes, identificamos um movimento de restrição e autorização não apenas sobre o que pode e deve ser dito, mas também sobre o

9 É interessante destacar que Orlandi (2009), ao contextualizar a observação que a conduziu a essa categorização de língua fluida e língua imaginária, exemplifica essa divisão a partir de uma relação posta numa comunidade indígena entre o pastor, que “guarda a língua estável, a normatizada, a que tem unidade”, e a população, que “já falam uma língua que não tem essa unidade ‘original’”, de onde se conclui que “quem ‘sabe’ a língua é o pastor”.

como se diz.¹⁰ Nesse sentido, é o saber gramatical que parece traçar os limites de como dizer o que pode e deve ser dito; no que se refere à lei em análise, para não cometer “erros de gramática”, é necessário fazer a flexão de gênero para se referir à mulher que ocupa cargo público. Uma consequência possível desse parecer e dos saberes que o sustentam seria, portanto, a flexão de gênero extensiva a todos os cargos públicos. A continuidade do parecer, no entanto, desvia dessa possível conclusão, como segue:

De uma feita buscaram ouvir a Mario Barreto, conhecedor profundo, que era, de nossa língua e a quem tanto respeitava Rui Barbosa (cf. “Revista de Língua Portuguesa”, 15 pág. 125), pois se lhe dizia leitor assíduo e um das que lhe acatavam as lições sadias; de uma feita, consulta Mario Barreto sobre o emprêgo da voz juiz aplicada à mulher, dest’arte respondeu: “... antigamente o substantivo juiz, do mesmo modo que em latim, servia para ambas os gêneros. Mas hoje - criação da analogia - essa filha do instinto natural da imitação, princípio que exerce influência larga e fecunda na fonética, na morfologia, na sintaxe, no sentido das palavras e, digamo-lo de uma vez, em todo o domínio da linguagem, diz-se o feminino juíza”. Lá está em “Novos Estudos da Língua Portuguesa”, .1. ed., pág. 73, o parecer do mestre.(...)

em obra posterior, nos “Fatos da Língua Portuguesa”, pág. 203, ao comentar um passo da “História de S. Domingos” de Frei Luis de Souza, deixou cair Mario Barreto dos bicos de sua pena de ouro: “O famigerado cronista da ordem dominicana empregou a palavra presidente como comum aos dois gêneros. Hoje por analogia, com os biformes em o, a, dá-se a fôrma feminina a alguns dêsses vocábulos, primitivamente uniformes, terminados em nte, na sua maioria derivados verbais, participios ativos que fazem de nomes e adjetivos. Dissentimos em que a uma senhora se lhe chame presidenta por seu esposo exercer a presidência de uma instituição. Em nosso país, quando a esposa do Presidente da República concorre a uma festa, ninguém diz: assistiu

a presidenta, mas sim a esposa do Sr. Presidente da República. Presidenta, é tôda mulher que preside, seja ou não casada e seja ou não presidente o seu esposo”. Bem sabemos que, bastas vezes e merce da eufonia, deve preferir-se, quanto a vocábulos de sufixação ante, ente, inte, o comum aos dois gêneros, visto como, na prática, desaparece a necessidade de se distinguirem os sexos; e, quando há mistér disso, dessa necessidade, antepõe-se aos ditos vocábulos os artigos o, a, os demonstrativos este, esta, esse, essa. aquele, aquela e os possessivos meu, minha.

Destacamos da sequência desse parecer a referência a duas autorias compreendidas, cada qual a seu modo, como autoridades no que diz respeito a língua e gramática. Mario Barreto, descrito como “conhecedor profundo” da língua, e Rui Barbosa, cujo reconhecimento legitima a autoridade atribuída a Barreto. São as produções de Barreto que são citadas como referências para a argumentação apresentada no parecer, que, em sua extensão, é todo apoiado em um discurso que recorre à legitimidade conferida pelo conhecimento gramatical. No recorte selecionado, o parecer aponta a possibilidade de, por analogia, tal como ocorre nos biformes com terminação em -o e -a, ocorrer o emprego feminino aos vocábulos uniformes terminados em -nte. Tal possibilidade é apresentada como uma citação da obra de Barreto. Todavia, o comentário apresentado na sequência da citação constrói sentidos que apontam para uma outra direção: sob a justificativa da eufonia, a possibilidade de flexão é preterida pela manutenção do substantivo comum de dois gêneros, restringindo a identificação do feminino ao uso dos pronomes. Não se nega que ocorra o surgimento de inúmeras formas femininas na língua, formas essas que, como o próprio parecer afirma, se dão em função da ascensão feminina aos cargos antes não ocupados, mas, ao mesmo tempo, busca-se deslegitimar determinadas formas, como, por exemplo, o uso de presidenta.

Enquanto a referência adotada para o assunto afirma que “presidenta é toda mulher que

10 Uma análise que apresenta essa distinção pode ser encontrada em Medeiros (2016), que reflete sobre a linguagem inclusiva de gênero em diferentes materialidades.

preside”, sem apresentar adendos a essa flexão, o comentário à citação marca um posicionamento divergente, circunscrevendo uma possível mudança de posição de sujeito dentro dessa Formação Discursiva traçada pelo conhecimento das regras gramaticais. As regras existem, mas a flexibilidade que lhes é própria é mobilizada diferentemente a depender do posicionamento daquele que procura compreendê-las, aplicá-las e explicá-las. E é nesse ponto que entendemos a “escolha” (sempre considerando o funcionamento do esquecimento nº 2, acima referido) por certa palavra do par “presidenta/presidente” como uma tomada de posição que ultrapassa os saberes gramaticais.

Daltoé (2011), em sua tese de doutorado, analisa como as metáforas do então presidente Lula movimentavam sentidos para a língua política. Uma das conclusões da autora, diante das diferentes reações às falas do presidente, é que as questões gramaticais não eram de fato o foco dessas reações, mas um meio possível por onde o verdadeiro incômodo podia eclodir. Nas palavras da autora:

vimos que todos estes efeitos, na verdade, se apresentam como sintomas de uma questão bem mais complexa do que o fato de Lula macular ou não as regras gramaticais; representa, antes, um modo de silenciar a rejeição a um Presidente sem estudo, que vai romper com a tradição da elite no poder. (DALTOÉ, 2011, p. 205)

Aproximando a reflexão da autora à que apresentamos aqui, entendemos que a “eufonia” e demais justificativas que interditam o uso de “presidenta” são também sintomas de uma questão complexa, que diz respeito aos papéis permitidos à mulher na sociedade, no mercado de trabalho e na vida política, questões que se entrelaçam quando falamos do cargo de presidência. Observemos um outro trecho do parecer citado anteriormente:

E’ do Professor Silva Correia: “Nos últimos tempos tem surgido numerosas formas femininas, que a língua de épocas não distantes desconhece - e que são como que o reflexo filológico do progresso masculinístico da mulher - hoje com franco acesso a carreiras liberais, de onde outrora era sistematicamente excluída

Se é bem verdade que a língua sempre vai lá onde o dente dói, o parecer nos dá a saber os incômodos¹¹ que marcam uma discussão a ponto de ser necessário legislar na/com a/sobre a língua. O que incomoda são as formas femininas, a mulher na língua, fruto do “reflexo filológico do progresso masculinístico da mulher”¹². Se à época da lei analisada estávamos muito distantes, no Brasil¹³, de vermos uma

11 A noção de incômodo é abordada de um ponto de vista discursivo também por Fátima (2020).

12 Agradecemos a preciosidade dessa formulação a leitura atenta e refinada que Phellipe Marcel da Silva Esteves (UFF) realizou de uma primeira versão, um tanto embrionária e totalmente modificada, do texto em tela.

13 A década de 50 do século XX é um momento de grandes movimentações políticas no Brasil. Temos o retorno e suicídio de Getúlio Vargas, o mandato de Dutra e o governo JK. Para Fausto (1995), este último pode ser considerado de estabilidade política. No entanto, se pensarmos os movimentos linguísticos e, portanto, as políticas linguísticas, temos um momento de grande movimentação. Sobre isso, Mariani e Medeiros (2010, p. 10) descrevem que “nos anos 50 do século XX, mais especificamente durante o governo de Juscelino Kubitschek, pode-se observar esse funcionamento político do simbólico em termos de conflitos sobre a língua nacional e, ao mesmo tempo, podem ser depreendidas formas de inscrição de políticas linguísticas nas práticas discursivas de intelectuais, gramáticos, linguistas e escritores. Como em tantos outros momentos peculiares, na história da língua portuguesa no Brasil, estavam em jogo processos discursivos de significação da identidade da língua falada no Brasil como língua nacional. Ao mesmo tempo, estava em jogo também a construção de imagens da sociedade nacional”. Ademais, não se pode deixar de citar a instituição da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), a partir da portaria 36, de janeiro de 1959. Sobre a NGB, Baldini (2009) nos lembra que a NGB institui no campo do saber sobre a língua, uma modificação fundamental no modo em que o gramático pode afirmar-se enquanto autor. Ela fixa, de modo determinante, a normatividade enquanto padrão de ensino [...]. A NGB é parte de um processo que, a rigor, não está nem nunca terminado” (BALDINI, 2009, p. 72). A NGB é instituída em 1959.

mulher ocupar o cargo de autoridade máxima da nação, há algo de poder que é característico de qualquer cargo de presidência - seja de um país, seja de um sindicato ou de uma associação de bairro. Nesse sentido, o incômodo com o uso de “presidenta” pode ser sintoma de um incômodo outro: é a mulher no cargo de poder que incomoda, ou, parafraseando Daltoé (2011), a mulher que rompe com a tradição dos homens no poder. O reconhecimento da ocupação de certos lugares (como o de deputada) a partir da flexão de gênero esbarra na ocupação de outros: “presidenta” ultrapassa linhas que não deveriam ser ultrapassadas - gramaticalmente, sustentam as críticas; social e discursivamente, propomos.

4. TENSIONAMENTOS QUE NÃO CESSAM DE VOLTAR...

Ainda que o referido parecer date de um período conturbado da década de 1950, a repulsa à forma “presidenta” não se restringe àquela época, visto que veio à tona quando da eleição de Dilma Rousseff e perdurou durante seus mandatos. A título ilustrativo, apresentamos um texto publicado em 2015 no site Jusbrasil¹⁴:

ESSA NÃO PODIA DEIXAR DE EXPOR. É UM EXEMPLO ESPETACULAR DE COMO O “POLITICAMENTO CORRETO” É IMBECILIZANTE EM UMA ESCALA GIGANTESCA: (...) Agora, o Diário Oficial da União adotou o vocábulo presidenta nos atos e despachos iniciais de Dilma Rousseff.

As feministas do governo gostam de presidenta e as conservadoras (maioria) preferem presidente, já adotado por jornais, revistas e emissoras de rádio e televisão, afinal os veículos de comunicação têm a ética de escrever e falar certo.

Sua elaboração se dá a partir de uma comissão designada por meio de portaria em 1957. Ou seja, em torno de um ano depois da promulgação da lei 2.749.

14 Disponível em: <<https://eduardocabette.jusbrasil.com.br/artigos/154153152/presidenta-ou-presidente>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

(...)

Assim, quando queremos designar alguém com capacidade para exercer a ação que expressa um verbo, há que se adicionar à raiz verbal os sufixos ante, ente ou inte. Portanto, à pessoa que preside é PRESIDENTE, e não» presidenta «, independentemente do sexo que tenha.

Se diz capela ardente, e não capela” ardenta “; se diz a estudante, e não” estudanta “; se diz a adolescente, e não” adolescenta “; se diz a paciente, e não” pacienta “.

Um bom exemplo seria:

“A candidata a presidenta se comporta como uma adolescente pouco paciente que imagina ter virado elegante para tentar ser nomeada representante. Esperamos vê-la algum dia sorridenta numa capela ardente, pois esta dirigente política, dentre tantas outras suas atitudes barbarizantes, não tem o direito de violentar o pobre português, só para ficar contenta.”

Assim ela pareceria mais inteligente e menos jumenta.

De forma muito menos decorosa que a mobilizada na lei e em seu parecer analisados anteriormente, o que funciona no texto publicado no site Jusbrasil é a legitimação de certa tomada de posição tendo como delimitação o (suposto) conhecimento gramatical, pautado numa língua imaginária que hierarquiza o que é ou não aceitável - e permite a atribuição, sem constrangimentos, de ofensas como “jumenta” àqueles que não obedecem suas regras. Voltando à tese de Daltoé (2011), entendemos que também na rejeição a “presidenta” funciona a rejei-

ção a algo maior, que, articulando com Lagazzi (1988), entendemos que tem sua expressão interditada pelas relações desiguais de poder que constituem o juridismo. Dada a inserção do juridismo em todas as esferas das relações sociais, “todo mundo sabe que” não se pode acusar, caluniar e/ou difamar figuras públicas sem arcar com possíveis consequências dessas atitudes¹⁵. No entanto, quando a crítica à personalidade se reveste de crítica linguística, a força da língua imaginária a legitima e a autoriza, permitindo assim que xingamentos como “jumenta” circulem livremente em diferentes espaços sem levantar questionamentos.

Ainda em consulta ao referido texto, chamou-nos atenção a seção de comentários, que possibilita a interação entre os leitores e o autor do texto, da qual selecionamos o seguinte recorte:

Comentário do leitor: Obrigado pela opinião, professor. Contudo, o vocábulo “presidenta” é admitido pelos dicionários da língua portuguesa desde 1872, inclusive constante na relação das palavras do VOLP.

Resposta do autor: Acontece Yago que a admissão pelos dicionários nada mais é do que a demonstração da força do “politicamente correto”, é um fenômeno social como outro qualquer.¹⁶

15 Não podemos deixar de destacar um fenômeno que renderia um artigo à parte, e que aqui apenas mencionamos porque entendemos que também constitui um sintoma desse incômodo com uma mulher ocupando o cargo de presidência. No primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff, um aumento no preço da gasolina teve como resposta a circulação de adesivos com alto teor misógino: colados na entrada do tanque de gasolina dos automóveis, os adesivos simulavam a então presidenta, numa montagem com as pernas abertas, sendo penetrada (ou estuprada, poderíamos dizer) pela bomba de gasolina. Os protestos e indignação populares contra os aumentos nos preços dos combustíveis é um fenômeno que podemos observar em qualquer governo; já a simulação de um estupro pela bomba de gasolina como forma de protesto só foi observada quando tivemos uma mulher na presidência do país.

16 Disponível em: <<https://eduardocabette.jusbrasil.com.br/artigos/154153152/presidenta-ou-presidente#comentarios>>. Adaptado. Acesso em: 05 abr. 2022.

O que destacamos dessa interação é o tensionamento das línguas fluida e imaginária quando em funcionamento nos diferentes instrumentos linguísticos. A argumentação que fundamenta a crítica a “presidenta” é baseada em regras gramaticais, dispostas num instrumento linguístico específico: a gramática. Sabemos que esses instrumentos visam a organizar as regras já existentes de uma língua em uso, abrindo espaço inclusive para as mudanças que lhe são próprias. Em consultas a gramáticas descritivas ou normativas, podemos encontrar um mesmo fenômeno explicado e exemplificado de diferentes modos. Tal funcionamento nos demonstra que mesmo nos instrumentos que regulam a língua imaginária há um atravessamento da língua fluida. O dicionário, por sua vez, como um compêndio das palavras que circulam em dada língua, segue uma direção semelhante: ele não determina quais são as palavras existentes, não cria palavras, mas, sim, atesta e legitima seu uso.

No entanto, aquilo que é próprio do funcionamento dos instrumentos linguísticos e compreendido por aqueles que se dedicam aos seus estudos não encontra concordância entre os que se valem da língua como um conjunto de regras que permite hierarquizar de forma pejorativa aqueles que não as conhecem (ou não as aplicam de uma determinada forma). Nesse posicionamento, funciona predominantemente a língua imaginária, numa certa idealização da língua como uma entidade soberana e improfanável: de um lado se encontram aqueles que “têm a ética de escrever e falar certo” e, de outro, aqueles que preferem “violentar o pobre português” ao não seguir dada regra compreendida como a única correta. As derivas da língua fluida, inclusive quando registradas pelos instrumentos linguísticos, figuram nessa tomada de posição como uma “demonstração da força do ‘politicamente correto’”, e não como o registro de uma língua passível de mudanças motivadas em grande parte pelas mudanças sociais.

Isso nos conduz novamente à hipótese de que o que causa incômodo não é a flexão de gênero, por si só, mas a sinalização de uma possível mudança na hegemonia masculina quanto à ocupação dos espaços públicos e institucionalizados de poder. Nesse sentido, a reflexão de Sarney, acima analisada, é precisa: “O que houve de revolucionário é que o Brasil elegeu uma mulher, após um torneio mecânico”. E não podemos considerar uma mera coincidência que justamente sejam essas as figuras que tenham seus modos de expressão linguística alvejadas por críticas, mais ou menos veladas, mais ou menos polidas, nos diferentes veículos de comunicação.

5. BREVES REFLEXÕES FINAIS: A LÍNGUA CONTINUA TOCANDO ONDE O DENTE DÓI...

Diante do par de palavras “presidenta/presidente”, não foi objetivo do presente texto indicar a forma mais adequada para o uso. Em *Análise de Discurso materialista*, não trabalhamos com o fechamento dos sentidos. Coloca-se, sim, como imperioso refletir sobre os sentidos que buscam sustentar determinadas tomadas de posição. É o caso da polêmica para a flexão de gênero do vocábulo mencionado.

Se pudemos identificar nos materiais que datam de 1955 uma oscilação que, em certos momentos, postula a flexão de gênero para se referir aos cargos ocupados por mulheres e em outros momentos a interdição, a análise dos materiais mais recentes demonstra que essa alternância ainda não cessou. Destacamos, no entanto, uma particularidade: enquanto os materiais da década de 1950 procuravam normatizar a flexão de gênero de forma geral, os materiais mais recentes tratam de um caso específico, com nome e sobrenome: a eleição da presidenta Dilma Rousseff. Na esteira de Daltoé (2011), entendemos que sua eleição, ao abrir uma brecha nas estruturas consolidadas de poder, provoca incômodos que não tocam mais apenas a língua, num âmbito generalizado, mas o (não)

reconhecimento de um certo momento político, no qual “o Brasil elegeu uma mulher, após um torneio mecânico”.

No atrito entre a língua fluida e a língua imaginária, estabelece-se uma autorização para se dizer aquilo que, pelo juridismo, não se pode nem se deve dizer. Se a formação discursiva é aquela que regula ideologicamente, o juridismo é aquilo que regula socialmente. Para isso existem as leis, inclusive as que dizem respeito às políticas linguísticas. A questão é: a língua obedece a elas?

Não nos parece possível uma resposta fechada e direta para a pergunta acima. No entanto, da perspectiva que adotamos, compreendemos que não. Afinal, a língua tem a sua própria ordem, mas ela é relativamente autônoma, uma ferramenta imperfeita, nas palavras de Paul Henry. Ferramenta imperfeita que (sempre) volta ao dente que dói, não para oferecer um alívio, mas para diagnosticar incômodos e inquietações.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. In: ŽIŽEK, Slavoj (org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014 (1992).
- BALDINI, Lauro José Siqueira. *Nomenclatura Gramatical Brasileira: análise discursiva do controle da língua*. Campinas: RG, 2009.
- BRASIL. Lei nº 2.749 de 2 de abril de 1956. Abril, 1956. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2749.htm> Acesso em 27/04/2022.
- BRASIL. Parecer 54 de 1955 - Senado Federal. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1216802&filename=Dossie>

-PL+209/1955> Acesso em 27/04/2022.

DALTOÉ, Andréia da Silva. *As Metáforas de Lula: a deriva dos sentidos na língua política*, 2011. Tese (Doutorado em Teorias do Texto e do Discurso). Curso de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

DANTAS, Danielle Paiva. *Presidente/Presidenta: uma abordagem discursiva da variação linguística*. *Revista Philologus*, Ano 23, N° 69. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2017.

FARIA, Michel Marques de. *Arquivo do conhecimento gramatical: uma compreensão discursiva da construção dos saberes sobre formação de palavras com os sufixos -ista e -eiro no Brasil*. 2021. 1 recurso online (218 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1641253>. Acesso em: 27 abr. 2022.

FÁTIMA, Wellton da Silva de. *Do beijo na telenovela ao repúdio parlamentar: discurso, memória e ideologia*. In: LAU, Héilton Diego; FÁTIMA, Wellton da Silva de. (Org.) *Raça, gênero e sexualidade em perspectivas discursivas: efeitos e práticas da/na violência*. v. 2. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EdUSP, 1995.

GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Campinas: RG Editora, 2010.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso*. In: BARONAS, R. L. (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Araraquara: Letraria, 2020 [1971].

INDURSKY, Freda. *Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva*. In: BARONAS, R. L. (Org.). *Análise*

do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Araraquara: Letraria, 2020.

LAGAZZI, Suzy. *O desafio de dizer não*. Campinas, SP: Pontes Editores, 1988.

MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. *Que sentidos de língua nacional para uma nação marcada pelo enunciado “cinquenta anos em cinco”?*. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise. *Ideias Linguísticas: formulação e circulação no período JK*. Campinas: Editora RG, 2013.

MEDEIROS, Laís Virginia Alves. *Essa língua não me representa: discursos sobre língua e gênero*. 104 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2016.

ORLANDI, Eni. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*, SP Campinas: Pontes, 2013 [1999].

_____. *Língua imaginária e língua fluida*. In: ORLANDI, Eni. *Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: Editora RG, 2009, p. 11-19.

ORLANDI, Eni (org.). *Política Linguística no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*, Campinas: ed. da UNICAMP, 2014 [1975].

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*, Campinas: ed. da UNICAMP, 1995 [1975].

SARNEY, José. *Presidenta ou Presidente*. Academia Brasileira de Letras. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/artigos/presidenta-ou-presidente>>. Acesso em: 27/04/2022.

SOUSA, Socorro Claudia Tavares de; SOARES, Maria Elias. *Um estudo sobre as Políticas Linguísticas no Brasil*. *Revista de Letras*, v. 1, n. 33, 11, 2014.

STAUFFER, Leilane Tolentino. Presidenta com a: notas sobre marcações históricas e políticas da língua. Scripta, v. 23, n. 47, p. 11-24, 24 maio 2019.

Submissão: abril de 2022.

Aceite: maio de 2022.

IMAGINÁRIO SOBRE O INDÍGENA: PRODUÇÃO DE SENTIDOS EM DICIONÁRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

Marieli Zanotto¹
Ângela Derlise Stübe²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar sentidos mobilizados sobre o “indígena”, a partir de verbetes em dicionários online de língua portuguesa. Assim, buscamos compreender as memórias discursivas que sustentam as discursividades sobre esses sujeitos, e como elas impactam no conhecimento estabilizado sobre esses assuntos. Entendemos que os dicionários têm um papel crucial na institucionalização dos sentidos. Nessa perspectiva, os dicionários online são uma ferramenta útil e importante na tentativa de captar os discursos e modos de dizer circulantes de uma sociedade. As análises foram realizadas à luz dos fundamentos teóricos da Análise do Discurso Francesa (AD) e da História das Ideias Linguísticas (HIL). A partir das análises, foi possível compreender que os imaginários que sustentam os discursos em circulação sobre o sujeito indígena estão alicerçados sob uma retórica colonialista.

Palavras-chave: Indígena; Dicionário; Imaginário; Discurso; Silenciamento

IMAGINARY ABOUT THE BRAZILIAN INDIGENOUS: PRODUCTION OF MEANINGS IN PORTUGUESE LANGUAGE DICTIONARIES

Abstract: This work aims to analyze the meanings mobilized about the “Brazilian indigenous”, based on entries in online Portuguese-language dictionaries. Thus, we seek to understand discursive memories that support these discursivities, and how they impact on stabilized knowledge about these subjects. We understand that dictionaries have a crucial role in the institutionalization of the senses. In this perspective, the online dictionaries are a useful and important tool in the attempt to catch the circulating discourses and ways of saying of a society. The analyses were carried out in view of the theoretical foundations of the French Discourse Analysis and the History of Linguistic Ideas. Based on the analysis, it was possible to understand that the imaginaries that support the discourses in circulation about the indigenous subject are based on a colonialist rhetoric.

Keywords: Brazilian indigenous; Dictionary; Imaginary; Discourse; Silence

1 Mestranda no Programa de pós-graduação da Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS). E-mail: marii_zanotto@hotmail.com

2 Doutorado em Linguística Aplicada, pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2008). Docente da Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó (UFFS). E-mail: angelastube@gmail.com

Introdução

Ao longo da história, desde a chegada dos portugueses ao Brasil, até os dias atuais, muitos são os imaginários que circulam sobre os sujeitos indígenas que são (re)produzidos e repetidos nos discursos em nossa sociedade, produzindo e afetando sentidos acerca desses sujeitos. Os discursos sobre o indígena e os imaginários neles sustentados influenciam na produção de sentidos sobre esses sujeitos, uma vez que os “discursos sobre” produzem memória e inscrevem as enunciações em redes de filiação de sentidos, possuindo papel crucial na institucionalização dos sentidos (ORLANDI, 2008). Dessa forma, para compreender sentidos produzidos sobre o indígena, faz-se necessário observar os discursos em circulação sobre ele, sendo que um dos modos de observar os discursos em circulação é analisando os dicionários de língua portuguesa e os verbetes que eles apresentam.

Há, em torno do dicionário, um imaginário de um local de acúmulo de saberes, lugar de certeza, o lugar para o qual vamos em busca respostas. O dicionário é um objeto de consulta tanto de possíveis significados das palavras quanto da forma como são escritas, “com a certitude do saber de um especialista e eventualmente com a legitimidade de autores reconhecidos que abonam as definições. Ele mostra-se, desse modo, como uma obra de referência” (NUNES, 2006, p. 11). Por ser um instrumento de consulta, as definições apresentadas pelos dicionários são tidas, em geral, como certas, boas, verdadeiras, únicas e completas, e, assim, não há restrições para seu uso (OLIVEIRA, 2006). Portanto, já é naturalizado que os discursos sobre estejam sustentados em definições propostas pelos dicionários, contribuindo, assim, com a estabilização de certos sentidos.

Desse modo, analisar os dicionários possibilita compreender como se produzem os discursos em circulação. De acordo com Nunes (2006, p. 11), “por consistir nesse espaço imaginário de certitude, sustentado pela acumula-

ção e pela repetição, o dicionário é um material interessante para observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas”. O dicionário pode ser adotado, então, como um instrumento que “pode não só nos contar algo da palavra, mas também nos permite flagrar modos de dizer a sociedade na qual ela funciona” (OLIVEIRA, 2006, p. 20).

Diante do exposto, o presente estudo teve por objetivo analisar sentidos mobilizados sobre o verbete “indígena”, a partir das definições oferecidas em dicionários online de língua portuguesa. A perspectiva a partir da qual a pesquisa analisa os dicionários online é a da Análise do Discurso (AD) em articulação com a da História das Ideias Linguísticas (HIL). Para a Análise do Discurso, os dicionários configuram-se como objetos discursivos; é, portanto, um modo de dizer e, segundo destacam Klinger, Castiglioni e Cunha (2014, p. 79), “esse modo de dizer, apresentado sob a forma de definição, resulta de uma sedimentação histórica dos sentidos, o que garante a esse instrumento linguístico, juntamente com as injunções das políticas linguísticas, um lugar de legitimação dos sentidos das palavras”.

Para alcançar os objetivos, o presente texto, trata inicialmente de noções teóricas importantes à AD e que sustentaram este estudo, como as noções de imaginário e de memória, além de apresentar delimitações e compreensões acerca do corpus – os dicionários. Na sequência, apresenta o percurso metodológico empregado na constituição do corpus de análise e no gesto interpretativo. Por fim, traz as considerações finais acerca das análises realizadas.

Fundamentação teórica

De acordo com Oliveira (2006, p. 30), “as palavras carregam consigo, no momento em que se põem em um enunciado, a memória das suas enunciações anteriores, não como virtualidade ou abstração, mas como parte da tem-

poralização do acontecimento” (grifo do autor). Desse modo, compreende-se que os discursos sobre produzem memória, uma vez que carregam uma historicidade que atravessa os tempos, produz e afeta os sentidos. É por meio dessa historicidade que se constituem os imaginários (GUERRA e VALIENTE, 2014). Além disso, a AD compreende que a língua não é transparente, pois o sujeito, ao enunciar, é interpelado pela ideologia, pelo social e pelo histórico, isto é, os sentidos estão em relação com os diferentes contextos sociais, históricos, ideológicos, podendo significar diferente, de acordo com as diferentes posições sujeitos. Interessa-nos compreender como essa relação manifesta-se nos sentidos sobre o indígena.

Diante disso, neste capítulo, buscamos apresentar as noções teóricas que sustentaram o fazer metodológico desta pesquisa e que são fundamentais à compreensão de nosso gesto interpretativo. Para isso, na primeira seção, tratamos da noção de imaginário e buscamos elucidar sobre a escolha dos dicionários online de língua portuguesa como nosso corpus de pesquisa. Na segunda seção, apresentamos as noções de memória que sustentam o corpus de análise.

“Guardião de sentidos”: Dicionários online

Para atender os objetivos da pesquisa, faz-se necessário compreender a noção de imaginário, para, então, compreender que imaginários sustentam os discursos em circulação sobre o sujeito indígena. Para isso, adotamos a noção de imaginário baseada na posição teórica da Análise de Discurso.

Pêcheux (1997) destaca que os discursos são determinados pela projeção imaginária que os sujeitos da interação fazem do lugar que (acreditam que) ocupam e das coisas sobre as quais enunciam, ou seja, o que determina o que é dito são as imagens que os sujeitos constroem do lugar social que ocupam e que o outro ocupa. Portanto, entende-se que imaginários são as

imagens que o sujeito constrói para si para significar, para dar sentido a suas relações de alteridade com o mundo, é a produção de imagens que o sujeito faz de suas relações com o mundo. Assim, “o imaginário é, então, esse dizer já colocado interdiscursivamente, uma espécie de “reservatório” de sentidos para o sujeito” (MARIANI, 1998, p. 33).

A noção de imaginário é importante para compreender o que e como se sustentam os discursos em circulação, uma vez que, como aponta Mariani (2016, p. 38), “as imagens que se produzem na materialidade discursiva [...] vão colocar no todo complexo das formações discursivas, permitindo a cristalização de identificações com significantes enlaçados a sentidos”. Sendo assim, por meio da materialidade discursiva é possível identificar imaginários, ou seja, nos discursos sobre o sujeito indígena, é possível observar imaginários presentes em nossa sociedade sobre esses sujeitos.

O dicionário é adotado como objeto de análise nesta pesquisa, pois “é visto como um discurso sobre a língua, mais especificamente sobre as palavras ou sobre um setor da realidade, para um público leitor, em certas condições sociais e históricas” (NUNES, 2010, p. 7). Desse modo, examinar os dicionários permite compreender a constituição, formulação e a circulação de discursos. Conforme destaca Oliveira (2006, p. 20), o dicionário possui “grande força normativa sobre os falantes, um instrumento que produz um saber que se dá ao mesmo tempo sobre a língua e o mundo”, além disso, na relação falante-dicionário, os dicionários são considerados instrumentos caracterizados pela neutralidade, não possuindo caráter político e histórico (OLIVEIRA, 2006). Diante disso, compreendemos que os dicionários afetam os discursos dos sujeitos, pois são tomados como obra de referência universal da língua portuguesa.

O imaginário que permeia o dicionário é de um lugar de certezas, no qual as dúvidas se esclarecem, em que estão contidos os sentidos verdadeiros e completos. Conforme discu-

te Petri (2010, p. 25), um “lugar marcado pela evidência de certeza, pela acumulação de saber “sobre” [...] marcado pela responsabilidade de “guardar” os sentidos das palavras”. Sendo assim, os dicionários funcionam como lugares eficazes de descrição das línguas, como sugerem Siveris e Petri (2010). Dessa forma, olhar para os dicionários significa olhar para a constituição de discursos em circulação, compreender sentidos e imaginários e como eles sustentam-se.

Além de observarmos as definições presentes nos dicionários, “direcionamos nosso olhar para as fraturas do sentido que esses processos podem realçar em seu funcionamento” (FREITAS, 2020, p. 20), isto é, objetiva-se também (re)conhecer lacunas e/ou outros sentidos possíveis e silenciados. Assim, compreender o que consideramos como memórias nos discursos, faz-se relevante e basilar para a realização de nosso gesto interpretativo.

Trajetória dos sentidos: noções de memória

Considerando que “os sentidos não estão nas palavras elas mesmas. Estão aquém e além delas” (ORLANDI, 2010, p. 42), importa compreender como se dão, então, os sentidos, como ocorre “o que fala antes, em outro lugar, independentemente” (ORLANDI, 2012, p. 87). Desse modo, faz-se imprescindível compreender as noções de memória que se cruzam quando pensamos no funcionamento dos dicionários online.

Sabemos que “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós, carregadas de sentidos, que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós” (ORLANDI, 2010, p.20). A memória discursiva diz respeito ao que já foi dito antes, isso porque as formulações se dão a partir de outras formulações já ditas, mas esquecidas. A cada vez que enunciamos, nossas palavras significam diferente, todas essas enunciações e os sentidos que elas carregam constituem a memória discursiva. Quando enunciamos uma palavra, ela

não significa somente aquilo que pretendemos que signifique, mas também carrega toda essa memória. De acordo com Bortolin e Fernandes (2017, p. 85) “a memória discursiva é uma memória relacionada ao social, à memória coletiva, à memória histórica” e é “por meio desse tipo de memória, os dizeres são atualizados no fio discursivo e, ao formular um discurso, o sujeito retoma ou “esquece” e silencia outros discursos já proferidos”.

Entretanto, as novas tecnologias de linguagem produzem uma memória de natureza metálica, que afeta a materialidade do texto e a sua circulação (DIAS, 2020). A memória metálica refere-se a memórias das máquinas, das tecnologias digitais, “sua particularidade é ser horizontal (e não vertical, como a define Courtine), [...] o que foi dito aqui e ali e mais além vai-se juntando como se formasse uma rede de filiação e não apenas uma soma. Quantidade e não historicidade” (ORLANDI, 2006, p. 5), diferencia-se da memória discursiva, que “esquece”, por ser uma memória que soma e acumula (BORTOLIN; FERNANDES, 2017).

De acordo com o que destaca Coelho (2015), a memória metálica tem por objetivo o acúmulo e a repetição, produzindo, assim, uma inscrição dos efeitos de sentido do passado no presente, uma vez que, quando os sentidos são produzidos por determinação da memória metálica, eles tornam-se quantidade e, desse modo, os discursos do passado e do presente naturalizam-se, cristalizam-se. O aglomerado de dizeres, produz textualidades seriadas, que conforme Dias (2020) aponta, definidas pela repetição, provocam a unidade e a estabilidade na circulação.

Conforme Schmitt (2003, p. 18), “a memória metálica pode ser apreendida, facilmente acessada, pois ela funciona a partir da presentificação constante de um mesmo dizer. Essa atualização recorrente produz um efeito de completude de sentido, como se não houvesse mais o que dizer, tudo já estaria dito/posto, interpretado”. Entretanto, a memória metálica foi postulada

por Orlandi em meados dos anos 1990, tendo em vista o computador, e não a Internet; o aparelho, e não a conectividade (PAVEAU, 2021). Contudo, é uma noção fecunda para pensar a memória nos ambientes conectados. De acordo com Paveau (2021, p. 276), “nos discursos digitais, a memória discursiva é reconfigurada essencialmente para que a circulação dos discursos tome formas particulares implicadas pela dimensão técnica”.

É diante disso que Dias (2016) propõe a noção de memória digital, fazendo avançar a formulação de Orlandi, diferenciando-a da memória metálica, porém sem se descolar dela. De acordo com Dias (2016, p.12), enquanto a memória metálica funciona pela quantidade e pela possibilidade de armazenamento, a memória digital “é esse resíduo que escapa à estrutura totalizante da máquina e se inscreve já no funcionamento digital, pelo trabalho do interdiscurso”. Portanto, a memória digital não se trata de uma atualização técnica da memória, “mas uma atualização discursiva pelo trabalho do interdiscurso, considerando o acontecimento do digital”.

É, também levando em consideração os ambientes discursivos digitais, que Paveau (2021) propõe evoluir a noção de memória metálica para uma noção de memória tecnodiscursiva. A memória tecnodiscursiva põe em cena um elemento importante que é estrutural quando pensamos no funcionamento da internet e, com isso, também dos dicionários online: a deslinearização. De acordo com Paveau (2021), ela possibilita questionar a verticalidade da construção de sentidos e da validação dos discursos nos universos discursivos digitais. Essa deslinearização provoca a dissolução da “hierarquia” das sequências, Paveau (2021, p. 277) destaca que “em contexto não digital, a relação de duas sequências por meio da autoridade é realizada por um gesto de interpretação”. Entretanto, nos espaços discursivos digitais, essa “hierarquia” vertical pode ser interrompida pelo acesso a hiperlinks ou por uma nova busca, que redirecionará

o usuário, como aponta a autora que, “em contexto digital [...], essa camada de sentido pode receber uma explicação por meio de um gesto tecnodiscursivo: um clique sobre um link hipertextual ou uma pesquisa a partir da palavra”.

Além disso, ao mesmo passo que os dicionários funcionam estabilizando sentidos, os dicionários online permitem uma certa flexibilização de sentidos, uma vez que grande parte deles funciona de forma colaborativa, dando aos internautas a possibilidade de edição de seu conteúdo, incluindo e/ou modificando definições. O que corrobora com a deslinearização de sua superfície, já que a qualquer momento podem ser incluídas, excluídas ou modificadas as definições, alterando o fio discursivo e (re)produzindo sentidos, o que passaremos a analisar na sequência.

Sentidos que ecoam

Para compreendermos sentidos sobre o sujeito indígena que se sustentam nos dicionários, é preciso analisar a materialidade desses discursos. No entanto, cabe destacar que a materialidade não se constitui somente do que está dito, daquilo que está “dado” no discurso, mas também da relação da língua com a exterioridade (ORLANDI, 2012). Desse modo, o que buscamos não são os sentidos em evidência, mas aqueles que circulam na opacidade da linguagem. Para isso, é necessário realizar um trabalho de interpretação, a fim de compreender a materialidade histórica dos discursos, então, para nossa análise construímos um corpus formado pelas definições de indígena, apresentadas nos dicionários online de língua portuguesa que propomos à análise neste tópico.

O critério de escolha por dicionários online deu-se a partir da compreensão de que esses são uma ferramenta de consulta amplamente utilizada, devido à grande difusão da internet nas últimas décadas, com isso visamos a garantir a abrangência e a representatividade do corpus. Foram selecionados dicionários que permitem a consulta de forma gratuita, sem necessidade de download de aplicativo e/ou realização de cadastros, pois compreendemos que, assim, são mais facilmente acessados e por uma parcela maior de pessoas, buscando agilidade e praticidade.

Partindo do verbete “indígena” – o qual tomamos como sequência discursiva de referência – buscamos suas definições em 9 (nove) dicionários de língua portuguesa disponíveis de maneira online: Aulete Digital; Dicio – dicionário online de língua portuguesa; Dicionário inFormal; Dicionário Google; Dicionário de sinônimos online; Infopédia – Dicionários Porto Editora; Michaelis; Priberam dicionários; Wikcionários. Nesses 09 dicionários, algumas definições se repetem, configurando regularidades de sentidos sobre o indígena. O quadro 1 apresenta uma síntese dessas repetições de definições. Optou-se por pesquisar também os verbetes índio, autóctone, aborígene, pois aparecem como definições recorrentes para SDR indígena, e, com isso, podem produzir ou influenciar sentidos sobre ela, já que predominam nas significações para o verbete. Alguns dos dicionários pesquisados são sites colaborativos e possibilitam a intervenção dos usuários, incluindo e modificando definições, por isso é importante salientar que a busca nos dicionários ocorreu na data de 13 de setembro de 2021.

Verbetes referência	Dicionários	Definições que se repetem
Indígena	Aulete	Aborígene, Nativo, Índio
	Dicio	Aborígene, Autóctone, Índio
	Dicionário Informal	Nativo, Aborígene, Índio, Autóctone, Natural
	Google	Autóctone, Nativo
	Priberam	Aborígene, Autóctone, Nativo
	Wikcionário	Nativo, Originário, Índio
	Sinônimos	Autóctone, Aborígene, Natural, Crioulo, Nativo, Índio
	Michaelis	Autóctone, Índio, Originário, Aborígene, Nativo
	Infopédia	Aborígene, Autóctone, Nativo

Elaborado pelas autoras com base nas definições dos dicionários

Com base no quadro acima, o verbete indígena foi tomado como nossa sequência discursiva de referência (SDR) e, a partir das definições que os dicionários apresentavam para indígena, foi necessário buscarmos outros verbetes que os dicionários ofereciam como definições ou hiperlinks para indígena, como por exemplo, aborígene, nativo, originário. O que nos levou a interpretar também que sentidos são mobilizados nesses verbetes e que podem produzir efeitos na compreensão do verbete indígena. Esses verbetes são apresentados e analisados ao longo do texto.

A partir das discursividades que sustentam essas definições para o verbete indígena nos dicionários estudados, pudemos interpretar três regularidades de sentidos sobre o indígena, a saber: 1) Indígena como sujeito do passado; 2) Silenciamento do indígena brasileiro; e 3) Indígena como aquele que habita/vive no local de nascimento. No quadro 2, a seguir, especificamos em quais dicionários essas regularidades

ocorreram. Importa destacar que, além dessas, outras foram encontradas, entretanto, optamos por analisar as 3 mais recorrentes, sendo as demais passíveis de estudos futuros. O corpus da pesquisa é constituído por recortes das definições trazidas pelos dicionários, os quais chamamos sequências discursivas (SD), que se constituem de fragmentos da situação discursiva, a partir dos quais produziremos nossa análise.

Nos tópicos a seguir, cada regularidade é tratada individualmente.

Quadro 2: Síntese das regularidades encontradas nos dicionários

	Regularidades		
	Sujeito do passado	Silenciamento do indígena brasileiro	Habitar o local de nascimento
Dicionários	Aulete	Aulete	Dicio
	Dicio	Dicio	Priberam
	Dicionário Google	Google	Aulete
	Dicionário Informal	Priberam	Infopédia
	Priberam	Wikcionário	Dicionário Google
	Michaelis		Wikcionário
			Dicionário Informal
			Michaelis
			Dicionário de Sinônimos

Elaborado pelas autoras com base nas definições dos dicionários

Sujeito Pretérito

Dentre as regularidades observadas em nossas buscas nos dicionários pelo verbete indígena e pelos verbetes mais presentes nas definições apresentadas (quadro 1), destacou-se a inscrição do indígena como um sujeito do passado. A partir das regularidades, selecionamos recortes das definições, que denominamos por sequências discursivas (SD), para estabelecermos nosso gesto interpretativo. O quadro 3 apresenta as

SD's, nas quais tal regularidade manifesta-se, especificando em quais dicionários apareceram e em quais verbetes.

Quadro 3: Indígena: um sujeito do passado.

Verbetes	Regularidade
Indígena	Sujeito do passado
	SD1: Aquele que habitava as Américas antes da colonização europeia, que fazia ou faz parte de um dos povos nativos do continente americano, ou o descendente de um desses povos; ÍNDIO (Aulete)
	SD2: Nascido no país em que vive, especialmente falando dos povos que já habitavam um território não colonizado; aborígine, autóctone. (Dicio)
	SD3: relativo a ou indivíduo pertencente a um dos povos que já habitavam as Américas em período anterior à sua colonização por europeus (Dicionário Google)
	SD4: aquele que habitava a América, antes da colonização europeia, ou o descendente de um desses povos. (Dicionário Informal)
Autóctone	SD5: Que ou quem pertence a um povo que habitava originalmente um local ou uma região antes da chegada dos europeus. = ABORÍGINE (Priberam)
	SD6: que ou quem é natural do país ou da região em que habita e descende das raças que ali sempre viveram; aborígine, indígena. (Dicionário Google)
Aborígine	SD7: Natural do país em que habita e proveniente das raças que ali sempre habitaram; aborígine, indígena. (Michaelis)
	SD8: diz-se de ou cada um dos autóctones que ocupavam regiões mais tarde dominadas por europeu (Dicionário Google)
Índio	SD9: referente aquele que habitava a América antes da chegada dos portugueses. (Dicionário Informal)

Elaborado pelas autoras com base nas definições dos dicionários

Destacamos aqui os verbos habitar, fazer, viver e ocupar, presentes nas SD's, conjugados

no Pretérito Imperfeito e Pretérito Perfeito. A conjugação no pretérito imperfeito nas expressões “habitava”, “fazia”, “habitavam” e “ocupavam”, nas SD1, SD2, SD3, SD4, SD5, SD8 e SD9, remetem a uma ação do passado durativa, não limitada no tempo. Enquanto a conjugação no pretérito perfeito nas palavras “viveram” e “habitaram”, nas SD6 e SD7, indicam uma ação ou fato que ocorreu em um determinado momento do passado. De acordo com os dicionários, os mesmos que constituíram nosso objeto de pesquisa, define-se pretérito como passado, como ação/estado/fato ocorrido antes do momento da enunciação.

Assim, o indígena é definido pelos dicionários analisados como um sujeito do passado, especialmente nas SD6 e SD7, as quais exprimem que o indígena é aquele que viveu/habitou um país ou região em um determinado momento do passado, indicando uma ação não habitual e momentânea, tendo início e fim em tempo passado. As demais SD's também indicam ações que ocorreram no passado, assim, determinam que indígenas são aqueles que habitaram/ocuparam determinado território durante algum tempo e/ou fizeram parte de um grupo nativo. Entretanto, o tempo verbal do pretérito imperfeito exprime a ideia de continuidade e duração, ou seja, indica ação duradoura, que não foi terminada no passado. Com isso, as SD's que representam essa regularidade - ao definirem o indígena como alguém do passado - podem levar ao sentido de que ele não faz parte do contexto atual, produzindo o silenciamento desse sujeito na atualidade.

Para compreendermos os sentidos que as SD's produzem sobre os sujeitos indígenas, é importante destacar que para a AD, o silêncio, o não dito, “não é o nada, não é o vazio sem história. É silêncio significativo” (ORLANDI, 1997, p. 23). O silêncio, portanto, é constitutivo, o que é dito mantém-se em relação de sentido com o não dito, uma vez que, de acordo com Orlandi (1997, p. 24), “para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente

as “outras” palavras)”. Dessa forma, ao se enunciar de um modo, deixa-se de fazê-lo de outro modo e, assim, certos sentidos são produzidos enquanto outros são silenciados.

Ao enunciar o indígena como um sujeito do passado, os dicionários silenciam a possibilidade de que ele signifique no presente, na atualidade. Nessa direção, Orlandi (1997, p. 55) aponta que “há pois uma declinação política da significação que resulta no silenciamento como uma forma não de calar mas de fazer dizer “uma coisa”, para não dizer “outras”, o indígena é, então, restringido pelos dicionários.

Diante disso, somos impelidos a questionar sobre quais as causas desse silenciamento/apagamento do indígena do presente, que outros sentidos possíveis são interditados ao dizê-lo dessa forma? Uma possibilidade é de que tal discurso é sustentado por um imaginário de indígena marcado por estereótipos de um indígena caricato, romantizado, abstrato e até mesmo ingênuo, que ainda não superou o senso comum e que remete ainda à época do descobrimento. Desse modo, o indígena do presente não seria mais visto/considerado como tal, fazendo prevalecer a ideia de que o índio verdadeiro é aquele que usa tanga, mora em ocas, usa flechas, vive em aldeias (CENCI, 1994) e, com isso, produz-se um imaginário de indígena ideal/verdadeiro, que não corresponde a uma forma única de existir enquanto indígena. Dessa forma, aquele (que é considerado) indígena não existe mais, pertence ao passado. Assim, como destacam Damião e Stübe (2020), ao não incluir o indígena do modo como ele participa da sociedade hoje, faz com que o imaginário de sujeito indígena idealizado vá se consolidando.

Além disso, a regularidade demonstrada pelas SD's, remete ao processo de colonização, significando o sujeito indígena pelo processo de colonização. Com isso, pretendemos “apontar para a permanência do discurso da descoberta e da colonização. Apontar para os seus efeitos de sentido que ainda estão sempre aí se (re)produzindo” (ORLANDI, 2008, p. 239, grifo do

autor), enquanto “o indígena em sua complexa realidade atual é silenciado, sendo apresentado, preponderantemente, como parte de uma história longínqua” (DAMIÃO; STÜBE, 2020, p. 48). Dessa maneira, compreende-se que os discursos sobre o sujeito indígena, presentes nos dicionários online, continuam a se ancorar nas falas da descoberta (ORLANDI, 2008), ou seja, os discursos do passado continuam reverberando e produzindo sentidos no presente.

O silenciamento é recorrente nas definições de indígena, uma vez que há vários outros sentidos possíveis sobre esses sujeitos que são ignorados. As definições de indígena e dos verbetes relacionados produzem não só o silenciamento do indígena da/na atualidade, mas também de outras possibilidades de ser indígena que são apagadas ao serem ignoradas pelos dicionários. Isso pode ser percebido também nas práticas sociais recorrentes no espaço urbano, como a comemoração do Dia do Índio, representando esse sujeito com cocar, por exemplo. Desse modo, analisando os dicionários online foi possível identificar outras formas de silenciamento desse sujeito.

Silêncio coletivo

Percebemos também que nos dicionários online há o silenciamento do indígena brasileiro. De acordo com os dicionários analisados, um dos verbetes que definem o sujeito indígena é aborígene (conforme quadro 1), entretanto, ao buscarmos pelas definições do verbete aborígene/aborígene, identificamos o silenciamento do indígena brasileiro, o que provoca estranhamento, uma vez que os dicionários de língua portuguesa (do Brasil) não fazem menção a esse sujeito que é parte de nossa história e cotidiano, fazendo menção a indígenas de outras nacionalidades e localidades, apagando a existência de um indígena no/do Brasil. Cabe destacar que essa regularidade também se manifestou nas pesquisas dos demais verbetes (quadro 1), mas é representada aqui pelas SD's dispostas no quadro que segue.

Quadro 4: Silenciamento do indígena brasileiro

Verbetes	Regularidade
Aborígene	Silenciamento do indígena brasileiro
	SD10: O nome “aborígene” deriva do latim e significa “habitantes originais”. Eles teriam migrado da Ásia para a Austrália há 50 mil anos. Significa primeiros povos da região, mas o termo aborígene é tradicionalmente aplicado apenas aos indígenas do continente australiano, da Tasmânia e adjacentes (Aulete)
	SD11: Proveniente do país onde habita; autóctone, nativo ou indígena. adjetivo Que nasceram no país onde vivem ou onde seus ancestrais sempre viveram, falando especialmente de pessoas: os aborígenes australianos. Cujas regiões de origem foram posteriormente habitadas por europeus, falando especialmente dos nativos dessas regiões (Dicio)
	SD12: diz-se de ou indivíduo de um antigo povo da Itália central considerado autóctone pelos romanos. ETIM do lat. aborigines, um ‘os autóctones ou primeiros habitantes do Lácio e da Itália, cujos reis lendários são Latino, Saturno e Fauno (Dicionário Google)
	SD13: Que é relativo ao conjunto das tribos indígenas australianas. Indivíduo que pertence a uma das tribos indígenas australianas (Priberam)
	SD14: relativo aos povos indígenas da Austrália indígena australiano, membro dos povos aborígenes da Austrália (Wikcionário)

Elaborado pela autora com base nas definições dos dicionários

Esta regularidade – Silenciamento do indígena brasileiro – possui relação com a regularidade 1 (Indígena como sujeito do passado), uma vez que ambas silenciam possibilidade de ser do sujeito indígena. Há um processo metonímico, sustentado em uma repetição nos dicionários – a referência ao aborígene, associando-o somente a outros povos (australianos, italianos)

que invisibiliza o lugar do indígena brasileiro, e o efeito disso é o silenciamento. A primeira, silencia-o enquanto sujeito do/no presente; já a segunda, silencia-o enquanto sujeito brasileiro. Para a AD, a noção de tempo e espaço importa e produz efeitos de sentido. Desse modo, silenciar o indígena como possibilidade de ser brasileiro, produz silenciamento e apagamento desse sujeito.

As SD10, SD11, SD13 E SD14 apontam para um sujeito australiano e a SD 12 refere-se a um sujeito da Itália. Assim, o indígena é definido como aborígine/aborígene, que, por sua vez, é o sujeito que “migrou”, “nasceu” e/ou “vive” na Austrália ou que “pertence”, “é” parte de tribos indígenas australianas, ou que “é” parte do antigo povo da Itália (SD12). Desse modo, o indígena brasileiro é apagado/silenciado pelos dicionários online de língua portuguesa, o que pode ser decorrência de que todo o processo de nomeação do que havia no Brasil foi conduzido pelas experiências dos estrangeiros, especialmente os europeus, ou seja, o processo de nomeação e definição das coisas e seres no português brasileiro é influenciado pela colonização do país e pela língua do colonizador.

Para compreendermos os sentidos produzidos pelas SD's apresentadas, é necessário pensarmos novamente sobre a noção de silenciamento, que é mais que só silêncio, é pôr em silêncio (ORLANDI, 1997) e, como já dissemos, o silêncio é constitutivo, pois, para dizer uma coisa ou de uma forma é preciso apagar outras coisas ou formas de dizer (ORLANDI, 1997). Desse modo, “pensar o silêncio é problematizar as noções de linearidade, literalidade, completude” (ORLANDI, 1997, p. 48), ou seja, aquilo que fica de fora, à margem do que é dito, o que se “escolhe” não dizer ajuda a significar o que é dito. Diante disso, ao não enunciar sobre os indígenas brasileiros, os dicionários estão produzindo sentidos sobre ele.

Ao apresentar como definição somente os povos indígenas australianos e da Itália, os dicionários promovem o apagamento de outras

etnias indígenas, que a saber são múltiplas. Por tratarem-se de dicionários de língua portuguesa brasileira, o fato de não fazer qualquer menção aos povos indígenas do Brasil, significa de maneira ainda mais forte e reflete o silenciamento a que os sujeitos indígenas são submetidos em nosso país. De acordo com Damiano e Stübe (2020, p. 49), “os indígenas são, desde o período colonial, designados ao silenciamento”, uma vez que já se teve tempo suficiente para alterar as definições do dicionário e, com isso, os sentidos produzidos. Entretanto, segue-se repetindo o silenciamento desses sujeitos e, ao silenciar, certas palavras são interditadas; com isso, certos sentidos são impossibilitados.

Ao não enunciar o indígena brasileiro, impossibilita-se que ele signifique, dado que “dizer e silenciar andam juntos” (ORLANDI, 1997, p. 55). De acordo com Orlandi (1997, p. 34), “a linguagem é conjunção significante da existência e é produzida pelo homem, para domesticar a significação”, diante disso, compreende-se que o silenciamento do indígena pode funcionar como uma tentativa de controlar, domesticar os sentidos que são produzidos sobre ele. Dessa forma, os dicionários contribuem com um imaginário de “construção de uma identidade brasileira determinada em que o índio não conta. Trata-se da construção de sentidos que servem sobretudo à instituição das relações colonialistas entre os países europeus e o Novo Mundo” (ORLANDI, 2008, p. 57-58).

Além disso, dizer o indígena desse modo pode estabelecer uma possível conexão entre as regularidades 1 e 2, já que na regularidade 1 – Indígena como sujeito do passado – também ocorre silenciamento (do indígena do presente). Podemos, portanto, compreender que uma regularidade pode ser decorrência da outra, ou seja, o indígena brasileiro é silenciado, pois não existe mais, faz parte (somente) do passado, ou ainda, ele é silenciado, pois deseja-se que ele não faça parte do presente.

Dessa maneira, como destaca Orlandi (1997, p. 55), “ao dizer, ele estará, necessaria-

mente, não dizendo “outros” sentidos. Isso produz um recorte necessário no sentido”, pois há certos sentidos que são reprimidos, enquanto que outros são (re)produzidos. “Desse modo se proíbe ao sujeito ocupar certos “lugares”, ou melhor, proíbem-se certas “posições” do sujeito” (ORLANDI, 1997 p. 78). Sendo assim, o discurso sobre o sujeito indígena nos dicionários analisados “não leva em conta a diversidade dos grupos indígenas, dispersos pelo Brasil e na América Latina, e, muito menos, a complexidade imanente ao ethos (jeito de ser) e às práticas culturais de cada grupo em particular” (CENCI, 1994, p. 203), interditando a possibilidade de significação do indígena (também) como um sujeito brasileiro.

Chama-nos atenção que, mesmo que alguns dos dicionários analisados funcionarem de forma colaborativa, permitindo, assim, a sua edição por parte dos leitores/usuários, o indígena brasileiro é apagado. De acordo com Freitas (2020, p. 136), “podemos compreender, na substituição do especialista pelo dizer que emerge da coletividade, o efeito de completude de um saber que não se reduz a um ponto de vista”. Esse silenciamento é ainda mais significativo, pois compreende-se que ele é social, generalizado. O silenciamento que se produz sobre o indígena brasileiro é coletivo.

Além do silenciamento, os discursos dos dicionários produzem uma redução do indígena, limitando suas possibilidades de sentidos.

O lugar do indígena

Outra regularidade percebida nos dicionários online é a representação de indígena como um sujeito que (deve) habita(r) um local específico, o local de nascimento, o sujeito que pertence a um lugar. Esta regularidade foi recorrente buscando tanto pelo verbete de referência quanto pelos verbetes que o definem, como é possível observar no quadro 5, no qual apresentamos o conjunto de SD's que representam essa regularidade.

A regularidade que aqui observamos define o indígena como o sujeito que habita/vive/se encontra em seu local de nascimento, produzindo um imaginário de que para ser (considerado) indígena, é preciso estar/viver/ocupar o local de nascença. Diante disso, parece haver uma dissociação entre o indígena e o espaço urbano. Com isso, produz-se, mais uma vez, o silenciamento desse sujeito, pois silencia sua possibilidade de significação em outros espaços, só podendo ser considerado indígena aquele que se mantém no local onde nasceu e/ou que seus ancestrais viveram. Como já dissemos, “se diz “x” para não (deixar) dizer “y” e dessa forma “se apagam os sentidos que se quer evitar” (ORLANDI, 1997, p. 76).

Os discursos presentes nas SD's podem estar sustentados em imaginários criados em decorrência da disputa por território entre indígenas e não indígenas. O processo de colonização acabou por delimitar tanto o espaço físico a ser ocupado pelo indígena, como também seu o lugar social. Desse modo, os povos indígenas foram rotulados em um imaginário criado e sustentado sob prejulgamentos, que foram alicerçados pelo preconceito e discriminação decorrentes das disputas de terras. De acordo com Nacke et al. (2007), a disputa de terras, os conflitos entre agricultores, proprietários de terras e os indígenas que batalhavam pela demarcação de suas terras, gerou marcas profundas no povo indígena, que passou a sofrer forte preconceito e discriminação.

Diante disso, o silenciamento que essa regularidade produz é quanto à possibilidade de o indígena significar em outros espaços, em qualquer espaço, pois ao dizê-lo dessa forma “se proíbe ao sujeito ocupar certos “lugares”, ou melhor, proíbem-se certas “posições” do sujeito” (ORLANDI, 1997, p. 78). Desse modo, compreendemos que os discursos dos dicionários online atuam contribuindo “na construção de sentidos que servem sobretudo à instituição das relações colonialistas” (ORLANDI, 2008, p. 57-58). De acordo com Guerra e Valiente

Quadro 5: Aquele que habita/vive no local de nascimento

Verbetes	Regularidade
	Habitar o local de nascimento
Indígena	SD14: Nascido no país em que vive (Dicio) SD15: Que ou aquele que é natural da região e que habita. (Priberam)
Aborígene	SD16: Proveniente do país onde habita; autóctone, nativo ou indígena. Adjetivo Que nasceram no país onde vivem ou onde seus ancestrais sempre viveram, falando especialmente de pessoas: os aborígenes australianos (Dicio) SD 17: oriundo do país em que vive. -, s. m. pl. os habitantes primitivos de um país, os que o ocupavam, quando ele entrou na História, e dos quais a origem é desconhecida. F. Lat. <i>Aborigines</i> . (Aulete) SD18: que ou pessoa que é habitante da região ou do país de onde é natural; indígena; autóctone; nativo (Infopédia) SD19: que ou pessoa que é habitante da região ou do país de onde é natural; indígena; autóctone; nativo (Priberam) SD20: que é originário do país ou região em que vive ou se encontra (Wikcionário)
Autóctone	SD21: Pessoa que nasceu na região ou no território em que habita. Adjetivo Que é natural da região ou do território em que habita; nativo. Originário do país em que habita; país cujos ancestrais sempre habitaram: os berberes são populações autóctones da África do Norte. Que é natural da região onde ocorre (Dicio) SD22: Que é natural da região onde habita ou se encontra (povo autóctone, flora autóctone); ABORÍGINE; INDÍGENA [P.opos. A alóctone.] (Aulete) SD23: que ou pessoa que nasceu na própria terra em que habita; aborígene; indígena (Infopédia) SD24: que ou quem é natural do país ou da região em que habita e descende das raças que ali sempre viveram; aborígene, indígena que se origina da região onde é encontrado, onde se manifesta ETIM gr. <i>autókhthōn, ōn</i> 'originário do próprio solo, que nasce do próprio solo (plantas)', pelo lat. <i>autochthōn, ōnis</i> 'nascido no país que habita, indígena' (Dicionário Google) SD25: Que ou o que é natural do território onde vive. = ABORÍGINE, INDÍGENA, NATIVO ≠ ALIENÍGENA, ALÓCTONE, ESTRANGEIRO, FORASTEIRO Que tem origem no local onde se encontra ou onde se manifesta (ex.: espécime autóctone; floresta autóctone). ≠ ALÓCTONE (Priberam) SD26: Originário do país em que habita e cujos ancestrais aí sempre habitaram Que é oriundo de terra onde se encontra, sem resultar de imigração ou importação (Aurélio) Originário do país em que habita e cujos ancestrais aí sempre habitaram Pessoa que nasceu na região ou no território em que habita. 2. Nativo; que é natural da região ou do território em que habita. 3. Originário do país em que habita; país cujos ancestrais sempre habitaram: os berberes são populações autóctones da África do Norte. É aquilo que é natural do lugar em que se encontra. (Dicionário Informal) SD27: Natural do país em que habita e proveniente das raças que ali sempre habitaram; aborígene, indígena. Pessoa, animal ou planta originários do lugar em que habitam (Michaelis) SD28: Natural da região que habita: 1indígena, aborígene, <u>natural</u> , <u>morador</u> , <u>nacional</u> , <u>nativo</u> , <u>originário</u> , <u>patrício</u> , <u>primitivo</u> . (Sinônimos)

Elaborado pela autora com base nas definições dos dicionários

(2014, p. 30), discursos como os encontrados nos dicionários “carregam uma historicidade que perpassa os tempos constituindo, por meio da memória discursiva, o imaginário em relação a esse grupo marcado pelo preconceito e pela exclusão social desde a época da colonização e que condiciona o momento atual”.

Com isso, compreendemos que o imaginário que sustenta esses discursos é o de que todo indígena deve ser aldeado e o índio desaldeado está recusando a ocupar o lugar que lhe foi destinado (GUERRA, 2015). O sujeito que, por algum motivo, ausenta-se da aldeia deixa de ser indígena, reforçando e (re)produzindo o imaginário de um indígena ideal/verdadeiro, que, conforme aponta Cenci (1994), seria aquele que usa tanga, mora em ocas, usa flechas, vive em aldeias, mais uma vez, consolidando uma idealização de indígena no imaginário (DAMIÃO; STÜBE, 2020).

Não há nos dicionários referências aos indígenas que vivem nos espaços urbanos, corroborando com o imaginário de que os indígenas vivem (ainda e somente) nas florestas e aldeias, assim, percebe-se que “ainda há um juízo popular que não os reconhece como indígenas e moradores da cidade, tornando-se fruto de um pensamento retrógrado” (BATISTOTI; LATO-SINSKI, 2019, p. 330), concebendo o indígena como um sujeito congelado no tempo e no espaço, e que seu modo de vida é oposto à vida urbana (BAINES, 2001).

Considerações finais

Diante do todo exposto, podemos refletir sobre o funcionamento da palavra nas práticas discursivas. A partir das definições oferecidas pelos dicionários para o verbete indígena e dos sentidos que emergem delas, compreendemos que a palavra não significa por si só, podendo servir a múltiplas possibilidades nas práticas discursivas, visto que, como observa Pêcheux (1995, p. 147), “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe se-

ria “próprio”, vinculado a sua literalidade” (grifo do autor). Desse modo, como ressalta Oliveira (2006, p. 30), “é preciso considerar que as palavras carregam consigo, no momento em que se põem em um enunciado, a memória das suas enunciações anteriores, não como virtualidade ou abstração, mas como parte da temporalização do acontecimento” (grifo do autor). Desse modo, as palavras dos dicionários podem prestar-se a muito mais do que apresentar definições e significados. Importa destacar que tomamos a palavra a partir de seu funcionamento discursivo, uma vez que “as palavras mudam de sentido de acordo com as posições assumidas por aqueles que as empregam” (ORLANDI, 2010, p. 42-43).

O dicionário, conforme aponta Mazzière (2007), está presente nos discursos sociais, culturais, políticos de uma época ou de um ambiente, em sincronia com eles, aceitando-se que ele diz o verdadeiro sentido das palavras. Porém, nos dicionários, as palavras podem servir para, além de definir, significar mais do que ali está posto, uma vez que, segundo destaca Petri (2019, p. 229), “as palavras fazem sentido porque carregam em si mesmas referenciais e sentidos já postos em outro tempo e outro lugar, sob a égide do interdiscurso, estejam ou não tais sentidos nos dicionários”. Diante disso, “a ilusão da transparência da linguagem faz com que não percebamos que ao enunciar, podemos estar construindo sentidos diferentes do que imaginamos” (DAMIÃO e STÜBE, 2020, p. 48). Posto que as palavras carregam em si memórias que sempre podem produzir outros sentidos, compreendemos que a palavra além de múltiplos sentidos, pode servir à produção do silenciamento, como vimos, é o caso do verbete indígena.

Posto isso, observamos que os discursos dos dicionários online de língua portuguesa produzem um constante silenciamento do sujeito indígena. Ao silenciar, os dicionários limitam outras possibilidades de significação. O local que é concebido como um lugar de acu-

mulação de saberes, no qual estão guardados os sentidos das palavras, promove a interdição de alguns sentidos. Desse modo, os dicionários funcionam na estabilização de certos sentidos, sentidos esses que correspondem aos interesses de uma sociedade colonialista. Faz-se isso no gesto de “domesticar” sentidos que podem ser produzidos sobre os sujeitos indígenas, impossibilitando imaginários que se deseja evitar ou, até mesmo, evitando que certos imaginários sejam desconstruídos.

Compreende-se, então, que os imaginários que sustentam os discursos em circulação sobre o sujeito indígena estão alicerçados sob uma retórica colonialista e retrógrada. Uma vez que os sentidos presentes nos dicionários remetem a um sujeito que não pertence à atualidade, nem aos espaços urbanos, cuja cultura é tratada como essencialista, imutável, associada ao passado e com forte relação com a terra. Com isso, (re)produz-se o imaginário idealizado de indígena, pois, ao passo que sua cultura transforma-se, deixa de ser índio.

Além disso, a possibilidade de edição do conteúdo dos dicionários online revela muito sobre os imaginários que sustentam os discursos sobre o sujeito indígena, pois mesmo diante da possibilidade de edição, há sentidos que se estabilizam, demonstrando que são imaginários consolidados e generalizados na sociedade.

Referências

- BAINES, S. G. As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade. *Brasil Indígena*, Fundação Nacional do Índio, v. 7, p. 15-17, 01 dez. 2001
- BATISTOTI, A. F.; LATOSINSKI, K. T. O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/ MS. *RUA*, Campinas, SP, v. 25, n. 1, 2019.
- BORTOLIN, A. C; FERNANDES, C. B. We can do it!: o funcionamento discursivo dos memes no espaço digital. *Estudos linguísticos e literários*, Salvador, n. 57, 2017, p. 81-102.
- CENCI, A. Considerações em torno da cultura e identidade cultural Kaingang. In: MARCON, Telmo. et al. *História e cultura Kaingang no sul do Brasil*. Passo Fundo: Graf. Ed. Universidade de Passo Fundo, 1994
- COELHO, C. G. F. Memória de brincadeira: o dito e o não dito nas brincadeiras de escola. *Estudos linguísticos*, São Paulo, n.44, 2015, p. 962-971.
- DAMIÃO, E. A; STÜBE, A. D. Sentidos sobre o indígena em livro didático de língua portuguesa. In: TFOUNI, F. E. V; BERNARDOSANTOS, W. J. (Org.). *Análise do discurso e materiais de ensino*. 1. ed. Aracaju: Criação Editora, 2020.
- DIAS, C. Ensino e tecnologia: o texto pelo digital. *Revista Ecos*, Cáceres, v. 28, n. 01, 2020, p. 157-175.
- DIAS, C. A análise do discurso digital: um campo de questões. *REDISCO*, Vitória da Conquista, v. 10, n. 2, 2016, p. 8-20.
- FREITAS, R. A. Instrumentação linguística em rede: análise discursiva de dicionários online. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Instituto de Letras. Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2020.
- GUERRA, V. M. L. O outro (do) lado da fronteira: identidade kaiová e território indígena. *Cadernos De Linguagem E Sociedade*, 16 (2), 2015, p. 116 – 139.
- GUERRA, V. M. L; VALIENTE, M. F. Um olhar sobre as representações discursivas dos indígenas: terra e exclusão. *Revista Metalinguagens*, n. 1, 2014, p. 29-48.
- KLINGER, K. A; CASTAGLIONI, A. C; CUNHA, H. L. Verbete “professora”: o que (não) diz o dicionário Aurélio. *Revista Papéis*, Campo Grande, v. 18, n. 35, 2014.
- MARIANI, B. O PCB e a imprensa: Os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan, Campinas: UNICAMP, 1998.

- MARIANI, B. Um imaginário e outros. In: GRIGOLETTO, E; DE NARDI, F. S. (Org.). A análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas. Campinas: Pontes Editores, 2016.
- MAZIÈRE, F. A análise do discurso: História e práticas. São Paulo: Parábola, 2007.
- NACKE, A. et al. Os Kaingang no oeste catarinense: tradição e atualidade. Chapecó: Argos, 2007.
- NUNES, J. H. Dicionários: história, leitura e produção. Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília, Taguatinga, v. 3, n. 1 /2, p. 06-21, 2010.
- NUNES, J. H. Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes Editores, 2006.
- OLIVEIRA, S. E. Cidadania: história e política de uma palavra. Campinas: Pontes Editores, RG Editores, 2006.
- ORLANDI, E. P. Análise de Discurso: princípios & procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes Editores, 2010.
- ORLANDI, E. P. Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi. In: BARRETO, R. G. Teias, Rio de Janeiro, ano 7, n. 13-14, jan./dez., 2006.
- ORLANDI, E. P. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- ORLANDI, E. P. Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia. 2. ed., Campinas: Pontes Editores, 2012.
- ORLANDI, E. P. Terra à vista - Discurso de confronto: Velho e novo mundo. 2. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.
- PAVEAU, A. Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas. 1. ed. Campinas: Pontes Editores, 2021.
- PÊCHEUX, M. Análise Automática do Discurso (AAD – 69). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs.). Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.
- PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- PETRI, V. “Manifestação” na língua e no dicionário: movimentos de sentido. In: SCHERER, A. et al (Org). Efeitos da língua em discurso. São Carlos: Pedro e João Editores, 2019.
- PETRI, V. Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos/ Verli Petri, com a participação de Daiane Siveris, Daiane da Silva Delevati, Nina Rosa Licht Rodrigues. 1. ed. Santa Maria: UFSM, PPGL- Editores, 2010.
- SCHMITT, Michele. Memória discursiva e memória metálica: (in)completude da linguagem. Idéias, Santa Maria, n. 17, 2003.

Submissão: março de 2022.

Aceite: julho de 2022.

(NÃO) É SÓ UMA PALAVRA: A ESCOLHA DE NFT COMO PALAVRA DO ANO PELO DICIONÁRIO COLLINS

Silmara Dela Silva¹
Ronaldo Adriano de Freitas²

Resumo: O presente artigo analisa a escolha de NFT (token não fungível) como palavra do ano pelo dicionário Collins. Pela interlocução da Análise do Discurso com a História das ideias Linguísticas, estabelece relações entre a designação de uma palavra tecno-econômica como palavra do ano por um dicionário e a circulação midiática dessa designação, de modo a analisar como sua eleição se torna acontecimento jornalístico na mídia. Especificamente no caso da escolha de NFT, marca-se uma relação entre linguagem e tecnologia que não é sem efeitos na conjuntura sócio-histórica, demonstrando, assim, o modo pelo qual a produção de sentidos em/sobre um dicionário reflete/sustenta as relações de classe nessa formação social.

Palavras-chave: Discurso; dicionário; palavra do ano; NFT; mídia.

IT'S (NOT) JUST A WORD: COLLINS DICTIONARY'S CHOICE OF NFT AS WORD OF THE YEAR

Abstract: This article aims to analyze the choice of NFT (non-fungible token) as word of the year by the Collins dictionary. Through the dialogue of Discourse Analysis with the History of Linguistic Ideas, it establishes relationships between the designation of a techno-economic word as word of the year by a dictionary and the media circulation of this designation, in order to analyze how its election becomes a journalistic event in the media. Specifically in the case of choosing NFT, a relationship between language and technology is marked, which doesn't fail to have effects on the socio-historical conjuncture, which demonstrates the way in which the production of meanings in/about a dictionary reflects/supports class relations in this social formation.

Keywords: Discourse; dictionary; word of the year; NFT; media.

1 Doutorado em Linguística pela UNICAMP (2008), Professora Associada da UFF, no Departamento de Ciências da Linguagem. E-Mail: silmaradela@gmail.com

2 Doutorado em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, Brasil (2020) efetivo do Instituto Federal Fluminense, Brasil. E-mail: ronaldofreitas.tec@gmail.com

Introdução

No final de novembro de 2021, ganhou ampla circulação na mídia a divulgação daquela que havia sido eleita “a palavra do ano” pelo Dicionário Collins: NFT.³ Sigla para a expressão “non-fungible token”, NFT, em sua opacidade, ganhou os noticiários e as redes sociais em meio a palavras outras, como “vax”, por exemplo, também eleita “palavra do ano” para o mesmo período, mas pelo Dicionário Oxford.⁴

A tradição de escolha de uma palavra capaz de representar um ano tem sido uma prática de dicionários e editoras: além dos dicionários Oxford e Collins, em língua inglesa, a Porto Editora, em Portugal, também elege, desde 2009, “a palavra do ano”, a partir da “análise de frequência e distribuição de uso das palavras e do relevo que elas alcançam, tanto nos meios de comunicação e redes sociais como no registro de consultas online e mobile dos dicionários da Porto Editora” (PALAVRA DO ANO, 2021).

Partindo da observação de Auroux (2014) da relação entre a produção dos instrumentos linguísticos e a produção da atividade linguística, compreendemos que, enquanto processo de instrumentação linguística, a produção de um dicionário participa do sistema de relações espaço-temporais denominadas pelo autor hiperlín-gua, o qual funciona como instância de regulação e legitimação necessárias ao funcionamento da língua.

Por sua vez, pela perspectiva teórico-metodológica da Análise do Discurso que se desenvolve a partir das proposições de Michel Pêcheux, sabemos que “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’”, sendo “determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas” (PÊCHEUX,

[1975] 1997, p. 160, itálico do autor).

Desse modo, os dicionários (e os dizeres que sobre ele circulam) são assim tratados nessa interlocução (ORLANDI, 2021) como materialidades discursivas, objetos eivados de história, e que dessa história participam. Essa relação entre historicidade, ideologia e instrumentação linguística é tomada por Petri e Scherer (2016) como elemento constitutivo do funcionamento do dicionário. Para as autoras, o imaginário de um saber que domestique a palavra e a torne apreensível é constitutivo do sujeito; “E assim os instrumentos linguísticos vão ganhando seu funcionamento, são eles os grandes senhores que poderiam controlar e dominar os processos de produção de significação de um determinado saber”. (PETRI e SCHERER, 2016, p. 364).

Nesse processo de asseveração dos sentidos, a escolha da palavra do ano se inscreve nos novos modos de produção de dicionários possibilitados pelas redes informacionais (FREITAS, 2020). No funcionamento digital marcado pelo efeito de atualidade, a determinação dessa palavra coloca o dicionário no lugar daquele que não apenas define a palavra, mas que lhe designa a importância num dado lapso temporal, marcando ali também seu lugar de balizador de uma historicidade. É esse lugar que vai se espalhar nas circulações midiáticas, que ao remeterem ao discurso lexicográfico, produzem o efeito circular de dupla confirmação: a mídia se filia a um discurso de estabilização de sentidos, ao mesmo tempo em que confirma esse lugar de estabilização à produção dicionarística.

A “palavra do ano” implica escolhas e engendra discursividades. É pela opacidade de sentidos que se marca na sigla NFT, então tomada como uma palavra – e não qualquer palavra – que se inscrevem sentidos que dizem do contexto sócio-histórico atual e dos sujeitos em suas relações. Voltamos, desse modo, ao seu funcionamento discursivo, com vistas a estabelecer relações entre a designação de uma palavra tecno-econômica como palavra do ano por um dicionário e a circulação midiática dessa desig-

3 <https://www.collinsdictionary.com/pt/woty>. Acesso em: 24 mar. 2022.

4 <https://languages.oup.com/word-of-the-year/>. Acesso em: 24 mar. 2022.

nação. Propomo-nos a analisar, assim, o modo como sua eleição se torna acontecimento jornalístico na mídia e, especificamente no caso da escolha anunciada pelo Dicionário Collins – NFT –, como se marca uma relação entre linguagem e tecnologia que não é sem efeitos em nossa conjuntura sócio-histórica.

A “palavra do ano” como acontecimento jornalístico

Uma pesquisa rápida no buscador Google é o suficiente para mostrar como a escolha da “palavra do ano”, geralmente divulgada de início em sites e redes sociais de cada dicionário ou editora, possui também o seu espaço de circulação na mídia jornalística. Isso porque a escolha gera notícia, produzindo um relato na mídia sobre a própria palavra selecionada, sobre as palavras com as quais ela concorreu durante o ano e sobre as palavras que foram eleitas em anos anteriores. Assim, se consideradas somente de forma textual, as notícias sobre a eleição da “palavra do ano” percorrem a mídia porque trazem uma informação nova, atendendo a critérios de noticiabilidade que definem aquilo que será ou não noticiado em um determinado período como uma consequência de sua atualidade e seu interesse junto aos leitores.

Entendemos, no entanto, que as notícias funcionam discursivamente e se constituem a partir de acontecimentos jornalísticos. Formulada a partir da compreensão do discurso como um acontecimento que se dá, conforme Pêcheux ([1983] 2008, p. 17), “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”, a noção de acontecimento jornalístico é tomada “como um acontecimento do discurso, uma prática discursiva, uma vez que, ao ser formulado, ele promove gestos de interpretação que atualizam e retomam sentidos em curso, em um dado momento histórico.” (DELA-SILVA, 2015, p. 224).

Por acontecimento jornalístico entendemos, assim, o modo como aquelas que normal-

mente são compreendidas como meras notícias, decorrentes do relato descomprometido de um fato com circulação nas diferentes mídias, são resultantes de práticas discursivas, que encerram gestos de interpretação determinados, por sua vez, por posições ideológicas. O que circula na mídia na condição de um relato jornalístico é consequência da própria prática discursiva da/na mídia, que constrói o jornalismo e(m) suas práticas, e determina aquilo que pode ou não ser noticiado em uma conjuntura sócio-histórica.

No caso das notícias em curso na mídia jornalística sobre “a palavra do ano”, temos um acontecimento jornalístico que resulta da construção de uma palavra que, por sua ocorrência em condições de circulação específicas, é considerada destaque. É a palavra em si mesma que se torna um acontecimento jornalístico, passando a comportar um discurso sobre. Conforme Mariani (1998, p. 60, *itálicos da autora*): “Os discursos sobre são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória”, uma vez que o falar sobre, segundo a autora, funciona por um efeito de tornar (re)conhecido aquilo sobre o que se fala.

Falar sobre a “palavra do ano” produz efeitos de naturalização sobre a própria prática de escolha de uma palavra; e o modo como se diz sobre a “palavra do ano” na mídia jornalística também produz os seus efeitos: embora seja um discurso sobre a própria palavra, é a suposta transparência de seu sentido (e não sua materialidade) que se torna objeto do discurso jornalístico.

Para seguirmos com a reflexão acerca do modo como a “palavra do ano” se torna um acontecimento jornalístico na mídia, passamos à análise de algumas sequências discursivas (SD) recortadas de três notícias que circularam na mídia jornalística on-line, em novembro de 2021, e que retornaram como resultado da busca para a expressão “palavra do ano 2021” no Google.

SD1: Tecnologia

‘NFT’ é eleita a palavra do ano 2021 pelo dicionário Collins

Sigla em inglês para ‘non-fungible token’ se refere um selo digital que pode ser associado a uma foto, um vídeo ou qualquer tipo de arquivo digital (G1, 24/11/2021)

SD2: Tecnologia

“NFT” é eleita a palavra do ano pelo dicionário Collins

Sigla em inglês para “token não fungível” venceu concorrentes “cripto” e “metaverso” (CNN, 24/11/2021)

SD3: você viu?

NFT é eleita palavra do ano pelo dicionário Collins; veja top 10

Além disso, lista inclui alguns termos relacionados à pandemia (FSP, 24/11/2021)

As três sequências discursivas apresentadas inicialmente trazem o conjunto de chapéu, título e linha fina de notícias sobre a divulgação da “palavra do ano”, que circularam respectivamente no portal G1, na rede CNN e no jornal Folha de S. Paulo, na mesma data. Nos três casos, temos um título centrado na sigla NFT, aquela que fora “eleita a palavra do ano (2021) pelo dicionário Collins”. Enquanto na SD3 temos a inscrição da notícia sob o chapéu “você viu?”, entrelaçando a notícia a efeitos de atualidade e informatividade, nas SD1 e SD2, a notícia se inscreve em uma editoria específica: “Tecnologia”.

A relação com a tecnologia não é propriamente uma novidade na escolha da “palavra do ano”. No dicionário Oxford, por exemplo, em 2012 foi eleita como “palavra do ano” a sigla GIF (*Graphics Interchange Format*), seguida, em 2013, pela palavra selfie. Em 2015, o mesmo dicionário elegeu como “palavra do ano” um emoji (chorando de rir), selecionando, assim, uma imagem como palavra. Em análise sobre essa escolha, Costa (2016) aponta para o modo como em nossa formação social a escrita se relaciona à imagem digital, produzindo seus efeitos nos sujeitos. Nos termos da autora: “A escolha

de um emoji como palavra do ano reverbera justamente a discursividade do eletrônico, pois realça, pela linguagem, um modo de estar na sociedade contemporânea e suas implicações político-ideológicas.” (COSTA, 2016, p. 93).

A circulação da notícia sobre a eleição de NFT como “palavra do ano” não é sem efeitos. Sabemos, com Orlandi (2001), que os discursos são como se constituem, como são formulados e como circulam. As condições de circulação de um dizer são parte constitutiva do modo como se produzem seus efeitos de sentidos. A localização de NFT no campo da tecnologia dá início a um processo de produção de sentidos para a palavra, que será marcado nas tentativas de sua definição, ao longo das três notícias.

Esse processo de buscar definir o que seria NFT se marca já na linha fina da SD2, em: “... se refere um selo digital que pode ser associado a uma foto, um vídeo ou qualquer tipo de arquivo digital”. E prossegue ao longo das notícias, como podemos observar nas sequências discursivas a seguir:

SD4: O termo é uma sigla em inglês para ‘non-fungible token’ (token não fungível, em português) e se refere um selo digital que pode ser associado a uma foto, um vídeo ou qualquer tipo de arquivo digital. (G1, 24/11/2021)

SD5: Um NFT é “um certificado digital exclusivo, registrado em um blockchain, que é usado para registrar a propriedade única de um ativo, como uma obra de arte ou um colecionável”, de acordo com uma postagem do blog da Collins, publicada nesta quarta-feira (24). (CNN, 24/11/2021)

SD6: O dicionário define NFT como “um certificado digital exclusivo, registrado em um blockchain, que é usado para registrar a propriedade de um ativo, como uma obra de arte ou um colecionável”. Em 2021, memes como “A menina do desastre” e o vídeo viral «Leave Britney Alone», e obras de arte da cantora Grimes foram

vendidos desta forma. (FSP, 24/11/2021)

Nas três sequências discursivas aqui expostas, marca-se a tentativa de dizer o que é um NFT: “... se refere um selo digital...” (SD4); “... é um certificado digital exclusivo...” (SD5); “O dicionário define NFT como...” (SD6), trazendo para o fio do discurso o enunciado definidor presente no Dicionário Collins. Conforme afirma Mazière (2008, p. 48), ao retomar os trabalhos de André Collinot sobre o enunciado definidor, “no interior da definição, se pode estudar de maneira privilegiada o que M. Pêcheux denominou ‘pré-construído’”, isso porque o enunciado definidor, funciona discursivamente como um “pronto a dizer” [“prêt à parler”] (MAZIÈRE, 2008), que apaga as relações entre o dizer, o já-dito e os apagamentos e/ou silenciamentos que dele são constitutivos.

Pelo funcionamento do pré-construído, compreendido, conforme Pêcheux ([1975] 2007, p. 164), como correspondendo “ao ‘sempre-já-aí da interpelação ideológica que fornece-impõe a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade (‘o mundo das coisas’), NFT tem o seu sentido associado a um selo ou certificado digital, produzindo, assim, o efeito de que todos sabemos do que se trata uma certificação desse tipo. É o enunciado definidor presente no próprio dicionário que é mobilizado no dizer jornalístico, marcando a memória discursiva de que ao dicionário compete definir palavras, que imaginariamente somente dizem sobre aquilo que já existe.

Esse efeito referencial que se instaura para a “a palavra do ano” se marca também nos exemplos que comparecem no dizer jornalístico para, ao lado do enunciado definidor, fazer com que NFT faça sentido. Na SD6, são exemplos de memes e vídeos que viralizaram na internet que são mobilizados como que para conferir existência à palavra, como se pode observar em: “memes como “A menina do desastre” e o vídeo viral «Leave Britney Alone», e obras de arte

da cantora Grimes foram vendidos desta forma.”. Também a menção a “uma foto, um vídeo ou qualquer tipo de arquivo digital” (SD4) produz o efeito de ancoragem da palavra no “mundo das coisas”. É assim que o enunciado definidor busca produzir para NFT a sua inscrição como palavra no universo das coisas a saber de que nos fala Pêcheux ([1983] 2008).

Enquanto um acontecimento jornalístico, a “palavra do ano” produz ainda um efeito: aquele de discursivamente se enlaçar a dizeres já-ditos e, ao mesmo tempo, dar a saber sobre uma atualidade. Vejamos como isso se marca em sequências discursivas recortadas das notícias que tomamos para análise:

SD7: “NFT” superou outras duas palavras relacionadas com tecnologia na lista inicial que o dicionário Collins considerou para eleger o termo do ano: “crypto”, uma abreviação de “criptomoeda” e “metaverso”, que descreve um mundo virtual.

Em outubro, a palavra vax, uma forma de abreviada de dizer vacina em inglês, foi escolhida a palavra do ano de 2021 pelo dicionário de língua inglesa Oxford.

No ano passado, o dicionário Collins escolheu “lockdown” como palavra do ano. (G1, 24/11/2021)

SD8: Em março, uma obra de arte digital chamada “Everydays: The First 5000 days” foi vendida por US\$ 69,3 milhões pela empresa Christie’s, tornando seu criador, o designer gráfico Mike Winkelmann, mais conhecido como Beeple, um dos artistas vivos mais valiosos do mercado de arte.

A ideia de uma revolução digital também é capturada em outro candidato ao dicionário para a

Palavra do Ano: “cripto”, abreviação de “criptomoeda”, dinheiro digital que está desafiando as formas tradicionais de dinheiro, de acordo com a editora Collins. (CNN, 24/11/2021)

Nas SD7 e SD8, marca-se a relação entre a palavra escolhida – NFT – e outras palavras que igualmente estariam em evidência ao longo do ano de 2021; e, também, é retomada, na SD7, aquela que antecedeu NFT como “palavra do ano”: “lockdown”. É assim que o acontecimento jornalístico da “palavra do ano” faz funcionar o jogo entre atualidade e memória de que nos fala Pêcheux ([1983] 2008), ao tratar do modo como a mídia faz “trabalhar” o acontecimento discursivamente. É nesse movimento que as informações “novas”, como a especificidade do NFT em um processo de venda de uma obra de arte digital, por exemplo, vai se enlaçando a dizeres sobre as cifras movimentadas digitalmente, e se inscrevendo no espaço de memória em que palavras relacionadas à pandemia de COVID-19 também alcançaram ampla circulação. É assim, conforme Pêcheux ([1983] 2008, p. 19-20), “o acontecimento jornalístico e da mass-media que remete a um conteúdo sócio-político ao mesmo tempo perfeitamente transparente [...] e profundamente opaco”.

Em meio a inscrição dos dizeres sobre o NFT no universo da tecnologia, o que se marca em termos e expressões como “mundo virtual”, “obra de arte digital”, “revolução digital”, presentes no fio do discurso da SD7 e da SD8, passam a se inscrever também sentidos outros, relacionados ao funcionamento da formação social capitalista: “vendida por US\$ 69,3 milhões”; “empresa Christie’s”; “mais valiosos do mercado de arte”; “dinheiro digital”.

Como afirma Nunes (2003, p. 16), ao apontar para o funcionamento de uma análise discursiva de enunciados definidores: “os sentidos da definição, de um ponto de vista discursivo, não são detectáveis no interior de um enunciado definidor, tomado isoladamente, mas sim na relação que esse enunciado estabelece com outros

em determinadas formações discursivas”. Sob o efeito de transparência do sentido, NFT é eleita “palavra do ano” em uma dada conjuntura sócio-histórica, que não pode ser apartada do modo como para ela se produzem efeitos de sentidos.

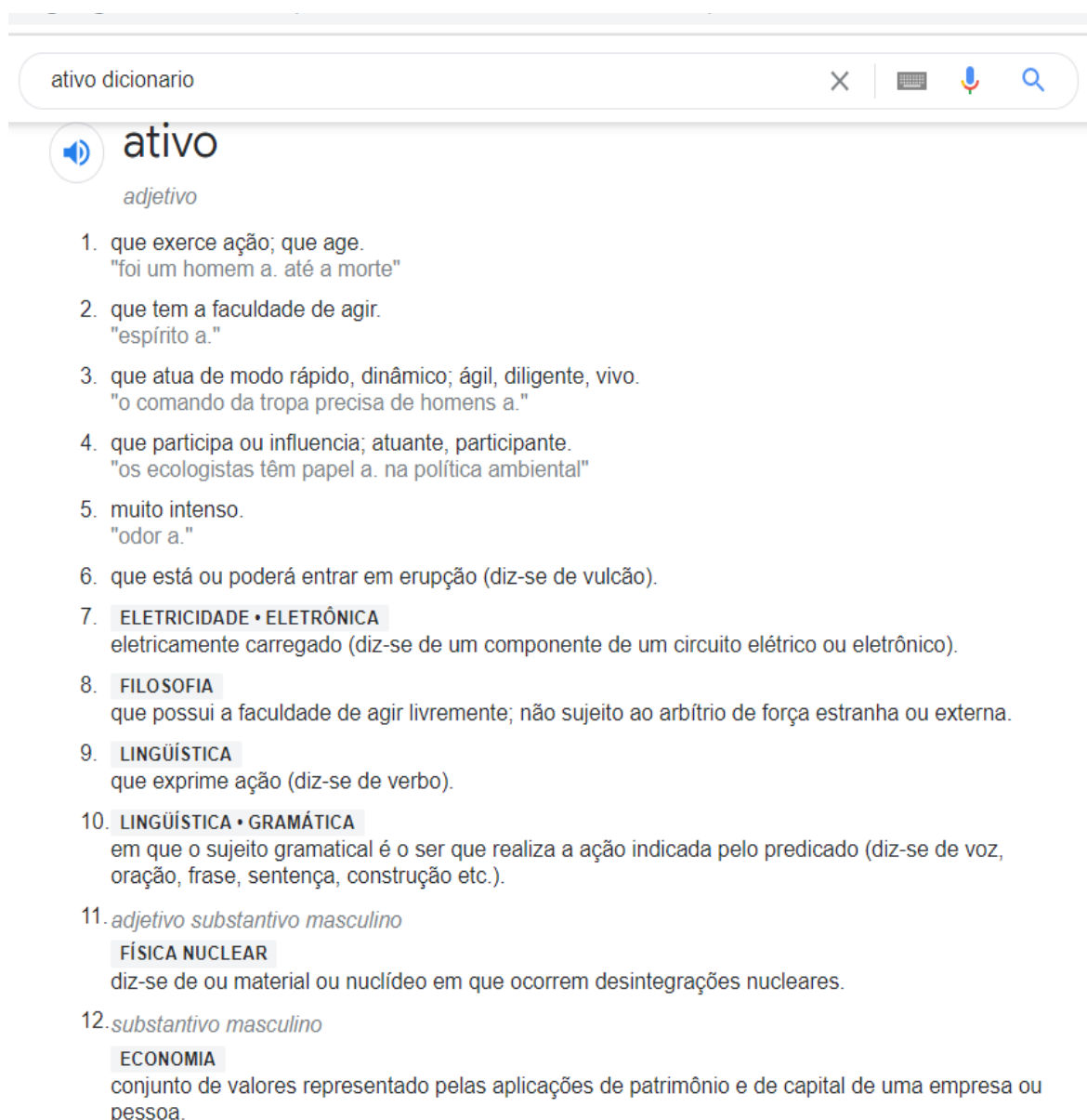
Das condições de produção de NFT como palavra do ano

A dupla ancoragem do discurso jornalístico e lexicográfico na circulação da palavra NFT como palavra do ano não pode ser discursivamente compreendida sem descrição das relações de força que a fazem circular e produzir sentido. As condições de produção que determinam tal escolha a e impulsionam ao status de acontecimento jornalístico compreendem o contexto de uma possível saída de um cenário pandêmico mundial, o qual não se estanca de uma historicidade movida pelas relações de classe, das quais nos fala Pêcheux. Para o filósofo, a produção da metalinguagem, suas diversas teorias, apontam para o lugar do materialismo histórico como base da compreensão dos mecanismos discursivos.

Essa abordagem, nos dizeres de Pêcheux ([1971] 2014, p.127), desafia os estudos de linguagem a “se desvencilhar da problemática subjetivista centrada no indivíduo”, pela apreensão daquilo que

[...] o materialismo histórico designa pela expressão relações sociais, que resulta de relações de classe características de uma formação social dada (através do modo de produção que a domina, a hierarquia das práticas de que este modo de produção necessita, os aparelhos através dos quais se realizam essas práticas, as posições que lhes correspondem, e as representações ideológico-teóricas e ideológico-políticas que delas dependem). (PECHÊUX, [1971] 2014, p.127, *itálicos e parênteses do autor*)

Pêcheux propõe, assim, “reservar a expressão processo discursivo (processo de produção do discurso) ao funcionamento da base lingüís-



Origem

☉ ETIM lat. *actīvus*, a, um 'ativo, que age, que tem significação ativa'

Figura 1: Print screen de busca no dicionário Google pela palavra “ativo”.

tica em relação a representações (...) postas em jogo nas relações sociais.” (PECHÊUX, [1971] 2014, p.128). Tomadas como estruturantes do processo de produção de sentidos, essas relações compõem nas formulações em torno da eleição de NFT como palavra do ano.

O processo discursivo é intrínseco ao modo histórico de produção que sustenta determinada formação social. Os discursos (midiáticos, lexicográficos...) se produzem na história e produzem, pela/na ideologia, a realidade social e os sujeitos que a compõe. A análise da cons-

tituição desses discursos permite a construção de trajetos temáticos e linhas associativas que possibilitam paralelamente compreender a movimentação histórica da composição (contradição) desse quadro social.

Retomando a SD 6, que reproduz o enunciado definidor da palavra do ano, encontramos a expressão “registrar a propriedade de um ativo” (tradução para: “to record ownership of an asset”, em inglês) como um atributo da palavra NFT. É nessa relação entre registro/símbolo (token) e o jargão econômico, que “ativo” rece-

be, segundo o dicionário Google5: o sentido de “conjunto de valores representado pelas aplicações de patrimônio e de capital de uma empresa ou pessoa.”, como podemos observar na figura 1 (acepção 12):

É essa filiação ao campo do “mercado de ações e capitais” aliada ao aspecto tecnológico que nos faz pensar a palavra NFT como palavra tecno-econômica. Nos dizeres da equipe editorial que a selecionou: “This convergence of money and the internet leads us to 2021’s word of the year: NFT.”6

A escolha do Collins, e sua reverberação midiática, contrasta com as escolhas da maioria dos dicionários que também elegem a palavra do ano, e que tiveram no campo das vacinas a escolha de sua palavra. Trata-se de uma palavra que põe o Dicionário Collins no campo da inovação: se as vacinas são o acontecimento mundial de 2021, encerrando um ciclo pandêmico avassalador, NFT aponta para um mundo paralelo à crise de saúde, cujos sentidos clamam por estabilização.

Petri (2019, p. 231) chama a atenção para a essa “pretensa estabilização de sentidos que promove, por exemplo, a entrada de um neologismo no espaço da língua” e o papel dos dicionários na produção desse imaginário de língua na relação com as formações ideológicas. Escolher a palavra que alia dinheiro à tecnologia é atender a uma demanda de mercado, a que Silveira (2021) denomina “Capitalismo Digital”. Para o autor: “O avanço das plataformas digitais para todos os segmentos da economia segue o processo de dataficação, ou seja, a conversão dos fluxos da vida em fluxo de dados que são extraídos, armazenados e tratados com objetivos de ampliar o domínio do capital sobre a sociedade. (SILVEIRA, 2021, p. 8).

A subsunção do discurso lexicográfico ao midiático não é sem o funcionamento de uma

ordem econômica que movimenta a luta de classes e provê formas-sujeito a novos investidores, criadores, mineradores e negociadores dos ativos tecnológicos que (co)operam para a acumulação de capital. Vista do lugar do materialismo histórico, a revolução tecnológica (e linguística que a sustenta/acompanha) é parte de um fluxo de capitais que opacifica ainda mais as relações de trabalho/propriedade/mais valia, e que justifica uma realidade de criação de diferenças sociais.

Tais reflexões nos levam a perguntar: para quem NFT é a palavra do ano? A quem se dirige um dicionário ou jornal, ao divulgar que entre os fatos mais importantes de 2021, e as palavras que mais se destacaram, a que mais importa é a que possibilita uma nova forma de investimento e circulação do capital? Uma pista pode ser obtida pela alocação da matéria no jornal Estado de São Paulo, em: <https://einvestidor.estadao.com.br/criptomoedas/nft-eleita-palavra-ano-pelo-dicionario-collins>. É a editoria “e-investidor” que traz sob o chapéu “criptomoedas” o destaque “Por que ‘NFT’ foi eleita a palavra de 2021 pelo Dicionário Collins”. Relação essa que também se marca na imagem escolhida pelo Dicionário Collins em sua página na internet como representativa da palavra NFT (figura 2):

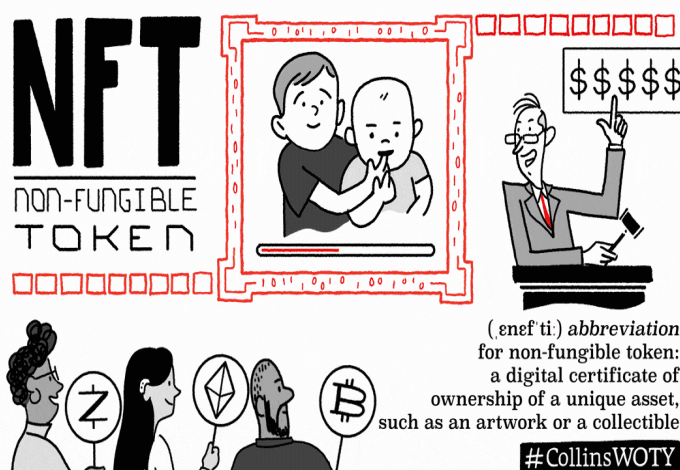


Figura 2: Palavra do ano do dicionário Collins: NFT. Disponível em: <https://www.collinsdictionary.com/pt/woty>. Acesso em: 30 abr. 2022.

5 <https://www.google.com/search?q=ativo+dicionario>

6 <https://blog.collinsdictionary.com/language-lovers/get-your-crypto-at-the-ready-nfts-are-big-in-2021/> Em tradução livre: Essa convergência entre dinheiro e internet nos levou a escolha da palavra do ano: NFT.

Trata-se, portanto, de um posicionamento editorial do dicionário que ao mesmo tempo que contribui para a construção de uma imagem de instrumento linguístico alinhado aos “novos tempos” e às inovações de mercado, colabora para afirmação desses valores, atuando como parte dos aparelhos que realizam as práticas sociais, tal qual nos fala Pêcheux ([1971] 2014).

Para concluir

No percurso que empreendemos nesse artigo, buscamos mostrar em nossas reflexões teórico-analíticas o modo como a relação entre linguagem e tecnologia produz efeitos em nossa conjuntura sócio-histórica. Tomamos como objeto de análise os discursos em circulação na mídia jornalística decorrentes da escolha de NFT (token não fungível) como palavra do ano pelo dicionário Collins.

As análises empreendidas a partir do acontecimento jornalístico que decorre da escolha feita pelo dicionário Collins dá a ver que NFT (não) é só uma palavra: cada dicionário e/ou editora faz a sua própria escolha de uma palavra, mas sempre em relação a outras que igualmente poderiam ter sido escolhidas. Tal escolha engendra discursividades que, por sua vez, apontam para o modo como os processos de produção de sentidos em/sobre um dicionário reflete/sustenta as relações de classe em nossa formação social.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, Sylvain. A hiperlíngua e a externalidade da referência. In: ORLANDI, E. (Org.) Gestos de leitura. Da História no Discurso. Campinas: Unicamp, 2014. p. 249-259.
- COSTA, Greciely C. A palavra do ano é uma imagem. Fragmentum. Santa Maria: UFSM, n. 48, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/23308/15107>. Acesso em: 24 mar. 2022.
- DELA-SILVA, Silmara. (Des)Construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia. In: FLORES, G.; NECKEL, N.; GALLO, S.M.L. (Orgs.). Análise de discurso em rede: cultura e mídia. Campinas, Pontes Editores, 2015, p. 231-232.
- FREITAS, Ronaldo A. Instrumentação linguística em rede: análise discursiva de dicionários online. 2020. 215p. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.
- MARIANI, Bethania. O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- MAZIÈRE, Francine. O Enunciado Definidor: Discurso e Sintaxe. In: GUIMARÃES, E. (Org.). História e sentido na linguagem. 2 ed. Campinas: Editora RG, 2008. p. 47-59.
- NUNES, José Horta. Definição lexicográfica e discurso. Língua e instrumentos linguísticos, Campinas. n. 11, p. 09-30, 2003.
- ORLANDI, Eni. Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.
- ORLANDI, Eni. História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas/Cáceres: Pontes/UNEMAT, 2001a.
- PALAVRA DO ANO. Iniciativa. Disponível em: <https://www.palavradoano.pt/>. Acesso em: 24 mar. 2022.
- PÊCHEUX, Michel. [1983]. O discurso: estrutura ou acontecimento. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.
- PÊCHEUX, Michel. [1975]. Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997a.
- PÊCHEUX, Michel. [1971]. Língua, Linguagens, Discurso. In ORLANDI, Eni P. (Org.). Análise de Discurso: Michel Pêcheux.

Campinas, SP: Pontes, 2014. p. 121-129.

PETRI, Verli; SCHERER, Amanda E. O funcionamento do político na produção de sentidos: o dicionário como trajeto de Leitura. In: Grigoletto, Evandra.; De Nardi, Fabiele. S. A Análise do Discurso e sua História: avanços e perspectivas. Campinas, SP: Pontes, 2016. p. 359-373.

PETRI, Verli. “Manifestação” Na Língua e no Dicionário: movimentos de sentido. In: SCHERER, Amanda.; SOUZA, Lucília.; MEDEIROS, Vanise.; PETRI, Verli. (Orgs.). Efeitos da Língua em Discurso. São Carlos: Pedro & João editores. 2019. p. 227 – 241.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Capitalismo Digital. Revista Ciências do Trabalho. nº 20, out. 2021. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/286>. Acesso em: 29 abr. 2022.

Matérias jornalísticas:

GUY, J. “NFT” é eleita a palavra do ano pelo dicionário Collins. CNN Brasil, 24 nov. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/tecnologia/nft-e-eleita-a-palavra-do-ano-pelo-dicionario-collins/>. Acesso em: 24 mar. 2022.

‘NFT’ é eleita a palavra do ano pelo dicionário Collins. G1, 24 nov. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2021/11/24/nft-e-eleita-a-palavra-do-ano-2020-pelo-dicionario-collins.ghtml>. Acesso em: 24 mar. 2022.

NFT é eleita palavra do ano pelo dicionário Collins; veja top 10. Folha de S. Paulo, 24 nov. 2022. Disponível em: <https://f5.folha.uol.com.br/voceviu/2021/11/nft-e-eleita-palavra-do-ano-pelo-dicionario-collins-veja-top-10.shtml>. Acesso em: 24 mar. 2022.

Submissão: abril de 2022.

Aceite: agosto de 2022.

MULATO NOS DICIONÁRIOS DE PORTUGUÊS OU SOBRE O QUE UMA PALAVRA PODE CONTAR DA MISTIÇAGEM NO BRASIL

Rogério Modesto¹

Resumo: Neste texto, apresento uma análise do verbete mulato em dicionários de língua portuguesa, datados entre os séculos XIX e XX. A análise é feita com base nos pressupostos teóricos da História das Ideias Linguísticas e da Análise de Discurso que se orienta por uma perspectiva materialista. A partir da análise do verbete em questão, busquei recuperar o debate brasileiro em torno da noção de mestiçagem, noção cara à discussão em torno da identidade do Brasil e do brasileiro. As conclusões apontam para o fato de que diferentes vertentes teóricas sobre a mestiçagem parecem comparecer espelhadas nos dicionários de língua portuguesa. Nesse sentido, tanto a ideia de que o mulato é o “mestiço brasileiro” ou o “verdadeiro brasileiro” quanto a ideia de que este só pode ser aceito socialmente se o elemento branco sobressair na formação de sua identidade cultural se fazem presentes.

Palavras-chave: Mulato; Mestiçagem; Dicionários; História das Ideias Linguísticas; Análise de Discurso.

MULATTO IN PORTUGUESE DICTIONARIES OR WHAT A WORD CAN TELL ABOUT MISCEGENATION IN BRAZIL

Abstract: In this paper, I present an analysis of the entry “mulatto” in Portuguese language dictionaries dated from the 19th and 20th centuries. The study is based on the History of Linguistic Ideas and Discourse Analysis theories, from a materialistic point of view. Analyzing the word in question, I sought to recover the Brazilian debate on the notion of miscegenation, which is substantial for the discussion around the identity of Brazil and the Brazilian people. The conclusions indicate that different theoretical branches on miscegenation seem to be reflected in Portuguese language dictionaries. In this regard, both the notion that the mulatto is the “mixed Brazilian”, or the “real Brazilian”, and the idea that it can only be socially acceptable if the individual’s white portion stands out in the cultural identity formation are present.

Keywords: Keywords: Mulatto; Miscegenation; Dictionaries; History of Linguistic Ideas; Discourse Analysis.

¹ Doutor em Linguística (UNICAMP). Professor do Departamento de Letras e Artes da UESC. E-mail: roger.luid@gmail.com

Introdução

A mestiçagem sempre inquietou o Brasil. Entre o incômodo e o fascínio fetichista, o debate sobre a mestiçagem brasileira mobilizou, no curso da nossa história, uma gama de saberes orientados pelo atravessamento de diferentes discursividades². Do direito à medicina, da literatura à antropologia, da história à filologia e à linguística ou mesmo nas possíveis relações abertas por e nessas áreas, um sem fim de curiosos(,) cientistas e intelectuais tentaram, especialmente na passagem entre os séculos XIX e XX (momento em que mudanças sociais e políticas empurram o Brasil para a construção de uma identidade cada vez mais apartada da identidade europeia-portuguesa), definir quem é o brasileiro, qual a sua identidade, suas características próprias. De muitos modos, boa parte dessas perguntas sequer imaginaram poder escapar ao mestiço e à mestiçagem.

Na introdução de *O povo brasileiro*, ainda nas suas primeiras linhas, Darcy Ribeiro (2006, p. 17) chama atenção para o acontecimento no qual “matrizes raciais díspares, tradições culturais distintas, formações sociais defasadas se enfrentam e se fundem para dar lugar a um povo novo”. Novo é o adjetivo escolhido para marcar o surgimento de «[...] uma etnia nacional, diferenciada culturalmente de suas matrizes formadoras, fortemente mestiçada, dinamizada por uma cultura sincrética e singularizada pela redefinição de traços culturais delas oriundos» (RIBEIRO, 2006, p. 17).

Se essa é a compreensão que abre uma das principais obras da literatura antropológica brasileira do século XX³, uma ideia que, a sua

maneira, põe em circulação um sentido de celebração a uma identidade nacional que se encontra com e na mestiçagem, não se pode dizer, todavia, que tenha sido sempre esse o tom dos discursos que aqui circularam. No século XVIII, já estavam entre nós teorias racistas e eugênicas que grassavam pela Europa e pelos Estados Unidos da América, em virtude dos interesses coloniais e imperialistas em torno da concretização da dominação dos continentes africano, americano e asiático. Nessas condições de produção, os “cruzamentos raciais” eram duramente condenados por médicos, antropólogos, eugenistas e viajantes estrangeiros, sendo vistos como os grandes responsáveis pela degenerescência das populações não europeias. E o Brasil talvez fosse o grande exemplo de “nação degenerada”.

Pelos anos de 1865, o professor, viajante e expedicionário suíço Louis Agassiz saiu de Nova York em direção ao Brasil. Por aqui, esteve entre Minas Gerais e Rio de Janeiro, porém, tendo em vista seus objetivos zoológicos e paleográficos, demorou-se mesmo na Amazônia e no Nordeste brasileiro. Na região amazônica, espantou-se com o número do que chamava de “classe híbrida”, numerosa em todas as cidades do país pelas quais passara, mas muito marcada nessa região em virtude do “elemento indígena”⁴. É justamente descrevendo essa situação, em seu livro-diário *A journey in Brazil*, que ele diz:

Que venha ao Brasil quem duvidar do mal dessa mistura de raças e se inclinar, por uma filantropia equivocada, a derrubar todas as barreiras entre elas. Ele não poderá negar a deterioração resul-

1950. Nesse sentido, trata-se de um livro que representa e concentra o debate sobre a formação do Brasil, e consequentemente, sobre a mestiçagem, que dominou todo o século XX.

4 Em seu livro de viagem, se lê o seguinte: This hybrid class, although more marked here because the Indian element is added, is very numerous in all the cities and on the large plantations; perhaps the fact, so honorable to Brazil, that the free negro has full access to all the privileges of any free citizen, rather tends to increase than diminish the number (AGASSIZ, 1868, p. 292-293).

tante de uma fusão de raças, mais difundida aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que está rapidamente apagando as melhores qualidades do homem branco, do negro e do índio, deixando um tipo mestiço indescritível, deficiente em energia física e mental. Em uma época em que o novo status social do negro é um assunto de vital importância em nossa política, deveríamos lucrar com a experiência de um país onde, embora exista escravidão, há muito mais liberalidade em relação ao negro livre do que jamais desfrutou-se nos Estados Unidos. Aprendamos a dupla lição: abra todas as vantagens da educação ao negro e dê-lhe todas as chances de sucesso que a cultura dá ao homem que sabe usá-la; mas respeite as leis da natureza e deixe que todas as nossas relações com o homem negro tendam a preservar, na medida do possível, a distinção de suas características nacionais e a integridade das nossas (AGASSIZ, 1868, p. 293, tradução minha⁵).

Da citação, dois pontos marcantes: a evidência racista do defeito social da mestiçagem em virtude da geração do mongrel, aqui traduzido por mestiço, mas que vale também para vira-lata; e o fato de o Brasil ter se tornado, nessa conjuntura discursiva, “um grande laboratório racial”, conforme aponta Schwarcz (1994, p. 152). Um laboratório propício ao estudo das “raças híbridas”, terreno fértil para os debates “que se congregavam nos diversos centros de ensino e aco-

5 No original: Let any one who doubts the evil of this mixture of races, and is inclined, from a mistaken philanthropy, to break down all barriers between them, come to Brazil. He cannot deny the deterioration consequent upon an amalgamation of races, more widespread here than in any other country in the world, and which is rapidly effacing the best qualities of the white man, the negro, and the Indian, leaving a mongrel nondescript type, deficient in physical and mental energy. At a time when the new social status of the negro is a subject of vital importance in our statesmanship, we should profit by the experience of a country where, though slavery exists, there is far more liberality toward the free negro than has ever enjoyed in the United States. Let us learn the double lesson: open all the advantages of education to the negro, and give him every chance of success which culture gives to the man who knows how to use it; but respect the laws of nature, and let all our dealings with the black man tend to preserve, as far as possible, the distinctness of his national characteristics, and the integrity of our own.

lhida: os institutos históricos e geográficos, os museus etnográficos, as faculdades de direito e de medicina” (SCHWARCZ, 1994, p. 152).

Como recorte de um projeto maior ainda em curso, neste texto, defendo a ideia de que também os estudos e instrumentos linguísticos foram palco para esse espetáculo da mestiçagem. De doença social à identidade a celebrar, diferentes discursos sobre a mestiçagem compõem nas diversas produções linguísticas que ganham corpo entre o final do século XIX e, pelo menos, a primeira metade do século XX. Considerando que os instrumentos linguísticos são tecnologias da colonização que gramatizam uma língua, isto é, documentam-na e instrumentalizam-na (AUROUX, 2008, 2009), tomarei, neste texto, o dicionário de língua portuguesa como objeto material de análise, compreendendo-o como um discurso sobre a língua (NUNES, 2010) no qual comparece um saber histórico (SILVA, 1996).

Por uma perspectiva que se sustenta do entremédio entre a História das Ideias Linguísticas e a Análise de Discurso que se orienta por uma tomada de posição materialista, volto meu olhar para o funcionamento discursivo do verbete mulato em diferentes dicionários de português no recorte temporal já citado⁶. As perguntas que mobilizam essa análise são: em que medida diferentes discursos sobre a mestiçagem, materializados especialmente nas diferentes teorias e abordagens raciologistas e sociológicas, podem reverberar na produção linguística em torno da língua portuguesa? Como um arquivo dis-

6 Os dicionários trabalhados no texto foram dicionários que circularam no Brasil entre os séculos XIX e XX. Trarei um dicionário português de ampla circulação no país (SD1), duas edições de um dicionário português (SD2), mas com forte influência brasileira pela autoria de Antônio Moraes, brasileiro que, em Portugal, empenhou-se em complementar dicionários portugueses com os chamados brasileirismo (NUNES, 2010) e, por fim, trabalharei também com um dicionário brasileiro (SD3) do período em que a produção lexicográfica brasileira já estava bem estabelecida e em franca produção de instrumentos integralmente brasileiros, isto é, sem a tutela linguística de Portugal.

cursivo composto pelo mapeamento do verbete mulato, dentro do recorte já mencionado, pode contar a história da mestiçagem brasileira?

Para empreender essa reflexão, começarei apresentando diferentes perspectivas teóricas que, em geral, sustentam o acontecimento do debate sobre a mestiçagem. Embora uma dessas vertentes seja talvez a que mais produz efeitos, outras disputam, entre ratificações e contradições, espaços com ela. Nesse campo de disputas teóricas, esboçarei uma proposta discursiva para a mestiçagem. Em seguida, tentarei estabelecer um paralelo entre a periodização da gramatização brasileira e das teorias da mestiçagem, com o objetivo de descrever as condições de produção que envolvem o corpus discursivo de análise. Por fim, trago o gesto de análise do verbete mulato em diferentes dicionários de língua portuguesa.

Perspectivas sobre a mestiçagem e proposta discursiva

Em Rediscutindo a mestiçagem no Brasil, Kabengele Munanga (2020) oferece-nos uma rica discussão a partir da qual é possível identificar, pelo menos, três caminhos que o debate em torno da mestiçagem percorreu e tem percorrido ao longo da história. Esses três caminhos conservam características próprias, mas não devem ser encarados como dissociados, na medida em que se remetem por continuidade ou por oposição. E, embora seja possível localizar e recortar certo período histórico de sobrevida para essas perspectivas, é importante considerar, de um ponto de vista discursivo, que os princípios de cada uma delas ressoam na história, dando corpo à memória discursiva que permeia a ideia de mestiçagem. Assim, de acordo com Munanga (2020), é possível diferenciar três perspectivas para a mestiçagem: a populacionista, a raciológica e a sociológica.

Na perspectiva populacionista, a mestiçagem é compreendida como um acontecimento universal. E, vista desse modo, ela diria respeito

a toda e qualquer interação ou troca de fluxo de informação genética dentro de uma população, isto é, um conjunto de indivíduos que se reproduzem por hábito. Aqui, a ideia de indivíduo, enquanto parte do conjunto que compõe uma população, que pode ser mais ou menos contrastada fenotipicamente, é concebida por um olhar puramente biológico, mas que não classifica os sujeitos a priori. Desse modo, a mestiçagem passa a ser entendida como o próprio processo natural de produção de outros indivíduos.

Cumprе notar que, se, por um lado, a ideia de classificação a priori não comparece na perspectiva populacionista, é inteiramente a visão biológica que vai sustentar esse modo de compreender a mestiçagem. O olhar biológico participa desse debate tomado, de saída, como legítimo e, nessas condições, abre as portas para que se possa pensar os sujeitos enquanto uma combinação de genes. É justamente na esteira desse quadro científico biológico que a perspectiva raciológica buscará estabelecer suas bases, dessa vez, considerando a “natureza” dos elementos que se combinam para a produção de novos indivíduos, e problematizando o “somatório” cujas partes somadas terão maior ou menor peso no resultado final.

Considerar a “natureza” dos elementos envolvidos na produção de novos indivíduos e problematizar o somatório ou mistura desses elementos significa, do ponto de vista raciológico, trabalhar com a noção de “raça” previamente estabelecida⁷. Assim, “o raciológico se

7 Ou seja, raça pensada a partir do modo pelo qual o biológico é interpretado pelo racismo científico para sustentar a ideia de que “as diferenças de tipo fisiológico ou de natureza realmente fornecem base para que classifiquemos as raças humanas em famílias” (HALL, 2015, p. 03). Neste texto, porém, tomo posição por uma perspectiva outra de raça, uma perspectiva discursiva, assim definida por Stuart Hall (2015, p. 03): “existem diferenças de todo tipo no mundo, [...] a diferença é um tipo de existência anômala por aí, uma série randômica de todo tipo de coisa que a gente chama de mundo e não há motivo para negarmos essa realidade ou essa diversidade. [...] Apenas quando essas diferenças foram organizadas dentro da linguagem, dentro do discurso, dentro dos sistemas de sentido, é que podemos dizer que as diferenças adquiri-

interessa principalmente pela mestiçagem entre as ‘grandes raças’ definidas a priori” (MUNANGA, 2020, p. 23), fato que o leva a evocar a mestiçagem frente aos problemas que seu método (a divisão da espécie humana em grandes raças) o coloca. Em virtude disso, se determinadas variações dentro de um “sistema racial” são imperfeitas, isso significa que a pureza dos tempos antigos foi corrompida pela mestiçagem das “raças originais”.

Ainda segundo Munanga (2020), os pressupostos raciologistas sustentam o senso comum para o qual branco, negro, amarelo, homem de cor e demais designações raciais resultam da evidência que recobre a realidade biológica que se impõe por si mesma. Essa é, então, a vertente sobre a mestiçagem que talvez mais produza efeitos. No entanto, o autor nos ajuda a entender que essas designações são “categorias [...] largamente herdadas da história da colonização, apesar da nossa percepção da diferença situar-se no campo do visível” (MUNANGA, 2020, p. 24). E é corroborando com esse posicionamento, que se coloca num lugar de antagonismo à perspectiva raciologista, que o ponto de vista sociológico entra em cena.

Na perspectiva sociológica da mestiçagem, as categorias herdadas da colonização que proporcionam designação e classificação racial têm um objetivo muito mais ideológico do que biológico. Por isso mesmo, elas nos levam a adquirir o costume de pensarmos sobre nós mesmos e sobre as nossas identidades sem o entendimento

ram sentido e se tornaram fatores da cultura humana e da regulação de condutas - essa é a natureza do que estou chamando de conceito discursivo de raça”. Em outras palavras, se existe uma perspectiva raciológica para a qual a existência de raças se evidenciaria pela diferença de (bio) tipos humanos, nosso entendimento inverte essa lógica na medida em que, de uma perspectiva materialista, não são as diversidades fenotípicas e fisiológicas que provam a existência de diferentes raças, mas a interpretação sobre essas diversidades criam condições para a produção do conceito de raça que “não passa de uma ficção útil, uma construção fantasmática ou uma projeção ideológica, cuja função é desviar a atenção de conflitos mais genuínos” (MBEMBE, 2018, p. 28).

de que haveria uma “manipulação do biológico pelo ideológico” (MUNANGA, 2020, p. 24). De uma tomada de posição discursiva materialista, diríamos mesmo que não se trata de diferenciar o biológico do ideológico, como se fossem dois campos diametralmente distintos, mas de ponderar que “não se pode [...] desconsiderar a constituição essencialmente ideológica do discurso e do sentido” (ORLANDI, 2011, p. 17) e isso se estende aos discursos científicos e aos efeitos de sentido deles procedentes.

A partir da perspectiva sociológica, nas palavras de Munanga (2020, p. 24):

[...] a mestiçagem não pode ser concebida apenas como um fenômeno estritamente biológico, isto é, um fluxo de genes entre populações originalmente diferentes. Seu conteúdo é de fato afetado pelas ideias que se fazem dos indivíduos que compõem essas populações e pelos comportamentos supostamente adotados por eles em função das ideias. A noção de mestiçagem, cujo uso é ao mesmo tempo científico e popular, está saturada de ideologia. Por isso, seria importante, antes de qualquer análise, deixar claras as diversas conotações.

A perspectiva sociológica apresenta-nos boas contribuições ao questionar a evidência biologicista que é reproduzida pelo ponto de vista raciologista, bem como ao denunciar os efeitos ideológicos que se colam a essa evidência. Mas, não se pode deixar de pontuar que ela o faz considerando o biológico e o ideológico como duas instâncias simetricamente separadas, reforçando também uma visada conteudista na qual seria preciso distinguir os diferentes conteúdos que a palavra mestiçagem conseguiria portar. De uma perspectiva discursiva, porém, nos é caro reforçar que as ambiguidades do conceito de mestiçagem, sua polissemia, não se relaciona a conteúdos depositados previamente sobre a palavra, uma vez que, como nos ensina Pêcheux (2009, p. 147) “uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade. Ao

contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva”. De igual modo nos ensina Pêcheux (2009) sobre não haver sentido sem sujeito, assim como não há sujeito fora da ideologia, ponto que nos impede de considerar o biológico (ou mesmo o discurso científico⁸) como instância apartada das relações de produção e reprodução ideológica.

Diante disso, é importante abriremos espaço para uma perspectiva discursiva para a mestiçagem. Desse lugar, compreendo a mestiçagem como um aspecto da racialidade e a racialidade como partícipe do processo de constituição do sujeito e do sentido em sua relação de imbricação com outras dimensões⁹ que tocam os processos de interpelação, identificação, subjetivação e também resistência, numa conjuntura social na qual a categoria de raça desempenha papel fundamental na classificação, organização e hierarquização social. Esse modo de formular a questão sustenta-se no que Modesto (2021) apresenta em torno dos discursos racializados, ponderando que “a tensão racial é um problema constitutivo à formação social brasileira, tendo em vista o modo de produção que a domina” (MODESTO, 2021, p. 02). Parto, então, da compreensão de que é possível falar de efeitos raciais no processo de interpelação ideológica (FANON, 1952; MODESTO, 2018), assim como é possível pensar os efeitos da colonização patriarcal, capitalista e racista nas condições de produção dos discursos.

Vista por esse prisma, a mestiçagem pode ser considerada uma discursividade que constitui a formação social brasileira, oferecendo an-

coragens para diferentes processos de identificação social, diferentes posições-sujeito enlaçadas pela contradição. Como uma discursividade que constitui nossa formação social, a mestiçagem incide também sobre os discursos fundadores da brasilidade, constituindo-se memória discursiva para dizeres de e sobre o Brasil e o brasileiro. E é também como discursividade que é possível proceder com a montagem e organização de diferentes arquivos que são atravessados pela mestiçagem e que tocam diversos processos de significação como os dizeres da loucura, da saúde, do sincretismo, da religiosidade, da cultura, do carnaval, do contato linguístico e da língua.

Periodização das teorias da mestiçagem e da gramatização brasileira

A mestiçagem foi dita de diferentes formas ao longo da história do Brasil. Reproduzindo, em geral, o referencial teórico dos cientistas ocidentais (europeus e americanos) de sua época e de épocas pregressas, os pensadores brasileiros se empenharam na tentativa de explicar a situação racial brasileira e especular percursos para o problema da construção da identidade nacional, tendo em vista a diversidade racial que aqui se encontrava. Nas diversas produções brasileiras, a mestiçagem era caracterizada “ora como um meio para estragar e degradar a boa raça, ora como um meio para reconduzir a espécie a seus traços originais” (MUNANGA, 2020, p. 53).

No século XIX, especialmente em seus anos finais, quando a abolição da escravatura se tornava cada vez mais uma realidade palpável, os pensadores brasileiros se viram diante de questões incontornáveis: o que virá a ser a nação brasileira? Qual seria a identidade que a nação adotaria? Essa problemática ganhava força com o fato de a mestiçagem ser uma realidade inquestionável, malgrado todo discurso de degenerescência do cruzamento racial, e também com o fato da emergência de uma nova categoria de cidadãos: os ex-escravizados negros. Novas perguntas surgiam: como tornar o ex-escravizado

8 Importante notar que, em Pêcheux (2009), há uma distinção entre discurso científico e prática científica (processo científico-conceitual). Na medida em que um discurso é sempre discurso de um sujeito, a ciência é um processo sem sujeito. Essa discussão está bem trabalhada no célebre *Semântica e Discurso*.

9 Como as dimensões de classe (PÊCHEUX, 2009) e mesmo gênero e sexualidade (ZOPPI-FONTANA, 2017).

um elemento da nacionalidade, se o pensamento colonial que considerava o negro como objeto, animalizado, força de trabalho, ainda não havia mudado?

A preocupação da elite brasileira girava em torno das marcas e influências que a presença do negro, agora livre, poderia proporcionar na sociedade. A diversidade racial representava uma ameaça e um obstáculo para a construção de uma nação que se queria e se pensava branca. É, portanto, em virtude disso que a categoria de raça constituiu-se eixo central no debate que se travava no Brasil entre o final do século XIX e meados do século XX. Desse debate, pelo menos três grandes correntes de pensamento marcam a periodização da ideia de mestiçagem no Brasil. Para produzir mais um olhar discursivo que historiográfico sobre a questão, recorro a dois pesquisadores do campo da análise de discurso para mapear essa periodização.

Barbosa Filho (2022) nos ajuda a refletir sobre o primeiro período, que compreende o final do século XIX, e é marcado pelo empreendimento da medicina legal, de Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), em que se buscava de maneira incisiva relacionar criminalidade, loucura e raça. Nesse período, a mestiçagem era compreendida como um perigo para as raças, especialmente a branca europeia, porque o mestiço seria responsável por todo tipo de degenerescência social, tal qual lemos na introdução a este texto com a retomada a Louis Agassiz. Barbosa Filho (2022) nos leva a considerar como esse discurso se materializa em diferentes discursividades e instituições, fazendo com que, para empreender uma análise da questão, fosse preciso montar um arquivo “no rastro das discursividades em jogo”, sem ceder a enquadramentos que se limitem a tipologias discursivas ou instituições a priori.

Silva-Fontana (2021), por sua vez, nos ajuda a compreender os efeitos discursivos dos dois períodos seguintes. O primeiro compreenderia os anos iniciais do século XX e teria como figura representativa autores como Francisco

Oliveira Viana (1883-1951). O segundo diria respeito ao meio da primeira metade desse século e o nome mais representativo dessa fase seria o de Gilberto Freyre (1900-1987). A produção de Oliveira Viana, alerta-nos Silva-Fontana (2021), constitui-se como acontecimento discursivo que, como tal, estabelece atualização da memória dos discursos anteriores, fissurando-os, no entanto, e abrindo caminhos para outros sentidos. Desse modo, será nesse período que se compreenderá a miscigenação como elemento degenerativo, mas com potencial de mudança, se houver assimilação de uma mentalidade branca por parte do mestiço. Já em Freyre, há a produção de um deslizamento que tangencia o tema da degenerescência ao propor o mestiço como o brasileiro, discurso que se sustentaria na ideia de que somos todos misturados. Em diferentes tradições dos estudos raciais, Freyre é, então, reconhecido como fundador do mito da democracia racial, produzindo, como nos diz Silva Fontana (2021), um discurso fundador para a brasilidade fortemente afetado pela mestiçagem. Assim:

Foi, na verdade, na década de trinta que sinais de uma certa positivação da ideia da mestiçagem tornavam-se mais evidentes. Cantada em verso e prosa, a miscigenação de grande mácula transformava-se em nossa mais sublime especificidade, sem que o tema fosse, de fato, enfrentado. Nesse movimento, o conflito virava sinal de identidade, ao mesmo tempo em que o mito das três raças passava a equivaler a uma grande representação nacional. Coube a Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* (1930), de alguma maneira oficializar essa imagem dispersa. Sobretudo nessa obra, a mestiçagem aparece como grande caráter nacional, que interfere não apenas na conformação biológica da população, mas, sobretudo, na produção cultural que nos singularizava. Inventor do famoso mito da democracia racial brasileira, Freyre de fato adocicava o ambiente ao priorizar uma certa história sexual brasileira, em detrimento de uma análise cuidadosa das contradições existentes nessa sociedade tão marcada pela escravidão (SCHWARCZ, 1996, p. 98)

Em resumo, podemos periodizar o pensamento sobre a mestiçagem no Brasil do seguinte modo:

Final do século XIX - a mestiçagem era responsável pelas mazelas sociais, sendo associada à criminalidade e à loucura. Reforça-se o perigo da mistura de raças para o elemento branco;

- Primeiros anos do século XX - ainda se concebia a mestiçagem como um problema, mas seria possível considerá-la um ganho social se o mestiço desenvolvesse uma mentalidade branca;
- A partir dos anos 30 do século XX - o mestiço torna-se o portador da identidade nacional, a marca de que no Brasil não há racismo e de que há uma democracia racial em curso. Estabelece-se, assim, o mito da igualdade entre as três grandes raças (brancos, negros e indígenas) que escamoteará os efeitos nefastos do racismo no Brasil

É interessante notar que, do ponto de vista de uma história das ideias linguísticas, a construção do mestiço como figura representativa da identidade nacional coincide com a produção dos instrumentos linguísticos (gramáticas e dicionários) comprometidos com a produção de uma imagem de completude da língua que se fala no país.

No que se refere ao processo de gramatização da língua “brasileira”, Guimarães (2004), preocupado por uma leitura historiográfica das condições de produção da colonização brasileira, propõe uma periodização que está ligada a arranjos políticos e institucionais do contexto brasileiro em torno da noção de língua nacional. Assim, para ele, é possível pensar o processo de gramatização do “brasileiro”, a partir de diferentes momentos históricos. Um deles compreenderia o início da segunda metade do séc. XIX até o final dos anos de 1930, sendo este um período caracterizado pelo início dos estudos do português brasileiro e pela publicação das primeiras gramáticas produzidas no país.

Nunes (2010) ratifica a periodização proposta por Guimarães, mostrando que, no caso dos dicionários, a partir da segunda metade do

séc. XIX torna-se mais forte a prática de introduzir palavras brasileiras nos dicionários monolíngues de língua portuguesa. Essa introdução era feita a partir da publicação de vocabulários de “brasileirismos” que tinham por objetivo a complementação dos dicionários portugueses. Ainda assim, esse tipo de dicionário “embora introduzisse algumas palavras brasileiras, era muito distante da realidade brasileira, da sociedade que então se formava, das peculiaridades do país e de suas regiões” (NUNES, 2010, p. 10). O autor pontua que a produção de dicionários parciais e de complemento mostra que no século XIX já há a constituição de uma lexicografia brasileira de língua nacional. Mesmo assim, Nunes pondera que é somente no século XX que surgem os primeiros dicionários importantes monolíngues brasileiros de língua portuguesa. Nesse momento, “não se trata aí tão somente de dicionários parciais, que completariam os dicionários portugueses, mas, sim, de dicionários que produzem uma imagem de completude da língua falada no Brasil” (NUNES, 2010, p.10).

Dentro desse contexto, o autor reafirma a importância da década de 1940 - desse modo, pouco tempo depois da publicação de Casa grande & Senzala, de Gilberto Freyre - como um momento em que se tenta iniciar a produção efetiva de uma imagem de completude da língua falada no Brasil.

Cabe ressaltar que o gesto de periodização que procuro efetuar aqui não quer estabelecer necessariamente um paralelo direto entre as teorias da mestiçagem no Brasil e a produção de dicionários, como se fosse possível esperar um espelhamento prático e direto de um processo no outro. Sabemos que a produção lexicográfica não consegue acompanhar integralmente mudanças de sentido contemporâneas em seu fazer. Não é porque, com a publicação de Casa grande & Senzala, nos anos de 1930, parece haver uma ruptura ou deslizamento dos sentidos de mestiço e mestiçagem que, imediatamente, os dicionários posteriores a essa data registrariam mudanças em verbetes relacionados aos sentidos

em pauta. Nesse contexto, as periodizações aqui feitas buscam tensionar a efervescência da discussão em torno das ideias de nação brasileira e identidade nacional que tomam corpo tanto nos dizeres sobre a mestiçagem pelos pensadores nacionais quanto na produção linguística que, buscando uma língua brasileira completa, procura se afastar da memória da tutela linguística de Portugal.

Mulato em dicionários de português: gestos de análise

Nunes (2010) apresenta três modos, entre tantos, para efetuarmos uma leitura analítica do instrumento linguístico dicionário. O primeiro modo é a identificação de lacunas. Nesse método, não se busca apontar erros ou defeitos dos dicionários, mas compreender que o silêncio, sendo constitutivo ao sentido, comparecerá nesses instrumentos linguísticos, na medida em que todo discurso silencia outros possíveis discursos. O segundo procedimento de leitura analítica é a análise das posições de definição. A partir desse procedimento, busca-se compreender a posição discursiva ocupada pelo lexicógrafo quando da ação de definir. Consoante Nunes (2010), esse é um importante procedimento para apontar decalagens temporais e desencontros na memória discursiva entre o que está textualizado nos verbetes e o os discursos em circulação. Por fim, o terceiro procedimento constitui-se pelo questionamento dos exemplos que acompanham as definições. Os exemplos, quando aparecem nos verbetes, tendem a apresentar a possibilidade de formação de sintagmas com o verbo em análise, gesto importante para situá-lo em determinada discursividade e não em outra.

Outra autora que nos apresenta bons caminhos de análise discursiva de verbetes é Francine Mazière. Conforme a autora, “se o discurso não é jamais transparente, se a gramática particular de uma língua impõe escolhas significativas ao escritor, então a sintaxe da definição, em sua materialidade, tem algo a nos mostrar

sobre as representações e as posições realmente assumidas pelo lexicógrafo no interior da ordem do saber e da instituição” (MAZIÈRE, 2008, p. 48). Caberia ao analista, então, lançar um olhar para a sintaxe, realizando uma dessintagmatização linguística para chegar ao discursivo (LAGAZZI, 1988). E, nesse procedimento discursivo, Nunes (2006, p.30) salienta que “entre a palavra e o corpo do verbo, há o estabelecimento de uma repetição [...] e de um silêncio”.

No gesto de análise que busco empreender, tento, trabalhando um procedimento que me leve do linguístico ao discursivo, considerar também as posições-sujeito envolvidas na produção dos verbetes e os exemplos que neles podem aparecer. Pergunto-me em que medida a identificação dessas posições-sujeito levariam às concepções de mestiçagem anteriormente periodizadas, compreendendo também pontos de deriva e deslizamentos. Os verbetes que trago a seguir representam um recorte no arquivo que me permite trabalhar os sentidos de mulato nos dicionários de português como materialidade dos discursos da mestiçagem no Brasil. Trata-se, assim, de um significante que dá corpo à discursividade da mestiçagem, tal como foi possível considerar no momento em que, neste texto, apresentei uma concepção discursiva para a mestiçagem.

Começo, então, pontuando que, a meu ver, parece haver uma regularidade que atravessa os verbetes, apesar de suas distâncias temporais, suas nacionalidades e seus deslizamentos de sentidos. Essa regularidade é caracterizada pela presença do embranquecimento social e consequentemente aniquilação do elemento negro em todos os tempos. Interessa-me, assim, compreender como em mulato, um verbo que pode ser tomado como uma nomeação racial, a explicitude da discursividade racializada é atravessada pela implicitude de uma discursividade do extermínio, do apagamento, da morte e do genocídio. Passemos para a análise do primeiro verbo que, por sua vez, constitui a primeira

sequência discursiva (SD)10:

SD1: MULATO, A. s. Termo antiquado. Macho asneiro, filho de cavallo e burra. Por uma lei de 1538 se determinada, que nenhuma pessoa d'Entre Douro e Minho podesse crear mais que um mulato para seu serviço, sob pena de um anno de degredo para um dos coutos fora da dita comarca, e de perca dos mulatos, que criasse, s'ndo metade para quem o accusasse, e a outra metade para a camará de sua majestade; o que mais tarde foi revogado nas cortes celebradas de Thomar. – Cão mulato; variedade de cão selvagem da Ásia [...] Figurada e popularmente: o branco com a negra, ou vice-versa, produzem um mulato cuja cór é morena; isto é, mixta de preta e branca; este mulato com uma branca produz um segundo mulato menos moreno que o primeiro; e se este segundo mulato se unir do mesmo modo a um indivíduo de raça branca, o terceiro mulato não terá mais do que uma cór morena ligeira, que desaparecerá inteiramente nas gerações imediatas. – Adjectivamente: nascido de um negro e de uma branca, ou de um branco e de uma negra. – um criado mulato – uma criada mulata – “E estando quase recolhido em saluo, porque lhe disseram que ticaua hum homem d'armas mulato, o qual dizião ser seu irmão bastardo: tornou a ele, e com muito trabalho por estar ferido, o saluou as costas” Barros, Década 2, liv. 5 cap 5. (Grande Diccionário Portuguez ou Thesouro da Língua Portuguesa, de Frei Domingos Vieira, Lisboa, 1871, p. 351)

10 Algumas das SD que trago, e nas quais apresento os verbetes para mulato, já foram analisadas por mim em um texto anterior (MODESTO, SOUZA, 2019). Naquela ocasião, porém, apesar do direcionamento racial que a discussão evoca, eu sequer considerei uma discussão (mais aprofundada) em relação à mestiçagem, aos discursos racializados e aos processos de atravessamento da racialidade nos sentidos que se constituem nas condições de produção brasileiras. Naquela análise, meu olhar ficou estagnado na evidenciação de “conteúdos racistas” do verbete, flertando, inclusive, com uma análise de conteúdo. A análise que apresento aqui não é uma retificação da análise supramencionada, porque fundamentalmente apresento, agora, uma outra análise; uma outra discussão, afetada por outras preocupações e perguntas. Não deixa de ser, no entanto, uma autocrítica.

Na SD1, a primeira entrada para mulato sinaliza o “termo antiquado” a partir do qual se designa o “macho asneiro, filho de cavallo e burra”. Acompanha essa definição uma pequena narrativa explicativa que faz menção a uma lei do século XVI que proibia a criação desse tipo de animal, sob pena de banimento e perda de bens (nesse caso, os próprios animais produzidos). Aponto duas questões que podem ser trabalhadas a partir dessa notação histórica: a primeira diz respeito àquilo que Silva (1996) pondera em torno do dicionário materializar um saber histórico, sendo aqui uma questão levada às consequências pela documentação do saber historiográfico jurídico. A segunda, por sua vez, diz da proibição da criação de animais mulatos, para além do limite de apenas um para o serviço. Por essa textualização, o dicionário toma posição por um discurso jurídico que apresenta o animal mulato como proibido, embora de uso possível para o trabalho. O motivo da proibição fica como não-dito, mas é possível completar as lacunas desse não dizer a partir da memória discursiva acerca do saber zoológico para o qual é importante observar a pureza e a procedência das raças de animais equinos.

Na primeira entrada, a interdição de animais como o mulato não está justificada por um discurso biológico-zoológico, mas pela notação histórica jurídica. Parece, então, não haver um juízo de valor sobre a «qualidade» biológica do animal de origem mestiça, mas apenas a descrição de sua concepção jurídica. Esse silenciamento do biológico parece ser também o padrão que sustenta a formulação da entrada na qual o dicionário nos apresenta o sentido figurado e popular do verbete. Nessa entrada, não há especificamente uma definição para o verbete, mas uma espécie de receita para que o mulato deixe de existir. Há, assim, a gradação em que o mulato, sendo produzido pelo cruzamento de branco com preta, poderá produzir outros sujeitos “menos” mulatos, caso tome como parceiro para reprodução o branco, até “que desaparecerá inteiramente nas gerações imediatas”. O vínculo

entre o mulato e o trabalho também está posto e comparece no exemplo a partir de uma sintaxe em que a palavra mulato figura como adjetivo para “criado”, “criada” e “homem d’armas” que é, além disso, um irmão bastardo.

Um dos fortes efeitos de sentidos possíveis da leitura do verbete é a preocupação com a reprodução do mulato. Porém, os motivos para essa preocupação não estão ditos. Não se diz que o animal mulato constitui uma espécie inferior aos cavalos, apenas que, apesar da permissão de seu uso para o trabalho, não se pode tê-los em grande quantidade. Também não se diz que a pessoa mulata seja de uma raça inferior, embora seja dada a receita para seu desaparecimento. Como animal ou como gente, o mulato é aceito para o trabalho, tendo sua reprodução controlada e direcionada não para a criação de novos mulatos, mas para o seu embranquecimento até que não exista mais nenhum deles.

Apesar do silenciamento dos discursos em torno da inferioridade racial do mestiço mulato, esse saber é efervescente na memória discursiva estando na base de toda discussão acerca da mestiçagem no século XIX. Nesses termos, parece inevitável que esteja em funcionamento aqui um apagamento deliberado da ideia de inferioridade/superioridade de raças, a qual, ainda que não dita, é recuperável pela memória discursiva, pelo controle e apagamento do mestiço. Cumpre ainda considerar que a posição lexicográfica em questão tem forte relação com a posição religiosa, marcada na autoria e título do dicionário. Se, no século XIX, a posição religiosa evita discutir hierarquia de raças (algo já feito pela Religião, especialmente nos primeiros séculos de colonização), esse saber não é completamente esquecido, comparando lateralmente. É nesse ponto que recupero algo que disse anteriormente em relação à explicitude da discursividade racializada sendo atravessada pela implicitude de uma discursividade do extermínio, do apagamento, da morte.

Na SD2 a seguir, em que trago dois verbetes de duas edições diferentes de um mesmo

dicionário ainda do século XIX, defendo que a tônica da discussão sobre inferioridade e superioridade de raças segue silenciada, mas produzindo efeitos violentos nos discursos de direcionamento racial.

SD2: Muláto s. m Mulata, f. Filho, ou filha de preta com branco, ou às avessas, ou de mulato com branca até certo gráo. Sinonímia. O filho do cavalo, e burra. Mir. Cart. 2. Est. 60 “ou dormindo no mulato” (Dicionário da Língua Portuguesa, Antonio de Moraes e Silva, Lisboa 1813).

Mulato, a, S (de mú, ou mulo) ant. Mulo; o filho do cavalo, e burra, macho asneiro. Sá Mir. Carl. 2 est. 60 “ou dormindo no mulato”. Sinonímia fig. E us. Filho, ou filha de preta com branco, ou às avessas, ou de mulato com branca até certo gráo. Sinonímia *Mulato velho: nome que se dá no Brasil ao bagre escalado (Dicionário da Língua Portuguesa, Antonio de Moraes e Silva, Lisboa 1878).

Sobre os verbetes que integram a SD2, apesar das diferentes possibilidades e entradas de análises possíveis, gostaria de lançar um olhar sobre dois pontos. O primeiro diz respeito à construção linguística até certo gráo que incide na sintaxe do verbete. Por efeito de paráfrase, até certo gráo pode ser substituído por “até certo limite”, “até um limite não muito claro”, “até que não seja possível mais ____”, “até que não exista mais ____” em que, no caso das duas últimas paráfrases, o elemento em elipse pode ser preenchido por “ser/identificar o mulato” e “o mulato”. Se podemos operar com essas paráfrases plausíveis (PÊCHEUX, 2006), caberá, então, dizer que a memória do apagamento do mestiço mulato e da mestiçagem continua produzindo seus efeitos. Se, nesse momento, não vemos mais uma receita de como fazer desaparecer o mulato, tal qual vimos na SD1, os verbetes, de diferentes tempos do século XIX (início e final), textualizam que o mulato existe dentro de um limite, dentro de um certo grau. Ou seja:

o mulato pode desaparecer.

A composição sintática do verbete é equívoca, na medida em que até certo gráo pode incidir sobre diferentes sintagmas e elementos da sentença, constituindo, assim, o que se pode chamar de ambiguidade sintática. Essa ambiguidade, porém, é desfeita pela memória discursiva: se, sintaticamente, podemos levantar a hipótese de uma leitura que ressalte “branca até certo gráo”, por exemplo, discursivamente não parece que essa seja uma leitura produtiva (pelo menos numa referência à racialidade), haja a vista a universalidade da racialização branca (FANON, 1952), portando não passível de relativização. Além disso, é a possibilidade de inserção do mulato na sociedade que está em pauta no debate racial em curso, sendo a mestiçagem uma estratégia de adequação e recomposição social. O mulato será aceito apesar de seu “defeito de cor”¹¹ e seus filhos mais ainda se menos mulatos forem. Há aí a esperança de que, na combinação entre um mulato e uma branca, seja produzido um sujeito menos mulato ou mulato de jeito algum, já que há um limite, um “certo gráo” no horizonte dessa combinação.

Assim, nos verbetes da SD2, o mulato, enquanto “[filho de] mulato com branca”, o será até certo grau. Importante chamar atenção para o modo em que a receita de embranquecimento, não sendo dita nos termos da SD1, permanece pelo indicativo que o novo mulato (que o será até certo grau) é resultado da reprodução de um mulato com “branca” e não com negra. Logo, o caminho sugerido para a mestiçagem é o do apagamento da negritude, enquanto elemento que participa da produção do mulato, porque os outros o serão, até certo grau, desde que se vise a branca como reprodutora em conjunto.

É a partir dessa compreensão que quero colocar em pauta o segundo ponto para o qual gostaria de lançar um olhar: a questão de gênero. Ela me parece fundamental e me permite considerar tanto os verbetes da SD2 quanto o verbete da SD1. Em todos eles, apesar do comparecimento das expressões linguísticas «ou as avessas» e «vice-versa», a textualização entre os elementos formadores do mestiço mulato põe em jogo a relação da «preta com branco» (conforme SD2) ou «o branco com a negra» (conforme SD1) e «do mulato com a branca» (SD1 e SD2), quanto à formação das gerações seguintes as quais serão mestiçadas até certo grau.

As relações entre homens brancos com mulheres negras já são bem conhecidas na memória brasileira, estabelecendo um lugar de violência colonial sistemática em que as mulheres negras foram violadas intensamente durante todo o período colonial. As mulheres negras, consoante Davis (2016) não eram tratadas como frágeis e castas, ao contrário, eram forçadas a desempenhar todo tipo de atividade sexual e laboral. Eram resumidas à mucama, à mãe preta e à mulata (GONZALEZ, 2020). Nesse sentido, não espanta a textualização no dicionário da relação homem branco - mulher negra na mestiçagem produtora do mulato.

Em relação ao mulato com a branca, Silva Fontana (2021) esclarece que a aceitação do mulato na sociedade brasileira, condicionada à assimilação da mentalidade branca, foi uma aceitação fortemente atravessada por um recorte de gênero. Segundo a autora, quando Oliveira Viana propõe que o mulato pode contribuir com a sociedade e que sua ascensão social seria possível e diretamente relacionada com o desenvolvimento de um comportamento branco e europeu, é do mulato homem de que se está falando. O racismo produzirá uma distinção entre brancos e negros, relacionando os brancos à razão e os negros à emoção e ao corpo. O mulato homem, ao abraçar o seu lado branco, demonstraria o desenvolvimento racional a que está propício e que os negros não conseguiriam

11 Consoante Oliveira (2008), reconhecer o “defeito de cor” ou pedir a “dispensa de cor” eram estratégia recorrentes, nos séculos XVIII e XIX, para a mobilidade social de mestiços e mulatos dentro do clero, como também no âmbito dos serviços militar e público. Isso mostra como era possível “aceitar” o mulato, desde que, reconhecendo seu defeito, agisse como um “negro de alma branca”.

desenvolver. Mas apenas o homem terá essa capacidade. A mulher mulata seguirá sendo relacionada à emoção e ao corpo, à intensidade sexual e à servidão completa, desempenhando, como já mencionado, as funções de mucama (função doméstica), mãe preta (função familiar) e mulata (função sexual). Talvez por isso seja concebível apenas uma relação entre homens mulatos e mulheres brancas.

Faço um salto temporal para trazer um dicionário brasileiro do final da primeira metade do século XX. Nele, a questão da possibilidade de assimilação de uma razão branca como elemento de distinção e ascensão para o mulato comparece incontornavelmente. Vejamos:

SD3: Mulato m. Etngr. Mestiço brasileiro, - oriundo do cruzamento entre o branco e o negro. Seus caracteres antropológicos variam bastante, conforme grau de mestiçagem. Sem ser tão robusto quanto o negro, demonstra geralmente mais viva inteligência e aptidões artísticas. (Dicionário Enciclopédico Brasileiro Ilustrado, Álvaro Magalhães, 1947).

Na SD3, apesar do significante “cruzamento”, que nos traz à memória as concepções zoológicas da mestiçagem e do mulato, o verbete enuncia a definição como constituinte de um debate etnográfico e antropológico. O mulato está pensando, desse modo, no campo da humanidade e representa, no verbete, o “mestiço brasileiro”. Aqui recuperamos a discussão feita anteriormente acerca da periodização do pensamento sobre a mestiçagem no Brasil para lembrar que, na concepção de Freyre, o mestiço brasileiro é o próprio brasileiro.

Um ponto que estabelece um paralelo com os verbetes das SD anteriores é que novamente a questão do grau de mestiçagem retorna. Dessa vez, contudo, não está associada com o desaparecimento da figura do mulato, mas com a variabilidade de suas características antropológicas (cultura, inteligência, racionalidade etc.). Em outras palavras, diz-se que o grau da mestiça-

gem será variado e com essa variedade diferentes características antropológicas serão despertadas.

Contudo, mesmo não oferecendo diretamente uma receita de apagamento do mestiço, o embranquecimento permanece como pré-constituído incontornável. Assim, completando as elipses presentes, lemos no verbete que “Sem ser tão robusto quanto o negro, [o mulato] demonstra geralmente mais viva inteligência e aptidões artísticas [do que o negro]”. Se lembrarmos da divisão racista e colonial que faz coincidir o branco à razão e o negro ao corpo e à emoção (FANON, 1952), será possível destacar que há um espelhamento dessa discursividade no verbete. O negro-corpo/emoção seria responsável por fornecer robustez (característica que não apenas objetifica o negro, mas o animaliza) ao mestiço, ao passo que o branco-razão forneceria a ele inteligência e aptidões artísticas.

É digno de nota, porém, a assimetria dessa relação. Se o mestiço é vivamente mais inteligente e apto artisticamente que o negro, graças ao que o branco consegue lhe fornecer, o negro, por seu turno, não consegue fornecer a contento ao mulato aquilo que lhe seria próprio: robustez. Voltamos, assim, à questão da variabilidade das características antropológicas do mulato em virtude de grau da mestiçagem: como efeito de sentido possível, se o mulato não desenvolve as mesmas características físicas que o negro, mas, pela sua influência branca, aprimora características escassas ou ausentes no negro, como inteligência e aptidão artística, então, tanto mais influência branca consiga amplificar, mais características antropológicas reproduzirá. Em outras palavras, ao dizer que as características antropológicas variam conforme grau de mestiçagem, recupera-se a memória para a qual quanto maior for a proximidade com o elemento branco, menor será a presença negra no mestiço, até que o mestiço seja integralmente branco. Parece haver aqui um atravessamento em torno do discurso no qual o mulato é aceito como expressão máxima da brasilidade (por equilibrar a mistura das raças fundadoras da na-

ção) e do discurso em que o mulato só é aceito condicionalmente à assimilação da mentalidade branca. Um atravessamento que interliga duas posições temporalmente “diferentes”, mas que nunca chegaram a constituir contradição.

Considerações Finais

Com esse texto, busquei refletir sobre a possibilidade de trabalhar a história do pensamento sobre a mestiçagem no Brasil a partir de dicionários de língua portuguesa (portugueses, portugueses complementados por brasileirismos e brasileiros) que aqui circularam especialmente entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Foi importante, no percurso que aqui tracei, começar refletindo sobre as perspectivas teóricas que, em geral, sustentam o acontecimento do debate sobre a mestiçagem.

Foi importante confrontar essas posições, mostrando como elas disputam, entre ratificações e contradições, espaço na discursividade científica. Nesse campo de disputas teóricas, esbocei uma proposta discursiva para a mestiçagem, considerando-a uma discursividade que constitui a formação social brasileira e que oferece ancoragens para diferentes processos de identificação social, diferentes posições-sujeito enlaçadas pela contradição. Como discursividade, a mestiçagem tem a capacidade de incidir sobre os discursos fundadores da brasilidade e os dizeres de e sobre o Brasil e o brasileiro.

Outro ponto de importância tenaz neste texto foi o estabelecimento de um paralelo entre a periodização da gramatização brasileira e das teorias da mestiçagem, com o objetivo de descrever as condições de produção que envolvem o corpus discursivo de análise. Porém, coube destacar que as periodizações feitas tiveram por objetivo tensionar a efervescência da discussão em torno das ideias de nação brasileira e identidade nacional que tomam corpo tanto nos dizeres sobre a mestiçagem pelos pensadores nacionais quanto na produção linguística que procurara se afastar da memória da tutela de Portugal.

A análise do verbete mulato mostrou a presença do embranquecimento social e consequentemente a anulação do elemento negro em todos os tempos analisados. Em mulato, a explicitude da discursividade racializada, da designação racial, é atravessada pela implicitude de uma discursividade do apagamento e da aniquilação do negro e do mestiço, ao mesmo tempo em que se celebra uma democracia mitológica que constrói o mestiço como sinônimo de brasileiro. Se o mulato é o mestiço brasileiro, o próprio brasileiro, ele o será no limite do aceitável, até certo grau, e pela assimilação da mentalidade branca.

Referências

- AGASSIZ, Louis. *A journey in Brazil*. Boston: Ticknor and Fields, 1868.
- AUROUX, Sylvain. *A questão da origem das línguas, seguido de A historicidade das ciências*. Campinas: Editora RG, 2008.
- AUROUX, Sylvain. *A revolução tecnológica da gramatização*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.
- BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. Ler o arquivo em análise de discurso: observações sobre o alienismo brasileiro. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. v. 64, 2022, p. 01-22.
- DAVIS, Angela. *Mulher, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FANON, Frantz. *Peau noire, masques blancs*. Paris: Éditions du Seuil, 1952.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GUIMARÃES, Eduardo. *História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil*. Campinas: Pontes, 2004.
- HALL, Stuart. *Raça, o significante flutuante*. In: *Z Cultural: revista do programa avançado de cultura contemporânea*. Faculdade de Letras

da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ano VIII, n. 2, 2015, p. 01-06.

LAGAZZI, Suzy. O desafio de dizer não. Campinas: Pontes, 1988.

MAZIÈRE, Francine. O enunciado definidor: discurso e sintaxe. In: GUIMARÃES, Eduardo (org.) História e sentido na linguagem. Campinas: Editora RG, 2008, p. 47- 59.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MODESTO, Rogério; SOUZA, Alan Lobo. Dois gestos de leitura em história das ideias linguísticas: a ortografia e o dicionário em pauta. In: Macabéa: Revista Eletrônica do NETLLI. v. 8, n. 2, jul-dez, 2019, p. 213-236.

MODESTO, Rogério. Interpelação ideológica e tensão racial: efeitos de um grito. In: Revista Littera, v. 9, n. 17, 2018, p. 124-145.

MODESTO, Rogério. Os discursos racializados. In: Revista da Abralín. v. 20, n. 2, 2021, p. 01-19.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 5 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

NUNES, José Horta. Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes/Fapesp/Faperp, 2006.

NUNES, José Horta. Dicionários: história, leitura e produção. In: Revista de Letras (Taguatinga), v. 3. Brasília, UCB, 2010.

OLIVEIRA, Anderson. Suplicando a “dispensa do defeito de cor”: clero secular e estratégias de mobilidade social no Bispado do Rio de Janeiro – século XVIII. Anais do XIII Encontro de História Anpuh-Rio, 2008, p. 1-8. Disponível em: <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212773302_ARQUIVO_Texto-AndersondeOliveira-Anpuh-RJ-2008.pdf>. Acesso em: 15 de agosto de 2022.

ORLANDI, Eni. Ler Michel Pêcheux hoje. In:

ORLANDI, Eni (org.) Análise de discurso: Michel Pêcheux - textos escolhidos por Eni Orlandi. 2 ed. Campinas: Pontes, 2011, p. 11-20.

PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2009.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SCHWARCZ, Lilia. Espetáculo da miscigenação. In: Estudos avançados. v. 8, n. 20, 1994, p. 137-152.

SCHWARCZ, Lilia. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. In: Afro-Ásia. v. 1, n. 18, 1996, p. 77-101.

SILVA, Mariza Vieira da. O dicionário e o processo de identificação do sujeito analfabeto. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni (orgs.) Língua e cidadania: o Português no Brasil. Campinas, SP: Pontes, 1996, p. 151-162.

SILVA-FONTANA, Larissa. O discurso do colorismo no Brasil: processos de racialização e genderização nos dizeres da identidade nacional e das mídias negras. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2021.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. “Lugar de fala”: enunciação, subjetivação, resistência. In: Conexão Letras. v. 12, n. 18, 2017, p. 63-71.

Submissão: maio de 2022.

Aceite: julho de 2022.

A PALAVRA NO DICIONÁRIO FEMININO DA INFÂMIA: SENTIDOS DE ESTUPRO

Fernanda Surubi Fernandes (UEG)¹

Resumo: A palavra possui, na relação com o outro/Outro, a possibilidade de sentidos múltiplos e variados, quando ela textualiza, significa. Quando a palavra remete à condição da mulher, sentidos são retomados e ressignificados. Entre essas palavras, o termo estupro é uma regularidade constante. Assim, este estudo analisa o verbete estupro do Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência (FLEURY-TEIXEIRA, MENEGHEL, 2015), pois, ao refletir sobre as relações sociais que têm significado as posições-sujeitos mulher na contemporaneidade, a violência e, principalmente, a violência contra o seu corpo, fez-se como uma regularidade, que precisa ser dita, significada. Nessa relação, o estupro é uma violência, tomado aqui, portanto, como objeto simbólico, na relação com o corpo da mulher, compreendendo a relação entre corpo, violência, crime/criminalização a partir do verbete estupro.

Palavras-chave: Discurso. Verbetes. Crime.

WORD IN THE *DICIONÁRIO FEMININO DA INFÂMIA*: SENSES OF *ESTUPRO*

Abstract: The word has, in the relationship with the other/Other, the possibility of multiple and varied senses, when it textualizes, it means. When the word refers to the condition of women, meanings are resumed and re-signified. Among these words, the term estupro is a constant regularity. Thus, this study analyzes the entry estupro of the Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência (FLEURY-TEIXEIRA, MENEGHEL, 2015), because when reflecting on the social relations that have meant the positions-subjects of women in contemporary times, the violence and, mainly, the violence against his body, was made as a regularity, which needs to be said, signified. In this relationship, rape is violence, taken here, therefore, as a symbolic object, in the relationship with the woman's body, comprising the relationship between body, violence, crime/criminalization from the entry estupro.

Keywords: Discourse. Entry. Crime.

¹ Doutorado em LINGÜÍSTICA pela Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil(2020)

Docente do ensino superior da Universidade Estadual de Goiás , Brasil. Email: fesurubi.fernandes@gmail.com

Primeiras palavras...

A minha relação com a palavra, começa na infância, em minhas reminiscências mais presentes é a voz de meu pai que ouço, contando suas histórias, narrativas de sua vida, ou lendas, contos que conhecia, narrativizando-os a sua maneira. Nesse contato com a palavra tenho também em meu pai, naquele momento, o ser que sabia tudo, sabia o significado de todas as palavras, tal como o pai da obra *O menino que vendia palavras*²:

Meu pai era, assim, para mim quem possuía o conhecimento, sempre o questionava sobre tudo, e ele sempre tinha uma resposta. Entretanto, chegou um ponto em que ele não as me dava mais. Isso ocorreu quando meu processo de alfabetização começou, com o ato de ler e escrever, outros acessos à palavra foram possíveis, foi dessa forma que meu pai me ensinou a usar o dicionário.

Desde esse momento, o dicionário foi um companheiro constante e refletiu no meu modo de ser como pessoa e como pesquisadora. Foi assim que em minhas pesquisas de mestrado e doutorado, também discutia o verbete principal de meu estudo, em um era “puta”³, em outro, “estupro”⁴.

Desse modo, o ato de questionar e pesquisar as acepções das palavras é algo que ainda me constitui. Nessa perspectiva, para este estudo, também busquei quais seriam as acepções do verbete palavra. Já afirmava Orlandi (2007a, p. 14): “As palavras são cheias de sentidos a não dizer e, além disso, colocamos no silêncio muitas delas”, a palavra significa em sua relação com o

outro e suas condições de produção.

Vivemos pela/na palavra, tomando-a e tomados por ela. Por isso, na relação com o silêncio, tomar a palavra é “O ato de falar é o de separar, distinguir e, paradoxalmente, vislumbrar o silêncio e evitá-lo” (ORLANDI, 2007a, p. 27). Não há como viver sem as palavras que nos constituem, sem se ater a elas, sem inscrevê-las, sem relacioná-las, sempre materializadas em nossa língua, historicizadas, ressignificadas.

Pensando nessa recursividade, na forma material e na relação entre língua e história, analiso, neste estudo, o verbete estupro do Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência (FLEURY-TEIXEIRA, MENEGHEL, 2015), partindo da compreensão de que o dicionário se materializa como um lugar institucional, legitimado, marcado fortemente pela relação de unidade (imaginária) da língua. Entrementes, nesse processo, observa-se a dispersão dos sujeitos e dos sentidos em diferentes condições de produção.

Palavras, discurso, dicionário

A palavra possibilita a reflexão sobre a produção dos sentidos, não especificamente na palavra, única, mas no modo como ela materializa e significa a partir de diferentes processos de significação.

Ainda ponderando sobre dicionários, fui olhar no Dicionário de Símbolos (CHEVALIER, GHERBRANT, 2020), como o verbete palavra apareceria. Interessante observar as suas primeiras acepções, colocando-a em duas categorias que se relacionam, como palavra seca e úmida. Na acepção de seca, a palavra é:

[...] atributo do Espírito Primeiro Amma, antes de ele ter empreendido a criação, é a palavra indiferenciada, sem consciência de si. Ela existe no homem, assim como em todas as coisas, mas o homem não a conhece: é o pensamento divino, em seu valor potencial e, no nosso plano microcósmico, é o inconsciente. (CHEVALIER,

2 O menino que vendia palavras, de Ignácio de Loyola Brandão (2016), apresenta a relação entre pai e filho, e como era significativo para o filho poder mostrar aos outros como seu pai sabia o significado das palavras.

3 O verbete puta foi analisado no artigo “De puta às profissionais do sexo: uma memória da língua” (FERNANDES, MALUF-SOUZA, 2013).

4 O verbete estupro foi analisado em dicionários de língua portuguesa em outro trabalho. “Cópula com virgem”: processos de significação em dicionário de língua portuguesa. (FERNANDES, MALUF-SOUZA, 2021).

Observando, portanto, em um dicionário de símbolo, faz-nos refletir sobre como a palavra é simbólica. É símbolo, atravessada por mitos, lendas, crenças, ela se materializa, ganha corpo e, assim, vida, “o verbo se fez carne” (João: 1:14).

Essa relação significa a ascensão aos céus. Ou seja, a palavra é atributo do Espírito, mas o homem não a conhece, e é o inconsciente. Os efeitos desses termos projetam para a palavra uma forma material na relação com o divino, com algo que ainda não veio a existir para o homem, ou seja, ainda não fez sentido, por isso é divino, ainda não está a seu alcance.

O modo de conceber a palavra como seca resvala, fazendo uma relação, com o conceito de silêncio de Orlandi (2007a), um silêncio fundante, “silêncio como significação” (ORLANDI, 2007a, p. 27). Entretanto, a autora desloca dessa acepção, pois aqui em Chevalier e Gherbrant (2020), a palavra seca é preexistente, para Orlandi (2007a, p. 23) “[...] o silêncio é garantia de movimento de sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio.” Enquanto a palavra seca ainda não significa para o homem, por ser divina, o silêncio é a possibilidade do vir a ser sentido.

Desse modo, a outra acepção diz da palavra úmida:

A palavra úmida germinou, como o próprio princípio da vida, no ovo cósmico. É a palavra que foi dada aos homens. É o som audível, considerado uma das expressões da semente masculina, o equivalente do esperma. Ela penetra na orelha, que é outro sexo da mulher, e desce para enrolar-se em torno do útero para fecundar o germe e criar o embrião. (CHEVALIER, GHERBRANT, 2020, p. 753).

A palavra úmida produz sentidos no homem, é viva, é vida, fecunda, reproduz, é som, aqui remete a palavra a sua formulação, seu dizer, a oralidade. A palavra é falada. Mas para isso

precisa ser fecunda, germinar e assim produzir efeito (embrião).

A palavra também apresenta uma posição masculina, algo que vem/se relaciona ao homem, e se reproduz na mulher, em seu útero, são posições históricas e sociais que refletem formações ideológicas sobre os papéis da mulher, o que permite evocar o silêncio das mulheres na história, pois dizer, ter a palavra é posição de poder, e durante muito tempo, essa posição esteve atrelado ao masculino. Muitas mudanças ocorreram, deslocamento se fizeram presente, mas os efeitos históricos e sociais ainda reverberam na contemporaneidade, em que a palavra ainda assume posição de poder, numa diversidade cada vez maior, mas ainda atrelada ao masculino.

Por outro lado, a palavra é possibilidade de sentidos na mulher, em quem germina, efeitos possíveis, possibilidades que permitem deslocar e assumir posições diferentes aos estabelecidos historicamente, mas ainda interpelados por um processo de legitimação, de quem pode dizer o que. Assim, é que a definição do verbete no dicionário de símbolos também se constitui numa interpelação ideológica, marcando posições sujeitos instalados historicamente.

Nessa mesma perspectiva, as duas acepções da palavra, seca e úmida, remetem a um místico, religioso, divino, produzindo efeitos que regularizam seu modo de significar, estabilizando os sentidos, mas também podem germinar, podem deslocar para outras palavras, outros sentidos.

Dessa forma, compreende-se que: “Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 2007b, p. 43). Nessa direção, que ao tratar do dicionário, pode-se visualizar uma constituição histórica, lembrando sempre que nosso olhar como analista está também interpelado pela ideologia. Por isso, a análise de discurso possui conceitos teóricos e analíticos que permitem um olhar para o material, para compreender como o sentido faz sentido.

Esse funcionamento de fazer falar na língua algo que é da ordem de uma exterioridade, de uma memória, convoca a tensão entre a paráfrase e a polissemia (ORLANDI, 2007b), pois é na repetição, no mesmo, na cristalização dos sentidos, de um já-dito, já existente que o sentido outro/novo se instala, assim, o sentido pode sempre ser outro mesmo na repetição, visto que, ao repetir, ocorre a instalação do equívoco, pois a língua não é transparente e, por sua opacidade, abre-se permanentemente à falha, à deriva, aos deslocamentos.

A língua, para a Análise de Discurso, é constituída na relação com a história, enquanto o lugar de onde se materializa a ideologia, na produção e no silenciamento dos sentidos. A partir dessa compreensão, analisar os verbetes permite compreender o dicionário enquanto um objeto discursivo, uma lexicografia discursiva:

A lexicografia discursiva vê, nos dicionários, discursos. Desse modo, na escuta própria à análise de discurso, podemos ler os dicionários como textos produzidos em certas condições tendo seu processo de produção vinculado a uma determinada rede de memória diante da língua. (ORLANDI, 2013, p. 115).

Para Orlandi (2013), todas as acepções dicionarizadas de uma palavra/verbo não dão conta da movência dos sentidos que cada palavra possui.

Desse modo, Análise de Discurso (AD) se relaciona com a História das Ideias Linguísticas (HIL) a partir dos processos históricos e ideológicos, os quais se tem da noção de ciência, envolvendo as duas teorias, pois cada uma carrega sua especificidade, portanto:

Tomando as diversas formas de discurso sobre a(s) língua(s) para análise, efetuam-se leituras que remetem esses discursos a suas condições de produção, considerando-se a materialidade linguística na qual eles são produzidos e evitando-

se tomá-los como documentos transparentes ou simplesmente como antecessores ou precursores da ciência moderna. Tais discursos atestam, de fato, modos específicos de se produzir conhecimento em determinadas conjunturas históricas. (NUNES, 2008, p. 110).

Trabalhar com a História das Ideias Linguísticas no Brasil é compreender o processo de formulação e legitimação da língua nacional e os modos de desnaturalizar os sentidos cristalizados em relação às questões de linguagem, de língua e de linguísticas, razão pela qual o dicionário é um instrumento que permite estudar tal relação.

Pela História das Ideias Linguísticas no Brasil trazemos as noções de língua imaginária e língua fluida, uma distinção proposta por Orlandi (2013) para demonstrar o contato e influência entre línguas e nações, que constituem nossa historicidade. Para a autora, “[...] a língua imaginária é a que os analistas fixam com suas sistematizações e a língua fluida é a que não se deixa imobilizar nas redes de sistemas e fórmulas” (ORLANDI, 2013, p. 22).

Desse modo, o dicionário se coloca como língua imaginária, na qual há a cristalização, a fixidez, o caráter referencial dos sentidos. Contudo, mesmo que o dicionário funcione como um instrumento de homogeneização dos sentidos, a deriva, os sentidos outros vão estar sempre presentes, pois há uma ordem de real da língua, que, marcado por sua incompletude, produz a falha, o equívoco, a falta como efeito.

O real da língua é um conceito trazido por Lacan (1998) que, ao trabalhar os registros do sujeito do inconsciente, um sujeito constituído por/pela linguagem, afirma-o como constituído por três ordens de funcionamento: o real, o simbólico e o imaginário. Assim, o real diz da impossibilidade constitutiva da linguagem, portanto do sujeito, de tudo dizer. É, pois essa impossibilidade de dizer, é este resto, esse resíduo perdido da linguagem que garante o seu caráter de incompletude.

A esse funcionamento a Análise de Discurso acrescenta o caráter constitutivo do político na língua, pois discutir sobre a língua/linguagem é buscar compreender relações históricas e sociais presentes nos discursos institucionais, uma vez que na “[...] sua incompletude constitutiva, a língua configura um espaço político. E o saber que se constrói sobre ela delimita trajetos, propõe continuidades, silencia percursos.” (LAGAZZI-RODRIGUES, 2007, p. 11).

Esses percursos podem ser observados nos dicionários de diferentes épocas abordando mudanças constitutivas dos processos de significação, que fazem funcionar um político-ideológico na língua, de forma a produzir a ilusão de completude, de transparência, de literalidade. Assim: “O dicionário adquire aqui o sentido de uma tecnologia própria à configuração de relações sociais específicas e entre seus sujeitos, na história. Ele é, desse modo, constitutivo da formação social.” (ORLANDI, 2013, p. 116), é um instrumento linguístico que possibilita compreender como essas relações produzem efeitos nos/para/sobre os sujeitos.

Nas palavras do poeta: “Lutar com palavras é a luta mais vã, mas ainda lutamos” (ANDRADE, 2012, p. 14), mesmo assim lutamos “mal rompe a manhã”, pois esse é o trabalho do analista de discurso, que busca compreender e dar visibilidade aos processos de significação, pelos efeitos de sentido que eles produzem sobre/no discurso através da relação entre a história, a língua e a ideologia. Portanto, trabalhar com as palavras é estar atento aos processos de constituição.

Para Orlandi (2007b, p. 43), “[...] as palavras falam com outras palavras”, é nessa perspectiva que darei visibilidade as significações do termo estupro, em um dicionário especializado, relacionada a ações de auxílio às mulheres em situação de violência. Assim, compreende-se que os verbetes, as palavras textualizam significando o que diz uma sociedade (MAZIÈRE, 1989). Nesse caso, o que dizemos como sociedade brasileira quando falamos de estupro?

Falar de estupro é compreender seu significado na relação com o processo histórico e ideológico, pois, para a Análise de Discurso, a ideologia remete aos efeitos de evidência que se constituem na relação entre a língua e a história (ORLANDI, 2007b), assim, sentidos sobre o sujeito-mulher se constituem nesse processo.

Destarte, uma das mais importantes mudanças na definição de estupro em sua história de constituição, conforme Vigarello (1998), referiu-se ao fato de a mulher casada ser também incluída na lei, como propriedade do marido ou pai. Essa adesão implicou que a redação sofresse alteração, assegurando que “[...] todo ato sexual de qualquer natureza imposto a terceiros [...]” (VIGARELLO, 1998, p. 215) passasse a ser considerado estupro. Entretanto, definir o que é ato sexual ou de qualquer natureza, faz novamente que se questione que ações devem ser julgadas como estupro.

Essa (in)definição implicou que, nas assembleias, as discussões continuassem, até que a definição final, para aquele momento histórico, na França, fosse: “Todo ato de penetração sexual, de qualquer natureza, cometido contra a pessoa de terceiro, por violência, coação ou surpresa, constitui um estupro” (VIGARELLO, 1998, p. 216). Assim, o estupro instala-se como lei e passa a ser compreendido como crime.

Esse processo de mudança, na França, conforme apresenta Vigarello (1998), faz refletir como a definição de estupro, no Brasil, esteve atribuída ao Código Penal, mas, até 2009 (Lei nº 12.015/2009) o Código Penal em vigor era de 1940. Então, até a sua mudança, toda a discussão legal sobre estupro colocava-se como fortemente vinculada a sentidos que tomavam a mulher ainda como propriedade e objeto.

Trata-se de sentidos atrelados à constituição histórica e social de formação do Brasil. Nesse aspecto, a colonização e a escravidão (re)significam diferentemente os sentidos sobre/do estupro.

No Brasil, há um silenciamento da mulher negra⁵ e indígena, que, também tomadas como propriedades, conformam uma formação imaginária que as tomam como objetos de desejos, de prazer, daí a demora nas mudanças na lei, materializando a memória que é constitutiva do olhar do estrangeiro como objeto de posse, tanto do Brasil quanto da mulher brasileira.

Diante dessas considerações, analiso o verbete estupro do Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência (FLEURY-TEIXEIRA, MENEGHEL, 2015), possibilitando dar visibilidade ao trabalho da ideologia, que é o de “[...] produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2007b, p. 46).

Nessa relação, a necessidade de se produzir um dicionário sobre a violência de gênero e a recorrência a outros temas que atravessam a história da mulher, diz de um lugar de poder dizer na atualidade sobre como a violência está sendo significada, e como a mulher ainda é atravessada por um processo de interdição.

Assim, analisar o verbete permite visualizar uma relação com diferentes discursividades, com a violência contra a mulher, as condições contemporâneas e, portanto, vislumbrar o deslocamento sobre os sentidos de estupro marcados no termo “crime”, pois a criminalização representa conquista de direitos, lutas para implantar e melhorar leis para que não haja a violência contra a mulher, ou seja, para que não haja estupros.

Essas condições específicas de produção de um dicionário para abordar a questão do feminino não deixam, contudo, de referir-se ao imaginário de unidade que a língua e o dicionário asseguram, pois, pela noção de “[...] unidade da língua e sua representatividade: supõe-se que um dicionário contenha (todas) as palavras da

língua” (ORLANDI, 2013, p. 116). Contudo, o efeito de completude é uma ilusão imaginária, daí a necessidade de dicionários específicos, embora todos os dicionários não consigam abarcar a movência e a provisoriedade dos sentidos. Ou seja, o fato de haver dicionários especializados em diferentes áreas remete ao real da língua, sua incompletude, não se pode dizer tudo. Assim os dicionários procuram abarcar uma totalidade de forma específica, sendo uma situação ilusória, mas necessária, faz parte do processo de significação, os sujeitos se constituem na relação com o outro, e os verbetes mudam, surgem a partir de uma necessidade de significar, a partir de uma abertura do simbólico, e ao mesmo tempo, numa relação coma ideologia, procura restringir os sentidos.

Biderman afirma que os dicionários especializados se dão “[...] num domínio específico do conhecimento (Dicionário de Análise do Discurso, Dicionário Médico Ilustrado, Dicionário dos Animais do Brasil, entre outros)” (apud CENTURION, MORAES, 2013, p. 137). Com base nessa consideração, o dicionário especializado eleito para a análise: Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência (FLEURY-TEIXEIRA, MENEGHEL, 2015), se constitui como meio de compreensão sobre a violência contra a mulher.

O dicionário especializado remete a problemáticas enfrentadas pelas mulheres, e isso diz sobre a necessidade de direcionar e especificar o dicionário. Também é especializado por ser produzido por especialistas na área temática do dicionário, da área da saúde, por exemplo.

Dessa maneira, o dicionário, organizado por Fleury-Teixeira e Meneghel (2015), apresenta-se como uma especialidade da condição feminina que, conforme o prefácio, “[...] introduz normas e procedimentos no trato do cotidiano de atendimento a mulheres em situação de violência, conferindo às políticas públicas que as originaram a devida dimensão histórica” (z9).

5 Como pode ser visualizado na análise do estupro no filme Cidade de Deus (2002), presente no artigo “Corpo, estupro e processo de não-nomeação em Cidade de Deus” (FERNANDES, MALUF-SOUZA, 2021).

As autoras expõem, ainda na apresentação, o objetivo da obra que é “[...] contribuir para que tanto o público leigo quanto as equipes multiprofissionais de saúde, assistência social, segurança e justiça que atendem mulheres em situação de violência tivessem uma obra de referência à mão, em seu cotidiano nem sempre fácil” (FLEURY-TEIXEIRA; MENEGHEL, 2015, p. 11).

Nessas definições, o dicionário se apresenta como um manual de orientação que, em meio às situações difíceis do cotidiano que precisam de suporte, instala-se como uma espécie de tutorial para lidar com o atendimento de mulheres em condição de violência. Nesse contexto, o dicionário coloca-se como um material necessário, dado que a violência contra a mulher só tem aumentado e é necessário saber lidar com essas situações.

Compreende-se, portanto, que o gesto de criar um dicionário especializado coloca-se como um imperativo de mudança, pois, conforme nos ensina Pêcheux (2008), nem sempre o modo de lidar está estabelecido, colocando como emergencial a necessidade de rompimento com o que se coloca como sendo da ordem de um semanticamente estabilizado, o que marca, mais uma vez, o processo de mudança como constituído pelo batimento entre a unidade e a dispersão.

Nessas condições de produção, o dicionário é constituído por verbetes produzidos por diferentes especialistas, dentre pesquisadores da área, gestores da saúde, segurança pública etc. Desse modo, cada verbete é descrito e atualizado por autores distintos, que se autorizam como responsáveis pelos verbetes, segundo suas áreas de atuação.

Esse funcionamento remete-se às políticas públicas atuais e às mudanças que ocorreram em relação aos papéis sociais da mulher. Assim, o dicionário distribuiu 100 verbetes a especialistas, que os levaram a debates em diferentes Fóruns e Seminários⁶, objetivando suas construções.

6 Como o I Fórum Fiocruz Mulheres em Situação de

Antes da análise do verbete faz-se necessária a análise do título do dicionário: Dicionário feminino da infâmia, cujo nome faz remissão à memória discursiva que constituiu/constitui as mulheres nas relações sociais, pois, marcando o feminino pela infâmia, recupera-se a condição que constituiu a situação da mulher na história e seus efeitos na contemporaneidade, tal como apresentado no prefácio do livro, que é escrito por Freira (2015, p. 09)⁷, e que traz, de início, a definição de infâmia:

1 – má fama. 2 – perda de boa fama. 3 – dano social ou legal feito à reputação de alguém; desonra, desdouro, ignomínia, labéu. 4 – caráter daquilo que é infame; torpeza, vileza, abjeção, ... ato ou dito infame.

Ao olhar para as definições, compreendemos que há uma relação de sentido com o verbete “estupro”, a partir de sua história de constituição, apresentando a noção da imagem da mulher enquanto virgem pura e casta e da mulher puta, é produzida, retomada, atualizada em termos como desonra, infame. Isso mostra que, se por um lado essas mudanças são evidentes, na contemporaneidade, pelas lutas e movimentos sociais, por outro, a condição da mulher ainda resvala em sentidos ditados alhures. Assim, o alhures realizado, o que está fora, ao se construir os “novos” dicionários, instala-se como um realizado alhures (PÊCHEUX, 1990).

Partindo, então, das condições de produção dos dicionários específicos, recorta-se alguns trechos nos quais se materializa a definição de estupro, pois diferentemente dos verbetes dos dicionários tradicionais, que são breves e, de certa forma, sucintos, a forma de apresentação da definição, no dicionário feminino da infâmia,

Violência: um tema de saúde pública, realizado em Belo Horizonte (2010); a Tenda da Infâmia, montada no 9º Seminário Internacional Rede Unida, em Porto Alegre (2010); o Seminário Fazendo Gênero: diásporas, diversidade e deslocamentos, Florianópolis (2010).

7 Freira é representante da Fundação Ford, no escritório do Rio de Janeiro.

se faz como um texto dissertativo-argumentativo, produzido por um dos especialistas sobre o assunto. Assim, o verbete que analiso vai da página 137 a 140, razão pela qual retomo apenas alguns trechos dele:

Estupro é definido pelo Código Penal Brasileiro como um crime de ação pública, que consiste no ato de “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso” (CP, art. 213). (FLEURY-TEIXEIRA, MENEGHEL, 2015, p. 137).

As autoras do verbete iniciam a abordagem com a definição de estupro, a partir da lei brasileira. Nessa noção, coloca como primeira palavra da definição o estupro como “crime”, e contra “alguém”, estabelecendo sentidos com a história de alteração na lei, marcada por parte do enunciado do artigo 213 do Código Penal Brasileiro, de 1940⁸.

Segundo Braz, Fortes e Warmeling (2019), essa mudança é recente, pois antes constava como ato ocorrido contra a “mulher” e na atual definição abrange mais sujeitos com o termo “alguém”. A adoção da expressão crime praticado contra alguém é uma mudança que produz diversos sentidos, pois se apaga a mulher pelo termo “alguém”, projetando uma indeterminação acerca do sujeito estuprado.

Historicamente, a relação entre a mulher virgem e o estupro não se trata de nenhuma forma de privilégio dado à condição feminina,

pois, conforme afirma Vigarello (1998), o estupro ocorrido com mulheres era tido como um fato natural, visto que os homens tinham desejos que necessitavam ser satisfeitos, além de ser difícil de provar, pois o embate se dava entre a palavra da vítima contra a do agressor, prevalecendo, muitas vezes a palavra do agressor, que apresentava como justificativa uma pretensa indução ao ato, pela vítima. Naquelas condições de produção, patriarcal⁹ e sexista, não era difícil de considerar como verdadeira a justificativa do agressor, assim, atos de estupro praticado contra crianças e contra homens era um tipo de violência muito mais condenável, mas que, sequer iam a julgamento, dado o caráter de tabu atribuído a tal prática.

A mudança do termo mulher para alguém abarca todas essas conjunturas apresentadas, pois apenas a substituição pelo termo “alguém” não garante que esse alguém não continue sendo a mulher usurpada no direito sobre seu corpo ou raptada do homem que lhe deu nome. Esses sentidos se constituem por processos parafrástico e polissêmico entre “contra a mulher” e “contra alguém”. É interessante perceber como a posição sujeito-mulher instala sentidos nessa relação, quando o estupro é definido como violência “contra a mulher”, colocando-a como único sujeito exposto ao estupro, e, em “contra alguém” o termo apaga a definição de estupro como “crime contra a mulher”. Vejamos, pois, que, entre o mesmo e o diferente, a posição sujeito-mulher se constitui entre o dizer e o não dizer, sendo, nessa ambivalência, interdita de seus direitos e de suas vontades.

8 Uma comissão de juristas elaborou um anteprojeto com a finalidade de reformular o Código Penal vigente, tentando refletir nele a evolução da sociedade brasileira e as diferenças do ordenamento jurídico ao código de 1940. A Comissão, presidida pelo Ministro Gilson Dipp, do Superior Tribunal de Justiça, protocolou o anteprojeto em 09 de julho de 2012, mas a quantidade de pontos **polêmicos** fez com que a proposta passasse por oitenta e três reformas, sem que houvesse consenso sobre tais pontos. Atualmente, o anteprojeto encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal (CCJ) para análise de sua constitucionalidade). Disponível em <https://www.aurum.com.br/blog/codigo-penal-brasileiro/>. Acesso em 23 fev. de 2019.

9 Para a Análise de Discurso, a formação discursiva, segundo Pêcheux (2009), determinada o que pode e deve ser dito. Sendo, portanto, espaço de identificação do sujeito que se reconhece em certos sentidos, produzidos a partir de uma relação com o interlocutor e a memória do dizer. No caso da formação social estruturada pelo patriarcado, temos em seu aspecto histórico a relação com a noção de propriedade em que figura o papel da mulher como objeto do masculino, do pai, marido, irmão, senhor de escravos etc. São essas relações históricas e sociais que são retomadas em outras formulações, retomando efeitos de propriedade, preconceito e submissão.

Na definição do dicionário especializado, além do emprego do termo conjunção carnal, insere-se o dizer ou outro ato libidinoso, referindo-se a qualquer ato de caráter sexual, abrangendo, para além da conjunção carnal (do coito), qualquer ato que represente ameaça e que venha a se constituir como imposição sexual ao outro.

Outra mudança ocorrida, na sequência da definição de Fleury-Teixeira e Meneghel (2015), se faz pela expressão “crimes contra a dignidade sexual”, substituindo a expressão “crimes contra os costumes”. Essa mudança faz-se na Lei n. 12.015, de 07 de agosto de 2009¹⁰:

Tal tipificação passou a vigorar no título VI, que trata de crimes contra a dignidade sexual, conforme disposto na lei n. 12.015, de 7 de agosto de 2009, alterando a redação anterior, que tipificava tais atos como crimes contra os costumes e previa que a ação penal decorrente deveria se dar em âmbito privado. (FLEURY-TEIXEIRA, MENE- GHEL, 2015, p. 137).

O termo “costumes”, por suas próprias condições de produção, indica algo que pode mudar, pois o que antes era aceito, em outro momento pode ser negado ou até rechaçado como prática que perdeu legitimidade, tornando-se politicamente incorreta. Ou seja, em alguns momentos históricos o estupro podia ser mais facilmente aceito dada a naturalização dos costumes patriarcais e sexistas, enquanto na atualidade não, pois o processo de empoderamento feminino¹¹ mudou sentidos para o que é da or-

dem da mulher. Assim, o emprego da expressão “dignidade sexual” pretende substituir e apagar as condições históricas vexatórias de outrora e considerar a atualidade como um momento de afirmação da sexualidade, do trabalho, do corpo feminino em igualdade de direitos ao masculino. Trata-se de um processo discursivo que Pêcheux (2009, p. 148) descreve como sendo aquele que passou “[...] a designar o sistema de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos – ‘significantes’ – em uma formação discursiva dada”.

Na definição de estupro presente no Dicionário feminino da infâmia (2015), as autoras trazem dados para comprovar o aumento da prática de estupro:

Em todo o mundo desenvolvido [é preciso que se diga] registra-se o aumento dessas práticas violentas, bem como também as organizações criminosas que praticam o tráfico de mulheres para fins sexuais. [...]. No Brasil, as estatísticas de segurança pública registram que em 2012 os casos de estupro superaram os de homicídio doloso (com intenção de matar), com 50.617 ocorrências de estupro contra 47.136 assassinatos. [...] (FLEURY-TEIXEIRA, MENE- GHEL, 2015, p. 137-138).

Em toda a definição, as autoras do verbete trazem dados sobre o aumento desse tipo de violência, incluindo o tráfico de pessoas. O uso de tal recurso produz efeitos de validação dos argumentos, pelo discurso estatístico, ou seja, mobiliza conceitos de um campo semanticamente estabilizado, como é o caso das Ciências Exatas, e mais especificamente dos dados estatísticos, para comprovar de forma mais explícita e elucidativa a violência ocorrida contra às mulheres.

Essa necessidade de argumentos, dados, expõe uma necessidade recorrente de comprovação da violência, algo que se materializa na própria análise do verbete estupro, em seus di-

vimento feminista, mas, mesmo estando interligados, os dois movimentos não são coincidentes. Disponível em: <https://impacthubcuritiba.com/empoderamento-feminino/>. Acesso em 18 mar. de 2019.

10 A referida Lei altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-12015-7-agosto-2009-590268-exposicaodemotivos-149280-pl.html>. Acesso em 15 mar. de 2019.

11 Empoderamento feminino é a consciência coletiva, expressada por ações para fortalecer as mulheres e desenvolver a equidade de gênero. É uma consequência do mo-

ferentes modos de dizer e às vezes de silenciar a violência contra a mulher. Assim, como o processo de silenciamento faz parte desses dizeres, antecipadamente busca-se argumentos em outras áreas, ou em outro modo dizer para poder significar uma violência que é recorrente na história das mulheres.

Por isso, ao expor aos dados, as autoras apontam também a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas que impliquem em campanhas que visem ao fim da violência contra a mulher.

Esse funcionamento é reafirmado ao finalizar a definição apontando o aumento de estudos nessa área: “Há, hoje, diversos estudos que evidenciam principalmente os agravos à saúde e a necessidade de treinamento das equipes para o atendimento adequado nos casos de violência sexual [...]” (FLEURY-TEIXEIRA, MENE-GHEL, 2015, p. 140).

O próprio dicionário e os termos apresentados por ele se colocam nas condições de produção de um material que leva em conta as mulheres em situação de risco de vida, como materializa o subtítulo do dicionário: acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Ou seja, considera-se o termo numa relação com os outros termos – entre eles aborto, assédio sexual, corpo, feminicídio etc. e diversos tipos de violência, como violência de gênero, violência doméstica, violência na gravidez etc.

Assim, a constituição de um dicionário, tomado como “dicionário feminino da infâmia”, traz para o funcionamento da língua palavras como má fama, dano social, desonra, ou seja, expressões que materializam sentidos de violência contra a mulher, promovendo uma mudança sobre os modos de compreender a condição feminina, ou seja, um movimento necessário para que haja “[...] novos espaços de experiência e de significação para que haja deslocamentos, percursos de sentidos não experimentados, ainda irrealizados.” (ORLANDI, 2013, p. 223).

O estupro contra a mulher tem, então,

um funcionamento considerado atávico, pois remonta toda a história de dominação, de desprezo, de humilhação e de submissão violenta da mulher por um sistema patriarcal. Lagarde (2004 apud MENE-GHEL, 2015, p. 148) considera que o feminicídio “[...] é um crime político, que geralmente ocorre com a complacência do Estado, o qual, ao deixar de intervir segundo as obrigações pautadas pelo direito internacional, permite a impunidade”. Ora, é sabido que o estupro pode ocorrer com diferentes sujeitos em diversas situações, entretanto, a interdição sobre o sexo, sobre o desejo, faz escopo sobre a violência, produzindo efeitos de silenciamento.

Palavras finais (?)

Ao refletir sobre a palavra, como ela(s) nos constitui, penso sobre as relações de sentidos e de força que atravessam as condições materiais de existência. São essas relações que permitem que os sentidos se cristalizem, rompam-se, deslocam-se, a partir de condições determinadas, numa relação entre língua, história e ideologia, constituindo-nos num processo contínuo. Ou seja, sempre retorno ao dicionário para olhar as acepções que me escapam, mas buscando entender de que é um movimento que coloca em jogo a língua e os sujeitos, e a maneira na qual me significo, significamos.

Assim, essa análise expõe um olhar sobre o verbete estupro no Dicionário feminino da infâmia (2015), que coloca em funcionamento discussões sobre a língua, o sujeito e a história através dos processos de dicionarização, processos pensados como objetos simbólicos, portanto, constituídos pela/na incompletude, ao contrário da condição imaginária de cristalização dos sentidos e de completude dadas aos dicionários.

Dessa forma, o Dicionário feminino da infâmia (2015), ao marcar sentidos atrelados ao caráter de “crime”, permitindo que se trate de um crime com sanção registrada, prevista na lei. Da vítima resta saber se ela foi “constrangida”, “induzida”, “forçada” ao ato, se o forçamento

ocorreu por meio da violência ou ameaça, o que abrange qualquer indivíduo, rompendo com os sentidos essencialmente dados à condição de virgindade feminina. Como também ao pensar além da condição de vítima feminina apenas.

Os sentidos de estupro, portanto, estão relacionados a um funcionamento histórico e ideológico que se constitui por uma memória discursiva, pois o sentido “[...] é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas)” (PÊCHEUX, 2009, p. 146).

Olhar para o Dicionário feminino da infâmia (2015) é olhar para um objeto simbólico que produz efeitos, a partir de uma conjuntura dada, possibilitado pelos movimentos sociais, que se constituem também como um movimento na história, apresentando ao mesmo tempo mudança e sedimentação, dispersão e unidade, o diferente e o mesmo, que numa tensão possibilita que os sentidos possam vir a ser outros, mas não qualquer um.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Carlos Drummond de. O Luta-dor. In: ANDRADE, Carlos Drummond de. José. Companhia as Letras, 2012. p. 14-15.
- CENTURION, Rejane; MORAES, Milena Borges de. Lexicografia e ensino: reflexões necessárias. CALIGRAMA, Belo Horizonte, v. 18. N. 2. 2013, p. 131-153.
- CHEVALIER, Jean; GHERBRANT, Alain. Dicionário de símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 34. ed. Trad. Vera da Costa e Silva. Rio de Janeiro: José Olympio, 2020.
- FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; SOUZA, Meire Cristine Ferreira de. Estupro. In: FLEURY-TEIXEIRA, Elizabeth; MENEGHEL, Stela N. (orgs.) Dicionário feminino da infâmia: acolhimento e diagnósticos de Mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Editora FIO-CRUZ, 2015. P. 137- 140.
- BRAZ, Vagner Vainer Teixeira; FORTES, Felipe Michelin; WARMELING, Keila Rejane. Discurso jurídico e sujeito: sentidos sobre estupro e dignidade. In: FLORES, Giovanna G. Benedetto et. al (Org.). Discurso, cultura e mídia: pesquisas em rede. V. 3. Santiago: Oliveira Books. 2019. p. 215-234.
- LACAN, Jacques. O estádio do espelho como formador da função do eu. In: LACAN, Jacques. Escritos. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 96-103.
- LAGAZZI-RODRIGUES, Suzi. O político na linguística: processos de representação, legitimação e institucionalização. In: ORLANDI, Eni P. (org.). Política Linguística no Brasil. Campinas, SP: Pontes Editores, 2007. p. 11-18.
- MAZIÈRE, Francine. O enunciado definidor: discurso e sintaxe. In: GUIMARÃES, Eduardo. (Org.) História e sentido na linguagem. Pontes: Campinas, 1989. p. 47-59.
- NUNES, José Horta. “Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas”. In: Letras, Santa Maria. V. 18, jul./dez. 2008. p. 107-124.
- ORLANDI, Eni P. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007a.
- ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007b.
- ORLANDI, Eni P. Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, Inversões, Deslocamentos. Cadernos de Estudos Linguísticos. n.19. Campinas: Unicamp. 1990, p. 7-24.
- PÊCHEUX, Michel. O discurso: estrutura e acontecimento. 5. ed. Campinas: Pontes, 2008.
- PÊCHEUX, Michel. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas:

Editora da Unicamp, 2009.

PÊCHEUX, Michel. Ler arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (org.). Gestos de Leitura. 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010. p. 49-59.

VIGARELLO, Georges. História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

Submissão: março de 2022.

Aceite: setembro de 2022.

APRISIONANDO SENTIDOS: A PRODUÇÃO DE GLOSSÁRIOS PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO TOCANTINS

Wanderson Chaves de Queiroz¹
José Edicarlos de Aquino²

Resumo: O presente artigo tem como objetivo explicar o processo de produção de glossários com palavras e expressões concebidas como próprias de organizações criminosas pela Polícia Civil do Estado do Tocantins, mostrando como essas ferramentas gozam de valor jurídico pela especificidade ser uma peça de relatórios de investigação policial e auxiliar na produção de provas. Os glossários são tomados como instrumentos linguísticos na perspectiva da História das Ideias Linguísticas, numa discussão sobre sua produção e funcionamento ao longo da história, apontando-se como eles se desenvolvem a partir do desenvolvimento da escrita e emergem na Idade Média a partir de glosas inseridas em textos. Por fim, discute-se a questão do sentido e da ideologia na seleção e definição do léxico da língua, concluindo-se que, embora os glossários policiais tentem aprisionar sentidos para atividades criminosas, significando sujeitos específicos como bandidos pela forma como falam, o sentido é sempre móvel e polissêmico, o que põe em xeque o valor probatório dos glossários de investigação policial.

Palavras-chave: Glossários. Instrumentos Linguísticos. Polícia. Crime. Sentido.

IMPRISONING MEANINGS: THE GLOSSARIES PRODUCTION BY THE TOCANTINS STATE POLICE

Abstract: This paper discusses the producing process of glossaries of words and expressions considered by the Tocantins State Police as specific to criminal organizations. We intend to expose how these tools may have legal value as an element on the police investigation report and may also help in the production of criminal evidence. Glossaries are here understood as a linguistic instrument according to the History of Linguistic Ideas perspective, in a larger discussion on the glossaries production and functioning since the birth of writing and their rising in the Middle Age from glosses inserted in texts. Lastly, we discuss the matter of significance and ideology in the selection and definition of the word in the language and conclude that, although police glossaries try to imprison meanings to criminal activities in order to determine who is and who is not a criminal by the way they speak, the meaning is always slippery and polysemic, throwing into

1 Mestre em Linguística (PPGLetras/UFT). E-mail: wanderson.queiroz@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6084449106949594>.

2 Mestre e doutor em linguística (IEL/UNICAMP, SORBONNE NOUVELLE - PARIS 3). Professor no curso de Letras e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Email: edicarlos_aquino@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7163-4532>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7134863803034093>.

question the proof value of criminal investigation glossaries.

Keywords: Glossaries; Linguistic Instruments; Police; Crime; Meaning.

Introdução

As organizações criminosas têm sido objeto de interesse de diversos segmentos da sociedade. Um sinal da importância das questões da criminalidade nos estudos da linguagem é a ascensão da chamada Linguística Forense (Caldas-Coulthard, 2014). Uma suposta linguagem do crime tem sido descrita e instrumentada na base de ferramentas linguísticas, com destaque para os glossários. Assim, é possível identificar glossários sobre o crime produzidos em diferentes posições institucionais: a polícia/justiça, os próprios criminosos, a academia/ciência, a imprensa (QUEIROZ, 2022).

Na seara da segurança pública, a Secretaria de Estado de Administração Prisional do Governo do Estado de Minas Gerais produziu um “glossário de palavras e expressões utilizadas pelo Primeiro Comando da Capital”. Já o Ministério Público do Ceará confeccionou um glossário de “termos e gírias utilizados por detentos,” além de um glossário com “o significado das tatuagens utilizadas no Sistema Prisional”, extrapolando a fala e construindo estereótipos referentes à aparência. Entre outros exemplos desse tipo de produção, integrantes do Sistema Penitenciário do Estado do Mato Grosso do Sul confeccionaram dois glossários de palavras e expressões do crime, um deles apresentando nada menos que 795 verbetes.

Na academia, como estudo etnográfico, a pesquisadora Kariana Biondi (2010) produziu um “Glossário de termos nativos” do PCC. Na imprensa, o site Canal Ciências Criminais³, a Revista Super Interessante⁴ e jornal Folha de São Paulo⁵ já organizaram e apresentaram glos-

sários com palavras e expressões das organizações criminosas.

Mais ambiciosos do que o Estado, os criminosos pretendem empregar como ferramentas linguísticas não glossários, mas dicionários. Assim, é possível encontrar em páginas geridas por organizações criminosas um “Dicionário do regimento disciplinar”⁶ e um “Dicionário Disciplinar Atualizado 2018 - PCC 1533”⁷, disponibilizado, aliás, em três idiomas, português, inglês e espanhol.

Em toda essa produção, apesar dos diferentes objetivos (analisar, formar, combater e informar sobre o crime), os verbetes selecionados giram em torno dos mesmos campos semânticos, trazendo e retomando, assim, palavras que denotariam funções burocráticas na organização, que se refeririam a determinados ações e objetos ilícitos, além de palavras que são apontadas como gírias ou código do crime, mas que, não raro, são de uso corrente na boca de jovens e/ou de comunidades carentes, e mesmo de certas regiões do país (QUEIROZ, 2022).

Se os glossários são construídos para compreensão dos mais diversos tipos de textos, em inúmeras áreas do saber, aqueles produzidos em relatórios de investigação policial têm a especificidade de auxiliar na produção de provas, apresentando, dessa maneira, valor jurídico. Dito isso, o presente artigo tem como foco a produção de glossários pela Polícia Civil do Estado do Tocantins, que buscam especificar sentidos para palavras e expressões concebidas como próprias

riadafolha/1112530-em-livro-antropologa-explica-girias-de-facciao-criminosa.shtml>, acesso em 04/04/2022.

6 Disponível em: <<https://faccapcc1533primeirocomandodacapital.org/regimentos/dicionario-do-pcc-1533-regimento-disciplinar/>>, acesso em 04/04/2022.

7 Disponível em: <https://faccapcc1533primeirocomandodacapital.org/regimentos/dicionario-disciplinar-atualizado-2018-pcc-1533/>, acesso em 04/04/2022.

3 Disponível em: <<https://canalcienciascriminais.com.br/pcc-terceira-geraca-parte-5/>>, acesso em 04/04/2022.

4 Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/pcc-crime-sem-cabeca/>>, acesso em 04/04/2022.

5 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/livra->

de organizações criminosas. E aqui, já adiantamos, não há acaso na escolha e registro dos elementos que entram nos glossários dos profissionais da segurança pública: não há um léxico que aponte para os chamados crimes de colarinho branco, ou de corrupção.

Examinamos todo o processo de produção de glossários pela polícia, mostrando como eles são fabricados em meio a um inquérito policial e interceptações telefônicas autorizadas pela justiça. Nesse caminho, discorreremos sobre os glossários como instrumentos linguísticos, a sua produção e funcionamento na história, refletindo, finalmente, sobre as estratégias de definição do sentido e sua relação com a ideologia.

Esta pesquisa se situa no campo da História das Ideias Linguísticas (HIL), um modo de pensar a constituição do saber sobre a linguagem que dá grande destaque à instrumentação das línguas a partir de ferramentas como listas de palavras, dicionários, gramáticas e, no que nos toca, glossários. Na perspectiva da HIL, essas ferramentas são tomadas como observatório da constituição da língua, dos sujeitos e dos Estados nacionais (AQUINO, 2012). A HIL aprecia a produção dos instrumentos tecnológicos da linguagem por considerar que eles revelam muito sobre o modo como uma sociedade constrói sua identidade, razão pela qual Guimarães e Orlandi (1996, p. 09) afirmam que “a produção de tecnologias é parte do modo como qualquer sociedade se constitui historicamente”. Desse modo, discutir os glossários produzidos pela Polícia Civil do Estado do Tocantins é um caminho para refletir sobre a polícia enquanto um braço do Estado brasileiro, com todas as implicações que isso representa – para os sentidos e para os sujeitos.

Glossários como instrumentos linguísticos na perspectiva da História das Ideias Linguísticas

Numa perspectiva própria aos trabalhos em História das Ideias Linguísticas, tomamos os glossários como instrumentos linguísticos, que, como toda ferramenta tecnológica, possuem uma dimensão técnica e uma dimensão político-histórica (AQUINO, 2020).

Parafraseando Medeiros e Esteves (2020, p.15), como objeto técnico, cultural e histórico, um glossário “afeta sujeitos, línguas, sociedade”, “é fruto e, também, extensão do trabalho do sujeito” e “permite que o trabalho a ser executado de dada maneira ganhe repetibilidade técnica”. Enquanto instrumento linguístico, um glossário afeta e amplia a competência e as práticas linguísticas dos falantes, modificando a ecologia da comunicação e o estado do patrimônio linguístico da humanidade, conforme Aurox (1992).

Segundo Medeiros (2020, p.112), um glossário estabelece um olhar para a língua e sobre o texto, impondo e instaurando uma discursividade e uma memória sobre a língua, funcionando como arquivos de língua, apresentando e indicando silêncios, sentidos não ditos e disputas. Diferentemente de um dicionário, um glossário se destina a um público mais específico, em espaços de circulação mais restritos, se refere a saberes pontuais, a “uma especificidade qualquer”, de um texto literário ou de uma região, por exemplo.

Medeiros e Petri (2013, p. 48) defendem a importância dos glossários como “partições na língua”, na medida em que se referem justamente a léxicos específicos de um local, grupo social ou de uma época. Trata-se uma operação que se realiza pela seleção, pela exclusão. E aqui cabe recuperar as palavras Colombat, Fournier e Puech, (2017, p.116) sobre esse exercício de curadoria operado por e com os instrumentos linguísticos: “escolher é, ao mesmo tempo, ex

cluír e também instituir uma variedade da língua como referência”. Poderíamos lançar ao lexicógrafo a mesma avaliação que os autores fazem do gramático: ele “constrói seu objeto ao mesmo tempo em que ele o descreve”.

Conforme Medeiros e Petri (2013), os glossários são objetos produzidos e empregados a partir de um lugar, de uma posição institucional do sujeito, de forma que Medeiros (2006, p. 80) considera a seleção lexical engendrada a partir do “glossário como discurso sobre a língua na relação com o sujeito”. Para Medeiros e Petri (2013), os diferentes tipos de glossários se destacam pela “assinatura” de cada um, havendo, por exemplo, como mostra Medeiros (2016, p. 81), glossários do autor de uma obra, do editor ou do lexicógrafo.

Assim como as demais tecnologias linguísticas, os glossários não são instrumentos sem falhas, haja vista o próprio funcionamento da língua, uma “ferramenta imperfeita” na expressão de Paul Henry (1992). A esse respeito é válido o ensinamento de Nunes (2010, p.12) de que “não há sentido das palavras fixados eternamente”.

Produção e funcionamento de glossários na história

A história dos glossários é aquela das sociedades que os criaram, empregaram, manipularam e modificaram, tornando o instrumento mais complexo, na medida em que os desafios se tornavam igualmente maiores.

Os glossários atravessam e se constituem ao longo de três revoluções tecnolinguísticas nas ciências da linguagem, a escrita, a gramatização e a informatização, tais como concebidas por Auroux (1992). Isso quer dizer que os glossários se fixaram entre as atividades humanas no decorrer de séculos e ainda hoje são amplamente utilizados, estando, inclusive, na origem de outras tecnologias da linguagem, como dicionários e enciclopédias, numa historicidade que remonta ao surgimento da escrita, passa pela gramatização

massiva das línguas a partir do Renascimento, trabalhando a constituição de estatutos jurídicos que basilarão as estruturas da vida moderna nos Estados Nacionais, e ganha repercussão com a informática e a internet. Estamos diante, assim, de uma tecnologia milenar e, ao mesmo tempo, extremamente atual.

Se o surgimento dos glossários é indissociável da invenção da escrita, essa última se conecta com desenvolvimento urbano, como nos mostra o caso de Uruk, na Mesopotâmia, no final do século. IV a.C., tomada como a primeira experiência de cidade na história e também berço do nascimento da escrita. Ademais, por todos os lados por onde surgiram cidade e escrita, os primeiros escritos registrados foram de listas de palavras (AUROUX, 1992). É o que mostram Nissen, Damerow e Englund (1993) através do mesmo exemplo de Uruk, onde as listas de palavras aparecem com o objetivo de controle administrativo do espaço urbano. A esse respeito, é interessante o destaque de Liverani (2006, p. 79) de que, dos escritos encontrados na região Uruk, 90% correspondiam a textos administrativos e 10% a textos léxicos, vários deles com elementos de taxonomia da produção agrícola. Assim, conforme Rodríguez-Alcalá (2018, p. 74-75), a escrita se soma a outras tecnologias (agrícolas, políticas e jurídicas, administrativas) que foram essenciais ao desenvolvimento administrativo e organizacional das cidades.

Possibilitando igualmente o desenvolvimento de ideias linguísticas, ao mesmo tempo em que dá a condição de administrar a fixação dos sujeitos em um território, o domínio da escrita estabelece competências específicas e técnicas codificadas que engendraram o surgimento de profissões e tradições pedagógicas. Com os escribas, por exemplo, surge não apenas a escola, com o escopo de retransmitir a técnica de escrever, mas também o arquivo, no sentido de armazenar e manusear um conjunto de informações criadas para controle. Estão aqui dadas as condições para a apreensão da alteridade. Compreendida como forma de enxergar e conceber o

outro, a alteridade estabelecida pela escrita pode surgir de muitas fontes, de um texto afastado no tempo ou no espaço à mudança de estatuto do próprio texto, conforme Auroux (1992, p. 22-23), que afirma que “a escrita, fixando a linguagem, objetiva a alteridade e a coloca diante do sujeito como um problema a resolver”. As listas de palavras colocam em contato justamente essas múltiplas fontes, numa operação que está na base da construção dos glossários. Esse é um dos caminhos de uma reflexão sistematizada sobre a linguagem, razão pela qual Auroux (1992, p. 22) assevera que “o que faz deslanchar verdadeiramente a reflexão linguística é a alteridade, considerada essencialmente do ponto de vista da escrita”.

Inicialmente com papel mnemotécnico, dando suporte à memória de um texto que se deve saber decorado, e empregadas para classificação de objetos e informações, além de instrumento pedagógico, listas de palavras cada vez mais complexas foram deixadas por civilizações antigas, como a chinesa, a egípcia, a grega e a babilônica (Auroux, 1998, p. 64). Assim, num longo percurso que liga, às vezes sem solução de continuidade, listas de palavras aos glossários e esses aos dicionários e enciclopédias, inclusive eletrônicos, o que primeiro vemos emergir são listas temáticas de vocabulários, como profissões ou setores da realidade (plantas, armas e instrumentos musicais por exemplo), que, transmitidas de língua a língua, constituem os mais antigos instrumentos pedagógicos da humanidade, consoante Auroux (1992). Os egípcios, por exemplo, confeccionaram esse tipo de listas, utilizando-as para arrolar deuses, reis, cidades, partes do corpo humano, práticas culturais e mágicas, informações geográficas, toponímicas, astronômicas ou calendarísticas (AUROUX, 2007).

Em seguida, tomando como parâmetro uma língua determinada, aparecem as listas de palavras antigas e difíceis, listas com homônimos, com sinônimos, dicionários de rimas e ainda o léxico de um determinado autor, fun-

cionando geralmente com o objetivo de compreender uma palavra. Esse tipo de lista foi organizada, por exemplo, pelos gregos, possibilitando, já na Idade Média, a confecção de glosas, que posteriormente originarão propriamente os glossários.

Por fim, organizam-se os glossários independentes, organizados em forma alfabética e estruturados em torno de uma (os monolíngues) ou várias línguas (os bilíngues, n-língues). A título de ilustração, os glossários monolíngues medievais do latim foram utilizados como mecanismo de ensino do latim como segunda língua, sendo um exemplo dessa prática o *Elementarium Doctrinae erudimentum*, de Papias, no século XI. Os glossários bilíngues só se multiplicaram entre o fim do século XIV e XV e será preciso esperar até o século XVI para a fabricação dos grandes dicionários monolíngues e até o século XVIII para a Enciclopédia, englobando campos mais vastos do conhecimento.

É na medida em que “pode ser reutilizado totalmente ou em parte para a construção de objetos técnicos” da linguagem que a listagem de palavras funciona como base elementar e plataforma para a construção de glossários, dos dicionários, das enciclopédias (AUROUX, 2007, p. 18), o que explica em parte o fato de que a distinção entre esses instrumentos nem sempre foi muito clara ao longo da história. Os glossários herdam e transmitem a outras ferramentas linguísticas o caráter das listas de palavras como desejo da organização social, regulamentação de certos rituais e forma de conhecimento do mundo (AUROUX, 2007).

A antiguidade produziu como glossário o *Appendix Probi*, datado do século III d.C e que influenciou a elaboração de repertórios egípcios monolíngues, sendo composto de uma lista que colocava em correspondência 227 “formas inapropriadas” do latim com aquelas consideradas cultas, conforme Farias (2007). No entanto, se os primeiros glossários aparecem no século VI, em latim, para explicar termos da Bíblia, do direito ou de autores da Antiguidade (NOBEL,

2005), esse tipo de produção só se fixa realmente como um instrumento linguístico a partir da Idade Média, com os termos “glossarium”, “vocabularium”, “dictionnarius” e “léxico” se confundindo por vezes ao longo da história, segundo Olga Weijers (1991).

Os glossários são antecidos pelas glosas, que eram anotações às margens da obra, acima da palavra, ou mesmo no texto. Essas glosas formam os glossários ao se desprendem do corpo do texto a que estavam coladas (Weijers, 1989; Medeiros E petri, 2013). De acordo com Weijers (1989), as glosas eram geralmente comentários que os estudantes faziam nas margens dos manuscritos de poetas clássicos, destacando palavras percebidas como difíceis. Quanto mais numerosas se tornavam as glosas, mais espaço elas demandavam. Como efeito dessa saturação, glosa, comentário e glossário se bifurcam e passam a seguir caminhos diferentes, como ensina Medeiros (2020). Dessa forma, por volta dos séculos VI e VII, as glosas deixaram a margem do texto e se tornaram um documento à parte, acompanhando-o e recebendo o nome de glossarium ou glossae collectae. Na mesma época, a organização da palavras no glossário de forma alfabética avançou e passou a considerar não apenas a primeira letra, extendendo-se para as demais e facilitando a localização do verbete.

Num crescendo, segundo Weijers (1989), os glossários estavam sendo utilizados através de listas bilíngues do grego para o latim, no século VI, do latim para o inglês antigo e para o alemão antigo, no século VII, atingindo-se uma significativa produção de glossários bilíngues na França partir do século XIV, de forma que, no século XVI, o que se entendia por lexicografia era basicamente realizada sob a forma de glossários, concebidos como coleções de glosas que serviam para explicar imediatamente o sentido de uma outra palavra no texto.

O processo de produção de glossários em atividades de investigação da Polícia Civil do Tocantins

O caminho percorrido até a confecção de um glossário de investigação policial, considerando o objeto de análise do nosso artigo, que foca a produção de glossários pela Polícia Civil do Estado do Tocantins, é extenso. Vai da notícia crime à instauração do inquérito policial, da glosa no relatório de investigação ao Glossário do Crime. A Polícia Civil, conforme definição constitucional, figura entre os órgãos de segurança pública, competindo a ela a investigação da maioria dos crimes dispostos no ordenamento jurídico, entre eles os que envolvem organizações criminosas.

Uma investigação policial se inicia com a apresentação, em uma unidade policial, de uma notícia da prática de crime. Instaurado o Inquérito Policial, ou outro procedimento de investigação, o delegado de polícia¹, que é o responsável legal pela condução das investigações, expede uma ordem de missão, um documento que determina, a um investigador ou a um grupo de investigadores, o conjunto de diligências, que, finalizadas, devem ser reduzidas a termo em um documento chamado Relatório de Investigação Policial, que deverá indicar a presença de indícios de materialidade, isto é, prova de existência de crime, e de autoria delituosa. Por fim, ao final das diligências, o delegado de polícia pode representar por outras medidas cautelares ou anexar ao inquérito a sua peça final, chamada de Relatório Final de Inquérito Policial². Caso os fatos investigados tenham sido comprovados e o(s) autor(es) tenha(m) sido identificado(s), a investigação é encaminhada ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, cabendo a esse último

8 O art. 4º do Código de Processo Penal Brasileiro e o §1º do art.2º da Lei 12.830/2013 determinam que as investigações policiais são presididas por delegados de polícia.

9 Relatório Final de Inquérito Policial não se confunde com Relatório de Investigação Policial, pois o primeiro é a peça elaborada pelo Delegado de Polícia em respeito ao art. 10, §1º do Código de Processo Penal, que determina: “A autoridade fará minucioso relatório do que tiver sido apurado e enviará autos ao juiz competente”. O Relatório Policial de Investigação, por sua vez, é a peça que consolida todas as diligências realizadas pela equipe de investigadores.

requisitar novas diligências à polícia judiciária, denunciar os envolvidos, ou mesmo pugnar pelo arquivamento do inquérito policial.

Importa destacar que algumas investigações, de maior complexidade, demandam interceptações telefônicas para a demonstração da existência e da atuação de organização criminosa, o que é solicitado pelo delegado de polícia ao Poder Judiciário³, que, por sua vez, determina que as operadoras interceptem as conversas dos prefixos telefônicos dos investigados, permitindo, através de plataformas tecnológicas disponibilizadas pelas empresas de telefonia e programas computacionais utilizados pelas polícias⁴, a gravação de ligações telefônicas e de outros dados, para posterior consulta, análise e eventual degravação. Arrolando as informações de relevância dos trabalhos policiais, o relatório de investigação pode apresentar, portanto, as transcrições de conversas de diálogos que indicariam atividade criminosa.

Investigação de organizações criminosas nacionalmente estruturadas, como do PCC (Primeiro Comando da Capital) ou do CV (Comando Vermelho), não raro envolve diversos investigados, logo, a quantidade de áudios produzida é grande, somado ao fato de que geralmente é necessária uma equipe de investigadores para acompanhamento em tempo real dos diálogos e outros dados como mensagens de

texto via SMS. Em um relatório de investigação fruto de interceptação telefônica, os diálogos e mensagens apresentadas se voltam a demonstrar a prática dos investigados no(s) crime(s) em investigação, além de eventualmente evidenciar a participação de outros criminosos nos delitos.

Em uma investigação de organização criminosa, os trechos de relevância das conversas interceptadas são aqueles que indicariam a materialização da associação para o crime, segundo os critérios §1º, do art. 1º, da Lei 12.850/2013, quais sejam, a aliança de no mínimo quatro pessoas, uma estrutura com divisão de tarefas, o escopo de obter vantagem de forma direta ou indireta, crimes com penas máximas superiores a 04 anos ou de caráter transnacional.

O extrato destacado abaixo (Figura 1), de uma das folhas do relatório policial, aborda vários elementos da investigação a partir de um diálogo analisado, como horário, duração e conteúdo da conversa dos supostos criminosos. Na narração que faz do diálogo, o investigador coloca entre aspas duas palavras, “irmãos de facção” e “bang”, compondo para essa última, entre parênteses, a definição de “termo utilizado para matar alguém”. Trata-se, portanto, da inserção de pequenas glosas dentro do texto para que a compreensão dos diálogos e a caracterização do crime possam ser realizadas. É desse trabalho que vão se originar os glossários, que nem sempre vão ser assim nomeados pelos investigadores.

O extrato destacado abaixo apresenta três partes. A primeira, que ostenta o painel digital de um programa de computador, indica o dia, a hora de início e de fim da chamada, além dos prefixos envolvidos. A segunda parte apresenta os nomes dos interlocutores, que foram apagados por nós com uma tarja branca, e a transcrição do diálogo. A terceira parte corresponde aos comentários do investigador.

10 A representação é a peça jurídica através da qual o Delegado de Polícia se dirige processualmente ao juiz indicando solicitando que determine alguma medida judicial, que é protegida por reserva jurisdicional, ou seja, que apenas o juiz pode decretar. Apenas medidas protegidas pela reserva de jurisdição necessitam passar pelo crivo do Judiciário.

11 O software de gravação e cruzamento de dados Guardião Web é o utilizado no estado do Tocantins como ferramenta para a gravação dos áudios interceptados e para a degravação destes mesmos áudios em uma mesma plataforma. É interessante perceber que o glossário, enquanto instrumento tecnológico dentro do processo legal, também se ancora em outros instrumentos tecnológicos, a exemplo do software Guardião, o qual também poderia ser tomado, se não como uma ferramenta da linguagem, como um instrumento que serve a analisar a registrar/descrever/analisar a língua.

Figura 1- extrato de relatório de investigação policial. Ref: processo 002435-04.2019.827.2729, evento 22, arquivo: REL MISSAO POLIC2, p. 15.



Detalhes		
Identificador	Data/Hora Inicial	Data/Hora Final
15333384	24/08/2019 20:35:17	24/08/2019 20:48:52
Duração	Midia Interlocutor	Midia Alvo
00:16:35	5563992796296	55634902520109
MIDI	MIDI	MIDI
	5563992796296	55634902520109

Brincar para análise de conversas. Brincar para análise de conversas de texto.

[]: eu vei? Eu fiquei o dia todinho ali no diabo de uma beira de um mato, maluco! Com os mosquitos, tá ligado? Com os irmãos que vieram aí Geral do Estado tava aqui também, nois tem que meter marcha num bagulho ali. E o dia todinho dentro do mato, maluco!

[]: Deus me livre!

[]: tô te falano!

[]: eles foram fazer o que aí?

[]: ham?

[]: eles foram fazer o que aí?

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO TOCANTINS

DELEGACIA ESPECIALIZADA EM INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS – DEIC

[]: ele foi, veio ver o bang do lixo que tem aqui, doido, no Pium aqui. O simpatizante do lixo aqui.

[]: hum, entendi.

De 0:01:03 até 0:01:38, [] relata ter passado o dia todo no mato em conjunto com os “irmãos de facção”, inclusive com o Geral do Estado Masculino com o intuito de ver um “bang” (termo utilizado para quando vão matar alguém) de um simpatizante da facção rival CV.

O comentário do investigador, na última linha do documento, logo após a transcrição dos diálogos dos supostos criminosos, está sob a forma de narração, ou seja, narrativa-se a conversa e nessa narração as glosas vão sendo criadas com palavras colocadas entre aspas e seu sentido entre parênteses:

Comentário do investigador: De 0:01:03 até 0:01:38, ***** relata ter passado o dia todo no mato em conjunto com os “irmão de facção”, inclusive com o Geral do Estado Masculino com o intuito de ver um “bang” (termo utilizado para quando vão matar alguém) de um simpatizante da facção rival CV.¹

Vamos ver que as glosas serão destacadas e reunidas em uma única lista no final do do-

cumento, formando um glossário de expressões do crime. Esse movimento mostra como o glossário se liga a outro texto, no caso o relatório de investigação. É interessante que a construção da ferramenta ressoa sua origem na Idade Média, com as glosas saindo das margens dos textos para ocupar produções independentes das obras originais.

O relatório assinala que o investigado se deslocou para assassinar um desafeto faccionado de organização criminosa rival. O investigador concluiu ser relevante impingir o sentido da palavra “bang” entre parênteses como forma de demonstrar a existência de requisitos de configuração de uma atividade criminosa, no caso uma tentativa de homicídio. A expressão “irmãos de facção” aparece entre aspas, sem definição, mas o próprio emprego das aspas está ali para marcar que ela deve ser entendida num

12 Ref: processo 002435-04.2019.827.2729, evento 22, arquivo: REL MISSAO POLIC2, p. 15.

sentido muito específico, o da associação para o crime. Em outro extrato (Figuras 2 e 3), o agente destaca entre aspas e define a palavra “lixo” como “membros da facção rival CV”. Diz o investigador: “Eles se referem aos ‘lixos’ membros da facção rival CV, salientando a guerra travada entre as duas facções.” Vejamos o comentário completo do investigador, colocado logo após a transcrição de um trecho do diálogo:

Comentário do investigador: Esta não é a primeira vez que ***** mantém diálogo que envolva fatos relacionados à facção. Aqui, ***** diz que uma pessoa de Vulgo Lora foi presa em uma operação da polícia que prendeu seis pessoas. Ela menciona que Lora deu sorete porque foi presa, já que ela estava planejando matar Lora. Eles se referem aos “lixos” membros da facção rival CV, salientando a guerra travada entre as duas facções.²

Em outro relatório analisado (Figura 4), juntado aos autos do mesmo processo de investigação, há indicação de palavras que marcariam as formas de registro das atividades e a estrutura organizacional e hierárquica dos criminosos. Aparecem, assim, as expressões Livro Branco, Geral do Estado, Salveira, Para-raio, Geral da Rua. A palavra “geral”, que se repete em várias ocasiões, significa, segundo interpretação do investigador, o responsável por alguma função na organização, a exemplo de “geral da rua”, “geral do estado”, “geral da 100%”. Cabe destacar a utilização do sufixo “eira/eiro”, que, morfológicamente, indica profissão (padeiro, pedreiro, marceneiro...). No léxico do crime, segundo avaliação do investigador, o prefixo “eiro/eira” é utilizado para marcar a responsabilidade por uma função, a exemplo de “cadastreira”, responsável por realizar os cadastros no livro branco; “salveira”, responsável por replicar os “salves”, que são, mais uma vez segundo a interpretação do investigador, as ordens do comando da organização criminosa.

13 Ref: processo 002435-04.2019.827.2729, evento 22, arquivo: REL MISSAO POLIC2, p. 17

Há um trabalho de interpretação quando, após fazer a seleção de trechos e destacar alguma palavra ou expressão, inserindo glosas no corpo do texto, o investigador procurar explicar o sentido da conversa. Vejamos isso em mais um extrato, que traz ao final o seguinte comentário do investigador:

Comentário do investigador - Neste áudio, ***** conversa em uma chamada em conferência com diversas mulheres de cargos variados dentro OR-CRIM, dentre elas as pessoas de: ***** (Geral do Estado), ***** (Salveira), ***** (Para-raio, cargo nacional que autoriza ações nos Estados), ***** (Livro Branco, cadastro nacional dos faccionados, onde gera a matrícula dos faccionados), ***** (Geral da Rua), ***** (Geral da Rua). ***** em conjunto com as demais mantém diálogo de cunho criminoso, assumindo inclusive que traficou por muito tempo na cidade de Cristalândia-TO. ***** em conjunto com as demais mantém diálogo de cunho criminoso, assumindo inclusive traficou por muito tempo na cidade de Cristalândia-TO. Selena atuou de maneira direta no batismo da faccionada Malvada 1533 (*****), dentre outras ações que revertem-se em confirmação de atuação em organização criminosa.³

No extrato acima, as glosas estão na inserção do significado de “Para-raio” e “Livro-Branco”. Destaque para a forma como a definição é dada, entre parênteses, depois dos termos, que são apresentados sem aspas, dentro de uma narração de uma cena. Uma particularidade deste trecho é o fato do investigador assinalar, logo após o nome da investigada, a função que ela exerce na organização criminosa. Uma observação pertinente é o fato de que, no extrato, há o destaque de uma série de funções: “geral do estado”, “salveira”, “geral da rua”, “para-raio”, “livro-branco”, mas o investigador entendeu por bem significar apenas duas: “Para-raio”, que, na sua na descrição, é o “cargo nacional que autoriza ações nos estados” e “Livro-Branco”, significado como “cadastro nacional dos faccionados, onde gera a matrícula dos faccionados”, apontando,

14 Ref: IP Nº 537/2019 / 0024235-04.2019.827.2729.

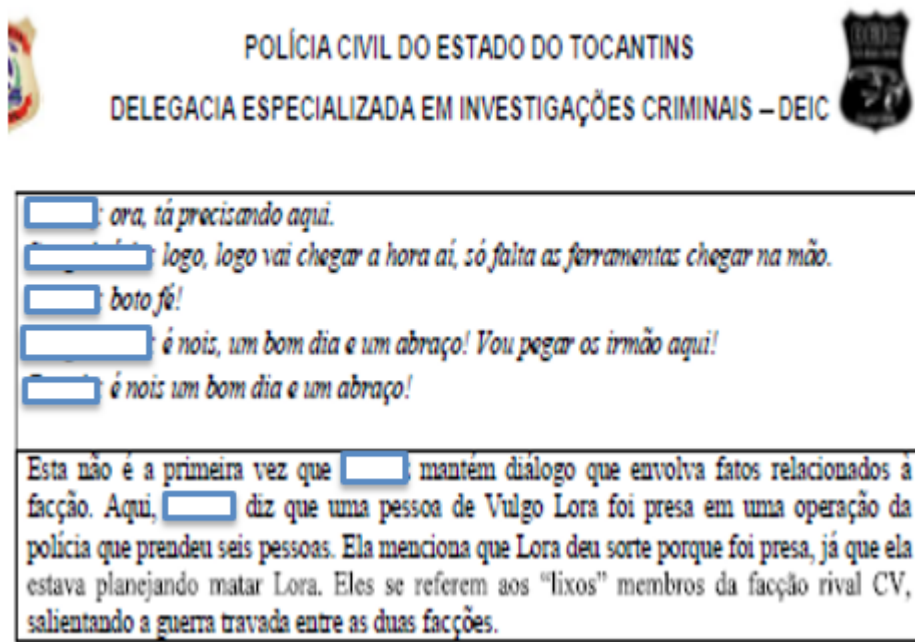
Figura 2- extrato de relatório de investigação policial. Ref: processo 002435-04.2019.827.2729, evento 22, arquivo: REL MISSAO POLIC2, p. 16.



Identificação: 15172273 Data/Hora Inicial: 22/06/2019 09:34:53 Data/Hora Final: 22/06/2019 09:38:11
 Duração: 00:04:16 Mídia Interlocutor: 5503062402498 Mídia Alvo: 55633962502889
 MS1: MS2: MS3: MS4: MS5: CN: 15172273

[redacted] é nois!
 [redacted] é nois [redacted]! Tamu junto, maninha! Um forte abraço e um bom dia do irmão
 [redacted]!
 [redacted] é nois, tamu junto!
 [redacted] e aí, como é que tá essa força desse lado aí, guerreira?
 [redacted] tá tranquilo, pô!
 [redacted] tá calmo!
 [redacted] ora! Você ficou sabendo da operação que rolou aqui hoje?
 [redacted] não vei! Que que foi?
 [redacted] uai, foi preso aqui seis, mas foi dos lixos, pô. Num tem a tal da Lora?
 [redacted] ah não, tá de boa! Dos lixos nois nem pega, tá ligado?
 [redacted] pois é!
 [redacted] agora se fosse entre nois era outra coisa, né irmã?
 [redacted] ora!
 [redacted] pra esses lixos aí é só caixão pra eles mesmo!
 [redacted] nois tava planejando aqui matar a Lora, mas foi presa antes, pô!
 [redacted] hum, entendeu, irmã! Mas é nois, daqui uns dias nois tamu pingando aí nesse
 [redacted] pra ver se nois dá uma ajuda aí e eliminar essas raças!

Figura 3- extrato de relatório de investigação policial. Ref: processo 002435-04.2019.827.2729, evento 22, arquivo: REL MISSAO POLIC2, p. 17



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO TOCANTINS
 DELEGACIA ESPECIALIZADA EM INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS – DEIC

[redacted] ora, tá precisando aqui.
 [redacted] logo, logo vai chegar a hora aí, só falta as ferramentas chegar na mão.
 [redacted] boto fé!
 [redacted] é nois, um bom dia e um abraço! Vou pegar os irmão aqui!
 [redacted] é nois um bom dia e um abraço!

Esta não é a primeira vez que [redacted] mantém diálogo que envolva fatos relacionados à facção. Aqui, [redacted] diz que uma pessoa de Vulgo Lora foi presa em uma operação da polícia que prendeu seis pessoas. Ela menciona que Lora deu sorte porque foi presa, já que ela estava planejando matar Lora. Eles se referem aos "lixos" membros da facção rival CV, salientando a guerra travada entre as duas facções.

Figura 4- extrato de relatório de investigação policial. Ref: processo 002435-04.2019.827.2729, evento 39, arquivo: REL MISSAO POLIC2, p. 39.

[]: é nois!
 []: tem uma ligação cruzada irmã. Você pegou aí um papel e uma caneta?
 []: peguei.
 []: vamo lá, marca aí! Vulgo de batismo: Malvada 1533.
 []: Malvada 1533.
 []: isso. Seu referência: Dona Bella.
 []: referência Dona Bella.
 []: padrinhos: Vitória na Guerra, Beatriz, Gue do 15, Snow, Renato e Daniele.
 Data do batismo vinte um do oito de dois mil e dezenove (21/08/2019). Sua matrícula
 cem, setecentos e nove (100709). Oh Malvada, repete aí pra mim por favor sua
 matrícula! É nois Malvada!
 []: é nois! Cem, cento e nove.
 []: não. É cem setecentos e nove.
 []: cem setecentos e nove.
 []: oh Malvada, o que eu acabei de te passar aí agora é sua matrícula dentro da
 nossa organização, onde aí a mana peço para tá guardando na sua mente e no coração,
 tá bom?
 []: tá bom.
 []: e na data de hoje aí você tá fazendo parte do Primeiro Comando da Capital.
 Qualquer dívida, qualquer tipo de ideia que cê tiver, mana: procure seus padrinhos,
 procure seus irmãos. Não faça nada em cima de dívidas, porque quem pergunta nunca
 erra, tá bom?
 []: tá.
 []: da parte da Alice aqui minhas irmãs, tá tranquilo.
 []: manda pra mim essa condução, tá bom fia? Oh filhota, parabéns aí,
 seja bem vinda aí, por fazer parte dessa família linda e maravilhosa aí, tá bom?
 []: 1533: tá bom! Obrigada!
 []: cadê as irmãs do estado aí? (Inaudível) É nois oh Vitória na Guerra. Quem
 que está no estado? É Vitória na Guerra e quem mais?
 []: a: Beatriz tá também!
 []: é nois Beatriz! Cadê a Geral do Estado?
 []: ah num tô entendendo também não, porque ela tá aqui no meu barbante. Só se
 ela tiver ido na segunda aqui.
 []: é nois Vitória na Guerra! Derruba a irmã aí e pega de novo por favor!
 []: derruba a irmã aí e pega ela de novo, por favor!
 []: a: tá, pode crer!

Neste áudio, Selenia conversa em uma chamada em conferência com diversas mulheres de
 cargos variados dentro ORCrim, dentre elas as pessoas de : Vitória na Guerra (Geral do
 Estado), Dona Bella (Saleveira), [] (Para-raio, cargo nacional que autoriza ações nos
 Estados), [] (Livro Branco, cadastro nacional dos faccionados, onde gera a matrícula
 dos faccionados), Malvada 1533 (Geral da Rua em Araguaína e nova faccionada), Morena
 do 15 (Cadastreira), [] (Geral da Rua), Exterminadora (Geral da Rua). [] em
 conjunto com as demais mantém diálogo de cunho criminoso, assumindo inclusive que

assim, uma das funções desenvolvidas dentro da organização criminosa.

Em outro trecho (Figura 5), formulando por uma outra estratégia a definição de uma palavra, o investigador coloca a palavra “bença” entre parênteses e seu sentido é explicado pela frase que vem a seguir, na continuidade da descrição do diálogo: “Vitória recebera a informação de que Aurora estaria frequentando uma igreja e possivelmente se convertendo ao evan-

gelho”, frase que indiretamente possibilita compreender “bença” como uma conversão religiosa por parte do faccionado. Vejamos o comentário completo do investigador:

Neste áudio, é notória a atuação de ***** e ***** , exercendo autoridade sobre outra faccionada denominada *****. ***** era membra da facção, mas tinha se afastado. Ela havia deixado de manter contato via telefone com as líderes da ORCrim. ***** teria retornado às atividades e em

Figura 5- extrato de relatório policial de investigação. Ref: processo 002435-04.2019.827.2729, evento 39, arquivo: REL MISSAO POLIC2, p.



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO TOCANTINS
DELEGACIA ESPECIALIZADA EM INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS – DEIC



Neste áudio, é notória a atuação de [] e [] exercendo autoridade sobre outra faccionada denominada [] era membra da facção, mas tinha se afastado. Ela havia deixado de manter contato via telefone com as líderes da ORCRIM. Aurora teria retorno às atividades e em uma espécie de pressão, sabatina, foi questionada sobre os motivos que a levaram a se afastar da atuação no PCC. Momento em que [] se irrita e pergunta se realmente [] estava indo para “bença”. [] recebera informação de que [] estaria frequentando uma igreja e possivelmente se convertendo ao evangelho, fato desmentido por Aurora. Aurora foi enfática em dizer que estava de volta para atuar na ORCRIM. No áudio [] diz que já mais de ano que está com o vulgo de “[]” que gosta do seu vulgo e que só irá mudar se realmente for necessário. [] afirma que quer mudar de vulgo de “Vitória na Guerra” para “Deusa da Morte” e que seu vulgo anterior era “Senhora das Trevas” e “Bella Proibida”.

São múltiplas as formas como o policial trabalha a definição das palavras. Dois outros exemplos diferentes podem ser vistos nos dois extratos abaixo (Figuras 6 e 7). No primeiro, temos a estrutura “X é... tal coisa”; no segundo, o emprego da expressão “ou seja”, colocando em posição de equivalência o sentido de duas frases.

Comentário do investigador: Na foto abaixo extraída da conta do Facebook “*****” a genitora d ***** curte a foto da filha.” Abaixo seguem os tabuleiros obtidos através de um colaborador. Eles datam de 22/08/2019 e o mais recente de 13/09/2019, onde MINNY 121 surge primeiramente com vulgo de MINNY 121 e posteriormente 13/09 como “ALERKINA CALADA”. ALERKINA CALADA é o novo vulgo de MINNY 121. É de costume dos faccionados alterarem seus vulgos com constância como forma de dificultar sua identificação civil. Nos dois tabuleiros, tanto o vulgo MINNY 121, quanto o ALERKINA CALADA constam como Geral da Rua em Palmas e estão ligados à mesma linha telefônica, chamada de linha vermelha “LV”. A LV é a linha que as faccionadas utilizam para chamadas normais, sendo que podem ter outras linhas para utilização de aplicativos.¹

Muito embora tenha sido pleiteada em juízo em tempo hábil, pelos trâmites burocráticos, a renovação só foi implementada na data de 20 de Setembro deste ano. Com isso, ficou prejudicado o monitoramento das ações dos alvos, neste período. Dito isto, alguns fatos relevantes ocorreram neste intervalo de espera de renovação, confirmando aquilo que fora dito pelas faccionadas na primeira fase. Elas, Vitória na Guerra (*****), Beatriz (*****), Exterminadora (*****), combinaram de ir comemorar o aniversário do PCC na cidade de Araguaína. O ponto de encontro seria a casa de Dona Bella (*****). O que de fato aconteceu.²

Não vamos nos deter nas diferentes formas de compor a definição de palavras destacadas e concebidas como um código específico do crime. O que nos importa é justamente notar esse movimento de tentar construir um sentido para palavras e expressões que são identificadas como uma fala típica de criminosos.

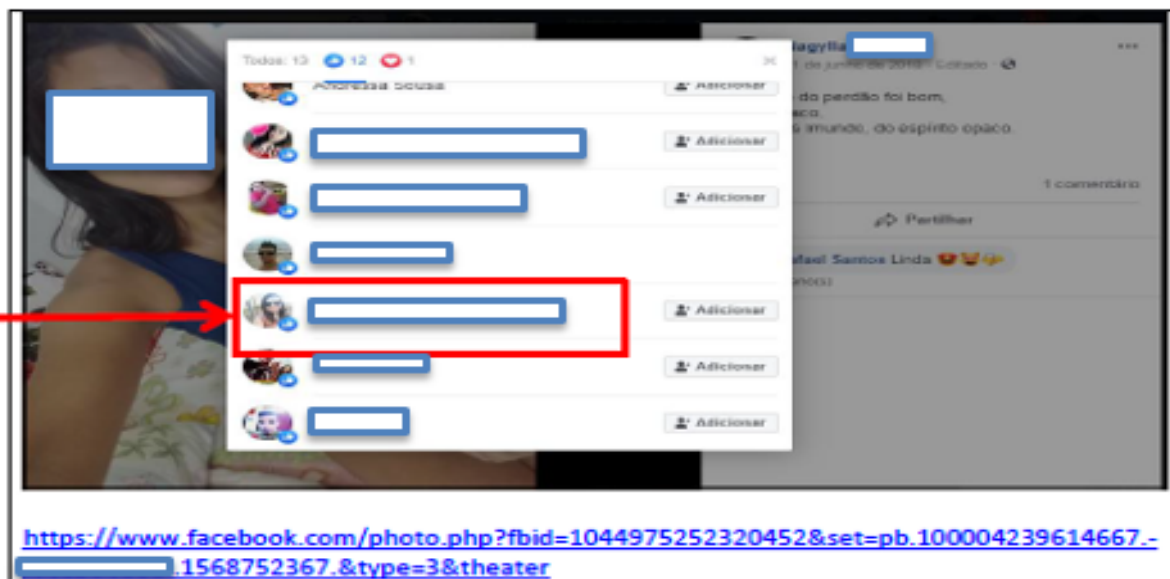
O mesmo relatório apresenta um glossário estruturado em um texto à parte dos diálogos analisados, no fim do documento, com o título “Glossário” (Figura 8). Esse glossário retoma as palavras que foram marcadas ao longo dos diá-

15 Ref: processo 002435-04.2019.827.2729, evento 39, arquivo: REL MISSAO POLIC2, p. 94.

16 Ref: processo 002435-04.2019.827.2729, evento 39, arquivo: REL MISSAO POLIC2, p. 124.

Figura 6- extrato de relatório de investigação policial

Na foto abaixo extraída da conta do Facebook “ [redacted] ” a genitora d Nágela curte a foto da filha.



Abaixo seguem os tabuleiros obtidos através de um colaborador. Eles datam de 22/08/2019 e o mais recente de 13/09/2019, onde [redacted] 121 surge primeiramente com vulgo de [redacted] 121 e posteriormente 13/09 como “ [redacted] ”.

[redacted] é o novo vulgo de [redacted] 121. É de costume dos faccionados alterarem seus vulgos com constância como forma de dificultar sua identificação civil.

Nos dois tabuleiros, tanto o vulgo [redacted] 121, quanto o [redacted] constam como Geral da Rua em Palmas e estão ligados à mesma linha telefônica, chamada de linha vermelha “LV”. A LV é a linha que as faccionadas utilizam para chamadas normais, sendo que podem ter outras linhas para utilização de aplicativos.

logos degravados e que aparecem no relatório. É a materialização da transformação de glosas em glossário.

Quinze são palavras ou expressões desse “glossário” (Radio, Barbante, Sangue, Meter Marcha, Progresso, Biqueira, Irmão, Companheiro, Lixo, Verme, Aplicativo, Linha Vermelha, Cara Crachá, Verdade, Gravata). Elas não estão em ordem alfabética. As primeiras cinco palavras (Radinho, Barbante, Sangue, Meter Marcha e Progresso) foram dispostas na sequência em que apareceram no relatório, uma lógica organizacional que não se mantém com os outros verbetes. O significado das palavras é separado do vocábulo através de hífen. Tecnicamente, portanto, estamos diante de uma estru-

turação bastante básica, e por vezes opaca, da ferramenta glossário pela Polícia Civil do Estado do Tocantins.

Estratégias de definição e aprisionamento de sentidos: Língua e Ideologia.

A construção de glossários em relatórios de investigação se baseia na observação da repetição e da regularidade do emprego de determinada palavra ou expressão em dado contexto. Por exemplo, a repetição da expressão Geral da Rua toda vez que há indicação de que alguém cumpre a tarefa de repassar aos demais faccionados as informações de membros superiores da organização leva o investigador a concluir que

Figura 7- extrato de relatório de investigação policial. Ref: processo 002435-04.2019.827.2729, evento 39, arquivo: REL MISSAO POLIC2, p. 124



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO TOCANTINS
DELEGACIA ESPECIALIZADA EM INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS – DEIC



monitorado era o encontro dos alvos desta operação com o fito de comemorar o aniversário do PCC na cidade Araguaína. Tal evento foi citado no relatório de renovação.

Muito embora tenha sido pleiteada em juízo em tempo hábil, pelos trâmites burocráticos, a renovação só foi implementada na data de 20 de Setembro deste ano. Com isso, ficou prejudicado o monitoramento das ações dos alvos, neste período.

Dito isto, alguns fatos relevantes ocorreram neste intervalo de espera de renovação, confirmando aquilo que fora dito pelas faccionadas na primeira fase. Elas, [REDACTED] combinaram de ir comemorar o aniversário do PCC na cidade de Araguaína. O ponto de encontro seria a casa de [REDACTED]. O que de fato aconteceu.

Na data de 19 de Setembro deste ano, equipes da Polícia Civil em Araguaína teriam flagrado objetos de origem ilícita na casa onde estavam as pessoas ditas acima. Todas foram qualificadas, confirmando os levantamentos feitos por esta especializada, anteriormente. Nesta ocasião, a pessoa de [REDACTED] teria sido conduzida e liberada em seguida, salvo melhor juízo, por pagamento de fiança.

Ocorre que, as faccionadas, que foram comemorar o aniversário da ORCRIM dia 31 de Agosto de 2019, decidiram ficar residindo temporariamente em Araguaína (fato já mencionado em transcrição anterior, onde as faccionadas planejavam mudar de cidade para fazer “progresso”, ou seja, atuar nas várias esferas do crime naquela cidade).

se trata da nomeação de uma função na organização. Dessa forma, a marcação do sentido de um vocábulo pelo investigador não faz de maneira aleatória, mas a partir de um trabalho de interpretação da língua em funcionamento nas mensagens e diálogos interceptados. À guisa de ilustração, no fragmento de relatório abaixo, ligado ao processo judicial nº 0024235-04.2019.827.2729, o policial recorta um diálogo em que a expressão “cara-crachá” aparece inúmeras vezes:

*****: Pois e! E a do cadastro, que a condução e do cadastro, num tem? Ela ja pegou a outra sintonia presente, ja tirou o cara crachá da irmã, como e que e? Eu num to nem ouvindo ela falar hj. Bora irma, trabaia, cara! Eu tenho que resolver uns problemas ai, minino!

*****: uai minha mana! Eu tenho que resolver

umas ideias aqui, num tem po? Eu to so esperando voces terminar da sua parte ai que é rapidão esse batismo. Num tm enrola, cara. E só a sintonia, as irmã ja te passa. Ja pegou o cara crachá da irmã, da futura irmã?

*****: minhas, irmãs, por favor ai, o cara crachá da referência e da companheira.

*****: manda o cara crachá la da referência e da irmã que vai ser batizada ai! irmã?!

O investigador considera que a mesma palavra está aparecendo em contextos semelhantes, qual seja, a de identificação e controle de um membro da organização criminosa, o que o

17 Ref: processo 002435-04.2019.827.2729, evento 39, arquivo: REL MISSAO POLIC2, p. 145.

Figura 8- extrato de relatório de investigação policial. Ref: processo 002435-04.2019.827.2729, evento 39, arquivo: REL MISSAO POLIC2, p. 145.

Glossário

Radinho-Telefone;
Barbante-Chamada em Conferência;
Sangue-Crédito de Telefone;
Meter Marcha-Agilizar Ação;
Progresso-Realizar ações criminosas diversas;
Biqueira-Ponto de Vendas de Drogas;
Imão-Faccionado;
Companheiro-Amigo de Faccionado;



POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO TOCANTINS
DELEGACIA ESPECIALIZADA EM INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS – DEIC



Lixo-Membro de facção rival Comando Vermelho;
Verme-Policial;
Aplicativo-Linha utilizada para conversar pelo Whtasapp;
Linha Vermelha-Linha utilizada para conversa via chamada comum;
Cara Crachá-Qualificação do membro faccionado;
Verdade-Confirmação positiva a uma pergunta;
Gravata-Advogado

leva a determinar que “cara-crachá” tem o sentido de identificação de um criminoso e de sua expertise na organização, definição que vai ser registrada no glossário da polícia.

São várias as maneiras pelas quais o policial fundamenta o trabalho de estabelecimento de sentidos e de construção de glossários com palavras e expressões tomadas como típicas do mundo do crime: a) acompanhamento de depoimentos (informações documentadas prestadas por testemunhas), de declarações (informações prestadas por suspeitos) e interrogatórios policiais (informações prestadas por indiciados) ou judiciais (no caso de informações prestadas por réus); b) pesquisa em outros documentos e materiais arquivados, tais como anotações, relatórios produzidos anteriormente, glossários entranhados a outros inquéritos, ou que figu-

ram em relatórios de inteligência policial e que versem sobre a palavra ou expressão almejada; c) pesquisa em livros e relatórios de inteligência sobre o assunto; d) pesquisa em fontes abertas, isto é, as plataformas de pesquisa de acesso livre, como, por exemplo, livros, páginas na internet e, sobretudo, redes sociais, que, por sua influência na sociedade e a facilidade e velocidade de troca de informações, são um ambiente que recebe atenção dos estudiosos do fenômeno criminal.

A consulta desses materiais se dá pela busca da repetição de determinadas palavras e expressões, numa procura por uma regularidade capaz de represar sentidos. Nesse processo, um aspecto que merece destaque é a entrevista realizada pelo policial com um investigado. No vídeo da reportagem “Acusado Confirma ordem

para matar policiais em São Paulo”¹, publicado em 01 de dezembro de 2012 na página do Youtube do jornal “O Vale”, há um trecho em que um policial pergunta “o que significa salve?” quando o preso diz “Eu recebi o salve e passei para os irmãos concluir”. A resposta do preso é a seguinte: “o salve em cima das injustiças que estavam tendo, que a ROTA estava matando e forjando”. Em outro trecho, o preso fala que “a caminhada era o seguinte, era para tá concluindo, cada região tá concluindo um pm”, ao que o investigador, na busca de definir o sentido para o verbo “concluir”, questiona: “como assim?”, recendo como resposta do preso a afirmativa “matando”. Esse diálogo representa bem como a entrevista é considerada pelo policial como um procedimento para possibilitar a definição de sentidos, uma vez que ele toma o investigado como um membro de uma comunidade que partilharia um código linguístico em comum, um modo de falar que seria impregnado de palavras e expressões que denotariam atividades criminosas.

Pela lista acima, pode-se afirmar que a produção de glossários policiais não se dá sem a organização de um arquivo. Nesse ponto, cabe citar a posição de Derrida (2001, p. 22) de que “Não há arquivo sem exterior”. Pêcheux (1994, p. 59) salienta a impossibilidade de considerar um arquivo como neutro e independente de efeitos políticos e culturais que o impactam e destaca o funcionamento de uma “leitura interpretativa”, que relaciona o que foi lido com outros arquivos de memória, chamando a atenção para “aderências históricas complementares”, fixadas por força da memória coletiva que os aparelhos de poder impõem à sociedade e dizem respeito a apagamentos e regras “de uma leitura consagrada” a serviço de um poder.

Para a compreensão da produção e funcionamento dos glossários policiais, é ainda mais pertinente a consideração de Orlandi sobre a

interpretação dos sentidos:

Na realidade, não há um sentido (conteúdo), só ha funcionamento da linguagem. No funcionamento da linguagem, como veremos, o seu sujeito é constituído por gestos de interpretação que concernem sua posição. O sujeito é interpretação. Fazendo significar, ele significa. É pela interpretação que o sujeito se submete à ideologia, ao efeito da literalidade, à ilusão do conteúdo, à construção da evidência dos sentidos, à impressão do sentido já-la. A ideologia se caracteriza assim pela fixação de um conteúdo, pela impressão do sentido literal, pelo apagamento da materialidade da linguagem e da história, pela estruturação ideológica da subjetividade (ORLANDI, 2012, p. 22)

O ponto é que o sujeito sempre interpreta a partir da posição que ocupa, logo, como policial, o investigador considera que aquilo que ele não entende é palavra do crime, é um código que traria informações e dados importantes sobre uma atividade criminosa. No entanto, como diz Orlandi, não há sentido sem ideologia, sendo, portanto, uma ilusão a transparência dos sentidos, independentemente das estratégias e técnicas para estabelecer a significação de palavras e expressões. Há que se considerar – e o policial não considera, mas não apenas ele... – o equívoco como um elemento do funcionamento da linguagem, afinal, como afirma Pêcheux (2009 [1988], p. 277), “a interpelação como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas”.

A seleção e interpretação de formas linguísticas caracterizadas como um código de criminosos é realizada a partir do posicionamento discursivo do policial, o que significa dizer que ele interpreta não a partir de uma posição empírica, não com um indivíduo, mas como uma peça do Estado. Não é possível dissociar a escolha de palavras e a interpretação de sentido da posição ideológica daquele que produz o glossário, o que significa considerar também os objetivos que são perseguidos com a produção desses instrumentos linguísticos na atividade investi-

18 Acusado confirma ordem para matar policiais em SP. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=7AK5WKuvfq0>>, acesso em 01/11/20.

gativa. Só há interpretação de sentidos porque há uma interpretação dos sujeitos que falam. Na atividade interpretativa de investigação, a ideologia fundamenta, de uma maneira que sequer é transparente ao policial, a definição de crime e de criminoso.

A produção e interpretação dos sentidos é uma operação complexa. Orlandi (2005, p. 40) ensina que ela envolve três elementos: aquilo que é “material”, que é a língua sujeita a equívocos e composta de historicidade; aquilo que é “institucional”, que corresponde à formação social dos sujeitos; e aquilo que poderia ser chamado de “mecanismo imaginário”, que “produz imagens do sujeito, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica”. Nessa perspectiva, o investigador, ao construir um glossário, se encontra na posição de defesa dos interesses do Estado, procurando identificar e aprisionar, a partir do modo de falar, determinados sujeitos, considerados criminosos justamente pela forma como falam. Mesmo sem formação em letras, o que para alguns poderia ser um critério de legitimidade dos glossários, o investigador faz uso do que Auroux (1992) chama de conhecimento epilinguístico, prestando atenção nas formas da língua para estabelecer o sentido das palavras. Dessa forma, o policial examina as minúcias dos diálogos interceptados e observa, inclusive no timbre das vozes, informações sobre relações de subordinação e de hierarquia, objetos, mercadorias e lugares, formas de nomear a polícia, rixas com outros grupos, etc., elementos que vão circunscrevendo atividades e sujeitos como do crime.

Pela seleção de palavras que o investigador destaca num texto, para terem seus sentidos definidos, na procura de sujeitos e objetos que seriam criminosos, que precisam ser revelados, perseguidos, punidos, nota-se que não é todo crime e criminoso que importam. Assim, as palavras dos glossários, na medida em que foram selecionadas, e selecionadas por um certo viés, mostram quais criminosos e quais crimes são visados.

Nos relatórios de investigação, os diálogos que indicariam atividade criminosa não são transcritos na íntegra, conforme orientação nos tribunais superiores², mas apenas o trecho considerado de relevância, com a indicação do registro do dia e horário do áudio, para que as partes envolvidas em um eventual processo possam confirmar a integralidade das gravações, bem como determinar o contexto das conversas. Por “relevância” deve-se entender a indicação de uma associação para o crime.

Merece atenção não apenas a escolha de uma palavra a figurar em um glossário, mas também o silêncio sobre uma que deixou de entrar em um glossário num relatório de interceptação telefônica, pois, como nos diz Orlandi (2020, p. 73), há sentido no silêncio, isto é, no apagamento que se faz no exercício de escolher o que dizer. Quando o agente escolhe um trecho de uma conversa, há algo que fica de fora, pois tomado como o que não tem interesse para os fins da investigação, que é aprisionar os sujeitos a partir do que eles dizem e fazem. Voltando os olhos para Foucault (2014), e com base em seus ensinamentos sobre o papel da força policial nas sociedades contemporâneas, percebe-se que o investigador analisa o suposto criminoso a partir de um perfil e, no caso, de um perfil de fala, deixando escapar outras falas de outros sujeitos.

Não há, na análise da malha curricular dos cursos de formação de policiais e agentes da lei, qualquer disciplina que orientasse a produção de glossários nem mesmo qualquer orientação de uma reflexão para os problemas da sociedade brasileira. Para Orlandi (1996, p. 102), a produção de sentidos é fruto das formações discursivas, das formações ideológicas. Dessa forma, o sentido é definido a partir do que o investigador compreende como delito, ao definir o perfil de

19 Conforme se verifica na ementa da ação de Recurso Ordinário em Habeas Corpus (RHC) nº 117265 Sergipe, a qual, em parte de seu texto, dispõe: “O Plenário desta Corte já assentou não ser necessária a juntada do conteúdo integral das gravações de interceptações telefônicas realizadas, bastando que sejam degradados aos trechos que serviram de base ao oferecimento da denúncia”.

criminoso que enseja investigar. É nessa rede que se dá a justificativa de demonstrar, a partir de glossários, os elementos essenciais da existência de uma organização criminosa e, assim, segundo o discurso policial, evitar a impunidade. No entanto, pelas palavras que selecionam e pelas definições que dão a elas, os glossários deixam muitos criminosos impunes, aqueles que não dizem, por exemplo, geral da rua, geral do sistema, salveiro, etc. Por outro lado, se existe a preocupação do investigador em estabelecer relações com o crime a partir do emprego dessas palavras, mostrando, como está nos glossários, que elas indicariam níveis hierárquicos dentro da organização, cabe perguntar se todo mundo que fala assim é criminoso.

A tarefa de interpretação é uma ação que envolve a posição social, política e histórica do investigador, enquanto componente de uma política de segurança pública do Estado. Assim, resumindo a partir de Orlandi (1996, p.102), “a naturalidade dos sentidos é, pois, ideologicamente construída”, o que significa dizer que não há transparência possível na significação de uma palavra assinalada pelo investigador. E essa é uma questão fundamental quando o que está em jogo é a liberdade das pessoas. Na dinâmica de uma investigação, um investigador sempre pode ser responsabilizado administrativa e criminalmente pelas provas que apresenta, o que complica ainda mais o emprego do glossário como meio de comprovação de um crime, afinal, como sustentar que um agente foi negligente ao concluir que certas palavras ou expressões são códigos para condutas criminosas? No caso dos glossários acadêmicos, jornalísticos ou literários, é sempre possível a crítica dos pares; no das polícias, o que é enxergado como equívoco pode ter uma série de consequências jurídicas. No entanto, o equívoco é constitutivo do sentido.

Orlandi (1996, p. 103) alerta que os sentidos “não são propriedades privadas: nem do autor, nem do leitor. Tampouco derivam da intenção e consciência dos interlocutores”. Essa

engrenagem de interpretação não se extingue no momento em que se fala, ou se interpreta, mas faz parte da própria construção e desenvolvimento da linguagem. Diz também Orlandi (1996, p. 103) que os sentidos “[r]ealizam-se num contexto, mas não se limitam a ele. Tem historicidade, tem um passado e se projetam no futuro”. Assim, concluída a produção de glossários, ele impactará de forma muito particular cada usuário dessa tecnologia, sejam juízes, advogados, promotores, entre outros. Nesse processo, sentidos vão sendo naturalizados e certos sujeitos e ações, em meio a tantos outros, vão sendo significados como do crime. Vale destacar que os glossários policiais são constituídos em uma relação de poder do Estado contra o investigado. Haroche (1992) trabalha essa relação demonstrando como o Estado, através das normas jurídicas, impacta a linguagem e, por consequência, os sujeitos falantes. A respeito, Orlandi (1996, p. 103) nos diz que os sentidos “[s]ão construídos em confrontos de relações que são sócio-historicamente fundadas e permeadas pelas relações de poder com seus jogos imaginários”, o que tem “como pano de fundo e ponto de chegada, quase que inevitavelmente, as instituições”. Nos glossários de investigação criminal, a questão não é, portanto, o investigar, o policial ou delegado, mas a polícia como um braço do Estado. Ao longo da história, as atividades da polícia no Brasil se voltam para a garantia do funcionamento da máquina jurídica, política, econômica, etc., assegurando os interesses de grupos específicos, que, aliás, não raro atuam fora das linhas da lei...

Considerações finais

Os glossários são importantes na medida que possibilitam ao leitor compreender o sentido de determinadas palavras ou expressões. A necessidade de construir um glossário expõe um paradoxo digno de reflexão: Se todos são falantes da mesma língua, por que um glossário se faz necessário? Esse paradoxo permite pen-

sar que não é tão evidente que todos falem a mesma língua, materna ou nacional, o que nos força a assumir que há muito mais em jogo nos glossários do que simplesmente a descrição de verbetes. Há um sujeito visado na produção de um glossário. No caso dos glossários da polícia, procura-se identificar um criminoso, com efeitos, no final das contas, na condenação e prisão de alguém.

As palavras presentes nos múltiplos glossários que tentam dar conta de uma linguagem do crime apontam com frequência os mesmos falantes, ou seja, aqueles sujeitos que lotam os presídios brasileiros: pobres e pretos, acusados geralmente de tráfico de drogas (QUEIROZ, 2022). Afinal, por que não há glossários para criminosos do colarinho branco ou agentes públicos corruptos? Não teriam eles também um código próprio de comunicação? Os glossários que concebem um léxico de bandidos criminalizam a condição social, idade e região de (alguns) sujeitos.

Um glossário de investigação policial funciona, como vimos, dentro de uma lógica jurídica, auxiliando na produção de provas. Mas um glossário pode ser colocado nessa categoria de prova?

Se a construção de sentido é histórica, política e ideologicamente determinada, o glossário que acompanha o texto do relatório de investigação policial seria judicialmente passível de questionamento de validade desta prova, uma vez que a “incompletude é a condição da linguagem” e “os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros” (ORLANDI, 2005, p. 37). Tanto a defesa quanto a acusação podem requerer ao juiz a nomeação de um perito para verificação de prova nos autos, ou apresentar laudo em sentido contrário. Mas como periciar sentidos? Considerando que os glossários buscam sentidos para palavras e expressões, com o objetivo de determinar materiais, atividades e sujeitos do crime, seria sempre possível questionar judicialmente qualquer conclusão que se baseia nas definições trazidas por esses glossários, pois, mais uma vez,

é sempre possível argumentar que aquilo que foi dito em uma conversa não significa X, mas Y e que Y não tem nenhuma relação com qualquer atividade fora da lei. Muito embora o glossário tente aprisioná-lo, a verdade é que o sentido é sempre polissêmico e móvel. Ele sempre está em disputa.

Referências

AQUINO, José Edicarlos de. Os nomes da língua na Grammatica Portuguesa de Júlio Ribeiro. *Língua e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, n. 30, 2012, p. 71-99.

_____. Gramática: instrumento técnico/ferramenta político-histórica. In: MEDEIROS, Vanise; Esteves, Phellipe Marcel da. S. et al. (Org.). *Almanaque de Fragmentos: ecos do século XIX*. Campinas: Pontes, 2020, p. 113-118.

AUROUX, S. A revolução tecnológica da gramatização. Campinas: UNICAMP, 1992.

_____. *A Filosofia da Linguagem*. Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. Listas de palavras, dicionários e enciclopédias. O que nos ensinam os enciclopedistas sobre a natureza dos instrumentos linguísticos. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, n. 20, Campinas, Pontes, 2007, p. 9-23.

BIONDI, K. *Junto e misturado – uma etnografia do PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

CALDAS-COULTHARD, Carmen Rosa. *ReVEL na Escola: O que é a Linguística Forense?* *ReVEL*, vol. 12, n. 23, 2014, p. 1-6.

COLOMBAT, Bernard; FOURNIER, Jean-Marie; PUECH. *Uma história das ideias linguísticas*. São Paulo: Contexto, 2017.

DERRIDA, Jacques. *Uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

- FARIAS, Emília Maria P. Uma breve história do fazer lexicográfico. *Revista Trama*, v. 03, n. 05, 2007, p. 89-98.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni. Apresentação: identidade linguística. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni (Org.). *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996. p. 9-15.
- HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas: UNICAMP, 1992.
- LIVERANI, Mario. *Uruk. La primera ciudad*. Barcelona: Editions Bellaterra, 2006.
- MEDEIROS, Vanise. Glossários. In: MEDEIROS, Vanise; Esteves, Phellipe Marcel S. et al. (Org.). *Almanaque de Fragmentos: ecos do século XIX*. Campinas: Pontes, 2020, p. 09-20.
- MEDEIROS, Vanise; PETRI, Verli. Da língua partida, nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros. *Revista Letras*, Santa Maria, v. 23, n. 46, 2013. p. 43-66.
- MEDEIROS, Vanise; Esteves, Phellipe Marcel S. “O que é, com efeito, o presente?": formas de fazer ciência com arquivo. In: MEDEIROS, Vanise; Esteves, Phellipe Marcel S. et al. (Org.). *Almanaque de Fragmentos: ecos do século XIX*. Campinas: Pontes, 2020, p. 09-20.
- MEDEIROS, Vanise. Cartografia das Línguas: Glossário para livros de literatura. *Revista Alfa*, São Paulo, n. 60, 2016 p. 79-93.
- NOBEL, Pierre. *La transmission des savoirs au Moyen Age et à la Renaissance : du XIIe au XVe siècle*. Besançon : Presses Universitaires de Franche-Comté, 2005.
- NISSSEN, H.J, DAMEROROW, P.; ENGLUND, Robert K. *Archaic Bookkeeping: writing and techniques of economic administration in the ancient Near East*. Chicago: Chicago University Press, 1993
- NUNES, J. Horta. Dicionários: história, leitura e produção. *Revista de Letras*. v. 3, n. 1/2, 2010, p. 6-21.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e leitura*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2005.
- _____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 4. ed.: Pontes Editores, Campinas-SP, 2012.
- PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (org) [et. al.]. *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: UNICAMP, 1994, p. 55-66.
- _____. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. 4 ed. São Paulo: Unicamp, 2009 [1988].
- QUEIROZ, Wanderson C. *Glossários do Crime. Dissertação (mestrado em Letras) - Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional-TO*, 2022.
- RODRIGUES-ALCALÁ, Carolina. Nota sobre a noção de cultura e sua relação com a de civilização: o ocidente como observatório das formas de vida social. *Revista Fragmentum*, n. Especial, 2018, p. 61-90.
- WEIJERS, Olga. *Lexicography in the Middle Ages*. *Viator*, n. 20, 1989, p. 139-153.
- _____. *Dictionnaires et répertoires au Moyen âge : une étude du vocabulaire*. Turnhout : Brepols, 1991

Submissão: 18 de abril de 2022
Aceite: 21 de maio de 2022

SENTIDOS DE ACESSIBILIDADE E DE BARREIRA EM UMA LEI E EM UM GLOSSÁRIO

Andressa Marchesan¹

Resumo

Neste artigo, propomos uma análise das palavras acessibilidade e barreira a partir de um Glossário de termos relacionados à acessibilidade e à tecnologia assistiva, disponibilizado de forma online pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Temos como objetivo identificar se as palavras em estudo estão relacionadas uma com a outra, observando como se dá a constituição dos seus sentidos em cada corpus analisado. O aporte teórico-metodológico utilizado é a teoria da enunciação, com foco na Semântica do Acontecimento, desenvolvida por Guimarães (2002, 2007, 2018). Os resultados demonstram que há uma relação entre as palavras estudadas, apesar dessa relação acontecer de modo diferente nos dois textos analisados, e há diferença entre os sentidos.

Palavras-chave: Acessibilidade. Barreira. Sentidos. Deficiência. Semântica do Acontecimento.

SENSES OF ACCESSIBILITY AND BARRIER IN A LAW AND A GLOSSARY

Abstract

In this article, we propose an analysis of the words accessibility and barrier from a Glossary of terms related to accessibility and assistive technology, made available online by the Federal Institute of Rio Grande do Sul, and the Brazilian Law of Inclusion of Persons with disabilities. We aim to identify whether the words under study are related to each other, observing how their meanings are constituted in each analyzed corpus. The theoretical-methodological contribution used is the enunciation theory, focusing on the Semantics of the Event, developed by Guimarães (2002, 2007, 2018). The results demonstrate that there is a relationship between the words studied, although this relationship happens differently in the two analyzed texts, and that there is a difference between the meanings.

Keywords: Accessibility. Barrier. Senses. Deficiency. Event Semantics.

¹ Doutorado em Letras pela UFSM .E-mail:andressa.marchesan92@gmail.com.

Introdução

Acessibilidade e barreira são duas palavras muito significadas na atualidade em relação à pessoa com deficiência. Tais palavras despertam em nós alguns questionamentos: há somente um tipo de acessibilidade e de barreira? Seus sentidos englobam somente um grupo de pessoas ou todas as pessoas? Levando em consideração esses questionamentos, propomos uma análise das palavras acessibilidade e barreira a partir de um Glossário de termos relacionados à acessibilidade e à tecnologia assistiva, disponibilizado de forma on-line pelo Instituto Federal do Rio Grande do Sul, e da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Temos como objetivo identificar se as palavras estudadas estão relacionadas uma com a outra, observando como se dá a constituição dos seus sentidos em cada corpus analisado. Para tanto, utilizamos como aporte teórico-metodológico a teoria da Semântica do Acontecimento, desenvolvida por Eduardo Guimarães (2002, 2007, 2018). Após delimitarmos a temática e o objetivo deste artigo, apresentaremos, na sequência, um breve histórico sobre a palavra acessibilidade, a teoria utilizada e alguns conceitos, como compreendemos o glossário e a análise do corpus selecionado.

Breve histórico sobre a palavra acessibilidade

Conforme Sassaki (2006), a palavra acessibilidade começou a ser utilizada para designar a condição de acesso das pessoas com deficiência devido ao surgimento dos serviços de reabilitação no final da década de 1940. Na década de 1950, com a crescente prática da reabilitação, os profissionais dessa área observaram que seria necessário pensar na acessibilidade, pois ainda era frequente a existência de barreiras arquitetônicas em espaços urbanos, em edificações e no transporte coletivo. Foi a partir dessas barreiras que surgiu a integração. Na década de 1960,

algumas universidades americanas iniciam a eliminação de barreiras arquitetônicas nos seus recintos. Na década de 1970, aparece o Centro de Vida Independente (CVI) do mundo (Califórnia, EUA).

Com o CVI, houve debates sobre a eliminação de barreiras arquitetônicas, buscando acessibilidade. A década de 1980 é marcada por campanhas mundiais para alertar a sociedade a respeito das barreiras arquitetônicas e exigir não apenas a eliminação delas, como também a não inserção de barreiras nos projetos arquitetônicos futuros. A partir de 1990, observa-se que a acessibilidade passa a ser relacionada ao conceito de desenho universal. Este destaca que ambientes, transportes e utensílios devem ser projetados para todos. Com isso, a perspectiva da inclusão social amplia o conceito de acessibilidade e este passa a abranger também as barreiras atitudinais, comunicacionais. Como podemos observar, a história da palavra acessibilidade engloba, de certa forma, a história da palavra barreira, pois uma remete a outra no decorrer dos enunciados.

Sobre a Semântica do Acontecimento e alguns conceitos

Para Guimarães (2018), a semântica é constituída, desde o final do século XIX, como disciplina das ciências da linguagem. A partir desse período, diversas posições são configuradas tanto na filosofia da linguagem como nas ciências da linguagem. Nestas últimas:

[...] a semântica passou a se configurar como parte da gramática, junto com disciplinas como fonologia, morfologia e sintaxe [...] ou como uma disciplina científica que se ocupa da significação como uma disciplina geral e não como um componente da gramática (GUIMARÃES, 2018, p. 13).

Dentre essas duas configurações da semântica, o autor reitera que seu foco é vê-la

como uma disciplina científica, cujo objetivo é estudar a significação da linguagem. A fim de compreendermos essa definição, torna-se necessário explicitar a definição de significação para o mesmo autor: “a significação é o que se apresenta por aquilo que se diz” (GUIMARÃES, 2018, p. 13-14). Nesse sentido, não se pensa em palavras por si mesmas, isoladas, mas pensa-se em algo que tenha acontecido em razão de alguém ter dito (falado, escrito). Portanto, a significação depende da enunciação para ser produzida, há alguém que a produz.

Após ter delimitado os aspectos que constituem a semântica, o autor apresenta uma definição de semântica: “trata-se de uma disciplina linguística que tem como objeto o estudo da significação tomada como produzida pela prática dos falantes de dizer algo em uma língua” (GUIMARÃES, 2018, p. 15). Dito de outra forma, a semântica estuda a significação, levando em consideração o que é dito pelo falante em uma dada língua.

Segundo Guimarães (2002, p. 7), a Semântica do Acontecimento é “uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer”. Portanto, estamos diante de uma semântica linguística com ênfase na observação do sentido que está presente no enunciado, considerando que o sentido traz à tona as relações das formas que significam no enunciado. A teoria compreende os enunciados, enquanto inseridos em um texto, como acontecimentos de enunciação, que acontecem em uma temporalidade própria, ou seja, com espaço e tempo próprios.

Considerando a relevância do acontecimento da enunciação para compreendermos um determinado texto, vale ressaltar como Guimarães define esse conceito. Para o autor, “é diferença na sua própria ordem” (GUIMARÃES, 2002, p. 12) e essa diferença ocorre a partir da temporalização. Essa temporalidade é constituída por um presente, por um futuro que “abre o lugar dos sentidos” (GUIMARÃES, 2002, p.

12) e por um passado que se refere à rememoração de enunciações outras. Sem o acontecimento não existe sentido, não existe enunciação.

O acontecimento está relacionado a certa ordem porque isso lhe garante uma significação. Como afirma Guimarães (2018, p. 39), o acontecimento “precisa levar este presente do texto em conta”, ou seja, o acontecimento está relacionado ao texto em que está integrado. Logo, os enunciados analisados estão vinculados aos textos que constituem nosso corpus; no caso desta pesquisa, estão relacionados a um glossário sobre acessibilidade e tecnologia assistiva e a uma lei federal acerca da pessoa com deficiência.

Outro conceito essencial é o conceito de sentido. Segundo Guimarães (2002), o enunciado é o lugar de observação do sentido e como o enunciado só funciona na medida em que está integrado a um texto, a outros enunciados, podemos afirmar que o sentido de uma palavra deve necessariamente levar em consideração o seu funcionamento enunciativo no interior de um texto, de um enunciado. Desse modo, Guimarães afirma que:

O sentido de um elemento linguístico tem a ver com o modo como este elemento faz parte de uma unidade maior ou mais ampla. Vê-se que ao fazer este uso da relação integrativa, [...] estou dizendo que há uma passagem do enunciado para o texto, para o acontecimento, que não é segmental. E esta é a relação de sentido (2002, p. 7).

Além de apresentar brevemente os conceitos acontecimento da enunciação e sentido, apontaremos o procedimento de análise utilizado neste trabalho. Esse procedimento de análise traz à tona a relação de integração dos enunciados com os textos por meio de dois modos de relação: a articulação e a reescrituração. Conforme Guimarães (2018, p. 80), “a articulação é um modo de relação enunciativa que dá sentido às contiguidades linguísticas, é, então, uma relação local entre elementos linguísticos que significam pela relação com os lugares de

enunciação agenciados pelo acontecimento”. O autor destaca que há três modos de relação por articulação, são eles: dependência, coordenação e incidência.

Já o modo de relação por reescrituração se dá no momento em que “a enunciação rediz o que já foi dito [...] quando um elemento Y de um texto [...] retoma um outro elemento X do texto” (GUIMARÃES, 2018, p. 85). A reescrituração faz funcionar uma determinação semântica, ou seja, atribui sentidos, ela pode ser por repetição, substituição, elipse, expansão e condensação e tais modos de reescrituração produzem as seguintes relações de sentido: sinonímia, especificação, desenvolvimento, globalização/totalização e definição. Salientamos que mobilizaremos, durante nossas análises, o modo de relação por reescrituração e, a partir dele, produziremos Domínios Semânticos de Determinação (DSDs) para uma melhor compreensão dos sentidos.

O DSD “considera as relações de atribuição de sentido que podemos encontrar entre as palavras de um texto, ou textos, com aquele que se analisa” (GUIMARÃES, 2018, p. 157). O DSD constitui-se através das relações de uma palavra com outras em um texto. Algo relevante no interior do domínio é o modo como as palavras estão relacionadas umas com as outras, tanto nos enunciados quanto no texto como um todo.

Guimarães explica como um DSD é constituído:

Para a constituição de um DSD parte-se de uma palavra específica e procura-se, por um procedimento de análise específico, relacioná-la a outras do corpus buscando as relações de determinação que organizam as relações. [...] O DSD é a caracterização de como, no acontecimento da enunciação, uma língua se movimenta ao funcionar (2007, p. 95-96).

Observa-se o modo que uma palavra determina outra palavra produzindo, assim, sen-

tidos entre elas. O processo de constituição dos DSDs, durante nossas análises, “representa uma interpretação do próprio processo de análise e deve ser capaz de explicar o funcionamento do sentido da palavra no corpus especificado (um texto, um conjunto de texto, etc.)” (GUIMARÃES, 2007, p. 81), no caso estudado, os DSDs devem explicar o funcionamento do sentido de acessibilidade e de barreira em cada texto selecionado.

No DSD, as relações de sentido são explicitadas através de uma escrita específica, com símbolos específicos: $\vdash$, $\vdash$, $\vdash$, $\vdash$ “o elemento que estiver na ponta determina, atribui sentido” (GUIMARÃES, 2018, p. 157), ----- significa uma relação de sinonímia e o traço _____ dividindo um elemento de outro significa uma relação de antonímia. Esses sinais indicam as relações de determinação semântica e resultam em um DSD que descreve o funcionamento semântico do sentido de uma palavra.

Glossário: um instrumento linguístico

Conforme Medeiros (2012), os glossários possuem uma história e ela não é recente, pois eles advêm de listas de palavras. Foram as listas de palavras que originaram os glossários e estes resultaram nos dicionários. Geralmente, os glossários “eram [...] dependentes do texto, frutos do texto e serviam ao texto. [...] podemos dizer que os glossários faziam parte de algum modo do corpo do texto: sua cicatriz” (MEDEIROS, 2012, p. 25). Costumavam explicar palavras de difícil compreensão. Portanto, podemos dizer que os glossários auxiliavam na leitura de textos e estavam relacionados a um texto.

Segundo a autora, foi “somente em momento posterior [que] o glossário se fez autônomo” (2012, p. 25). A partir disso, podemos afirmar que o Glossário aqui selecionado é autônomo, não está vinculado a outro texto. Ele busca controlar e estabilizar os sentidos e definições mais difundidos na atualidade sobre acessibilidade e tecnologia assistiva. Além disso, um

glossário pretende legitimar alguns sentidos e definições. Ele funciona como um instrumento linguístico (AUROUX, 1992), o que lhe confere um lugar no funcionamento da língua.

Sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e o Glossário de termos relacionados à acessibilidade e à tecnologia assistiva

A Lei n. 13.146, de 06 de julho de 2015, designada como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) foi criada no ano de 2015 e entrou em vigor cento e oitenta dias após sua publicação oficial, ou seja, no início do ano de 2016. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência foi sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff. Essa lei foi instituída para “assegurar e [...] promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, art. 1º, 2015). Ela traz à tona algumas definições pertinentes para compreendermos o seu funcionamento, dentre essas definições, as que nos interessam são: acessibilidade e barreira.

Por que utilizar uma lei em conjunto com um glossário para analisar as palavras acessibilidade e barreira? Porque as definições da lei possuem características de um glossário, pois há uma palavra, o uso de dois-pontos e a sua definição. Esse modo de expor conceitos no interior de uma lei remete a um instrumento linguístico, que busca regular e estabelecer sentidos no âmbito federal, em relação à pessoa com deficiência. Vemos a lei como um texto. As suas definições indicadas no início do texto, no art. 3º, são vistas como um glossário explicativo, como algo que explica e serve à própria lei, ou seja, essas definições/esse glossário auxilia na leitura da lei e está relacionado com o texto da lei.

O Glossário de termos relacionados à acessibilidade e à tecnologia assistiva é um dos materiais de apoio disponibilizados pelo Cen-

tro Tecnológico de Acessibilidade (CTA), o qual está vinculado à Pró-Reitoria de Ensino do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). Esse centro:

[...] tem como objetivo propor, orientar e executar ações para a promoção da acessibilidade no IFRS nas suas dimensões: arquitetônica, instrumental, comunicacional, programática, metodológica e atitudinal. A abrangência de atuação do CTA se dá, prioritariamente, no âmbito do IFRS, podendo estender-se à comunidade externa, por meio de projetos, convênios e parcerias com outras instituições (SOBRE..., 2021).

O glossário foi atualizado, pela última vez, no dia 29 de novembro de 2018. Ele não apresenta explicações sobre a sua elaboração e disponibilização, traz apenas as seguintes informações antes do glossário: “abaixo são apresentados alguns termos importantes relacionados com acessibilidade e tecnologia assistiva” (GLOSSÁRIO..., 2018). Diferentemente da lei estudada, o glossário é um texto autônomo, ele não depende de outro texto. Ele busca controlar e estabilizar os sentidos e definições mais difundidos na atualidade sobre acessibilidade e tecnologia assistiva. Tomaremos o glossário e as definições da lei como objetos enunciativos que trabalham para a manutenção e a atualização de sentidos da e na língua.

Apesar de ser um texto autônomo, o glossário tem como base algumas referências. Dentre elas, destacamos as referências utilizadas nas palavras acessibilidade e barreira, que são: a NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, da Associação Brasileira de Normas Técnicas, do ano de 2015; a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, do ano de 2015; o Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis n.º 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das

peças portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida; o Manual de Acessibilidade em Documentos Digitais, escrito por Bruna Salton, Anderson Dall Agnol e Alissa Turcatti, do ano de 2017; o artigo Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação, escrito por Romeu Kazumi Sassaki, do ano de 2009 e a Cartilha de Acessibilidade na Web, produzida pelo World Wide Web Consortium, do ano de 2013.

Sentidos de acessibilidade e de barreira

Iniciamos nossas reflexões observando como as palavras estudadas estão apresentadas em cada texto a ser analisado. A primeira palavra a ser investigada é acessibilidade; na lei, esta apresenta somente uma definição; no glossário, ela apresenta uma definição mais geral e outras sete definições restritas. Já a palavra barreira apresenta uma definição mais geral e outras seis definições restritas em ambos os textos. A partir dessa observação, passamos a análise de cada palavra, em cada texto, a partir de sequências enunciativas (SE), analisando o modo e o sentido da reescrituração.

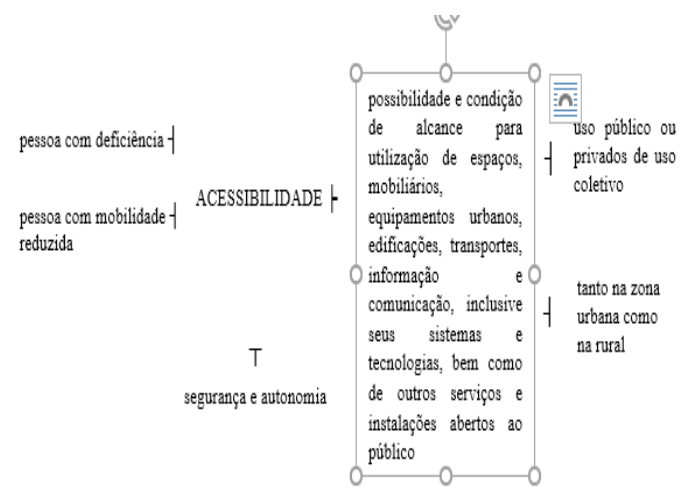
A primeira palavra analisada é acessibilidade. Na lei, ela é definida da seguinte forma:

SE1: acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, art. 3º, 2015).

A SE1 apresenta o modo de reescrituração por expansão, ao expandir a definição de acessibilidade. O sentido ocorre por definição e especificação, pois o enunciador define a expressão e especifica que a acessibilidade é voltada para “pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”. A palavra acessibilidade é reescriturada

por “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural”.

Com base na análise acima, constituímos o DSD 1 a seguir:



Quadro 1 - DSD 1

Fica evidente, através do DSD 1, que o sentido de acessibilidade é determinado por “pessoa com deficiência”, “pessoa com mobilidade reduzida”, “segurança e autonomia” e “possibilidade e condição de alcance para utilização de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público”; por outro lado, podemos observar que o sentido de “acessibilidade” determina “uso público ou privados de uso coletivo” e “tanto na zona urbana como na rural”.

O que podemos afirmar a partir dessa relação de sentidos é que o sentido de acessibilidade da lei é direcionado especificamente para um determinado grupo de pessoas, o grupo das pessoas com deficiência e o grupo das pessoas com mobilidade reduzida. Tal acessibilidade é pensada tanto para ambientes urbanos quanto para ambientes rurais. Há um sentido abrangente, pois a acessibilidade engloba, nesse caso, espa-

ços físicos (mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes) e espaço digital/informacional (informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias). Trata-se de uma acessibilidade de uso coletivo, seja privado, seja público e que propõe autonomia e segurança.

A segunda palavra analisada é barreira. Na lei, ela é definida da seguinte forma:

SE2: barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo ┘

b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados ┘

c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes ┘

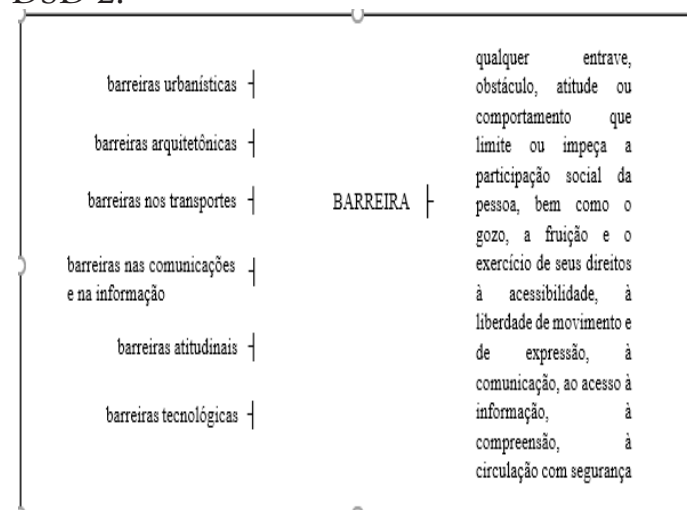
d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação ┘

e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas ┘

f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias (BRASIL, art. 3º, 2015).

A SE2 apresenta o modo de reescrituração por expansão, ao expandir a definição de barreira, e por repetição, quando a palavra barreira é repetida na sua especificação; por meio da repetição, é possível observar o sentido mais amplo de barreira. O sentido ocorre por definição e especificação, pois o enunciador define a expressão e especifica os tipos de barreiras as quais está se referindo, que são: “barreira urbanística”, “barreira arquitetônica”, “barreira no transporte”, “barreira na comunicação e na informação”, “barreira atitudinal” e “barreira tecnológica”. A palavra barreira é reescriturada por “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros”.

A partir dessa análise, constituímos o DSD 2:



Quadro 2 - DSD 2

Nota-se, por meio do DSD 2, que o sentido de barreira é determinado por “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício

de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança”, bem como por “barreiras urbanísticas”, “barreiras arquitetônicas”, “barreiras nos transportes”, “barreiras nas comunicações e na informação”, “barreiras atitudinais” e “barreiras tecnológicas”.

Destaque-se que o sentido geral de barreira é direcionado para todas as pessoas, entretanto os sentidos específicos de “barreiras atitudinais” e de “barreiras tecnológicas” são direcionados ao grupo das pessoas com deficiência, passa-se de algo geral para algo específico em apenas dois tipos de barreiras. Isso acontece porque as definições das demais barreiras apontam as características de cada barreira, salientando o que constitui cada uma, o foco não está nas pessoas afetadas por tais barreiras, mas como estas estão presentes na sociedade. É apenas nas definições de “barreiras atitudinais” e de “barreiras tecnológicas” que o foco passa a ser as pessoas afetadas, no caso as pessoas com deficiência.

As barreiras englobam, no caso da lei, espaços físicos (liberdade de movimento e de expressão e os exercícios de seus direitos à circulação com segurança) e espaço digital/informacional (liberdade à comunicação, ao acesso à informação). O sentido geral de barreira delimita o seu sentido com base em algum obstáculo, entrave que dificulte ou impeça o exercício dos direitos à acessibilidade, ou seja, a acessibilidade é mencionada como algo que está em oposição às barreiras.

Após a observação e a análise das palavras na lei federal, passamos a investigá-las no glossário. A palavra acessibilidade é definida das seguintes formas no glossário:

SE3: **Acessibilidade** – Acessibilidade é oferecer possibilidades de transpor as barreiras que existem na sociedade, garantindo que todas as pessoas possam participar dos diversos âmbitos sociais.

Acessível – Espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa.

Acessibilidade arquitetônica – Ausência de barreiras ambientais físicas, nas residências, nos edifícios, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos e nos meios de transporte individual e coletivo.

Acessibilidade atitudinal – Ausência de barreiras impostas por preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Auxiliam na garantia dessa dimensão da acessibilidade programas de sensibilização e de conscientização e a convivência com a diversidade humana.

Acessibilidade comunicacional – Ausência de barreiras na comunicação interpessoal, comunicação escrita e na comunicação virtual (acessibilidade no meio digital). Para garantir essa dimensão da acessibilidade, é importante a aprendizagem da língua de sinais, utilização de textos em Braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, uso do computador com leitor de tela, etc.

Acessibilidade digital ou acessibilidade na web – é garantir que todas as pessoas possam acessar, compreender, utilizar, interagir e contribuir com o meio digital, seja em documentos digitais, páginas e sistemas web.

Acessibilidade instrumental – Ausência de barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de trabalho (profissional), estudo (escolar), lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva, etc.) e de vida diária. Auxiliam na garantia dessa dimensão da acessibilidade os recursos de tecnologia assistiva incorporados em lápis, caneta, régua, teclados de computador e mouses adap-

tados, pranchas de comunicação aumentativa e alternativa, etc.

Acessibilidade metodológica – Ausência de barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem, (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística, etc.), de educação dos filhos (familiar), etc.

Acessibilidade programática – Ausência de barreiras muitas vezes imperceptíveis, embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias, etc.), normas e regulamentos (institucionais, empresariais, etc.) (GLOSSÁRIO..., 2018, grifos do autor).

A SE3 apresenta o modo de reescrituração por expansão, ao expandir a definição de acessibilidade, e por repetição, quando a palavra acessibilidade é repetida na sua especificação; por meio da repetição, é possível observar o sentido mais amplo de acessibilidade. O sentido ocorre por definição e especificação, pois o enunciador define a expressão e especifica os tipos de acessibilidades as quais está se referindo, que são: “acessibilidade arquitetônica”, “acessibilidade atitudinal”, “acessibilidade comunicacional”, “acessibilidade digital ou acessibilidade na web”, “acessibilidade instrumental”, “acessibilidade metodológica” e “acessibilidade programática”.

A palavra acessibilidade é reescriturada por “é oferecer possibilidades de transpor as barreiras que existem na sociedade, garantindo que todas as pessoas possam participar dos diversos âmbitos sociais”. A palavra acessível reescritura acessibilidade e suas especificações por sinonímia, além disso, condensa, de certo modo, o que foi enunciado nas definições de acessibilidade.

Com base na análise acima, constituímos o DSD 3:

Acessibilidade arquitetônica	ACESSIBILIDADE	Acessibilidade é oferecer possibilidades de transpor as barreiras que existem na sociedade, garantindo que todas as pessoas possam participar dos diversos âmbitos sociais.
Acessibilidade atitudinal		
Acessibilidade comunicacional		
Acessibilidade digital ou acessibilidade na web		
Acessibilidade instrumental		
Acessibilidade metodológica		
Acessibilidade programática		
Acessível – Espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa.		

Quadro 3 - DSD 3

Por meio do DSD 3, podemos observar que o sentido de acessibilidade é determinado por “acessibilidade é oferecer possibilidades de transpor as barreiras que existem na sociedade, garantindo que todas as pessoas possam participar dos diversos âmbitos sociais”, bem como por “acessibilidade arquitetônica”, “acessibilidade atitudinal”, “acessibilidade comunicacional”, “acessibilidade digital ou acessibilidade na web”, “acessibilidade instrumental”, “acessibilidade metodológica” e “acessibilidade programática”, que está em uma relação de sinonímia com “acessível – espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa”.

Tanto o sentido geral de acessibilidade quanto o sentido de acessível (o qual está em sinonímia com os sentidos de acessibilidade) são direcionados para todas as pessoas. Os sentidos específicos de “acessibilidade comunicacional” e de “acessibilidade instrumental” evidenciam

aprendizagens e tecnologias assistivas que, geralmente, são voltadas para as pessoas com deficiência, tais aspectos são mencionados para se obter uma acessibilidade mais abrangente, incluindo as pessoas com deficiência.

As acessibilidades englobam, no caso do glossário, espaços físicos (ausência de barreiras ambientais físicas, nas residências, nos edifícios, nos espaços urbanos, nos equipamentos urbanos e nos meios de transporte individual e coletivo), espaço digital (garantir que todas as pessoas possam acessar, compreender, utilizar, interagir e contribuir com o meio digital, seja em documentos digitais, páginas e sistemas web) e âmbito comunicacional/atitude (ausência de barreiras na comunicação interpessoal, comunicação escrita e na comunicação virtual; ausência de barreiras impostas por preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações).

O sentido geral de acessibilidade delimita o seu sentido com base em uma perspectiva social, pois o seu foco está em transpor as barreiras existentes na sociedade. A maioria das definições de acessibilidade do glossário destacam que são ausência de barreiras, isto é, mencionam e estão em oposição às barreiras. Enquanto o sentido de acessibilidade é mais voltado para o social, o sentido de acessível aponta uma definição de como os espaços e âmbitos devem proceder para que possam estar/ser acessíveis a todas as pessoas. Portanto, podemos afirmar que os sentidos de acessibilidade e de acessível, os quais estão em uma relação de sinonímia na determinação dos sentidos, são complementares, pois um complementa o outro.

A seguir, analisamos a palavra barreira no glossário. Para tanto, apresentamos as suas definições:

SE4: Barreira – São condições ou situações que impedem a plena e efetiva participação de determinados grupos de pessoas na sociedade em igualdade de oportunidade com relação às demais pessoas.

Barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados.

Barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

Barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação.

Barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.

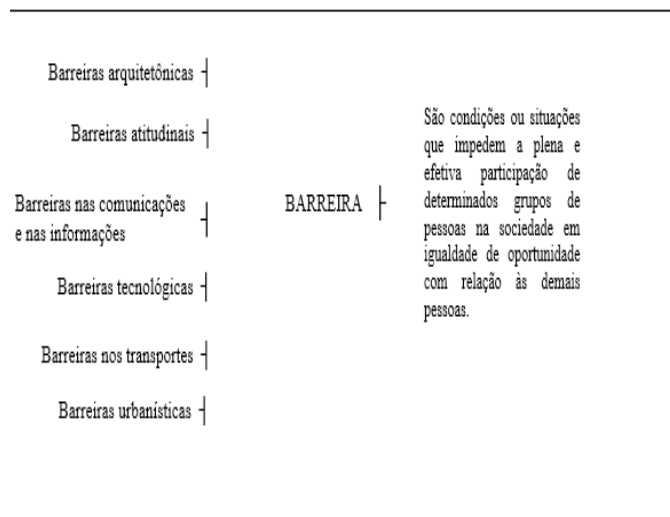
Barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes.

Barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo (GLOSSÁRIO..., 2018, grifos do autor).

A SE4 apresenta o modo de reescrituração por expansão, pois expande a definição de barreira, e por repetição, quando a palavra barreira é repetida na sua especificação; por meio da repetição, é possível observar o sentido mais amplo de barreira. O sentido ocorre por definição e especificação, pois o enunciador define a expressão e especifica os tipos de barreiras as quais está se referindo, que são: “barreira arquitetônica”, “barreira atitudinal”, “barreira na comunicação e na informação”, “barreira tecnológica”, “barreira no transporte” e “barreira urbanística”. A

palavra barreira é reescriturada por “são condições ou situações que impedem a plena e efetiva participação de determinados grupos de pessoas na sociedade em igualdade de oportunidade com relação às demais pessoas”.

De acordo com a análise acima, podemos constituir o DSD 4:



Quadro 4 - DSD 4

Através do DSD 4, podemos observar que o sentido de barreira é determinado por “são condições ou situações que impedem a plena e efetiva participação de determinados grupos de pessoas na sociedade em igualdade de oportunidade com relação às demais pessoas”, bem como por “barreiras arquitetônicas”, “barreiras atitudinais”, “barreiras nas comunicações e nas informações”, “barreiras tecnológicas”, “barreiras nos transportes” e “barreiras urbanísticas”.

O sentido geral de barreira é direcionado para um determinado grupo de pessoas, porém não há uma especificação sobre qual grupo a definição está se referindo. Os sentidos específicos de “barreiras atitudinais” e de “barreiras tecnológicas” são direcionados ao grupo das pessoas com deficiência, passa-se de algo geral para algo específico em apenas dois tipos de barreiras. Isso acontece porque as definições das demais barreiras apontam as características de cada barreira, evidenciando o que constitui cada uma, o foco não está nas pessoas afetadas por tais barreiras, mas como estas estão presentes na sociedade. É apenas nas definições de “barreiras atitudinais”

e de “barreiras tecnológicas” que o foco passa a ser as pessoas afetadas, no caso as pessoas com deficiência.

As barreiras englobam, no caso do glossário, espaços físicos (edifícios públicos e privados; sistemas e meios de transportes; vias e espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo) e o âmbito comunicacional/atitudinal (atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência; qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação).

O sentido mais amplo de barreira delimita o seu sentido com base em uma perspectiva social, pois é algo que impede a efetiva participação de alguns grupos de pessoas na sociedade. Nenhuma das definições de barreira do glossário mencionam a acessibilidade.

Considerações finais

Iniciamos esta seção final retomando dois questionamentos feitos no início desta pesquisa: a) Há somente um tipo de acessibilidade e de barreira? b) Seus sentidos englobam somente um grupo de pessoas ou todas as pessoas? Tendo em vista as análises realizadas podemos responder esses questionamentos. Observamos que, na maioria dos casos estudados, há mais de um tipo de acessibilidade e de barreira, somente a palavra acessibilidade da lei apresenta apenas uma definição, sem trazer à tona outras definições mais restritas.

Quanto aos sentidos englobarem todas as pessoas ou somente um grupo, podemos afirmar que a palavra acessibilidade apresenta sentidos diferentes em cada texto analisado; na lei, os seus sentidos englobam dois grupos de pessoas, as pessoas com deficiência e as pessoas com mobilidade reduzida; no glossário, os sentidos englobam todas as pessoas. A palavra barreira engloba sentidos semelhantes em cada texto

analisado; na lei, os seus sentidos englobam todas as pessoas, bem como o grupo das pessoas com deficiência em dois tipos de barreiras; no glossário, englobam determinados grupos de pessoas, assim como o grupo das pessoas com deficiência em dois tipos de barreiras.

Esse questionamento sobre os sentidos abarcarem todas as pessoas ou somente um grupo tem relação com a história da palavra acessibilidade, porque esta começou a ser utilizada com o propósito de designar a condição de acesso das pessoas com deficiência. Ou seja, o seu sentido inicial incluía um determinado grupo, o grupo das pessoas com deficiência. Com o passar do tempo, tal sentido se expandiu para algo mais universal, pensado para todos.

Além desses questionamentos, também trataremos à tona o nosso objetivo, que é identificar se as palavras investigadas estão relacionadas uma com a outra, observando como se dá a constituição dos seus sentidos em cada corpus analisado. Nosso objetivo foi identificar essa relação, porque, geralmente, tais palavras aparecem juntas, mesmo que com sentidos opostos.

Levando isso em consideração, ressalta-se que, na lei, barreira menciona acessibilidade, porém acessibilidade não faz menção à barreira. No glossário, acessibilidade menciona barreira, mas barreira não faz menção à acessibilidade. Desse modo, podemos afirmar que há uma relação entre as palavras, apesar dessa relação acontecer de modo diferente nos dois textos analisados.

Observando a constituição dos sentidos de cada palavra analisada nos dois textos selecionados, vemos que há diferença entre os sentidos. Na história da palavra acessibilidade, passa-se de um sentido mais voltado ao espaço físico para algo que vai além, que abrange aspectos atitudinais, comunicacionais, digitais e informacionais.

Considerando essa história, verificamos que o sentido de acessibilidade presente na lei ultrapassa os limites do espaço físico, ele menciona aspectos comunicacionais, informacionais

e tecnológicos. Já o sentido do glossário é mais voltado ao âmbito social e menciona aspectos atitudinais, comunicacionais, digitais e informacionais, além do aspecto físico.

Tanto na lei quanto no glossário, o sentido de barreira destaca o âmbito social, bem como os aspectos físico, comunicacional, atitudinal e tecnológico. Portanto, ambos os textos, que são do século XXI, isto é, mais recentes, constituem os sentidos das palavras estudadas incluindo outros aspectos além da menção ao espaço físico.

Referências

- AUROUX, S. A revolução tecnológica da gramatização. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BRASIL. Lei nº 13146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 mar. 2022.
- GLOSSÁRIO de termos. Centro Tecnológico de Acessibilidade do IFRS, Bento Gonçalves, 29 nov. 2018. Disponível em: <https://cta.ifrs.edu.br/materiais-de-apoio/glossario-de-terminos/>. Acesso em: 9 mar. 2022.
- GUIMARÃES, E. Domínio Semântico de Determinação. In: GUIMARÃES, E. A Palavra: Forma e Sentido. Campinas: Pontes, 2007. p. 77-96.
- GUIMARÃES, E. Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2002.
- GUIMARÃES, E. Semântica: enunciação e sentido. Campinas: Pontes Editores, 2018.
- MEDEIROS, V. Um glossário contemporâneo: a língua merece que se lute por ela. Revista Rua, Campinas, v. 18, n. 2, p. 20-33, nov. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638283>. Aces-

so em: 08 mar. 2022.

SASSAKI, R. K. O conceito de acessibilidade. Bengala Legal, Rio de Janeiro, 5 jun. 2006. Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/ro-meusassaki>. Acesso em: 08 mar. 2022.

SOBRE o Centro Tecnológico de Acessibilidade. Centro Tecnológico de Acessibilidade do IFRS, Bento Gonçalves, 1 abr. 2021. Disponível em: <https://cta.ifrs.edu.br/institucional/sobre/>. Acesso em: 10 mar. 2022.

Submissão: março de 2022.

Aceite: maio de 2022.

RITO DA PALAVRA: OS SENTIDOS DOS GLOSSÁRIOS EM LIVRO DIDÁTICO

Flávio Benites¹

Resumo: O objetivo deste texto é compreender o ensino do léxico a partir dos glossários em livro didático (LD), tendo em vista o posicionamento do sujeito-autor e o modo como os sentidos construídos podem reverberar no sujeito-aluno. As discussões são arroladas a partir do pressuposto teórico-metodológico da Análise de Discurso francesa. O material escolhido para análise é o LD Português Linguagens, trabalhado no sexto ano do Ensino Fundamental de escolas públicas do estado de Mato Grosso. Observou-se, durante os estudos, que os glossários do livro analisado ainda são trabalhados na perspectiva de análise textual, como retorno de um mesmo, e, em diversos momentos, os sentidos das palavras do glossário ficam reduzidos ao espaço em que se encontram e não proporcionam ao aluno condições de atravessarem as barreiras estruturais linguísticas para produzir sentidos através de seus gestos de interpretação.

Palavras-chave: Livro didático. Função-autor. Efeito-leitor. Glossário. Léxico.

RITE OF THE WORD: THE GLOSSARY SENSES IN TEXTBOOKS

Abstract: This text intends to understand the teaching of the lexicon from glossaries in textbooks (TB), considering the positioning of the author subject and the way how the constructed meanings can reverberate in the student subject. Discussions are based on the theoretical-methodological assumption of French Discourse Analysis. The material chosen for analysis is the TB Português Linguagens, worked in the sixth year of Elementary School in public schools in the state of Mato Grosso. It was observed, during the studies, that the glossaries of the analyzed book are still worked from the perspective of textual analysis, as a return of the same, and, at different times, the meanings of the words of the glossary are reduced to the space in which they are and they do not provide conditions to the student to cross the linguistic structural barriers to produce meanings through his interpretation gestures.

Keywords: Textbook. Author function. Reader effect. Glossary. Lexicon.

¹ Professor/Linguista, docente da UNEMAT. e-mail: frgbenites@unemat.br

O livro didático (LD) é um importante instrumento linguístico de apoio constante ao professor na sua prática pedagógica. Coracini (1999, p. 11) considera que “os livros didáticos constituem muitas vezes o único material de acesso ao conhecimento tanto por parte de alunos quanto por parte de professores que neles buscam legitimação e apoio para suas aulas”. Apesar de esse apontamento ter sido feito há alguns anos, ainda é contemporâneo, na medida em que o LD continua tendo relevância no ensino-aprendizagem no meio escolar de todo o país, sendo uma das principais fontes de transmissão do conhecimento institucionalizado, em que se estabelecem, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina o que se ensina, ou seja, um norteador das decisões pedagógicas do professor em sala de aula.

Convergindo com tal pensamento, tomamos como materialidade discursiva o livro didático de Língua Portuguesa do sexto ano do Ensino Fundamental (CEREJA & COCHAR, 2015) como objeto de estudo, escolhido no ano 2016, sob o processo de seleção do Programa Nacional do Livro Didático-PNLD 2017, 2018 e 2019 do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação-FNDE do Ministério da Educação-MEC como componente curricular de Língua Portuguesa, adotado por três escolas localizadas num município do estado de Mato Grosso.

Nessa perspectiva, objetivamos compreender como o livro didático trabalha e/ou organiza o ensino do léxico a partir dos glossários. Interessa-nos refletir sobre o processo de produção de sentido dos glossários e o que esses verbetes constroem para o sujeito-aluno. Outro aspecto a ser considerado é a maneira como o sujeito-autor se posiciona no LD.

Adentrando em nosso viés teórico, Pêcheux (2014a, p. 146) nos lembra que, “o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe em si mesmo, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico”. Nesse ponto de vista, isto é, na Análise de Discurso francesa, as palavras mudam de sentido de acordo com as diferentes posições que o sujeito ocupa ao passar de uma formação discursiva para outra. Essa visão teórica se afasta dos pressupostos pragmáticos, da resposta pronta, imediata, e se importa com o processo discursivo, com a produção dos discursos.

Como afirmamos, o LD é um importante instrumento linguístico; porém, não somente ele é capaz de todo o trabalho em sala de aula, depende também de outros componentes linguísticos. Quando falamos em instrumentos linguísticos, podemos retomar o conceito de gramatização proposto por Auroux (1992, p. 65): “[...] entendemos por gramatização o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Nesse contexto, o LD torna-se um instrumento linguístico ao incorporar os saberes metalinguísticos em sua constituição: a gramática e o dicionário, ainda que este esteja restrito aos glossários.

Com base na concepção de sujeito do discurso da teoria pecheuxtiana, em relação aos desdobramentos das noções de forma e posição-sujeito, para a Análise de Discurso, o sujeito não é o indivíduo (este é o sujeito empírico), ele é o sujeito do discurso, pois ocupa um lugar social, uma posição na esfera discursiva, que traz consigo marcas do ideológico, do social, do histórico e tem a ilusão de ser a origem e a fonte do sentido.

Nesse viés, o processo de assujeitamento acontece quando o sujeito se identifica (inconscientemente) com a formação discursiva que

mais lhe interpela e o sujeito se coloca como origem de si, considerando sempre já sujeito, isso por questão dos esquecimentos. Pêcheux (1975) denomina esquecimento nº 2 aquele em que “todo sujeito-falante “seleciona” no interior da formação discursiva que o domina”, ou seja, o sujeito tem a ilusão de ter o controle sobre o que diz. No esquecimento nº 1, o sujeito considera que é origem do sentido. Por consequência desses esquecimentos, o sujeito se constrói na sua ilusão de ser uno, centro e origem do que diz, quando, na verdade, retoma um sentido que já existia antes do sujeito.

Nesse sentido, pensamos com Pêcheux (2014a, p. 145) ao afirmar que o sujeito não é vazio, “há o processo de interpelação-identificação que produz o sujeito no lugar deixado pelo vazio”, ou seja, ele é preenchido/interpelado por uma certa formação discursiva que o atravessa, a qual está ligada a formações ideológicas que podem ser determinadas como um conjunto de representações simbólicas que determinam relações com a posição dos sujeitos, sendo que uma formação discursiva sempre é heterogênea, apresenta elementos que vêm de outras formações discursivas.

Desse modo, é pela forma-sujeito que o sujeito do discurso se inscreve em uma determinada FD, se identifica e se constitui sujeito. Pois, de acordo com Pêcheux (2014a),

A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “processo de interpelação”) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 2014a, p. 150).

Ancorados nessa visão teórica, é interessante frisar que a partir do lugar de onde o sujei-

to do discurso fala, é constitutivo do que ele diz, os efeitos de sentido do seu discurso são construídos a partir do lugar imaginário de onde ele se encontra e se inscreve em uma determinada Formação Discursiva (FD).

Nessa perspectiva, buscamos compreender o funcionamento da função-autor e efeito-leitor que os autores de livro didático mobilizam, também observaremos a maneira como esses discursos são produzidos nos LDs para, em seguida, iniciarmos nosso gesto de análise neste trabalho.

Nessas condições, através da teoria da Análise de Discurso, buscamos compreender os glossários em LDs a partir de alguns conceitos basilares para nosso estudo, como a posição-sujeito, visto a maneira como o autor se inscreve em outras formações discursivas de forma a criar sua identidade docente; a função-autor - em que ele projeta-se na voz de professor; dessa maneira, metodicamente direciona ao sujeito-professor comandos de como proceder em cada atividade desenvolvida no livro didático; e por fim, o efeito-leitor - constrói antecipadamente a visão de aluno no processo de deduzir aquilo que o sujeito-aluno poderia não entender, no caso dos glossários, ele antecede a voz do aluno.

Orlandi (2012) discute sobre a função-autor e o efeito-leitor, afirmando que um sentido pode ser produzido através de confrontos (efeitos) que surgem entre os interlocutores, ou seja:

A função-autor tem seu duplo no efeito-leitor. E isto está constituído na materialidade do texto. Não se pode falar do lugar do outro; no entanto, pelo mecanismo de antecipação, o sujeito-autor projeta-se imaginariamente no lugar em que o outro o espera com sua escuta e, assim, “guiado” por esse imaginário, constitui, na textualidade, um leitor virtual que lhe corresponde. (ORLANDI, 2012, p. 61).

Nesta esteira, compreendemos que a função-autor compõe “uma relação organizada – em termos de discurso - produz um efeito imaginário de unidade (com começo, meio, progressão,

não contradição e fim)” Orlandi (2012, p. 65). Notamos que essa imagem de efeito de unidade se faz presente nos livros didáticos, a ideia de progressão no livro é como se o “saber” fosse trilhado de forma gradativa, um percurso – começo, meio, progressão –, a não contradição, estaria no glossário, como se naturalizassem sentidos já estabilizados pelo autor, como efeito de unidade.

Quando pensamos em verbetes dos glossários, essa ideia de progressão fica a desejar, pois o glossário estanca o sentido da palavra, dando efeito de único. Dessa forma, é como se, imaginariamente e determinantemente, o sujeito na função-autor é colocado como “origem do sentido” e responsável por sua produção, de modo que determinasse as palavras que podem e devem constar no glossário. Ao construir a imagem de um leitor virtual (idealizado), espera-se que os sentidos sejam lidos de acordo com o que o autor propõe; nesse contexto, o leitor esbarra com uma leitura orientada pelo autor e a outra que ele produz ao criar seus próprios sentidos. Assim, “o efeito-leitor é uma função do sujeito com a função do autor” (ORLANDI, 2012, p. 66). “O efeito-leitor se dá no reconhecimento – identificação do sujeito, gesto de interpretação – de uma leitura no meio das outras. Como sabemos, não há fecho e não há início definitivos. Esses são limites imaginários” (ORLANDI, 2012, p. 70).

Nessa direção, o sujeito-autor, ao imaginar (idealizar) um leitor para o seu discurso, deixa suas marcas; podemos dizer que esse imaginário de leitor que o autor idealiza nos leva a afirmar que: “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” (PÊCHEUX, 2014b, p. 76). Dessa forma, a constituição do efeito-leitor se dá através das formações imaginárias que consistem, segundo Pêcheux (2014b, p. 82) “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem do próprio lugar e do lugar do outro”. Para complementar

esse pressuposto, Pêcheux (2014b) acrescenta a essas condições de produção o “referente”, que podemos chamar de “contexto” e a “situação”, a partir do ponto de vista do sujeito ou ao que ele se refere; no qual vamos designar como elemento C em nossa análise.

Veamos a construção desse imaginário em nosso trabalho. Por um lado, temos a imagem do (função-) autor (A) sobre o (efeito-) leitor (B) referente ao livro didático/glossário (C). Dessa forma, fica evidenciado, no LD, o gesto de interpretação do autor de livro didático sobre o elemento B e, por conseguinte, revela o imaginário desse elemento B em relação ao seu referente, ou seja, ao glossário.

As formações imaginárias, assim como o efeito-leitor, sustentam-se no mecanismo de antecipação. Pêcheux (2014b) faz a seguinte afirmação: “[...] existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações).” (PÊCHEUX, 2014b, p. 82). Isso implica dizer que se colocar no lugar do outro, usar o mecanismo de antecipação, não garante que a falha, o equívoco, o lapso, não possam ocorrer. A antecipação regula as relações entre os sujeitos, só falamos porque esse princípio está em funcionamento, mas não garante o sucesso da interlocução, não temos previsibilidade, temos possibilidades de que seja de uma certa forma. O livro didático vai se antecipar na maneira como o autor espera que o professor faça, que siga os comandos dados por ele no desenvolvimento das atividades, mas pode acontecer de o professor não proceder da forma que o autor espera, como no caso do glossário: ficamos nele – com o que está posto –, expandimos – no sentido de historicizar, mostrar a pluralidade de sentidos –, problematizamos com os alunos para pensarem um outro sentido? Assim, o autor nos leva a refletir que: “todo processo discursivo supõe a existência dessas formações imaginárias.” (PÊCHEUX, 2014b, p. 82).

RITO DA PALAVRA: OS SENTIDOS PRODUZIDOS DO AUTOR AO LEITOR

Temos como propósito fazer emergir os sentidos que os autores movimentam nos glossários de LD considerando a função-autor; notamos que essa função circula por todo o livro. Deste modo, de acordo com o mecanismo de antecipação, cada sujeito tem a possibilidade de “[...] colocar-se no lugar em que o seu interlocutor “ouve” as suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem” (ORLANDI, 2015, p. 37). O sujeito regula, pelo mecanismo de antecipação, as posições que pode desenvolver no interior do discurso. Assim, constrói uma imagem do seu leitor/ interlocutor, dos discursos que veicula, no caso, livro didático e glossário, de si mesmo e estabelece relações, estratégias discursivas, que ocorrem num jogo de imagens, dos sujeitos entre si, dos lugares que ocupam na formação discursiva e dos discursos já ditos com os discursos imaginados. Por meio desse mecanismo, analisamos a nota de apresentação dos livros em estudo e o funcionamento desse efeito de antecipação.

Começamos pela estruturação do LD e o que dizem os autores do livro. O Livro Português Linguagens está organizado em quatro unidades (subentendendo que para cada bimestre será estudada uma unidade). Em cada unidade é abordado um tema: No mundo da fantasia; Crianças; Descobrimos quem sou eu e Verde, adoro ver-te. Essas unidades são formadas por três capítulos organizados em: Estudo do texto, Produção de texto e A língua em foco. Para refletir sobre os movimentos que o autor produz no decorrer dos textos, analisamos, brevemente, a apresentação/prefácio do LD.

Nesta apresentação do Português Linguagens, o autor interpela o sujeito como se fosse uma carta, quando direciona especialmente ao aluno “Caro estudante”, adjetivo utilizado para dizer que o aluno é estimado, querido, prezado; se utiliza de palavras motivadoras: “Para você

que é curioso, gosta de aprender, realizar coisas, trocar ideias com a turma, tem opinião, dinâmico, criativo, gosta de ler, criar, falar, rir, participar, debater, escrever etc.

No enunciado “Para você que transita livremente entre linguagens”, notamos que o gesto de usar o pronome pessoal você, cria um elo de intimidade com o leitor, um tratamento informal, como se o sujeito-autor o conhecesse, soubesse de seus anseios, suas curiosidades etc.

Observamos na passagem “Não se intimida em dar opinião, porque tem opinião”, que essa formulação instiga/incentiva o aluno a participar das atividades, em especial, das discussões com a turma. Todavia, ao demonstrar ao aluno que ele pode exprimir o que pensa, poderíamos indagar se estaria se referindo também a problematizar o que está escrito no livro, como se o aluno tivesse essa autonomia diante do LD. Pelo contrário, essa autonomia já está ocupada pelo autor do livro didático, o aluno não tem autonomia nesse processo, apenas reproduz o que lhe é passado por meio desse instrumento de ensino.

Pela análise apresentada, percebemos que prevalece uma visão tecnicista da aprendizagem, com caráter diretivo, na intenção de transmitir ao aluno o que ensinar, mesmo quando mostra preocupação na autonomia do estudante, tutelando o poder de interagir, estimular o espírito crítico, dar opiniões etc.; mesmo utilizando de todos esses princípios bem fundamentados, a autonomia do aluno diante dos textos e glossário se restringe a escolher entre as opções dadas pelo próprio livro.

Vimos que essas apresentações trazem várias características comuns entre si, apesar de os contextos de produção serem diferentes, possuem alguma similaridade, fazem um convite para que o aluno participe.

Nessa direção, ao fazerem tal apresentação, os autores posicionam-se em um lugar que lhes confere autoridade, pois, mesmo utilizando do pronome “você” que deixa o aluno mais próximo do livro/ autor, tomam para si



Figura 1- Livro Português Linguagens, 6º ano do Ensino Fundamental./ Willian Roberto Cereja e Thereza Cochar Magalhães, 9ª ed. reform. – São Paulo: Saraiva, 2015. PNLD 2017, 2018, 2019.

o discurso de verdade.

Na esteira desse pensamento, podemos atrelar esse discurso dos autores ao discurso pedagógico (DP), Orlandi (2011) considera que o discurso pedagógico:

utiliza, dessa maneira, uma linguagem que dilui seu objeto ao mesmo tempo em que se cristaliza como metalinguagem: as definições são rígidas, há cortes polissêmicos, encadeamentos automatizados que levam a conclusões exclusivas. [...]

Não se trata, então, da explicação dos fatos, mas de se determinar a perspectiva de onde devem ser vistos e ditos. (ORLANDI, 2011, p. 30).

Partindo dessa pressuposição, interessamos estudar os discursos dos autores ao darem sentido às palavras nos glossários, quais gestos interpretativos os autores deslocam. Ao visar um tipo de leitor imaginário, o sujeito-autor tem a ilusão de ser a fonte do dizer, pois projeta de sua noção discursiva de efeito-leitor, um leitor ideal

na tentativa de controlar os sentidos. O sujeito-autor direciona - dentre tantas palavras que o texto pode ter - através do mecanismo de antecipação, quais vocábulos o aluno desconhece e, a partir dessa noção, apresenta no glossário um sentido unilateral/cristalizado para os respectivos léxicos.

Para compreender as posições-sujeito que o autor ocupa no decorrer do texto, através da representação das formações discursivas, retomamos Pêcheux (2014b, p. 82), ao afirmar que “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro”. É através do mecanismo de antecipação que o autor projeta seus leitores, ou seja, antecipa as representações de seus receptores. Para compreendermos essa noção de completude ou não no texto, vamos à problematização dos glossários de LD.

O livro *Português Linguagens* compõe-se de quatro unidades, organizadas por temas. O tema da unidade 1 é: No mundo da fantasia; na unidade 2, o tema é Crianças; na unidade 3, Descobrimos quem sou eu e, a unidade 4, trata do meio ambiente: Verde, adoro ver-te. Todos esses temas, segundo os autores, seguem as recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais no que tange aos temas transversais, faixa etária e grau de interesse dos alunos.

Essas unidades são divididas em quatro capítulos: o último capítulo, chamado Intervalo, sugere desenvolver um projeto que envolva toda a classe sobre o tema estudado. Dos capítulos que sequenciam cada unidade, há dois textos verbais que estão organizados em cinco seções: Estudo do texto, subdivide-se em Compreensão e interpretação, A linguagem no texto; Leitura expressiva do texto, Cruzando linguagens e Trocando ideias; Produção de texto; A língua em foco, De olho na escrita e Divirta-se. Em cada abertura de unidade, além de alguma ilustração, há um pequeno texto que faz referência ao tema que será estudado na unidade.

Começamos pela apresentação do primeiro texto do livro *Português Linguagens* denominado *As três penas*, de Jacob Grimm, com tradução de Tatiana Belink, localizado no capítulo 1, na Unidade 1, cujo tema da unidade recebe a denominação de No mundo da fantasia.

Nesse primeiro capítulo, em que são trabalhados os contos maravilhosos, o autor sugere ao professor que faça leituras de outros contos maravilhosos que podem ser encontrados na biblioteca escolar ou também o professor pode orientar-se pelas indicações feitas na seção do livro, *Fique Ligado! Pesquise!*, vejamos:

SD2 - Professor: antes de iniciar o trabalho com este capítulo, sugerimos que leia para os alunos alguns contos maravilhosos, encontrados em livros que são comuns na biblioteca das escolas. Se quiser, valha-se das indicações feitas na seção *Fique ligado! Pesquise!* Você pode, primeiramente, explorar conhecimentos prévios dos alunos, estimulando-os a tecer comentários sobre diferentes versões de um mesmo conto, a linguagem em que o conhecem (se verbal ou cinematográfica), o enredo de alguns mais conhecidos, as personagens, etc. Peça que tragam de casa livros para emprestar aos colegas, que leiam os trechos que mais gostaram, etc.

Professor: Os contos maravilhosos são normalmente longos. Por essa razão, sugerimos que você leia o conto a seguir até certo ponto, dando a entonação adequada aos diálogos, resolvendo possíveis problemas de vocabulário, compreensão, etc. e depois retome a leitura. Se você já tiver feito outras leituras antes, é provável que os alunos queiram ler o conto sozinhos.

Percebemos, logo no início da história, o gesto do autor, ao preconizar o passo a passo que o professor deve proceder para tal aula, quando ele diz: “Você pode, primeiramente, explorar conhecimentos prévios dos alunos, estimulando-os a tecer comentários sobre diferentes versões de um mesmo conto... Peça que tragam... que leiam...”.

Apresentação

Caro estudante:

Este livro foi escrito para você.

Para você que é curioso, gosta de aprender, de realizar coisas, de trocar ideias com a turma sobre os mais variados assuntos, que não se intimida ao dar uma opinião... porque tem opinião.

Para você que gosta de trabalhar às vezes individualmente, às vezes em grupo; para você que leva a sério os estudos, mas gosta de se descontraír, porque, afinal, ninguém é de ferro.

E também para você que, “plugado” no mundo, viaja pela palavra, lendo livros, jornais ou revistas; viaja pelo som, ouvindo música ou tocando um instrumento; viaja pela imagem, apreciando uma pintura, lendo quadrinhos, assistindo à tevê ou a um vídeo, ou navega pela Internet, procurando outros saberes e jovens de outras terras para conversar.

Para você que às vezes é pura emoção, às vezes sentimental, às vezes bem-humorado, às vezes irrequieto, e muitas vezes tudo isso junto.

E também para você que, dinâmico e criativo, não dispensa um trabalho diferente com a turma: visitar um museu, entrevistar uma pessoa interessante, encenar uma peça de teatro para outras classes, discutir um filme, montar um livro com poemas seus e de seus amigos, desenhar uma história em quadrinhos, tornar o mural da escola um espaço de divulgação de assuntos de interesse geral, participar de um seminário, de um debate público, etc., etc.

Para você que transita livremente entre linguagens e que usa, como um dos seus donos, a língua portuguesa para emitir opiniões, para expressar dúvidas, desejos, emoções, ideias e para receber mensagens.

Para você que gosta de ler, de criar, de falar, de rir, de criticar, de participar, de argumentar, de debater, de escrever.

Enfim, este livro foi escrito para você que deseja aprimorar sua capacidade de interagir com as pessoas e com o mundo em que vive.

Um abraço,
Os Autores.

Reiteramos que nosso objeto de estudo são os glossários; porém, observamos que o autor vai deixando suas marcas em outros lugares das páginas dos livros. Notamos nesta sequência discursiva, através do gesto do autor, a tentativa de dar voz de comando, direciona o modo como o professor deverá ministrar sua aula. Através de sua posição-autor, sugere como pode ser trabalhado em cada capítulo do livro. Cabe ao professor seguir as sugestões enunciadas, mesmo que estas estejam camufladas como ordem, já que, primeiramente emprega o verbo sugerir, poder e, na sequência, usa um verbo no modo imperativo (sentido de ordem): peça! Para corroborar com nossa ideia a respeito dessa afirmação, Azevedo (2019) assevera:

Na maioria das vezes, a perspectiva adotada pelo professor para abordar e desenvolver atividades de leitura é aquela previamente assumida pelo(s)

autor(es) do livro didático. Desse modo, o LDP orienta práticas de leitura, bem como estabelece um modo de agir que afeta a autonomia do professor no que diz respeito à organização e encaminhamento de atividades desvinculadas das “receitas” propostas nos didáticos. (AZEVEDO, 2019, p. 78)

Nessa perspectiva, podemos notar que, em grande parte da obra didática, o professor é levado (cativado) a seguir os caminhos que o autor trilha para o desenvolvimento de suas aulas, o autor participa ativamente na orientação de cada atividade proposta e, apesar de utilizar de verbos que dão a entender que são sugestões, coloca em funcionamento o discurso autoritário, aquele que não abre para a possibilidade de o professor tomar decisões, explicar a atividade para o aluno resolver de acordo com o seu modo, etc. Assim, consideramos que o livro é um controlador de sentidos, cuja ação fica evi-

dente nos comandos que deixa sugerido.

Vimos que o sujeito-autor, pelo viés do mecanismo imaginário, como descrevemos anteriormente, se inscreve em um lugar discursivo, em uma dada formação discursiva (a de autoridade), antecipa (quer dizer como o professor vai trabalhar suas aulas) a posição-sujeito, daquele que é detentor do saber, tomado por essa posição, diz o que aluno e professor devem seguir e cumprir as regras do LD, como fonte única, universal de conhecimento. Tal antecipação busca, dessa forma, adiantar como seu leitor será afetado por seu discurso. Todavia, essas posições que o autor assume são projeções imaginadas no lugar do leitor, do professor, em seu discurso. Como assegura Orlandi (2012),

[...] se temos de um lado a função-autor como unidade do sentido formulado, em função de uma imagem de leitor virtual, temos, de outro, o efeito-leitor como unidade (imaginária) de um sentido “lido”. Na disposição da textualidade que se “oferece” ao leitor, e conhecendo como um texto funciona, o que procuramos fazer com essa nossa experiência que ele não sabe. O efeito-leitor se dá no reconhecimento de uma leitura no meio das outras. (ORLANDI, 2012, p. 65)

Dessa forma, o sujeito-autor se filia como porta-voz do discurso, aquele que transmite o saber, portador de um discurso limitador, transmissor da verdade, fala em nome de professor e aluno, como forma de monopolizador de saberes, como se toda a fonte de conhecimento fosse dita por ele. Antecipa sua visão de mundo para o sujeito-aluno, como se ele pudesse não saber sobre tal palavra inscrita no texto, bem como, direciona a maneira como o professor vai trabalhar em cada atividade.

Observemos o prólogo do primeiro texto As três penas:

SD3 - “Era uma vez...” Basta que alguém pronuncie essas palavras para sabermos que lá vem história. E histórias povoadas de príncipes e princesas, crianças em perigo, soldadinhos de chum-

bo, gigantes e dragões...Essas histórias [...] não morrem nunca: são contadas de geração a geração. E estão em toda parte: na voz da mãe ou da avó, nos livros, nas histórias em quadrinhos, nos desenhos animados, no cinema.

No recorte em análise, o seu prólogo inicia com Era uma vez..., observamos, através dessa sequência discursiva, que as histórias que começam com esse chamado Era uma vez são histórias contadas por gerações, que ficam eternas em nossa memória; quando ouvimos esse enunciado, mobilizamos o funcionamento da memória discursiva que remete às histórias de princesas, príncipes, bruxas, dragões, um mundo de imaginação muito comuns em contos infantis. Por memória discursiva entendemos como aquilo que: “[f]ace a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível”. (PÊCHEUX, [1988] 2015, p. 46). Assim, podemos dizer que a memória discursiva é um espaço que possibilita a retomada de sentidos, algo que fala em outro lugar, emerge de uma contingência histórica.

Para Pêcheux (2014a, p. 149), interdiscurso é: “o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido [...] reside no fato de que “algo fala” [...] sempre “antes, em outro lugar e independentemente”. Ao lermos Era uma vez, nossa mente projeta histórias infantis de príncipes, princesas, ogro, bruxas, entre outros personagens dessas histórias, ou seja, o interdiscurso trabalhando para essa relação.

Na leitura do prólogo da SD3, pautamos num gesto de interpretação ao qual relacionamos sujeito, língua e história, mostrando que, para que uma palavra tenha sentido, ela já tem de ter feito sentido antes; vimos que ela produz sentidos. A leitura do enunciado Era uma vez possibilitou-nos ao retorno aos já-ditos da in-

fância.

Após o prólogo Era uma vez, o texto é iniciado com instruções do autor sobre como vai se proceder a leitura do texto. Vejamos a seguir como se encontra a imagem do texto no livro didático:

Recortamos as palavras trabalhadas no

glossário do livro Português Linguagens.

SD4 - “Era uma vez um rei que tinha três filhos. Dois deles eram inteligentes e sensatos, mas o terceiro não falava muito, era **simpplório** e só chamado de Bobalhão”.

SD5 - “Aí ele reparou de repente que ao lado da pena havia uma porta de al-

CAPÍTULO 1 **Era uma vez**

"Era uma vez..." Basta que alguém pronuncie essas palavras para sabermos que lá vem história. É histórias povoadas de príncipes e princesas, crianças em perigo, soldadinhos de chumbo, gigantes e dragões... Essas histórias, conhecidas como contos maravilhosos, não morrem nunca: são contadas de geração a geração. E estão em toda parte: na voz da mãe ou da avó, nos livros, nas histórias em quadrinhos, nos desenhos animados, no cinema.

As três penas

Professor: Antes de iniciar o trabalho com este capítulo, sugerimos que leia para os alunos alguns contos maravilhosos, encontrados em livros que são comuns nas bibliotecas das escolas. Se quiser, valha-se das indicações feitas na seção Fique ligado! (página 12). Você pode, oportunamente, explorar conhecimentos prévios dos alunos, estimulando-os a fazer comentários sobre diferentes versões de um mesmo conto, a linguagem em que o conhecem (se verbal ou cinematográfica), o enredo de alguns contos, o ponto de vista, a entonação adequada aos diálogos, resolvendo possíveis problemas de vocabulário, compreensão, etc., e depois retomar a leitura. Se você já tiver feito outras leituras antes, é provável que os alunos queiram ler o conto sozinho.

Professor: Os contos maravilhosos são normalmente longos. Por esta razão, sugerimos que você faça o conto a seguir até certo ponto, dando a entonação adequada aos diálogos, resolvendo possíveis problemas de vocabulário, compreensão, etc., e depois retome a leitura. Se você já tiver feito outras leituras antes, é provável que os alunos queiram ler o conto sozinho.

Era uma vez um rei que tinha três filhos. Dois deles eram inteligentes e sensatos, mas o terceiro não falava muito, era **simpplório** e só chamado de Bobalhão.

Quando o rei ficou velho e fraco e começou a pensar no seu fim, não sabia qual dos seus filhos deveria herdar o seu reino. Então ele lhes disse:

— Ide-vos em viagem, e aquele que me trouxer o mais belo tapete, este será o meu herdeiro, após a minha morte.

E para que não houvesse discussões entre eles, o rei levou-os em frente do castelo, soprou três penas para o ar e falou:

— Para onde elas voarem, para lá ireis.

A primeira voou para Oeste, a segunda, para Leste, e a terceira voou reto para a frente, mas não foi longe, logo caiu ao chão. Então um irmão partiu para a direita, outro para a esquerda, e eles zombaram do Bobalhão, que teria de ficar lá mesmo, no lugar onde ela caiu.

O Bobalhão sentou-se no chão, tristonho. Ai ele reparou de repente que ao lado da pena havia uma porta de alcapão. Ele levantou-a, viu uma escada e desceu por ela. Então chegou a outra porta, bateu e ouviu lá dentro uma voz, chamando:

"Donzela menina, / Verde e pequenina,
Pula de cá pra lá, / Ligeiro, vai olhar / Quem lá na porta está".

A porta se abriu, e ele viu uma grande e gorda sapa sentada, rodeada por uma porção de sapinhos pequenos. A sapa gorda perguntou o que ele queria. Ele respondeu:

— Eu gostaria de ter o mais lindo e mais fino tapete.

Aí ela chamou uma sapinha jovem e disse:

"Donzela menina, / Verde e pequenina,
Pula de cá pra lá, / Ligeiro, vai buscar / A caixa que lá está".

amarelo; mas nem bem ela se sentou dentro, transformou-se numa lindíssima senhorita, o nabo virou carruagem e os seis camundongos, cavalos. Ai ele beijou a senhorita, atitou os cavalos e partiu com ela, para levá-la ao rei.

Os seus irmãos vieram em seguida, e não tinham feito esforço algum para encontrarem mulheres bonitas, mas levaram as primeiras campônias que encontraram. Quando o rei as viu, disse logo:

— Depois da minha morte, o reino ficará para o caçula.

Mas os mais velhos atordoaram de novo os ouvidos do rei com a sua gritaria:

— Não podemos permitir que o Bobalhão seja rei!

E exigiram que o preferido fosse aquele cuja mulher conseguisse saltar através de um aro que pendia no salão. Eles pensavam: "As campônias vão conseguí-lo com certeza, elas são fortes e robustas, mas a delicada senhorita vai se matar pulando".

O velho rei cedeu ainda essa vez. Então as duas campônias saltaram através do aro, mas eram tão desajeitadas que caíram e quebraram seus grosseiros braços e pernas. Então saltou a linda senhorita que o Bobalhão trouxera, e atravessou o aro leve como uma corça, e então todos os protestos tiveram de cessar.

Assim o Bobalhão herdou a coroa e reinou por muito tempo com sabedoria.

Estudo do texto

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

1. No início do conto, o narrador apresenta os membros de uma família real e, em seguida, faz a caracterização dessas personagens.

a) Como são caracterizados os filhos mais velhos do rei? São caracterizados como inteligentes e sensatos.

b) Como é caracterizado o filho mais jovem? Suas características eram semelhantes ou opostas às dos irmãos? Era oposto às dos irmãos, pois era simpplório, não falava muito e era chamado de Bobalhão.

alcapão: porta ou tampa que se situa no nível de um pavimento e dá acesso a um local abaixo dele.

campônio: aquele que vive e/ou trabalha no campo; indivíduo rústico, rude.

correscar: brilhar, cintilar.

ourivar: artesanato que produz joias utilizando metais preciosos, como ouro e prata.

sensato: ajeitado, prudente.

simpplório: tolo, ingênuo.

Liçab Grimm. Os contos de Grimm. Tradução de Tatiana Belinky. São Paulo: Paulus, 1989, p. 161-3.

çapão. Ele levantou-a, viu uma escada e desceu por ela”.

SD6 - “Os seus irmãos vieram em seguida, e não tinham feito esforço algum para encontrarem mulheres bonitas, mas levaram as primeiras **campônias** que encontraram.”

SD7 - “Ela mandou logo buscar a caixa, e tirou de dentro um anel que coruscava de pedras preciosas e era tão lindo como nenhum **ourives** da terra seria capaz de fazer”.

SD8 - Glossário:

alçapão: porta ou tampa que se situa no nível de um pavimento e dá acesso a uma local abaixo dele.

campônio: aquele que vive e/ou trabalha no campo; indivíduo rústico, rude.

ourives: artesão que produz joias utilizando metais preciosos, como ouro e prata.

sensato: ajuizado, prudente.

simplório: tolo, ingênuo.

Notemos que, antes de terminar o texto, há um glossário *SD8* situado ao lado do texto, disponível para que o leitor conheça as palavras que, possivelmente, através do efeito-leitor, o autor supôs que o aluno desconhecesse, projeta na imagem de leitor, considera que esta ou aquela palavra o aluno não conhece, não seja comum ao seu uso.

Ao analisarmos as palavras no glossário: alçapão, campônio, coruscar, ourives, sensato e simplório, observamos que o autor não citou nenhuma fonte para dispor as palavras inscritas nele. Dessa forma, quando falamos em glossários, Medeiros, (2019, p. 83) corrobora que “[o]s glossários são produzidos por diferentes posições discursivas – do lexicógrafo, do filólogo, do gramático, do literato e mesmo do editor, entre outras posições – e tem como objeto o discurso cotidiano...”, no caso a posição assumida é do autor de livro didático.

Recorremos ao Minidicionário Aurélio (2010) para ver a definição que os termos apresentam:

RI'- al.ça.pão *sm.* Porta ou tampa horizontal que dá entrada para porão ou para desvão de telhado.

cam.pô.ni:o *sm.* Camponês.

co.rus.car *v. int.* Fulgurar; reluzir.

ou.ri.ves *s2g2n.* Fabricante e/ou vendedor de artefatos de ouro, prata e platina.

sen.sa.to *adj.* Que tem bom senso; prudente; ponderado; refletido.

sim.pló.ri:o *adj.* Sem malícia; ingênuo, simples.

Começamos por observar especialmente a maneira como o autor do LD desloca os sentidos dos vocábulos campônio e simplório no glossário e sua mobilização nos verbetes. Notamos que, ao movimentar os possíveis significados dos léxicos, o autor do LD usa de termos, de certa forma, pejorativos aos sujeitos dentro do glossário. O sentido que o autor mobiliza para o termo campônio é de uma pessoa rude, rústica, o que nos leva a entender como se todas as pessoas que moram no campo são ignorantes, incivilizados, desprovidos de conhecimento etc. O que leva o autor a caracterizar a pessoa que mora no campo como rude? Não poderia ser uma pessoa afável, delicada, conhecedora dos saberes do campo? Por que utiliza de tais termos para depreciar quem mora no campo?

Continuemos nossa atenção dada ao vocábulo simplório, para o qual o autor do LD usou o termo tolo no glossário, dado ao personagem principal do texto, Bobalhão. Observamos que a palavra tolo aparece apenas no glossário; no dicionário não há menção a esse vocábulo quando colocado como sinônimo da palavra simplório. Por que apenas o glossário apresenta esse sentido? Podemos inferir porque interessa ao texto que o Bobalhão seja tolo.

O sentido que o autor do livro didático usou no glossário, a palavra tolo, remete ao imaginário de uma pessoa que, pelo apelido, Bobalhão, deveria demonstrar ser abobalhada, insensata, “a quem faltava principalmente juízo”, algo

2 Utilizamos a sigla R para fazer referência aos excertos dos dicionários.

que leve para esse raciocínio. De acordo com o Minidicionário Aurélio (2010), a definição de tolo é:

R2- To.lo adj. 1. Que diz ou faz tolices. 2. Simplório, ingênuo. [Sin. de 1 e 2: abobado, abobalhado, amalucado, aparalhado, apatetado, babaca, babaquara, basbaque, bobo, boboca, bocó, débil, estulto, idiota, imbecil, lambão, leso, lorpa, maluco, pacóvio, palerma, parvo, paspalhão, paspalho, pateta, tonto.] 3. Vaidoso, presunçoso. 4. Ridículo (pessoa ou coisa). 5. Que não faz sentido; disparatado. * sm. 6. Indivíduo tolo; babaca, babaquara, basbaque, bobo, boboca, bocó, idiota, imbecil, maluco, pacóvio, palerma, parvo, paspalhão, paspalho, pateta, pato, tonto.

Podemos presumir, diante das características atribuídas ao personagem, que o autor do LD, mais uma vez, reforçou um ponto de vista pejorativo com relação ao personagem do texto. Poderíamos atribuir que pode ser pelo imaginário que constitui o autor do livro didático, ou seja, devido a morar na zona urbana, deva ter criado um imaginário/estereótipo de que quem mora no campo deve ser bobo, caipira etc.

Apesar de o pai e irmãos não virem a capacidade que o filho/irmão tinha, foi quem conseguiu trazer todos os pedidos solicitados pelo rei. No final ele triunfa, ou seja, apesar dos efeitos que o verbete simplório/tolo produziu, o personagem conseguiu herdar o trono e reinou com sabedoria. Mas não indica que se chamarmos uma pessoa simples de tola, que vá causar esse mesmo efeito, até porque tolo não tem o mesmo sentido de simplório. Não podemos usar como sentido pejorativo. E é justamente essa imagem que o autor do LD deixou movimentar.

Dessa maneira, a partir de todo esse imaginário criado pelo autor do LD quanto ao verbete, houve uma subversão na expectativa do leitor, consideramos que, de acordo com a definição da palavra no glossário, houve a polissemia, os efeitos de sentido deslizaram a um sentido outro, ocorre algo inesperado; podemos inferir que o autor presume que o leitor

vá pensar o Bobalhão num olhar estereotipado, de acordo com o que pensavam os irmãos do personagem.

Orlandi (2017) salienta que a língua é um sistema passível de falhas quando inscrita na história, o deslizamento de sentidos pode vir a ser outro:

A ordem da língua, sua não transparência e sua autonomia relativa – sistema sujeito a falhas que se inscreve na história para significar. Não é um sistema perfeito nem fechado. A abertura do simbólico... diz respeito às diferentes linguagens com seus materiais significantes específicos como à incompletude (do sentido e do sujeito). Por isso a deriva, o deslizamento, o que escorrega. E vira outro. (ORLANDI, 2017, p. 77)

Nesse caso, notamos que o texto *As três penas* – faz interdiscurso – “aquilo que fala antes, em outro lugar” (ORLANDI, 2015, p. 29), com uma pessoa incapaz, que não seria capaz de cumprir com rigor todas as etapas comandadas pelo seu pai, pois, ao imaginar o personagem principal e os efeitos de sentido que são colocados à margem, no decorrer do texto soou como se o personagem fosse ingênuo; assim, criamos um estereótipo, como se ele não tivesse condições de conseguir vencer os desafios a ele impostos.

Nessa perspectiva, ao lermos o sentido da palavra tolo no dicionário e no movimento de sentidos inscritos durante a leitura do texto, levantamos a suposição de que o verbete provocou em nossos pensamentos a ruptura do que, até então, ia na contramão das nossas ideias. Diante do sentido que o autor levou para o glossário simplório, ser tolo, refletimos como sua formação imaginária o leva a pensar o sujeito que mora no campo como alguém desprovido de conhecimento, quase que insignificante; por isso, nos atentamos aos sentidos que os autores produzem nesses verbetes, enquanto senso de naturalização e, de certa forma, rotulação de sentidos outros dados aos léxicos no glossário.

Refletindo sobre essa prática realizada pelo LD, referendamos Orlandi (2015) ao afirmar que precisamos:

Problematizar as maneiras de ler, levar o sujeito falante ou leitor a se colocarem questões sobre o que produzem e o que ouvem nas diferentes manifestações da linguagem. Perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem, a seus equívocos, sua opacidade. Saber que não há neutralidade nem mesmo no uso mais aparentemente cotidiano dos signos. A entrada no simbólico é irremediável e permanente: estamos comprometidos com os sentidos e o político. Não temos como não interpretar. (ORLANDI, 2015, p. 7)

Como podemos observar, é importante refletir sobre o fato de não ser possível pensar no sentido como unívoco, já pronto, a língua como completa e acabada, não podemos estar sujeitos à linguagem tida como transparência. Ao invés de trazermos em sala de aula o glossário para reforçar os sentidos que já estão estanques, estabilizados, é mais importante problematizar esses sentidos, de maneira a discutir e ouvir as diferentes interpretações de significado que essas palavras podem ter além do glossário. Em consonância com nosso pensamento, Medeiros (2016, p. 2) afirma que os “glossários se inscrevem na ilusão da desopacização da palavra [...] Mas também nos mostram a tensa relação entre língua, história e sujeito”. Vimos, no limiar das palavras inscritas no glossário, o funcionamento dessa relação entre língua, história e sujeito, e os efeitos de sentido que as palavras produzem na narrativa. Esse pressuposto faz ressoar que a linguagem não é transparente e os sentidos não são homogêneos, evidentes. Apesar de o autor do LD se projetar no lugar do aluno, os efeitos de sentido atribuídos a esse léxico recuperam e/ou alteram sentidos colocados no dicionário.

Observamos que certa quantidade de palavras inscritas no glossário é de uso cotidiano, como também o autor trabalha os sentidos das palavras numa perspectiva estrutural, coloca no lugar de alguns sinônimos, outro sentido, mo-

vimenta a paráfrase, uma palavra pela outra. Desconsidera, dessa forma, as possibilidades de sentido, a polissemia que essas palavras podem ter, reduzindo a possibilidade de o sujeito-aluno entender o sentido das palavras de acordo com o seu conhecimento, experiências, com base em elementos do seu contexto.

Pensando por esse pressuposto, apesar de o glossário ser apresentado como um apêndice no texto, emparelhado aos textos do livro, muitas vezes, usado no lugar do dicionário, por estar mais próximo de aluno e professor, passam quase despercebidos os sentidos que estão instaurados em seu funcionamento para os que estão no dicionário. Ao nos darmos conta dessas outras formas de significar as palavras, notamos que fortemente é um controlador de sentidos, aquele em que está posto quais sentidos podem e devem comparecer no livro didático.

Nesse e em outros movimentos, o autor do LD continua a ocupar a posição de detentor do saber, de autoridade. Aquele que faz projeções do aluno, imaginando o que ele poderia não saber sobre tal palavra, quanto ao falar como vai proceder em cada atividade, também, projeta-se no lugar do professor, como num jogo que se estabelece no momento da construção das formações imaginárias. Podemos relacionar tal posição ao esquecimento número um, quando o sujeito tem a ilusão de ser origem do seu dizer, ser a fonte do sentido, como postula Pêcheux (2014a, p.161), “[...] o esquecimento nº I, que dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina.”, ou seja, o sujeito esquece que não é origem do sentido, não tem controle sobre o que diz, mas tem a ilusão de tê-lo.

Notamos também que, no Manual do professor do livro citado, na parte Estrutura e metodologia da obra, na seção A linguagem do texto, há uma breve explanação nas três últimas linhas dessa parte que aborda a questão do glossário no texto. Observemos: “O estudo do vocabulário do texto está integrado a essa ativi-

dade, e um glossário básico acompanha os textos.” (CEREJA & COCHAR, 2015, p. 299). Se levamos em conta o que o próprio autor aborda sobre o que é um glossário básico, percebemos que é incompleto, deixa um vazio quanto às palavras abordadas e outras que sequer foram evocadas, ele limita a exploração de outras formas de sentido que poderiam aparecer na linguagem do texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo como o autor do LD apresenta o glossário leva-nos a compreender que sua função não é relevante na conjuntura do livro, servindo apenas de suporte para reproduzir o significado de uma determinada palavra. Trabalha-se a palavra pela palavra, não explora os efeitos de sentido que o vocábulo pode dimensionar na vida no aluno. Porém, quando analisamos o sentido das palavras abordadas por ele, notamos que seu funcionamento se revela como um limitador de sentidos, dita o que pode e deve ser apresentado em cada vocábulo apresentado.

Quanto à limitação do livro didático, há que nos questionarmos acerca do desempenho do professor diante dessa prerrogativa. O que temos feito para ultrapassar as fronteiras dessa limitação? Os resultados das análises apresentados mostram que os sentidos não estão na transparência no dizer do autor do livro didático; eles estão no cotidiano das relações no interior da sala de aula, entre esses leitores que são o professor e o aluno, são nessas relações que os sentidos se produzem; o professor é um mediador, ele que propõe a página do livro, ele que propõe como trabalhar aquilo, nesse papel de mediador.

Podemos entender, diante dessa afirmação, que a linguagem possibilita uma multiplicidade de sentidos, de acordo com as formações discursivas nas quais o sujeito se inscreve, é heterogênea, permite outras possibilidades de sentidos, distanciando-se das hegemonias que atravessam as esferas discursivas. A análise que propusemos converge com o pensamento de

Medeiros (2014), ao asseverar que “[o]s glossários funcionam como marcas da ruptura no dizer que afetam o dizer – na medida em que faz das palavras verbetes a constar em um glossário – na ilusão de saturá-las; de, dizendo a mais, tudo dizer” (MEDEIROS, 2014, p. 146).

Importante também ressaltar o papel do aluno nesse processo; enquanto sujeito passivo através do olhar do autor, vimos que ele é silenciado nesse espaço de constituição dos sentidos em relação ao glossário e em outras atividades no LD. Nossa inquietação estende-se aos efeitos de sentido produzidos por essa ausência. Nesse aspecto, notamos também que, no decorrer dos glossários analisados, os efeitos que eles produzem são, de acordo com Silva (2017):

A ênfase no caráter utilitarista da língua via um descritivismo que se constrói de modo prescritivo, produz como efeito uma identificação baseada no mesmo, e possibilita, ainda, um controle no desempenho do aluno [...]. Ao produzir um texto, o autor faz gestos de interpretação que prendem o leitor nessa textualidade, constituindo, assim, ao mesmo tempo, o que chamamos em análise de discurso, o efeito -leitor correspondente. (SILVA, 2017, p. 222).

Dessa forma, acreditamos que o modo como são trabalhados os glossários no texto, de certa maneira, estabiliza os sentidos, cria efeito de homogeneização, de completude, o efeito de transparência/ cristalização do saber. O professor, enquanto sujeito-mediador, que sabe da realidade do chão da sala de aula, de cada sujeito-aluno, pode intervir quanto a esse efeito de leitor-correspondente, problematizando o funcionamento do livro e do glossário. Nessas condições, o professor mostra uma alternativa que contribua para o conhecimento do aluno; transcendendo os limites do livro didático, trabalha utilizando-o como recurso e não como um manual que deve ser seguido com rigor durante o ano inteiro.

Nessa esteira, Pêcheux (2014a, p. 281) reitera que “ninguém pode pensar do lugar de

quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso “ousar pensar por si mesmo”. Assim, não podemos deixar que o autor de LD controle, limite as diversas formas com as quais podemos trabalhar o livro didático, de modo a aguçar a disseminação de sentidos possíveis. Daí porque não o vimos como um objeto com sentido negativo; pelo contrário, tem grande importância para o desenvolvimento de nossas aulas, é nosso aliado, nos auxilia de diversas maneiras, mas, devemos ousar a pensar por nós mesmos, os sujeitos pois estamos na esteira da escola.

REFERÊNCIAS

AUROUX, S. A revolução tecnológica da gramatização. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

AZEVEDO, L. T. Discurso e leitura: uma análise do livro didático do ensino médio. Olinda: Livro Rápido, 2019.

CEREJA, W. & COCHAR, T. Português linguagens: 6º ano do Ensino Fundamental. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CORACINI, M. J. R. F. Interpretação, autoria e legitimação do livro didático: língua materna e língua estrangeira. 1 ed. Campinas, SP: Pontes, 1999.

FERREIRA, A. B. de H. Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. 8 ed. Curitiba: Positivo, 2010.

MEDEIROS, V. Memória e singularidade no gesto do escritor-lexicógrafo. In: Confluência, Nº 1 (46) – Rio de Janeiro, 2014.

MEDEIROS, V. Cartografias das línguas: glosários para livros de literatura. In: Alfa revista de linguística. Vol. 60 nº.1 UNESP: São José Rio Preto: 2016.

MEDEIROS, V. Saberes sobre língua e sujeito: o glossário pelo literato. In.: SCHERER,

A.; SOUSA, L.; MEDEIROS, V.; PETRI, V. (Orgs). Efeitos da língua em discurso. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

ORLANDI, E. P. A linguagem e seu funcionamento: As Formas do Discurso. 6 ed. Campinas: Editora Pontes Editores, 2011.

ORLANDI, E. P. Discurso e leitura. 9 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

ORLANDI, E. P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 12 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, E. P. Discurso em Análise: sujeito, sentido e ideologia. 3 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

PÊCHEUX, M. Semântica e discurso – Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2014a.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In.: GADET, F. e HAK, T. Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5 ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, [1975]2014b.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: Pierre Achard et al. Papel da memória. 4 ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

SILVA, M. V. da. Manuais escolares e saberes linguísticos. In.: BSEHL 11, 2017, p. 209-224.

Submissão: abril de 2022.

Aceite: agosto de 2022.

UMA PROPOSTA DISCURSIVA PARA O TRABALHO COM DICIONÁRIOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

Maristela Cury Sarian¹

Ezilda Rosania Conceição Netto Beloni²

Resumo: Este artigo consiste em apresentar parte de um trabalho realizado com uma turma de oitavo ano do ensino fundamental de uma escola da rede pública do estado de Rondônia, vinculado ao ProfLetras/Unemat/Cáceres, cuja base teórico-metodológica sustenta-se na Análise de Discurso Materialista na relação com a Semântica da Enunciação e com a História das Ideias Linguísticas. Desestabilizando métodos de ensino conteudistas, promovemos um trabalho com o dicionário mobilizando o funcionamento da língua, a partir do verbete *sujeito*. Buscamos desenvolver atividades *desfocando* a imagem do dicionário como objeto de consulta, propondo uma leitura polêmica, colocando em evidência suas condições de produção, seu modo de organização, o dito em relação ao não-dito, bem como os efeitos de sentidos produzidos nos gestos de interpretação dos alunos.

Palavras-chave: Instrumentos linguísticos. Leitura. Língua Portuguesa. Escola.

A DISCURSIVE PROPOSAL FOR WORKING WITH DICTIONARIES IN JUNIOR HIGH SCHOOL

Abstract: This article aims to present part of a work which has been carried out with students from an 8th Grade class of a Public Junior High School in the state of Rondônia, in partnership with ProfLetras/Unemat/Cáceres. Its theoretical-methodological basis consists in a Materialistic Discourse Analysis concerning the Semantics of Enunciation and the History of Linguistic Ideas. By destabilizing content-driven education methods, we have developed a work with dictionaries to mobilize the language functioning as of the entry “subject”. Our purpose was to develop activities aiming to blur the dictionary image of a consultation object, and to propose a controversial reading by highlighting its production conditions, its organization method, the said versus the unsaid, as well as the meaning effects produced by the interpretation gestures of the students.

Keywords: Linguistic tools. Reading. Portuguese Language. School.

Eu conheço um bom lugar para se demarcarem todos esses pastos, para apartar cada coisa da outra coisa neste mundo tão misturado das palavras; um lugar em que as coisas são o que são e porque são, livrando-nos da deriva a que nos submetem as palavras: *o dicionário*.

(SILVA, 1996, p. 151, grifo nosso)

1 Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente na Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado (UNEMAT), Câmpus Universitário de Cáceres Jane Vanini. E-mail: maristelasarian@unemat.br

2 Mestra em Letras pela Unemat. E-mail: rosania.ezilda@unemat.br

Introdução

Este artigo é parte de um trabalho mais amplo desenvolvido no âmbito do Programa de Mestrado Profissional em Letras - ProfLetras ofertado na Universidade do Estado de Mato Grosso *Carlos Alberto Reyes Maldonado* - UNE-MAT ao longo do ano de 2018.

Desenvolvemos um Projeto de Intervenção no qual buscamos compreender como o livro didático *Português Linguagens*, de autoria de Cereja e Magalhães (2015), destinado ao 8º ano do Ensino Fundamental, propõe o ensino-aprendizagem da língua portuguesa, em especial, da gramática, para ressignificá-lo à luz das teorias mobilizadas.

Escolhemos um componente sintático, o *sujeito*, e trabalhamos com diferentes materiais, como tiras, gramáticas e dicionários, estes dois últimos tomados como instrumentos linguísticos e pilares do saber metalinguístico (AUROUX, 1992), efeito de um processo mais amplo de gramatização das línguas (AUROUX, 1992), como um objeto histórico (ORLANDI, 2001), portanto.

Enquanto objeto histórico, tanto a gramática como o dicionário, são uma necessidade que pode e deve ser trabalhada de modo a promover a relação do sujeito com os sentidos, relação que faz história e que configura as formas da sociedade. O que nos leva a dizer que, por isso mesmo, eles são um excelente observatório da constituição dos sujeitos, da sociedade e da história (ORLANDI, 2001, p. 9).

Dessa forma, neste artigo, daremos visibilidade a uma das atividades realizadas com os dicionários, que visou a proporcionar aos nossos *sujeitos-alunos* aprender sobre *sujeito(s)*, em sentidos distintos, com *sujeitos* que fizeram história na/pela língua, por meio dos referidos instrumentos linguísticos, na perspectiva apontada por Petri (2010, p. 09: “[...] refletir sobre estes instrumentos pedagógicos, sob uma perspectiva que os toma (o dicionário e a gramática) como

instrumentos linguísticos, objetos discursivos da maior importância para a constituição dos sujeitos em relação a sua língua”.

Entre as noções que sustentaram a proposição e o desenvolvimento desta atividade, destacamos os diferentes efeitos de sentidos produzidos, a partir das distintas discursividades em circulação nesses instrumentos, efeito da autoria desses materiais, bem como das condições de produção dos instrumentos selecionados, como apresentado a seguir.

Gestos de leitura e interpretação de/do *sujeito*

Segundo Nunes, “[...] a escola não se preocupava, até muito recentemente, com a leitura dos dicionários em sala de aula”. Para o autor, “eles eram apenas consultados em caso de dúvidas ou para se saber os usos supostamente ‘corretos’ das palavras. Assim, não se ensinava o dicionário, pelo contrário, era o dicionário que ‘ensinava’ como uma autoridade pouco questionada” (NUNES, 2010, p. 08).

De acordo com Silva (2003, p. 117), os dicionários, tomados na relação com o ensino de língua portuguesa na escola,

[...] funcionam como um instrumento de identificação da língua e do sujeito, como espaço-tempo de produção e reprodução de um imaginário, mas também como parte do processo de disciplinarização dos saberes linguísticos dentro e fora da escola, não só pelo uso direto de dicionários, como também pela forma fragmentária e deshistoricizada com que são tratadas, ali, as questões lexicais e semânticas, como a sinonímia, por exemplo. O trabalho com o dicionário nas interpretações de textos na escola e na universidade reflete, quase sempre, uma representação do conhecimento linguístico, enquanto disciplina escolarizável, quer dizer passível de ser apreendida e dominada, e marcada pela homogeneidade, pela identificação com a certeza e a verdade, pela naturalização dos sentidos e pelo estabelecimento de uma relação direta entre as palavras e as coisas.

Nessa direção, para nos afastarmos desses sentidos dominantes do uso de dicionário na sala de aula e darmos a esse trabalho uma consequência discursiva, criamos as condições para os alunos compreenderem a relação estrutura - funcionamento dos dicionários a partir de suas condições de produção, que incidem no modo pelo qual esses instrumentos são organizados, nos sentidos legitimados e naqueles que são apagados, pois, de acordo com Nunes (2010, p.15), “[...] o dicionário é um observatório dos discursos em circulação, trata-se de notar quais ele coloca em circulação e quais ele silencia”.

Orlandi (2002, p. 105) nos ensina que “[...] a compreensão do dicionário, como parte de nossa relação com a língua, faz ver sua presença como objeto simbólico, histórico e não apenas em sua função normatizadora”. Nesse viés, comungamos também dos ensinamentos de Petri (2010), quando nos conduz à reflexão de que

[...] Trabalhar com esse instrumento didático-pedagógico vai além do ensino de regras e exceções, pois deve, sobretudo, contribuir para a formação de um aluno reflexivo, questionador, sabedor de que o dicionário pode e deve ser explorado por meio da prática discursiva (questionando os diversos sentidos que os verbetes/palavras possuem) e não mais como um instrumento restrito ao domínio lexical, frasal ou textual (PETRI, 2010, p. 37).

Tendo em vista esses pressupostos, para a introdução do trabalho com o significante *sujeito*, os alunos foram questionados sobre o que poderia ser dito a respeito, de modo a abrirmos espaço para a produção de diferentes gestos de interpretação (ORLANDI, 2015). Houve quem dissesse que sujeito é “quem faz ou recebe uma ação”, sujeito é “quem fala”, “sujeito é o narrador”, remetendo-o a diferentes formações discursivas (PÊCHEUX, 2009), a dizeres historicamente legitimados, materializados nos livros didáticos, e que se atualizam na discursividade dos alunos.

Como efeito desses gestos e com a compreensão de que no dicionário funciona uma

[...] gestão dos sentidos no interior de uma mesma língua, pela seleção, organização, distribuição e controle das formas significantes, considerando a estruturação dos verbetes e do próprio dicionário, o que evidencia a construção de uma unidade imaginária pelo apagamento de uma série de relações – de inclusão, de exclusão, de conflito, de confronto, de filiação, de opacidade – no interior de uma mesma língua (SILVA, 2003, p. 112)

Selecionamos alguns dicionários do acervo da biblioteca da escola, de diversos autores. Os alunos, primeiramente, foram organizados em grupos compostos por quatro ou cinco integrantes e municiados com, no mínimo, três dicionários distintos, para que tivessem condições de estabelecer relações entre os materiais, entre outros aspectos que poderiam surgir ao longo do trabalho. Porém, antes de cada grupo anotar, discutir, revisar e reescrever os apontamentos sobre o verbete sujeito, no caderno, realizamos uma socialização com a turma, na qual os alunos puderam falar e ouvir sobre os efeitos produzidos, cujos registros iniciais foram redigidos na lousa.

Nesse processo de leitura, foi lhes apresentado um roteiro contendo três tópicos norteadores, como forma de orientar - e não administrar - o trabalho.

Assim, o primeiro dos tópicos considerava a estrutura dos dicionários; o segundo, as condições de produção dos materiais, e o terceiro, o estudo do verbete propriamente. Ressaltamos que não tomamos a proposição desses três tópicos numa relação de *hierarquização*, mas de *imbricação*, visto que, na perspectiva discursiva, esses elementos são constitutivos de um processo mais amplo de produção de sentidos.

1. A estrutura do dicionário:

- a) composição;
- b) apresentação ou introdução;
- c) sumário;
- d) verbetes e outros aspectos considerados relevantes.

2. As condições de produção do dicionário:

- a) autoria;
- b) dados da publicação (ano, editora, forma de circulação);
- c) público-alvo.

3. Estudo do verbete *sujeito*:

- a) estrutura;
- b) sentidos;
- c) o significante enquanto componente sintático;
- d) efeitos em relação ao funcionamento da língua;
- e) outros destaques.

Desnaturalizando a compreensão de que os dicionários são, de certo modo, *iguais*, marcados pela homogeneidade, os alunos puderam perceber que há diferenças significativas entre os instrumentos selecionados, o que coloca em funcionamento a compreensão de se “[...] tomar o dicionário como discurso” (ORLANDI, 2002, p 105). Ainda de acordo com a autora,

[...] podemos ver como se projeta nele (no dicionário) uma representação concreta da língua, em que encontramos indícios do modo como sujeitos – como seres histórico-sociais, afetados pelo simbólico e pelo político sob o modo do funcionamento da ideologia – produzem linguagem (Ibidem, p. 105).

Além disso, tínhamos por objetivo dar visibilidade à incompletude da língua (ORLANDI, 2015), como forma de desnaturalizar o sentido de completude que gravita em torno do dicionário. Segundo Giacomini (2007, p. 28), “[...] o dicionário traz em si a ilusão de ser o representante da língua de uma sociedade, de trazer todas as palavras da língua com suas respectivas definições, tidas como ‘corretas’, ‘a verdade incontestável’, ‘não históricas’”.

Dessa forma, para dar visibilidade à parte dos efeitos de sentidos produzidos em nossa prática, elegemos, para análise, os destaques concernentes a dois grupos de alunos, nomeados como grupo 1 e grupo 2³, bem como colocamos em evidência os efeitos de um trabalho coletivo, com toda a turma, realizado após a exposição dos grupos.

Os dicionários mobilizados pelos alunos foram:

- *Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa* (CALDAS AULETE, 2009);

- *Dicionário Didático de Língua Portuguesa* (RAMOS, 2012);

- *Saraiva Júnior* (SARAIVA JÚNIOR, 2012).

Porém, outros títulos compareceram de forma a complementar o trabalho, sobretudo quando da realização da discussão coletiva, os quais destacamos:

- *Dicionário Houaiss conciso* (HOUAISS, 2011);

- *Minidicionário Gama Kury da Língua Portuguesa* (KURY, 2006);

- *Dicionário da Academia Brasileira de Letras* (BECHARA, 2011).

- *Dicionário da língua portuguesa* (SILVA, 1798)⁴.

Iniciamos pelos recortes dos trabalhos realizados com o *Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa*, de Caldas Aulete.

3 O critério para a seleção dos destaques referentes aos trabalhos realizados pelos grupos não foi quantitativo, mas qualitativo.

4 Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes e Silva.

Figura 1 - Capa do Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa



Fonte: Caldas Aulete (2009).

O grupo 1 realizou o seguinte registro, de acordo com o que propõe o tópico 1, que trata da estrutura dos dicionários.

“O dicionário apresenta: capa, contracapa, organização, sumário, prefácio”. Este grupo se deteve no sumário, sobre o qual registraram, em um parágrafo, as seguintes compreensões: “No sumário apresenta as informações mais importantes: o prefácio, o conceito e a proposta lexicográfica, como usar o dicionário, uma pequena gramática, minienciclopédia, correspondência entre letras gregas e latinas e hebraicas, algarismos árabes e romanos, símbolos matemáticos”.

Esta última informação - “símbolos matemáticos” - chamou a atenção dos alunos no sentido de que o dicionário pode ser utilizado para além das aulas de língua portuguesa, como matemática, por exemplo.

No que diz respeito ao tópico 2, referente às condições de produção do dicionário, como resposta, os alunos registraram:

“Vimos que o autor Francisco Júlio de Caldas Aulete, ou Caldas Aulete⁵, foi um pro-

fessor, lexicógrafo e político português, autor de diversos livros didáticos e iniciador do Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa. Nasceu em 1826, Lisboa, Portugal e veio a falecer em 1878, aos 55 anos, em Lisboa, Portugal. O referido material foi publicado em 2009, o que justifica a presença de um organizador, Paulo Geiger, sendo que Aulete não viveu nesta época”.

Assim, os alunos puderam compreender que se tratava da organização de uma edição por um sujeito na posição de organizador, a partir de obras produzidas anteriormente. Conforme podemos ler em Giacomini (2007, p. 22), no discurso lexicográfico, “[...] embora haja a atribuição da autoria a um determinado nome, isso se dá por meio do imaginário, já que muitas vezes, empiricamente, o autor não tenha participado da elaboração da obra”. A autora nos esclarece ainda que:

Francisco Júlio de Caldas Aulete participou apenas da elaboração do prefácio e das definições das palavras da letra A da primeira edição, a de 1881. Entretanto, seu nome continuou a ser vinculado, imaginariamente, como autor do dicionário, embora com uma nova equipe (Ibidem, p. 10).

O último item deste tópico solicitava a observação quanto ao público a quem se destina a publicação, para o qual os alunos fazem a seguinte menção:

“A maioria dos dicionários é destinada ao público em geral, mas o *nosso* [dicionário escolhido pelo grupo] é de 6º ao 9º ano E F”.

Segundo Rosa (2016, p. 54), “[...] quando os lexicógrafos produzem dicionários, pensam em um leitor imaginário”. Assim, intentamos compreender o título deste material, que traz os significantes escritos com iniciais minúsculas (Figura 1), contrariando um dos princípios normativos para a escrita de títulos. Nosso gesto de interpretação aponta para uma forma de aproximação com o público ao qual o dicionário é destinado. Por tratar-se de um público adoles-

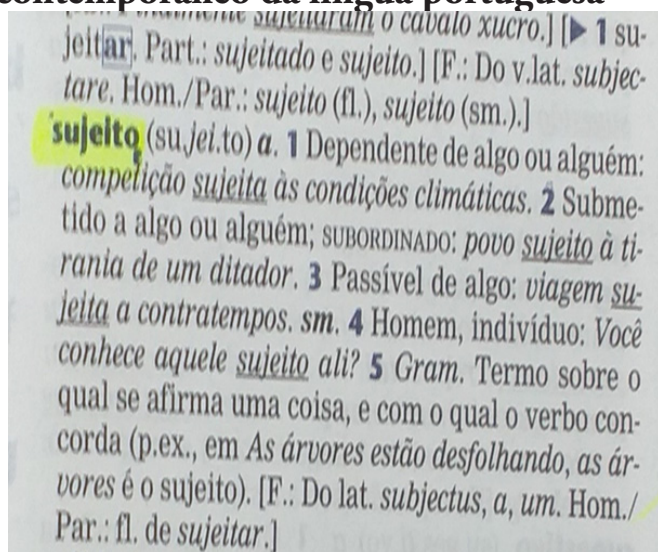
cente, 6º aos 9º anos, essa forma de grafar poderia produzir um efeito de aproximação entre o material e os consulentes, pois *quebrar regras* é um comportamento próprio dos adolescentes, como ato de rebeldia. No entanto, ressaltamos que:

Não podemos ter certeza de como as pessoas estão significando/interpretando as palavras que supomos serem as mesmas para todos. Porque não temos o controle sobre o modo como a ideologia funciona, constituindo o indivíduo em sujeito, nem como os sentidos fazem sentido para os sujeitos (ORLANDI, 2012, p.156).

O terceiro dos tópicos trabalhados direciona para o estudo do verbete *sujeito*. Orientamos para que os alunos fizessem primeiramente uma observação em relação à forma em que os verbetes estão organizados, estruturalmente, mas que poderiam anotar algo que lhes chamassem a atenção e que poderiam perguntar em caso de dúvidas.

Houve quem perguntasse “como assim, *estrutura* do verbete, professora?”. Então vimos a necessidade de discorrer sobre a questão, esclarecendo que a estrutura se refere à forma de organização do verbete, apresentada na Figura 2.

Figura 2 - Verboete sujeito - Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa



Fonte: Caldas Aulete (2009).

Provocamos os alunos a refletirem sobre a partir de alguns questionamentos: “qual seria a primeira informação que o dicionário traz sobre a palavra? É a mesma em todos os dicionários? E a segunda informação?” e assim sucessivamente, a fim de instigá-los sobre os processos de legitimação dos sentidos. Ressaltamos que esta seria uma forma de estruturar, de organizar o verbete, uma vez que podemos ter, para uma mesma palavra, por exemplo, classificações distintas: verbo, substantivo, adjetivo.

Repararam que a primeira informação apresentada no verbete é referente ao número de sílabas e que nem todos os dicionários trazem essa questão em primeiro lugar; alguns trazem por último e existem alguns que silenciam essa informação, como veremos em outros verbetes. Um grupo observou que um dos dicionários, além de trazer a palavra dividida em sílabas, faz uma marcação em uma sílaba, a tônica, conforme explicamos para a turma, conduzindo-os a uma breve rememoração do conteúdo.

Os alunos identificaram a classificação morfológica de adjetivo, na primeira acepção, por meio da forma abreviada “a.”, e a apresentação de exemplos em todas as acepções. Na sequência, ressaltaram que se trata de um substantivo masculino, registrado por meio da forma abreviada “sm”, apresentada na quarta acepção. Em seguida, vimos a exposição do verbete sob a definição gramatical, “Gram.”, na quinta acepção, seguido de sua etimologia.

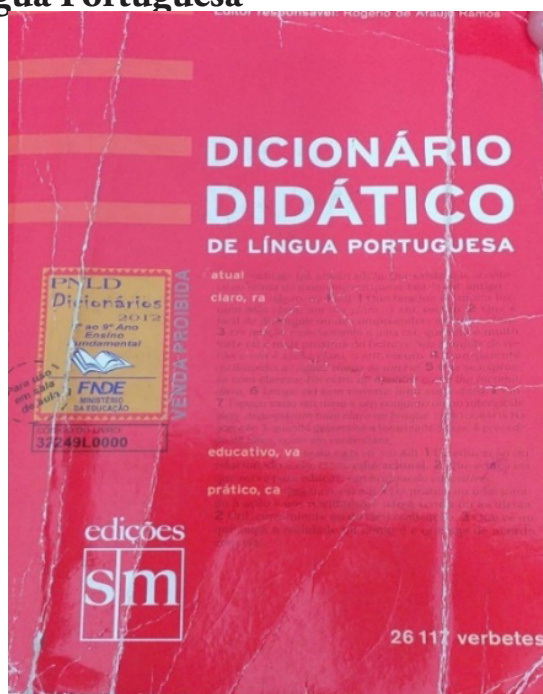
Os próximos recortes tratam da pesquisa realizada no Dicionário Didático de Língua Portuguesa, autoria de Rogério de Araújo Ramos (2012), selecionado pelo grupo 2. Quanto à estrutura do dicionário, atendendo ao tópico 1, o grupo apontou capa, contracapa, capa de rosto (o que compreendemos por folha de rosto), apresentação, introdução, sumário, índice, siglas, símbolos, imagem e o número de verbetes - 26.117.

Percebe-se que este grupo relacionou mais aspectos estruturais do que o grupo 1 e que registrou a quantidade de verbetes que consta no

dicionário. Diferenciando-se ainda dos demais, o grupo registrou a página 780, na qual se encontra o verbete *sujeito*, a ser trabalhado nos próximos itens.

Quanto à autoria (tópico 2), o grupo registrou o nome “Rogério de Araújo Ramos” como “Editor Responsável”, movimento semelhante ao registrado no levantamento do grupo 1. Dessa forma, nesse dicionário, o nome de um editor *preenche o lugar de autoria*, no sentido de responder, ou se responsabilizar, pela edição do material, conforme pode-se constatar na Figura 3.

Figura 3 - Capa do Dicionário Didático de Língua Portuguesa



Fonte: Ramos (2012).

Na sequência, o grupo registrou o ano de publicação, 2012, bem como a forma de circulação, com o dizer “material impresso”. Finalizando este tópico, o grupo ressaltou que o referido material é destinado “aos estudantes do 6º ao 9º ano”.

Chamamos a atenção dos alunos para uma última análise quanto à capa desse material, se alguma palavra ou outros caracteres haviam se destacados e por qual razão. Não demorou até que alguém apontasse o significante “didático”,

diferenciando-o dos outros dicionários aos quais tiveram acesso.

Questionados de que maneira essa palavra chamava-lhes a atenção, logo tivemos a resposta/indagação: “temos livro didático e agora dicionário didático?”. Alguém disse que “didático é para ser usado na escola”. Houve quem logo se dispusesse a buscar o significado no mesmo material, produzindo, assim, o efeito de “[...] palavra-puxa-palavra” (SILVA, 1996, p. 154), que é próprio do funcionamento do dicionário. A esta altura, vários alunos queriam fazer uso da palavra - “[...] tomar a palavra é um ato dentro das relações de um grupo social” (ORLANDI, 1987, p. 34) -, a fim de esclarecer que o significante didático se refere ao ensino, à instrução.

Em relação ao verbete *sujeito*, o dicionário apresenta:

Sujeito, ta (su.jei.to) / 1 Particípio irregular de sujeitar. / adj. 2 Que é passível de algo, geralmente negativo. / s. m. 3 Em gramática, termo da oração sobre o qual se faz uma declaração e que concorda com o núcleo do predicado em número e em pessoa. 4 Qualquer pessoa ou pessoa desconhecida: Um sujeito passou aqui e perguntou por você. 5 Em filosofia, eu pensante, consciência ou faculdade de conhecer (RAMOS, 2012, grifo do autor).

Quanto à estrutura, os alunos apontaram para a palavra de entrada, que traz a partícula “ta”, indicando a flexão de gênero feminino, silenciada em outros dicionários. Nessa direção, entendemos que essa marca linguística também abre a possibilidade para uma leitura discursiva dos dicionários, na qual se coloca em evidência a opacidade da língua. Se, por um lado, os alunos perceberam um apagamento de sentidos em relação ao gênero feminino nos demais dicionários, desde a palavra de entrada, passando pelas acepções e chegando aos exemplos, por outro lado, no dicionário de Ramos a questão do feminino se restringe à entrada do verbete. Esse funcionamento vai ao encontro da compreensão de Oliveira, Silva e Martins e Silva (2017, p.

138) sobre a “não transparência da língua através das leituras dos discursos que atravessam as formulações nas definições dos verbetes, nos exemplos escolhidos pelos autores, entre outros”.

A fim de nos distanciarmos dos efeitos do discurso pedagógico (ORLANDI, 1987) em nossa sala de aula - um discurso de poder que determina como um conhecimento pode/deve ser aprendido/apreendido (PACÍFICO; SOUZA, 2011), que não abre espaço para os gestos de autoria dos alunos, no sentido de lhes autorizar a *poder-dizer* (PFEIFFER, 1995), limitando o aluno a *falar* somente o necessário e quando lhe é permitido -, buscamos valorizar a oralidade em sala de aula, historicamente deslegitimada em relação à escrita, ainda que, muitas vezes, a relação *escrever - aprender* materializa-se no ato mecânico da cópia, centrado em atividades conteudísticas. De acordo com Pfeiffer (1995, p. 68), na escola há um apagamento “[...] da oralidade em detrimento da escrita”. Ainda segundo a autora, “não se cobra do autor da oralidade como o da escrita! Por isso não se olha para a fala procurando indícios de autoria” (PFEIFFER, 1995, p. 57).

Como efeito dessa abertura, durante a leitura das acepções e dos exemplos, alguns alunos se *arriscavam* em alguns *ensaios*, parafraseando as formulações, como por exemplo, “se não estudou, estará *sujeito* a tirar zero na prova”, em que o significante *sujeito* desliza para o sentido de *estar passível de*, trazendo à tona uma formação discursiva (FD) filiada ao discurso autoritário da avaliação/reprovação, numa relação de causa-consequência.

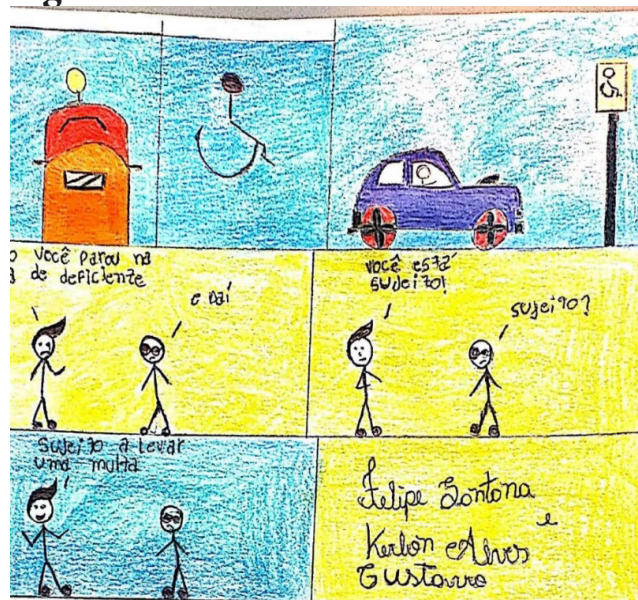
Nesses gestos orais de formulação, como marca de uma regularidade, o discurso pedagógico se atualiza em “quem chegar atrasado estará sujeito à suspensão”, o que nos remete às normas disciplinares as quais os educandos são convocados a cumprir na escola, neste caso, a pontualidade. Nesta direção, podemos dizer que “[...] os sentidos nunca estão soltos, desligados e circulando livremente. Eles se produzem

em certas condições, têm relação com a memória discursiva, relacionam-se com outros” (ORLANDI, 2009, p. 109).

Observamos que o sentido de *sujeitar-se* a culminou ainda na produção de algumas das *tiras* que compõem o produto final do nosso projeto - uma coletânea elaborada pelos alunos, que circulou em formato de *e-book*⁶. Seleccionamos uma delas para fins de exemplificação, objeto de um trabalho futuro⁷.

- 6 Ressaltamos que para a elaboração das produções textuais dos alunos, mobilizamos os principais elementos componentes do nosso trabalho, tais como o livro didático, a gramática, a sintaxe, o sujeito e o dicionário, entre outros (BELONI, 2021a). Sugerimos também a leitura de Beloni (2021b). Disponível em: https://www.discursosead.com.br/files/ugd/27fcd2_a1fbaf830cc34ac69fc113467a6b9ab7.pdf
- 7 Mobilizando o verbal imbricado ao não-verbal, uma vez que “[...] sentidos não se sustentam apenas pelas palavras” (NECKEL, 2010, p. 40) e “[...] o não verbal significa por sua própria materialidade trazendo consigo sua historicidade, o caráter de incompletude, assim como a palavra” (MOURA, 2015, p. 22), os alunos elaboraram uma tira que sugere uma situação recorrente nas ruas em nossas cidades: uma divisão/disputa no/pelo espaço público urbano no que tange ao estacionamento de veículos. Embora a sinalização aponte para a vaga destinada a pessoas com deficiência (primeiro quadrinho), nem todos a respeitam (segundo quadrinho), objeto do diálogo apresentado no terceiro quadrinho: “Moço você parou na vaga de deficiente” / “E daí” [?] Compreendemos as formulações “Você estará sujeito” / “Sujeito?” (quarto quadrinho) e “Você estará sujeito a levar uma multa” (no quinto quadrinho) como pistas que acionam a memória discursiva do trabalho com o dicionário reverberando na tira, em que há um atravessamento dos sentidos do significante sujeito como “1. que é ou está suscetível ou passível de algo”; “2. que é passível de algo geralmente negativo.”; “3. suscetível de ocorrer” (AULETE, 2009), apontando para um efeito de sentido de aviso, alerta ou conselho.

Figura 4 – Estacionamento



Fonte: Arquivo pessoal (2018).

Voltando aos destaques do grupo 2, o grupo elegeu, para efeitos de comparação, o dicionário Saraiva Junior – Dicionário da Língua Portuguesa.

Correspondendo ao questionamento do terceiro tópico - “Houve mudanças de sentido de um dicionário para outro?” -, o grupo diz que este material apresenta “a forma escrita mais simplificada para as crianças mais novas entenderem” (grifo nosso). Compreendemos que enunciar crianças em vez de alunos pode ser atribuído, principalmente, às informações obtidas na capa, que traz a formulação “ilustrado” e as imagens direcionadas para alunos do 2º ao 5º ano, numa articulação entre o verbal e o não-verbal.

Figura 5 - Capa do dicionário Saraiva Júnior

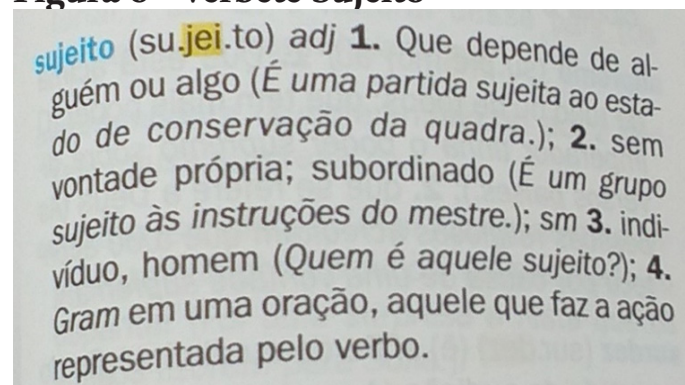


Fonte: Saraiva Júnior (2012).

Questionados sobre: “E em relação ao funcionamento da língua, como podemos perceber esse aspecto?”, disseram que “as palavras do Dicionário Saraiva Junior são mais simples, adequadas para o público infantil”, apresentadas na Figura 6. Neste sentido, podemos ler em Sarian (2013) que o público para o qual o dicionário foi direcionado projeta o imaginário de consulentes em funcionamento, engendrando um gesto de administração, delimitação e controle do repertório linguístico, que, no caso em tela, também se estende à proposta de capa e ao título.

Em relação ao verbete, temos:

Figura 6 - Verbetes Sujeito



Fonte: Saraiva Junior (2012).

Quanto à “forma escrita mais simplificada” e “as palavras mais simples”, podemos compreender que essas formulações estabelecem relação com uma das acepções do Dicionário Didático de Língua Portuguesa, que define sujeito como “passível de algo” (RAMOS, 2012), ao passo que no dicionário Saraiva Júnior (2012) apresenta-se como “depende de alguém ou algo”. Temos, deste modo, os significantes “passível” e “depende”, que pelo funcionamento dos mecanismos de antecipação (ORLANDI, 2015), que os alunos consideraram a segunda formulação como sendo mais “simples”.

Ainda na esteira das “palavras mais simples”, o grupo 2 destacou a definição gramatical posta nos materiais de autoria de Ramos (2012) e Saraiva Junior (2012), sendo que o primeiro traz a explicação de que sujeito em gramática é o “termo da oração sobre o qual se faz uma declaração e que concorda com o núcleo do predicado em número e pessoa” (RAMOS, 2012), ao passo que no dicionário Saraiva Júnior (2012) pode-se ler “em uma oração aquele que faz a ação representada pelo verbo”, sentidos esses filiados à gramática normativa tradicional e atualizados em muitos materiais didáticos.

Quanto à forma de circulação desses materiais, ressaltaram seu caráter impresso e sua destinação, visto que são enviados pelo Ministério da Educação – MEC para as escolas, por meio do Plano Nacional do Livro Didático – PNLD, ou seja, custeados com recursos públicos, portanto, a partir da inscrição “Venda proibida”⁸.

Aproveitamos para chamar a atenção sobre a existência de dicionários digitais, em circulação no mundo virtual. Ressaltamos que embora a consulta a esses dicionários seja uma prática muito utilizada, ponderamos que a forma impressa é a mais acessível na escola pública, ao menos, nas quais trabalhamos, devido à possibilidade de retirá-los na biblioteca. Também mencionamos as diferentes condições de produção de um dicionário impresso e um digital, sendo

este, muitas vezes, considerado como dicionário informal⁹, com exceção de dicionários consagrados que também circulam em outras mídias, como o Aurélio e o Houaiss, por exemplo.

Trabalhando coletivamente, verificamos, em alguns dos dicionários trabalhados, a existência de formulações que atribuem sentidos depreciativos para *sujeito*. Relacionamos, para tanto, as seguintes acepções:

- *Houaiss* (pej.): homem malvisto; pessoa indeterminada cujo nome não se diz. Que possui fatores ou predispõe a algo negativo. No sentido etimológico da palavra: lat. *Subjectus*, a, um, posto debaixo, colocado, situado abaixo.
- *Minidicionário Gama Kury*: (deprec.) Indivíduo qualquer; tipo.

Dicionário da Academia Brasileira de Letras: Homem, indivíduo, pessoa (Ex.: Quem é esse sujeito com quem você está ficando?)

Diante desses sentidos, buscamos compreender os gestos de interpretação em torno da significação de sujeito que ressoa ao nosso redor e concluímos que esses sentidos se filiam a uma memória discursiva engendrada pela etimologia da palavra, que se atualizam nos usos de hoje.

Na sequência, propusemos aos alunos uma reflexão sobre o sentido da palavra história, por compreender “o dicionário – e a gramática – como parte da relação entre sociedade e a história” (NUNES, 2008, p. 110). Nesse sentido, indagamos sobre “quem faz a história?”, obtendo respostas como: o autor, o historiador, o escritor. Após um debate, chegamos à conclusão de que quem faz a história é o “homem”.

Discorremos a respeito do termo sujeito enquanto homem, indivíduo, pessoa, até que os alunos chegaram ao significante cidadão. Nes-

⁹ De acordo com Oliveira (2018, p. 308), os dicionários informais são os “dicionários em processo, construídos em plataformas da internet sem a intervenção de profissionais da lexicografia e cujos dicionaristas potenciais são falantes da língua descrita. Esses instrumentos deslocam sentidos sobre a língua e sobre o dicionário enquanto instrumento linguístico”.

⁸ Sobre a política nacional de aquisição de livros didáticos, ver Sarian (2012).

ta direção, concluímos que o “primeiro passo” - ação - para que uma pessoa se torne um cidadão é a emissão da certidão de nascimento. Tornando-se cidadão, há que se viver em sociedade. Com exposições que os conduzissem à reflexão, os alunos perceberam que estávamos falando de um sujeito-histórico-social. Concluímos que é através da língua/linguagem que o homem/sujeito se constitui histórica e socialmente.

Assim, consideramos pertinente conduzir nossos alunos a uma viagem no tempo através da história. Utilizamos como recurso a projeção do texto digitalizado, para que toda a classe pudesse acompanhar a leitura, discussão e análise do dicionário de Bluteau. A disposição gráfica e a forma de escrita do título chamaram, de imediato, a atenção dos alunos, devido à linguagem em uso na época. Nesse sentido, Nunes nos orienta que “ao analisarmos textos de épocas diferentes, poderemos observar as transformações dos processos discursivos em jogo e, por conseguinte as modificações das práticas de leitura, das histórias de leitura e das histórias dos sujeitos-leitores” (NUNES, 1992, p. 33).

Dando sequência aos nossos objetivos, buscamos o verbete sujeito neste material, para uma análise comparativa com os demais dicionários. Porém, primeiramente, fizemos uma observação quanto a sua estrutura. O referido material é denominado originalmente como Dicionario da Lingua Portuguesa, traz como autoria a inscrição “Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro”. Organizado em duas partes, a primeira parte vai de A a K e a segunda, de L a Z.

A autoria causa estranhamento aos alunos pelo fato de um padre se encontrar na função-autor, ocupando a posição de lexicógrafo. Embora já havíamos visto sobre a questão de autoria anteriormente, houve a necessidade de retomarmos algumas considerações.

O verbete sujeito, em Bluteau, se encontra na segunda parte do dicionário, na página 429, dividido em duas partes, sendo primeira-

mente como verbo e depois como substantivo. Enquanto verbo, temos:

sujeito part. pass. irregular de sujeitar; reduzido à sujeição, subjugado, reduzido ao senhorio, domínio, mando, obediência § Sujeito a algum dano, risco, i. e. exposto ao estado de sofrer § Docil, obediente, obsequioso, v. g., cavalo -, escravo -, vontade sujeita á razão, á lei. § Domado”¹⁰.

Na definição como substantivo, o texto se encontra pouco legível em algumas partes, então, nos limitamos ao registro dos termos sobre os quais tivemos clareza quanto à legibilidade:

Sujeito, s.m. hum sujeito, i.e., pessoa que não se nomeia § objecto, assumpto de que trata em alguma arte, discurso, poema, historia, [...] vassalo. Fala do Cardeal D. Henrique a el Rei D. Sebastião vossos vassalos, e sujeitos §sujeito da proposição, o termo de quem se afirma ou nega algum attributo. [...]. Em latim subjectum (dias, 1798, p. 429).

Durante a leitura do verbete, os alunos procuravam decifrar os escritos e simultaneamente íamos fazendo as devidas considerações, relacionando-as com os verbetes vistos anteriormente, em outros dicionários.

Estabelecendo uma correlação com os dicionários que foram analisados nas atividades que precederam a esta, vimos uma semelhança entre alguns dos sentidos atribuídos a sujeito nos dicionários contemporâneos, muito embora tenham sido produzidos em diferentes condições de produção e em uma linguagem distinta da que temos atualmente.

Nessa direção, retomamos o verbete retirado do Minidicionário Gama Kury da Língua Portuguesa (2006), que apresenta as seguintes acepções:

¹⁰ Mantivemos a escrita conforme consta no próprio dicionário.

Sujeito adj. 1. Dependente, subordinado, submisso. 2. Sem vontade própria; obediente, dócil. 3. Exposto. 4. Suscetível de. S. m. 5. Indivíduo indeterminado, ou de quem se omite o nome. 6. (Deprec.) Indivíduo qualquer; tipo. 7. (Gram.) termo da oração a respeito do qual se anuncia alguma coisa. **Su.jei.to.** (KURY, 2006, grifo do autor).

Percebemos que o significante dócil, registrado em Bluteau como docil, aparece em somente um dos dicionários trabalhados, o Minidicionário Gama Kury da Língua Portuguesa, na acepção 2 - Sem vontade própria; obediente, dócil -, sendo, assim, silenciado nos demais. Foi no decorrer da pesquisa que um dos alunos se atentou para esse fato, despertando o interesse de outros alunos que se dispuseram a averiguar tal constatação.

Em Bluteau, podemos ler a sequência: Docil, obediente, obsequioso. Percebe-se a semelhança entre as definições nos dois dicionários em pauta, ainda que obsequioso compareça apenas em Bluteau, que pode ser compreendido como aquele que é prestativo, que se propõe a ajudar, portanto, dócil.

Vimos ainda que o significante dócil, em Bluteau, pode estabelecer uma relação com o significante domado, pois o mesmo sucede os significantes escravo e cavalo, os quais guardam uma memória discursiva de que são suscetíveis a serem domados, portanto, dóceis. Nessa direção, podemos concluir que o significante sujeito aciona uma memória discursiva que tende à produção de sentidos negativos produzidos historicamente, conforme vimos no decorrer deste estudo.

Em Bluteau, destacamos a acepção pessoa que não se nomeia, a qual os alunos estabeleceram correspondência com os termos encontrados nos dicionários trabalhados anteriormente, como: qualquer pessoa desconhecida e pessoa indeterminada cujo nome não se diz principalmente.

Interpelados em relação a Bluteau sobre a definição referente a sujeito como “reduzido

ao senhorio, domínio, mando, obediência”, um aluno estabeleceu a relação entre Bluteau e Houaiss, associando o termo enquanto adjetivo, conforme propõe este material: que se submete ao poder ou vontade dos outros. Ainda nesse sentido, outro aluno disse que “tinha que ser dócil, obediente e subordinado ao rei”, sendo que ao rei é atribuído o poder, conseqüentemente, a vontade do rei há que ser realizada. Estabeleceu-se, assim, uma relação com a expressão utilizada na dedicatória, em Bluteau, a qual se encontra na página ii e que subscreve “Ao muito alto, e muito poderoso Príncipe Nosso Senhor”. E repete: “Muito alto, e muito poderoso Príncipe e Senhor Nosso Príncipe”.

A fim de concluirmos esta atividade, conduzimos os alunos a estabelecerem uma relação com o sujeito gramatical em Bluteau e nos outros dicionários mais atuais. Depois de algumas exposições, foi mencionado o significante termo, que aparece nos dicionários analisados na acepção que traz a abordagem gramatical, como “Termo da oração...” ou “Termo sobre o qual ...”, com exceção o dicionário Saraiva Junior (2012), que significa sujeito como “aquele que faz uma ação representada pelo verbo”. Definição esta filiada à concepção de Perini¹¹ (2005, p. 77, grifo do autor): “sujeito é o termo da oração que está em relação de concordância com o NdP”, a qual compreendemos como uma das sustentações para o conceito apontado por Cereja e Magalhães (2015), autor do livro didático em uso na escola e um dos objetos da nossa pesquisa.

Ao término desta atividade, estendemos nossa visão em relação à importância do trabalho com os dicionários na escola para além da consulta, podendo pré-avaliar a dimensão produtiva desta abordagem.

11 Observamos que o referido autor é uma das referências que se encontra em Cereja e Magalhães (2015).

Considerações Finais

Com esta atividade, tivemos a oportunidade de desenvolver um trabalho com o dicionário de um modo diferente do que vínhamos mobilizando ao longo de nosso trabalho como docente - o dicionário como instrumento direcionado à consulta, exercendo uma função pedagógica.

[...] os dicionários exercem um papel mais restrito (se comparado às gramáticas), limitando-se muitas vezes apenas a consultas ortográficas e a constatações da presença de uma determinada palavra ou de uma informação linguística nessa obra, assegurando-lhes legitimidade (supõe-se que o dicionário contém todas as palavras de uma língua). Visto que uma das suas primeiras funções foi a pedagógica, ela se sobressai, minimizando o papel dos dicionários como objeto social e cultural, portanto, elaborado numa perspectiva histórico-social, que representa a relação dos falantes com a língua e os diferentes modos de produzir conhecimento sobre ela (DIAS; BEZERRA, 2006, p. 19).

Nesse sentido, acreditamos que demos um passo rumo à desestabilização desses saberes cristalizados sobre esse instrumento em sala de aula. Adquirimos a compreensão de que é possível trabalhar este instrumento de forma que

[...] Desenvolver uma prática de leitura do dicionário na instância da formulação do sentido, da produção do imaginário, é trabalhar o logicamente estabilizado de forma a produzir rupturas; é situar o sujeito nessa rede discursiva, que produz o efeito de completude, de estabilidade, de imobilidade das línguas, é trabalhar a autoria do sujeito escolarizado (SILVA, 2003, p. 117).

Nossos alunos reconheceram o dicionário como portador de um conhecimento sobre a língua e o compreenderam como fonte do saber sobre a nossa língua, à medida que observaram, dentre outros aspectos, que há, nos dicionários, uma regularidade que produz o efeito de repe-

tição, porém, perceberam que não há nenhum dicionário idêntico ao outro. Encontramos repetições, mas produzidas em diferentes condições de produção, o que nos remete a Pêcheux (1982, p. 115) quando afirma que “[...] repetição nunca significou retorno ao mesmo”.

Desse modo, desestabilizamos “o aspecto meramente instrumental do dicionário, para tomá-lo em seu aspecto material” (SARIAN, 2013, p. 239). Assim, colocamos “em xeque a visão fixista de dicionário, que objetiva e estabiliza a língua, apagando seu movimento na constituição dos sentidos e de sua historicidade” (Ibidem, p. 239).

Esses gestos de leitura realizados em sala de aula nos impulsionaram com otimismo, pois, em Nunes, aprendemos que:

Ler o dicionário é saber que há certos sentidos que aparecem e se sedimentam, se estabilizam, mas ao mesmo tempo é saber que eles sempre estão sujeitos a serem outros, sempre estão sujeitos aos equívocos, aos deslizamentos de sentido, às contradições entre diferentes posições de leitura (NUNES, 2010, p. 12).

Aprendemos, por fim, que um dicionário é um lugar de memória que se constrói através da língua, portanto, um lugar extremamente produtivo para a aprendizagem da língua, sobretudo, na perspectiva de seu funcionamento, no batimento com sua estrutura.

REFERÊNCIAS

- AUROUX, S. A revolução tecnológica da gramatização. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- BECHARA, Evanildo (org.). Dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras. 3 ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2011.
- BELONI, E. R. C. N. Da organicidade ao funcionamento da língua: uma proposta de ressignificação do ensino de sintaxe no ensino fundamental. 2021. Dissertação (Mestrado em

Letras) - Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Letras, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2021a. Disponível em: <http://portal.unemat.br/index.php?pg=site&i=profletras-caceres&m=dissertacoes>. Acesso em: 10 mar. 2022.

BELONI, E. R. C. N. Sentidos em funcionamento no ensino de sintaxe: gestos de autoria na imbricação de diferentes linguagens. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 10., 2021b, Recife. Anais eletrônicos. Recife: UFPE, 2021. Disponível em: https://www.discursousead.com.br/files/ugd/27fcd2_a1fbaf830cc34ac69fc113467a6b9ab7.pdf. Acesso em: 15. mar. 2022.

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. Português linguagens 8º ano. 9.ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2015.

DIAS, L. F.; BEZERRA, M. A. Gramática e dicionário. In: GUIMARÃES, E.; ZOPPI-FONTANA, M. (org.). Introdução às ciências da linguagem: da palavra à frase. Campinas: Pontes, 2006. p. 11-37.

GEIGER, P. (org.). Caldas Aulete: minidicionário contemporâneo da língua portuguesa. 3 eds. Rio de Janeiro: Lexikon, 2009.

GIACOMINI, G. I. A obra lexicográfica de Francisco da Silveira Bueno. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2007. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/86594/giacomini_gi_me_sjrp.pdf;jsessionid=500E-D145E37A4F471997EFCCA3C753E2?sequence=1. Acesso em: 15 jun. 2020.

HOUAISS, A. (org.); VILLAR, M. de S. (ed. resp.). Dicionário Houaiss conciso. São Paulo: Moderna, 2011.

KURY, A. da G. Minidicionário Gama Kury da Língua Portuguesa. São Paulo: FTD, 2006.

MEDEIROS, C. S. A materialidade da imagem

e a ideologia no discurso da mídia do espetáculo. Tecnologias de linguagem e produção do conhecimento, Santa Maria, v. II, p. 91-100, dez. 2009. E-book. Disponível em: http://w3.ufsm.br/hipersaberes/volumeII/textos_pdf/TXTS_PDF/CACIANE_MEDEIROS.pdf Acesso em: 20 out. 2020.

MOURA, J. R. F. de. Capas do jornal Meia-Hora: uma análise discursiva do verbal e do não verbal. 2015. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://silo.tips/download/universidade-federal-do-rio-de-janeiro-capas-do-jornal-meia-hora-uma-analise-dis>. Acesso em: 10 nov. 2020.

NECKEL, N. R. M. Tessitura e tecedura: movimentos de compreensão do artístico no audiovisual. 2010. 226f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

NUNES, J. H. Dicionários: história, leitura e produção. Revista de Letras, Universidade Católica de Brasília, v. 3, n. 1/2, p. 6-21, dez. 2010. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RL/article/view/1981>. Acesso em: 17 out. 2020.

NUNES, J. H. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. Letras, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107-124, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11982>. Acesso em: 05 nov. 2019.

NUNES, J. H. Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp, 2006.

NUNES, J. H. A construção dos leitores nos discursos dos viajantes missionários. 1992. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992. Disponível em: <http://>

repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270688 Acesso em: 15 maio 2020.

OLIVEIRA, A. P. de; SILVA, N. M. da; SILVA, V. R. M. e. Contribuições da disciplina Gramática, Variação e Ensino para o uso de dicionários como instrumentos linguísticos e discursivos. In: SANTOS, L. I. S.; MACIEL, R. F.; FORTILI, S. de C. (org.). Formação docente e ensino de Língua Portuguesa: resultados e perspectivas do/no Profletras Região Centro-Oeste. Sinop: Editora Unemat, 2017. p. 137-148, v. 4. (Coleção Sala de Letras).

ORLANDI, E. P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 12 ed. Campinas: Pontes, 2015.

ORLANDI, E. P. Uma prática de ensino transversal. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, n. 29, p. 11-22, 2012. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao29/artigo1.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

ORLANDI, E. P. *Língua brasileira e outras histórias: discurso sobre a língua e ensino no Brasil*. Campinas: RG, 2009.

ORLANDI, E. P. *Língua e conhecimento linguístico*. Campinas: Pontes, 2002.

ORLANDI, E. P. (org.). *História das ideias linguísticas: construção do saber metalinguístico e construção da Língua Nacional*. Campinas: Pontes; Cáceres: Editora da Unemat, 2001.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2.ed. Campinas: Pontes, 1987.

ORLANDI, E. P. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

ORLANDI, E. P. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2.ed. Campinas: Pontes, 1987.

PÊCHEUX, Michel (1982). Ideologia – aprisionamento ou campo paradoxal? Tradução de Carmen Zink. In: ORLANDI, E. P. (org.).

Análise de discurso: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011. p.107-119.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

PFEIFFER, C. R. C. Que autor é este? 1995. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de pós-graduação em Linguística, Universidade de Campinas, 1995. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270699>. Acesso em: 01 dez. 2019.

PETRI, V. Gramatização das línguas e instrumentos linguísticos: a especificidade do dicionário regionalista. *Línguas e Instrumentos Linguísticos*, Campinas, n. 29, p.23-37, 2012. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao29/artigo2.pdf>. Acesso em: 15 out. 2020.

RAMOS, Rogério de Araújo (ed. resp.). *Dicionário didático de língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: SM, 2011.

ROSA, V. C. da. O dicionário como espaço de produção de sentidos nas aulas de língua portuguesa. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Letras, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2016. Disponível em: portal.unemat.br/?pg=site&i=profletras-caceres&m=dissertaçõesdefendidas&c=dissertacoes-defendidas-em-2016. Acesso em: 08 out. 2019.

SARAIVA, K. S. de A.; OLIVEIRA, R. C. G. de. *Saraiva Junior: dicionário da língua portuguesa ilustrado*. São Paulo: Saraiva, 2012.

SARIAN, Maristela Cury. A injunção ao novo e a repetição do velho: um olhar discursivo ao Programa Um Computador por Aluno (PROUCA). 2012. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-graduação em Linguística, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/270532>. Acesso em: 15 nov. 2021.

SARIAN, M. C. O imaginário de completude em prefácios de dicionários monolíngues do português brasileiro. In: DALLA PRIA, A. et al. (org.). Linguagem, escrita e tecnologia. Campinas: Pontes, 2013. p. 239-247.

SILVA, A. de M. Dicionário da língua portuguesa. Composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado e acrescentado por Antônio de Moraes e Silva. Tomo Primeiro. Lisboa, 1798. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5412>. Acesso em: 05 maio 2019.

SILVA, M. V. da. Instrumentos linguísticos: língua e memória. Letras: Revista do Programa de Pós-graduação em Letras, n. 27. p. 111-119, dez. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11904>. Acesso em: 28 nov. 2018.

SILVA, M. V. O dicionário e o processo de instrumentação do sujeito-analfabeto. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). Língua e cidadania: o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996. p.151-162.

SILVEIRA, V. F. P. da. Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos. Santa Maria: PPGL-Editores, 2010.

SOUZA, C. R. de; PACÍFICO, R. M. S. Sujeito e autoria no contexto escolar: contribuições da Análise do Discurso. Revista da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 68-84, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://pep-sic.bvsalud.org/pdf/rspagesp/v12n2/v12n2a08.pdf>. Acesso em: 05 out. 2020.

Submissão: junho de 2022.

Aceite: agosto de 2022.

“SER NORDESTINO”: MODOS DE DIZER, MODOS DE SIGNIFICAR

Evandra Grigoletto¹

Fabiele Stockmans De Nardi²

Fernanda Correa Silveira Galli³

Resumo: Na discursividade cotidiana, a palavra “nordestino” toma corpo e dá visibilidade às relações de linguagem atravessadas pela história e pela ideologia, as quais ultrapassam as questões geográficas e culturais naturalizadas socialmente. Com base na perspectiva teórica da análise do discurso pecheutiana, apresentamos uma reflexão sobre a rede de sentidos em torno da palavra “nordestino”, a partir da análise sobre os modos de dizer que implicam diferentes modos de significar. Nosso corpus analítico é composto por respostas ao enunciado “Em uma palavra, defina o que é ser NORDESTINO”, publicado nos Instagram Stories do perfil do Escutas, um projeto de extensão do NEPLEV/UFPE. Nas análises, discutimos os efeitos de sentido a partir de diferentes redes parafrásticas que se inscrevem na memória da nordestinidade.

Palavras-chave: Nordeste. Discurso. Sentidos. História. Ideologia.

“SER NORDESTINO”: WAYS OF SAYING, WAYS OF MEANING

Abstract: In daily discursivity, the word “nordestino” takes shape and gives visibility to the language relations crossed by history and ideology, which go beyond the socially naturalized geographical and cultural issues. Based on the theoretical perspective of Pecheu’s discourse analysis, we present a reflection on the network of senses around the word “nordestino”, based on the analysis of the ways of saying that imply different ways of meaning. Our analytical *corpus* consists of responses to the statement “In a word, define what it means to be NORDESTINO”, published in the Instagram Stories of the profile of Escutas, an extension project of NEPLEV/UFPE. In the analysis, we discuss the effects of sense from different paraphrastic networks that are inscribed in the memory of northeasternness.

Keywords: Nordeste. Discourse. Senses. History. Ideology¹

1 Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente na Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: evandra.grigoletto@ufpe.br

2 Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente na Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: fabiele.snardi@ufpe.br

3 Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente na Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: fernanda.galli@ufpe.br

Que é ser?

É ter um corpo, um jeito, um nome?

[...]

Sou obrigado a? Posso escolher?

(ANDRADE, 2016, p. 24)

Considerações iniciais

Este artigo é um desdobramento do trabalho que temos desenvolvido no âmbito do Escutas, projeto de extensão vinculado ao Núcleo de Estudos em Práticas de Linguagem e Espaço Virtual (NEPLEV), do Departamento de Letras (DL) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), por meio do qual buscamos intensificar o diálogo entre a universidade e a sociedade. No trabalho com as entrevistas e comentários de postagens realizadas pelo grupo do projeto, percebemos um interessante movimento que vem com a palavra, no jogo de palavras, num puxar a palavra para colocá-la em rede e fazer trabalhar seus efeitos de sentido. É a partir de uma postagem do Escutas na rede social Instagram que se constitui o corpus sobre o qual trabalhamos e procuramos reconstruir a rede de sentidos que se tece pela provocação do dizer sobre o ser nordestino. Mais especificamente, nosso corpus de análise é composto por respostas ao enunciado “Em uma palavra, defina o que é ser NORDESTINO”, publicado no Instagram Stories², do perfil do Escutas³.

A partir desse corpus, a proposta deste artigo é perseguir as redes parafrásticas que se constroem no jogo de palavras provocadas pelo enunciado, as quais nos permitem pensar no funcionamento mesmo da palavra em redes, nas repetições e deslizamentos que vão se produzindo ao unir uma palavra à outra, ao tomar uma palavra pela outra, produzindo efeitos de identidade-identificação entre as palavras e, por elas,

4 Trata-se de um dos recursos da rede social Instagram cujo objetivo é proporcionar a interação entre usuários, a partir de publicações (vídeos, fotos, textos, enquetes, perguntas, testes, etc.) que ficam disponíveis por 24 horas.

5 <https://www.instagram.com/escutas/>

dos sujeitos com esse traço comum de existência que os une: a nordestinidade. Nossa discussão, no entanto, começa pela forma de constituição de nosso corpus; de modo particularizado, pelo enunciado lançado como provocação ao dizer do sujeito e no qual se materializa um modo de dizer que aponta para uma suposta essencialidade do ser. Uma vez postado, o enunciado em análise fez surgir uma série de palavras encadeadas que dizem sobre o que seria o “ser nordestino”, remetendo para algo que aparece como elemento intrínseco a essas existências que se podem abarcar sob o rótulo nordestino, numa busca, ao mesmo tempo particular e coletiva, de algo que estaria na raiz desse ser.

O retorno ao enunciado e ao corpus construído a partir dele nos fez retomar discussões em torno da noção de sujeito e de sua relação com a língua(gem), dos processos de subjetivação e identificação, e da própria noção de singularidade, tal como poderia ser pensada pela AD, no sentido de nos permitir olhar para essa tensão entre o particular e o coletivo que se inscreve no dizer sobre “ser nordestino”. Partimos, para tanto, da consideração de que a subjetividade se constrói num imbricamento entre as ordens do simbólico e do imaginário, o que aponta para o fato de que aquilo que chamamos de identificação implica considerar o atravessamento dessas ordens no processo de constituição do sujeito. Conforme nos dizem Magalhães e Mariani (2010, p. 393), “falar implica incluir o lugar de onde se fala e a fala do Outro – lugar do simbólico –, mesmo que isso não seja transparente para o sujeito”. Ao trabalhar sobre os processos de subjetivação, as autoras insistem na necessidade de se considerar a distância entre as palavras e as coisas, ao pensar o funcionamento do significante, distância que implica considerar que o sujeito está “submetido a uma estrutura de linguagem, por um lado, e a sentidos já constituídos na historicidade e na memória, por outro”.

É, portanto, em sua relação com a linguagem que o sujeito se diz e se constitui, pela via

do imaginário e pela relação com a memória, o que nos permite investigar no corpus recortado os efeitos de sentido sobre “ser nordestino”. Nessa direção, consideramos a historicidade como constitutiva da linguagem, o “que não nos permite pensar na existência de um sentido literal, já posto, e nem mesmo que o sentido possa ser qualquer um, já que toda interpretação é regida por condições de produção” (LEANDRO-FERREIRA, 2020, p. 24). Questionar a evidência dos sentidos, desconfiar dos dizeres naturalizados sócio-historicamente, olhar para o que excede “um corpo, um jeito, um nome” (ANDRADE, 2016, p. 24), escutar os ditos e os não-ditos sobre “ser nordestino”, em sua singularidade, é o nosso propósito nesta reflexão.

Sobre “ser nordestino”: história, memória, pré-construído

À luz da análise de discurso pecheutiana, compreender os movimentos de sentido desencadeados pelo significante nordestino implica considerar o “ser nordestino”, como já sinalizamos, em sua historicidade, em uma trama discursiva que ultrapassa os limites territoriais e faz vir à tona sentidos circunscritos nas fronteiras do social, amparados ideologicamente e sustentados pelas relações de poder-dever-dizer. Os sentidos, desse modo, se produzem pelas possibilidades de (se) dizer, pelo funcionamento da memória discursiva na consolidação de um imaginário sobre o que é “ser nordestino”: memória como a “morada dos sentidos”, como o que “nos faz ser quem somos”, e, ao mesmo tempo, como “estrangeira em nossa própria casa” (LEANDRO-FERREIRA, 2012, p. 141-142), de modo a criar fissuras e desestabilizar os sentidos já postos.

Conceber a constituição do sujeito nordestino e(m) seu espaço geo-sócio-economicamente marcado, implica, portanto, compreender as contradições constitutivas de/sobre nordestinidade, a partir das quais os sentidos emergem. Assim, ao compreendermos o espaço empírico

como da ordem do discursivo, compreendemos também que é por meio das relações de forças, de sentidos e de antecipação, “sob o modo do funcionamento das formações imaginárias, [que] podemos ter muitas e diferentes possibilidades regidas pela maneira como a formação social está na história.” (ORLANDI, 2001, p. 41). É, então, nessas relações discursivas que os jogos de imagem fazem intervir os pré-construídos sobre “ser nordestino”, “como se esse elemento já se encontrasse aí”, por efeito da interpelação ideológica, conforme propõe Pêcheux ([1975], 2009, p. 89).

Nessa medida, memória e imaginário “asentam-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, na nossa perspectiva, pelas relações de poder” (ORLANDI, 2001, p. 40). A construção de um imaginário sobre o nordeste brasileiro, segundo o historiador Albuquerque Júnior (2009), se dá a partir dos discursos hegemônicos que sempre circularam a respeito desse espaço geográfico e funcionaram como estereotipização do (“ser) nordestino”. Nas palavras de Albuquerque Júnior, o discurso da estereotipia se configura como

[...] um discurso assertivo, repetitivo, é uma fala arrogante, uma linguagem que leva à estabilidade acrítica, é fruto de uma voz segura e auto suficiente que se arroga no direito de dizer o que o outro é em poucas palavras. O estereótipo nasce de uma caracterização grosseira e indiscriminada do grupo estranho, em que as multiplicidades e as diferenças individuais são apagadas, em nome de semelhanças superficiais do grupo. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009. p. 30)

O estereótipo funciona pela simplificação do outro, sua redução a um conjunto de marcas constantes e identificáveis que parecem forjar, para o sujeito, a ilusão de dizer o outro, conhecê-lo por inteiro (DE NARDI, 2007). Para Bhabha (1998), trata-se o estereótipo, em sua fixidez, de uma das armas do discurso colonial, uma de suas principais estratégias discursivas. Parece-nos interessante, no entanto, como o au-

tor, ao tratar a questão, aponta para a ineficácia de se negar o estereótipo, ao considerar que esse discurso já produziu os seus efeitos, os quais se fazem ver como marcas no corpo, na língua, no espaço, nas formas de o sujeito (se) dizer. Por isso, “Bhabha propõe que nos disponhamos a analisar os processos de subjetivação tornados possíveis através do discurso do estereótipo” (DE NARDI, 2007, p. 69 - grifos da autora), o que nos leva a considerar, a partir do que sobre a subjetivação formulamos anteriormente, que se trata, em nosso caso, de escutar como faz eco esse discurso no modo de os sujeitos dizerem sua nordestinidade, enquanto condição de (re) ex(s)istência.

Assim, apesar do apagamento e da não “visi/dizibilidade” das questões físicas, geográficas e econômicas⁴, o nordeste brasileiro existe e resiste como uma “vasta região ensolarada, cheia de vida, de calor humano e de musicalidade, espaço sociopolítico diferenciado e contrastante, carente, pesado, responsável pela existência de tantos problemas, misérias e conflitos.”, tal como descreve Rago (1996, p.13). Trata-se, portanto, de um nordeste heterogêneo, diverso, múltiplo, vivaz, ou seja, de um espaço “simbólico, sítio de significação” que envolve sujeitos e significantes (ORLANDI, 2004, p. 41), mas sobre o qual os estereótipos sempre retornam, ressoam como rastros da memória que sempre “recorta os sentidos e os atualiza no acontecimento da linguagem” (LEANDRO-FERREIRA, 2012, p. 145), expondo o paradoxo memória-esquecimento.

Ao retomar Pêcheux, Milán-Ramos e Baldini (2000, p. 66) apontam que a singularidade, pensada a partir da compreensão de um sujeito material, que se produz como efeito do ritual sempre com falhas da interpelação de que nos fala Pêcheux, “necessita ser pensada no lugar de “uma negociação entre o choque de um aconte-

cimento histórico singular e o dispositivo complexo de uma memória” (PÊCHEUX, [1983], 1999, p. 51); acontecimento histórico singular, dizem os autores, que “supõe tanto o acontecimento do equívoco na língua (em contato com a história) como o acontecimento-no-mundo”. Esse modo de pensar a singularidade leva os autores a falar do real do sentido e de pensar o real produzido pela eficácia do imaginário, o que, entendemos, nos permite compreender essa “nordestinidade” cujos efeitos procuramos observar e que, em nosso corpus retorna, pelos significantes, numa busca por esse “ser” sempre reafirmado que, de alguma forma, se enrosca em uma ilusão de unidade/essencialidade.

Compreendemos, portanto, que esse imaginário sobre o nordeste brasileiro de que nos fala Albuquerque Júnior (2009) é parte do dispositivo complexo de uma memória no interior do qual se negociam os sentidos sobre o nordeste, o nordestino, a nordestinidade. A memória é a “condição do legível em relação ao próprio legível”, nos diz Pêcheux ([1983], 1999, p. 52), ao fazer laço entre a memória e os “implícitos” que precisam ser recuperados diante de um texto que se oferece como objeto a ser lido. Isso que se nomeia por implícitos são os pré-construídos, os discursos transversos etc, que Pêcheux se pergunta, então, como encontrar, buscando resposta para o seu questionamento nas reflexões de Pierre Achard e sua noção de regularização pela qual se pode pensar nos processos parafrásticos que acabam por desembocar no estereótipo.

Mas a recorrência do item ou do enunciado pode também (...) caracterizar uma divisão da identidade material do item: sob o “mesmo” da materialidade da palavra abre-se, então, o jogo da metáfora, como outra possibilidade de articulação discursiva... Uma espécie de repetição vertical em que a própria memória esburaca-se, perfura-se antes de se desdobrar em paráfrase. (PÊCHEUX, [1983], 1999, p. 53).

A seguir, buscamos compreender em nosso corpus como os diferentes modos de dizer o

6 No prefácio de A invenção do nordeste e outras artes, Rago (1996, p. 13) aponta: “Até meados da década de 1910, o Nordeste não existia. Ninguém pensava em Nordeste, os nordestinos não eram percebidos, nem criticados como uma gente de baixa estatura, diferente e mal adaptada.”

“ser nordestino” produzem, nas redes parafrásticas, diferentes modos de significar a memória sobre a nordestinidade, bem como fazem vir à tona as diferentes formas de subjetivação.

Sobre “ser nordestino”: história, memória, pré-construído

A palavra, como nos ensinou Pêcheux, nunca é neutra: “[...] as palavras mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam” (HAROCHE, PÊCHEUX, HENRY [1971], 2007, p. 26). E aqueles que as empregam são sujeitos sócio-historicamente situados, interpelados pela ideologia e atravessados pelo inconsciente. Por isso, ao empregarem uma palavra e não outra, o fazem sob a evidência do ideológico⁵ e sob a eficácia do imaginário, crendo-se na origem do sentido. A luta ideológica de classes, diz Pêcheux ([1978], 2011, p. 273) “é uma luta pelo sentido das palavras, expressões e enunciados”. Pensar a palavra no campo da AD, portanto, implica considerá-la como parte da língua, pensada a partir do seu real, como um sistema de regras atravessado pela falha, entendendo que a apreensão da palavra se faz sempre a partir de um gesto de leitura que, longe de ser reconhecimento de um já-dado, faz trabalhar sujeitos e sentidos nessa trama densa que sempre é um discurso e os modos como se dá a ler.

Em nosso gesto de leitura sobre o corpus em análise, compreendemos que a rede parafrástica que se cria pelo jogo de palavras em torno de

“ser nordestino” revela os fios sempre enredados desse dispositivo pelo qual se sustenta a rede de discursos sobre o nordeste e a nordestinidade. O que se diz aqui, portanto, aparece, de alguma forma, como resposta ao movimento não novo, mas constantemente atualizado, de retomada desse discurso de/sobre (MARIANI, 1998), que produz a inferiorização desses sujeitos por sua vinculação a um espaço geográfico-social imaginado. Dizer, portanto, que ser nordestino é X ou Y é se inscrever numa rede de memória que disputa sentidos sobre esse sujeito e, por sua vez, sobre essa região do país, muitas vezes esquecida pelas políticas públicas. Há, como já mostramos, um pré-construído sobre o sentido do que é ser nordestino que se sedimentou ao longo da história. E esse sentido que se coloca na matriz das redes parafrásticas, de diferentes palavras, que definem o “ser nordestino”, aponta para um lugar de subalternidade desse sujeito, de modo que, mesmo quando ele é definido como um sujeito forte, corajoso, resistente etc, ele o é apesar das dificuldades, as quais definem sua essência/existência.

Podemos iniciar nossa reflexão nos perguntando por que é preciso “definir o que é ser nordestino”, formulação que norteou a coleta do corpus que ora analisamos. Será que nos perguntamos, ou precisamos refletir, por exemplo, sobre o que é ser paulistano, mineiro, sulista etc? Por que precisamos responder sobre a essencialidade desse sujeito que habita uma determinada região de nosso país? Por que os nordestinos precisam dizer sobre o “orgulho de ser nordestino”? Para avançarmos nessa discussão, vamos apresentar nosso corpus.

Vejamos a primeira figura, que se constitui do enunciado “Em uma palavra, defina o que é ser NORDESTINO” publicado no Instagram Stories, o qual deu origem à rede parafrástica de palavras e expressões que dizem sobre “ser (sujeito) nordestino”.

7 Gadet e Pêcheux ([1981] 2004, p. 57), ao se debruçarem sobre a noção saussuriana de valor, nos falam sobre as “duas faces” da obra do linguista, colocando em cena a poesia que habita toda língua e, com ela, um sistêmico capaz de subversão, que, entendemos, transborda na equivocidade. A palavra, assim, trazida para o espaço do significante, da primazia do significante, se oferece enquanto campo aberto de uma luta ideológica pelos sentidos, luta que se trava a partir da insistência em reafirmar que nem o referente, nem o sujeito do discurso e o outro, e seus lugares, existem enquanto tais no que Pêcheux chama de “condição pré-discursivas do discurso” (PÊCHEUX [1969], 1997, p. 85).



Figura 1 - “Em uma palavra, defina o que é ser NORDESTINO”, enunciado publicado no

Instagram Stories do perfil @Escutas, em 01 de abril de 2022.

Para que fosse apresentado o enunciado que provocou as respostas que compõem o *corpus* deste artigo, partimos de outros enunciados, como “orgulho de ser nordestino” e “tinha que ser nordestino”, “tinha de ser de pernambuco”, bem como de imagens (Lampião, cactus, religiosidade, o chapéu do cangaceiro) e palavras (paraíso turístico, belas praias, pobreza...) interpelando os seguidores do perfil a definir, *em uma palavra, o que é ser nordestino*. Em estudos sobre o funcionamento das palavras no dicionário, autoras como Petri (2018, p. 10) e Silva (2003) observaram que funciona, nesses objetos linguísticos, um efeito de “palavra-puxa-palavra”. Deslocando essa reflexão para o nosso *corpus*, ainda que as redes tenham como característica a dispersão, a difusão das palavras e dos sentidos, a palavra nordestino puxa palavras/enunciados/imagens como os citados, uma vez que elas circulam no imaginário social e constituem a memória do “ser nordestino”, sedimentando, ao longo da história, sentidos sobre esse sujeito e essa região do país, o nordeste.

Trata-se de sentidos muitas vezes carregados de estereótipos, os quais já produziram seus efeitos, como nos diz Babha (1998), mar-

cando-se no corpo, na língua, nas formas de o sujeito (se) dizer. E, ao (se) dizer nordestino, em uma palavra ou expressão, esses sujeitos se subjetivam, (re)produzem sentidos que se inscrevem na contradição, que dizem sobre a luta de classes, materializada em dizeres sobre o nordeste e sua gente, a exemplo de “o nordeste é um paraíso turístico, mas local de muita pobreza e gente ignorante”; “os nordestinos devem se orgulhar de sua naturalidade, mas são sujeitos subalternizados”. E assim vai se discursivizando uma rede parafrástica em torno de algumas palavras e imagens que definem o “ser nordestino”, as quais não surgiram nessa postagem, nem nas respostas a esse enunciado, mas que foram se naturalizando ao longo dos anos, principalmente pelo modo como o outro, que não é o nordestino, diz sobre esse sujeito.

Nas palavras de Albuquerque Júnior (2009), o nordeste sempre foi discursivizado como a região do país em que os milhares de sertanejos saem do sertão em busca de uma vida melhor no litoral, a seca é causadora de calamidades ano após ano, a pobreza concorre com as belezas naturais, o índice de analfabetismo é o maior do país, dentre outras representações sedimentadas no universo social. Portanto, esse modo de dizer o nordeste e a sua gente nordestina, na maioria das vezes de forma estereotipada, produz um discurso homogeneizante, que reduz o “ser nordestino” a um sujeito da resistência, da resiliência, da inferioridade, da luta, que é forte e corajoso, alegre e acolhedor, apesar de todas as adversidades a que está submetido, o que apaga muito da diversidade, da heterogeneidade e da singularidade que o caracterizam.

O que vemos funcionar nas postagens abaixo, em resposta ao questionamento provocado na rede social Instagram, é o efeito metafórico, definido por Pêcheux como “[...] o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, para lembrar que esse “deslizamento de sentido” entre *x* e *y* é constitutivo do “sentido” designado por *x* e *y*; esse efeito é característico dos sistemas linguísticos “naturais”.

(PÊCHEUX [1969], 1997, p. 96, grifos do autor). Nesse jogo de substituição, nordestino é x ou y , os sentidos deslizam, mas mantêm-se, neste primeiro recorte, sob o efeito de uma mesma matriz de sentido, que inscreve o nordestino numa trajetória de sentidos pela qual se produz a nordestinidade como sinônimo de resistência. Nordeste é, conforme vemos na Figura 2: *Corajoso, Força, Ser resistência! Ao preconceito e à marginalização, Forte, Luta, resiliência*.



Figura 2 - Conjunto de respostas ao enunciado “Em uma palavra, defina o que é ser NORDESTINO”, publicado no Instagram Stories do perfil @Escutas, em 01 de abril de 2022.

Nesse primeiro conjunto de respostas, nos chama a atenção o deslizamento de sentidos que se dá pela escolha em responder com substantivos (força, luta, resiliência), os quais mantêm um paralelismo sintático com a formulação que pedia um complemento (nordestino é...), com adjetivos (forte, corajoso), ou com um verbo (ser), que precisa de complemento (resistência), que pede os adjuntos (ao preconceito e à marginalização). Para além do deslizamento de ordem gramatical, o que vemos funcionar aqui é um pré-construído sobre o ser nordestino que sustenta esses dizeres: o nordestino sofre preconceito, é um sujeito marginalizado. Logo, precisa

ser forte e corajoso, ter força e resiliência para lutar contra todas as formas de preconceito e marginalização. Merece destaque sobretudo a substituição contextual de “o” por “x” em corajoso, inscrevendo sentidos que vêm da luta por uma língua não sexista e mais inclusiva, do movimento LGBTQIA+, no interior da trajetória de sentidos que constroem uma memória sobre a nordestinidade.

Nesse jogo de diferentes efeitos metafóricos que funcionam nessa rede parafrástica em torno do significante nordestino, a memória tem um papel fundamental, pois, ao mesmo tempo em que faz retornar os pré-construídos acerca dessa palavra, ela esburaca-se, como diz Pêcheux (1983), abre para outras possibilidades de desdobramentos de sentido, como é o caso, aqui, de corajoso. Dentre essas possibilidades, vemos emergir um sujeito nordestino que se constitui na movência, que não se enquadra e não é mais um, que transita em espaços que ultrapassam o regime heteronormativo hegemônico, permitindo-se transgredir e se reinventar, em seu modo outro de subjetivação que se dá por meio da língua(gem). Nordeste é, portanto, metáfora de resistência, de luta, de força, de resiliência, sentidos que ultrapassam a condição de sujeitos pertencentes a uma determinada região geográfica. Se dizer sujeito de luta, sujeito de resistência é uma forma desses sujeitos subjetivarem-se, insistirem na sua (r)existência.

Vejamos o outro conjunto de respostas:



Figura 3 - Conjunto de respostas ao enunciado “Em uma palavra, defina o que é ser NORDESTINO”,

publicado no Instagram Stories do perfil @Escutas, em 01 de abril de 2022.

As respostas que compõem esse segundo conjunto formam outra rede parafrástica de sentidos que se inscrevem na memória do dizer sobre “ser nordestino”. A memória da nordestinidade, dessa vez, no entanto, não está mais marcada pela resistência, mas sim pela afetividade desse sujeito: nordestino é... acolhedor, alegre, feliz, agoniado, animado. Num efeito de “palavra-puxa-palavra”, a rede parafrástica aqui se organiza somente em torno de adjetivos, apontando para três direções de sentido: do acolhimento, da alegria e da agonia. Tais características, de modo diverso da rede parafrástica anterior, dizem sobre um modo de ser que está na essência desse sujeito, e que, lidas na superficialidade, ou de modo literal, nada tem a ver com o sujeito da resistência do recorte anterior. No entanto, quando colocamos em relação o dito e o não-dito, quando consideramos a memória e os sentidos estereotipados sobre o “ser nordestino”, abrem-se outras possibilidades de leitura. A memória, mais uma vez, esburaca-se, e os sentidos deslizam, produzindo outros efeitos metafóricos: apesar de todo o sofrimento, da marginalização a que estão submetidos, esses sujeitos são felizes e acolhedores em sua essência.

Assim, num jogo entre se dizer e ser dito como nordestino pelo outro, vão se construindo redes parafrásticas de palavras que definem esse sujeito, que o inscrevem numa memória histórica, mas também discursiva, que reproduz um sentido dominante sobre quem são, como agem, como se comportam os sujeitos que habitam a região nordeste do Brasil. Mais do que o nordeste que habitamos e os nordestinos com quem vivenciamos ricas experiências no cotidiano, esses discursos reproduzem um nordeste inventado, a partir de muitos mitos e estereótipos que precisam ser desconstruídos, como mostra Albuquerque Júnior (2009). As experiências culturais, por exemplo, tão ricas nessa região do país, foram mencionadas em apenas duas respostas, que não analisamos nesta abordagem.

Produz-se, assim, um apagamento de algumas características em detrimento da dominância de outras, apontando uma certa homogeneização sobre esse sujeito nordestino e seu espaço geográfico circunscrito no mapa do Brasil.

Considerações finais

Ao longo de nossa reflexão, compreendemos que “ser nordestino”, no plano da língua e do corpo, nas formas de o sujeito (se) dizer, materializa redes parafrásticas de significação, de modo que duas direções de sentido emergem nos/dos significantes enunciados e se atravessam: de um lado, o sujeito que luta, que resiste, que é corajoso; de outro lado, o sujeito acolhedor, feliz, alegre. Conforme Pêcheux ([1975], 2009, p. 58), o processo discursivo é “o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinônimas, etc, que funcionam entre elementos linguísticos - ‘significantes’ - em uma formação discursiva dada”. Nesses termos, compreendemos que a formulação “ser nordestino” contempla não só a afirmação que pressupõe o que se é e/ou se pode “ser nordestino”, mas também a negação, que pressupõe o que não se é e/ou não se pode ser. Pensar o “ser nordestino” entre o dito e o não-dito é compreendê-lo, não a partir das evidências, mas, sobretudo, das derivas que vão se delineando e entremeando essas redes parafrásticas que se inscrevem na memória da nordestinidade.

De uma perspectiva histórico-política, Rago (1996, p. 17) aponta que os nordestinos não são vitimizados, mas “partícipes da construção cultural do Nordeste, na medida em que se subjetivam enquanto ‘nordestinos’ [e] constroem uma identidade que não é natural, nem essencial”, o que funciona como forma de não corroborar o imaginário estereotipado, denunciado socialmente. Poderíamos dizer, então, que, pela memória discursiva, os sujeitos nordestinos “se ‘nordestinizam’, ao mesmo tempo em são ‘nordestinizados’” (RAGO, 1996, p.17), o que, de nosso ponto de vista, vem irromper

em sentidos de heterogeneidade à suposta homogeneização dos sujeitos nordestinos e de seus espaços geográficos, fazendo vir à tona a singularidade que, em alguma medida, se enrosca na ilusão de unidade/essencialidade, conforme já sinalizamos.

Com base no corpus que analisamos, sobretudo o jogo “palavra-puxa-palavra” para o qual lançamos nosso olhar, observamos o funcionamento do dispositivo complexo de uma memória: nos processos discursivos, é sempre aos pedaços que uma memória (em nosso caso, a da nordestinidade) se mostra e, ao se mostrar, vai produzindo dobras sobre si mesma. Se, por um lado, é impossível negar a força do discurso sobre que tenta apreender e aprisionar o nordestino e a nordestinidade nas amarras do estereótipo; por outro, é perceptível também como esse sujeito, ao identificar-se como nordestino, vai redesenhando as trajetórias de sentido para dizer de si e de seu lugar numa costura nunca linear de dizeres em que se vai esgarçando o estereótipo e, pelas falhas desse tecido, fazendo ver o heterogêneo que o constitui.

Nas direções de sentidos que vimos se delinear pelo efeito “palavra-puxa-palavra”, força, coragem e resistência dizem a nordestinidade, fazendo ressoar a opressão, o abandono, o preconceito; numa outra direção, a alegria, a agonia, o caráter acolhedor diz desse particular-coletivo que envolve um “apesar de”, um falar de si que não acaba nunca de fazer torção com o falar do outro, de se desdobrar. Nessa esteira do jogo de palavras e imagens que vão se entrelaçando sobre a nordestinidade, retomamos o poema *Verbo Ser*, de Drummond, e deixamos o questionamento: ser nordestino “cabe tantas coisas?” (ANDRADE, 2016, p. 24).

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 4 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

ANDRADE, C. D. *Verbo ser*. In: ANDRADE, C. D. *Vou crescer assim mesmo: poemas sobre a infância*. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2016.

BHABHA, H. K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

DE NARDI, F. S. *Um olhar discursivo sobre língua, cultura e identidade: Reflexões sobre o livro didático para o ensino de espanhol como língua estrangeira*. Tese (Doutorado em Teorias do texto e do discurso) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GADET, F.; PÊCHEUX, M. [1981]. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Tradução de: Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Mello. Campinas, SP: Pontes, 2004.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. [1971] *A semântica e o corte saussureano: língua, linguagem, discurso*. In: BARONAS, R.L. (org.) *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de Formação Discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007, p. 13 - 31.

LEANDRO-FERREIRA, M. C. *Memória discursiva em funcionamento*. In: ROMÃO, L. M. S.; GALLI, F. C. S. *Conceitos discursivos em rede*. São Carlos, SP: Pedro & João, 2012, p. 141-152.

LEANDRO-FERREIRA, M. C. *Glossário de termos do discurso – edição ampliada*. 1. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

MAGALHÃES, B.; MARIANI, B. *Processos de identificação e subjetivação: ideologia e inconsciente*. *Linguagem em (Dis)curso*, Palhoça, SC, v. 10, n. 2, p. 391- 408, maio/ago. 2010. Disponível em: https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/Linguagem_Discurso/article/view/450/470. Acesso em: 24 maio 2022.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comu-*

nistas no imaginário dos jornais (1922-1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MILLÁN-RAMOS, J. G.; BALDINI, L. Algumas notas sobre o significante, o acontecimento e a singularidade. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas (38):59-70, Jan/Jun, 2000.

ORLANDI, E. P. *Cidade dos sentidos*. Campinas, SP: Pontes Editores, 2004.

ORLANDI, E. P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001.

PÊCHEUX, M. [1978] As massas populares são um objeto inanimado?. In: PÊCHEUX, M. *Análise de Discurso: Michel Pêcheux: Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi*. Tradução de: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011, p. 251-273.

PÊCHEUX, M. [1975] *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

PÊCHEUX, M. [1983] Papel da memória. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas, SP: Pontes, 1999, p. 49- 57.

PÊCHEUX, M. [1969] *Análise automática do discurso (AAD - 69)*. In: GADET, F.; HAK, T. (org.) *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3ª Ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997, p. 61 - 161.

PETRI, V. “História de palavras” na história das ideias linguísticas: para ensinar língua portuguesa e para desenvolver um projeto de pesquisa. *Revista Conexão Letras*, V. 13, nº 19, Língua, discurso, ensino, 2018, p. 47 - 58. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexao-lettras/article/view/85032/49004>. Acesso em: 24 maio 2022.

RAGO, M. Prefácio. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. *A invenção do nordeste e outras artes*. 4 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2009, p.13-19.

SILVA, M. V. Instrumentos linguísticos: língua e memória. *Revista Letras*. Santa Maria:

UFSM/PPGL, n. 27, 2003, p. 111-118. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11904>. Acesso em: 24 maio 2022.

Submissão: maio de 2022.

Aceite: agosto de 2022

COM A PALAVRA, A PALAVRINHA

Vera Regina Martins e Silva Regina Martins e Silva¹
Rosiveth Aparecida do Espírito Santo Oliveira²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo analisar uma atividade desenvolvida em um projeto de intervenção, em sala de 6º ano do Ensino Fundamental, em uma escola da rede pública municipal em Cuiabá – MT. Fundamenta-se teórico-metodologicamente na Análise de Discurso (AD) de linha francesa, em articulação com a História das Ideias Linguísticas (HIL) e Semântica da Enunciação, e toma como recorte o funcionamento do diminutivo na perspectiva discursiva e sua formação à luz da enunciação. Trata-se do ensino da gramática pelo funcionamento da língua e, não, a simples categorização das formas linguísticas, ou seja, a gramática como instrumento de ensino de leitura para novos gestos de interpretação no espaço escolar. A partir desse olhar, tendo como foco que a produção do sentido pela língua é uma prática social, propõe uma atividade sobre o processo de constituição do sentido das palavras, a partir de formativos que a gramática designa de sufixos (-inha, -inho, -ote), buscando compreender as relações linguísticas constitutivas da nominalidade, com vistas ao processo de formação intranominal que compreende a constituição das unidades nominais estabilizadas como unidades de significação na língua, em articulação com formantes.

Palavras-chave: Sufixos. Leitura. Diminutivo. Enunciação. Análise de Discurso.

TINY WORDS, MANY MEANINGS

Abstract: This work aims to analyze an activity developed in an intervention project, in a 6th grade elementary school room, in a municipal public school in Cuiabá - MT. It is theoretical-methodologically based on French Discourse Analysis (AD), in conjunction with the History of Linguistic Ideas (HIL) and Semantics of Enunciation and takes as a cut-out the functioning of the diminutive in the discursive perspective and its formation in the light of the enunciation. It is about teaching grammar through the functioning of the language and not the simple categorization of linguistic forms, that is, grammar as a reading teaching tool for new gestures of interpretation in the school space. From this point of view, focusing on the fact that the production of meaning by language is a social practice, it proposes an activity on the process of constituting the meaning of words, based on formatives that grammar designates as suffixes (-inha, -inho, -ote), seeking to understand the linguistic relations that constitute nominality, with a view to the intranominal formation process that comprises the constitution of stabilized nominal units as units of meaning in the language, in articulation with formants.

Keywords: Suffix. Reading. Diminutive. Enunciation. Discourse Analysis.

1 Doutorado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e docente na Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT). E-mail: vrmsol13@gmail.com

2 Mestre em Letras (UNEMAT – Mestrado Profissional). E-mail: rosivethespiritosanto75@gmail.com

PALAVRAS INICIAIS

Este trabalho compõe o conjunto de atividades desenvolvidas durante a execução do Projeto de Intervenção O funcionamento discursivo do diminutivo: práticas de linguagem no ensino fundamental, como etapa do Programa de Mestrado Profissional em Letras – PROFLETRAS, da Universidade do Estado de Mato Grosso – Unemat/Cáceres-MT.

Fundamentados teórico-metodologicamente na Análise de Discurso (AD) de linha francesa - Michel Pêcheux, na França, e Eni Orlandi, no Brasil -, em articulação com a História das Ideias Linguísticas (HIL) e Semântica da Enunciação, tomamos como recorte o funcionamento do diminutivo na perspectiva discursiva e sua formação à luz da Semântica da Enunciação. Trata-se do ensino da gramática pelo funcionamento da língua e, não, a simples categorização das formas linguísticas - a gramática como instrumento de leitura para novos gestos de interpretação no espaço escolar.

O saber gramatical, tal como concebemos e propagamos, ainda hoje, repousa no imaginário da unidade da língua, de sentidos estabilizados pelas regras do bem falar, embora sobrepujado pelos sujeitos pertencentes a grupos sociais distintos, que vão se constituindo com novos gestos de leitura e de sentidos. Sendo assim, “o aparecimento dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas.” (AUROUX, 2014, p. 70), sendo este, um processo irrevogável na evolução da nossa língua. À medida que os homens vão se constituindo por meio de novos gestos de interpretação, as práticas linguísticas vão se atualizando por meio de manifestações em relação à linguagem.

Nesse viés, “ler as gramáticas como lugares de materialização de discursos implica considerá-las enquanto produtos históricos, frutos de gestos de interpretação, formas materiais nas quais o linguístico, o histórico e o ideológico intervem para fazer sentido”. (COSTA, 2019, p. 16). Desse modo, aceitamos fazer a travessia, entre

os sentidos postos, estabilizados, predeterminados pelo aparelho ideológico da escola à outra margem do rio, cuja fronteira, alcança o funcionamento real da língua, com homens falando.

Ao refletir a gramática discursivamente, autoriza-se a enxergar a leitura para além dos espaços da sala de aula e a considerar seus interlocutores em relação aos espaços sociais que estes ocupam, legitimando esses espaços como lugares onde se abrigam distintas posições discursivas.

Neste artigo, queremos pavimentar um caminho que dê perspectivas de se trabalhar a gramática e refletir sobre o seu papel no espaço de escolarização - não apenas como acessório para as aulas de português, mas como “lugares de materialização de discursos [...] problematizando aquilo que se coloca em evidência, a saber: as terminologias, os conceitos, as definições, as descrições e a própria língua sobre a qual se diz a dizer.” (COSTA, 2019, p. 17).

O FUNCIONAMENTO DO DIMINUTIVO

Os diminutivos fazem parte do nosso cotidiano. Entre -inhos e -inhas, entre cervejinhas, barzinhos, bananinhas, são as condições de produção que direcionam os sentidos nessa dança linguística. Dessa maneira, constituímos como recorte do nosso trabalho, o funcionamento do diminutivo na língua, por meio de leituras de diferentes materialidades discursivas, partindo da premissa de que o seu uso é um recurso linguístico que sugere muito mais que variações de tamanhos de coisas e objetos. De acordo com Franceschi (2011, p. 64),

Pensar sobre o diminutivo em uma perspectiva discursiva significa imaginar que seu uso coloca um sentido que não é fechado pelo autor, que não é evidente, e se constitui um lugar propício a movimentos de interpretação, a gestos de leitura.

Problematizar o funcionamento do diminutivo de uma determinada palavra exige um

movimento adequado à fundamentação discursiva proposta. Para tanto, é necessário mobilizar a história de leitura e as condições de produção do sujeito, possibilitando outros gestos de interpretação dos textos do mundo.

Quando se pensa em diminutivo, associado ao conceito de tamanho, correr-se o risco de limitar às compreensões estabelecidas apenas pela gramática, privando os alunos de outras leituras, outras interpretações, outros sentidos. Consideramos pertinente, para o aluno, conhecer os sufixos marcadores do diminutivo, mas é imprescindível que ele compreenda que a marca linguística vai além dos conceitos estabelecidos nos manuais pedagógicos.

Nessa ordem, é preciso abrir espaço de fala para os alunos, ouvir seus enunciados, considerar suas práticas discursivas cotidianas, externas à escola, como constitutivas de seus processos de subjetivação, ou seja, pensando o discente como sujeito de linguagem, que produz sentidos na sua relação com a língua, com suas histórias de leitura e suas condições de produção. É a noção de discurso – efeito de sentidos entre locutores – que norteia esta prática, mas é a língua em funcionamento que torna possível o discurso pelo processo de constituição dos sujeitos e dos sentidos.

Nessa perspectiva, sob o viés discursivo, as palavras não encerram os sentidos em si mesmas. E os diminutivos também não têm seus sentidos imóveis, pétreos. A “Análise do Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando”, postula Orlandi (2015, p. 13). Dito de outra maneira, “os sentidos não se fecham, não são evidentes, embora pareçam ser”. (ORLANDI, 1996, p. 13).

Orlandi (1990, p.29), sobre a não transparência do sentido, traz as palavras de P. Henry (1985):

[...] não há fato ou acontecimento histórico que não faça sentido, que não espere interpretação,

que não peça que se lhe encontrem causas e consequências. É isto que constitui, para nós, a história; esse fazer sentido, mesmo que se possa divergir desse sentido em cada caso.

Pêcheux (1969, apud ORLANDI, 2017, p. 16) diz que o “discurso é mais que transmissão de informação (mensagem), é efeito de sentidos entre locutores. [...] Efeitos que resultam da relação de sujeitos simbólicos que participam do discurso, dentro de circunstâncias dadas”. Dessa maneira, os sentidos das palavras que constituem um discurso não são considerados como evidentes e, portanto, nunca são esgotados; um mesmo enunciado pode, em diferentes condições de produção – nas quais estão incluídos, os sujeitos e as circunstâncias da enunciação – produzir efeitos de sentido diversos.

O movimento entre a manutenção e deslizamento de sentidos ocorre “pela interpretação, porque interpretar, argumentar e ocupar um posicionamento [...], pressupõe a filiação a uma rede de sentidos anterior/exterior aos sujeitos”, como postula Pavan (2016, p. 14). Sendo assim, a constituição de sentidos está em relação à interpretação. O sujeito interpelado pela ideologia se coloca como a origem de seu dizer, desconhecendo que suas palavras só significam porque já significaram, porque já fizeram sentido. (ORLANDI, 2015). Sob esse prisma, o sentido não é determinado pelo sujeito, mas pela posição-sujeito que ele ocupa em determinada formação discursiva (FD).

Dessa maneira, mobilizamos a noção de formações discursivas (FDs) que, de acordo com Orlandi (2015, p. 41), “[...] se define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito”. Nessa ótica, “a ideologia é a interpretação do sentido (em uma direção)”, postula Orlandi (1990, p. 36). Sendo assim “aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro”. (OR-

A formação discursiva é, enfim, o lugar da constituição do sentido e da identificação do sujeito. É nela que todo sujeito se reconhece (em sua relação consigo mesmo e com os outros sujeitos) e aí está a condição do famoso consenso intersubjetivo (a evidência de que eu e tu somos sujeitos) em que, ao se identificar, o sujeito adquire identidade. É nela também, como dissemos que o sentido adquire sua unidade. (ORLANDI, 2012, p. 78).

Os sentidos estão em movimento na sociedade, se constituindo e nos constituindo enquanto sujeitos. Por isso, não são literais e não dependem das intenções dos sujeitos. Dessa maneira, “A memória [...] tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. (ORLANDI, 2015, p. 29).

Por meio da formulação dos enunciados, os sentidos vão se atualizando, constituindo o interdiscurso; por tudo o que já foi formulado pelo conjunto de dizeres ditos em outro lugar, por outros sujeitos; formulações feitas em algum momento e esquecidas, mas que acabam por interpelar o sujeito em algum momento, quando a memória é acionada.

Na relação do sujeito com o seu dizer, existem as diferentes situações que constituem as condições de produção. “Elas compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação”. (ORLANDI, 2015, p. 28). Logo, é a maneira como a memória discursiva é acionada num determinado contexto, reverberando um determinado sentido e não outro.

Por essas razões, ao tomar o recorte do diminutivo, consideramos a priori as condições de produção do discurso, refletindo sobre o efeito de sentido produzido entre os interlocutores, concebendo as maneiras de como o aluno tomou o discurso, como o produziu, em que circunstâncias, sem o compromisso com a avaliação institucional.

Nessa esteira, ousamos “des-cobrir sentidos” (ORLANDI, 1990, p. 26) acerca do funcionamento do diminutivo na língua. Para tal, nos ocupamos do espaço onde nos constituímos enquanto sujeito-falante-professor-pesquisador – a sala de aula.

QUEBRA-CABEÇA

A sala de aula é um universo múltiplo na constituição do sentido e na identificação do sujeito, porque é um espaço democrático, onde as crianças têm acesso a conhecer quem fala, para quem fala, quando fala, de que posição fala e outras tantas variáveis, e que, sobretudo, reverbera num terreno fértil para a constituição do nosso recorte. À vista disso, consideramos pertinente refletir sobre o funcionamento discursivo do diminutivo na língua, como os sentidos são produzidos e, como estes circulam nos grupos sociais em que os alunos estão inseridos.

Para Franceschi (2011, p. 64),

[...] dada a evolução da linguagem, faz-se necessário repensar se os conceitos gramaticais usados em nossas atividades didáticas são adequados, ou seja, se atendem à necessidade de ensinar língua portuguesa tendo como meta o desenvolvimento da capacidade comunicativa do aluno e não somente a apreensão de regras gramaticais.

Nesse processo, ao trabalhar a noção de diminutivo, movimentamos os sentidos estabilizados na/pela instituição escola, rompendo com o discurso pedagógico, atando língua, texto, leitura em relação – caminhos possíveis de o sujeito-aluno se constituir autor de suas produções.

Para efeito de analogia, tecemos nosso corpus “num ir e vir da linha, retrazando caminhos feitos, assim, de retalhos”. (MITTMANN, 2007, p. 158). Nessa lógica, o ir e vir são as maneiras pelas quais conduzimos nosso trabalho, por meio de metodologias que nem sempre deram o resultado que satisfatório que esperávamos. Dessa forma, concordamos com Mitt-

mann (Id.), quando diz que “é a possibilidade do novo que nos faz perceber que o percurso metodológico não é linear”.

Propusemos aos alunos realizar uma atividade com quebra-cabeças. À medida que iam formando as palavras, pedimos que as observassem atentamente. Após as observações feitas, iniciamos com a pergunta: vocês sabem como o diminutivo é formado? Conforme eles respondiam íamos construindo um quadro com as palavras do quebra cabeça para que pudessem observar como a construção do diminutivo se dava na prática, à medida que explicávamos as formações seguintes.

O quadro ficou assim constituído.

Ao apresentar conceitos sobre o diminuti-

vo, não tínhamos nenhuma pretensão em fazer com que os alunos decorassem alguma classificação morfológica, mas que pudessem compreender como o diminutivo é apresentado nas gramáticas, no livro didático e como suas possíveis leituras reverberam na produção de diferentes sentidos, como vimos anteriormente. Iniciamos nossa abordagem a partir dos conceitos referenciados no livro didático da turma do 6º ano Português Linguagens, Cereja e Magalhães (2015, p. 149), onde o diminutivo é apresentado como flexão de grau dos substantivos e adjetivos.

O livro de Cereja e Magalhães (2015, p. 149-150) apresenta o seguinte conceito acerca do aumentativo/diminutivo: “Tanto substantivos como adjetivos assumem determinadas formas

Tabela 1 – Formação do diminutivo

Palavra encontrada no quebra cabeça	Origem/primitiva
casebre/casinha	casa
filhinho/filhote	filho
velhinho/velhote	velho
calminho	calmo
mocinha	moça
cantinho	canto

Fonte: Elaborada pela autora.

para indicar aumento ou diminuição. As formas correspondentes a aumento estão no grau aumentativo, e as correspondentes a diminuição, no grau diminutivo”. Além de tamanho, os autores abordam a formação do aumentativo e do diminutivo por meio do acréscimo dos sufixos, no entanto, não abordam a língua centrada nas formas em que se assentam a subjetivação.

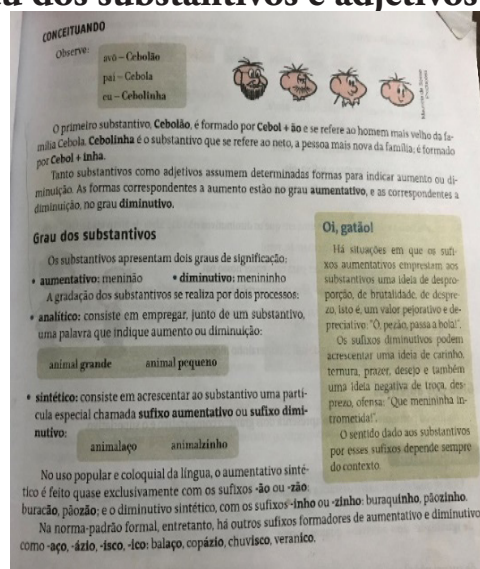
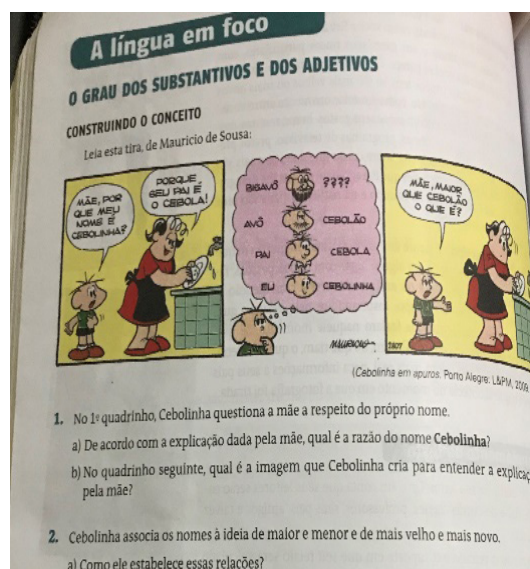
Para que não houvesse uma ruptura naquilo que já haviam aprendido nos anos anteriores, ou uma quebra em tudo que já ouviram sobre o diminutivo, começamos nossa abordagem na perspectiva da gramática normativa, onde, frequentemente, os sufixos são concebidos com uma significação estática, fixa. Usamos como exemplo, as palavras formadas na atividade do quebra-cabeças – casi-

nha, casebre, velhinho, velhote.

Para a maioria dos gramáticos, os afixos são unidades significativas e quando acrescentados ao radical de uma palavra são responsáveis pela criação de novas palavras e se dividem em prefixos e sufixos. Leitão (2007, p. 40) assim os definem:

[...] os afixos (prefixo e sufixo) são formas inteiramente presas, que não possuem existência autônoma na língua, fixando-se invariavelmente junto à raiz ou radical. Conforme o seu posicionamento, dividem-se em prefixos (antes do radical) e sufixos (após o radical).

Figuras 01 e 02– Livro Didático: o grau dos substantivos e adjetivos



Fonte: CEREJA; MAGALHÃES, 2015, p. 149-150.

Tabela 2 – Formação do diminutivo - sufixo

Palavras encontradas no quebra-cabeça	Palavra primitiva	Sufixo
casebre	casa	-ebre
casinha	casa	-inha
velhinho/velhote	velho	-inho/-ote

Fonte: Elaborada pela autora.

Dessa maneira, temos nos diminutivos casebre: cas – radical + ebre (morfema derivacional sufixal) o mesmo ocorrendo com as outras palavras apresentadas aos alunos – cas-inha; velh-inho; velh-ote. Nesse viés, para a maioria dos gramáticos, os afixos são apresentados como estáticos, sem nenhuma possibilidade de mobilização de sentidos.

Os conceitos até agora apresentados pela gramática normativa geralmente abordam o diminutivo apenas como redução de tamanho, ao contrário da abordagem feita por Dias (2021), cujas bases enunciativas buscam explicar as relações entre formante(sufixos) e base (radical), tendo em vista referenciais históricos e pertinências enunciativas, a partir de uma análise das articulações entre formante e base, e não simplesmente a partir de um significado pré-

concebido de sufixos. O autor define os afixos (prefixo e sufixo) como formativos que “são formas da língua que geralmente funcionam presas a palavras.” (DIAS, 2021, no prelo). Esses formativos(sufixos) agregados as bases produzem diferentes pontos de vistas e atitudes sociais históricas que corroboram com o movimento dinâmico da língua. Por conseguinte, “podemos mapear, através dos formantes na língua, um conjunto de ‘visões e atitudes sociais e históricas’ que se agregam a bases diversas, formando a dinâmica enunciativa da língua”, afirma Dias (2021, no prelo).

Nessa ótica, uma palavra se forma de acordo com a constituição histórica da sociedade atual, logo, diminutivos como casinha, casebre, velhote, trazem um referencial histórico produzindo uma pertinência enunciativa.

Tomamos para efeito de análise as palavras casinha, casebre e velhote à luz da enunciação. A palavra casinha é formada por uma base (casa) mais um formativo que a gramática designa de sufixo (-inha), que se agrega ao final das palavras. Dessa maneira, a significação de casinha em um enunciado está assentada em modos sociais (pontos de vista) que a sociedade, na sua história, desenvolveu para conceber tipos de moradia.

Podemos vislumbrar em “casinha” dois pontos de vista: pode significar o que está posto no dicionário relacionado à medição, mas também como um ambiente aconchegante, ligado à afetividade que se tem da moradia. Nesse caso, o elemento de medição, o formativo (-inha), e a afetividade constituem um ponto de vista social e se relacionam, formando o referencial histórico que a torna pertinente, coerente, aceitável.

O diminutivo “casebre” é afetado por uma associação de medição, porém, diferente de casinha que também é associada a tamanho; elas diferem porque casebre aponta para um referencial histórico depreciativo, relacionado à pobreza, espaço sem conforto, socialmente definido e aceitável pelos modos como a sociedade manifesta seu ponto de vista.

Ao explorarmos a palavra “velhote” temos o formativo (-ote) na articulação com sua base, formando outro possível diminutivo para a palavra velho. Porém, o resultado dessa contração entre base e formativo se direciona para um referencial histórico depreciativo. Enquanto velhinho, geralmente, é uma forma definida socialmente como tratamento carinhoso, velhote é usado pejorativamente para se referir a pessoas velhas.

No entanto, Dias (2021, no prelo) nos alerta que “não podemos fazer uma análise generalizante do sentido produzido pela articulação desses formativos a toda e qualquer base, na direção depreciativa.” A exemplo disso, podemos tomar o diminutivo filhote que é formado pelo mesmo formativo (-ote) mas que, apresenta um referencial histórico que nos remete à afetividade,

distinto da palavra velhote.

Para a enunciação, o significado das palavras vai além do que é posto no dicionário porque a concebe em relação a pontos de vistas sociais e a outros prismas que muitas vezes não estão contidos no dicionário. Sendo assim, o funcionamento das palavras velhinho/velhote está na articulação entre essas palavras e outros termos do enunciado em que participam. Quando o aluno formula o enunciado meu avô é bem velhinho e mora com a gente, ele relaciona velhinho a uma construção de sentidos e não à outra. Dessa maneira, se dá a construção dos sentidos na relação do referencial histórico (a retomada de sentidos já estabilizados) e a pertinência enunciativa (a relação de consistência entre unidades linguísticas e o enunciado) assentados nas redes enunciativas (relações de sentido de um enunciado).

Na perspectiva apresentada por Dias, na formação dos diminutivos, poderíamos trabalhar na construção dos sentidos sem a presença dos dicionários, visto que, segundo o autor “se há uma palavra na língua, é porque há um interesse social para sua existência”. (DIAS, 2021, no prelo). Entretanto, de acordo com nossa proposta inicial, consideramos pertinente, lançar mão do dicionário por ser um instrumento linguístico usado nas aulas de língua portuguesa, sendo esta, uma oportunidade de fazermos uma abordagem discursiva, diferente da usual. Assim, apoiamos nossa reflexão no dizer de Orlandi (2002, p. 38) de que “entre a língua e o saber linguístico há sempre espaços de interpretação.”

À guisa da compreensão de que há um funcionamento na constituição do sentido por meio do diminutivo, propusemos uma pesquisa sobre o significado das palavras formadas por meio dos sufixos – inha/inho; -ebre; -ote, buscando compreender o funcionamento no cotidiano da nossa língua.

O objetivo da atividade com os dicionários é a compreensão dos sentidos das palavras trabalhadas no quebra-cabeças, fazendo a relação com os significados estabilizados, posto no

dicionário, propondo um olhar dinâmico, com possibilidades de diferentes gestos de leitura para esse instrumento linguístico.

A partir do momento que o aluno significa uma palavra (diminutivo) e depois vai buscar no dicionário o seu significado, estamos propondo a desconstrução do sentido único de uma palavra, por vezes, já cristalizado no dicionário como sentido único e que muitas vezes não reproduz o sentido por ele sabido, não o contempla em sua constituição, nas suas relações sociais - com homens falando. Para Dias e Bezerra (2006. p. 22),

[...] o dicionário, enquanto instrumento linguístico, exerce uma função pedagógica. Mas ele opera sob o efeito da completude e sustenta uma legitimidade do saber sobre a significação. Nesse sentido, nele se inscreve uma relação dos falantes com a língua. E trata-se de uma relação historicamente sustentada.

Dito isso, o trabalho foi de explorar a constituição dos diminutivos destacados na atividade do quebra-cabeças. As pesquisas foram feitas em dois tipos de dicionários (um mini e outro on line), por isso, achamos pertinente apresentarmos aqui, algumas diferenças de significado, entre as palavras da atividade proposta.

Destacamos a seguir algumas palavras da atividade do quebra-cabeças para efeito de análise:

1. casebre – (Dicionário Mini Aurélio); sm. Casa pequena e pobre; cabana.

2. casebre – (Dicionário Aurélio online); pequena casa, rústica, sem conforto ou em ruínas. Moradia pequena, grosseira, rústica; cabana, barraco, choupana.

3. casinha – (Dicionário Aurélio online); Dimin. de casa.

4. velho – (Dicionário Aurélio online); Fora de moda; ultrapassado, antiquado: casaco velho; ideia velha. Que é desusado; gasto pelo uso: ideias velhas; sapatos velhos.

5. velhinho – (Dicionário Aurélio online); Indivíduo idoso, velhote. Sujeito com mais ida-

de, utilizado como forma de tratamento que demonstra afeição, no sentido carinhoso.

6. velhote – (Dicionário Mini Aurélio); sm. Homem já um tanto velho.

7. velhote – (Dicionário Aurélio online); diz-se de, ou indivíduo um tanto velho; velhusco.

A partir das definições que os alunos encontraram no dicionário, realizamos alguns questionamentos: Qual o significado de velho? Se velho é uma pessoa ou coisa ultrapassada, fora de moda, o que é estar ultrapassado? E o que é estar fora de moda? Para vocês, o que é ser velho? E velhinho? Vocês conhecem, convivem com algum velho? Nossos velhos são realmente o que está no dicionário? Se chegarmos à velhice, como gostaríamos de ser tratados? Na ocasião, ficaram surpresos com os questionamentos porque tiravam-lhes do lugar comum, do significado pelo significado. Mas, professora, é o que está escrito no dicionário...

A partir da fala da aluna, respondemos com outra pergunta - Será que os dicionários dão conta de todos os sentidos que as palavras significam no nosso cotidiano, nas nossas conversas diárias? O dicionário contém todas as respostas para os sentidos guardados em nós? Isso nos remete à reflexão de Petri (2010, p. 24-25) acerca do dicionário:

O dicionário, embora represente “o lugar de certeza” e do “interdito da dúvida” (Oliveira, 2006), deve representar também um instrumento “em funcionamento”, sujeito a transformações, deslocamentos, e até a falhas na produção dos sentidos. Interessamo-nos, especialmente, por esse lugar marcado pela evidência de certeza, pela acumulação do saber “sobre”, pela seriedade que uma suposta “verdade” revelaria. Enfim, o dicionário é marcado pela responsabilidade de “guardar” os sentidos das palavras. No entanto, entendemos que os sentidos são “aves”, eles migram; são “aves” ariscas, não se deixam aprisionar; são “aves” que cantam, seu canto ressoa de diferentes maneiras. E, como todas as canções, estas provocam diferentes reações nos sujeitos.

Sendo assim, tomamos o dicionário como objeto discursivo. Enquanto objeto discursivo, provocou diferentes leituras, e é sob esse novo olhar que o aluno evoca o seu direito de crítica, da “tomada de uma palavra por outra [...] estabelecendo o modo como as palavras significam” (ORLANDI, 2015, p. 42). Nessa esteira, estávamos nos constituindo, nos reconhecendo como a origem do nosso dizer, tratada por Pêcheux, como esquecimento número 1.

Historicamente, existe uma dicotomia que separa os sujeitos que sabem sua língua daqueles que não sabem, o que pressupõe que só quem sabe a língua “[...] é capaz de mobilizar a variedade culta da língua, excluindo os/as demais”. (PETRI, 2010, p. 20). Quem nunca ouviu a afirmação que o dicionário é o pai dos burros? Essa formulação ainda repousa no imaginário das pessoas e ecoa nos bancos escolares, suscitando a ideia de sujeito letrado, de prestígio, aquele que domina as informações contidas nos instrumentos linguísticos – gramática e dicionário.

Essa prática promove ainda mais o abismo que se estabelece entre o sujeito falante e os instrumentos linguísticos. Se usarmos o dicionário apenas para consulta de palavras desconhecidas, estaríamos tentando estabelecer uma relação direta entre as palavras e as coisas, o que não é pertinente à teoria a que nos filiamos.

Orlandi (2000, p. 98) nos diz que “[...] o dicionário assegura, em nosso imaginário, a unidade da língua e sua representabilidade: supõe-se que o dicionário contenha (todas) as palavras da língua.” É o que persiste na memória coletiva, tanto de alunos como de nós, professores.

Nunes define dicionário “[...] como um discurso sobre a língua, mais especificamente sobre as palavras ou sobre um setor da realidade, para um público leitor, em certas condições sociais e históricas.” (NUNES, 2010, p. 7).

Sendo assim, o uso do dicionário, nas nossas aulas, ganha outro papel, ou seja, passa a estabelecer relações entre os sujeitos alunos e o saber, num processo de interlocução, de pro-

dução de sentidos, distante da compreensão que tínhamos - um estatuto de consulta e não de aprendizado. Silva (2003 p. 112), assim define:

O dicionário é um dos símbolos de nacionalidade, na medida que legitima uma língua nacional, ao registrar as formas, os usos e os sentidos que irão configurar o léxico de uma língua, de um povo. O dicionário é também o lugar onde, imaginariamente, atesta-se a existência de uma palavra e de um sentido, onde podemos encontrar a certeza e a verdade, apaziguando as nossas dúvidas e incertezas.

Dessa maneira, achamos pertinente, nesta atividade, estabelecer as relações entre o saber dos alunos/falantes e o saber institucionalizado (dicionário), deixando explícita nossa intenção ao uso do dicionário.

[...] embora já se tenha sentidos cristalizados, dados como já ditos, já instituídos, no dicionário; acreditamos que a sala de aula seja um espaço de fundação de novos e outros sentidos possíveis, rompendo, talvez, com o que já está posto, com o que é da ordem da evidência e da certeza, da ordem do instituído e do dicionarizado. (PETRI, 2010, p. 40).

Nesse percurso, continuamos a experimentar com os alunos as palavras casinha/casebre e seus respectivos significados dicionarizados.

1. casebre – (Dicionário Mini Aurélio); casa pequena e pobre; cabana.

2. casebre – (Dicionário Aurélio online); pequena casa, rústica, sem conforto ou em ruínas.

3. casinha – (Dicionário Mini Aurélio); casa pequena; dimin. de casa.

4. casinha – (Dicionário Aurélio online); dimin. de casa.

Perguntamos aos alunos: quem aqui já viu, mora ou conhece alguém que mora numa casinha? Qual o sentido de casebre? E casinha? É o mesmo que vocês encontraram no dicionário?

As respostas foram as mais variadas possíveis.

Mesmo sabendo que é uma realidade muito próxima deles o fato de morarem em casas muito pequenas, muitas vezes com duas ou três famílias, num bairro desprovido de saneamento e rede de esgoto, o sentido de casa, independente do referencial de medição, suscita outros sentidos que são reverberados na maneira como veem o ambiente e das possíveis leituras que fazem do espaço em que moram.

Propusemos que lessem o resultado de suas pesquisas feitas no dicionário e observassem se o que estava disposto como significado dos verbetes casinha/casebre fazia sentido para eles. A primeira voz veio do canto direito da sala: “minha casa é pequena, mas não é um casebre em ruínas”; “nem a minha” – disse outro aluno.

Aproveitamos para reforçar que as palavras podem ter outros sentidos e que apesar de casebre ser diminutivo de casa, ela adquire outros sentidos dependendo dos falantes que participam da enunciação.

Notamos que no “Dicionário Mini Aurélio”, casebre é significada como uma casa pequena e pobre, uma cabana; já no “Dicionário Aurélio online”, casebre é caracterizada como uma pequena casa, rústica. A palavra pobre presente no primeiro dicionário é silenciada, sendo usado em seu lugar o eufemismo sem conforto. Dessa maneira, observamos que a articulação da base casa(base) + -ebre (formante/sufixo) não é sustentada apenas a partir do conceito dominante do diminutivo, ou seja, no conceito de medição de tamanho. Tanto o dicionário físico como o dicionário online trazem uma definição depreciativa para o verbete.

Ao lançarmos as perguntas acima, alguns alunos se identificaram com o verbete casinha. Ao serem questionados sobre o sentido que a palavra remete, disseram que havia mais carinho na palavra casinha em detrimento da palavra casebre. Outras palavras que compareceram aliadas a palavra casinha foram palavras que remetiam a organização, limpeza, cuidado, beleza.

Para Dias (2021, no prelo) “os nomes iso-

lados, como se encontram no dicionário, só se tornam integrantes de um enunciado quando entram em formação enunciativa.”, ou seja, as palavras se formam socialmente quando se integram e se articulam ao enunciado, por causa da relação entre os referenciais históricos e pertinências enunciativas.

Isso nos leva a refletir que ao escolher a palavra casinha para representar sua moradia – minha casa é pequena, mas não é um casebre – o aluno faz uso do formativo -inha, porque melhor respalda a ideia de uma casa pequena que ele quer exprimir. Ou seja, acrescenta à base da palavra um formativo afetivo, com o objetivo de transmitir seu sentimento ao seu interlocutor. De outra maneira, o aluno faz uso da palavra casinha porque já faz parte de uma memória coletiva dos interlocutores dos grupos sociais aos quais ele pertence.

Nesse caso, de acordo com as condições de produção desse grupo de alunos, para o diminutivo casinha existe uma associação entre medição (tamanho) e o referencial histórico de afetividade, a exemplo de outros diminutivos como pezinho, olhinho que nos remete e ao tamanho e ao mesmo tempo sugere afetividade.

Tomamos a palavra velhote encontrada nos dicionários Dicionário Mini Aurélio e Dicionário Aurélio online para refletirmos sobre seus significados.

8. velhote - (Dicionário Mini Aurélio); homem já um tanto velho

9. velhote - (Dicionário Aurélio online); diz-se de, ou indivíduo um tanto velho; velhusco.

Relemos a pesquisa para observarmos se, dentre o grupo de alunos, havia alguma familiaridade com a palavra. Perguntamos se já tinham ouvido essa palavra, se a palavra teria sentido relacionado a palavra velhinho. A turma não esboçou nenhuma reação, ou seja, a palavra não fazia parte do vocabulário deles e/ou dos grupos sociais em que estão inseridos.

Nessa via, refletimos sobre as palavras de Aurox (2014, p. 70) ao dizer que “qualquer

que seja a minha competência linguística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngues”, porque entendemos que o dicionário não conseguirá significar todo o sentido produzido na voz do falante.

Finalizamos a atividade, propondo aos alunos que fizessem uma colagem, no caderno, com as palavras com as quais trabalhamos e escrevessem logo abaixo o que mais significou, para eles na atividade proposta. Na sequência, fizemos uma apresentação, expondo os pontos que eles consideraram mais relevantes.

Dos pontos elencados, destacamos a seguinte formulação:

- “O mais importante, pra mim, foi saber que o significado da palavra não é um só, pode ser muitos.”

Á guisa de corroborar com a formulação, trazemos as palavras de Nunes (2010, p. 7),

[...] as palavras não são tomadas como algo abstrato, sem relação com os sujeitos e as circunstâncias em que eles se encontram, mas sim como resultantes das relações sociais e históricas, relações essas que são complexas e, por vezes, polêmicas ou contraditórias. Assim, o dicionário é visto como um discurso sobre a língua, mais especificamente sobre as palavras ou sobre um setor da realidade, para um público leitor, em certas condições sociais e históricas.

Posto isso, o dicionário não pode ser visto apenas como necessidade de consultas imediatas. Ele precisa ser ressignificado nas escolas “como parte de um processo em que os sujeitos se constituem em suas relações e tomam parte na construção histórica das formações sociais com suas instituições, e sua ordem cotidiana”. (NUNES, 2010, p. 08).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Em toda feitura de uma proposta, como a que apresentamos, há rupturas (re)caminhos, deslocamentos, retificações que interferem, so-

bremaneira, na sua realização. Inicialmente, pensamos numa proposta em que pudéssemos enxergar os efeitos de sentido dos diminutivos, mas não tínhamos a clareza de como seria constituído o corpus da nossa pesquisa. Começamos a pesquisar como nós, usuários da língua, concebemos as formas diminutas, quais os significados que damos a cada palavra, quando acrescentado um formante(sufixo). Percebemos que o formante pode acrescentar à palavra todo tipo de significado, e que, nessa relação, as condições de produção são o que movem o sentido para um lado e para outro.

Nesse deslocamento, direcionamos o olhar dos alunos para outras possibilidades, constituindo o arquivo de leituras e, posteriormente, as atividades que envolviam leitura/interpretação, releituras e o funcionamento da autoria.

Dessa maneira, fez-se necessário, andar sobre a areia movediça do ensino da leitura/interpretação, pautando nosso objetivo no funcionamento do diminutivo pelo viés da leitura, passando pelo ensino da gramática e produção do texto, seguidos de análises, que pudessem mostrar o funcionamento do diminutivo e sua entrada nas formações nominais, tendo como base a Semântica da Enunciação.

Assim fundamentados, podemos inferir que as formações de palavras que vão surgindo na língua refletem a constituição histórica, com homens que são afetados histórica e socialmente, assumindo uma visão sobre o seu dizer. Nesse processo, vivenciar uma nova maneira de trabalhar a constituição do diminutivo, na perspectiva enunciativo-discursiva, reflete estruturalmente o fato de que os diminutivos têm interpretações variadas e propicia aos alunos considerarem as suas relações sociais por meio da língua.

Nessa perspectiva, promovemos acesso a outros caminhos que levaram os alunos a construir algo desconhecido, com expectativas de uma linguagem não formalizada, mais pessoal e que esvaziou o imaginário difundido no ambiente de escolarização – o aluno não sabe ler/

interpretar.

Acreditamos que o trabalho sobre os diminutivos que desenvolvemos, bem como seus resultados, contribui para a prática docente, como possibilidade de adotar na sala de aula a língua na sua dinamicidade, na sua fluidez, passível de mudanças. Uma língua que questiona, indaga, impressiona, argumenta, mas que, sobretudo, faz sentido, que significa, na relação constitutiva do sujeito/aluno/língua/história.

REFERÊNCIAS

AUROUX, Sylvain. A revolução tecnológica da gramatização. Tradução Eni. P. Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

CEREJA, Willian Roberto; MAGALHÃES, Thereza Cochar. Português: linguagens, 6º ano. 9.ed. reform. São Paulo: Saraiva, 2015.

COSTA, Thaís de Araújo. Discurso gramatical brasileiro: permanências e rupturas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

DIAS, Luiz Francisco. Fundamentos: produção de sentidos. In: O português brasileiro no cotidiano: enunciação e ensino. 2021. No prelo.

DIAS, Luiz Francisco; BEZERRA, Maria Auxiliadora. Gramática e dicionário. In: GUIMARÃES, E. & ZOPPI-FONTANA, M. (org.). Introdução às ciências da linguagem: da palavra à frase. Campinas: Pontes, 2006. p. 11-37

DIAS, Luiz Francisco. Gramática e Discurso no Ensino do Português: novos Desafios na formação do professor de língua materna. Revista Brasileira de Letras, UFSCAR, Departamento de Letras v.1, n.1, p. 25-30, 1999.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. 7. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Aurélio online: o dicionário da língua portuguesa.

FRANCESCHI, Maria Tereza. O diminutivo: da gramática ao discurso, sentidos que se mul-

tiplicam. In: GRANTHAM, Marilei Resmini; CASEIRA, Ingrid Gonçalves (org.). Análise do Discurso e ensino: um olhar discursivo sobre a língua, a leitura e a interpretação. Curitiba: CRV, 2011.

LEITÃO, Luiz Ricardo. Gramática crítica: o culto e o coloquial no português brasileiro. Rio de Janeiro, Oficina do autor, 2007.

MITTMANN, Solange. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Clara Luz, 2007. p. 153-162.

NUNES, José Horta. Dicionários: história, leitura e produção. Revista de Letras da Universidade Católica de Brasília, v. 3, n. 1/2 – Ano III – dez/2010. p. 6-21.

ORLANDI, Eni P. Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

ORLANDI, Eni P. Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni P. Língua e conhecimento linguístico: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, Eni P. Lexicografia discursiva. Alfa: Revista de Linguística, São Paulo, v.44, 2001. p. 97-114. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4201>. Acesso em: 12 dez. 2019.

ORLANDI, Eni P. Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni P. Terra à vista: discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas, SP: Cortez, 1990.

PAVAN, Paula Daniele. Autor e autoria em debate: manutenção e/ou deslizamentos de sentidos. In: MITTMANN, Solange (org.). A autoria na disputa pelos sentidos. Porto Alegre: Instituto de Letras/UFRGS, 2016. p.13-23.

PETRI, Verli (org). Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos. Santa Maria: PPGL Editores, 2010.

SILVA, Mariza Vieira. Delimitações, Inversões, Deslocamentos: sujeito e história. In: Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 1, 2003, Anais eletrônicos [...] Porto Alegre: Seminário de Estudos em Análise do Discurso. SEAD, 2003. Disponível em: <http://anaisdosead.com.br/1SEAD/Paineis/MarizaVieiraDaSilva.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

Submissão: maio de 2022.

Aceite: agosto de 2022.

ELLOS HABLAN “ATRAVESADO”: UN EJEMPLO DE TERRITORIOS MARGINALES TANTO EN EL ESPACIO COMO EN EL DISCURSO

Fernando Jesus Da Silva¹
Juan Manuel López Muñoz²

Resumen: Este trabajo busca estudiar los efectos de sentido producidos por el empleo del participio atravesado por los habitantes de la zona urbana de San Matías (Bolivia) para referirse a la forma de hablar de los habitantes de la comunidad de San Juan de Corralito, ubicada en la frontera con el municipio de Cáceres (Brasil). Los análisis parten de corpus restringido constituido de enunciados registrados en la investigación de doctorado de Silva (2022), por medio del marco teórico del Análisis de Discurso en su dimensión enunciativa y socio-comunicacional. Los resultados indican que los usos de la expresión atravesado manifiestan la interacción en el discurso entre hechos lingüísticos, argumentativos, interaccionales, y hechos sociales, o, dicho de otro modo, manifiestan la parte de la memoria de una relación entre identidades, lenguas y culturas que persiste en la materialidad de los enunciados.

Palabras-clave: Análisis de Discurso. Frontera Brasil-Bolivia. Identidad. Atravesado

ELES FALAM “ATRAVESSADO”: UM EXEMPLO DE TERRITÓRIOS MARGINAIS TANTO NO ESPAÇO COMO NO DISCURSO

Resumo: Este trabalho tem como objetivo estudar os efeitos de sentido produzidos pelo emprego do participio “atravesado” pelos moradores da zona urbana de San Matias (Bolívia) para designar a maneira de falar dos moradores da comunidade de San Juan de Corralito, localizada na fronteira com o município de Cáceres (Brasil). As análises partem de corpus restringido constituído de enunciados registrados na pesquisa de doutorado de Silva (2022), através do marco teórico da Análise de Discurso em sua dimensão enunciativa e sócio comunicacional. Os resultados indicam que os usos da expressão atravessado manifestam a interação no discurso entre fatos linguísticos, argumentativos, interacionais, e fatos sociais, ou, em outras palavras, manifestam a parte da memória de uma relação entre identidades, línguas e culturas que persiste na materialidade dos enunciados.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Fronteira Brasil-Bolívia. Identidade. Atravessado.

1 Doutorado em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil(2021)
Professor da Universidade Federal de Mato Grosso , Brasi. Email: fernando.silva1@ufmt.br

2 Licenciado em Filologia Românica (Universidad de Sevilla, 1989), doutor em Filologia Francesa (Universidad de Cádiz, 1997), professor titular do Departamento de Filologia Francesa e Inglesa da Universidad de Cádiz Email: jmanuel.lopez@gm.uca.es

Introdução

En este artículo nos proponemos estudiar los efectos de sentido producidos por el empleo del participio “atravesado” por los habitantes de la zona urbana de San Matías (Provincia Ángel Sandoval-Bolivia) para referirse a la manera de hablar de los habitantes de los espacios rurales fronterizos del respectivo municipio boliviano, más precisamente de la comunidad de San Juan de Corralito, comúnmente conocida como Curicha, ubicada justamente en la frontera con Brasil.

Para eso, partiremos de un corpus de enunciados registrados in situ por el profesor Silva (2022) en su investigación de doctorado realizada en la frontera Brasil-Bolivia, en las ciudades gemelas³ de Cáceres y San Matías, en los que se observa de forma recurrente la expresión “(ellos) hablan atravesao⁴”.

No se trata de un problema exclusivamen-

3 De acuerdo con la Resolución Ministerial n° 2.507, de 5 de octubre de 2021 del Ministerio de Desarrollo Regional (MDR) de Brasil, en su Artículo 1: Son ciudades gemelas los municipios cortados por la línea fronteriza, sea seca o fluvial, articulados o no por obras de infraestructura, que presenten gran potencial de integración económica y cultural, pudiendo o no presentar conurbación o semiconurbación con localidad en el país vecino, así como manifestaciones “condensadas” de los problemas característicos de la frontera, que allí adquieren mayor densidad, con efectos directos sobre el desarrollo regional y la ciudadanía. Cáceres (Mato Grosso-Brasil) y San Matías (Provincia Ángel Sandoval-Bolivia) ingresaron en la categoría de ciudades gemelas a partir de la orden ministerial n° 1.080, de 24/04/2019. Fuente: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.507-de-5-de-outubro-de-2021-350617155>. Consultada el 27/01/2022.

4 Según Coello (1996), el castellano boliviano se divide en tres zonas dialectales. San Matías se inscribe en la zona B, es decir, zona del castellano cambia, dialecto hablado en el departamento de Santa Cruz con fuerte influencia del chiquitano, guaraní, chané y, de acuerdo con Silva (2021), por el portugués debido a su ubicación en la frontera con Brasil. Una característica fonético-fonológica común a esa zona dialectal, según Callisaya (2012, p.102) es “la elisión del fonema /d/ fricativo en posición intervocálica, implosiva o a final de la palabra, como por ejemplo en *ganao* o *ahijao*. Por esta razón, en nuestro estudio recurriremos frecuentemente a la forma “atravesao” en lugar de a la forma ortográfica con -d- intervocálica.

te político ni tampoco propiamente lingüístico, a nuestro entender, sino sobre todo social, con repercusión a nivel discursivo, en la intersección entre lengua e identidad, por lo que el presente trabajo se enmarca principalmente en el ámbito del Análisis del discurso. Consideramos el discurso en su dimensión enunciativa (inspirada en las teorías del círculo de Bakhtine) y socio-comunicacional, siguiendo la estela de Patrick Charaudeau (2009; 2010), pues entendemos que la expresión que constituye el objeto de nuestro estudio tiene unos marcados efectos pragmáticos que dan cuenta de un conflicto identitario que acontece en el presente, en un espacio geográfico de contacto entre dos culturas (la boliviana y la brasileña), dos lenguas (portugués y español) y dos modos de vida (urbana y rural fronteriza).

Tales efectos pragmáticos resultan de implicaturas más o menos convencionalizadas en unas situaciones de interacción bastante comunes – pero muchas veces desconocidas a nivel académico-, incluso diríamos estereotípicas, que conllevan imaginarios que relacionan lengua, territorio e identidad.

Importa precisar que, en el corpus de análisis, que describiremos brevemente a continuación, el participio con función adverbial “atravesao” solo se encuentra en posición inmediatamente tras el verbo “hablan” en 3ª persona del plural del presente de indicativo del verbo hablar. No hay testimonios de expresiones como “lengua atravesada” o “habla atravesada” ni tampoco expresiones como, por ejemplo, “palabras atravesadas”. Tampoco hay testimonios de usos del vocablo “atravesado” tras otros verbos del decir ni tras “hablar” empleado en otros tiempos, modos o aspectos verbales distintos del presente de indicativo, ni con otras personas como por ejemplo *Vos hablás atravesao.

Esto nos permite establecer cuatro premisas:

- La expresión “hablan atravesado” es una expresión fija o que está en proceso de fijación. Por ello, la entendemos como una unidad lé-

xica de la variedad del español hablado en San Matías, la cual designaremos *español matieño*. Su sentido no es la suma de los sentidos de cada uno de los elementos de la composición. El conjunto formado por “atravesado”, derivado verbal de “atravesar”, usado como adverbio, unido a “hablan”, significa “una determinada manera de hablar mal”. No implica el empleo de una lengua diferente, ni tampoco un determinado dialecto o habla. En resumen, partimos de la premisa de que no se trata de un hecho de lengua ni de habla, sino de un “hecho de discurso”.

- El uso de “hablan atravesado” no ocurre en situación de interacción entre un locutor que no habla atravesado y un interlocutor que sí lo habla. Al contrario, “hablan atravesado” surge en interacciones entre locutores que no comparten esa manera de hablar para referirse, desde un yo-tú-aquí-ahora, a una comunidad de terceras personas que se hallan en el espacio del “allá”.
- La frontera como delimitación es resignificada como lugar de continuidad, de tránsito, de circulación de discursos que intervienen en las relaciones inter y transfronterizas producidas en los espacios urbano y rural (SILVA, 2022; STURZA e TATSCH, 2017);
- *Atravesado* señala una memoria de intercambios culturales, sociales, lingüísticos propios del espacio fronterizo en paralelo con la idea de división territorial que encuentra respaldo en el orden geográfico político que fragmenta y al mismo tiempo produce un efecto de “unidades separadas”.

Presentación del corpus

Entre 2019-2020, Silva desarrolló una investigación sobre el contacto lingüístico entre el portugués y el español en las ciudades gemelas de Cáceres (Mato Grosso-Brasil) y San Matías (Provincia Ángel Sandoval-Bolivia) en el marco del Programa Posgrado en Lingüística (Nivel Doctorado) de la Universidad del Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

En ese periodo realizó entrevistas con brasileños y bolivianos, con el propósito de averi-

guar los efectos de ese contacto sobre las comunidades fronterizas que habitan tanto la zona urbana como la rural.

Los relatos registrados traducen un espacio marcado por relaciones de embates y aproximaciones que constituyen esa frontera como un lugar de interdicciones y rupturas, conformando, por ende, un paisaje pluricultural y plurilingüístico condicionado por acciones políticas que construyen la memoria de una determinada relación de división de territorios y de sujetos.

Cáceres y San Matías guardan una historia de colonización y disputa territorial que se materializa en el presente a través de diferentes antagonismos sociales, culturales y lingüísticos, dando lugar a discursos estereotipados sobre la frontera, pese a las numerosas conexiones existentes *de facto* entre ambas comunidades

La línea imaginaria que separa geo-políticamente los dos municipios marca separaciones ilusorias que son del orden del discurso y evocan realidades que, sin embargo, transitan en un *continuum geográfico* controlado y vigilado, bajo la sensación de un infinito estado de *suspensión*, al tratarse de un espacio donde la criminalidad ocupa la mayor parte de los contenidos de los medios de comunicación.

Aunque la frontera sea porosa, es decir, un espacio donde es posible diluirse y mezclarse al ser *atravesado* por sus habitantes, hay diferentes mecanismos de control que intentan frenar o impedir el avance de una heterogeneidad potencialmente peligrosa donde la idea de una *identidad fronteriza* pudiese llegar a cuajar y desarrollarse.

El municipio de San Matías

San Matías por mucho tiempo estuvo dependiente de Cáceres en diferentes sectores, sobre todo, servicios de salud y apoyo político. Actualmente, busca más autonomía debido a la presencia del Estado nacional; no obstante, la distancia con su capital departamental Santa Cruz de la Sierra hace con que muchos matieños

se desplacen a Cáceres para solucionar diversos tipos de problemas.

Un gran número de habitantes de San Matías tiene doble nacionalidad, pues muchas mujeres matieñas dieron (y continúan dando) a luz a sus bebés en Cáceres, tras lo cual regresan a Bolivia con el registro de nacimiento brasileño que permite en el futuro la obtención de diferentes beneficios sociales como cualquier ciudadano de Brasil.

Así, los niños y niñas crecen sabiendo que son bolivianos y bolivianas, pero que tienen documentación brasileña, razón que legitima un sentimiento de no-pertenencia (ni son de Bolivia ni son de Brasil) y un posterior acercamiento al país vecino en busca de aquello que caracteriza al brasileño “verdadero” y lo distingue de aquellos habitantes de la zona rural fronteriza que transitan tanto por la lengua portuguesa como por la española.

Además de la documentación, hay relaciones interfamiliares entre brasileños y bolivianos, situación que fortalece aún más esa identidad híbrida, trascendiendo al ámbito comunitario e institucional.

En el ámbito comunitario, respecto a las relaciones entre San Juan de Corralito (San Matías) y Corixa (Cáceres), se observa que ambas interactúan y establecen un principio de reciprocidad vecinal, desde el intercambio de alimentos hasta eventos sociales, como misas, cultos evangélicos y fiestas, entre otros.

Por otra parte, en el ámbito institucional, ambas comunidades comparten, por ejemplo, la formación de los niños y jóvenes en el mismo espacio educativo, es decir, en la Escuela Marechal Rondon – del lado brasileño – donde alumnos brasileños y bolivianos estudian y resignifican el espacio y las lenguas que hablan.

Ahora bien, al margen de las relaciones señaladas en esos dos ámbitos, las dos comunidades, al estar demarcadas territorialmente por todos los lados – véase, a modo de ejemplo, el hito blanco, en el centro, a la izquierda de la imagen siguiente-, se constata, en el ámbito in-

dividual, una mayor frecuencia de interacción entre vecinos del mismo lado que con los vecinos “extranjeros”, a pesar del constante atravesamiento tanto a nivel espacial como lingüístico por medio del portugués, del español o de los dos.

Imagen 01: Piscina de la Curicha del lado boliviano



Fuente: SILVA (2022)

Durante la investigación, Silva (2022) observó que en San Juan de Corralito se habla tanto el español como el portugués, con la diferencia que el primero se presenta como una lengua vehicular – sobre todo en la zona urbana-, mientras el segundo como vernacular, fruto de relaciones históricas transfronterizas comunitarias.

De acuerdo con el Instituto Nacional de Estadística (INE, 2012), en San Matías se habla además del español, el bésiru, el guaraní, el quéchua, el aymará y “lenguas extranjeras”. En ninguna parte del documento oficial se nombra el portugués, aunque su uso sea reconocido socialmente por los matieños y largamente usado en la zona rural fronteriza como averiguó el autor. Cabe entonces preguntarse por ese gesto de silenciamiento de la presencia del portugués en territorio boliviano. ¿Sería posible pensar en un portugués fronterizo boliviano, es decir, atravesao?

“No hablan ni portugués, ni castellano, hablan *atravesao*”

Al usar la expresión “hablan *atravesado*”, los sujetos toman posición, desde el lugar de la norma lingüística del español de Bolivia, respecto a una manera de hablar diferente, propia de los habitantes de las zonas rurales de la frontera con Brasil. Esa toma de posición implica la aceptación de una norma considerada como legítima (la de los bolivianos de las zonas urbanas) y la consciencia de una diferencia en quienes hablan de modo *atravesado*, sin legitimidad ni credibilidad.

Explicado de otro modo, decir que “(ellos) hablan *atravesado*” es afirmarse como alguien que sí respeta la norma lingüística delante de otro(s) hablante(s) que también habla(n) consensuadamente⁵ “bien”.

Esa tercera persona del plural (“ellos”) implícita en la expresión “hablan *atravesao*” no se refiere a esos Otros que tradicionalmente sustentan el imaginario de la unidad lingüística del español de Bolivia; es decir, no se refiere a aquellos que hablan una lengua distinta (el portugués de Brasil, en este caso). Dicho de otro modo, quienes hablan *atravesao* no son ni yo (ni nosotros) ni tampoco los Otros (los brasileños), pues ni hablan español ni portugués: un problema de elección lingüística se transforma así en un problema social, pues se trata de “otros” que no eligen ni una ni otra de las normas lingüísticas propias cada lado de la frontera. De ahí esa falta de legitimidad y de credibilidad al hablar “*atravesao*” que fertiliza su silenciamiento y su marginalización no solo espacial (en el campo, en la frontera) sino también discursiva (en los márgenes de las maneras aceptables de hablar una lengua).

5 Entendemos “consenso”, siguiendo a Rancière (2022, p. 19-25) no como un simple acuerdo al que un grupo de hablantes llega de manera responsable, discutiendo los pros, los contras y las soluciones de un determinado problema objetivo, sino la conformidad inmediata del grupo en la identificación de un problema, de algo que causa miedo.

Hablar “*atravesao*” no implica, entonces, hablar una lengua distinta, sino hablar de una forma transgresora, fuera de los límites de las normas del español de Bolivia y del portugués de Brasil. Justamente, “*atravesado*”, participio del verbo “*atravesar*” (procedente del latín vulgar **traversare*, forma que procede a su vez del latín clásico *transversare*) conlleva la idea no sólo de cruzamiento, de paso de un lado a otro (de una forma aceptable de hablar a otra), sino también la idea de transversalidad, es decir, la idea de que algo (la manera de hablar *atravesadamente*) “da la vuelta” al estado normal de la relación entre las palabras y las cosas entre quien hablan “bien” de las distintas maneras posibles. La expresión “hablan *atravesado*” tiene así una destacable carga peyorativa en la forma en que los habitantes de la zona urbana pretenden condenar a los habitantes de la zona rural vecina a una especie de destierro o exilio discursivo.

Quienes “hablan *atravesao*” se mueven por territorios marginales tanto en el espacio como en el discurso. Ese modo *atravesado* de hablar aparece, así, como propiedad constitutiva de una comunidad marginalizada en espacios rurales en la frontera entre países de lenguas distintas. La expresión no parece aludir a una forma de hablar circunstancial sino a una manera que caracteriza de forma permanente la identidad discursiva del grupo constituido por “ellos” que viven “allá”.

“Allá todos hablan *atravesao*”

“Allá” tiene su referente en un lugar indefinido, donde habitan quienes hablan *atravesao*. Es un adverbio de lugar de una categoría especial, pues no requiere ninguna mención previa del lugar en enunciados anteriores ni tampoco un gesto señalizador. Así empleado, “allá” no es ni anafórico ni deíctico: no es un lugar conocido, pero tampoco se refiere a un lugar nuevo al que podamos señalar en situación de interacción lingüística.

Allá” es la marca de una no-pertenencia; es decir, en “allá todos hablan atravesao”, el adverbio refiere simplemente al lugar al que no pertenece el locutor; es el lugar donde nunca se encuentra ni puede encontrarse el locutor. Allá es donde una muchedumbre indefinida (“todos”) no habla el español boliviano normativo, a pesar de encontrarse en un territorio boliviano, ni obviamente tampoco habla portugués, pues quienes así hablan tampoco son brasileños.

La expresión parece dar por sentado que no hay otra opción posible al margen de la de hablar bien el español de Bolivia o de hablar bien el portugués de Brasil. “Allá” es el lugar de los hablantes que no tienen derecho de estar “acá”, al no hablar como los de “acá”.

De lo anterior se puede inferir que quienes hablan atravesao no son “verdaderos” bolivianos ni “verdaderos” brasileños, con lo que el enunciado “allá todos hablan atravesao” tiene una destacable carga ideológica y una finalidad discriminatoria evidente. Se trata de mostrar a los “buenos sujetos” hablantes del español de Bolivia que, en un territorio boliviano al que el locutor no pertenece, en la frontera con Brasil, existe una gran concurrencia “malos sujetos” bolivianos sospechosos de rechazar las normas del buen uso del español de Bolivia.

El término “atravesao” no caracteriza, según hemos podido observar, la manera de hablar de personas de alguna etnia, creencia o ideología definidas, sino a la totalidad de quienes habitan los espacios rurales en la frontera con Brasil, al norte y este de San Matías.

Características lingüísticas del hablar “atravesao”:

Según Silva (2022), el hablar atravesao es percibido por los habitantes de la zona urbana como una manera de hablar marcada por diferentes tipos de errores gramaticales en diferentes niveles, desde el fonético-fonológico hasta el morfosintáctico. El tránsito cotidiano entre el portugués y el español hace que los habitantes

de San Juan de Corralito hablen mezclando códigos de forma más o menos espontánea, pero con ciertas regularidades. Por ejemplo, quienes “hablan atravesao” hacen la distinción de los fonemas [v] y [b], común en portugués pero ausente en el español matieño. Suelen conjugar verbos mezclando pronombres del español y formas verbales del portugués. Además, el léxico de quienes “hablan atravesao” tiene mucha influencia de Brasil, como se observa en enunciados como, por ejemplo “Véndame mandioca, por favor” en vez de “Véndame yuca, por favor”.

La razón que justifica esta mezcla está en la expansión histórica del portugués hacia la comunidad lindera, tornándolo una lengua transfronteriza legitimada del lado brasileño – en la comunidad de Corixa- pero no aceptada del lado boliviano, sobre todo por la zona urbana que asume el rol de “protección” de la identidad lingüística nacional.

El atravesao pone de manifiesto una realidad sociolingüística reconocida pero silenciada políticamente, como se observa en el INE cuando describe las lenguas que son habladas en San Matías. Hay un sentido de amenaza implícito en el atravesao que va más allá de una cuestión lingüística pues alcanza la cuestión de la identidad.

En un intento de conjura de la amenaza para la estabilidad de la identidad boliviana que supone el hablar atravesao, el discurso “allá todos hablan atravesao” (omitiendo la referencia espacial exacta) produce un efecto de indefinición por medio del adverbio allá que apunta a una situación transitoria del uso del español, es decir, a errores que pueden ser corregidos, tratando el problema, de ese modo, como un fenómeno de interlengua en el proceso de aprendizaje de una segunda lengua y descartando la posibilidad de considerar el atravesao como una forma particular de ser-hablar-hacer de los habitantes de San Juan de Corralito.

Creemos que el acto de nombrar concretamente el lugar, en vez de utilizar el adverbio “allá”, podría desestabilizar, de facto, la voluntad

de integridad territorial tanto como el deseo de unidad de la comunidad homogenizada por la lengua en los procesos de control del peligro de los discursos. En otras palabras, especificar el lugar geográfico del hablar atravesao podría cambiar de lugar la línea imaginaria que divide los territorios lingüísticamente, creando un tercer lugar (en perjuicio del espacio de enunciación del español) y posibilitando el reconocimiento (la legitimidad) de un grupo de hablantes definitivamente fuera del sistema de español de Bolivia. El hablar atravesao se convierte así en el emblema del campesino que se ubica dentro de un espacio históricamente marcado por disputas territoriales, donde la necesidad de bolivianizar la zona lindera se torna un objetivo constante.

“Ellos hablan atravesao. Se creen los brasileiros”.

La manera común, jerárquica, de pensar la lengua entre los urbanitas bolivianos hace confluir en la expresión “hablan atravesao” el imaginario, por un lado, del buen uso del español y del portugués de Brasil con el imaginario, por otro lado, de un pueblo pobre y atra(ve)sado que trabaja con las manos y que vive en la frontera. Dicho esto, importa destacar que estos habitantes de la frontera, tras ser encuestados, no parecen tener la percepción de hablar diferentemente, pues alternan los códigos españoles y portugueses con la naturalidad con la que aprendieron tal alternancia.

François Jullien, en su libro *Il n’y a pas d’identité culturelle* (2016), defiende la idea de que los discursos intolerantes y discriminatorios (entre los que nosotros situamos el enunciado “ellos hablan atravesao. Se creen los brasileiros”), parten de la falacia de la existencia de identidades colectivas uniformes, diferentes unas de otras, cuya estabilidad estaría en peligro por causa de la existencia de identidades culturales heterogéneas. Para poner fin a esta falacia, Jullien propone dejar de lado las nociones de “diferencia” y de “identidad”, sustituyéndolas,

respectivamente, por las de “intervalo” (*écart*) y la de “recursos” (*ressources*). Estos “recursos” no serían bienes exclusivos de un determinado grupo de hablantes, sino bienes al alcance de cualquier sujeto, disponibles para resolver una necesidad o llevar a cabo una determinada acción. Por otro lado, el “intervalo” no opone dos grupos culturales, promoviendo las diferencias o la superioridad de uno frente al otro, sino el intervalo requiere por igual de la existencia de ambos lados, sirviendo como “un espacio exploratorio común que permite el roce y la comparación, pero no la exclusión” (LÓPEZ-MUÑOZ et alii, p. 4).

Por decirlo de un modo simple, nuestro objetivo en este artículo no es describir el habla “atravesada” matieña ni distinguirla del español de Bolivia o del portugués de Brasil, sino de poner de relieve la existencia de un intervalo (territorial y social) de relación entre ambas lenguas dominantes en América Latina.

Así, entendemos que quienes dicen “(ellos)” hablan atravesao” están íntimamente convencidos no solo de su superioridad lingüística y social, sino de su pertenencia a una cultura homogénea que les sirve de rasgo diferenciador. De hecho, se puede observar en tal comentario acerca del habla de los matieños esa actitud discursiva (el *ethos*⁶) del superior que se autoriza a evaluar cómo son, cómo hablan o qué hacen otras personas consideradas inferiores.

Tal sentimiento está basado en una conciencia de la desigualdad (de género, de clase social, de nacionalidad, de religión, de lengua, de sentidos y de maneras del hablar, etc.). Sabemos que la conciencia de la desigualdad parte de la existencia de un “principio de alteridad” (CHARAUDEAU 2010, s/p.), necesario para la construcción de la identidad discursiva y social de cada individuo.

6 El *ethos* está vinculado a la enunciación en sí, y no a un conocimiento extralingüístico sobre los atributos “reales” del hablante (cf. MAINGUENEAU, 2002). el *ethos* se muestra en el acto de enunciación, a través del posicionamiento (la actitud) del hablante respecto a lo que dice y al cómo decirlo.

En cualquier caso, se puede deducir del uso de “(ellos) hablan atravesado”, yuxtapuesta a la afirmación de que ellos “se creen los brasileños”, la convicción de que hablar bien el español es la condición para ser un verdadero boliviano. Y así, por encima de todo, podemos inferir en el locutor la voluntad de presentarse como alguien que, habitando el lado “bueno” del territorio y comportándose como “buen sujeto”, ve objetivamente la realidad de un comportamiento sospechoso de inautenticidad.

No obstante, nos parece evidente que el discurso implícito en “ellos hablan atravesao. Se creen los brasileños”, lejos de fundamentarse en la realidad lo que hace es construir un cierto real, no se basa en hechos probatorios sino en una creencia, eso sí, más o menos consensuada⁷, compartida por la mayoría de los hablantes de las urbes bolivianas, de que existe una desigualdad estructural en la lengua que sería el reflejo de una desigualdad identitaria. Pensamos que la academia y las ciencias del lenguaje pueden ser en gran medida responsables de tal creencia, al proponer un modelo de lengua separado del habla (SAUSSURE) y castigar (FOUCAULT) a quienes no hablan como deberían hacerlo.

Las disciplinas, como afirma Rancière⁸, “no son formas de racionalidad constituidas que propondrían procedimientos de interpretación de lo que ocurre” (RANCIÈRE 2022:68). Todo lo contrario, sostiene este autor,

“las disciplinas académicas son formas de solidificación de los modos de interpretación nacidos de la exigencia de acontecimientos. [...] Son modos de construcción del acontecimiento, de las formas de interpretación o de los posicionamientos

subjetivos respecto al hecho mismo de que ocurra alguna cosa” (ibidem)

Rancière se está refiriendo en su texto a disciplinas como la sociología, las ciencias políticas o la filosofía, pero nosotros pensamos que esa afirmación puede hacerse extensible a las ciencias del lenguaje, que es el ámbito que nos ocupa. Pensamos sobre todo en la responsabilidad, en este sentido, de la lingüística tradicional dominante, heredera de las teorías de Saussure, que hace creer que los hablantes cometen errores al hablar por lo que es preciso instruirlos en el respeto de las reglas de la gramática y del buen uso.

También pensamos en la responsabilidad de aquel Análisis del discurso, heredero de las teorías de Pêcheux, que se interesa por los automatismos del habla, defendiendo la idea de la existencia de buenos y malos sujetos y de mecanismos inconscientes que hacen que los individuos no sean enteramente responsables de lo que dicen ni de cómo lo dicen.

Creemos que este pensamiento dominante sobre la lengua y los discursos, es el que puede estar en el origen de comentarios como “hablan atravesao” cuya finalidad es la de silenciar e invisibilizar (aislándolos en guetos discursivos) a unos determinados hablantes, ya naturalmente marginalizados socio-lingüísticamente, cuya producción es peligrosa en la medida en que es potencialmente desestabilizadora del orden de la geografía, de la gramática y de los discursos.

Al señalar que “(ellos) se creen los brasileños” dan a entender que “ellos” no son verdaderos brasileños, poniendo de manifiesto que la comunidad de quienes “hablan atravesao” son, a pesar de todo, bolivianos, incluso si no comparten las referencias tradicionales de los bolivianos “verdaderos”. De manera que quienes hablan atravesado quedan confinados a un “tercer espacio” (BHABHA HOMI et al. 2006), es decir, un espacio entre dos espacios, en los márgenes de la oposición tradicional entre los mismos (los bolivianos) y los otros (los brasileños).

7 Ver nota al pie nº4.

8 Las traducciones propuestas son nuestras. El texto original dicta : “les disciplines ne sont pas des formes de rationalité constituées qui proposeraient des procédures d’interprétation de ce qui arrive. C’est plutôt le contraire : les disciplines académiques sont des formes de solidification de modes d’interprétation nés de la contrainte d’événements [...] des formes de construction de l’évènement, des formes d’interprétation ou des positions subjectives quant au fait même qu’il arrive quelque chose »

Conclusión

Como hemos señalado más arriba, nuestro objetivo en este artículo no ha sido describir el habla “atravesada” matieña ni distinguirla del español de Bolivia o del portugués de Brasil, sino poner de relieve la existencia de un intervalo (territorial y social) de relación entre ambas lenguas dominantes en América Latina. Ese intervalo se configura como un tercer espacio caracterizado por el atravesamiento continuo de fronteras geográficas, culturales, discursivas y lingüísticas.

Para Charaudeau (2009), la identidad se caracteriza por ser compleja y, en ocasiones engañosa, debido a la pluralidad de factores que la constituyen, biológicos, psico-sociales, culturales, económicos, políticos y también discursivos. La diferencia que los habitantes de la zona urbana intentan atribuir a los habitantes de San Juan de Corralito, en el ámbito del discurso, parte de una voluntad de unidad que responde a la pregunta “¿quiénes somos nosotros?” Así, concluimos a partir de los datos expuestos que hay un problema de identidad que se manifiesta cuando el locutor habla de “ellos-allá”, lo que le lleva a preguntarse si “soy lo que creo que soy” o, en definitiva, a preguntarse por “quién soy y cómo hablo respecto a ellos que hablan atravesao”.

Para comprender mejor el discurso de la diferencia producido a partir de la “manera atravesada de hablar en la frontera”, hemos considerado las condiciones de producción de esta frontera a partir de discursos producidos por los habitantes de la zona urbana como “no hablan ni portugués, ni español, hablan atravesao”.

Históricamente, San Matías siempre ha sido dependiente de Cáceres política, social y comercialmente, dadas las condiciones geográficas de lejanía de la capital Santa Cruz de la Sierra y su proximidad al municipio brasileño. Esta relación produjo un intercambio muy fuerte entre las ciudades gemelas, principalmente sobre los matieños quienes, con el tiempo, fueron

asimilando muchos elementos culturales y lingüísticos brasileños, al punto de ser deslegitimados como bolivianos “puros” por los cruceños⁹. Por eso, durante mucho tiempo fueron -y aún lo son- considerados “mezclados” por los bolivianos de la capital, por su forma de hablar diferente. El “hablar matieño” justifica, en este sentido, la diferencia sentida por ellos, los cruceños.

A medida que San Matías comenzó a desarrollarse y a recibir una gran cantidad de migrantes de Santa Cruz de la Sierra y otras provincias del país, se produjo un efecto de intento de “nacionalización” de la zona fronteriza – sobre todo por la lengua-, con el objetivo de tornarla más “bolivianizada” y menos “brasileña”. Ese proceso migratorio contribuyó a fortalecer imaginarios identitarios dentro del espacio fronterizo, dividiendo los habitantes entre aquellos que son “verdaderamente bolivianos” y los que son “mezclados” y, por ende, hablan “atravesao”. El acontecimiento de la migración hizo aflorar presumiblemente una conciencia nacional que, por medio del discurso de la diferencia identitaria, buscó – y todavía busca- silenciar los modos de existencia de esa frontera, es decir, los modos de “atravesar” los discursos dominantes.

La urbanización de San Matías asociada a la migración contribuyó a la construcción de territorios marginales tanto en el espacio fronterizo como en el discurso de los matieños, a partir del trabajo de las instituciones del Estado – sobre todo de las escuelas – que pasaron a vigilar el hablar de los ciudadanos, controlando la diferencia y desautorizando cualquier forma pudiera desviarse de la norma lingüística impuesta, vigilancia que se manifiesta en actos de habla como estos otros dos ejemplos registrados: “no se dice ligar la luz, sino prender la luz”, o “deje de hablar atravesao, estás en Bolivia”.

La división entre la frontera urbana y la rural lindera constituye, por un lado, un terreno propicio para “estar al margen” y, por otro lado, estimula un deseo de asemejarse a los buenos

9 Nacidos en el departamento de Santa Cruz y en la capital Santa Cruz de la Sierra.

hablantes de la capital, con el fin de formar parte de la unidad territorial nacional mediante el uso de una lengua común. De tal confrontación surge, entendemos, el hecho de expresarse “atravesadamente, como sujeto fronterizo, es decir, como un sujeto que escoje, consciente o inconscientemente, beneficiarse de los recursos de dos lenguas y dos culturas limítrofes, transitando cotidianamente por diferentes espacios geográficos y discursivos.

Los hechos analizados nos llevan, por último, a intentar responder seguidamente a otra de las preguntas planteadas por el autor citado más arriba (CHARAUDEAU, 2009): ¿La identidad asociada al hablar *atravesao* es individual o colectiva?

Según Hall (2006), a partir de finales del siglo XX, el mundo ha sufrido grandes transformaciones que han afectado a diferentes categorías, entre ellas las identitarias, que se han caracterizado por procesos de fragmentación y desterritorialización, especialmente en lo que se refiere a las zonas fronterizas. En ese sentido, lo que aparentemente estaba unificado ahora está dividido, por lo tanto, la idea de pertenecer a un territorio compartiendo una “misma” lengua no se corresponde con la realidad plurilingüe de países, como Bolivia. La globalización, la tecnología, los nuevos rostros del mercado y la reconfiguración política internacional han favorecido diversos tipos de desplazamiento, ya sea en el ámbito material como inmaterial (virtual), produciendo lo que el autor llama de una “crisis” de identidades.

Entonces, ¿podrían considerarse los sentidos atribuidos al término “*atravesao*” un efecto de esta crisis de identidad en la frontera? La experiencia parece demostrar que la relación entre el sujeto y sus tradiciones ha dado lugar a más rupturas y desigualdades que homogeneidades, constituyendo una contradicción que nunca se resolverá posiblemente, ya que el deseo de singularidad del sujeto aparece al mismo tiempo que el deseo de pertenencia colectiva.

Según Charaudeau (2009), la singularización se refiere a un deseo reticente de diferencia que parte de lo individual hacia lo colectivo, es decir, que partiendo del “soy diferente a ti”, lleva al “yo y otros como yo (nosotros) somos diferentes a ti y a ellos”.

En nuestro estudio hemos puesto de relieve que tal deseo de particularización conlleva un conjunto de comportamientos (discursos) de negación por parte de los habitantes urbanos respecto a la capacidad los sujetos linderos para hablar español de Bolivia o portugués de Brasil. En este sentido, independiente de las diferentes filiaciones discursivas (ligadas a una determinada profesión, ideología, sexo, escolaridad, etc.) de los *matieños*, vivir en el “espacio urbano” parece conllevar de hecho la existencia de unos “discursos urbanos”, caracterizados, en superficie, por el uso de unas óptimas competencias lingüísticas, lexico-semánticas y sintácticas, en unas prácticas automatizadas que excluye cualquier forma de “*atravesamiento*”.

Es importante destacar que, para Charaudeau (2009), la identidad de un grupo no es la suma de las identidades individuales; mucho menos la opinión de un grupo es la suma de las opiniones individuales. En esa perspectiva, hay un juego de representaciones que, transitando dentro del colectivo, presupone una unicidad de “lo mismo” – incluyendo habitantes urbanos y rurales en el continuo de lo que se entiende por identidad *cruceña* boliviana- y, al mismo tiempo, la unicidad del otro, el *brasileño*, relegando a quienes hablan *atravesao* a un tercer lugar fuera de esa discotomía, marcado por la transgresión de los espacios lingüísticos y discursivos normales.

Otro aspecto que destaca Charaudeau es su estudio de la identidad es el elemento cultural, que a su vez apunta a unos parámetros espacio-temporales comunes y a una memoria común. Considerando, por un lado, las condiciones históricas del oriente boliviano, es decir, el proceso de colonización española en un entorno de culturas indígenas y, por otro, la in-

fluencia de Brasil, nos preguntamos si es posible concluir que el hablar *atravesao* implicaría la existencia de otra identidad y de otra cultura.

Charaudeau (op.cit) resalta que la identidad vista desde una perspectiva cultural comporta tradicionalmente la idea de una “autenticidad”, es decir, de una legitimidad construida sobre la base de una “unidad” de hechos y dichos que compartirían un origen común, de tal forma que, desde tal entendimiento de la cultura, el hablar *atravesao* sería un hablar inauténtico, “falso”.

No creemos eso; sin embargo, concordamos con el autor cuando afirma que no existe tal “originalidad” o “autenticidad” sino que lo que hay son estrategias de identidad, conducidas de manera racional por actores identificables, en este caso entre los habitantes urbanos y rurales. Para el autor, en nombre de una identidad auténtica se cometen abusos y se gana espacio para la enunciación de discursos prejuiciosos, como sucede con los fragmentos aquí analizados, donde se cataloga el hablar *lindero* como *atravesao* y, por ende, se atribuye una identidad ni boliviana ni brasileña a quienes así hablan “allá”.

En resumidas cuentas, lo que hemos podido concluir a partir de los datos expuestos y analizados en el presente artículo es que, en San Matias, la palabra “*atravesao*” condensa todo un discurso de hipervaloración de la diferencia lingüística y de infravaloración de los sujetos fronterizos, hecho que, probablemente, se reproduce por desgracia en muchos otros espacios fronterizos del mundo, con otros apelativos y otras lenguas en juego.

Creemos que la unidad de la cultura que presuponen los comentarios analizados, particularmente el de “No hablan ni portugués, ni castellano, hablan *atravesao*”, es falso, o, cuando menos, responde a una determinada voluntad de verdad que cimienta la hegemonía de una lengua sobre otra, y de una forma de hablar sobre otras. La singularidad del hablar “*atravesao*” es considerada como algo amenazante, peligrosa o incluso salvaje porque inculta y porque cons-

truye su propio sentido (la representación de un mundo esencialmente fronterizo) al margen del orden general del español de Bolivia y del portugués de Brasil.

REFERÊNCIAS

APAZA CALLISAYA, G. M. El español de Bolivia. Contribución a la dialectología y a la lexicografía hispanoamericanas. Tese (doutorado) Facultad de Traducción y Documentación. Departamento de Traducción e interpretación. Universidad de Salamanca, Salamanca, España, 2012.

BHABHA HOMI K, RUTHERFORD Jonathan, Le tiers-espace, *Multitudes*, 2006/3 (no 26), p. 95-107. URL: <https://www.cairn.info/revue-multitudes-2006-3-page-95.htm>.

CHARAUDEAU, Patrick (2010). Identité sociale et identité discursive. Un jeu de miroir fondateur de l'activité langagière, in Charaudeau P. (dir.), *Identités sociales et discursives du sujet parlant*, L'Harmattan, París. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Identite-sociale-et-identite,217.html>> consultado em 31 de janeiro de 2022.

CHARAUDEAU, Patrick (2009). Identité linguistique, identité culturelle : une relation paradoxale. Disponível em: <<http://www.patrick-charaudeau.com/Identite-linguistique-identite.html>> consultado em 31 de janeiro de 2022.

CAMPESTRINI, Hildebrando et al. *Enciclopédia das Águas de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: IHGMS, 2014.

COELLO, Carlos Vila. Bolívia In: ALVAR, Manuel (dir.) *Manual de Dialectología hispánica: el español de América*, Barcelona, Ariel, 1996.

FOUCAULT Michel. *L'ordre du discours*. Paris, Gallimard, 1971.

FOUCAULT Michel, *Surveiller et punir*, Paris, Gallimard, 1975.

HALL, Stuart. Identidade cultural na pós-mo-

dernidade. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

INE (Instituto Nacional de Estadística). Ficha Resumen Censo de Población y Vivienda. Bolívia, 2012.

JULLIEN, François. Il n'y a pas d'identité culturelle. Paris: l'Herne, 2016.

LÓPEZ-MUÑOZ JUAN MANUEL, DI FANTI, M. DA GLÓRIA. C., & COVATTI MALCORRA, B. L. Discursos (in)tolerantes e democracia pluralista. *Letrônica*, 13(2), 2020, 1-8. Disponível em: <<https://doi.org/10.15448/1984-4301.2020.2.37655>>.

MAINGUENEAU, Dominique. Problèmes d'éthos. *Pratiques* n°113-114, 55-67, 2002.

RANCIÈRE, Jacques. Les trente inglorieuses : scènes politiques. Paris: La fabrique éditions, 2022.

SILVA, Fernando Jesus da. O contato lingüístico entre o português e o espanhol na fronteira Brasil-Bolívia: um estudo sobre variação lexical. Tese de Doutorado, Cáceres-MT: 2022.

STURZA, E. R.; TATSCH, J. A fronteira e as línguas em contato: uma perspectiva de abordagem. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 26, n. 53, 15 jan. 2017.

Submissão: 24 de março de 2022

Aceite: 23 de julho de 2022

FRASES POPULARES CHINESAS: TRADUÇÃO CULTURAL DO SILÊNCIO E A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DE REALIDADES EM SALA DE AULA

Roberval Teixeira e Silva¹
Yuanzhou LI²

Resumo: A mobilidade humana contemporânea tem colocado em inevitável contato sujeitos e comunidades com os mais diversos repertórios socioculturais. A sala de aula de línguas é um desses cenários nos quais entram em contato comunidades e sujeitos que buscam criar referências comuns para interagir. No caso específico de Macau e da China, um dos elementos que promove múltiplas interpretações e ruídos na elaboração de plataformas comuns é o silêncio. Tradicionalmente, a interpretação do silêncio chinês é realizada numa perspectiva de cultura e identidade como entidades fixas e costuma ser associada a passividade. Para discutir a questão, trabalhamos com um conjunto depoimentos e de frases populares citadas por alunos chineses na qual foram convidados a ponderar sobre o silêncio em sala de aula. Com base nesse conjunto de dados, temos acesso à diversidade e instabilidade de sentidos que o silêncio pode assumir dentro e fora da sala de aula e, assim, interditamos a sustentação de argumentos que ainda defendem a possibilidade de construção de identidades rígidas.

Palavras-chave:

Silêncio, tradução cultural, construção discursiva de realidades, fraseologismo chinês, Macau

CHINESE POPULAR PHRASES: CULTURAL TRANSLATION OF SILENCE AND THE DISCURSIVE CONSTRUCTION OF REALITIES IN CLASSROOM

Contemporary human mobility has brought subjects and communities into inevitable contact with diverse sociocultural repertoires. The coexistence between these groups promotes a series of challenges whose main one is the elaboration of common platforms in which they can anchor their interactions. The language classroom is one of those scenarios in which communities and subjects try to create shared references to interact. In the specific case of the educational context of Macau and China, one of the elements that promote multiple interpretations and noises in the elaboration of common platforms is silence. Traditionally, the interpretation of Chinese silence by Chinese and non-Chinese teachers and even by students is usually associated with a passivity that is a direct product of a general culture and, specifically, a culture of learning. This generalist interpretation comes from analyzes that ignore that meanings are not fixed and that they are produced by us, situated in social negotiation. Especially, these are perceptions that create classroom realities in which subjects are taken as linear and Cartesian and, therefore, rigid. Thus, in order to debate

1 Professor e Pesquisador do Departamento de Português da Universidade de Macau. Doutorado em Língua e Linguística Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: robts@um.edu.mo>

2 Universidade Politécnica de Macau, Programa de Mestrado em Tradução. E-mail: xzqubw@gmail.com

interpretations of silence, we reflect on the perspective that the world and the senses are in motion and that the search for coexistence strategies can generate possibilities for encounters. Therefore, we approach the concept of cultural translation as a posture that can shed light on the dynamics we experience in the search for the construction of a common space of coexistence. To carry out our discussion, we worked with a set of testimonies and popular phrases (sayings, proverbs, etc.) quoted by Chinese students in a written interaction in which they were invited to ponder about silence in the classroom. Based on this data set, we have access to the diversity and instability of meanings that silence can assume inside and outside the classroom; thus, we refuse arguments that still defend the possibility of building rigid identities.

Keywords: Silence, Movement, cultural translation, the discursive construction of realities, Chinese phraseologismen

Introdução

Em tempos de intensas dinâmicas como a globalização e o multilinguismo (BLOMMAERT, 2010), a superdiversidade (VERTOVEC, 2007) e o transculturalismo (WELSH, 2001), o ato de traduzir ocupa um lugar estratégico e inescapável nas interações humanas. Referimo-nos aqui, no entanto, não à tradução no sentido estrito feita por especialistas, mas às traduções quotidianas, em sentido amplo, que nos permitem interagir em busca de soluções práticas para a nossa vida.

Um dos cenários mais marcados por estas dinâmicas contemporâneas são as salas de aulas de línguas. Nelas, a mobilidade humana (HALL, 2006), a multimodalidade (BEZEMER & JEWITT, 2010) e o transidiomaticidade (JACQUEMET, 2005) são o contexto e o objeto de interesse. Em função dessas novas organizações socioculturais, uma significativa virada epistemológica tem-nos obrigado a rever conceitos, em uma perspectiva discursiva, para lidar de maneira mais apropriada com todos esses processos envolvidos na construção das realidades (TEIXEIRA E SILVA & MEDEIROS, 2019). Um desses conceitos é o de tradução cultural (HALL, 2016; BHABHA, 1990, 1998), que passa a ser uma estratégia-chave na co-construção de sentidos no e para o mundo.

No caso específico da China (incluída a Região Administrativa Especial de Macau), por conta de fatores sobretudo político-econômicos,

tem-se vivido uma vertiginosa mudança com a ampliação de interações, em diferentes espaços da vida, entre sujeitos com backgrounds culturais dos mais diversos. A língua portuguesa faz parte desse cenário. Em 2005, por exemplo, na parte Continental da China (que exclui a cidade de Macau), havia apenas três universidades dedicadas ao seu estudo e promoção. Já em 2022, esse universo ampliou-se para mais de cinquenta instituições. Em consequência, as dinâmicas humanas que se processam nas salas de aula de português tornam-se um importante foco de interesse para pensar a contemporaneidade e, especialmente, a formas de interação interdiscursiva/intercultural que nelas se constituem.

Sobre o processo interativo com estudantes chineses, há vasta literatura. Um dos aspectos discursivos que tem mobilizado significativa preocupação de professores, instituições e pesquisadores, tanto na China quanto fora dela, é o silêncio que surge em sala de aula (TEIXEIRA E SILVA, 2011, 2016, 2021; HE, 2008; LI, 2012; TSAI, 2016). Esse silêncio de sala e aula pode ser visto como uma marca cultural que precisa de ser, portanto, culturalmente traduzida pelos interagentes no sentido de o processamento internacional fluir.

Tradicionalmente, a interpretação do silêncio chinês, por professores chineses e não-chineses e mesmo por alunos, costuma ser associada a uma passividade que é produto direto

de uma cultura geral e de uma cultura de aprendizagem.

(1) Depoimento de S. (estudante chinesa)

Uma abordagem muito aplicada para estudar o silêncio é a de comparar macroculturas: oriente e ocidente (XING, 2016; WATKINS & BIGGS, 1996), ou, mais especificamente, os chineses e os canadenses (ZHOU et al, 2005), os chineses e os americanos (SUN, 2016), os chineses e os neozelandeses (WILKINSON et al, 2006), por exemplo. Em geral, são estudos que tendem a assumir as culturas sob uma perspectiva mais globalizante e os sujeitos como representantes delas. O que nos interessa aqui, entretanto, é discutir, em perspectiva microecológica, e com a voz dos próprios interagentes, de que maneira eles dão sentido a esse tão estudado silêncio que surge nas suas próprias interações pedagógicas.

Para empreender esta investigação, convidamos estudantes universitários a acessar as suas experiências culturais de socialização e trazer para discussão fraseologismos chineses (provérbios, ditos, aforismos, máximas...) que de alguma forma diziam respeito ao silêncio e que eles considerassem como orientadores das suas práticas dentro e fora de sala de aula. Trabalhamos então com o conjunto de dados fornecidos pelos próprios alunos, considerando a perspectiva de que a linguagem (incluídas aí as línguas) constrói as nossas realidades e as nossas realidades constroem a linguagem (incluídas aí as línguas). Com base nesse material levantado pelos próprios alunos, e assumindo o conceito de cultura não de forma globalizante, mas como práticas locais co-construídas pelos sujeitos, discutimos sentidos sobre o silêncio que circulam na elaboração e interpretação das realidades de sala de aula.

Tomamos como referência para as nossas reflexões a ideia do movimento. Como todos os contextos, a sala de aula é constituída por práticas criadas por dinâmicas de relações entre as

próprias realidades pedagógicas e as macro-realidades que a alimentam. Essas realidades estão sempre em processo de mobilidade, de mudança e de transformação. Apesar desse princípio básico e inevitável, as línguas-culturas, seu ensino e os sujeitos ainda são normalmente concebidos no prisma de um mundo fixo, em que comunidades, línguas e culturas são vistas como limitadas em si mesmas e são inventadas como entidades hierárquicas e excludentes frente umas às outras. Assim, discutimos na próxima seção as implicações de considerar um mundo na perspectiva do movimento e na perspectiva da fixidez.

1. Lingua(gens), sujeitos e culturas em movimento

Para considerar o mundo (e as línguas-culturas) em movimento – em uma concepção líquida (BAUMAN, 2000) – é preciso pensar o contexto e, nele, ouvir o outro.

Quando dizemos que o mundo está sempre mudando, que nada fica para sempre e que estamos (tudo e todos) em movimento, a tendência é a de todos concordarem e até considerarem que são afirmações superficiais e óbvias. Em geral, todos admitimos que tudo no mundo muda.

Esta obviedade, entretanto, começa a ser questionada quando refletimos sobre dois conceitos que têm organizado o nosso mundo e que se materializam no verbo “ser” e na palavra “verdade”. Desconstruindo esses dois conceitos, podemos dizer que “não somos” algo (num presente estático), mas que estamos sempre “sendo” algo em um tempo e espaço (em um processo, em um presente progressivo). Da mesma forma, a verdade não existe como um simples resultado ou como uma entidade absoluta, limitada e externa a nós. Em cooperação, criamos verdades: é por isso que existem muitas. Como afirma Foucault (1980: 133): “A verdade é coisa deste mundo”.

Trazendo essa discussão para a nossa área de estudos, quando falamos de línguas, a rejeição à ideia de que o mundo está sempre mudando chega a uma atitude extrema. A forma como a linguagem verbal é tradicionalmente descrita e ensinada geralmente toma-a uma entidade que, além de delimitada com um rigor (des)humano, renega qualquer indício de mudança. Dessa forma, o que, em outro contexto, é considerado óbvio, passa a assumir um caráter de heresia quase religiosa. Considerar diferentes formas da língua, frutos das mudanças, como legítimas é ainda algo a ser muito discutido. Entretanto, como tem sido apontado por vários trabalhos, é uma ilusão acreditar que a(s) língua(s) que escrevemos, sinalizamos e falamos sejam(são) a(s) mesma(s) descrita(s) nas “religiosas” gramáticas que, em algum grau, pretende indicar o que “é” a língua e ditar as “verdades” da língua. Em muitos contextos, especialmente os educacionais, é ainda assim que elas têm sido consideradas: algo acima de nós, e não algo produzido por nós. Esta é uma postura que pode chegar às raias da afronta aos direitos humanos porque não é incomum identificar a maneira predatória com que alguns sujeitos e comunidades valorizam as suas línguas em detrimento de outras.

É essencial aqui salientar que as gramáticas são instrumentos linguísticos com funções sociais, políticas, educacionais e antropológicas fundamentais e que precisam de continuar a ser produzidas. O que discutimos aqui é que muitas são constituídas e usadas como discursos de autoridade para desautorizar a diversidade linguística que um mundo em movimento produz.

O nosso discurso imoderado e talvez irônico quer ser mesmo uma provocação para explicitar a complexidade das nossas comunidades e, sobretudo, para sublinhar a natureza da linguagem, coisa humana, portanto, coisa em mutação. Vamos refletir sobre pessoas e conceitos!

Seguindo a mesma visão, o estudante de línguas não é uma “verdade” com um perfil fechado e fixo. São sujeitos sendo “algo” em cada

tempo e espaço diferentes. São sujeitos em processo. Assim, parece ser inapropriado que a aula de língua (e todos os recursos) seja um pré-produto constituído independentemente do outro e do contexto. Nesse sentido, parece-nos importante que desconstruamos uma prática tradicional de busca de fórmulas perfeitas para um espaço de ensino/aprendizagem definido, estável e controlado e, especialmente, para um aluno claramente definido. Para superar estas posturas, precisamos olhar para os sujeitos e contextos, ouvi-los e dar-lhes voz. Colocar sujeitos e contextos como protagonistas, na pesquisa, no ensino e na vida, ajuda-nos a vislumbrar o pluralismo, o multilinguismo (BLOMMAERT, 2010) e a superdiversidade (VERTOVEC, 2007) de nossas sociedades contemporâneas.

Para lidar com estas dinâmicas, um caminho possível é o de olhar para as línguas como práticas locais (PENNYCOOK, 2010), como pluricêntricas (MUHR, 2016) e como repertórios (BLOMMAERT & BACKUS, 2011). Esses conceitos lidam exatamente com o dinamismo das mudanças e com uma visão líquida de mundo (BAUMAN, 2000).

Dessa forma, as línguas não são simplesmente imposições de um sistema a todos; as línguas vão sendo criadas nas práticas locais de interação. Estas práticas, em certos momentos, são reproduzidas por comunidades e tem-se, assim, a impressão de um conjunto fechado de regras, que promove uma impressão de estabilidade (BUTLER, 2010). Em uma comunidade de prática, os sujeitos em grupos não vão apenas reproduzindo, vão criando a linguagem.

As línguas, que se movimentam com as comunidades, criam diferentes hábitos linguísticos em diferentes espaços geográficos, temporais e interativos. Dessa forma, tornam-se pluricêntricas. E são pluricêntricas em termos macro, como entre nações, mas também em termos micro como nas variedades contextuais, espaciais que constituem a vida em uma comunidade específica. Seres humanos são diferentes; assim, criam línguas e variedades de línguas diferentes.

Uma vez que vivemos diferentes situações interativas, nas quais criamos atitudes, prerrogativas, direitos e deveres determinados, também desenvolvemos competências e habilidades específicas. Novas necessidades interativas vão promover vivências que exijam envolver-se em práticas languageiras outras. As nossas experiências socioculturais vão nos levar a construir repertórios diferentes em linguagem.

Como sugerido por Goffman (1974), uma estratégia prática para realizar o exercício de lidar com um mundo em movimento é a de olhar para contextos específicos e observar o que está acontecendo em um “aqui e agora”. É em um “aqui” e “agora” que podemos flagrar a nós todos construindo as nossas realidades, incluídas aí as realidades de sala de aula, a partir de práticas locais que têm conexão com macroconceituações socioculturais, políticas e históricas. Ao analisar as microinterações temos chaves para discutir visões macrosociais.

Esses conceitos desestabilizam a ideia de que há um/o “ser” e há uma “verdade”. Eles destacam que há seres humanos envolvidos em processos, em movimento. Dessa forma, o ponto que queremos questionar aqui é a percepção de que alunos asiáticos de herança confuciana, incluídos aí os chineses, são silenciosos e, portanto, passivos. Esta concepção obscurece questões culturais, políticas, sociais que têm profundo impacto nos espaços educacionais.

Interação, tradução cultural e construção das realidades sociais

O espaço educacional, visto a partir de uma perspectiva que faz interface entre língua, sociedade e cultura, considera que a linguagem (incluídas aí as línguas) é o lugar das interações. Nelas, as performances sociais dos sujeitos (des)constroem as realidades com seus aspectos sociais, culturais, políticos, éticos, institucionais etc.

Linguagem como o lugar da interação

Uma das mais fecundas linhas de investigação que defende a linguagem como o lugar da interação é a sociolinguística interacional (SI). É um campo interdisciplinar de estudos que busca analisar como os interlocutores criam inteligibilidade nas e para as interações em que se engajam (Gumperz, 2001). Uma confluência de estudiosos de diferentes ramos colabora para o estabelecimento desta área e, em sintonia com a transdisciplinaridade, um dos pilares do Grupo Arquivos de Língua (<https://gal.hypotheses.org/arquivos>), no qual este nosso trabalho se situa, concorrem para este campo a linguística, a sociologia, a antropologia, a etnometodologia e a psicologia social por exemplo (RIBEIRO & GARCEZ, 2002). Todos estes estudos enfatizam o outro e o contexto como referências incluíveis para discutir língua, linguagem, sujeitos, comunidades e cultura. De acordo com o Hymes (1974), os elementos linguísticos tradicionalmente estudados são constituídos pelos contextos sociais, pelas nossas práticas. Nesse sentido, a proposta de análise discursiva forjada neste conjunto de abordagens teórico-analíticas toma em atenção a interdiscursividade, a coconstrução sociocultural e a visão de língua e linguagem como o lugar da elaboração das nossas realidades.

Para discutir como funciona o mecanismo de interação entre as pessoas, uma maneira eficiente é estudar material empírico. Nesse sentido, o discurso cocriado e criador de contextos são o objeto para as investigações. Conforme Goffman (2019), no discurso, existe uma ordem na qual conhecimentos culturais desempenham um papel decisivo e muitas vezes silencioso em relação à interpretação da conversação entre as pessoas. No entanto, nas interações, as pessoas podem partilhar (ou ter a impressão de partilhar) mais ou menos traços culturais comuns, o que influenciaria as suas formas de inferir e produzir sentidos (GUMPERZ, 1982a). A diferença, dessa forma, deve ser vista como constitutiva

no contexto interativo. No que diz respeito à falta de compartilhamento de cultura, as pessoas vão empregar pressuposições baseadas em experiências anteriores para dar sentido ao que experimentam. Dessa forma, os significados que criam, sem surpresa, variam. É o que acontece com a interpretação do silêncio. Comunidades diferentes dão sentidos diferentes em microinterações diferentes para os mesmos aspectos discursivos.

Nos contextos de interação em espaços conformados por muitas línguas e culturas em contato, os interagentes podem ser observados como tradutores (e intérpretes) no papel de mediadores culturais. É nesse sentido que Katan (2016) chega a defender que tradutores e intérpretes, no seu papel profissional, precisam de ser também etnógrafos. Afinal, estar aberto ao outro e sensível ao contexto é fundamental para que as leituras feitas pelo sujeito-tradutor estejam abertas às variáveis socioculturais e discursivas de forma a que os interagentes construam aproximações e consigam se situar uns frente aos outros. Aqui, vamos além, assumindo que, no nosso dia a dia, somos todos intérpretes e tradutores, funções quotidianas fundamentais para a nossa sobrevivência em sociedade.

Tradução cultural: uma estratégia quotidiana

Como Gumperz (1982a) coloca, as interações são sempre interculturais: seja porque as pessoas são socializadas em comunidades distantes, seja porque, dentro de cada comunidade, interagem sujeitos de diferentes gêneros, classes, sexualidades, profissões, idades, religiões, falantes de diferentes línguas e variantes linguísticas etc. Assim, uma das estratégias fundamentais que pode permitir ou facilitar as relações humanas é a tradução. Argumentamos, então, que somos todos tradutores e o nosso material de trabalho são as materialidades das linguagens que constroem as nossas fachadas (GOFFMAN, 1959) e permitem que perfor-

matizemos (BUTLER, 1997; PENNYCOOK, 2007) posicionamentos sociais. Mas o tradutor não é um sujeito que possa assumir poderes de leitor do mundo. É um coleitor que, com suas leituras, vai criando contextual, local e cooperativamente as realidades.

Em contextos multilíngues e transculturais, consequência da mobilidade humana, da globalização, e da superdiversidade, o ato de traduzir/interpretar tornou-se uma necessidade corrente. Entretanto, como já apontamos, não nos referimos à tradução como habilidade profissional específica, mas como uma maneira de encarar as diferenças e hibridizações que nos constituem e constituem as interações. Assim, na perspectiva dos estudos culturais, Bhabha (1990, 1998) e Hall (2006, 2016) propõem a discussão do conceito de tradução cultural.

A tradução cultural é uma episteme, uma postura para lidar com as diferentes realidades. Não é meramente um método tradicional de “tradução/interpretação” do mundo, mas um mecanismo de sobrevivência interacional no qual a negociação de sentidos está no centro. O encontro discursivo entre sujeitos e comunidades, na compreensão de Bhabha (1998), cria o espaço de uma fronteira, “um lugar de ação teórico-social, que não nos posiciona nem de um lado nem de um outro, mas nela mesma, porque dela se podem observar processos socioculturais e linguísticos em se fazendo” (TEIXEIRA E SILVA, NO prelo).

O trabalho fronteiro da cultura exige um encontro com “o novo” que não seja parte do continuum de passado e presente. Ele cria uma ideia do novo como ato insurgente de tradução cultural. Essa arte não apenas retoma o passado como causa social ou precedente estético; ela renova o passado, refigurando-o como um “entre-lugar” contingente, que inova e interrompe a atuação do presente. O “passado-presente” torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver. (BHABHA, 1998, p. 27)

Esse entre-lugar acessa um conceito fundamental, o de hibridismo, que, como Hall (2016, p. 50) defende, é “outro termo para designar o processo de tradução cultural, um processo forçado, nunca assentado ou completo, mas sempre em transição, em tradução, marcado em última instância pela indefinição”.

A tradução cultural coloca-se como um posicionamento pautado na ideia da mobilidade que toma como base o outro e o contexto. Algumas tradições teóricas do século XX tendiam a criar o outro e o contexto como resultado direto de processos ligados a traços socioculturais como raça, etnia, sexualidade etc. Entretanto, como coloca Bhabha (1990), não é possível assumir o outro e os contextos criados com o outro simplesmente com base na ideia de que

“(...) at some level all forms of cultural diversity may be understood on the basis of a particular universal concept, whether it be ‘human being’, ‘class’ or ‘race’, can be both very dangerous and very limiting in trying to understand the ways in which cultural practices construct their own systems of meaning and social organization. (BHABHA, 1990, p.209.)

Cada rasgo das identidades culturais, como gênero, idade, profissão etc., tem as suas próprias dinâmicas e sistemas e atua de formas diferentes em espaços socioculturais diferentes também. Nesse sentido, o olhar para as práticas, o aqui-agora de Goffman (1974), é uma estratégia para a construção de um terceiro lugar, no qual se pode, então, gerar algo novo.

Nos processos interativos das salas de aula, estabelecidas a partir das diversidades, os sujeitos, em trânsito sociocultural e em busca de um espaço de compreensão compartilhado, podem exercitar a experiência de acesso a um terceiro lugar. Nesse terceiro espaço, que é uma fronteira cultural, professores e alunos, e outros sujeitos, podem ressignificar conjuntamente sentidos a partir da tradução cultural.

Nesta postura tradutológica, em consonância com alguns conceitos de língua que discutimos na seção anterior, cultura e língua são conceptualizadas como práticas locais, como repertório e como manifestações plurais. A co-operação, o fazer juntos, a negociação, dentro dos constrangimentos do exercício dos poderes, passam a ter um lugar central na construção de sentidos novos.

A tradução cultural, como postura, desafia uma série de conceitos estáveis. Assume-se, assim, a problematização de significações consagradas para colocar as significações na perspectiva do movimento, da construção conjunta, da mútua significação. Dessa forma, a fronteira, o hibridismo, o não dado, o não partilhado promovem recriações, ressignificações que são realizadas em conjunto.

É neste sentido que o silêncio, tomado como traço identitário de alunos chineses e resultado fixo e imutável de uma cultura, precisa de ser repensado, traduzido culturalmente. As muitas possíveis diferentes interpretações/traduições do silêncio em confronto de negociação situada em específicos contextos colocam em contato visões que potencializam o novo e outras formas de olhar para si e para o outro (pessoas, lugares, coisas discursivamente situadas). Afastamo-nos, assim, de formas de abordagens coloniais que buscam classificar e hierarquizar o outro a partir de traços distintivos como raça, cor, idade, religião etc. Em perspectiva pós-estruturalista, pós-colonial, a fragmentação (HALL, 2006) é o constitui as culturas criadas por sujeitos que performatizam identidades (GUMPERZ, 1982b). Assim, buscar purezas e essências, como o perfil de comunidades, de sujeitos, ou de alunos chineses, no nosso caso, torna-se uma tarefa de aprisionamento e de exercício de autoritarismo.

Colocamos a nossa discussão como motivadora para a prática. Não queremos fazer dela um lugar para um “desconstrutivismo lúdico, a fantasia de uma utopia da diferença sem poder” (HALL, 2016, p.52). O que procuramos

é motivar um exercício para a identificação das redes de poder, como as que colocam estudantes e professores em espaços simbólicos opostos, e, dessa forma, promover práticas nas quais mais vozes possam circular e produzir outras redes de referências.

Ainda que defendendo visões não essencialistas para viver, conviver e discutir o mundo, não parece saudável ignorar que os essencialismos são um fundamento vigoroso nas nossas formas de pensar o mundo. Como argumenta Hall (2016, pg 52), “seria tentador cair na armadilha de se acreditar que o essencialismo tenha sido deslocado histórica e politicamente, já que foi desconstruído teoricamente.”

Para abrir espaço para novas formas de ser e de estar, não pré-determinadas e fixas, parece-nos saudável suscitar a construção de performances sociais nas quais teórica e praticamente os essencialismos fixadores de significados deem espaço à fluidez de sentidos. Olhar o contexto e criar espaços para a voz do outro permitem que as grandes narrativas (discursos padronizadores) criem espaços de convivência com as narrativas locais, multifacetadas e processuais (SOUZA, 2007).

Dessa maneira, visões generalizantes e fundantes para as leituras de mundo, como a ideia de cultura como um conjunto totalizante e determinista de contornos, vai dar lugar à ideia de cultura como o “entre-lugar” para produção de todos, como espaço de atuação. Assim, com Hall (2016, p.56), entendemos que

(...) cultura não é uma viagem de descoberta e certamente não é uma viagem de retorno. Não é uma arqueologia. É uma produção. O que o “desvio através de nossos passados” nos permite fazer, sim, é, por meio da cultura, nos produzir de outro modo, como novos tipos de sujeitos. Não é, portanto, uma questão do que nossas tradições fazem de nós, mas do que fazemos com nossas tradições.

É com esta perspectiva de colocar as vozes e os discursos dos alunos em evidência e em

contato que procedemos. Desse contato, em postura de tradução cultural, pode então surgir o novo: o tradicional aprisionamento do aluno chinês como o silencioso-passivo pode dar lugar a uma pluralidade insuspeita de posicionamentos. Dessa forma, o propósito de discutir as possibilidades de interpretação do silêncio não significa esgotar essas possibilidades, mas abrir diálogo para, em cooperação, potencializar uma contínua criação colaborativa de sentidos e realidades.

Procedimentos

A concepção da tradução cultural pressupõe, como Freire (1987, p. 52) indica, que os interagentes sejam “companheiros de pronúncia do mundo”. Nesse sentido, solicitamos a um grupo de estudantes chineses do terceiro ano de uma licenciatura em Português em Macau que discutisse por escrito uma cena de sala de aula gravada em vídeo na qual o silêncio aparecia.

Na cena, um professor brasileiro e uma outra turma também de alunos chineses de terceiro ano estavam em interação. Os interagentes buscavam resolver um problema sobre uma atividade de apresentações individuais orais. Alguns alunos, em uma conversa com o professor fora da sala de aula, manifestaram preocupação na realização da tarefa. O professor prontificou-se a discutir a questão em grupo. Esta foi a cena assistida.

Após assistirem ao vídeo, foi solicitado que os alunos partilhassem a sua opinião por escrito sobre possíveis motivações para os silêncios que apareceram na cena. A produção escrita era livre: poderiam criar um texto ou fazer listas de pontos e escolher a língua com que se sentissem mais à vontade, fosse chinês, fosse português ou inglês. Entretanto, para essa reflexão, além das próprias opiniões discente, deveriam citar fraseologismos populares chineses (ditos, provérbios, expressões idiomáticas etc.) que de alguma forma considerassem relacionados com o comportamento dos interagentes em sala de aula.

Os fraseologismos populares constituem parte significativa da paisagem linguístico-cultural e ideológica com que lidamos nas nossas comunidades. Como colocam Xatara e Succi (2008, p.35), essas frases são usadas como unidades léxicas fraseológicas fixas, “consagradas por determinada comunidade lingüística, que recolhe experiências vivenciadas em comum e as formula como um enunciado conotativo, sucinto e completo, empregado com a função de ensinar, aconselhar, consolar, advertir, repreender, persuadir ou até mesmo praguejar”.

Não é prática incomum associar os estudos das realidades ideológicas a provérbios ou frases populares fixas. Eles oferecem uma dimensão dos diversos sentidos que as comunidades dão para diferentes nuances da vida social. Com isso, temos a oportunidade de relacionar o micro e o macro – duas dimensões que têm promovido estudos nos quais são, muitas vezes, apenas discutidas positivamente.

Dessa forma, os fraseologismos podem ser entendidos como discursos que criam identidades sociais. Em diálogo, queríamos traduzir culturalmente aquele silêncio ocorrido em sala de aula e, para isso, a voz do outro precisava de ser ouvida. As frases populares citadas pelos alunos, traduções culturais daquele silêncio, tornaram-se o objeto de discussão deste artigo. E aqui, estas mesmas frases, oferecidas aos leitores, serão também objeto de novas traduções culturais.

A apresentação dos exemplos vai seguir essa premissa: a) indicamos a frase em chinês; b) produzimos uma tradução direta. Não oferecemos uma interpretação nossa ou um formato fechado para cada frase. Queremos, assim, deixar o material o mais próximo de um estado bruto, ainda que já filtrado pela nossa leitura, para que possam ser feitas ainda traduções culturais outras.

A tradução cultural do silêncio de sala de aula

Como vimos apontando, as performances dos sujeitos vão criar as realidades de sala de aula. Assim, em estado relacional, as identidades de professores e alunos, os seus posicionamentos, vão elaborar as práticas culturais no ambiente de ensino. Da mesma forma, as práticas de sala de aula vão informar a construção das identidades de professores e alunos. É um processo relacional.

Nesta seção, discutiremos os fraseologismos levantadas pelos alunos para acessar diferentes efeitos de sentidos que o silêncio pode assumir. Assinalamos que esse exercício – como prática de tradução cultural – se processa continuamente uma vez que estamos sempre diante de diferentes microcontextos. Formas e conceitos para pensar o processo é o que oferecemos como contribuição. Os resultados serão sempre diversos em função da diversidade de contextos (sujeitos, espaços) em que nos encontramos.

Fraseologismos populares

Não buscamos aqui oferecer interpretações específicas para cada frase popular. Buscamos, também em tradução cultural, ler cada uma à luz do contexto interacional de sala de aula e discutir possíveis efeitos de sentido, uma vez que os próprios alunos ofereceram esses dados como potenciais traduções culturais para o identificado silêncio em sala de aula. Então, aqui, o nosso foco é observar o lugar do silêncio, da fala, da ação no fraseologismo chinês elencado pelos estudantes e oferecê-los como material a ser ainda (re)traduzido culturalmente.

Ação como prática coletiva

As frases acessadas pelos alunos referem-se a comportamentos e ideologias que conectam o mundo da sala de aula com o mundo macrosocial que o alimenta. São orientações que eles

consideram ligadas à produção do silêncio ou do comportamento interativo dos estudantes.

(2) 槍打出頭鳥

- Tradução literal: arma de fogo + bater + fora + cabeça pássaro
- Tradução direta: O pássaro que se destaca do grupo é o primeiro a levar o tiro.

Neste exemplo, observamos a recomendação para se agir coletivamente. A ideia do silêncio aqui é associada a uma ação coletiva. Agir individualmente é como um ruído. O silêncio é o símbolo do agir coletivo. Há, aparentemente, um desestímulo à manifestação da diferença. A segurança se constitui na ação em grupo e não na ação individual. Destacar-se do grupo parece ser visto como um risco.

Ação como superior à fala

Em algumas frases, a ação é mais valorizada em comparação com a fala.

(3) 實乾是最響亮的聲音

- Tradução literal: trabalho prático+ser+o mais alto+voz
- Tradução direta: Os trabalhos práticos soam mais alto.

(4) 多言不如少言，少言不如實乾

- Tradução literal: mais+falar+ser inferior a+menos+falar, menos+falar+ser inferior a+trabalho prático
- Tradução direta: Falar pouco é melhor do que falar muito, e fazer trabalhos práticos é melhor do que falar pouco.

(5) 少說話，多做事

- Tradução literal: menos+falar, mais+fazer
- Tradução direta: Fale menos e

faça mais.

(6) 多說多錯

- Tradução literal: Mais+falar+mais+errar
- Tradução direta: Falar mais significa errar mais.

Vemos aqui nestes exemplos que, por um lado, a ação é mais valorizada frente à fala. Por outro lado, a fala é apresentada como o lugar da produção do erro. Mais uma vez, falar é visto como um risco, portanto, a opção que parece disponível é a de fazer mais silêncio. O silêncio parece constituir-se como espaço ou potencial para a ação em oposição à fala.

Silêncio como estratégia para a interação social

Para interagir socialmente, algumas indicações também são sugeridas pelas freseologias populares. Falar menos, por exemplo, é visto socialmente como mais adequado:

(7) 長話短說

- Tradução literal: Longo+falar+curto+falar
- Tradução direta: Simplifique o que quer dizer.

Prudência e comedimento também aparecem nas ideias que as frases expressam como vemos a seguir:

(8) 事不關己高高掛起

- Tradução literal: Coisas+não+relacionar+eu+alto+pendurar
- Tradução direta: Se as coisas não têm relação com você, fique longe.

(9) 事不關己莫出頭

- Tradução literal: coisas+relacionar+eu próprio+não+mostrar+cabeça

- Tradução direta: Se as coisas não têm relação com você, não mostre a cabeça.

Silêncio também como prudência. É como gastar tempo com quem não vale a pena.

(10) 話不投機半句多

- Tradução literal: falar+não+combina+meia frase+demasiado
- Tradução direta: Falar com quem não combina, meia frase é demasiado.

Assim, uma série de frases que os alunos destacam funcionam para orientar os comportamentos das pessoas nas suas performances sociais como Xatara e Succi (2008) indicam.

Silêncio como proteção

O silêncio também aparece tanto com a ideia de proteção, de privacidade, quanto com a ideia de mitigador de ameaças.

(11) 隔牆有耳

- Tradução literal: Ao lado de+paredes+ter+ouvidos
- Tradução direta: As paredes têm ouvidos.

Mais uma vez surge a ideia de que fazer silêncio é uma forma de se arriscar menos.

Silêncio como potencial para a produtividade

O silêncio remete a um trabalho desenvolvido no espaço privado e, sendo assim, parece ser um propulsor para algum tipo de crescimento.

(12) 悶聲發大財

- Tradução literal: silêncio escondido+fazer+grande+fortuna
- Tradução direta: No silêncio escondido, faz grande fortuna.

A ideia de não partilhar pela fala, do guardar segredo, parece indicar um potencial para a produção.

Silêncio como marca de hierarquização

A hierarquização também aparece nas frases.

(13) 大人說話，小孩別插嘴

- Tradução literal: Velhos+falar+crianças+proibir+interferir+boca
- Tradução direta: Quando os velhos estão a falar, as crianças não podem interferir.

Quem tem o direito de falar, em termos de hierarquia etária, são os mais velhos. Parece ser sinal de deferência, de respeito

1.1.1. Silêncio como sabedoria

Enquanto a fala é associada aos tolos, o silêncio é associado aos sábios.

(14) 智者沉默寡言，愚者滔滔不絕

- Tradução literal: sábios+silenciar+pouco+falar+idiotas+torrentes+interminar
- Tradução direta: Os sábios são silenciosos. Os tolos nunca param de falar.

(15) 無知的人才會說話

- Tradução literal: os ignorantes+podem+falar
- Tradução direta: Só os ignorantes falam.

O silêncio surge também como uma habilidade valorizada que envolve esforço e aprendizagem.

(16) 學會善言不易，學會沉默更難

- Tradução literal: aprender+falar+não+fácil+aprender+silêncio+mais+difícil

- Tradução direta: Aprender a falar bem não é fácil. É mais difícil, entretanto, aprender a ficar em silêncio.

Silêncio como equilíbrio social

A desvalorização da fala adquire grande impacto no exemplo abaixo. Parece ser a provocadora dos males sociais.

(17) 禍從口出

- Tradução literal: desastre+a partir de + boca
- Tradução direta: Os desastres vêm da boca.

(18) 說話是銀，沉默是金

- Tradução literal: Falar+ser+prata+silêncio+ser+ouro
- Tradução direta: Silêncio é ouro, fala é prata.

A passividade muda

Como pudemos observar, há claras referências ao silêncio como um elemento mais valorizado nas frases que vêm da chamada sabedoria popular chinesa. Ao discutir o silêncio da sala de aula, como coloca o aluno J., os fraseologismos populares “ensinam, aconselham, advertem, repreendem, persuadem”, posicionando o silêncio como uma estratégia positiva. A fala, contrariamente, é vista de forma negativa.

(19) Depoimento de J. (estudante chinês)

Nesse sentido, as realidades de sala de aula são marcadas pelo processo de socialização que os fraseologismos, numa perspectiva macrosocial da cultura, propõem. Baseados neles, ao fazerem silêncio os estudantes mostram que são representantes competentes de suas comunidades culturais, nas quais o silêncio tem posição de

destaque. B. sublinha este aspecto, indicando características dessa macrocultura que atua nas ações dos alunos.

(20) Depoimento de B. (estudante chinês)

A presença do silêncio também é justificada pelos estudantes a partir das culturas de aprendizagem específicas que atuam na sala de aula. Estas culturas, em geral, criam identidades para os alunos nas quais performances de fala são coibidas (TEIXEIRA E SILVA, 2021, 2016).

(21) Depoimento de G. (estudante chinesa)

(22) Depoimento de C. (estudante chinesa)

Retomando o silêncio como símbolo de passividade, constatamos que nem nas fraseologias nem nos depoimentos dos alunos isso foi ratificado. Aquela leitura de passividade que leva professores a tomarem atitudes pedagógicas específicas de determinadas formas não aparece.

A interpretação do silêncio como manifestação de passividade dos alunos talvez prove-nha do fato de que essas conclusões não tomam como parâmetro o outro e os contextos de produção de sentidos. São interpretações unilaterais que não contribuem para a construção de um espaço mínimo de partilhamento para a convivência. Nesse sentido, afastam-se sobremaneira da postura que a ideia da tradução cultural promove. A descoberta de novos sentidos e novas possibilidades de interpretação – em processo de tradução cultural que é cooperativo – só pode acontecer se todos saímos dos nossos espaços para inventar um terceiro lugar. Nesse terceiro lugar, não abandonamos as nossas referências, o que fazemos é ampliar os nossos repertórios e simbolicamente reorganizar as nossas posições frente a novas experiências, permitindo a criação de um outro olhar. E assim as realidades vão se (re)construindo, dentro e fora da sala de aula. Verificamos, assim, que a alegação da passivida-

de perde a voz, emudece. E, por isso, mesmo corrobora um convite para que, em cooperação, os sujeitos busquem o outro e o contexto como base para a construção das suas experiências.

Considerações finais: Sentidos em movimento

Uma leitura sob a perspectiva da tradução cultural abre espaço para a mobilização de muitos sentidos para o silêncio. Especialmente, abre espaço para a possibilidade de muitas outras leituras também. A negociação de sentidos, dentro do sistema de poder que constrói os contextos dos interagentes, é o lugar, se não de uma utópica compreensão mútua, pelo menos de um espaço de diálogo que pode se constituir na criação de novos sujeitos que produzem cultura e repensam as suas referências. Como defende Hall (2016, p.56),

(...) cultura não é uma viagem de descoberta e certamente não é uma viagem de retorno. Não é uma arqueologia. É uma produção. O que o “desvio através de nossos passados” nos permite fazer, sim, é, por meio da cultura, nos produzir de outro modo, como novos tipos de sujeitos. Não é, portanto, uma questão do que nossas tradições fazem de nós, mas do que fazemos com nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais se estendem a nossa frente. Estamos sempre no processo de formação cultural. Cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de tornar-se.

O que buscamos fazer foi oferecer um material para ser pensando junto com as fraseologias, os depoimentos e o nosso próprio discurso. Ao fazer isso, queremos defender uma constante reinterpretação e retradução, em conjunto, das realidades com todas as “verdades” que as constroem. A constante reinvenção das tradições culturais é o lugar para (des)fazer relações de poder que podem se reorganizar em prol de uma maior circulação de ideias, saberes, identidades provisórias e possibilidades de existência.

Agir assim motiva que as pessoas entrem em interações sinceras em vez daquelas em que as partes envolvidas ficam construindo uma a outra em um exercício solitário.

Para terminar, contrapondo a tradução do silêncio como passividade, vamos terminar o trabalho, retirando do mesmo contexto chinês uma frase autoral, citada também pelos estudantes, mas que ficou de fora do escopo dessa nossa reflexão.

(23) 沉默是最後的一項自由 – O silêncio é a última liberdade. (QIUSHI, 2018)

Poder escolher calar (ou falar) é um direito. Nesse sentido, o silêncio pode simbolizar uma atitude altamente eloquente, muito distante daquela alegada passividade.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. *Liquid Modernity*. Cambridge: Polity Press, 2000.
- BEZEMER, J., & JEWITT, C. Multimodal Analysis: Key Issues. In L. Litosseliti. *Research Methods in Linguistics*. London: Continuum, 2010.
- BHABHA, Homi K. “The Third Space. Interview with Homi Bhabha.” In *Identity, Community, Culture, Difference*, ed. Jonathan Rutherford, 207-21. London: Lawrence and Winhart, 1990.
- BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998
- BLOMMAERT, J. *The Sociolinguistics of Globalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BLOMMAERT, J., and BACKUS, A. “Repertoires revisited: ‘Knowing language’ in superdiversity.” *Working Papers in Urban Language and Literacies*, 2011.
- BUTLER, J. *Excitable speech: a politics of the*

- performative. New York: Routledge, 1997.
- BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- DARIN, Leila. A tradução cultural como metáfora *Revista Intercâmbio*, v. XLIII: 47-66, 2020.
- FOUCAULT, Michel. Poder/conhecimento: Entrevistas selecionadas e outros escritos 1972-1977. Editado por COLIN GORDON. Nova York: Pantheon Books, 1980.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 17a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOFFMAN, E. “A ordem da interação: Discurso presidencial da American Sociological Association, 1982”. *Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc.* Rio de Janeiro – Vol. 12 – no 3, pp. 571-60, 2019
- GOFFMAN, E. *Frame analysis*. New York: Harper and Row, 1974.
- GOFFMAN, E. *Presentation of self in everyday life*. New York: Anchor, 1959.
- GUMPERZ, J. “Interactional sociolinguistics: a personal perspective.” In D. Schiffrin, D. Tannen, and H. E. Hamilton, eds. *The handbook of discourse analysis*. Oxford: Blackwell, 2001.
- GUMPERZ, J. J. “Contextualization cues and understanding.” In A. Duranti & C. Goodwin, eds., *Rethinking context: Language as an interactive phenomenon*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1992.
- GUMPERZ, John J. *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982a.
- GUMPERZ, John J. *Language and social identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982b.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, Stuart. Diásporas, ou a lógica da tradução cultural. *MATRIZES*, 10(3), 47-58, 2016.
- HE, Xiaojing. “El silencio de la imagen de China en el aula de ELE”. *Linred VI*. Pp. 1-20, 2008.
- HYMES, D. H. *Foundations in sociolinguistics: An ethnographic approach*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1974.
- JACQUEMET, M. “Transidiomatic practices: Language and power in the age of globalization.” *Language and Communication*, v.25, p.257-277, 2005.
- KATAN, David. *Translation at the cross-roads: Time for the transcreational turn?* Routledge, 2016.
- LI, J. *Cultural foundations of learning: East and West*. New York: Cambridge University Press, 2012.
- MUHR, Rudolf. “The state of the art of research on pluricentric languages: Where we were and where we are now.” In: Rudolf Muhr, Kelen E. Fonyuy, Zeinab Ibrahim, and Corey Miller, eds. *Pluricentric Languages and Non-dominant Varieties Worldwide*. Volume I. Frankfurt/Main: Peter Lang, 2016.
- PENNYCOOK, A. “Performance and performativity.” In: Pennycook, A. *Global Englishes and transcultural flows*. New York: Routledge, 2007.
- PENNYCOOK, Alastair. *Language as local practice*. London: Routledge, 2010.
- QIUSHI, Liang (卞 卞). *Fu Sheng Ru Meng (卞 卞 卞) (Vida vazia como um sonho)*. Taiwan: Taihai Publishing House (卞 卞 卞 卞), 2018.
- RIBEIRO, B. & GARCEZ, P. (org). (2002). *Sociolinguística interacional*. Porto Alegre: AGE editora.
- SOUZA, Lynn Mario. *Hibridismos e tradução cultural: reflexões*. *Trab. Ling. Aplic. Campinas*, 46(1): 9-17, 2007.
- SUN, Yuzhuo. *Listen to the silence, it speaks: understanding Chinese university student perceptions of silence during intercultural communication*. Tese de Doutorado. California State

University, 2016.

TEIXEIRA E SILVA, R & MEDEIROS, Vanise. (ed.). “Epistemologias e contemporaneidade: (re)discutindo concepções e categorizações para língua(s)”. Gragoatá 48, 2019.

TEIXEIRA E SILVA, R. Ensino-aprendizagem de língua portuguesa em Macau, China: identidade, diversidade sociocultural, interculturalidade. Revista do Instituto Internacional de Língua Portuguesa – IILP. Vol 03. Cape Verde, 2011.

TEIXEIRA E SILVA, R. Silence and Silencing in Classroom of Portuguese as Foreign Language in Macau: Identity and Interculturality. Interface. Issue 1. Taipei: National Taiwan University Press, 2016.

TEIXEIRA E SILVA, Roberval. “Resgate de línguas africanas e autoctonização do português: línguas e fronteiras no Libolo, Angola”. In: FIGUEIREDO et al. (orgs.). Novas dinâmicas do português: a África Atlântica e o Brasil”. Lisboa: Grupo Editorial Atlântico (no prelo).

TEIXEIRA E SILVA, Roberval. Paulo Freire Em Terras Asiáticas: Falas, Silêncios E Diálogos. Pires, Regina et al. Vasconcelos, M.L. & Brito, R. P. Presença e atualidade do pensamento de Paulo Freire: Vozes pelo mundo em Diálogo. São Paulo: LiberArs, 2021.

TSAI, Shu-Chen. Perceptions of East Asian Students in Canadian Graduate Schools: What They May Indicate About Student Speech in a Chinese Model of Education. In: CHOU, Chuing Prudence; SPANGLER, Jonathan. (ed.) Chinese Education Models in a Global Age. Singapore: Springer, 2016.

VERTOVEC, Steven. “Super-diversity and its implications.” Ethnic and Racial Studies, 2007.

WATKINS, D. A. & BIGGS, J. (Eds.). The Chinese learner: Cultural, psychological and contextual influences. Hong Kong: CERC, 1996.

WELSH, Wolfgang. “Transculturality: the changing form of cultures today.” Filozofski

vestnik, 22, n. 2, 13, 2001:59-86.

WILKINSON, Lois; OLLIVER-GRAY, Yumiko. The significance of silence: differences in meaning, learning styles, and teaching strategies in cross-cultural settings. Psychologia, 49, pp 74-88, 2006.

XATARA, Claudia Maria; SUCCI, Thais Marini. “Revisitando o Conceito de Provérbio”. Veredas On Line – Atemática – 1/2008, P. 33-48, 2008.

XING, Jiawei. Estudo comparativo do silêncio na cultura ocidental e oriental. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro, 2016.

ZHOU, Yanqiu Rachel; Knoke, Della; Sakamoto, Izumi. “Rethinking silence in the classroom: Chinese students’ experiences of sharing indigenous knowledge”. International Journal of Inclusive Education Vol. 9, No. 3, July–September, pp. 287–311, 2005.

Submissão: Agosto de 2022

Aceite: setembro de 2022